Maria de Nazaré Sarges
Aldrin Moura de Figueiredo
Maria Adelina Amorim
organizadores

O IMENSO PORTUGAL

estudos luso-amazônicos

GOLFO DE LA NVEVA ESPAÑA
ASTATLAM
TOPIRA
XALISCO
MEXICO
MECHVACAN
NVEVA ESPAÑA
GVATIMATA
CV BA
SPAGNVOLA
Cozumel
Iamaica
Serana
Cartago
NICA
Nicaragua
Guatimale
Jequantepeque
Bª de S Miguel
CASTIRIA DE L ORO
BENEZVELA REG
PARIA
AEQVINOCTIALIS
NOVA ANDA
CARTAGENA
MAR DEL SVR
Peru regio Caroli V. mandato
et auspitijs Aº 1530 perlustrata
est inuentaq; est oim hactenus
repertarum auri ditissima; adeo
ut in quodã oppido ibi inuenerũt
domum solido auro tectam
Insulę infortunatę
REGIO DEL PERV
Prouincia de Corpus Christi
Prouincia de Omagua
Prouincia de Paguana
Prouincia de S. Iuan de las Amazones
TROPICVS CAPRICORNI
SERENISS.
PRINCIPI MARGARITÆ
AB AVSTRIA DVCISSAE
PARMAE ET PLACENTIAE
ETC. GVBERNATRICI
PROVINCIARVM. INFERI
ORIS GERMANIAE
HIERONYMVS COCK
PICTOR
DEVOT. DEDICA
BAT
Geographię studiosis S. P.
Celebratur Alexander Magnus quod primus fere penetrarit aperueritq; Orientem: Verum parua laus erit si comparetur uiris illis qui nostro ęuo maria etiam incomperta sulcare tentauerũt, et Occidentem sua perlustratione aperuerunt, innumeras insulas hominibus & opibus plenas in uastissimo mari adinuenientes: de quibus hactenus nulli mortalium constitit a duobus millibus annorũ & supra, nisi fortassis indis orientalioribus et uicinioribus mansiones illę hoim̃ compertę fuerint. Porro has regiones hactenus uix littoribus et locis marittimis descriptas, nunc demum etiam mediterraneis ubiq; ornatas, adeo ut in his describendis nihil amplius desiderari uideatur: uobis lubens offerimus
Hieronymus cock excude.
cum gratia et priuilegio
1562
MARE MAGELLANICVM
SIVE PACIFICVM
REGIO PATALIS
CHICA
TIERRA DE PATAGONES
GIGANTVM REGIO
Archipelago del C. desseado
TIERRA DE MERI

ISLAS DE CANARIA
TROPICVS CANCRI
OCEANVS OCCIDENTALIS
AFRICA
ISLAS DE CAPO VERDE
LA FLOTA DE PORTVGAL QVE VA PAR CALICVTE
REGIO DE BRASIL
Rio de todos Santos
Rio de la plata
OCEANVS AVSTRALIS
Estrecho de Magallanes
MAGALLANES
O Imenso Portugal

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor	Emmanuel Zagury Tourinho
Vice-reitor	Gilmar Pereira da Silva
Pró-reitor de Ensino de Graduação	Edmar Tavares da Costa
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação	Maria Iracilda da Cunha Sampaio
Pró-reitor de Extensão	Nelson José de Souza Júnior
Pró-reitora de Relações Internacionais	Marília de Nazaré Ferreira
Pró-reitor de Administração	João Cauby de Almeida Júnior
Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Raquel Trindade Borges
Pró-reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal	Raimundo da Costa Almeida
Prefeito Multicampi	Eliomar Azevedo do Carmo
Secretário-geral da Reitoria	Marcelo Galvão Baptista

CÁTEDRA JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO
CAMÕES, I. P. • UFPA

Diretora	Maria de Nazaré Sarges

COMISSÃO CIENTÍFICA

Universidade Federal do Pará	Aldrin Moura de Figueiredo
Columbia University, EUA	Amy Elyse Chazkel
Universidade Federal de Santa Catarina	Henrique Espada Lima Filho
Universitat de Barcelona, Espanha	José Luiz Ruiz Peinado Alonso
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Lená Medeiros de Menezes
Universidade Federal do Amazonas	Marcia Eliane Alves de Souza e Mello
Universidade Nova de Lisboa, Portugal	Maria Adelina Amorim
Cátedra João Lúcio de Azevedo, Instituto Camões, UFPA	Maria de Nazaré Sarges
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Maria Izilda Santos de Matos
St Andrews University, Reino Unido	Mark Harris
Southern Methodist University, EUA	Roberto Luís Torres Conduru
Harvard University, EUA	Sidney Chalhoub
Cátedra Jayme Cortesão, Instituto Camões, USP	Vera Lúcia Amaral Ferlini
Universidade de Lisboa, Portugal	Vitor Serrão

O IMENSO PORTUGAL

estudos luso-amazônicos

Maria de Nazaré Sarges
Aldrin Moura de Figueiredo
Maria Adelina Amorim
organizadores

CÁTEDRA JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO
CAMÕES, I. P. • UFPA

Universidade Federal do Pará
Belém, 2019

Copyriht © 2019 autores

dados internacionais de catalogação na publicação (cip) de acordo com isbd
biblioteca central da ufpa – belém, pa

132i O imenso Portugal : estudos luso-amazônicos / Maria de Nazaré Sarges, Aldrin Moura de Figueiredo, Maria Adelina Amorin, organizadores. — Belém : ufpa, Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2019.
400 p. : il.

Inclui bibliografias

isbn 978-85-63728-72-2

1. Amazônia – História. 2. Portugal – História. 3. Portugueses – Pará – História i. Sarges, Maria de Nazaré, org. ii. Figueiredo, Aldrin Moura de, org. iii. Amorim, Maria Adelina, org.

cdd 23. ed. – 981.1

Elaborado por Layane Rayssa Gaia Gomes – crb-2/1564

Depósito legal realizado na Biblioteca Nacional, em conformidade com a Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

cátedra joão lúcio de azevedo, camões i. e.

Rua Augusto Corrêa, 01
Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto
Setor Básico, Guamá
cep 66075-110, Belém-Pará-Brasil
Tel. Pphist: 55 91 3201 8195
cjlda.blogspot.com
cjla@ufpa.br

Impresso no Brasil

Mas não sê tão ingrata
Não esquece quem te amou
E em tua densa mata
Se perdeu e se encontrou
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal.

CHICO BUARQUE, *Fado Tropical*, Calabar, 1973

Sumário

APRESENTAÇÃO, 13

1. MAIRI DOS TUPINAMBÁ E BELÉM DOS PORTUGUESES: ENCONTRO E CONFRONTO DE MEMÓRIAS
Aldrin Moura Figueiredo, 19

2. ENGENHEIROS MILITARES PORTUGUESES NA AMAZÔNIA COLONIAL
Wânia Alexandrino Viana & Rafael Chambouleyron, 43

3. GUERRA E GOVERNO: OS GOVERNADORES DO GRÃO-PARÁ DURANTE A GUERRA CONTRA A FRANÇA (1790-1820)
Magda Ricci, 65

4. MIGRAÇÃO PORTUGUESA, ATIVIDADES MERCANTIS E ESCRAVIDÃO: A TRAJETÓRIA DE UM NEGOCIANTE DE GROSSO TRATO NO GRÃO-PARÁ OITOCENTISTA
Daniel Souza Barroso & Mábia Aline Freitas Sales, 99

5. DA RIA AO RIO: TRABALHADORES AVEIRENSES NOS RIOS DO PARÁ (1882-1918)
Anndrea Caroliny da Costa Tavares, 119

6. "SETE COUSAS PRECISAS PARA VIAJAR NA AMÉRICA": EDUCAÇÃO, CIVILIZAÇÃO E HISTÓRIA EM CARTAS DE ANTONIO LOPES MENDES (1882-1883)
Franciane Gama Lacerda, 143

7. DE IMIGRANTE A REI DA BORRACHA: NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DE JOÃO CAETANO GONÇALVES VIANA, O BARÃO DE GONDORIZ
Anna Carolina de Abreu Coelho & Maria de Nazaré Sarges, 163

8. DEVOÇÃO E SACRIFÍCIO: A SOBREVIVÊNCIA DE PINTURAS SETECENTISTAS PORTUGUESAS NA SÉ DE BELÉM DO PARÁ
Sílvio Ferreira Rodrigues, 179

9. LAÇOS LITERÁRIOS D'ALÉM-MAR: PARÁ E PORTUGAL NO OITOCENTOS
Maria Lucilena Gonzaga Costa & Germana Araújo Sales, 207

10. VIVÊNCIAS LUSITANAS NA CIDADE DA BORRACHA: MANAUS (1893-1923)
Maria Luiza Ugarte Pinheiro, 225

11. TENSÕES, DISPUTAS E CONFLITOS ÉTNICOS NA FORMAÇÃO DO PROLETARIADO AMAZONENSE: O CASO DOS PORTUGUESES (1890-1930)
Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, 249

12. O PARÁ NOS JORNAIS DO PORTO: ENTRE ANÚNCIOS, ECONOMIA, EXOTISMO E OUTRAS AMBIGUIDADES
Cristina Donza Cancela, 269

13. DIPLOMACIA NAS MIGRAÇÕES: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E REVOLTA POPULAR NAS CORRESPONDÊNCIAS CONSULARES DO PARÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XX
Luiz Antonio Valente Guimarães, 293

14. UMA CASA DE FESTAS E VELÓRIOS: O PALACETE PINHO
Thaís Zumero de Pinho Toscano & Luís Augusto Barbosa Quaresma, 315

15. APROXIMAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A AMAZÔNIA NAS PÁGINAS DA *ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA*
Moema Alves, 335

16. DA OCIDENTAL PRAIA: REPRESENTAÇÕES LUSITANAS EM *BELÉM DO GRÃO-PARÁ*, DE DALCÍDIO JURANDIR
Paulo Nunes, 355

17. UM BAR, UMA REPÚBLICA E UMA GUERRA: FESTAS REPUBLICANAS PORTUGUESAS EM BELÉM DO PARÁ
Maria de Nazaré Sarges & João Arnaldo Gomes, 373

Apresentação

No final do mês de setembro do ano de 2017, foi assinado entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, I. P.) o protocolo de criação da Cátedra João Lúcio de Azevedo, instalada no dia 4 de junho de 2018, resultado do esforço e do diálogo estabelecidos entre a UFPA, o Camões, I. P., a Embaixada de Portugal no Brasil, o Vice-Consulado de Portugal em Belém, e demais entidades e pessoas da comunidade luso-brasileira.

A escolha do historiador João Lúcio de Azevedo para dar nome à cátedra não foi fortuita, pelo contrário, simboliza o reconhecimento a um dos mais importantes intelectuais portugueses. João Lúcio chegou ao Pará em fins do século XIX, como imigrante, e aqui fez fortuna, ampliou conhecimentos e se transformou em voz destacada na escrita da história luso-amazônica. Por isso mesmo, este centro de estudos e divulgação cultural busca, com a presente publicação, lançar mais um contributo para estreitar os vínculos de cooperação entre a Amazônia e Portugal, cujas histórias se entrelaçam dentro e fora dos círculos acadêmicos. No livro, historiadores e literatos de Belém e Manaus escrevem sobre esse novelo de narrativas que encenam a presença portuguesa no extremo norte da América do Sul.

Há muito tempo a nossa instituição, por meio de seus pesquisadores, tem investido na descoberta das teias de relações entre a Amazônia e a Europa, estabelecidas desde os tempos coloniais por missionários, viajantes e emigrantes portugueses. Essa busca se expressa no âmbito acadêmico, cultural e das relações atlânticas de amizade, intercâmbios e mútuas visitas que já fazem parte do cotidiano.

O antigo estado do Grão-Pará, chamado de A Sentinela do Norte na América lusitana, sempre presenciou chegadas e partidas de portugueses. Belém, como capital e herdeira de todo esse espólio de tradições e memórias, abra-

çou a chegada de uma sólida e reconhecida instituição de cooperação internacional, com vista a ampliar os conhecimentos sobre a história e a cultura luso-amazônicas – em uma perspectiva global, sob o alcance da língua portuguesa, na Europa, na América e em suas vastas conexões com a África e a Ásia – além de alargar e consolidar uma rede de investigação que envolve docentes, pesquisadores e doutorandos brasileiros e portugueses no campo da História e no largo campo das humanidades.

Abrindo a coletânea, Aldrin Moura de Figueiredo nos apresenta *Mairi dos Tupinambá e Belém dos Portugueses: Encontro e Confronto de Memórias*, em que analisa o processo histórico e literário de apagamento da toponímia indígena de Belém, em um amplo campo de disputas intelectuais ao longo de quatro séculos. Tratadistas coloniais, viajantes, etnólogos e geógrafos estão entre as fontes mais importantes utilizadas para a reflexão dos encontros e confrontos – da perspectiva indígena e europeia, no choque dos lugares de memória – sobre as origens da capital paraense. Wânia Alexandrino e Rafael Chambouleyron, historiadores da Amazônia colonial, em *Engenheiros Militares Portugueses na Amazônia Colonial*, examinam a trajetória de três engenheiros militares portugueses que atuaram na Amazônia, do fim do século XVII a meados do XVIII, a fim de debater o papel deles na construção da rede de fortalezas na região e mostrar sua trajetória formativa e atuação na região, até terminarem por se incorporar à sociedade local.

Dos anos finais do século XVIII até a segunda década do século XIX, a região apresentava-se muito inquieta e Magda Ricci procurou demonstrar, por meio do texto *Guerra e Governo: Os Governadores do Grão-Pará durante a Guerra contra a França (1790-1820)*, as raízes coloniais da Cabanagem, décadas antes de o movimento popular eclodir em toda a Amazônia brasileira. O texto analisa a atuação dos nobres portugueses que governaram o Pará durante o conflito na Guiana Francesa, e mostra como o governo do Estado era um cargo de prestígio e estratégico para Portugal, sob a ótica social e militar. O Cenário de união entre paraenses e portugueses, por conta da guerra, contrasta com o antilusitanismo já manifesto. Daniel Barroso e Mábia Sales, em *Migração Portuguesa, Atividades Mercantis e Escravidão: A Trajetória de um Negociante de Grosso Trato no Grão-Pará Oitocentista*, revisitam a economia paraense da primeira metade do século XIX, a partir da trajetória do negociante de grosso trato português Joaquim Antônio da Silva. Rico proprietário de terras, escravos e imóveis urbanos e rurais, Joaquim foi

um destacado agente em defesa dos interesses dos comerciantes portugueses no Pará. A análise dos autores revela como a migração portuguesa, as redes mercantis e a escravidão estavam imbricadas na configuração do complexo econômico paraense na primeira metade do Oitocentos.

O interessante título do artigo de Anndrea Tavares, *Da Ria ao Rio: Trabalhadores Aveirenses nos Rios do Pará (1882-1918)*, expõe as experiências vivenciadas por imigrantes portugueses, incorporados pelas demandas profissionais amazônicas e que fugiram à regra da inserção no setor terciário da economia – no comércio – para atuarem nos caminhos característicos da região: os rios. Eram pescadores, marítimos e calafates que enriqueceram as experiências socioprofissionais locais e colaboraram à pluralidade cultural característica da região. Em "*Sete Cousas Precisas para Viajar na América": Educação, Civilização e História em Cartas de Antonio Lopes Mendes (1882-1883),* Franciane Gama Lacerda, a partir de escritos do veterinário, agrônomo e desenhista português Antonio Lopes Mendes, procura compreender as impressões dele sobre a província do Pará do início da década de 1880, a partir de leitura de cartas que, embora públicas, apresentam um viés muito individual. Anna Carolina Coelho e Maria de Nazaré Sarges, com o artigo *De Imigrante a Rei da Borracha: Notas sobre a Trajetória de João Caetano Gonçalves Viana, o Barão de Gondoriz*, buscam analisar a trajetória e a memória desse imigrante português que veio jovem ao Pará, trabalhou no comércio e tornou-se comerciante de grosso trato bem-sucedido, sendo conhecido como o Rei da Borracha e agraciado com o título de Barão de Gondoriz, tendo sido representado na literatura e no cinema.

Devoção e Sacrifício: A Sobrevivência de Pinturas Setecentistas Portuguesas na Sé de Belém do Pará é o título escolhido por Sílvio Ferreira Rodrigues para demonstrar como Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, substituiu os antigos painéis da Catedral da Sé de Belém por "modernas" pinturas italianas, fazendo desaparecer parte das telas portuguesas setecentistas que então ornavam o templo. A história da sobrevivência dessas pinturas, testemunhas, sobretudo, de uma cultura visual que a Amazônia compartilhou com Portugal na segunda metade do Setecentos, também está nesse artigo. Maria Lucilena Gonzaga Costa e Germana Araújo Sales buscam demonstrar, em *Laços Literários d'Além-Mar: Pará e Portugal no Oitocentos,* que, entre as diversas atividades exercidas pelos imigrantes portugueses, está o desenvolvimento da imprensa paraense, o que contribuiu, sobrema-

neira, para a expansão da circulação e da produção do conteúdo literário na província e estreitou ainda mais os laços luso-paraenses. A cidade de Manaus no Oitocentos é apresentada por Maria Luiza Ugarte em *Vivências Lusitanas na Cidade da Borracha: Manaus (1893-1923)*, uma análise das múltiplas dimensões das vivências lusitanas na cidade de Manaus, no fim do século XIX e início do XX, momento em que a colônia portuguesa se vê sensivelmente ampliada e inicia mobilizações diversas no sentido de sua organização, visando uma inserção mais efetiva no contexto de recepção. Nessa mesma cidade amazônica, Luís Balkar Pinheiro põe em cena as *Tensões, Disputas e Conflitos Étnicos na Formação do Proletariado Amazonense: O Caso dos Portugueses (1890-1930)*. As relações entre trabalhadores portugueses e brasileiros em Manaus foi tensa durante todo o período e muitas vezes assumiu preocupante radicalidade, lembrando, inclusive, os movimentos "fora galegos", comuns em todo o país na segunda metade do século XIX e que se mantiveram como prática cotidiana no contexto amazonense, amplificando-se entre os trabalhadores nos momentos em que a derrocada econômica causava falências, fechava postos de trabalho e tornava o mercado de força de trabalho muito mais restrito e competitivo.

O Pará nos Jornais do Porto: entre Anúncios, Economia, Exotismo e Outras Ambiguidades, de Cristina Donza Cancela, investiga as matérias publicadas sobre o Pará entre os anos de 1900 e 1910, em dois dos jornais de maior circulação na cidade do Porto (Portugal) – *Jornal de Notícias* e *O Commercio do Porto*. Nas páginas desses periódicos, a pesquisadora procura ressaltar o perfil das notícias veiculadas e analisar em que medida o aumento da imigração lusa para o Pará, no auge da economia da borracha, refletiu em um maior volume de informações sobre o estado nos periódicos. Por sua vez, a singularidade do artigo de Luiz Antonio Valente, intitulado *Diplomacia nas Migrações: Participação Política e Revolta Popular nas Correspondências Consulares do Pará no Início do Século XX,* reside na perspectiva lançada, a partir da leitura das cartas enviadas do Consulado de Portugal no Pará a Lisboa, sobre o envolvimento dos portugueses nos acontecimentos ocorridos na capital naqueles anos. Em outra perspectiva, o lucro gerado pela borracha trouxe a construção de palacetes, rocinhas, chalés, obras luxuosas como o famoso Palacete Pinho e seu olhar espichado para o rio. O lar de Antonio José de Pinho é o personagem principal de *Uma Casa de Festas e Velórios: o Palacete Pinho*, de Thaís Zumero Toscano e Luís Augusto Barbosa Quaresma,

que apresenta essa joia da arquitetura portuguesa e símbolo de portugueses endinheirados da cidade. Um palacete construído na Cidade Velha para ser local de festas, saraus, jantares, homenagens, se incorporou à história da cidade e às memórias dos moradores, e encerrou solenemente a finitude do seu dono, o Comendador Pinho.

Em *Aproximações entre Portugal e a Amazônia nas Páginas da* Ilustração Portuguesa, Moema Alves examina a forma como a Amazônia foi apresentada aos leitores da revista *Ilustração Portuguesa,* que começou a circular em Portugal nos primeiros anos do século xx e cujas matérias permitem nos aproximarmos dos interesses e aspectos das relações entre Portugal e a Amazônia brasileira e das redes de relações que proporcionavam a circulação de informações transatlânticas. Paulo Nunes, em seu ensaio de cunho estilístico *Da Ocidental Praia: Representações Lusitanas em* Belém do Grão-Pará*, de Dalcídio Jurandir*, visa investigar aspectos de enunciação e enunciado que enfatizam traços lusitanos no romance *Belém do Grão-Pará*, de Dalcídio, publicado no Brasil (1960; 2004; 2016) e em Portugal (1979; 1982). Por fim, Maria de Nazaré Sarges e João Arnaldo Gomes, com *Um Bar, uma República e uma Guerra: Festas Republicanas Portuguesas em Belém do Pará*, procuram colocar em cena o contexto dramático que a segunda década do século xx representou na história dos portugueses, momento em que a memória de um passado glorioso foi retomada com todo o vigor. Para os que moravam em Belém, o Bar Portugal, construído em 1917, tanto serviu para expressar sentimentos de patriotismo por uma República que completava seu sétimo ano de implantação, quanto de solidariedade ao colaborar financeiramente com uma nação que, naquele momento, vivia os traumas de uma guerra.

Com esse espólio de conhecimento e de memórias, a Cátedra João Lúcio de Azevedo e a Universidade Federal do Pará vislumbram novos quadrantes do Imenso Portugal, investindo na leitura do passado em constante diálogo com o presente, que tanto nos afeta, que tanto nos move, que tanto nos comove.

Belém do Pará, setembro de 2019.

OS ORGANIZADORES

I MAIRI DOS TUPINAMBÁ E BELÉM DOS PORTUGUESES: ENCONTRO E CONFRONTO DE MEMÓRIAS

Aldrin Moura de Figueiredo[1]

FLUVIOCRACIAS: TEJO E AMAZONAS

Ao chegar em Belém por avião, o que primeiramente se vê é um labirinto aquático por entre o verde da floresta. E eis que no meio surge a cidade, repleta de arranha-céus. A baía do Guajará, que banha a capital paraense e para onde convergem os rios Pará e Guamá, simboliza essa fluviocracia para lembrar o conceito de Eidorfe Moreira[2] O motivo é simples: embora repartida entre vários países, a grande bacia do rio Amazonas tem, de fato, o seu ponto de confluência e gravitação em Belém do Pará, que nos últimos quatrocentos anos se tornou, por mais tempo, o centro de convergência política e econômica de toda a região Norte, em alguns momentos rivalizando com São Luís, no passado, e com Manaus, no presente. Passando em revista uma larga memória documental, desde cartografias antigas aos cronistas coloniais, visitando a fortuna literária contemporânea, percebemos de pronto a imagem dos caminhos de águas, rios e igarapés como metonímia da própria origem da Amazônia. Terra das águas com povo das águas, com todo o arsenal mítico associado à fecundidade e fertilidade do solo e dos rios, assim como os emblemas de purificação, transformação e limpeza, que aparecem tanto nos cantos dos pajés como embates atuais dos movimentos ecológicos[3].

1. Doutor em História. Professor da Faculdade de História da UFPA e pesquisador do CNPq.
2. *Belém e Sua Expressão Geográfica*, p. 72.
3. A. Porro, *Povo das Águas: Ensaios de Etno-História Amazônica*.

De fato, estamos lidando especialmente com uma imensa paisagem cultural, por sua clara associação com aspectos particulares do que poderíamos chamar de cultura das águas, cultura ribeirinha, cultura de várzeas, de uma sociedade haliêutica eivada de historicidade patrimonial[4]. O próprio conceito de Amazônia foi gestado na confluência e na interface de natureza e da tradição. Está claro que, pelo menos desde o final do século XVIII, o que hoje conhecemos como a região amazônica da América do Sul passou principalmente a ser identificada a partir de vários conceitos relativos ao mundo natural, especialmente ao ambiente de mata fechada e clima quente e úmido: floresta amazônica, selva amazônica, floresta equatorial da Amazônia, floresta pluvial ou hileia amazônica. Certamente foi o cientista prussiano Friedrich Alexander von Humboldt (1769-1859) quem usaria pela primeira vez o termo hileia (*Hyleae*) para denominar e centralizar essa região no planeta[5], porém a marca do território é muito mais antiga, tão antiga quanto a própria ideia de Brasil.

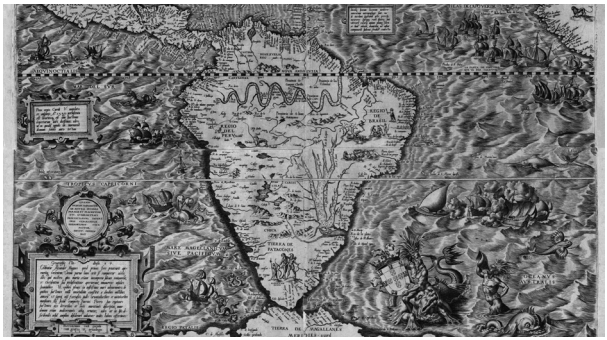
Desde 1540, quando Francisco de Orellana (1490-1550?) desceu o imenso Paraná-Assú dos tupis, o batismo do rio Amazonas correu o mundo, evocando imagens das mulheres guerreiras da mitologia grega e das narrativas indígenas das índias icamiabas[6]. A centralidade do rio Amazonas na cartografia da América já era atestada no mapa de Antonio Gutierrez, de 1554 (Figura 1), em que descreve uma das quatro partes do mundo. Da natureza à história, a ideia de território amazônico, como espaço vivido, começava a ser construída. Em 1833, Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865) utilizaria a expressão "País das Amazonas" para denominar a extensa área do antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão, nos tempos da América colonial portuguesa[7]. Essa noção faria percurso de mão dupla no campo científico oitocentista, entre a Ilustração e o Romantismo, tanto que, em 1835, Johann Moritz Rugendas (1802-1858) utilizaria "região do Amazonas" para nomear a região Norte do Brasil, enquanto o barão Frederico José de San-

4. L. Furtado, "Pesqueiros Reais & Pontos de Pesca: Traços da Territorialidade Haliêutica ou Pesqueira Amazônica", p. 3.
5. A. von Humboldt, *Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent*.
6. G. Carvajal, *Descubrimiento del Rio de las Amazonas*; G. I. Koch, A. C. Bentes e A. M. Fiqueiredo, "A Descoberta do Brasil pela Amazônia: o Relato de Viagem de Gaspar de Carvajal"; M. Harris, "Revisiting First Contacts on the Amazon 1500-1562".
7. I. A. e Silva, *Corografia Paraense, ou Descripção Física, Histórica e Política da Província do Gram-Pará*, p. 2.

ta-Anna Nery (1848-1901) retomaria a ideia de "País das Amazonas" em uma publicação em Paris, em 1885[8]. Nery foi o ponto de partida de uma vasta intelectualidade "nativa" que utilizaria um juízo de Amazônia com forte acento histórico, geográfico e cultural, no qual se sobressairiam José Veríssimo, José Coelho da Gama Abreu, Ignacio Moura, Euclides da Cunha, Henrique Santa Rosa, Alfredo Ladislau e Eidorfe Moreira.

O conceito de Amazônia, portanto, incluindo sua acepção como paisagem cultural, pode variar dependendo do ponto de vista fisiográfico, geomorfológico, biogeográfico, político e histórico. Por isso mesmo, tomando aqui o viso da história, procuro analisar alguns momentos que julgo cruciais para a percepção da construção histórica da cidade de Belém, como espécie de "centro" convergente da Amazônia, como paisagem cultural do Norte do Brasil, desde a cidade indígena que nunca se consolidou até a presente memória nostálgica da *belle époque* equatorial. Auxilio-me aqui de alguns dos melhores intérpretes entre a escrita da história e o texto literário, tomando como temas fundamentais as "origens" indígenas, a ideia de terra mestiça, a conformação de uma cidade portuguesa, a inflexão da cidade cabana, passando pela reconstrução feita pela modernidade na selva, assim como os textos sobre sua paisagem climática espelhada na chuva da tarde, até a formação de uma cidade de muitas crenças provindas de uma ancestralidade indígena e cabocla.

FIGURA 1: América, quarta parte do mundo, com o rio das Amazonas em forma de serpente, por Diego Gutierrez, 1554.



FONTE: Biblioteca do Congresso, EUA.

8. J. M. Rugendas, *Voyage pittoresque dans le Brésil*; F. A. Nery, *Le Pays des Amazones: L'El-Dorado, les terres a caoutchouc*.

Se pensarmos em uma terra das águas, é extraordinário que não se recorde a fluviocracia ibérica do rio Tejo, em imagens já consagradas de Antonio Vieira a Chico Buarque de Holanda, além de releituras contemporâneas que vão da música à ensaística literária[9]. A Mairi tupinambá é espelho inverso e oculto na produção histórica da Amazônia.

MAIRI: A CIDADE TUPINAMBÁ

Antes da chegada dos portugueses, em janeiro de 1616, os Tupinambá chamavam de Mairi o local onde hoje está o núcleo urbano de Belém. O antropólogo Manuel Nunes Pereira (1892-1985) registrou, no seu compêndio de narrativas indígenas *Moronguetá*, que os índios do Rio Negro, na primeira metade do século XX, guardaram na memória um nome que vinha desde os tempos coloniais – Mairi[10]. O termo já havia sido registrado em outros compêndios e vocabulários amazônicos. O conde Ermanno Stradelli (1852-1926), conhecido folclorista, fotógrafo viajante ítalo-brasileiro, que realizou expedições à Amazônia nas últimas décadas do século XIX recolhendo relatos de mitos dos povos indígenas, em especial entre os Uanana, anotou o termo Mairi, no vernáculo nheengatu, como sendo "cidade", e seus habitantes como "mairiuára" e "mairipora"[11]. O médico Alfredo Augusto da Matta (1870-1954), por sua vez, no seu *Vocabulário Amazonense*, dá ao termo Mairi o significado de "velha"[12].

Interessante notar que a junção dos dois usos para a palavra Mairi conforma exatamente o nome do bairro que abriga atualmente o centro histórico de Belém – Cidade Velha. Não é por acaso. Desde o início das primeiras décadas do século XIX, no contexto da independência do Brasil, vários intelectuais buscaram demarcar a origem indígena não somente da toponímia amazônica, como também da incorporação que os portugueses fizeram dos usos dos termos indígenas, numa espécie de tradução cultural. Na década de 1820, quando viveu no Pará, Ignacio Accioli refere-se várias

9. Vale citar aqui, além do conhecido *Sermão da Sexagésima*, do Padre Antônio Vieira, o *Fado Tropical*, de Chico Buarque (L. L. Barreto, A. M. Kieffer, *Antonio Vieira: do Tejo ao Amazonas*, álbum musical; O. Rios, *O Amazonas Deságua no Tejo: Ensaios Literários*).
10. M. N. Pereira, *Moronguetá: um Decameron Indígena*, p. 394.
11. E. Stradelli, "Vocabularios da Língua Geral Portuguez-nheêngatú e Nheêngatú-portuguez", p. 149.
12. A. A. da Matta, *Vocabulário Amazonense: Contribuição para Seu Estudo*, p. 46.

vezes à "língua Tupinambá" como matriz onomástica dos nomes próprios de lugares, da sua origem e evolução nos primeiros séculos da história paraense[13]. A partir desse quadro, geógrafos como Eidorfe Moreira chegaram a afirmar que não foi, afinal, o "padrão cultural do colonizador, mas do nativo, que prevaleceu nessa fase inicial da conquista". Estava em jogo a demografia indígena e sua experiência quando o nativo "impôs à cidade a presença do meio", o que demonstra que "ele não foi apenas braço, mas também animador e parte integrante da paisagem urbana"[14].

Essa reiterada presença e ação indígenas, hoje muito investigada pela historiografia, ainda causava surpresa na década de 1950, quando os historiadores devotavam mais afinco à compreensão da rapidez e facilidade com que os europeus se estabeleceram e se fortificaram no vale do Amazonas, embora já pudessem notar que isso só fora possível graças à decisiva, efetiva e conflituosa participação do índio[15]. Eidorfe sugere que o primeiro forte construído pelos portugueses na Amazônia foi, por mais de um século, tão somente uma paliçada, uma espécie de "castrametação improvisada, com a participação ativa dos tupinambás". A seguir, complementa: "A não ser a artilharia, nada mais indicava aí uma fortificação em largo estilo"[16]. De outro modo, podemos inferir que parte importante da arte e técnica de escolher, medir e preparar terreno para a construção do acampamento e fortificação da cidade de Belém nos primeiros anos da ocupação portuguesa foi, em grande medida, tupinambá.

A indagação é se Belém é uma cidade índia ou portuguesa, americana ou europeia? O mesmo Eidorfe Moreira propõe que se trata de cidade "indígena como *urbs*", no que toca aspectos de sua edificação, no entanto "portuguesa como *civitas*", quando mostra sua "organização social e administrativa"[17]. O conceito de paisagem cultural toma a frente na análise. Passa-se a tratar de *ethos*, de maneira de ser, de economia interna. A primeira Belém

13. I. A. e Silva, *Corografia Paraense, ou Descripção* Física, Histórica e Política da Província do *Gram-Pará*, p. 2-3.
14. E. Moreira, *Belém e sua Expressão Geográfica*, p. 30.
15. A. C. F. Reis, *O Índio da Amazônia* e *a Expansão Portuguesa na Amazônia nos Séculos XVII e XVIII*; H. Dantas, *Colonização e Civilização na Amazônia: Escrita da História e Construção do Regional na Obra de Arthur Reis (1931-1966)*.
16. E. Moreira, *Belém e sua Expressão Geográfica*, p. 31.
17. *Idem*, *ibidem*.

vivia, em grande medida, em função do índio, por conta do trabalho, do uso da caça, da pesca e das canoas. Vasta crônica dá conta de que a força de trabalho indígena formou inclusive a primeira escravidão, como alicerce da riqueza pública e privada[18]. Ao mesmo tempo, a cidade tupinambá, tendo o índio como o catecúmeno, aprendiz de novas tarefas e como cativo do trabalho, viu nascer as primeiras rebeliões sociais, envolvendo gente do governo, padres e moradores[19]. A paisagem cultural indígena, como marca ou feição geográfica, residia no que tanto memorialistas como historiadores e geógrafos chamavam de "primarismo arquitetônico", com "construções modestas e precárias", uma capital erguida em madeira e palha envolvida num mangue largo e argiloso que marginava a cidade fortificada[20]. Augusto Meira Filho afirma ainda que os próprios moradores das primeiras décadas do século XVII "julgavam que a colônia se assentava em uma *ilha*, tal a gravidade de suas baixadas pantanosas que emolduravam a sede da capitania"[21].

A cidade criada pelos portugueses, na verdade, imitava o índio em matéria de construção. Novos estudos arqueológicos têm mostrado que, para além da palhoça, a caiçara e a paliçada foram aprendidas com as populações indígenas como estratégia construtiva de precaução e defesa. É ainda Eidorfe Moreira quem demonstra que, no início da ocupação da Amazônia, as cercas de proteção, com estacas de acapu ou itaúba, não eram apenas um requisito natural da arquitetura indígena com fins defensivos, mas também um elemento característico "do estilo ou modo de ser pioneiro"[22]. Pesquisas arqueológicas muito recentes têm desbravado diferentes paisagens da Amazônia e apresentado inúmeras possibilidades de leitura dos usos e ocupações da região por populações pré-coloniais. No caso dos chamados geoglifos no Acre e em regiões do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, se especula o uso da paliçada em grandes ambientes cercados, como estratégia de defesa e proteção de aldeias inteiras[23]. As trocas culturais, o manejo da memória

18. R. Chambouleyron, M. Bonifácio e V. S. Melo, "Pelos Sertões 'Estão Todas as Utilidades': Trocas e Conflitos no Sertão Amazônico (Século XVII)".
19. A. D. Carvalho Júnior, "A Revolta dos Primeiros Índios Cristãos: Guerra e Conflitos na Construção da Amazônia Portuguesa – Século XVII".
20. E. Moreira, *Belém e sua Expressão Geográfica*, p. 31; E. Cruz, *História do Pará,* p. 40.
21. A. Meira Filho, *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*, p. 153.
22. E. Moreira, *Belém e sua Expressão Geográfica*, p. 34.
23. D. Schaan, "Construindo Paisagens como Espaços Sociais: o Caso dos Geoglifos do Acre".

e a experiência da observação esclarecem, com muita probabilidade, que a cerca indígena, não somente aquela de origem tupi, foi "a primeira medida defensiva do nativo utilizada pelo conquistador em seu proveito"[24]. Também está suficientemente claro que, em matéria de construção, quase tudo o que Belém teve em seu começo dependeu dos Tupinambá. A imagem dos índios à espera dos portugueses, na representação da pintura histórica do início de século XX, portanto, é apenas parte da narrativa da paisagem. A construção do forte em pedra, pintado por Theodoro Braga, é mais uma invenção da história visual que pretendia enaltecer a presença do conquistador, suas habilidades e suas riquezas frente ao insano trabalho indígena no desenho da primeira imagem de Belém.

Aos poucos vamos sabendo que as fortalezas coloniais, mitos de origem de várias cidades amazônicas, são frutos de trocas, intercâmbios e muitos conflitos entre europeus e indígenas. No caso de Manaus, por exemplo, o Forte da Barra do Rio Negro, elo perdido no tempo e nas invenções dos memorialistas à cata de uma igual certidão de batismo para a capital do Amazonas, é exemplo de terra já povoada por várias comunidades indígenas. Milton Hatoum critica justamente essa dimensão simbólica dos antigos historiadores e memorialistas em entronizar a marca do branco sobre a história dos índios, como "uma presença soterrada, passado que se pretende morto"[25]. A imagem mais tocante dessas fortalezas é o Forte do Presépio de Belém, contrastando com o povoado tupinambá e sua fogueira, assim como o Forte da Barra de Manaus, assentado sobre o cemitério Baré, pontos fulcrais na mitologia historiográfica da Amazônia. Essas análises convergem para comprovar que os indígenas foram os moradores e ocupantes do primeiro núcleo de fundação dessas cidades e, posteriormente, foram "expulsos" para as áreas de seus futuros bairros, em especial para os subúrbios e periferias. O maior de todos os espólios da memória é certamente esse: como vista ou paisagem, Belém não podia deixar de ser também uma cidade indígena, mesclada que foi no arruamento português, que tomou frente no peso da mão dos historiadores do passado, como presença histórica e afirmação política.

24. E. Moreira, *Belém e sua Expressão Geográfica*, p. 34.
25. M. Hatoum, "Amazonas capital Manaus", p. 50.

FELIZ LUSITÂNIA

A cidade tupinambá foi esquecida na memória da cidade lusitana, de alma portuguesa, de esquadro ibérico. Ao menos é essa a recordação oficial que as políticas públicas de patrimônio e turismo pretendem reafirmar. O antigo núcleo colonial de Belém, denominado bairro da Cidade Velha, hoje se confunde com o chamado centro histórico e com o complexo turístico batizado de Feliz Lusitânia. No atual processo de gentrificação, o poder público enaltece o rastro português sem, no entanto, negar a presença e a importância indígena na afirmação da cidade. O nome, a marca, o selo, todavia, são brancos, europeus e portugueses. Os mais importantes prédios e logradouros do bairro fazem parte dessa cartografia: Forte do Presépio ou do Castelo; praça D. Frei Caetano Brandão, antigo Largo da Sé; Casa das Onze Janelas; Museu de Arte Sacra, antigo Palácio Episcopal, Colégio dos Jesuítas e Igreja de São Francisco Xavier; Catedral Metropolitana de Belém; Ladeira do Castelo; Museu do Círio; Museu Histórico do Estado do Pará, no Palácio Lauro Sodré, antigo Palácio dos Governadores; e o Museu de Arte de Belém, no Palácio Antônio Lemos, antigo Paço Municipal[26].

Todo esse urbanismo tem, obviamente, um sentido histórico e historiográfico. Diversos historiadores defenderam a preeminência lusa na abertura e definição dos significados do primeiro arruamento de Belém. Ernesto Cruz detalha a construção do antigo bairro da Cidade, depois chamado Cidade Velha, como "simples e estreitos caminhos" que nasceram a partir da fortaleza originária. Uma rua do Norte, paralela à baía do Guajará, "indo da praça d'armas, onde se abrigavam os soldados de Castelo Branco, ao ponto onde está hoje a Igreja do Carmo". Nomes de santos, pessoas e famílias gradas, além dos usos do cotidiano batizaram as primeiras ruas e vielas, seguindo os costumes de Lisboa: rua do Espírito Santo e dos Cavaleiros, e a seguir as ruas de São João, da Residência, da Atalaia, da Barroca. Os nomes, cujas inscrições estavam assinaladas em letra "alva em campo negro", conforme os registros de 1804, assim permaneceram até a independência do Brasil[27].

26. E. Godinho, "A Invenção do Centro Histórico de Belém/PA: Aspectos Institucionais"; C. S. Miranda, *Cidade Velha e Feliz Lusitânia*: *Cenários do Patrimônio Cultural em Belém*; D. F. Costa, *Além da Pedra e Cal: A (Re)construção do Forte do Presépio em Belém do Pará, 2000-2004*.
27. E. Cruz, *Ruas de Belém*, pp. 17-18.

Eidorfe Moreira preconiza que a cidade imbricada ao Forte do Presépio, como uma simbiose de matéria e sociedade, articulada "num só corpo ou unidade orgânica", e as primeiras três ruas abertas, aqui citadas, representaram os três elementos fundamentais da primeira conquista: a posição geográfica, a marca da religião e a estratificação social[28]. Empurrada para a periferia, a cidade tupinambá perdia espaço para a lusitana, sem nenhuma aparente rivalidade. O mesmo Eidorfe acredita na emergência, ainda no século XVII, de dois bairros, o português e o índio, com "uma forte diferenciação étnica". A Cidade Velha "era então portuguesa e a Campina, índia", com duas existências separadas, mas complementares[29]. Porém, toda essa comunidade indígena não poderia viver assim à distância dessa "paisagem de poder"[30]. Quatro importantes ordens religiosas se estabeleceram na cidade – Franciscanos, Carmelitas, Mercedários e Jesuítas, cujo controle da catequese indígena também instituiu imensa troca cultural em arte, música, teatro e linguagem, tudo afinal elemento "pedagógico e recreativo" no ensino da fé e do trabalho[31]. Esses mesmos religiosos, especialmente jesuítas, promoveram em Belém a representação de "jogos cênicos", autos teatrais com conteúdo apostólico, cheios de cenas bíblicas, muitas vezes encenados nos largos e também nos engenhos, segundo vasta notícia dos cronistas da época[32].

De mútuo e desigual aprendizado, brancos e índios trocaram muitos conhecimentos a respeito do necessário para construir uma cidade. Segundo Manoel Barata, praticamente todo o combustível utilizado para iluminar as noites de Belém nesses primeiros tempos vinha do azeite de andiroba (do tupi ãdiroba, óleo amargo), cuja etimologia, segundo Antônio Houaiss, data de 1618[33]. O próprio ir e vir dependia do braço indígena. Jayme Calheiros descreve as redes, palanquins e liteiras usados por "gente rica e de distinção" para ir à missa, aos passeios e demais atividades feitas à rua[34]. A

28. E. Moreira, *Belém e sua Expressão Geográfica*, p. 62.
29. *Idem*, p. 159.
30. R. Lopes, *"O Melhor Sítio da Terra": Colégio e Igreja dos Jesuítas e a Paisagem da Belém do Grão-Pará*, p. 15.
31. M. A. Chaves, "Noite de Música Paraense", p. 219.
32. V. Salles, "Tablado Nazareno", *A Província do Pará*, Belém, 17 de outubro de 1976, p. 9.
33. M. Barata, *Formação Histórica do Pará*, p. 179. A etimologia referida por Houaiss parte do livro de Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, publicado originalmente em 1618 (A. F. Brandão, *Diálogos das Grandezas do Brasil*).
34. J. Calheiros, *Álbum Comercial do Pará*, p. 31.

copiosa escrita do padre Antonio Vieira, em sermões e cartas, também descreve amiúde o papel do índio na construção da cidade, com imensa denúncia dos maus tratos que esses indígenas sofreram durante todo o primeiro século de conquista da região, questão que perduraria nos séculos seguintes, compondo mesmo um padrão das relações interétnicas durante a Colônia e o Império.

MESTIÇOS E CABANOS: OUTRAS MEMÓRIAS.

A partir de 1870, nas últimas décadas do Império e limiar da República, os intelectuais brasileiros passaram a se ocupar cada vez mais do problema da identidade nacional e da formação social do país. Nunca se escreveu tanto sobre a questão racial e os problemas da mestiçagem como tópicos importantes na interpretação dos destinos da nação. Na Amazônia, certamente o nome mais importante foi José Veríssimo (1857-1916), que publicou, já em 1878, um texto sob o título *Raças Cruzadas no Pará*, que posteriormente seria ampliado e refundido em outro trabalho bem mais amplo, em 1887, intitulado *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia: sua Linguagem, suas Crenças e seus Costumes*. Trata-se de uma espécie de inauguração dos estudos etnográficos sobre a Amazônia, em profundo diálogo com os debates mais importantes que ocorriam no Brasil e no estrangeiro. Porém, o problema da mestiçagem, para além do debate racial e civilizacional, parecia mais um exercício metonímico de interpretação de uma espécie de biografia da Amazônia, escrito em prosa ou poesia, em crônica ou relato histórico, em texto ou imagem.

O escritor Humberto de Campos, que viveu em Belém na primeira década do século XX, já traçava, em poesia, a imagem dúbia do fundador da cidade, o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco: menos como herói e mais como selvagem, recuperando a face do índio assim como a paisagem tupinambá:

> Rezas pecando. Com pavor das gentes,
> Se contas na mão passas o dia
> Matas tupinambá quase inocentes.
>
> Para a conquista vinhas dar a imagem:
> Vinhas clamar contra a selvageria,
> Quando tu, português, eras selvagem![35]

35. H. Campos, "O Selvagem".

Essa imagem seria explicada posteriormente pelos historiadores. Foram dezoito dias de viagem entre São Luís e Belém, entre o natal de 1615 e os primeiros dias de janeiro de 1616, até a chegada ao Paraná-Assú ou Guaçu dos Tupinambá. Ernesto Cruz diz que, nesse primeiro encontro, os índios não se mostraram hostis com os invasores[36]. Ao contrário dos índios, o conquistador foi sanguinário. Já em 1664, o padre Antonio Vieira informava a seu superior provincial do Brasil a situação degradante porque passavam os nativos da terra, que tudo faziam, desde construir canoas, velejarem, caçarem e pescarem, a erguer casas, percorrer longos caminhos sertão a dentro, muitas vezes tratados como "cães", em jornadas que, via de regra, os levava à morte[37]. Vicente Salles, tomando a famosa crônica do padre João Felipe Bettendorf, de meados do século XVII, comenta a regra dos castigos e maus-tratos aplicados por donos de engenhos de cana aos índios escravizados, assim como a jovens índias, "postas em lugar de bois para fazer andar uma engenhoca de aguardente[38]. Esse quadro dramático não serviu, todavia, para demarcar as balizas da segregação racial. Nos séculos seguintes, muitos cronistas passaram a comentar sobre a força da mestiçagem no Norte do Brasil.

O príncipe Adalberto da Prússia (1811-1873), em viagem ao Brasil em 1842, comenta que, além dos grupos indígenas, a província do Pará compunha-se de brancos, "de gente de origem mestiça", e de cafuzos, nos quais predominava "o sangue de índio e de negro", além dos chamados "índios mansos", havidos então como "os habitantes primitivos que se fixaram entre a população branca". Ao averiguar porque os índios e seus descendentes pareciam em maior número em relação aos negros e mulatos, obteve como resposta que "até 1755 todos os serviços de escravos eram feitos exclusivamente por índios" e que "só por esta época foi que o rei D. José permitiu-lhes ficarem livres à vontade, e só então começaram a ser introduzidos os negros escravos"[39]. Hoje sabemos que essa narrativa é como nossa fábula das três raças formadoras da nacionalidade. Estudos mais recentes informam que diferentes tipos de uso da força de trabalho, regimes de escravidão e liberdade, além de diversos contingentes étnicos e fluxos demográficos já se apresentavam na

36. E. Cruz, *História do Pará*, p. 34.
37. Pe. Vieira, "Carta ao Padre Provincial do Brasil (1664)", p. 361.
38. V. Salles, *O Negro no Pará sob o Regime da Escravidão*, p. 130.
39. Príncipe Adalberto da Prússia, *Brasil – Amazonas – Xingu*, p. 139.

Amazônia desde as primeiras décadas do século da conquista. Outros viajantes do século XIX, por exemplo, tiveram um olhar minucioso para, por exemplo, a população negra de origem africana. Assim como na memória sobre o triste passado dos índios, Heinrich Handelmann (1827-1891), em sua *História do Brasil*, publicada em Berlim em 1860, lembra situação análoga com o escravo negro. Diz ele que o senhorio de Belém tinha fama perversa "por sua crueldade contra os escravos", e que no Sul "não havia ameaça mais eficaz do que a de serem vendidos para o Pará"[40].

A paisagem mestiça, no entanto, estava consolidada. O pastor americano Daniel Kidder (1815-1891), ao visitar o Pará na década de 1840, já notava a "aparência peculiar do povo". Se brancos e negros não pareciam diferir de outras partes do Império, era notável o predomínio da "raça indígena". O colorido racial, em seus diferentes matizes, "desde o índio puro até as mais variadas formas de mestiçagem com pretos e brancos" era visível no cotidiano da cidade. Estavam em toda parte, a confirmar a ideia de cidade mestiça: "Ocupam-se esses mestiços de todas as posições sociais: o comércio, as artes manuais, a marinha, a milícia, o sacerdócio e o eito"[41]. A paisagem cultural mestiça das ruas de Belém foi amplamente comentada por outros viajantes de várias procedências. O naturalista inglês Henry Walter Bates (1825-1892), que viajou à Amazônia, acompanhado de Alfred Russel Wallace, com o objetivo de recolher material zoológico e botânico para o Museu de História Natural de Londres, não deixou de registrar essa população de escravos e trabalhadores nos poços, bicas e chafarizes de Belém. A paisagem sonora de "tagarelas escravas negras" com seus cantos de trabalho, aguadeiros barulhentos com suas "carroças de água" e "grupos vociferantes de negros e quizilentos galegos, proprietários dos carros-pipas" animavam desde cedo as públicas. Escorados nas portas das tabernas e baiucas, enquanto iam "tomando seus tragos matinais", debatiam e discutiam entre si em conversas intermináveis[42].

A mestiçagem, profundamente comentada no século XIX, está relacionada a uma longa história de contatos culturais, na construção daquilo que Serge Gruzinski (2001), observando a Amazônia a partir de um olhar do

40. H. Handelmann, "História do Brasil", pp. 310-311.
41. D. Kidder, *Reminiscências de Viagem e Permanência no Brasil – Províncias do Norte*, p. 169.
42. H. W. Bates, *Um Naturalista no Rio Amazonas*, pp. 46-47.

presente, chamou de "pensamento mestiço". Tratava-se de um mundo mesclado, no qual o aparente arcaísmo poderia ser visto, de fato, como sintoma de modernidade, como observaram os modernistas brasileiros nas primeiras décadas do século XX: a busca por um Brasil profundo, justamente aquele rejeitado no século XIX, composto de uma cultura antropofágica, na qual o antigo havia de ser deglutido pelo contemporâneo[43]. Um bom exemplo dessa inquietude com a mestiçagem é o que escreve o já citado José Veríssimo sobre as mamelucas do Pará, tidas como descendentes "do sangue tupi e português". Os gestos e maneiras, a indumentária e a moda, atitudes e posturas fazem o escritor passar vistas na crônica e nos testemunhos dos tempos do Primeiro Reinado. O escritor cita os relatos de Antonio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850), em seu *Ensaio Corográfico*, de 1833, para mostrar que a maneira de se vestir dessas mulheres não havia mudado em um século, tampouco sua formosura. Há uma espécie de registro sentimental na escrita de Veríssimo: "Mais baixa que alta, morena e sempre pálida, tem uns olhos pretos, profundos, a nadarem e um fluido amoroso, coroados por sobrancelhas negras, levemente arqueadas"[44].

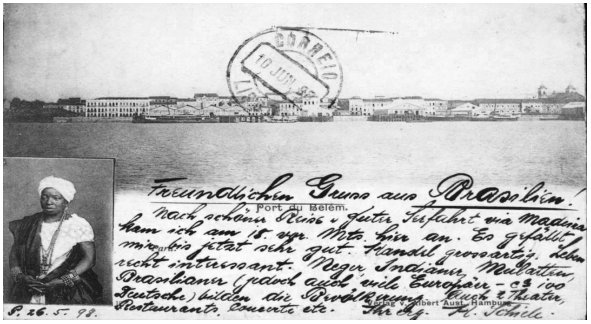
Muitas dessas mulheres tornaram-se célebres na vida e na morte. Em 1873, o cônego Francisco Bernardino de Souza, em suas *Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas*, narra o triste assassinato da mameluca Maria Bárbara, no início do século XIX, por um indivíduo que tentou violentá-la. O caso ocorreu nos arrabaldes da cidade, no caminho da fonte do Marco da Légua, sendo atribuído a um soldado, que fora condenado à morte apesar de clamar inocência. A história ficaria ainda mais conhecida porque, anos depois, o verdadeiro assassino, "ralado de remorsos", fazia à hora da morte "pública confissão de seu crime"[45]. No início do século XIX, antes da independência do Brasil, a imagem que se procurava construir para as mulheres mamelucas era a da busca da civilização. O caso de Maria Bárbara, transformada em mártir por lutar por sua honra, foi, na mesma época do ocorrido, cantado em soneto pelo mais famoso poeta de então, Bento de Figueiredo

43. A. M. de. Figueiredo, "Flami-n'-assú na Transversal do Tempo: Patrimônio Histórico, Cultura e Identidade Nacional na Amazônia".
44. J. Veríssimo, *Scenas da Vida Amazônica*, p. 172.
45. F. B. de. Souza, *Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas*, p. 30.

Tenreiro Aranha (1769-1811), "lembrando que teve uma consorte, que por honra da fé que lhe julgara, à mancha conjugal prefere a morte"[46].

Assim como a mameluca, também a mulata paraense foi tema de vasta escrita nos anos iniciais do século XX, em cartões postais e fotografias, a exportar o exotismo da cor no Atlântico equatorial. João Affonso do Nascimento (1855-1924) assim descreve a personagem central na paisagem humana da capital do PARÁ: "cozinheira ou costureira, amassadeira de açaí ou vendedeira de tacacá, ama seca ou criada de servir, a mulata paraense era sempre original no seu vestir, de que jamais se afastava". Seu retrato revelava uma mulher "bonita, feições de mestiça, robusta, elegante, amando o asseio e os perfumes fortes, feitos de raízes e ervas nacionais". Nos trajes, "usava corpete decotado, de mangas curtas e tufadas, saia pelos tornozelos, toda em roda da mesma altura, de folho na beira", e as mesmas chinelinhas da crioula maranhense. Nos cabelos, os ramalhetes de jasmins; no pescoço, um colar de ouro com medalha na frente e, "nas costas, sobre o cangote, para afugentar feitiços e maus olhados, enorme figa de azeviche"[47]. A cunhantã, menina cabocla, assim como a mulatinha, tornou-se tema da poesia modernista, em textos de Bruno de Menezes, Eneida de Moraes ou Manuel Bandeira.

FIGURA 2: Porto de Belém, cartão postal



FONTE: Verlag v Albert Aust. Hamburg, 1897. Coleção Privada.

46. B. de F. T. Aranha, *Obras litterarias*, p. 38; F. Lacerda, "'Sou Livre': Narrativas e Representações de mulheres em Belém do Pará (Século XIX)", pp. 25-33.
47. J. Affonso, *Três Séculos de Modas*, pp. 223-224.

"Vinha do Pará,
Chamava-se Siquê
Quatro anos. Escurinha. O riso gutural da raça.
Piá branca nenhuma corria mais do que ela.

Tinha uma cicatriz no meio da testa:
- Que foi isto, Siquê?
Com voz de detrás da garganta, a boquinha tuíra:
- Minha mãe (a madrasta) estava costurando
Disse vai ver se tem fogo
Eu soprei eu soprei eu soprei não vi fogo
Aí ela se levantou e esfregou com a minha cabeça na brasa

Riu, riu, riu

Uerequitáua.
O ventilador era coisa que roda.
Quando se machucava, dizia: Ai Zizuz!".[48]

Raimundo Moraes, do mesmo modo, tomou a mulata, pelo cheiro, como símbolo de asseio: "de chinela na ponta do pé", trazendo na "trunfa do cabelo", enfiado no pente, a baga da baunilha e o estrato de patchuli. Descreve o perfume do amassado de raízes, ervas, trevos, paus ralados, jasmins e rosas, vendidos em balaítos e talas, que as matronas espalham na roupa branca de suas arcas e cômodas. Tudo isso "traduz o gênio limpo da mulher"[49]. Essa imagem de mulher ganharia a máxima expressão na pintura de Antonieta Santos Feio (1897-1980), em especial com Vendedora de Cheiro, de 1947, na qual reconhecemos a figura de uma mulher que certamente já encontramos em algum momento, em algum lugar. Cada detalhe tem um nexo profundo no conjunto da obra, mas em tudo sobressai a força mágica do sincretismo e da pajelança: jasmins brancos e rosas-de-todo-ano vermelhas no antigo penteado das mamelucas paraenses. No peito, um crucifixo e uma figa de pau d'Angola metida em ouro – na certeza de que o amuleto distraía o mal que poderia se aproximar[50].

48. M. Bandeira, "Cunhantã (1927)", pp. 51-52.
49. R. Moraes, *Paiz das Pedras Verdes*, p. 213.
50. A. M. de. Figueiredo, *Janelas do Passado, Espelhos do Presente: Belém do Pará, Arte,*

Assim como a memória da cidade indígena perdeu espaço na construção do patrimônio histórico de Belém, também a Cabanagem, havida como o principal movimento político e o de maior alcance ocorrido na Amazônia nos últimos quatro séculos, não conseguiu sobreviver às disputas sobre os usos dos espaços da memória na paisagem urbana. Um bom exemplo disso é o que ocorreu com o Memorial da Cabanagem, monumento erguido no complexo do Entroncamento, a partir de projeto de Oscar Niemeyer, sob patrocínio do então governador do Pará Jader Barbalho. O monumento foi construído para compor as comemorações do sesquicentenário da Cabanagem, em 7 de janeiro de 1985[51]. Desde a época de sua conclusão, muitos debates em torno do significado do monumento foram veiculados, levando em conta as acepções atribuídas por Niemeyer à história da Cabanagem. O desenho de uma rampa elevada em direção ao céu com uma inclinação acentuada apontando para um ponto sem fim, tendo no meio uma "fratura", um pedaço do monumento que jaz no chão, parecia assinalar algo incompleto e que ainda está por vir. Diversos historiadores advogam que se trata da polêmica memória da "tomada do poder pelo povo, uma das coisas mais raras da história", ocorrida "no Brasil uma vez e apenas uma única vez"[52]. A história em fragmentos urbanos revolve cenas equivalentes no traço de arquitetos e pintores.

Fechado à visitação pública, o memorial hoje se encontra praticamente abandonado, tendo sido vítima de depredações, pichações e arrombamentos, inúmeras vezes denunciados pela imprensa. Essa situação, que representa parte do descaso dos poderes públicos com a história, a memória e o patrimônio da cidade, revela ainda mais: os usos e rejeições da memória histórica por grupos e partidos políticos, de diferentes linhagens e em distintas temporalidades, no exercício do poder institucional[53].

Imagem e História; C. F. Silva, *O Moderno em Aberto*: *o Mundo das Artes em Belém do Pará e a Pintura de Antonieta Santos Feio*; F. A. Paes, *Vestígios do Sagrado: Arte e Religião na Pintura de Antonieta Santos Feio.*

51. E. R. Ferreira, "Comemorações e Memórias da Cabanagem"; J. de A. Souza, "Silenciamentos e Esquecimentos das Cabanagens do Grão-Pará".
52. D. Freitas, "Cabanagem: Revolução Confiscada", p. 10.
53. M. M. C. Barbosa, "Sete de Janeiro da Cabanagem: as Efemérides Cabanas e as Dissonâncias Sociais em Belém (1985-2002)", p. 491.

É quase lugar comum dizer que a Cabanagem, de tão profunda marca na história da Amazônia, nos deixou poucos registros de imagem. Pelo menos é o que se diz até agora. Existe, no entanto, alguma coisa de importante, ainda à cata de pesquisa que desvie o olhar do escrito para o visual. Em 1838, o pintor e gravurista francês Victor Marie Félix Danvin (1802-1842) nos legou uma gravura feita em metal, intitulada *No Rio Amazonas*, com o escrito *famille en fuite durant la rébellion populaire* (Figura 3)[54]. Amante das paisagens, próximo dos círculos diplomáticos de Paris, Félix Danvin frequentou a École des Beaux-Arts e estudou com Guérin, Lethière, Watelet e Rémond. Ganhou certa fama no salão de 1831 e produziu vistas da Normandia e da Bretanha. Sua bela interpretação das margens do Sena, do Château Gaillard, em Les Andelys, está no acervo do Museu Fabre, em Montpellier, além de uma do Monte Saint-Michel, que se encontra no Museu de Belas Artes de Nancy. Porém, são paisagens como essa que fez sobre as margens do rio Amazonas, com detalhes incríveis da canoa, com a cobertura em trançado de palha (japá), para transporte pelos furos e igarapés amazônicos, ou sobre os lugares distantes do sudeste da Ásia, obtidas por meio de esboços de viajantes, como Johann Spix e Carl Martius, na década de 1820, que lançam luz sobre histórias e narrativas visuais ainda por escrever.

FIGURA 3: No Rio Amazonas

FONTE: Victor Marie Félix Danvin (1802-1842), *No Rio Amazonas* [família em fuga durante a rebelião popular], gravura em metal, 1838, Coleção Privada.

54. "Família fugindo durante a rebelião popular". Sobre a percepção francesa do movimento cabano em áreas de fronteira, ver D. B. Alves, "Reação Francesa às Ameaças de Cabanos e Bonis no Território Litigioso entre o Brasil e a Guiana Francesa (1836-1841)".

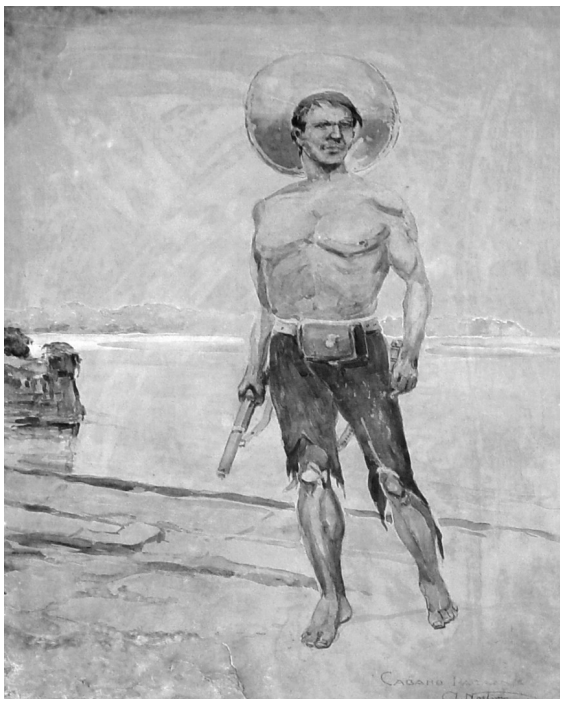
Um século depois, nas primeiras décadas do xx, as imagens retratadas seriam de reafirmação da nacionalidade nas artes visuais. Essa perspectiva ficaria mais evidente ainda no pós-1930. Em *Tubas dos Mundurucus*, de 1933, o pintor Gariasso realiza uma obra marcante no contexto das comemorações do centenário da Cabanagem (1935-36). Esse é o momento em que a figura do índio começa a ser incluída na história e no "perfil" cabano. Ao lado de historiadores como Ernesto Cruz e Jorge Hurley, antropólogos como Carlos Estevão de Oliveira e o alemão Curt Nimuendajú, que atuaram na Amazônia, artistas como Gariasso levaram a cabo esse projeto visual de recontar a história dos grupos indígenas a partir de um viso modernista. Mais interessante ainda é se pensar que as flautas *parasuy*, instrumentos musicais importantes na mitologia munduruku, foram utilizadas na repressão aos cabanos pelas tropas da legalidade com o auxílio dos índios. Na memória de vários grupos indígenas, os Munduruku foram vistos como inimigos dos que queriam a revolução[55].

Na cidade cabana, não bastava reafirmar o papel do nativo, havia-se de integrá-lo à paisagem. Todo esse "cenário" está em diálogo com a história colonial da Amazônia, na obra de muitos artistas que pintaram a cidade de Belém. Entre as obras, duas são muito importantes na descrição do nexo entre a arquitetura portuguesa e os monumentos religiosos: *Velho Solar Colonial* (1945), de Alfredo Norfini, e *Interior da Catedral de Belém* (1969), de Leônidas Monte. Norfini (1867-1944) era italiano de Florença, com formação na Real Academia de Belas Artes de Lucca. Em 1898, veio para o Brasil e fixou residência em Campinas, interior de São Paulo. Depois de passagem pelo Rio de Janeiro, transfere-se para a cidade de São Paulo, a convite de Ramos de Azevedo, e é nomeado professor do Liceu de Artes e Ofícios. Nos anos de 1940, viaja ao Pará e toma contato com os grupos intelectuais de Belém, época em que realiza exposições, participa de salões e executa a tela *O Cabano Paraense*, em 1945 – imagem que se transformou no paradigma visual e na invenção da imagem do herói da Cabanagem, desembarcando na cidade pelo rio (Figura 4). Com isso, realizou uma viagem pela história colonial e imperial da Amazônia, projetando visualmente os espaços da

55. S. Suliman, "Os Índios Munduruku e o 'Zeloso Capuchinho' no Rio Tapajós (Pará, 1848-1854)'"; A. M. de Figueiredo, "O Museu como Patrimônio, a República como Memória: Arte e Colecionismo em Belém do Pará (1890-1940)".

política, da religião e dos moradores do antigo estado do Grão-Pará, como o chamado Palácio Velho, referido por Norfini como *Velho Solar Colonial*, mas que, segundo a tradição, foi a residência dos antigos capitães generais do Pará, antes da construção do palácio pombalino entre 1759 e 1781[56].

FIGURA 4: O Cabano de Norfini



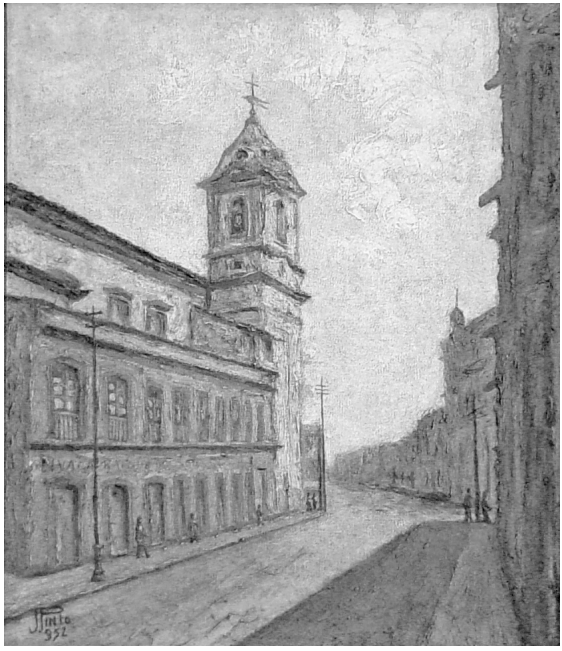
FONTE: Alfredo Norfini, *Cabano Paraense*, aquarela, 1940, Museu de Arte de Belém.

Os lugares da memória permaneceriam incólumes na representação da imagem. Foi ainda Alfredo Norfini quem pintou, em aquarela, *O Assalto dos Cabanos ao Trem – 1835* (1940), narrando o episódio acontecido durante a rebelião, quando os cabanos tomaram o depósito de armas e munições conhecido como Trem de Guerra, situado nas dependências do antigo Convento dos Mercedários. Na imagem, com a aguada das cores, sobressaem os

56. M. Ricci, "Cabano Paraense de Alfredo Norfini", pp. 50-53; A. M. de. Figueiredo, "Os Pintores e a Cidade: Belém, Arte e Paisagem (Séculos XIX e XX)", p. 25.

corpos do massacre, com suas armas; três índios com arcos e flechas lutam à espreita, debaixo de uma grande castanheira, ao lado dos cabanos; além deles, os soldados legalistas vestidos de azul. Na década seguinte, o mesmo local, agora deserto, seria pintado a óleo pelo paraense João Pinto, ressaltando as torres da igreja de Nossa Senhora das Mercês e a solitude nostálgica das ruas (Figura 5). Entrevistado sobre as intenções da tela, João Pinto confidenciou que se tratava de uma paisagem com o "gosto do passado" e que a aparente "quietude da cena escondia a história dos que já se foram [...], do tempo dos índios e cabanos, dos pescadores e carregadores do porto e dos paroquianos da Campina"[57]. Numa cidade que buscava a modernidade, o confronto da cidade indígena, apagada e "morta", permanecia latente com a imagem da Feliz Lusitânia, um pouco vitoriosa, mas que teria que lidar com o vazio dos mortos e conflito das memórias.

FIGURA 5: Igreja das Mercês



FONTE: João Pinto, Igreja das Mercês, óleo s/tela. 1952.
Museu de Arte de Belém.

57. Artistas de Belém, *Folha do Norte*, 15 de junho de 1952, p. 2.

REFERÊNCIAS

ADALBERTO DA PRÚSSIA, Príncipe. *Brasil – Amazonas – Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

AFFONSO, João. *Três séculos de modas*. 2. ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

ALVES, Débora Bendocchi. Reação francesa às ameaças de Cabanos e Bonis no território litigioso entre o Brasil e a Guiana Francesa (1836-1841). *Almanack*, Guarulhos, n. 14, p. 126-95, set./dec. 2016.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. *Obras litterarias*. 2. ed. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional, 1899.

BANDEIRA, Manuel. Cunhantã (1927). *In*: BANDEIRA, Manuel. *Libertinagem*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1930.

BARATA, Manoel. *Formação histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

BARBOSA, Mário Médice C. Sete de Janeiro da Cabanagem: as efemérides cabanas e as dissonâncias sociais em Belém (1985-2002). *In*: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (org.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 491-518.

BARRETO, Luis Lima; KIEFFER, Anna Maria. *Antonio Vieira: do Tejo ao Amazonas*. São Paulo: Akron, 2016. CD-livro.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 2. ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Imprensa Universitária, [1618] 1966.

CALHEIROS, Jayme. Álbum comercial do Pará. Belém: Typ. Delta, 1915.

CAMPOS, Humberto. O selvagem. *In*: HADDAD, Jamil Almansur. *História poética do Brasil*. São Paulo: Editorial Letras Brasileiras, 1946.

CARVAJAL, Gaspar de. *Descubrimiento del rio de las Amazonas* [...]. Sevilla: Imprenta de E. Rasco, 1894.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. A revolta dos primeiros índios cristãos: guerra e conflitos na construção da Amazônia portuguesa – século XVII. *Fronteiras & Debates*, Macapá, v. 2, n. 1, p. 21-49, 2015.

CHAMBOULEYRON, Rafael; BONIFÁCIO, Monique; MELO, Vanice S. Pelos sertões "estão todas as utilidades": trocas e conflitos no sertão amazônico (século XVII). *Revista de História*, São Paulo, n. 162, p. 13-49, 2010.

CHAVES, Maria Annunciada. Noite de música paraense. *Revista de Cultura do Pará*, Belém, n. 32, 1978.

COSTA, Dayseane Ferraz. *Além da pedra e cal*: a (re)construção do Forte do Presépio em Belém do Pará, 2000-2004. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

DANTAS, Hélio. *Colonização e civilização na Amazônia*: escrita da história e construção do regional na obra de Arthur Reis (1931-1966). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

FERREIRA, Eliana Ramos. Comemorações e memórias da Cabanagem. *Projeto História*, São Paulo, v. 20, p. 315-21, 2000.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flami-n'-assú na transversal do tempo: patrimônio histórico, cultura e identidade nacional na Amazônia. *In*: COELHO, Wilma; MAGALHÃES, Ana del Tabor (org.). *Educação para a diversidade*: olhares sobre a educação para as relações étnico-raciais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 266-76.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Janelas do passado, espelhos do presente:* Belém do Pará, arte, imagem e história. Belém: Museu de Arte de Belém, 2012.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). *Antiteses*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 20-42, 2014.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Os pintores e a cidade: Belém, arte e paisagem (séculos XIX e XX). *In*: SARGES, Maria de Nazaré. *Belém do Pará:* para além dos 400 anos. 2. ed. Belém: Açaí, 2016. p. 13-32.

FREITAS, Décio. Cabanagem: revolução confiscada. *D. O. Leitura*. São Paulo, n. 24, p. 10, 1984.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Pesqueiros reais & pontos de pesca: traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*: Série Zoologia, Belém, v. 1, n. 18, p. 3-26, 2002.

GODINHO, Emanuella. A invenção do Centro Histórico de Belém/PA: aspectos institucionais. *In*: ENANPUR, 17., 22-26 maio 2017, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUR, 2017.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HANDELMANN, Heinrich. História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 108, v. 162, p. 310-11, 1931.

HARRIS, Mark. Revisiting first contacts on the Amazon: 1500-1562. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, 2017.

HATOUM, Milton. Amazonas capital Manaus. *In*: NUNES, Benedito; HATOUM, Milton. *Crônica de duas cidades:* Belém e Manaus. Belém: Secult, 2006.

HUMBOLDT, Alexander de. *Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent*. Tomo sexto. Paris: Chez N. Mazé, Librarie, 1820. 6 v.

KIDDER, Daniel. Reminiscências de viagem e permanência no Brasil: províncias do Norte. São Paulo: Martins, 1972.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; BENTES, Anna Christina; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A descoberta do Brasil pela Amazônia: o relato de viagem de Gaspar de Carvajal. *In*: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *Os discursos do descobrimento*: 500 e mais anos de discursos. São Paulo: Edusp, 2000. p. 69-88.

LACERDA, Franciane. "Sou livre": narrativas e representações de mulheres em Belém do Pará (século XIX). *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 7-12, p. 25-33, 2017.

LOPES, Ruan. "*O melhor sítio da Terra*": colégio e igreja dos jesuítas e a paisagem da Belém do Grão-Pará. Belém: Açaí, 2014.

MATTA, Alfredo Augusto da. *Vocabulário amazonense*: contribuição para seu estudo. Manaus: [*s. n.*], 1939.

MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: Grafisa, 1976.

MIRANDA, Cybelle Salvador. *Cidade Velha e Feliz Lusitânia*: cenários do patrimônio cultural em Belém. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MORAES, Raimundo. *Paiz das pedras verdes*. Manaus: Imprensa Pública, 1930.

MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

NERY, Frederico José de Santa Anna. *Le pays des Amazones*: l'El-Dorado, les terres a caoutchouc. Paris: Librarie Guillaumin et Cie, 1899.

PAES, Francisco Augusto. *Vestígios do sagrado*: arte e religião na pintura de Antonieta Santos Feio. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

PEREIRA, Manuel Nunes. *Moronguetá*: um decameron indígena. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PORRO, Antonio. *Povo das águas:* ensaios de etno-história amazônica. São Paulo: Vozes; Edusp, 1996.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos* XVII *e* XVIII. Rio de Janeiro: SPVEA, 1959.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. *O índio da Amazônia*. Manaus: Imprensa Oficial, 1957.

RICCI, Magda. Cabano paraense de Alfredo Norfini. *Nossa História*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 50-3, 2005.

RIOS, Otavio. *O Amazonas deságua no Tejo*: ensaios literários. Manaus: UEA, 2009.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Paris: Engelmann & Cie., 1835.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

SALLES, Vicente. Tablado nazareno. *A Província do Pará*, Belém, 17 out. 1976, p. 9.

SCHAAN, Denise. Construindo paisagens como espaços sociais: o caso dos geoglifos do Acre. *Revista de Arqueologia,* Pelotas, v. 23, n. 1, p. 30-41, 2010.

SILVA, Caroline Fernandes. *O moderno em aberto*: o mundo das artes em Belém do Pará e a pintura de Antonieta Santos Feio. Belém: IAP, 2012.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Corografia paraense, ou descripção física, histórica e política da Província do Gram-Pará*. Bahia: Typografia do Diário, 1833.

SOUZA, Francisco Bernardino de. *Lembranças e curiosidades do valle do Amazonas*. Belém: Typ. do Futuro, 1873.

SOUZA, Jairo de Araújo. Silenciamentos e esquecimentos das cabanagens do Grão-Pará. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 24-28 jul. 2017, Brasília. *Anais* [...]. Brasília: ANPUH; UnB, 2017.

STRADELLI, Ermano. Vocabularios da língua geral portuguez-nheêngatú e nheêngatú-portuguez. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 104, v. 158, p. 9-768, 1929.

SULIMAN, Sara. Os índios Munduruku e o "zeloso capuchinho" no rio Tapajós (Pará, 1848-1854). *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 22-26 jul. 2013, Natal. *Anais* [...]. Natal: ANPUH; UFRN, 2013.

VERÍSSIMO, José. *Scenas da vida amazônica*: com um estudo sobre as populações indígenas e mestiças da Amazônia. Lisboa: Tavares Cardoso, 1886.

VIEIRA, Padre Antonio. Carta ao padre provincial do Brasil (1664). *In*: VIEIRA, Padre Antonio. *Cartas*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1970.

2 ENGENHEIROS MILITARES PORTUGUESES NA AMAZÔNIA COLONIAL

Wânia Alexandrino Viana[1]
Rafael Chambouleyron[2]

Este texto examina a trajetória de três engenheiros militares portugueses que atuaram na Amazônia colonial, de finais do século XVII a meados do século XVIII. Trata-se de mostrar o papel deles na construção da rede de fortalezas na região (que esteve em constante expansão ao longo do período colonial), revelando a trajetória formativa e a atuação desses engenheiros na região. Busca-se igualmente entender como, ao mesmo tempo em que exerciam sua atividade militar na Amazônia, acabaram se incorporando à sociedade local. Falaremos aqui de Pedro de Azevedo Carneiro (1687-1693), José Velho de Azevedo (1693-1699) e Carlos Varjão Rolim (1727-1749)[3].

O período que vai de finais do século XVII a meados do século XVIII é caracterizado pela expansão da economia colonial do estado do Maranhão e Pará, principalmente na porção amazônica, com o incremento da exploração das drogas do sertão, do tráfico de escravos indígenas e do descimento de índios livres dos sertões. Essa expansão, que tinha igualmente uma dimensão territorial, já que as dinâmicas sociais e econômicas na Amazônia apresentavam natureza centrífuga, ensejou o surgimento de uma série de problemas de fronteira e de incremento das preocupações portuguesas com os limites e

1. Doutora, docente da Universidade Federal do Oeste do Pará.
2. Doutor, docente da Universidade Federal do Pará.
3. Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os autores agradecem ao Prof. Dr. Fabiano Vilaça dos Santos por ter disponibilizado uma cópia da informação sobre os bens de José Velho de Azevedo.

a defesa do seu território ao norte da América portuguesa. É nesse contexto mais geral que a ação dos engenheiros tem que ser entendida.

Na Europa, a invenção da arma de fogo e o surgimento da artilharia provocaram mudanças profundas na construção de fortificações. Além de reformular a formação de engenheiros, essas inovações impulsionaram a elaboração de tratados sobre arquitetura: verifica-se notadamente na Itália o *Trattato di Architettura Civile e Militare*, de Francesco di Giorgio Martini (1438-1501), publicado em 1470; e na França, o *Traité de l'Attaque et de la Défense des Places*, de Sébastien Le Prestre de Vauban, de 1748. Em Portugal, dois tratados tiveram significativa implicação na formação de engenheiros: o *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares e Irregulares*, de Luís Serrão Pimentel, publicado em 1680, e *O Engenheiro Portuguez*, de Manoel de Azevedo Fortes, publicado em 1728. Além dessas obras, há que se destacar a criação da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, em 1647, em Lisboa[4].

Essas mudanças caracterizaram o que ficou conhecido como "fortificação à moderna". Pedro de Azevedo Carneiro, José Velho de Azevedo e Carlos Varjão Rolim formaram-se engenheiros nesse período, razão pela qual trouxeram muitos aspectos dessas construções para a Amazônia colonial, como a fortificação em estrela e o baluarte, assim como adaptaram esse conhecimento às especificidades da região, conforme veremos adiante.

*

Pedro de Azevedo Carneiro era natural da cidade de Lisboa, filho de Pedro Carneiro. Foi nomeado ao posto de capitão engenheiro do estado do Maranhão em carta régia de 15 de março de 1685, após o falecimento de Tomé Pinheiro de Miranda. Entre novembro de 1681 e os primeiros meses de 1685, frequentou a Aula Real de Arquitetura e Engenharia no reino, aprendendo geometria e fortificação. Consta que nesse tempo foi um aluno aplicado nos estudos "mostrando bom talento e jurisciência não só nas ditas ciências, mas também na arte do manejo e formatura dos esquadrões, e se mostrou muito capaz para tudo de que foi encarregado". Razões pelas quais

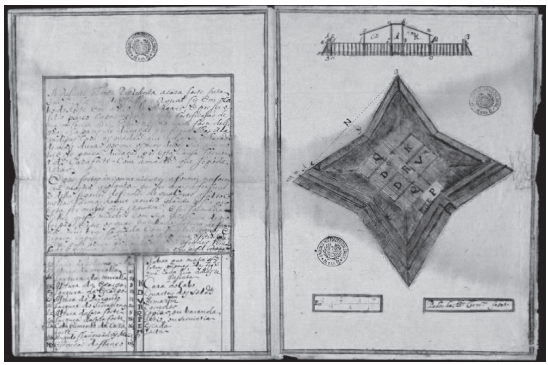
4. P. Dias, *História da Arte Luso-Brasileira: Urbanização e Fortificação*

foi enviado como engenheiro para a colônia, na companhia do governador Gomes Freire de Andrade[5].

Em terras amazônicas, Pedro de Azevedo Carneiro foi o engenheiro responsável pela averiguação e desenho das fortalezas do Cabo do Norte, região de fronteira com as possessões da França, que preocupava os portugueses pelas constantes incursões francesas no território que os portugueses consideravam seu domínio[6]. As casas fortes do Araguari e do Cumaú, e também a fortaleza dos Tapajós foram desenhadas por ele e são exemplos da atuação, na capitania, de Azevedo de Carneiro, que levantou vários problemas para as obras de engenharia no estado.

Azevedo Carneiro esteve no posto de capitão engenheiro do Maranhão de 1687 até 1693. Entre as várias obras que se tem notícia de sua participação, só encontramos a planta da Casa Forte do Araguari: primeiro ponto de fortificação lusa construído na região do Cabo do Norte. Mais tarde, a fortaleza de Macapá agregaria a função de defesa do local. A planta, feita em 1688, apresenta aspectos da fortificação à moderna, ao mesmo tempo em que aponta os problemas decorrentes das condições locais, tais quais natureza e terreno, como pode ser visto abaixo.

FIGURA 1: Casa Forte do Rio Araguari, 1688



FONTE: AHU, CARTm, 013, doc. 0788

5. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* – ANTT, Registro Geral de Mercês, Dom Pedro II, livro 2, f. 135v.
6. R. A. Rocha, "'Domínio' e 'posse': as Fronteiras Coloniais de Portugal e França no Cabo Norte (Primeira Metade do Século XVIII)"; S. Espelt-bombin, "Frontier Politics: French, Portuguese and Amerindian Alliances Between the Amazon and Cayenne, 1680-1697".

Na anotação ao lado do desenho, lê-se "a presente planta representa a casa forte feita em forma de estrela, a qual fiz em Cabo do Norte, em o Rio Araguari". A fortificação em estrela fazia parte de um conjunto de inovações no campo da engenharia e arquitetura militar. Era também o termo que se usava para o chamado "traçado italiano" ou "fortificação à moderna", como vimos, que se tornaria muito conhecido na Europa a partir do século XV[7].

A casa forte do Araguari é exemplo de que as construções na Amazônia colonial estavam em diálogo com o conhecimento produzido em Portugal, do qual Azevedo Carneiro estava completamente imbuído. Segundo o engenheiro, o terreno era "pouco capaz de resistir nele fortificação de maior força", por "serem ilhas alagadiças"; por essa razão, construiu a casa forte "com madeira que se pode achar". De acordo com a planta, a forma em estrela era mais defensável, pois ficaria mais protegida. Era formada com trincheira de grossos paus, com "seis terraplenos e reparos capazes de resistir aos tiros". Na planta constavam casa do cabo, quartéis dos soldados, armazém, corredor, varanda, pátio ou serventia, escada e porta.

Para além do seu papel no desenho de fortalezas, Pedro de Azevedo Carneiro fez observações ainda sobre a impossibilidade de atender sozinho a todas as demandas de construção, dada a extensão do estado do Maranhão e Pará. Em decorrência disso, sugeriu, em 1687, a criação de aulas de fortificação no estado. As aulas deveriam ser ministradas aos soldados, os quais deviam especializar-se em construções por meio de técnicas mais avançadas, com o objetivo de "oferecer aulas para ensinar a soldados que fossem mais práticos para exercer a função"[8]. A formação de engenheiros teve atenção da Coroa, que um ano mais tarde pedia ao governador do estado o envio da lista dos "discípulos que este engenheiro tem ensinado"[9].

Em 1695, em detalhado relatório sobre a situação das fortalezas, publicado por Arthur Cezar Ferreira Reis, Azevedo Carneiro se queixava ainda que, no Pará, os artilheiros eram poucos e mal ensinados, porque não tinham quem os ensinasse. Segundo ele, era necessário fazer uma "casa de tenência onde esteja o trem de artilharia, e onde se leia lição, ao menos uma ou duas vezes na semana". Além disso, afirma que, no caso de a Coroa atender à

7. P. Dias, *História da Arte Luso-Brasileira: Urbanização e Fortificação*.
8. AHU, Pará-Avulsos, caixa 3, doc. 267.
9. AHU, cód. 268, f. 61.

sugestão e decidir encarregar um instrutor, "o sargento-mor engenheiro José Velho me parece capaz de poder ensinar aos artilheiros e mais oficiais a lição assim de suas obrigações"[10]. José Velho de Azevedo seria justamente seu sucessor no posto de engenheiro do estado.

A preocupação de Pedro de Azevedo Carneiro justificava-se pela corrente atuação dos engenheiros na formação de aulas em outras partes da conquista[11]. Além da construção de várias fortalezas e do incentivo ao ensino da engenharia militar, Pedro de Azevedo Carneiro foi responsável também pela redação de um detalhado relatório sobre o sistema defensivo das capitanias do Pará e Maranhão, escrito em 1695, mencionado acima. A partir do sistema defensivo descrito por Pedro de Azevedo, verifica-se que, no fim do século XVII, as fortificações constituíram-se seguindo as relações de comércio já estabelecidas na região por ingleses, holandeses e franceses. Esse fator e a lógica dos rios e suas rotas definiram os pontos estratégicos de construção dos espaços fortificados. Além, é claro, de garantir obras de defesa de São Luís e Belém, os dois principais núcleos administrativos nesta parte da conquista.

*

É importante observar que o relatório de Pedro Azevedo é de 1695. A carta patente de José Velho de Azevedo, seu sucessor, é de 1693, ou seja, dois anos antes[12]. Muitos dos desafios apontados em 1695 são verificados nas análises de José Velho. Nesse mesmo ano, o novo engenheiro referia-se às visitas que realizara à fortaleza de Cumaú, na qual deixou guarnição de 25 soldados, sete peças de munição, tendo José Ferreira Melo por capitão. Passou, ainda, pela casa forte do Rio Negro, do Paru, Gurupá e fortim de Joanes. O engenheiro

10. A. C. F. Reis, "As Fortificações da Amazônia no Período Colonial", pp. 220-221.
11. As aulas de fortificação podem ser verificadas em outras capitanias. Em 1696, por exemplo, na Bahia, foi criada a Escola de Artilharia e Arquitetura Militar, desenvolvida pelo engenheiro José Paes Esteves. Em 1699, em carta régia, se autorizava as aulas de fortificação na Bahia para todos os que tivessem interesse e aptidão para o ofício. Em 1700, Antônio Rodrigues Ribeiro foi nomeado sargento-mor engenheiro da capitania com a prerrogativa de "ensinar as matérias de sua profissão" (M. L. Cardoso, "Aulas Públicas Militares na América Portuguesa Antes do Período Pombalino", pp. 56-57).
12. No início dos anos 1690, Azevedo Carneiro já pedia para voltar para o reino. AHU, cód. 94, f. 133.

destacou a importância da fortaleza de Cumaú para assegurar o sertão e impedir a entrada dos franceses por aquela parte, que estava se desenvolvendo com a "introdução do gado e será adiante mais como sucedeu a do Itapecuru [na capitania do Maranhão], a do Gurupá e aos moradores do rio Mearim [na capitania do Maranhão]"[13]. Em 1691, a Coroa autorizava a reconstrução da fortaleza de Gurupá e recomendava que os "moradores na dita Fortaleza" levassem suas mulheres, porque assim dariam "o mais certo e seguro princípio da povoação que necessita para conservar a mesma Fortaleza"[14].

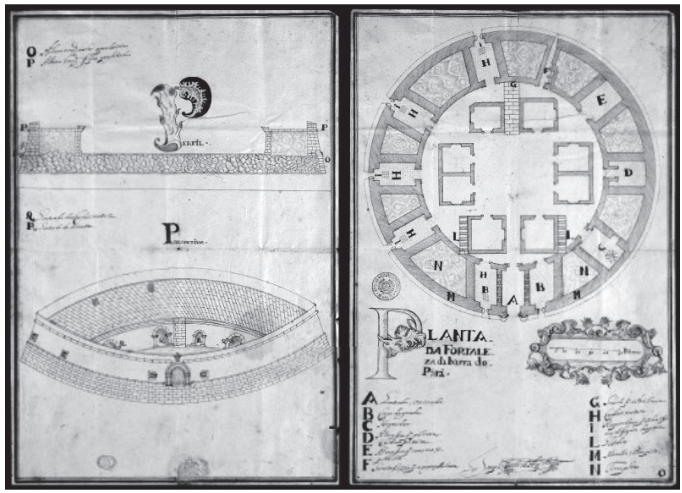
Velho de Azevedo era natural da vila de Almeida, na Beira, onde serviu de soldado e ajudante engenheiro das fortificações de Trás-os-Montes. Tendo realizado vistorias nas fortificações de Bragança e Monte Alegre, recebeu patente de sargento-mor com ofício de engenheiro do Pará em 1º de junho de 1693[15]. Em 1699, Velho de Azevedo fez petição ao rei para, findado o tempo de 6 anos em que ocupara o posto de sargento-mor engenheiro na capitania do Pará, obter sua transferência para o Rio de Janeiro. Alegava, na ocasião, estar "molestado com doença que obriga a mudar da terra". O engenheiro sugeria ser mais fácil para ele passar pelo Maranhão à Bahia por terra e, então, embarcar para a capitania do Rio de Janeiro. Para tal serviço, poderia receber "o soldo de 266 mil réis por mês como tinha Pedro Correa Rebello em Pernambuco e José Paes Estevão na Bahia"[16]. Segundo Fabiano Vilaça dos Santos, de fato ele recebeu a patente de sargento-mor engenheiro do Rio de Janeiro, tendo sido encarregado de terminar consertos nas fortificações dessa capitania[17].

Todavia, seus serviços à Coroa se prolongariam no estado do Maranhão. Em 12 de agosto de 1702, passou ao posto de tenente-general da artilharia, com o exercício de engenheiro até 12 de junho de 1716[18]. Nesse período, trabalhou na região do Gurupá e fez jornadas ao Cabo do Norte, onde foi encar-

13. AHU, Pará-Avulsos, caixa 4, doc. 326.
14. Biblioteca Nacional, *Anais da Biblioteca Nacional: Livro Grosso do Maranhão,* v. 66, 1ª parte, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, p. 122. ABAPP, Belém, tomo I, primeira série, pp. 101-102, 1902, Para o governador do Maranhão, Lisboa 19 de fevereiro de 1691.
15. AHU, Pará-Avulsos, caixa 7, doc. 637.
16. AHU, Pará-Avulsos, caixa 4, doc. 350.
17. F. V. dos Santos, "Os Capitães-mores do Pará (1707-1737): Trajetórias, Governo e Dinâmica Administrativa no Estado do Maranhão".
18. AHU, Pará-Avulsos, caixa 7, doc. 637.

regado de reparar fortificações, além de treinar artilheiros. Para a defesa de Belém, Velho de Azevedo foi responsável, em 1696, pela planta da Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém, cujo desenho reproduzimos abaixo.

FIGURA 2: Fortaleza da Barra de Belém, 1696



FONTE: AHU, CARTm, 013, doc. 0790/0791

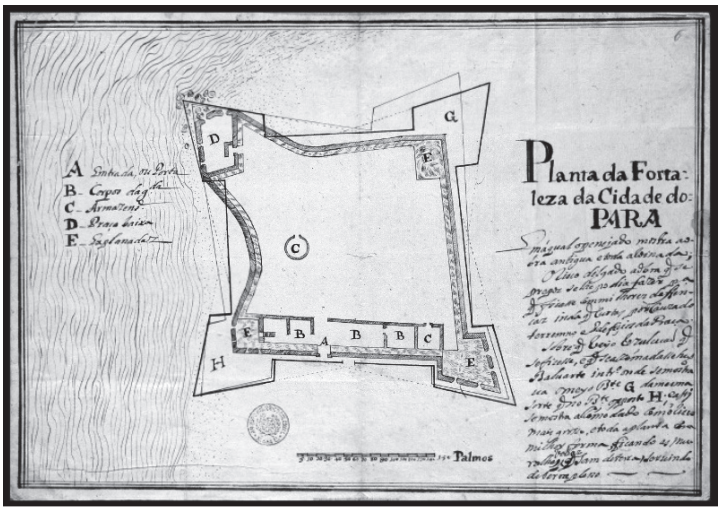
Na descrição presente na planta, além da assinatura do engenheiro, há informações sobre os espaços da fortaleza, como a entrada ou corredor, o corpo da guarda, as ermidas, o "armazém para pólvora com duas portas" e os petrechos, além de uma "via para as águas da chuva", subida para artilharia, "respiradouro para sair o forno do fogo das peças", escada, muralha, parapeito e terrapleno.

Dessa estrutura, ressaltam-se as vias para escoamento das águas das chuvas, problema recorrente para as fortificações da Amazônia. Além disso, há referência a terraplenos, muralhas e parapeitos, elementos de fortificação à moderna, embora a planta mantenha a estrutura redonda de construção: uma composição que integra elementos do conhecimento da engenharia adequado às especificidades locais.

As características do sistema de fortificação à moderna aparecem em outras plantas de fortificação no Pará. O baluarte, por exemplo, que foi o

principal elemento de mudança do sistema defensivo na Europa, já estava presente na planta antiga da fortaleza de Belém e, em 1696, uma proposta de reforma incluiu no projeto a construção de mais dois baluartes. Nessa planta, não há registro de autoria, o que dificulta afirmar que esse seja um desenho de José Velho de Azevedo, embora a data coincida com a estada do engenheiro na capitania.

FIGURA 3: Planta da Fortaleza da Cidade do Pará, *c.* 1696



FONTE: AHU, CARTM, 013, doc. 0792

Trata-se de uma planta justaposta sobre a antiga. As linhas desenhadas sobre o projeto antigo incluem mais dois baluartes, indicados como G e H, os quais, na percepção do engenheiro, tornariam a praça mais defensável. Era uma prática recorrente aprimorar o projeto conforme o conhecimento de defesa constituído a partir das técnicas modernas de construção. De acordo com a planta, "o risco delgado a obra que se propôs se lhe podia fazer para que ficasse com melhores defensas inda que curtas por causa do terreno e edifícios da praça", cuja solução seria que se "fizesse e que se acomodasse um Baluarte inteiro onde se mostra Baluarte G da mesma sorte que no Baluarte oposto H quase se mostra acomodado com o risco mais grosso, e toda a planta com melhor forma ficando as muralhas velhas que são de terra servindo de terraplano".

A dissociação entre os desenhos e o documento escrito dificultam a atribuição de autoria dessa planta a José Velho de Azevedo. Por outro lado, seu trabalho como engenheiro na capitania do Pará aparece em diversas cartas: em consulta de 1691, por exemplo, consta que ele foi responsável pela construção de duas casas fortes no rio das Amazonas, "Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru e a outra Jesus Maria José do Rio Negro"[19]. Em 1695, a fortaleza de Cumaú também havia sido reformada por Velho de Azevedo[20].

É do período em que José Velho de Azevedo ocupava o posto de engenheiro, a primeira obra do armazém da pólvora da cidade de Belém. Em carta, o governador Manuel Rolim de Moura criticava a cidade por não ter um local adequado para guardar a pólvora, senão umas casas sem nenhuma estrutura e segurança; reclamava que as munições estragavam por conta da umidade. Então, em 1703, mandara construir a obra para o armazenamento do material de guerra. Consta que a construção foi realizada fora da cidade "meio quarto de légua da cidade", edificando-se "as paredes da casa interior de taipa de pilão e as do exterior metade de pedra e cal para maior segurança"[21].

Em 1716, por outra patente, José Velho de Azevedo passou a ocupar o posto de capitão-mor do Pará até 11 de janeiro de 1722[22]. Embora tenha ocupado um novo posto, não deixou de atuar em obras de fortificação na capitania, como bem lembra Fabiano Vilaça, já que ajudou nas fortificações do Cabo do Norte e do Gurupá, ameaçadas pelos interesses franceses, além de contribuir para organizar a defesa da cidade de São Luís[23].

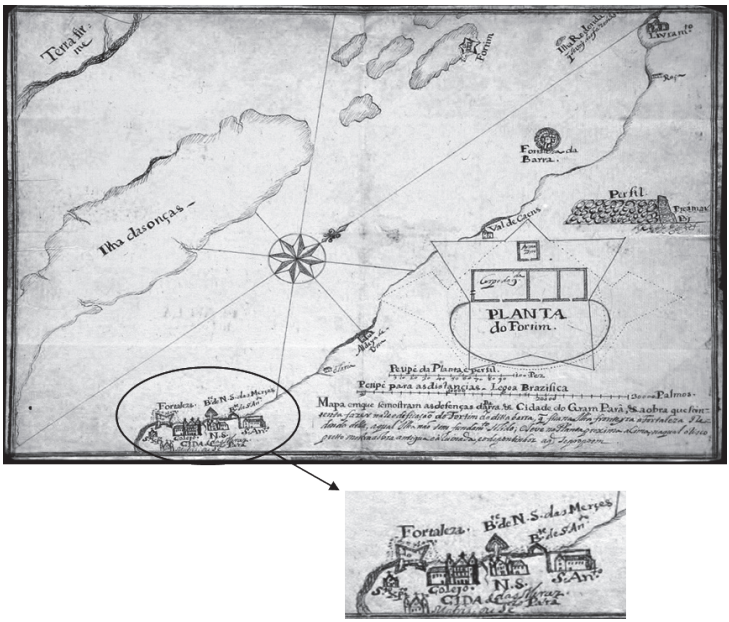
Ao que parece, essa transição de engenheiro a capitão-mor teve implicações nas obras. Em 1724, em carta, o governador João da Maia da Gama se queixa da falta de um sargento-mor engenheiro no estado, por ter sido provido José Velho de Azevedo ao posto de capitão-mor do Pará e ter findado o tempo de exercício no posto de engenheiro. Assim, o governador tinha ficado sem alguém que fizesse os desenhos, tendo que solicitá-los no reino,

19. AHU, Pará-Avulsos, caixa 4, doc. 337.
20. AHU, Pará-Avulsos, caixa 4, doc. 329.
21. AHU, Pará-Avulsos, caixa 5, doc. 391.
22. AHU, Pará-Avulsos, caixa 7, doc. 637.
23. F. V. dos Santos, "Os Capitães-mores do Pará (1707-1737): Trajetórias, Governo e Dinâmica Administrativa no Estado do Maranhão".

com o risco de se confundirem as plantas umas com as outras. Foi o que ocorreu com o coronel engenheiro do reino José da Silva Paes, que teria se confundido com as distâncias entre a fortaleza do Cabo do Norte e o fortim da ilha fronteira à fortaleza da Barra de Belém[24].

Na tentativa de resolver o imbróglio, consta nos documentos que João da Maia da Gama pediu ao capitão-mor José Velho de Azevedo que tirasse a planta da barra e cidade do Pará, o que ele fez. Dessa confusão, foi produzido um mapa em 1724, em que se demonstram "as defensas da Barra e Cidade do Grão-Pará", conforme se vê na Figura 4.

FIGURA 4: Mapa de defesa da Barra e Cidade do Grão-Pará, *c.* 1724



FONTE: AHU, CARTm, 013, doc.0794

Se observamos o detalhe destacado do mapa, verifica-se que o desenho da fortaleza de Belém está traçado com quatro baluartes, exatamente o formato proposto no desenho de 1696, referido anteriormente. Do mesmo modo, a fortaleza da Barra, no conjunto defensivo, é apresentada em formato arredon-

24. AHU, Pará-Avulsos, caixa 8, doc. 726.

dado, tal como a planta de 1696, de José Velho de Azevedo, também demonstrada anteriormente. Isso significa que, em 1724, o *Mapa de Defesa da Barra e Cidade do Grão-Pará* integra a composição de reformas realizadas no final do século XVII, além de revelar que os engenheiros atuaram na formatação de um traçado defensivo que definiu, em grande parte, o núcleo urbano de Belém.

Por outro lado, essa composição agrega elementos de um saber moderno sobre engenharia e arquitetura militar e um conhecimento igualmente importante adquirido na experiência de construção na Amazônia, por exemplo, o regime das marés, regularidades das chuvas e os caminhos dos rios. A construção do fortim na ilha fronteira à fortaleza da Barra, representado no mapa, foi feita porque o canal que permitia a entrada dos navios passava muito mais próximo à ilha. Por essa razão, era considerada tão importante para o sistema defensivo do Pará.

A lógica dos rios definiu a tessitura de fortificações no Grão-Pará. Como bem aponta Maia da Gama, em 1724, as plantas deveriam ter "toda demonstração marcando até onde chegam as marés cheias e vazias para conforme isso se acomodar o terreno a obra de que necessitar, e isto deve ser feito por engenheiro e pessoa que entenda"[25]. Portanto, o trabalho de engenharia de José Velho de Azevedo na capitania do Pará não se restringe ao período em que tinha patente de engenheiro, seu parecer técnico foi acionado enquanto atuava como capitão-mor do Pará e até, pelo menos, a vinda de Carlos Varjão Rolim para ocupar o posto de engenheiro na capitania.

A longa experiência em serviços prestados foi herdada da família, assim como o talento para a engenharia. Velho de Azevedo era filho de Jerônimo Velho de Azevedo, que se dedicou à engenharia, foi ajudante das fortificações, capitão de infantaria e sargento-mor, tendo atuado em desenhos das fortificações da Beira e de Trás-os-Montes[26].

No Maranhão, Velho de Azevedo atuou em diversas frentes de defesa, realizando vistorias, plantas e propondo mudanças para melhorar a defesa do estado. Todavia, a partir de 1716, quando recebeu a patente de capitão-mor do Pará, embora continuasse a desenvolver alguns trabalhos de fortificação, a capitania parece ter ficado em desamparo, uma vez que a

25. AHU, Pará-Avulsos, caixa 8, doc. 726.
26. F. V. dos Santos, *op. cit.*, p. 670.

vinda de um sucessor, com patente de engenheiro, demorou bastante para ser resolvida. Em carta de 13 de setembro de 1726, João da Maia da Gama queixava-se que todos os anos representava e pedia engenheiro, armas, munições e soldados, mas, até aquele momento, nenhuma resolução havia recebido, situação que, na sua interpretação, o "desobrigava das consequências futuras"[27].

*

No ano seguinte, em 1727, por carta patente, Carlos Varjão Rolim foi nomeado ao posto de sargento-mor de infantaria, com exercício de engenheiro das fortificações do estado do Maranhão[28]. Varjão Rolim serviu de ajudante de infantaria auxiliar no terço da comarca de Santarém, professor de engenharia e doutrina militar de fortificação. A carreira contava com a aprovação do engenheiro-mor do reino, sobretudo nos conhecimentos matemáticos verificados na Academia Militar da Corte, exercitado em quase três anos em "tirar plantas e configuração destas cidades para a carta topográfica que delas se mandou fazer"[29]. Seu nome foi consultado para o posto de capitão engenheiro das fortificações da Ilha da Madeira, não chegando a exercer por ter sido destacado para este ofício no estado do Maranhão[30].

Em 1728, já se tem notícia da atuação de Carlos Varjão Rolim na capitania. Nesse ano, após vistoria sobre a situação das fortificações do estado, o engenheiro as descreve como arruinadas, e define ser necessário delinear desenhos para as que tivesse que fazer de novo, e aquelas que precisassem de reparos. O engenheiro solicitava assistência com as passagens para vistorias, alegando que "seu soldo não podia com tanta despesa". Além disso, pedia que os moradores fossem ordenados, todas as vezes que o engenheiro precisasse passar a qualquer uma das capitanias, para delinear fortificações ou para outra qualquer obra, a darem "ajuda de custo como também as canoas necessárias para as ditas passagens"[31].

27. AHU, Pará-Avulsos, caixa 9, doc. 852.
28. ANTT, Chancelarias Régias, Dom João V, livro 69, ff. 309v-310.
29. AHU, Maranhão-avulsos, caixa 15, doc. 1583.
30. AHU, Pará-Avulsos, caixa 21, doc. 1976.
31. AHU, Pará-Avulsos, caixa 11, doc. 978.

Em visita ao Cabo do Norte, em 1729, Carlos Varjão Rolim tinha por objetivo escolher um lugar "para nele se fazer um presídio com uma fortaleza para defesa daquela costa e impedir as repetidas entradas dos franceses de Caiena fazem naqueles sertões indo comerciar com os índios". Conforme afirmava Rolim, esse comércio era praticado por um grande número de aldeias naqueles sertões pertencentes aos domínios de Portugal[32]. O lugar mais conveniente assinalado pelo engenheiro para o presídio "foi junto a um rio chamado Oriju seis léguas adiante de Macapá e sessenta léguas distante do rio de Vicente Pinzón onde terminam os domínios de V.M. com os da França". O problema devia-se ao terreno daquela costa ser "alagadiça", não havendo, portanto, para uma fortaleza, um lugar mais próximo ao rio de Vicente Pinzón[33].

Com a constituição de uma fortaleza no local, se evitaria a "despesa que a real fazenda de V.M. faz todos os anos de dois mil cruzados em reparar uma canoa de guarda costa". Diligência que, para o engenheiro, se podia fazer do mesmo "presídio com os mesmos soldados e índios que nele assistirem sem nenhuma despesa". Dessa forma, se poderia impedir o contínuo comércio que os franceses tinham com aqueles índios. De acordo com Rolim, "a obra não é de grande custo e será este ainda muito menor se se fizer primeiro um descimento de índios para se aldearem naquelas terras e servirem no trabalho da mesma fortaleza, sem que sejam necessários tirá-los das aldeias que estão destinados para as canoas do sertão e serviço de moradores desta cidade"[34].

Além das observações no Cabo do Norte, Varjão Rolim descreveu as péssimas condições das fortalezas da Barra, do Gurupá, do Tapajós, dos Pauxis e do Rio Negro. Entre os problemas, estavam a ausência de "quartéis ou casas em que se recolham o cabo e soldados que ali assistem de guarnição" e problemas com as chuvas frequentes que demoliam com facilidade o reboco das suas muralhas e as estruturas defensivas, além da significativa falta de soldados "para o serviço ordinário de escoltas, e outras operações precisas", sobretudo para diligências nas fronteiras e de guerra[35].

32. AHU, Pará-Avulsos, caixa 12, doc. 1121.
33. AHU, Pará-Avulsos, caixa 11, doc. 1034.
34. AHU, Pará-Avulsos, caixa 11, doc. 1034.
35. AHU, Pará-Avulsos, caixa 29, doc. 2804.

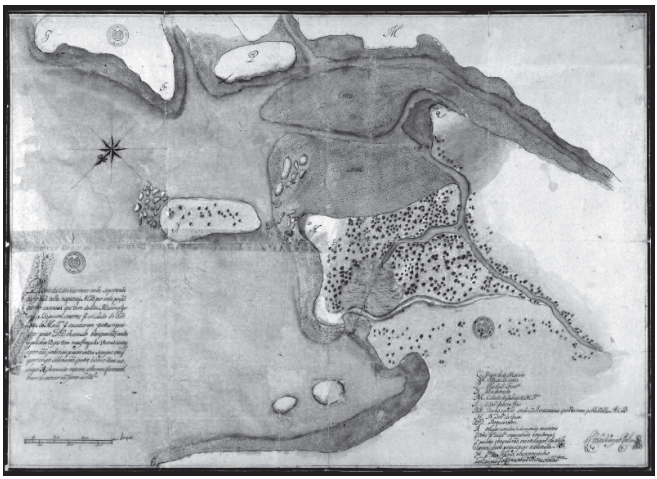
A precariedade da infraestrutura de defesa descrita pelo engenheiro foi o motivo para que, em 1731, passasse ao Pará, onde mais se necessitava de sua assistência. Nesse exercício, atuou no Cabo do Norte, no presídio de Santa Ana, em Macapá, onde ficou um mês. No mesmo ano, visitou as fortificações do rio Amazonas e Rio Negro, para examinar as que precisavam de conserto. Entre outros, estes foram os serviços citados em documento de 1738, em que requeria provimento no posto de tenente-general da artilharia com exercício de engenheiro das fortificações da capitania do Pará[36]. Ao que parece, o engenheiro permaneceu com a patente antiga, pois em carta de 1747, o governador refere-se a ele como sargento-mor engenheiro[37].

As obras dos engenheiros poderiam ser bem complexas. Carlos Varjão Rolim foi autor de um projeto ambicioso que previa a abertura de um canal no Maranhão para facilitar a entrada em São Luís das canoas que vinham dos rios Mearim, Iguará e Itapecuru. A logística das rotas de comércio seria facilitada com a abertura, pois se livraria do trajeto pelo Boqueirão, local que, de acordo com os relatos, causava muitos naufrágios.

Em carta de 20 de setembro de 1747, o governador ordenava a ida de Varjão Rolim ao Maranhão para "pessoalmente examinar o terreno da vala que se pretende abrir naquela ilha, para se evitar a perigosa passagem do Boqueirão". Nessa ocasião, também teve a incumbência de fazer as plantas necessárias para a referida obra, "mandando abrir alguns passos em toda a distância da vala pretendida para que depois senão achasse algum rochedo impraticável"[38]. Desse encargo, foi produzida a planta abaixo.

36. AHU, Pará-Avulsos, caixa13, doc. 1185.
37. AHU, Pará-Avulsos, caixa 29, doc. 2804.
38. AHU, Pará-Avulsos, caixa 29, doc. 2779.

FIGURA 5: Planta do local onde se deve abrir uma vala, *c.* 1750



FONTE: AHU, CARTm, 009, doc. 0835

Em carta de 17 de fevereiro de 1749, o governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão escrevia sobre os bons resultados obtidos na abertura da vala indicada no mapa. A obra poderia ser concluída em dois anos, desde que se destinassem 100 índios para as obras, observando as precauções sobre o terreno, as marés, profundidade e largura[39].

Não se tem notícia se houve de fato a conclusão do canal e o desvio do caminho das canoas. Em todo caso, essa obra indica o alcance do trabalho dos engenheiros, que buscavam solucionar problemas práticos do cotidiano dos moradores das capitanias. A atuação desses profissionais integrava não somente os interesses metropolitanos de defesa territorial e de proteção das rotas dos rios, mas também, ao que parece, atendia os interesses daqueles que percorriam as canoas pelos rios com mercadorias provenientes do sertão.

*

Para além do trabalho como engenheiros militares, indivíduos como José Velho de Azevedo e Carlos Varjão Rolim participaram da vida colonial, como as demais autoridades nomeadas pelo rei. Tendo sido designados para atuar na região, nela se estabeleceram e criaram raízes.

39. AHU, Pará-Avulsos, caixa 31, doc. 2901.

Ambos tinham terras no Pará. Antes de se tornar capitão-mor, portanto, enquanto exercia o posto de engenheiro, Velho de Azevedo já possuía uma sesmaria na região, concedida entre finais do século XVII e princípios do XVIII. Em 1698, recebeu do governador Dom Manuel Rolim de Moura a concessão de uma terra que dizia ser de seus antepassados havia 80 anos. Nela tinha um engenho, em solos já cansados, razão pela qual solicitara mais terras para expandir o cultivo de cana de açúcar, para moer em seu engenho[40]. Quase vinte anos depois, por ocasião da nomeação como capitão-mor, Velho de Azevedo recebia nova sesmaria, agora do governador Bernardo Pereira de Berredo, também em terras das quais tinha posse a sua família. Próxima à cidade de Belém, dizia nela ter cultivado cacau e possuído algum gado[41].

Velho de Azevedo faleceu no Pará, provavelmente nos primeiros anos da década de 1720. Por ocasião da sua morte, um imbróglio jurídico, tendo como protagonista a viúva de Velho de Azevedo, envolveu o destino dos seus bens, que constavam de um engenho com escravos e também plantas de cacau, e casas de morada em Belém, mobiliadas[42]. Para o engenho, na época em que era já capitão-mor, tinha recebido autorização para descer 200 casais de índios do sertão[43].

A atuação de Velho de Azevedo como capitão-mor, por sinal, foi marcada por alguns conflitos. Em 1720, quatro anos após sua nomeação, o ouvidor Francisco Galvão da Fonseca representava contra Velho de Azevedo, em razão de seus inúmeros "excessos e omissões", fiado não só na "pobreza dos moradores", mas também no apoio dos governadores: "não sei se por privilégio de senhor de engenho, se por condescender em tudo o que é de gosto deles"[44].

Diferentemente de José Velho de Azevedo, Carlos Varjão Rolim, embora tenha se estabelecido na região, não parecia fazer parte daquelas famílias reinóis mais antigas que ocuparam os principais postos de governança e de poder no estado do Maranhão e Grão-Pará. De qualquer modo, como vários

40. ANTT, Chancelarias Régias, Dom Pedro II, livro 63, ff. 70v-71v.
41. ANTT, Chancelarias Régias, Dom João V, livro 60, ff. 64-65.
42. AHU, Pará-Avulsos, caixa 22, doc. 2069; Instituto de Estudos Brasileiros, Coleção Alberto Lamego - IEB-AL, AL-043-107. Informação sobre a disposição dos bens, *c.* 1720.
43. F. A. Bombardi, *Pelos Interstícios do Olhar do Colonizador: Descimentos de Índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*, p. 177.
44. APEP, cód. 8, ff. 51-52v.

ocupantes de postos da administração militar, possuía terras concedidas em sesmaria pelos governadores. Aliás, o seu pedido de terra, compilado na própria carta de data, é significativo. Declara, de fato, que "assiste" no Pará, onde tinha assentado praça, e que tinha alguns escravos (certamente indígenas) com os quais poderia "cultivar terras", em benefício da Fazenda real e para "melhor subsistência do suplicante, por se não poder comodamente passar nesta cidade sem roça"[45].

Localizada no rio Bujaru, entretanto, queixava-se Varjão Rolim em outra solicitação poucos meses depois, essa terra era alagada e não tinha solo enxuto para casas, razão pela qual pedia nova concessão, no mesmo rio, mas em outro local[46]. Passados alguns anos, pedia que se lhe concedesse novamente a mesma terra, pois tinha se perdido a carta quando a mandou confirmar em Lisboa. Em 1733, era lhe dada, novamente, a sesmaria no rio Bujaru, que seria finalmente confirmada pelo rei[47].

*

Os trabalhos desempenhados pelos engenheiros portugueses Pedro de Azevedo Carneiro, José Velho de Azevedo e Carlos Varjão Rolim, na Amazônia, constituem um vetor importante para refletir sobre a ocupação e a defesa nesses espaços. As obras de fortificações e as plantas desenvolvidas por esses sujeitos integraram a região a um circuito de conhecimento sobre defesa, que se aprimorava a partir do uso da matemática, geometria, arquitetura e engenharia.

Por outro lado, os detalhados relatórios produzidos por Azevedo Carneiro, Velho de Azevedo e Varjão Rolim evidenciam um esforço de adequação do conhecimento de engenharia moderna produzido em Portugal, a partir de finais do século XVII, com as especificidades da região. As informações técnicas, fornecidas pelos engenheiros, ressaltam o problema das enchentes, as frequentes chuvas, as correntezas e a instabilidade do terreno. Esses aspectos específicos da natureza amazônica, em muitos casos, alteraram o andamento das construções. No inverno, por exemplo, as obras eram suspensas e reto-

45. APEP, Sesmarias, livro 6, ff. 122v-123.
46. APEP, Sesmarias, livro 6, ff. 151-151v.
47. APEP, Sesmarias, livro 8, ff. 77-78.

madas no verão, como explicava Pedro de Azevedo Carneiro. Isso sem falar das enormes distâncias que dificultavam o trabalho de vistoria nas construções e tornavam as jornadas muito dispendiosas, como se queixava Carlos Varjão Rolim. Todavia, a opinião especializada desses homens da engenharia foi indispensável à expansão da presença portuguesa na região, como fica evidente nas contínuas solicitações sobre pareceres técnicos de José Velho de Azevedo, mesmo findada sua patente de engenheiro no Pará.

Esses sujeitos, formados nas aulas de fortificação e engenharia no reino, esforçavam-se em resolver problemas práticos de construção de fortificação na Amazônia, incluindo estratégias e adequando os projetos desenvolvidos na região. É o que se evidencia na planta de José Velho de Azevedo sobre o *Mapa de Defesa da Barra e Cidade do Grão-Pará*, de 1724, em que foram incluídos o rio e as marés, bem como o desenho de Carlos Varjão Rolim sobre a abertura do canal no Maranhão para facilitar a entrada em São Luís das canoas que vinham dos rios Mearim, Iguará e Itapecuru. Era também o que sugeria o governador João da Maia da Gama, em 1724, ao explicar que as plantas deveriam ser feitas por engenheiro com conhecimento da engenharia e da região.

As atividades desses engenheiros, sobretudo as vistorias às fortificações, a elaboração de pareceres técnicos sobre a viabilidade de novas obras, a análise estratégica dos rios, os relatórios com indicação de reparos de fortificações existentes e a superação dos desafios de construção na região foram importantes para a definição das ações de defesa da Coroa na Amazônia colonial. Mas não apenas isso. Esses engenheiros se inseriram na sociedade amazônica colonial. Estabeleceram-se e, além das plantas de fortificações, desenharam estratégias de favorecimento e mercês – verificados em novas patentes, como é o caso de Velho de Azevedo, que depois do posto de engenheiro, tornou-se capitão-mor do Pará –, além de possuírem terras, escravos, engenhos e cultivos. Dessa maneira, tanto como engenheiros, quanto como moradores foram fundamentais para a construção do mundo colonial amazônico.

REFERÊNCIAS

ABAPP, Belém, tomo I, primeira série, pp. 101-102, 1902. Para o governador do Maranhão. Lisboa 19 de fevereiro de 1691.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). CARTm, 013, doc. 0788. Caza forte feita em hu fortim de Estrella: a qual fiz em o cabo do Norte em o rio Araguari, *c.* 1688.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). CARTm, 013, doc. 0790/0791. Planta da fortaleza da barra do Pará, 1696.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). CARTm, 013, doc. 0792. Planta da fortaleza da cidade do Pará, *c.* 1696.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). CARTm, 013, doc. 0794. Mapa em que se mostram as defenças da Barra e Cidade do Gram Pará, *c.* 1724.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). CARTm, 009, doc. 0835. Planta do citio e terreno onde sepertende abrir huma valla, *c.* 1750

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). cód. 268, f. 61. Carta para o governador do Maranhão. Lisboa, 23 de março de 1688.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). cód. 94, f. 133. Provisão para Pedro de Azevedo Carneiro. Lisboa, 14 de fevereiro de 1691.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Maranhão-Avulsos, cx. 15, doc. 1583. Carta patente de João V. Lisboa, 26 de abril de 1727.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), Pará-Avulsos, cx. 3, doc. 267. Carta do governador Artur de Sá e Meneses para o rei. Belém, 19 de setembro de 1687.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), Pará-Avulsos, cx. 4, doc. 326. Carta do capitão mor do Pará para o rei. Pará, 12 de julho de 1695.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 4, doc. 329. Carta de Gomes Freire de Andrade para o rei. 14 de novembro de 1695.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 4, doc. 337. Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa, 7 de fevereiro de 1691.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 4, doc. 350. Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 11 de dezembro de 1698.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 5, doc. 391. Carta de Manuel Rolim de Moura para o rei. Belém, 8 de julho de 1703.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 7, doc. 637. Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei. *c.* 1723.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 8, doc. 726. Carta de João da Maia da Gama para o rei. Belém, 8 de setembro de 1724.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 9, doc. 852. Carta de João da Maia da Gama para o rei. Belém, 13 de setembro de 1726.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 11, doc. 978. Carta de Alexandre de Sousa Freire para o rei. Belém, 16 de setembro de 1728.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 11, doc. 1034. Carta de Carlos Varjão Rolim para o rei. Belém, 29 de setembro de 1729.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx.12, doc. 1121. Carta de Alexandre de Sousa Freire para o rei. São Luís, 21 de junho de 1730.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx.13, doc. 1185. Carta de Alexandre de Sousa Freire para o rei. Belém, 11 de agosto de 1731.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 21, doc. 1976. Carta de João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Belém, 3 de setembro de 1738.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 22, doc. 2069. Carta de José Borges Valério para o rei. Belém, 23 de agosto de 1739.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 29, doc. 2779. Carta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei. Pará, 20 de setembro de 1747.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 29, doc. 2804. Carta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei. Pará, 29 de outubro de 1747.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-Avulsos, cx. 31, doc. 2901. Carta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei. Pará, 17 de fevereiro de 1749.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). cód. 8, ff. 51-52v. Representação de Francisco Galvão da Fonseca contra José Velho de Azevedo. Belém, 5 de outubro de 1720.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). Sesmarias, livro 6, ff. 122v-123. Sesmaria a Carlos Varjão Rolim. Belém, 25 de abril de 1729 (concessão).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). Sesmarias, livro 6, ff. 151-151v. Sesmaria a Carlos Varjão Rolim. Belém, 28 de outubro de 1729 (concessão).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). Sesmarias, livro 8, ff. 77-78. Sesmaria a Carlos Varjão Rolim. Belém, 19 de outubro de 1733 (concessão); 20 de abril de 1734 (confirmação).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Registo Geral de Mercês, D. Pedro II, liv. 2, f.135v. Patente de Pedro de Azevedo Carneiro. 15 de março de 1685.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Chancelarias Régias, Dom Pedro II, liv. 63, ff. 70v-71v. Sesmaria a José Velho de Azevedo. Belém, 22 de novembro de 1698 (concessão); 8 de fevereiro de 1700 (confirmação régia).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Chancelarias Régias, Dom João V, liv. 60, ff. 64-65. Sesmaria a José Velho de Azevedo. Belém, 1º de agosto de 1717 (concessão); 22 de janeiro de 1718 (confirmação régia).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Chancelarias Régias, Dom João V, liv. 69, ff. 309v-310. Patente de Carlos Varjão Rolim. 26 de abril de 1727.

BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Obras Raras e Publicações. *Anais da Biblioteca Nacional:* Livro Grosso do Maranhão. 1. parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. v. 66.

BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador*: descimentos de índios no estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750). 2014. 187p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARDOSO, Maria Luiza. Aulas públicas militares na América portuguesa antes do período pombalino. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 49-73, 2011.

DIAS, Pedro. *História da arte luso-brasileira*: urbanização e fortificação. Coimbra: Almedina, 2004.

ESPELT-BOMBIN, Silvia. Frontier politics: French, Portuguese and Amerindian alliances between the Amazon and Cayenne, 1680-1697. *In*: WOOD, Sarah; MACLEOD, Catriona (org.). *Locating Guyane*. Liverpool: Liverpool University Press, 2018. p. 69-90.

IEB-AL, AL-043-107. Informação sobre a disposição dos bens feita pelo capitão-mor José Velho de Azevedo. *c.* 1720.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. As fortificações da Amazônia no período colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 344, p. 217-27, 1984.

ROCHA, Rafael Ale. "Domínio" e "posse": as fronteiras coloniais de Portugal e França no Cabo Norte (primeira metade do século XVIII). *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 528-45, 2017.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 667-88, 2015.

3 GUERRA E GOVERNO: OS GOVERNADORES DO GRÃO-PARÁ DURANTE A GUERRA CONTRA A FRANÇA (1790-1820)

Magda Ricci[1]

O processo de enraizamento português na Amazônia décadas antes de 1830 é o tema do presente texto[2]. Ele parte da hipótese de que as autoridades portuguesas instaladas ao norte da América do Sul estariam muito imbricadas com a política da ilustração empreendida por uma parcela da Corte portuguesa desde os tempos pombalinos. Todavia, essa mesma ilustração – presente no pensamento político destes governantes lusitanos na Amazônia – foi visivelmente questionada nos conturbados anos finais do século XVIII. Nesses anos movimentados, especialmente entre 1793 (início da Campanha do Rosilhão[3]) e 1817 (momento da assinatura do tratado de paz com a França

1. Professora doutora em história social (UNICAMP-SP) e atuante no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA).
2. Este estudo é parte de uma pesquisa maior sobre as raízes dos conflitos entre portugueses e paraenses ao longo do movimento social popular que eclodiu em toda a Amazônia brasileira conhecido por Cabanagem (1835-1840). Trata-se de uma tese de livre docência a ser apresentada à comissão avaliadora de progressão funcional nomeada pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas (IFCH) da UFPA.
3. A chamada Campanha do Rossilhão (1793-95) também fiou conhecida como Guerra dos Pireneus ou Guerra da Convenção, pois ocorreu nos Pirineus, região da Catalunha, fronteira entre Espanha e França. Eclodiu no período da Convenção da Revolução Francesa, quando o rei francês tentou uma fuga do país, mas acabou preso e guilhotinado. A historiografia diplomática revisou a participação de Portugal no conflito, a qual deixou de ser vista como um contrassenso (para autores como Latino Coelho e Luz Soriano) para ser compreendida dentro da política diplomática e de alianças/neutralidade de Portugal. Apesar de um início promissor, a campanha resultou em uma derrota marcada por problemas com o comando inglês que liderava as tropas portuguesas enviadas em apoio aos espanhóis, por indisciplina militar e falta de conhecimentos táticos. No final, os espanhóis assinaram um tratado de paz com os franceses sem a presença portuguesa. O saldo militar,

e da devolução da Guiana Francesa aos franceses), os homens de Estado e a diplomacia da Coroa lusitana se mobilizaram, de forma demorada e longa, em torno de uma guerra europeia que, em Portugal, foi travada contra os franceses, os quais, muitas vezes, estavam associados aos espanhóis[4]. Outro pressuposto é de que as novas ideias propaladas pelos franceses revolucionados desde 1789 chegaram à Portugal – e à sua colônia no antigo Grão-Pará – em tempos em que a aliança entre o poder dos reis católicos portugueses – apesar dos limites de seu absolutismo dentro das malhas burocráticas régias e da ilustração – ainda se ligava ao poder divino[5]. Nessa junção incômoda,

para muitos autores, foi catastrófico. Segundo Amaral, todavia, houve aprendizagem por parte dos portugueses (M. Amaral, *Portugal e as Guerras da Revolução, de 1793 a 1801: do Rossilhão ao Alentejo*, p. 1).

4. Imediatamente após a Revolução Francesa, de 1790 a 1793, Portugal procurou ficar em posição neutra no cenário europeu, mas, também nesse momento, as autoridades lusitanas (além e aquém-mar) se preparavam para um possível ataque francês. Com a morte do rei e a radicalização da política na França entre 1792 e 1793, as tropas portuguesas foram mobilizadas a participar da campanha militar europeia, como aliados dos espanhóis, contra a França (1793-1795). Na derrota na Campanha de Rossilhão, os portugueses se sentiram traídos por seu aliado espanhol, pois não foram sequer chamados à mesa de negociação com os franceses – ocasião em que perderam uma parte de seu território europeu. De 1796 até 1803, o pêndulo das alianças lusitanas alterou-se para o lado dos ingleses, fortalecendo-se internamente o grupo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e os reformistas anglófonos. Em 1799, todavia, acontecimentos palacianos revolveram a Corte lusitana. A rainha-mãe portuguesa, D. Maria, foi clinicamente considerada inábil a exercer seu reinado e, por conseguinte, iniciou-se a regência de seu filho, o príncipe D. João VI, numa sucessão pouco convencional, mormente em época de tensões fortes no cenário europeu. A situação complicou-se ainda mais entre 1803 e 1805, quando o lado palaciano mais neutro e anti-inglês se fortaleceu. Internamente, existia uma conspiração tramada pelos aliados da rainha espanhola Carlota Joaquina (episódio conhecido como a conspiração de Mafra), que pleiteava retirar D. João VI do trono lusitano. Externamente, a Espanha declarou guerra aos ingleses em 1804 e os franceses ameaçavam apoiar uma invasão espanhola ao território de Portugal. Nessa conjuntura, o conflito se expandia na Europa com os sucessos napoleônicos na Polônia, a dissolução do Sacro Império Romano Germânico e, finalmente, com o derradeiro decreto francês de bloqueio continental, especialmente montado para enfraquecer os ingleses no comércio internacional. Mais uma vez a política joanina alterou-se, voltando a ser mais favorável aos ingleses, agora bloqueados pelos franceses. Esse quadro levou, em 1808, a Corte a decidir sair de Portugal rumo ao Brasil. Para um panorama desse conturbado momento lusitano entre os ingleses e os franceses, com os espanhóis no meio, ver L. das Neves (org.), *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (1808-1810)*, São Paulo: Alameda, 2008, pp. 74-91.

5. Vale aqui ressaltar que o poder do rei não era "absoluto", no sentido de ser único ou exclusivo. Como advoga Manuel Hespanha, em livro organizado por Tengarrinha, esse poder

atividades como a participação em associações maçônicas ou políticas, ou mesmo o debate político mais amplo e social, de cunho liberal, eram casos puníveis criminalmente e podiam ser julgados por instituições arcaicas, mas ainda vigentes em Portugal, como o Tribunal da Santa Inquisição.

Por séculos, os reis de Portugal conquistaram várias bulas papais que lhes davam privilégios, como os do padroado[6] e beneplácito[7]. Por eles, os reis portugueses incumbiam-se de receber os dízimos dos fiéis, mas também chamavam para si todo o pagamento das côngruas do clero secular, entre outras atribuições[8]. Simultaneamente, os reis lusitanos detinham o pri-

contrastava com o direito canônico, por exemplo, e os Papas até poderiam excomungar um rei, ou tentar desobrigar os súditos a lhe desobedecer em casos de conflito. O poder régio também dividia espaço com outros poderes burocráticos, vindos inclusive do mundo colonial ultramarino. Era o caso das disputas por sesmarias ou mesmo por privilégios régios entre colonos e oficiais régios no ultramar português, como as querelas nos muitos senados das câmaras coloniais. Mesmo assim, o rei era ainda monarca por "direito divino" e seus pares coloniais eram seus oficiais de "ordenanças" (ou capitães-mores), governando em seu nome no mundo ultramarino (J. Tengarrinha, org., *A Historiografia Portuguesa Hoje*, pp. 139-143). Para um debate sobre o vocabulário do antigo regime e o significado do poder régio dentro da administração colonial no Brasil, ver capítulo de Pedro Cardim no livro V. L. A. Ferlini e M. F. Bicalho (orgs.), *Modos de Governar: Ideias e Práticas Políticas no Império Português - Séculos XVI a XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, p. 55.

6. O padroado foi criado e confirmado em Portugal por várias bulas pontifícias, numa longa negociação entre a Santa Sé e os monarcas católicos de Portugal e Espanha, logo no início do processo de expansão ultramarina. Para mais informações sobre sua origem, ver estudo de Alceu Kuhnen (A. Kuhnen, *As Origens da Igreja no Brasil 1500 a 1552*, pp. 15-19). Esse padroado fez com que a Santa Sé delegasse poderes aos monarcas para administrar e organizar (em seu nome) os novos povos conquistados, sobretudo na América. O rei padroeiro, por seu turno, incumbia-se de arrecadar os dízimos, construir e manter as igrejas e o culto divino. O padroado incluía a nomeação de cargos eclesiásticos, como padre e bispo, que deviam ser confirmados pelo Papa. Para mais detalhes sobre o padroado, ver estudos clássicos de Thales de Azevedo e o de Caio César Boschi T. de. Azevedo, *Igreja e Estado em Tensão e Crise: A Conquista Espiritual do Padroado da Bahia*; C. C. Boschi, *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e a Política Colonizadora em Minas Gerais*). Para uma revisão contemporânea sobre o tema do padroado, ver capítulo inicial de Patrícia Ferreira dos Santos, *Poder e Palavra: Discurso, Contendas e Direito de Padroado em Mariana (1748-1764)*, pp. 18-74.

7. Beneplácito era o regulamento que determinava que quaisquer preceitos ou determinações da Igreja Católica destinados ao clero e fiéis católicos portugueses na Europa ou na América portuguesa ultramarina, para terem validade, deveriam receber a aprovação régia. Para ver mais sobre o assunto, J. Dornas Filho, *O Padroado e a Igreja Brasileira,* Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 8; C. Boschi, *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e a Política Colonizadora em Minas Gerais,* p. 42.

8. Cabia a este clero manter a decência de seus ministros, cuidar da moralidade dos fiéis e do

vilégio de indicar nomes para ocupar os mais diversos cargos eclesiásticos, como vigários, cônegos, arciprestes, bispos e arcebispos. Essas indicações eram, quase sempre, sacramentadas pelo Papa[9]. Assim a monarquia católica lusitana era pensada como uma união entre autoridades régias do Estado português e o mundo eclesiástico e o governo divino do Papa em Roma. Essa junção, entretanto, quase nunca se manteve tranquila. Da confissão[10]

brilho e pompa dos cultos divinos. Todavia, era o Estado português quem tratava de edificar, ampliar e reformar igrejas e capelas, bem como prover os ornamentos sacros necessários ao bom funcionamento do culto litúrgico. Se aos clérigos cabia julgar e sentenciar a moralidade do clero e dos fiéis em tribunais eclesiásticos e mesmo inquisitoriais, uma das funções mais delicadas do Estado português, já na segunda metade do século XVIII, era fazer cumprir a parte secular das sentenças ali proferidas. A respeito do controle do Estado português sobre o cumprimento das sentenças da inquisição, ver G. Salgado, *Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil Colonial*, 2. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira pp. 35-36.

9. Nas indicações, contudo, abundavam negociações com os núncios apostólicos, ou mesmo diretamente com o Papa, encarregado final de fornecer a confirmação sacra e a investidura definitiva dessas posses. Caso interessante (e que foi parar nas mãos do núncio apostólico em Portugal e depois no papado em Roma) foi o problema da indicação régia de D. Francisco de São Dâmaso de Abreu Vieira para o arcebispado da Bahia. Ocorreu que, em 1804, D. Francisco havia sido nomeado e confirmado pelo Papa para o bispado de Malaca, na Ásia. Contudo, nunca assumiu o bispado, tendo continuado em Lisboa. Em 1808, foi realocado pelo rei português e nomeado para o arcebispado da Bahia, tendo vindo com a família real portuguesa para o Brasil. D. Francisco seguiu para Salvador e escreveu ali três pastorais, uma delas quando ainda não havia sido desabilitado pelo Papa do antigo bispado em Malaca e, tampouco, havia sido confirmado arcebispo da Bahia, o que causou diversos problemas com o papado. Para mais sobre o assunto, ver documentos do Vaticano: "Rascunho de carta [do secretário do Núncio ao Conde de Aguiar sobre a dilação da viagem do Bispo de Malaca que fora nomeado para Arcebispo da Bahia, mas não recebera ainda a confirmação pontifícia", 1814, setembro, 17 [Rio de Janeiro]. Arquivo Secreto do Vaticano, Arch. Nunz, Lisboa, 9 (5), fls. 6 a 7v; "Rascunho de uma carta [do Núncio] ao Cardeal Secretário de Estado da Santa Sé referindo que tomara conhecimento de três Cartas Pastorais [assunto não especificado] do Arcebispo da Bahia, D. Francisco de S. Tomás [*sic*] de Abreu Vieira, de 25 de setembro, 4 e 7 de novembro 1814, tendo a primeira sido publicada quando o referido Arcebispo era ainda Bispo de Malaca, 1814, dezembro, 26, Rio de Janeiro, Arquivo Secreto do Vaticano, Arch. Nunz, Lisboa, 9 (5), fl. 5.

10. Segundo Federico Palomo, o conceito de confessionalização recuperava a participação da Igreja na construção do Estado moderno. Por ele, durante os séculos XVI a XVIII, os fenômenos religiosos passavam a ser considerados junto com os políticos e sociais, num contexto em que a confissão moderna não seria apenas um recurso imposto pelas elites eclesiásticas e suas catequeses e doutrinas, mas serviria para fazer valer um espaço de autoridade, que integrava vários grupos confessionais, em certa circularidade social que criava enraizamentos sociais mais amplos, gerando interações (e, em contrapartida, também disputas) entre os poderes eclesiástico e político (F. Palomo, *A Contrarreforma em*

ao pagamento de côngruas e recebimento de dízimos, havia uma mistura entre os poderes temporal/régio e o sagrado/eclesiástico. Também continuavam a existir instituições como a Inquisição e o Tribunal Eclesiástico[11], que julgavam e condenavam crimes/pecados em uma ligação bem mais imbricada (entre o sagrado e o temporal). Minha hipótese final aqui é de que os governadores portugueses que vieram ao Pará viviam um especial momento no qual podiam experimentar novas atuações do poder temporal, especialmente D. Francisco de Sousa Coutinho (governador entre 1790 e 1803) e D. Marco Antonio Noronha de Brito, o Conde dos Arcos (mandatário-mor no Pará entre 1803 e 1806). Embora estivessem muito próximos da Corte lusitana, não significava que eles não tinham censuras.

Para entender melhor seus atos, todavia, é preciso compreender mais detidamente o perfil de cada um desses últimos governadores lusitanos que estiveram no poder da capitania do Grão-Pará. No período de 1790 a 1820, os capitães-generais governadores destinados ao Pará estavam longe de serem "paraenses" ou "brasileiros". Essas categorias identitárias ainda não existiam e ambas se mantiveram problemáticas mesmo depois do processo de separação política entre Brasil e Portugal nos anos de 1820. Porém é relevante ressaltar que essas autoridades certamente não pertenciam aos "povos" ou "gentes" locais, como indígenas e mestiços. Conforme demonstra o quadro a seguir, o antigo Grão-Pará teve quatro capitães-generais governadores e uma junta sucessória de governo, que se instituiu no intervalo entre a morte de um governador e a nomeação de outro (entre 1810 e 1817). Até praticamente às vésperas da Revolução do Porto de 1820, só assumiram como governantes homens brancos e nascidos no além-mar, em terras portuguesas da Europa. Mesmo entre os membros da junta sucessória instalada às vésperas da independência, esse perfil foi mantido.

Portugal, pp. 119-120). Para um mapeamento bibliográfico sobre esse processo moderno de confessionalização, ver artigo de Rui Luís Rodrigues (R. L. Rodrigues, "Os Processos de Confessionalização e sua Importância para a Compreensão da História do Ocidente na Primeira Modernidade (1530-1650)", *Revista Tempo*, Niterói, v. 23, n. 1, pp. 1-21, 2017.

11. Para José Pedro Paiva e Giuseppe Marcocci, a Inquisição foi, sobretudo, um tribunal eclesiástico (com lugar marcado em outras instâncias, num ordenamento jurídico português mais amplo), mas, concomitantemente, foi um lugar de poder (J. P. Paiva e G. Marcocci, *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*, p. 15).

QUADRO 1: A titulação e naturalidade das autoridades primeiras do Pará (1790-1820)

Período de governo	Nome dos capitães-generais governadores ou membros da Junta de Sucessão	Titulação e outros cargos ocupados pelos governadores e ou membros da Junta de Sucessão	Naturalidade dos governadores/ membros da Junta de Sucessão
1790-1803	D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1764-1823)[a]	Capitão (depois Almirante) da Armada Real Portuguesa e do Conselho de Guerra. A partir de 1812, foi nomeado cavaleiro comendador frei da Sagrada Militar Ordem Jerusolimitana, e prior da Ordem de Malta.	Portugal
1803-1806	D. Marcos de Noronha e Brito (1771-1828)[b]	Oitavo Conde d'Arcos, grã-cruz da Ordem Militar de Aviz, cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, comendador da Ordem de Cristo e capitão do Regimento de Cavalaria da Praça de Elvas, par do reino e gentil homem da Câmara da Rainha D. Maria I. Depois de sair do Pará, foi conselheiro do vice-rei do Brasil e conselheiro do príncipe regente D. João VI.	Portugal
1806-1810	José Narciso de Magalhães de Meneses (17??-1810)[c]	Conselheiro do príncipe regente, comendador da Ordem Militar de Aviz, tenente-general (depois de 1809, promovido a marechal) e inspetor do Exército português.	Portugal
1810-1817	Junta de Sucessão Provisional		
	1) D. Manuel de Almeida de Carvalho (1747-1818)[d]	1) Presbítero secular e doutor em Cânones, Filosofia e Teologia pela Universidade de Coimbra, bispo do Pará.	1) Portugal
	2) Manoel Marques[e]	2) Tenente-coronel das Milícias, brigadeiro e governador de Caiena (Guiana Francesa).	2) Portugal
	3) Joaquim Clemente da Silva Pomboe	3) Cavaleiro professo da Ordem de Cristo[g], bacharel pela Universidade de Coimbra, desembargador e ouvidor da Comarca do Pará.	3) Portugal
1817-1820	Antonio José de Sousa Manoel de Menezes Severim de Noronha (1792-1860)[f]	Sétimo Conde de Vila Flor, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, cavaleiro da Ordem de Avis, brigadeiro da Cavalaria do Exército, conselheiro de Sua Majestade D. João VI e seu copeiro-mor. Titulado "condestável temporário" de D. Fernando da Espanha, de Ernesto Pio da Saxônia, e de Leopoldo da Bélgica. Depois tornou-se Duque da Terceira.	Portugal

Quadro elaborado pela autora. FONTES: (a). A. L. M. Baena, *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 345; I. F. da Silva, *Dicionario Bibliographico Portuguez*, tomo III, p. 8; (b). A. L. M. Baena, *op. cit.*, p. 399; (c). *Idem*, p. 491; (d). *Idem*, p. 459; I. F. da Silva, *Dicionario Bibliographico Portuguez*, tomo V, p. 350; (e). A. L. M. Baena, *op. cit.*, p. 459; (f). *Idem*, p. 486; J. Tengarrinha (org.), *A Historiografia Portuguesa Hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999. J. Torres e M. Mesquita, *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*, pp. 235-238; (g). *Investigador Portuguez*, outubro de 1812, p. 666.

O número de anos que cada governante passou no Pará variou, mas, em média, foram seis anos e oito meses no poder local em um período de trinta anos, o que configura um tempo de governo bastante significativo e relativamente estável. O governador que ficou mais tempo no cargo foi D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1790-1803), com longos treze anos de comando. Os que ficaram menos tempo, ali permaneceram por quatro anos, caso do Conde dos Arcos (1803-1806) e do Conde de Vila Flor (1817-1820).

Outro indicativo importante era a idade que esses governadores tinham ao chegar ao Pará. D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho contava somente 26 anos quando assumiu o governo do Grão-Pará em 1790; o Conde d'Arcos, 32, e o Conde de Vila Flor, o mais jovem de todos, apenas 25 ao aportar no Pará. De todos os que governaram no período, o mais velho foi o bispo D. Manuel, que tinha 63 anos em 1810 ao assumir a presidência da Junta de Governo. Contudo, é necessário lembrar que ele fora nomeado para o Pará, com Sousa Coutinho, em 1790, aos 43 anos. De uma forma geral, os governadores eram relativamente novos quando chegaram ao estado e bastante próximos a Lisboa e à família real portuguesa – portanto também estavam acercados das disputas internas da Coroa, entre os grupos mais próximo ou dos ingleses ou dos franceses[12].

Pela leitura do quadro, pode-se deduzir que os governadores não deveriam entender como "insosso" o noticiário da *Gazeta de Lisboa*, o maior e quase exclusivo periódico que circulava internamente em Portugal. De cunho profundamente apegado ao mundo europeu régio e cristão, a velha *Gazeta* sempre publicava nas duas primeiras páginas algumas colunas intituladas com os nomes de capitais europeias como "Berlim", "Paris" ou "Londres". Nelas abundavam notas sobre a vida dos monarcas e seus círculos de nobreza. Os temas internos ao reino e ao ultramar lusitano vinham na

12. Para Oliveira Lima, até 1799 houve um equilíbrio entre os dois lados na Corte lusitana. Escreve que D. João Carlos de Bragança, o Duque de "Lafões, [José] Correa da Seabra [Silva], a quem D. João VI despediu e exilou em 1799 como mentor demasiado autoritário, representavam a corrente francesa; [Luís Pinto] Balsemão, [Marquês de] Ponte de Lima [Tomás Xavier de Lima Teles da Silva (1727-1800), 13.º visconde de Vila Nova de Cerveira], os futuros Conde de Linhares [D. Rodrigo de Sousa Coutinho] e [Conde das] Galveas [João de Almeida Melo e Castro] a costumada influência inglesa". Segundo o mesmo autor, "à exceção feita ao Conde de Linhares [...], os homens de valor achavam-se incomparavelmente mais no primeiro grupo" (M. de O. Lima, *D. João VI no Brasil: 1808-1821*, pp. 14-15)

terceira e na última página do periódico, em colunas nomeadas de "Lisboa" ou na de "Avisos". Os governantes máximos do Pará de 1790 a 1820 dependiam diretamente desses monarcas (e/ou de suas famílias); todos estavam sujeitos aos ministérios e conselhos régios, órgãos emissores dos alvarás, avisos e outras tantas ordens régias. Nas páginas da *Gazeta de Lisboa* eram publicadas colunas com essas normas, que divulgavam as provisões militares e sagrações eclesiásticas homologadas pelo monarca lusitano; faziam-se elogios públicos e se editavam as chamadas de livros publicados. Nessas notas, pude localizar muitas informações sobre os governantes que vieram para o Grão-Pará.

os governantes do pará e suas famílias nas páginas da antiga gazeta de lisboa

D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho era irmão mais moço de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, e de D. Domingos de Sousa Coutinho, o Conde de Funchal. Na luta por cargos e ideias políticas no reino, pertencer a uma família distinta era muito relevante. D. Francisco tinha no seu irmão D. Rodrigo um aliado de força dentro do mundo da Corte lusitana e católica europeia. Depois de 1799, este irmão e chefe da família liderou o grupo dos nobres ministros portugueses que apoiavam uma aliança com os ingleses. Contudo, D. Francisco Maurício era o quarto filho da família Coutinho (ou a do ramo nobre dos que se associavam ao Conde de Linhares), por isso, segundo o biógrafo de seu irmão mais velho, restou-lhe abraçar a vida no mar. Essa vida teve início em 1783, quando D. Francisco zarpou para uma longa expedição, comandada por José de Melo Breyner, de retomada de posse da ilha da Trindade, no litoral brasileiro, ocupada pelo comodoro Johnstone. Depois do inicial sucesso dessa primeira missão marítima, cujo objetivo era "retirar da ilha a gente ali deixada pelo Comodoro", partiu da referida ilha o jovem Sousa Coutinho com a tripulação da fragata Graça, rumo a Cabinda, em Angola, então pertencente ao território ultramarino português[13]. Sua segunda missão passou a ser a de ajudar a construir por ali uma fortaleza que impedisse ingleses e franceses de concretizar comércio de escravos africanos em terras lusitanas ultrama-

13. Marquês do Funchal, *O Conde de Linhares*, p. 10.

rinas. No entanto, o plano fracassou, pois o governo francês mandou para Cabinda uma fragata chamada Graça sob o comando de M. de Marigny, que destruiu a fortaleza portuguesa na região. Fugida de Angola, a fragata ficou seriamente avariada e chegou quase que por milagre à Bahia, onde foi condenada. Tendo que esperar no Brasil por outra embarcação, Sousa Coutinho só conseguiu retornar à Lisboa em 1786. Depois dessa aventura no Brasil e em Angola, esse jovem homem do mar continuou a servir à rainha lusitana na esquadra portuguesa do Estreito. Nessa esquadra, a qual desde o século XVI protegia os portugueses dos ataques vindos do norte da África, D. Francisco Maurício criou-se como um protetor do mundo ultramarino português. Ali permaneceu em tarefa de mar até sua nomeação como governador do Pará em 1790[14].

D. Francisco de Sousa Coutinho chegou ao Pará no meio das disputas travadas em Lisboa entre o grupo dos que apoiavam os ingleses – do qual seu irmão D. Rodrigo fazia parte – e o grupo opositor, aliado aos franceses. O ponto mais unificador entre os dois lados políticos ocorreu três anos depois de sua chegada, em 1793, quando Portugal declarou guerra contra à França. Foi na conjuntura da Campanha do Rossilhão que o nome de D. Francisco apareceu nas páginas da tradicional *Gazeta de Lisboa*. Em 12 de março de 1793, saiu publicado – na coluna periódica intitulada "Avisos, Provimentos Militares" – uma provisão que fazia Sousa Coutinho subir de posto. Foi ele ali publicamente nomeado "Capitão de Mar e Guerra da Armada Real" portuguesa[15]. Por outro lado, a queda de D. Rodrigo em 1803 marcou também o fim do governo de D. Francisco no Pará. Sua saída de Belém inaugurou um momento de ostracismo político até 1807. Mesmo nesse intervalo, ainda assim ele fez parte ativa da oposição ao grupo político dos franceses em Lisboa. Depois de 1807, diante de nova aliança com os ingleses, D. Francisco seguiu viagem com o rei português rumo ao Rio de Janeiro, onde viveu por dezessete anos. No Rio, tornou-se membro do Conselho Supremo Militar e recebeu suas duas únicas titulações: as comendas da Ordem de Malta, obtida por antiguidade de cargo militar, e da Ordem de Cristo, ganha por intervenção e pedido da diplomacia de D. João VI em Roma[16].

14. *Idem*, pp. 10-11.
15. *Gazeta de Lisboa*, 12 de março de 1793, p. 4.
16. Marquês do Funchal, *op. cit.*, p. 11.

Se o primeiro governador do Pará aqui tratado era um homem de mar e quarto filho de uma família poderosa, o segundo, empossado na mesma capitania em 1803, era primogênito e mais próximo do mundo ilustrado luso-americano e do alcance do monarca português. D. Marcos de Noronha e Brito, o 8º Conde dos Arcos, era de família nobre, a qual tinha, já antes de vir ao Pará, uma significativa presença nas páginas da *Gazeta de Lisboa*. Filho da condessa dos Arcos de Valdevez, enquanto Sousa Coutinho governava o Pará, em 1791, o Conde fazia um promissor casamento, que foi anunciado nas páginas da *Gazeta*: "Anteontem se celebrou nesta Cidade, com toda a magnificência, o desposório do Excelentíssimo Conde dos Arcos com a Excelentíssima Senhora D. Maria Rosa da Cunha, filha do Excelentíssimo Conde de S. Vicente"[17].

Um pouco antes do casamento, em fevereiro de 1791, o sogro de D. Marcos aparecia na *Gazeta* sendo nomeado "conselheiro de guerra" de Sua Majestade[18]. Já em 15 de dezembro de 1792, o sogro novamente apareceu no periódico. Ele estava na presença de Sua Alteza D. João VI, na Ribeira das Naus, onde o príncipe herdeiro foi ver "lançar à água três embarcações de guerra", uma das quais construídas por D. Francisco Maurício no Pará, "um brigue, ou bergantim, denominado Palhaço".[19]

Enquanto o Conde de São Vicente brilhava ao lado de sua Alteza Real em Lisboa, provavelmente o Conde dos Arcos estava mais recluso, pois entre 1791 e 1795 teve quatro filhos. Uma nota da *Gazeta* sugere que a nobreza lusitana teve momentos festivos no interior do país. Em 1793, na Comarca de Viana do Castelo no alto Minho os nobres da Vila da Barca e os da Vila dos Arcos reuniram-se para dar "públicas demonstrações de júbilo" pelo nascimento da "sereníssima princesa da Beira" (Maria Teresa de Bragança), irmã mais velha de. D. Pedro, futuro príncipe regente e imperador do Brasil. No caso dos nobres dos Arcos, a *Gazeta* noticiava que um "um grande número de pessoas nobres da Vila dos Arcos armados a cavalo, que recitaram por todas as ruas uma eloquente Peça Poética". Narrava-se ainda que "nas tardes dos dias 2, 3 e 4 se fizeram na Praça da

17. *Gazeta de Lisboa*, 9 de agosto de 1791, p. 4.
18. *Gazeta de Lisboa*, 5 de março de 1791, p. 4.
19. *Gazeta de Lisboa*, 18 dezembro de 1792, p. 4.

mesma Vila festins de touros, que o mesmo Ministro aprontara, com vários bailes, e outros muitos divertimentos"[20].

Se em 1793 os nobres festejavam o nascimento de uma princesa e o Conde dos Arcos o nascimento de seus próprios filhos, o ano de 1795 foi trágico e decisivo. Nele morreram sua mulher e seu sogro. A notícia da morte do Conde de São Vicente foi publicada em 08 de dezembro, em uma significativa nota[21].

Viúvo e com quatro filhos, D. Marcos alistou-se, em 1796, na sétima cavalaria em Cascais[22]. Depois, seguiu para Elvas já como oficial. A provisão dele também foi publicada na *Gazeta*[23]. Datada de 20 de novembro de 1796, a nomeação revelava outra relação familiar, já que o conde era ali "Capitão de Infantaria com exercício de Ajudante de Ordens de D. Francisco Xavier de Noronha". Em Elvas, ele pode contar com a proteção de seu tio D. Francisco, que era marechal de campo – nomeado, um pouco antes, por ocasião do aniversário da rainha, em 17 de dezembro de 1795[24].

Em 1797, sua avó materna, D. Maria Xavier de Lancaster, a viúva Condessa dos Arcos, falecia em Lisboa aos 86 anos[25]. Quatro anos depois, a propriedade dela, uma fazenda de vinho e pão em Caparica, freguesia da vila de Almada, foi posta a arrendamento na *Gazeta*[26].

Ainda novo, porém viúvo e provavelmente já usufruindo da herança de duas fortunas (da mulher e da avó), além de estar bem mais experiente na arte da guerra, foi assim que o Conde dos Arcos embarcou para o Pará[27]. Pela quantidade de vezes que o conde e sua família foram citados na *Gazeta,* ele parecia ser uma figura nobre conhecida nos círculos da Corte lusitana. Vale notar também que, depois de deixar o posto no Pará, D. Marcos de Noronha e Brito passou rapidamente pelo Rio de Janeiro como vice-rei, mas,

20. *Gazeta de Lisboa*, 6 de julho de 1793, p. 4.
21. *Gazeta de Lisboa*, 8 de dezembro de 1795, p. 6.
22. A. da S. Pinto, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, vol. 1, p. 120.
23. *Gazeta de Lisboa*, 6 de janeiro de 1797, p. 4.
24. *Gazeta de Lisboa*, 1 de janeiro de 1796, p. 3.
25. *Gazeta de Lisboa*, 11 de abril de 1797, p. 4.
26. *Gazeta de Lisboa*, 1 de agosto de 1801, p. 4.
27. Também teve este governador sua nomeação anunciada nas páginas da *Gazeta* (*Gazeta de Lisboa*, 19 de março de 1803, p. 3).

com a vinda de D. João VI e séquito, transferiu-se para a Bahia[28]. Como governador local, ajudou e apoiou a criação do periódico *Idade d'Ouro do Brazil*, uma gazeta considerada pelo periodista brasileiro Evaristo da Veiga, anos mais tarde, como "insossa"[29]. Esse julgamento (liberal e posterior) deve ser vinculado ao fato de que a *Idade d'Ouro* moldava-se ao formato da *Gazeta de Lisboa*. Logo, o conde certamente não partilhava da mesma opinião deste eminente jornalista e político imperial. O Conde dos Arcos era um nobre que não apenas circulava pelo principal periódico lusitano, mas se interessava pelas notícias da nobreza portuguesa e europeia, a ponto de envolver-se na criação de um periódico que trouxe o modelo periodista da *Gazeta* para Salvador[30].

Por fim, de todos os governadores do Pará, o mais prestigiado no círculo da Corte lusitana e mais popular nas páginas do jornal foi Antonio José de Sousa Manoel de Menezes Severim de Noronha. Além de sua provisão ter saído na primeira página da *Gazeta*[31], imediatamente após sair de Lisboa, ele também anunciou ali o arrendamento de terras[32]. Nascido em 1792, era o sétimo Conde de Vila Flor. Depois de sair do posto de gover-

28. Segundo Pinto, D. Marcos de Noronha e Brito fundou e dirigiu o jornal *Idade d'Ouro do Brazil,* além de ter criado um teatro, uma biblioteca pública e um correio regular da Bahia ao Maranhão. Na Revolução Pernambucana de 1817, teve papel importante na repressão ao movimento liberal e, como consequência, foi transferido pelo rei novamente ao Rio (A. da S. Pinto, *op. cit.*, vol. 1, p. 120). Na Corte, tornou-se ministro de Marinha e Ultramar. Com D. Pedro I, foi ministro dos Negócios do Reino do Brasil, sendo, por fim, demitido por esse mesmo monarca depois do movimento do "fico", em fevereiro de 1822 (J. Torres e M. Mesquita, *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*, p. 23).
29. Evaristo da Veiga era o redator do maior jornal no Brasil dos anos de 1820-30, tendo apresentado essa opinião sobre o jornal baiano em novembro de 1830, em um balanço sobre os progressos da imprensa liberal no país (*Aurora Fluminense*, Rio de janeiro, v. 417, 26 de novembro de 1830, pp. 3 e 4). O balanço feito por Evaristo da Veiga deve ter sido bem avaliado a seu tempo, apesar de algumas ressalvas. O redator do jornal literário *O Beija-Flor* acreditava nos números apresentados por Veiga e – em outro artigo de 1830 – referendava o crescimento da imprensa no Brasil, mas desconfiava se esse crescimento seria sinônimo de "civilização" e progressos ininterruptos, já que, no intervalo entre 1827 e 1830, teriam existido "revoluções" e "elipses" frequentes. Para citação deste segundo artigo, ver capítulo escrito por Lúcia Neves (L. das Neves, org., *Livros Impressos: Retratos do Setecentos e dos Oitocentos*, Rio de Janeiro, Eduerj, 2009, p. 78).
30. Para um estudo sobre este primeiro periódico baiano, ver estudo de M. B. N. da Silva, *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade do Ouro do Brasil*, 2. ed., Salvador, Edufba, 2015
31. *Gazeta de Lisboa*, 19 de novembro de 1817, p. 1.
32. *Gazeta de Lisboa*, 24 de agosto de 1817, p. 4.

nador do Pará, ainda se tornou o primeiro Marquês de Vila Flor e, finalmente, o primeiro Duque da Terceira[33].

Órfão (e muito rico) aos dois anos de idade (em 1794), Vila Flor foi criado na ilharga da família real portuguesa, especialmente da rainha-mãe D. Maria I. Seu pai, Antonio de Sousa Manoel de Meneses, era figura do primeiro escalão da Corte: em 1789, por exemplo, conduziu à presença da rainha, dentro dos "coches da Real Cavalheriça", o exmo. Conde de Chalon, embaixador francês enviado à Corte de Lisboa[34]. Com essa proximidade, o Conde de Vila Flor ocupou muitas colocações privilegiadas no dia a dia da família real, como as funções de "fidalgo da rainha" D. Maria I, "gentil homem da Câmara de El Rei" D. João VI, e ainda copeiro-mor, estribeiro e par do reino. Vila Flor era, portanto, figura pertencente e atuante naquilo que Norbert Elias denominou, sociologicamente, de "sociedade de Corte" do Antigo Regime[35]. O interesse do conde pela monarquia portuguesa evidenciava-se mais porque, além de ser conselheiro e copeiro-mor de D. João VI, também recebeu o título de "condestável temporário" de D. Fernando da Espanha, de Ernesto Pio da Saxônia e de Leopoldo da Bélgica![36]

Vale lembrar que todos esses homens régios que estiveram no Pará viveram intensamente a guerra contra a França, mesmo antes de ter assumido o aspecto de conquista territorial da Península Ibérica (entre 1808 e 1815). D. Francisco de Sousa Coutinho iniciou a carreira militar lutando contra os franceses em Cabinda (Angola), e depois em Estreito. Na sequência é que

33. Por seus títulos ascendentes, nota-se que teve uma carreira muito importante no mundo luso-brasileiro. Rico e órfão desde os dois anos de idade, começou seu vínculo com a família real portuguesa ao ser fidalgo da rainha D. Maria I, e depois tornou-se gentil homem da câmara de El-rei D. João VI, seu copeiro-mor, estribeiro-mor, e par do reino. No mundo burocrático régio, foi conselheiro de Estado, ministro de Estado, ministro plenipotenciário, marechal do Exército, governador da Torre de S. Vicente de Belém, presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar, ajudante de campo de D. Pedro V (J. Torres e M. Mesquita, *op. cit.*, pp. 235-6).
34. *Gazeta de Lisboa*, 16 de outubro de 1789, p. 4.
35. Para Norbert Elias, trata-se de uma sociedade pré-nacional e industrial, na qual haveria a junção entre as duas instâncias da Corte, "a da instância máxima da grande família real, e a de órgão central da administração do Estado". Assim, tarefas pessoais (da realeza e da nobreza) e as estatais/profissionais "ainda não eram diferenciadas e especializadas" (N. Elias, *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a Sociologia da Realiza e da Aristocracia de Corte*, p. 27).
36. J. Torres e M. Mesquita, *op. cit.*, pp. 235-236.

veio ao Pará e subiu de posto em 1793, em plena Campanha do Rossilhão (1793-1795); seguiu para o Rio de Janeiro com o rei e o serviu como conselheiro militar por dezessete longos anos. O Conde dos Arcos, por sua vez, alistou-se em Cascais e depois partiu para Elvas, cidade próxima à fronteira com a Espanha, entre 1796-97. Vila Flor era o mais novo de todos, nasceu em plena campanha lusitana de 1793-95. Seu pai, todavia, teve uma importante carreira militar, cujo início foi anunciado na *Gazeta de Lisboa* em 1792, quando fora nomeado sargento-mor do Segundo Regimento de Artilharia Real[37]. Seguindo o caminho paterno, Vila Flor teve rápida formação e ascensão no exército lusitano, na guerra contra a França, e se tornou herói condecorado com a Cruz de Ouro nessa guerra peninsular. Coronel aos 22 anos, Antonio José recebeu, em 1815, o título de cavaleiro da Torre e Espada, e partiu para o Brasil com as tropas portuguesas destinadas a acabar com a revolução de 1817, em Pernambuco. Depois dessa batalha, foi nomeado capitão-general e governador do Grão-Pará, cargo que exerceu até ao ano de 1820, quando foi nomeado governador da Bahia, mas não chegou a assumir o posto, tendo regressado ao reino, em 1821, com D. João VI. Em Portugal, ainda participou da revolução que fez retornar ao poder o absolutismo, cumprindo longa carreira até sua morte em 1860[38].

Toda essa descrição de titulação e proximidade com a sociedade portuguesa de Corte revela, sobre esses governadores régios, que a vinda ao Pará fazia parte intrínseca da atuação nessa sociedade, da qual foi elementar a participação na campanha militar anti-francesa, que ganhou o rumo da América com maior intensidade, porque o território português no Pará era uma região fronteiriça aos territórios franceses e espanhóis nas terras sul-americanas.

DO GOVERNO DAS ARMAS AO DAS LETRAS NO PARÁ: SABERES, POSSE E DOMINAÇÃO

Os dois primeiros governadores do período destacado receberam sugestões e ordens régias para agirem localmente em relação ao mundo das letras, sobretudo no tocante à distribuição e venda de livros. D. Francisco, por exemplo,

37. *Gazeta de Lisboa*, 27 de março de 1792, p. 4.
38. J. Torres e M. Mesquita, *op. cit.*, pp. 235-236.

recebeu de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então secretário do Ultramar, a incumbência de vender no Pará livros orçados em 180$340 (cento e oitenta mil e trezentos e quarenta) réis, com a advertência de que ele, antes de os pôr à venda, deveria lê-los, "para que em caso algum escapasse alguma opinião" ou, caso suspeitasse de que, da leitura destas obras, pudesse advir "más consequências", o governador do Pará teria autonomia para suspender a venda[39]. Entretanto, os governadores também receberam ordens expressas vindas dos secretários do Ultramar para defenderem o Pará, a todo o custo, das tentativas de invasão vindas dos franceses de Caiena, a quem denominavam de "nossos tão incômodos vizinhos"[40]. Neste instante o Pará significava a "chave para todo o Brasil da Parte Norte[41]". Assim, entre 1793 e 1817, toda a Amazônia lusitana foi modificada e preparada para a autodefesa. Simultaneamente, foi a própria condição de guerra que tornou mais poderosos e livres os atos desses governadores, que por aqui experimentaram pôr em prática muitas ideias mais ilustradas.

D. Francisco foi muito ativo. Buscou aumentar e melhorar a produção de óleos, como o de andiroba, e desenvolveu a produção da cola de gurijuba, sobre a qual mandou um ensaio a D. Rodrigo. Este último responde que teria levado à presença de D. João VI, o qual havia ficado satisfeito e recomendava

> a Vossa Senhoria [o governador] se é a cola das Bexigas [nadadeiras] dos peixes, particularmente do Gurijuba, cujo primeiro ensaio pareceu muito bom, que veja se pode achar algum Negociante que principie em fazer remessas da referida Cola, com especulação mercantil, em que certamente hão de achar conta; e não os achando que veja se por conta da Real Fazenda se poderá animar a exportação deste importante

39. Arquivo Histórico Ultramarino, códice 589, Ofício de 23 de dezembro de 1799, f 146.
40. Dito pelo secretário do Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao governador do Pará D. Francisco de Sousa Coutinho, em 9 de novembro de 1800 – fl. 125, códice 589, AHU.
41. Termo utilizado pelo príncipe regente em três ocasiões, todas relacionadas aos problemas de fronteira do Pará com os espanhóis e franceses. A primeira e mais importante foi quando D. Rodrigo escreveu a D. Francisco sobre a necessidade de se criar no Pará um novo corpo de artilharia. Solicitou, então, que "se remetessem, logo que seja possível, as Cópias do que aqui [em Lisboa] consta sobre a força, e despesa da Tropa de Mato Grosso, afim de que aqui e no Pará se divisassem os meios de fundar e criar Corpos [de Artilharia] tão necessários para a defesa desse tão importante Estado, a chave de todo o Brasil da Parte Norte". Ver: AHU, códice 589, Ofício de 14 de fevereiro de 1800, ff. 41 e 42.

Gênero sobre o qual não só remeterei à Vossa Senhoria uma obra que se está imprimindo, mas o resultado das observações que se estão fazendo.[42]

Meses mais tarde, o mesmo secretário do Ultramar se animava ainda mais com a cola extraída do peixe amazônico e escrevia que o artigo faria os portugueses ingressarem no chamado "Mercado Geral da Europa", rivalizando com os Russos[43]. Também se mostrava animado com a produção de anil, cuja excelente qualidade fez com que se vendesse na "Casa da Índia". No caso desse produto, os concorrentes diretos eram os espanhóis. Em outro ofício, o secretário lembrava de outro comércio, feito de forma clandestina, porém muito lucrativo. A partir de informações de Caiena e, mais precisamente, de algumas "diligências" feitas pela região por D. Francisco, o príncipe regente ficara feliz e lhe recomendava "não só a maior vigilância daquele lado, mas também que continue as diligências de adquirir a Noz moscada"[44].

Ainda havia o lucrativo comércio das madeiras. O então governador do Estado incentivou a descoberta de novas espécies de "paus" encontradas no Pará, ou novos usos para eles, como no campo da construção naval. Com elas – vindas de novas fábricas que ele mandou fazer ou reorganizar –, construíram-se significativas embarcações comerciais e de guerra, mas também serviram para outros fins, como a feitura de barris para transporte de carnes e peixes salgados. Mais do que os usos em si, o monarca português também planejava plantar novas espécies, como as usadas na Ásia para fabricação de papel. Nesse sentido, D. Rodrigo remeteu ao irmão no Pará "plantas de Morus Papirefera"[45]. Lembrava que as plantas acabavam "de chegar de Inglaterra" e que saíam da Europa "em muito bom estado". O secretário concluía rogando que elas chegassem ao Pará ainda vivas, porque o próprio

42. AHU, Códice 389, Ofício de 11 de janeiro de 1800, f. 34.
43. AHU, Códice 389, Ofício de 29 de novembro de 1800, f. 146.
44. AHU, Códice 389, Ofício de 11 de janeiro de 1800, f. 34.
45. Morus é amoreira, e *papyrefera*, uma espécie comum na Ásia. A amoreira de papel (*Broussonetia papyrifera, syn. Morus papyrifera L.*) é uma espécie de planta de florescência na família *Moraceae*. É nativa da Ásia, onde a sua gama inclui China, Japão, Coreia, Laos, Camboja, Tailândia, Birmânia e Índia. É amplamente cultivada em outros lugares, tendo crescido, como espécie introduzida, em partes da Europa por volta de 1100. Passou a ser utilizada para fabricação de papel na China desde 100 d. C. Ver M. Nesbit e Sir. G. Prance (eds.), *The Cultural History of the Plants*, London, Routlege, 2005 p. 350.

D. João VI "as mandou virem com o fim de ver se no Brasil se introduzia e propagava esta útil Árvore"[46].

Com tantas novas riquezas e produtos, o governador do Pará se preocupava com a qualificação dos trabalhadores. Então cuidou de elaborar planos – transformados em Cartas Régias por D. João VI – que tratavam de fomentar a instrução pública de "meninos e meninas"[47]. Ao mesmo tempo, tratava de promover a chamada "civilização" dos índios, considerados "bravos" ou "bárbaros"[48]. Porém, em cada um desses planos e descobertas, vinham sempre as dúvidas e problemas religiosos. O artigo sétimo da Carta Régia sobre a instrução pública, por exemplo, fazia menção aos livros que se deveriam ler nas aulas de "Primeiras Letras". Nelas, o professor deveria utilizar obras aprovadas e sacras, como catecismos, mas também outros estudos mais mundanos, aquilo que na Carta Régia se denominava de "Catecismo Político", muito próximo ao vocabulário liberal e revolucionário vindo da França. Ditava a Carta que o ensino de primeiras letras se iniciava com o "Compêndio que está autorizado pelo Alvará de 30 de setembro de 1770, e que se conhece pelo título de *Cathecismo de Montpellier*"[49]. Seria dessa obra que, "principalmente pela explicação", deveriam

46. AHU, Códice 389, Ofício de 23 de dezembro de 1799. f. 24.
47. Trata-se aqui da Carta Régia de 28 de fevereiro de 1800. AHU, códice 589, ff. 60-74.
48. AHU, códice 588, Carta Régia de 12 de maio de 1798.
49. Deve se tratar da obra *Instrucções Geraes em Forma de Catecismo nas quaes se Explicão em Compendio pela Sagrada Escritura, e Tradição a História, e os Dogmas da Religião, a Moral Christã, os Sacramentos, as Orações, as Ceremonias, e os Usos da Igreja*. Impressa por ordem de Carlos Joaquim Colbert, bispo de Montpellier, com dois catecismos abreviados para o exercício dos meninos. Continuação da terceira, a obra foi traduzida para a língua portuguesa e impressa em Lisboa, em 1770, para o uso do bispado de Coimbra e provavelmente seria utilizada com as crianças do Pará a versão inclusa nessa obra dos "dous catecismos abbreviados para o exercicio dos meninos". Não há menção a esses catecismos no livro, mas à página 375 consta a "Conclusão, e recapitulação de toda essa Obra. Das coisas que fazem o homem feliz sobre a terra, com a esperança da eterna felicidade". Pereira e Sousa, em seu Dicionário Jurídico, no verbete "catecismo", indica essa obra de 1770 como sendo aquela em que o Concilio de Trento teria ordenado "para uso de toda a Igreja, e por este Catecismo geral se formaram os Catecismo particulares das Dioceses respectivas". Finalmente, o mesmo autor enfatizava que, em Portugal, "pelo Alvará de 30 de setembro de 1770 se mandou ensinar nas Escolas pelo Catecismo de Montpellier. Os Catecismos manuscritos foram proibidos pelo Edital de 3 de julho de 1776" (J. J. C. Pereira e Sousa, *Esboço de um Dicionário Jurídico, Teorético, e Prático, Remissivo às Leis Compiladas, e Extravagantes*, p. 174, vol. 1).

fazer uso os professores e, quando os alunos já estivessem mais adiantados, se passaria a uma leitura mais densa de suas "instruções", sendo necessário que estudassem "a lamentável Crise presente, que tem desolado a Europa". Neste sentido era "conveniente que os Professores" fizessem "ler nos mais adiantados dos seus Discípulos o *Mercurio Britannico*[50] por ser este "um Catecismo Político e de doutrina a mais pura, e a mais própria para destruir pelos seus fundamentos o terrível Sofisma da Libertinagem inculcada pelos Franceses para a supressão e ruínas inteira dos Povos". Daí em diante, os alunos seguiriam para obras da História portuguesa, em que o tema central a ser demarcado seria a chamada "parte em que se trata das Gloriosas, e memoráveis Épocas da fundação de Portugal, da defesa dele no tempo do Senhor Rei Dom João 4º em que mais notavelmente por uma parte aparece a Proteção do Onipotente para com a Nação Portuguesa; e por outra brilham em todo o seu esplendor a Lealdade, a Obediência, e os Sacrifícios dela para com os seus Soberanos da Pátria"[51].

Tratava-se de uma educação bastante ousada e liberal em seus anos mais adiantados. Voltada para ambos os sexos, por ser "muito útil, e muito necessário que seja a qualquer indivíduo de um, e outro sexo saber ler e escrever, e contar, senão com perfeição ao menos com exação", esse ensino deveria ser ministrado em "cada uma das Freguesias mais populares do estado do Pará", sendo que as "lições" deveriam ser dadas "ou nas mesmas Freguesias, ou nas [sacristias] delas, ou na acomodação que os Párocos determi-

50. Trata-se de um periódico que foi colecionado e compilado na forma de um livro. Seu título completo era *Mercúrio Britânico, ou Notícias Históricas e Críticas sobre os Negócios Atuais*. Escrito originalmente em francês por Jacques Mallet du Pan, foi traduzido para o português e publicado em Londres em 1798. Sobre esse periódico, escreve Nizza da Silva: "Grandes disputas e brigas eclodiam entre os cariocas quando se comentavam os últimos episódios das lutas na Europa: uns ressaltavam as vitórias dos aliados e outros negavam essas notícias, afirmando que a gazeta (*Gazeta de Lisboa*) mentia e que as notícias particulares é que falavam a verdade. [...] em 1798, o conde de Resende pediu para Lisboa exemplares da obra que, em Londres, fora traduzida para o português sobre a Revolução Francesa, o que demonstra como a alta administração colonial queria estar informada sobre os acontecimentos da França para além das informações que as gazetas transmitiam. Pela correspondência com D. Rodrigo [de Sousa Coutinho], sabemos tratar-se de *Mercúrio britânico, ou notícias históricas e críticas sobre os negócios atuais*, *por J. Mallet du Pan*, traduzido em português, publicado em Londres em 1798" (M. B. N. da Silva, *Cultura Letrada e Cultura Oral no Rio de Janeiro dos Vice-Reis*, pp. 214-5).

51. AHU, Carta Régia de 28 de fevereiro de 1800, códice 589, ff. 60-74.

narem, que deverá sempre que for possível mais próxima à Igreja". Tinham ainda os professores "por obrigação entrar sempre na Igreja a fazer uma breve Oração antes de principiar, e depois de acabar a lição". Outra recomendação era a de que guardassem os mestres, durante as aulas, "todo o respeito", pois "concorrendo [às aulas pessoas de] diferentes sexos, como se facilita pelo meio de serem as Aulas, ou nas Igrejas, ou em acomodação próxima a elas, destinarão lugar separado, para cada sexo, para evitar todo o motivo de distração".

A mistura de sexos, todavia, não foi bem aceita. A Carta Régia (datada de 28 de fevereiro de 1800) mal havia sido promulgada, um novo Aviso, datado de 18 de março do mesmo ano, já revogava a junção de meninas e meninos em um mesmo espaço físico e determinava que o governador Sousa Coutinho "por nenhum modo permitisse nas mesmas Escolas a mistura de dois sexos pelo mal, e perigo que dela poderia resultar a Moralidade". Assim o governador deveria "mandar que as Meninas" fossem "às Escolas de Catecismo de ler, e de escrever de manhã, e os Meninos de tarde"[52].

Na correspondência entre o secretário D. Rodrigo e o governador, seu parente, D. Francisco, muitas vezes a relação de proximidade com a monarquia e com o próprio príncipe regente era evidente. Na Carta Régia de 30 de setembro de 1800, o príncipe nomeava – um a um – os atos que julgava importantes do seu governador no Pará. Para D. João VI, Sousa Coutinho havia criado o "Arsenal dessa Cidade do Pará" e formado "artífices hábeis para nele trabalharem". Também tinha deixado mais rica a fazenda régia ao construir ali "com a mais bem entendida economia Fragatas, e Charruas", feitas com a fundação e ampliação dos "Cortes das Madeiras para o fornecimento não só do Arsenal dessa Cidade, senão também para os dois Arsenais da Marinha, e Exército desta Corte". Se não bastasse tudo isso, Sousa Coutinho ainda era elogiado por proceder muitas viagens de reconhecimento de território e demarcar fronteiras, tanto com os franceses de Caiena, quanto com os espanhóis da fronteira do alto rio Solimões em São Paulo de Olivenças, e no rio Negro, na fronteira com Maynas, no atual Peru. Segundo o príncipe regente, essas viagens exploratórias, nas quais o governador do Pará teria descoberto "a entrada, e foz do Rio das Amazonas;

52. AHU, códice 589, Ofício de 18 de março de 1800, f. 166.

reconhecendo vários outros Rios". Para além do Amazonas, teriam aberto e facilitado, por um modo "permanente e luminoso", as "Comunicações dessa Capitania com as Capitanias de Goiás, pelos Rios Tocantins, e Araguaia; e de Mato Grosso pelo Rio Madeira; formando o importante Estabelecimento das Cachoeiras; e preparando igualmente mais fáceis Comunicações com as Capitanias do Piauí, e Maranhão". Por fim, teria promovido Sousa Coutinho um "bem analisado, e entendido Sistema do Estado Civil, e trato doméstico dos Índios por meio de princípios justos, e análogos à sã razão; donde pode decididamente resultar a sua perfeita Civilização em grande benefício desse Estado, e vantagens da Monarquia"[53].

As instruções para o sucessor de Sousa e Coutinho, o Conde dos Arcos, também mantinham o tom de proximidade e amizade com a Corte de Lisboa. D. Marcos de Noronha e Brito também criou muitas novidades inspiradas nos tempos da Ilustração. Atos como o incremento de bibliotecas com novos títulos mais mundanos e a promoção de aulas militares de artilharia. Em 1803, por exemplo, o então secretário do Ultramar, Visconde de Anadia, mandava remeter ao Pará "um Trem de Artilharia com as suas Munições e apetrechos [compostos], e outros [efeitos] para o Estabelecimento de um Laboratório e Instrumentos e Livros para a Aula do Corpo de Artilharia"[54].

Em que pese o tom formal comum à toda Carta Régia, a de instrução ao novo governador, em 1º de julho de 1803, mostrava a importância desse cargo no mundo lusitano em guerra. Em poucas palavras, a missão do governo do Conde dos Arcos, nas "circunstâncias atuais", t/inha quatro grandes princípios. O primeiro baseava-se em manter unidas as principais autoridades civis, eclesiásticas e militares do estado do Pará, que estavam em pé de guerra na gestão de Sousa Coutinho. O segundo ponto seria o zelo pela "boa e imparcial administração da justiça". Já o terceiro era construir um prédio "sóbrio" e organizar nele um novo corpo de artilharia. Por fim, o último ponto se resumia em manter muita cautela ao recrutar e treinar o que o secretário denominava de essa gente "vinda de baixo". Explicando-me melhor, é preciso detalhar essas quatro recomendações.

53. AHU, códice 589, Carta Régia de 30 de setembro de 1800, ff. 119-120.
54. AHU, códice 589, Ofício do Visconde de Anadia ao governador Conde dos Arcos, datado de 3 de julho de 1803, f. 255.

A primeira era ampla e valia para a Igreja e a Justiça, uma vez que, como escrevia o príncipe, "a Religião dada por Deus ao Homem para sua consolação é também o melhor meio para conservar a tranquilidade e a subordinação necessária dos Povos". Embora D. João VI recomendasse "maior deferência para os Prelados da Igreja", o governador do Pará deveria auxiliar aos sacerdotes apenas "com aquelas providências que justamente solicitarem da vossa parte, para se conservar o respeito devido à Igreja e aos seus Ministros". Esse respeito e ajuda entre as autoridades civis e eclesiásticas, entretanto, esbarrava em um outro ponto, também exposto pelo monarca mais adiante: "pela outra parte também vos recomendo, que zeleis a Minha Autoridade". Portanto, o novo governador não deveria consentir que, "debaixo do pretexto do bom serviço de Deus, e da Igreja", fossem violados "os meus Direitos, de que em último lugar não só resultam graves inconvenientes ao Meu Real Serviço; mas ainda se suscitam graves perturbações, e escândalos nocivos ao Serviço de Deus, e bem da Igreja"[55]. Nesse campo, era prioridade a cristianização e civilização dos indígenas – "selvagens" e embrenhados nos rios e canais mais distantes do alto rio Negro e dos rios Solimões, Madeira e Tocantins. Essa missão, todavia, deveria ser feita por clérigos vindos de fora do bispado. Em outro documento[56], D João VI era avisado de que, junto ao novo governador, viria um eclesiástico capuchinho de Santo Antônio, vindo da Itália para coordenar a nova e importante tarefa.

Saindo do campo eclesiástico, o governador também deveria zelar pela "boa e imparcial administração da justiça". Deveria ainda prezar pela "boa conduta e independência" dos juízes, mas também era seu dever estar próximo deles para perceber e fiscalizar qualquer desvio ou erro, que, caso ocorram – longe de serem punido diretamente pelo mesmo governador –, deveriam ser levados à presença do secretário do Ultramar e ao Conselho Ultramarino, pessoa e órgão colegiado aos quais caberia dar a punição e o castigo aos juízes e magistrados nos casos que fossem necessários. Ao que

55. AHU, códice 589,Carta Régia de Instruções para o Conde dos Arcos de 1 de Julho de 1803, ff 230-248.

56. O documento era um breve do núncio apostólico, no qual esse emissário do Papa ordenava a Frei Francisco Antonio de Alba Pompeia, religioso capuchinho italiano, que viesse ao Pará com o Conde de Arcos. No mesmo ofício, dirigido ao governador, o príncipe regente acolhia o breve e dava a ele "o seu Real Beneplácito" (AHU, Beneplácito Régio de 23 de Junho de 1803, f 251. códice 589).

parece, as autoridades de Lisboa estavam reconsiderando os amplos poderes dados pelo antigo secretário D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao seu irmão, o governador D. Francisco. Agora, o novo gestor teria que saber dividir seu poder tanto com as autoridades eclesiásticas quanto com as judiciárias.

Indo para o campo militar, o Conde dos Arcos tinha duas tarefas centrais: devia organizar um novo corpo de artilharia e construir um prédio sóbrio (sem muitos gastos com ornamentos e decorações) para formar o Trem de Artilharia. No novo prédio haveria espaço e gente para aprender o ofício das armas. Nesse ponto, as instruções reais lembravam que a cúpula dos novos corpos militares viria de Portugal, ou se formaria por portugueses já residentes e agregados às outras tropas de linha do Pará. Mas havia espaço para muitos cargos intermediários e em outras tropas, que o governador deveria distribuir com parcimônia entre os moradores locais mais "úteis" e "inteligentes". De um lado, as tropas de elite militar (os corpos de infantaria, cavalaria e o novo de artilharia) ficavam nas mãos de comando direto dos portugueses; do outro, se abria o precedente de se formar outros, compostos por "agregados" a esses pelotões de elite.

A passagem das antigas tropas de linha para a nova de artilharia deveria ser vista como um prêmio do "bom serviço e comportamento úmbrio". Consequentemente, como previsto nas instruções, essa passagem deixaria vagos cargos a serem igualmente preenchidos por homens vindos de "companhias de agregados", a serem criadas a partir das companhias de milicianos, tropas em que eram aceitos mestiços[57]. Estas últimas existiam de longa

57. A referência mais explícita à criação e organização desses corpos militares foi descrita pelo secretário do Ultramar, o Visconde de Anadia, em documento intitulado "Instruções para o Brigadeiro Jerônimo José Nogueira de Andrade que veio comandar as Tropas da Capitania do Pará". Nele, o visconde esclarecia que o comando do novo Regimento de Artilharia teria soldados vindos dos melhores homens das duas tropas de linhas existentes no Pará, as de infantaria e a de cavalaria. As vagas que ficarem sobrando dos que fossem elevados para o Corpo de Artilharia seria preenchida pelos locais. O serviço deveria ser feito "com toda a exação", e o brigadeiro deveria, para tanto, propor um " aumento que julgasse conveniente ou seja o de se criarem algumas Companhias [Francas] de Artilheiros Milicianos, ou o de se levantarem um, ou mais Corpos de Artilharia Miliciana Agregados ao mencionado Corpo de Linha". Desse modo, o secretário ultramarino concedia "a necessária faculdade, para que possais proceder a criação e organização das referidas Companhias, ou Corpos Agregados, formando-lhes o competente Regulamento para sua Instrução, Governo e Disciplina" (AHU, Conde de Anadia. "Instruções para o Brigadeiro Jerônimo José Nogueira de Andrade que veio comandar as Tropas da Capitania do Pará", dadas em 26 de abril de 1803, ff. 220-223, códice 589).

data, mas foram reestruturadas por Sousa Coutinho e passaram a ser formadas por "gentes da terra", mestiços e até líderes religiosos, chamados de "principais", e chefes indígenas aldeados. Por fim, os corpos mais simples nessa hierarquia militar eram os de pedestres ou "ligeiros", formados hegemonicamente por indígenas aldeados. Esses corpos de milicianos e de pedestres, todavia, desde o governo de D. Francisco, exerciam uma função dupla: militar e de mão de obra nas culturas, coleta de gêneros e nas pescarias.

Outro conselho do príncipe regente ao novo governador era o de manter muita cautela ao recrutar e treinar essa gente "vinda de baixo". O uso militar deveria ser bem dosado, pois seu excesso atrapalharia a produção dos gêneros, pescarias, o corte das madeiras, como também a coleta das especiarias e drogas do sertão. D. João VI solicitava ainda atenção à boa qualidade do corte das madeiras amazônicas destinadas ao Arsenal de Marinha de Lisboa e, nesse ponto, já se entrava no terceiro aspecto de suas instruções, a saber, a questão do fomento aos novos gêneros e o cuidado com a fazenda e a economia.

Sobre a questão fazendária, escrevia que era preciso enviar balanços anuais das produções e elaborar circunstanciadas estatísticas populacionais, cuidando da instrução pública e da civilização dos indígenas. O temor aqui era que a guerra fizesse diminuir drasticamente o número de braços da lavoura, das pescarias e, sobretudo, da coleta de óleos e outras especiarias. Concorrendo com essa perda, também existiam problemas com doenças epidêmicas. Nesse ponto, o príncipe era claro ao lembrar que o governador deveria "introduzir, praticar, e recomendar a Inoculação das Bexigas, das quais são vítimas tantos mil braços, que fazem tão sensível falta às culturas, e aos trabalhos, que a elas se seguem". A vacinação e o planejamento populacional ajudariam as autoridades da Corte em Lisboa e em Belém a cuidarem do aumento da produção dos gêneros.

O Conde dos Arcos deveria, então, animar os estudos feitos no Jardim Botânico de Belém. De acordo com D. João VI, mereciam "especial atenção" aquelas culturas "próprias para sustento do homem, como a mandioca", planta que deveria ser produzida "debaixo de bons princípios e com a inteligência com que a cultivam os Ingleses, e Franceses nas Antilhas". De Caiena, o novo governador deveria tirar "todas a Plantas, que podereis haver do Cravo da Índia, da Noz Moscada, da Canela, da Pimenta, e das

outras preciosas Especiarias, a novas espécies de Cana de Açúcar"[58]. D. João VI explicava que essas preciosas especiarias tinham chegado ao Pará a partir de "competentes informações" e de "secretas comunicações" que Sousa Coutinho havia estabelecido em Caiena. O mesmo princípio de espionagem tinha sido praticado com os espanhóis vizinhos da capitania de Goiás e de Mato Grosso. Sobre isso escrevia o Príncipe Regente que estas "comunicações com a Capitania de Goiás, e com a de Mato Grosso" teria merecido "particular atenção', por ser "muito útil' ao "comércio com as Possessões Espanholas", e se desejava que este comércio rivalizasse "com vantagem o da sua Metrópole naquelas paragens".[59]

Os portugueses obtinham, da capital da Guiana Francesa, as novidades "tecnológicas" nas culturas; dos espanhóis, desejavam o comércio e, especialmente, a moeda forte espanhola, tida então como da "maior e mais decisiva vantagem" – talvez fosse o objeto que o governador devesse dar mais atenção, pois, com ele, se faria "o maior e mais especial serviço"[60].

REVOLUÇÃO E RELIGIÃO: O GRÃO-PARÁ PRESIDIDO POR UM BISPO EM GUERRA CONTRA O FRANCESISMO

Se a proximidade do poder que hoje denominaríamos de "executivo", ou seja, governadores e capitães-generais militares do Pará, com a sociedade de Corte lusitana era estreita, também próximo ao círculo da Corte estava

58. AHU, Carta Régia de Instruções para D Miguel Pereira Forjaz Coutinho nomeado Governador e Capitão General da Capitania do Pará, dadas em 7 de julho de 1800, códice 589, ff. 126-146.

59. AHU, Códice 589, Carta Régia de Instruções para D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, nomeado Governador e Capitão General da Capitania do Pará, de 7 de julho de 1800, ff. 126-146.

60. Sobre esse desejo, escrevia o secretário do Ultramar ao governador Sousa Coutinho que, pelas capitanias de Mato Grosso e do Rio Negro, "vos Autorizo a que servireis, que com utilidade da Minha Real Fazenda, e com a devida segurança da mesma se puderem avançar Fundos de Crédito em Papel com seu juro, assim o façais, pois por esse modo suprireis a falta de Cabedais, para estabelecer Caixas de Crédito, e dareis meios aos Negociantes par estabelecerem esse Comércio que trazendo em retorno Patacaria Espanhola, seria para essa Capitania, e para este Reino da maior, e mais decidida vantagem, e talvez é este objeto aqueles, que mais deveis ter em vista, e que muito vos Mando recomendar porque realizando-o, lhe fareis o maior, e mais especial serviço" (AHU Códice 589, Carta Régia de Instruções para D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, nomeado Governador e Capitão General da Capitania do Pará, de 7 de julho de 180, códice 589, ff. 126-146).

o governo eclesiástico no Pará. No ano de 1790, foi nomeado para o bispado local D. Manuel de Almeida Carvalho, o mesmo clérigo que se tornou presidente da Junta Governativa Sucessória entre 1810 e 1817[61], e que foi o último bispo do Pará, enviado pelo poder régio de Lisboa, nascido em território europeu. Tratava-se de uma figura ambígua. Doutor em direito canônico pela Universidade de Coimbra, D. Manuel, a princípio, poderia ser um clérigo reformador e inovador, mas – como lembrou D. Romualdo de Seixas na oração fúnebre que elaborou em homenagem ao bispo – esse prelado havia renunciado "aos livros e a um título" em prol do mundo eclesiástico mais monástico[62]. Essa "renúncia" o teria levado, primeiramente, a uma reclusão dentro de um importante claustro em Portugal. Assim, uma de suas principais funções, imediatamente anterior à vinda a Belém do Pará, foi o cargo de pároco (e depois o de padre confessor) das freiras de Santa Clara, do famoso convento do Santíssimo Sacramento, em Louriçal (Portugal).

Louriçal era considerada um santuário místico, principalmente depois que o terremoto de Lisboa, de 1755, deitou por terra freiras e devotos em pleno ofício litúrgico. A tragédia criou ocasião para se pleitear ao papado a beatificação de uma freira ali morta. Também dava motivos para que sua reconstrução fosse feita por "esmolas" angariadas pela própria infanta (e depois rainha) D. Maria[63]. Dessa forma, D. Manuel de Almeida Carvalho

61. Sobre sua formação e vida pastoral no Pará, ver oração fúnebre escrita por D. Romualdo de Seixas (D. Romualdo A. de Seixas, *Oração fúnebre recitada pelo cônego Romualdo Antonio de Seixas...*). Para dados biobibliográficos, ver I. F. da Silva, *Dicionario Bibliographico Portuguez*, tomo v, p. 350.
62. D. Romualdo A. de Seixas, *op. cit.*, p. 10.
63. Conhecido como o Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento, era famoso por ser um dos locais sacros portugueses dos mais antigos, amplos e cobertos de ouro de Portugal. Ele podia recolher até seiscentas mulheres, entre religiosas, educandas e criadas. Seu prédio foi duramente atingido pelo terremoto de 1755, quando foram ali sepultadas mais de 400 pessoas que estavam assistindo à missa. Entre as vítimas, havia uma madre a quem depois foi aberto um processo de canonização, soror Maria Joana. Em 1783, foi esse estabelecimento reconstruído e reinaugurado graças às esmolas da então infanta D. Maria I, que, em 1762, recebera o livro de memórias sobre a vida e virtudes de Maria Joana e certamente se impressionara com a narrativa que afirmava ser o terremoto resultado da infidelidade do povo de Lisboa a Deus. O convento contava com a contribuição de ricas famílias da nobreza portuguesa e tinha um claustro conhecido pelo seu rigor, tendo sempre alguma freira rezando em frente ao Santíssimo Sacramento. Para maiores informações ver M. C. Pereira *et al., Vida e morte no Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento: Louriçal*, Louriçal, Junta de Freguesia do Louriçal, 2010.

pôde sair da Universidade de Coimbra para o claustro místico em Louriçal, reconstruído por obra caritativa da própria rainha portuguesa. Com o bispado do Pará, D. Manuel parecia retomar – de maneira mais direta e intensa – os trabalhos sacerdotais no mundo secular. Contudo, essa passagem não o eximia de dúvidas e hesitações, como a da saída de Coimbra.

Seixas, em sua oração fúnebre, lembrava que D. Manuel teria, inicialmente, feito uma primeira passagem – que o teria tirado de Coimbra para Louriçal – por meio de sua amizade ou "decisivo sufrágio" do bispo de Coimbra, o Conde de Arganil, que foi, simultaneamente, bispo e reitor da prestigiosa universidade coimbrã por dois períodos (1770-1779 e 1799-1821)[64]. Dessa amizade com um clérigo e reitor reformador nasceu a indicação da rainha D. Maria I que levou D. Manuel à Louriçal. Como escreveu Seixas:

> [Foi] decisivo o sufrágio desse Ilustre, e Sábio Prelado [Bispo de Coimbra, Conde de Arganil] que conheceu e honrou o seu merecimento, deu-lhe a sua confiança, e chamou-o para sua mesma Casa. Mas bastará dizer que depois de receber o Grau Acadêmico, e de enriquecer o seu espírito dos mais sólidos conhecimentos, frutos do seu grande engenho, e infatigável aplicação, mereceu, que a Soberana [rainha D. Maria] mais Esclarecida, e Escrupulosa na distribuição das suas Graças e especialmente das Dignidades Eclesiásticas, lhe confiasse o delicadíssimo Emprego de Confessor das Religiosas do Louriçal, onde havia já exercido com edificação o Oficio de Páraco, encarregando ao mesmo tempo ao seu zelo, e atividade as mais honrosas Comissões, que bastariam para atestar o seu merecimento superior, e a ideia, que na mesma Corte se fazia de suas eminentes virtudes.[65]

É importante notar que D. Manuel chegava ao Pará depois de vir da clausura, mas também das "comissões" da rainha para Louriçal, o que teria ele-

64. O Conde de Arganil era D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1735-1822). Nascido no Rio de Janeiro, doutorou-se em Coimbra em 1754, tendo sido reitor do Colégio das Ordens Militares portuguesas e depois lente na Universidade de Coimbra. Passou pela Casa de Suplicação e pela Mesa Censória do Tribunal da Inquisição portuguesa e, em 1770, voltou a Coimbra como reitor, fazendo parte então da junta que, na época pombalina, reformou a instituição. Em 1779, tornou-se bispo de Coimbra, ocasião na qual deixou a reitoria da universidade. Voltou a ela em 1799 com a missão de novamente reformá-la, e lá permaneceu até 1821. Foi eleito deputado às Cortes de Lisboa pelo Rio de Janeiro, mas faleceu antes da posse (F. A. Varnhagen, "Biographia dos brasileiros distinctos por lettras, armas, virtudes, etc.", pp. 388-392).

65. D. Romualdo A. de Seixas, Oração Fúnebre Recitada pelo Cônego Romualdo Antonio de Seixas..., pp. 11-12.

vado "suas eminentes virtudes" e "seus merecimentos superior" diante da Corte portuguesa. Embora Seixas não indique quais assuntos ou "comissões" D. Manuel teria tido, ele deixava claro que era um emprego "delicadíssimo" o de confessor das "religiosas" de Santa Clara. É muito provável que o assunto fizesse parte da coleta de dados "morais" das religiosas locais, quase certamente ainda dentro do processo de beatificação. Essa tarefa relacionava D. Manuel não somente à Corte lusitana, como também a Roma e ao papado. O que se conclui é que, em 1790, a carreira de D. Manuel estava em ascensão e construía-se repleta de amizades influentes. A vinda ao Pará – agora na função prestigiosa de bispo – certamente era interessante para clérigos que desejassem subir na hierarquia da Igreja-Estado português. Essa relação também é exposta porque, desde sua criação em 1719, o bispado do Pará nunca esteve colado hierarquicamente ao arcebispado da Bahia. Ele atrelava-se diretamente ao patriarcado de Lisboa[66]. Vir para a Sé de Belém, em uma melhor hipótese, poderia ser importante para subir na hierarquia católica portuguesa. Ao que parece, de início, já ajudava. Ao menos, ele teve sua cerimônia de sagração como bispo do Pará divulgada na prestigiosa coluna "Lisboa" da *Gazeta*[67].

Entre sua chegada à Belém e sua morte em 1818 D. Manuel nunca deixou o Pará. Todavia teve muitas perambulações internas, tanto as espaciais quanto as políticas. Entre 1794 e 1804, quando durante o governo de D. Francisco teve suas atividades suspensas e se retirou para a vila de Cametá no rio Tocantins, depois de um confronto direto de autoridade com o governador e dis-

66. Aqui é importante anotar que – segundo Antonio Rodrigues de Almeida Pinto, autor de *O Bispado do Pará* – esse bispado foi desmembrado do bispado do Maranhão em 1719 e ficou ligado ao patriarcado de Lisboa. Data de 09 de novembro de 1717 a solicitação de criação e atrelamento, cuja dignidade foi confirmada pelo Papa Clemente XI, por Bula de 04 de março de 1719 (A. R. de A. Pinto, O bispado do Pará, *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, p. 9). A requisição para que o bispado local fosse retirado deste último patriarcado europeu ocorreu apenas em 1826, quando um paraense, D. Romualdo Seixas, foi nomeado arcebispo da Bahia (primaz do Brasil). No Arquivo Secreto do Vaticano, há uma carta do cardeal Somaglia ao núncio apostólico, que estava no Rio de Janeiro, anunciando a transição do bispado paraense e também do maranhense para a Bahia (Carta do Cardeal Somaglia ao Núncio, 18 de maio de 1827, Roma, Arquivo Secreto do Vaticano, Arch. Nunz. Lisbona, 11 (4), fl. 59 a 59v). O deferimento dessa transferência ocorreu um ano mais tarde (Cópia (?) de uma carta [do Núncio] ao Governo, 5 de janeiro de 1828, s. l. Arquivo Secreto do Vaticano, Arch. Nunz. Lisbona, 11 (4), fl. 61).

67. *Gazeta de Lisboa*, 28 de agosto de 1790, p. 7.

putas pelo espólio dos frades das Mercês que foram mandados embora do Pará. Nesta ocasião o bispo teve seus seminaristas recrutados e seu cônego da Sé enviado para o Mato Grosso. A saída de D. Francisco marcou a volta o bispo a capital paraense. Entre idas e vindas ele acabou assumindo a junção entre o poder eclesiástico e o temporal entre 1810 e 1817 como presidente da Junta Governativa do Pará, no exato momento em que do Pará se governava também a antiga Guiana Francesa. Aqui não terei espaço para debater, mas nesta função novamente o bispo e a Junta de Fazenda travam uma longa disputa. Ocorre que parte dos sacerdotes havia se tornado padres liberais, ou porque no processo de recrutamento feito por D. Francisco aprenderam a sê-lo ou por se juntaram a novos clérigos vindos por exemplo de Caiena. Estes párocos voltavam para Belém e imediações e se associavam aos homens de letras e de justiça, causando conflitos com o bispo. Este foi o caso do capelão do Regimento de Macapá, Filipe Jaime António. Sobre ele escreveu o bispo numa pastoral.

> Tendo surgido dos cárceres de Lisboa um apóstata, este pela invasão do inimigo na Corte se transportou ao Brasil; e passando em qualidade de Capelão para a praça de Caiena, aqui se fortificou na impiedade com os ditames, e exemplos dos franceses [...] na vila de Cametá [...] principiou as funções sagradas pela extinção do cristianismo, fazendo batismos nulos, negando a imortalidade da alma, e as penas eternas [...] impugnou a perpétua virgindade da Mãe de Deus e proferiu uma blasfêmia contra o Salvador do Mundo tão horrorosa, que o Padre, testemunha de ouvido, se retirou confuso [...] se inculcou Pedreiro Livre [maçom] instruído na Praça de Caiena pelos franceses, que lhe inspiraram as máximas mais destrutivas da Ordem Social.[68]

O bispo passou anos em contendas e disputas judiciais para sumariar, mandar prender e deportar para Lisboa o mesmo sacerdote padre Jaime. Quando o fez escreveu uma pastoral sobre o que denominou de "tempos calamitosos e aflitivos"[69]. Para resumir meu argumento, o problema que se prolongou por todo o tempo em que o bispo D. Manoel esteve no Pará ditava-se pelo debate caloroso sobre as ideias liberais sobre a nova "ordem social" liberalizante, anti escravocrata e independentista que assolava a Europa e a América. Desconfiado o bispo do Pará via em entidades secretas como a maçonaria e em

68. D. Manuel de Almeida Carvalho, *Pastoral do Bispo do Pará*, pp. 13-14.
69. *Idem*, p. 1.

clérigos rebeldes como padre Jaime uma séria consequência do mau exemplo de governadores e homens de letras e justiça (os quais denominava ironicamente de "os ilustrados") que governaram o Pará desde 1790. Eles teriam combatido o inimigo externo – os franceses – mas deixaram suas ideias invadirem o território paraense e amazônico. Invadir o território da Guiana Francesa pode ter sido trazer o inimigo para dentro de casa...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja no mundo eclesiástico ou no militar/governamental, é fundamental entender que, nesses anos conflituosos com a França, acirraram-se as disputas por cargos e prestígio com a Corte lusitana. Durante a chegada e primeiros anos do governo de Sousa Coutinho, as autoridades régias do Pará esforçavam-se para reorganizar toda a população interna do Pará e, simultaneamente, combater as novas ideias francesas, que chegavam vindas principalmente de Caiena – ou da chamada "má vizinhança". A velocidade da necessidade de mudança criou uma situação limite em que houve uma intensa militarização nas zonas de fronteiras, bem como a importação de muitos braços de origem africana para acelerar obras e ampliar a produção de riquezas. Na luta contra os franceses de Caiena, a aliança governamental e régia com as lideranças dos povos locais (indígenas e mestiços) era essencial diante da intolerância crescente contra a França e das mais incríveis narrativas sobre os acontecimentos daquela que se denominou à época como a "famosa revolução" de Paris.

A política lusitana de aliança com os povos indígenas, para o desenvolvimento rápido da agricultura e pecuária, acabou aproximando os povos do antigo Grão-Pará dos lusitanos e, em especial, dos seus governadores e membros das juntas governativas entre 1790 e 1817. Nesse contexto de presença próxima de um inimigo externo, as alianças internas foram fortalecidas – realidade totalmente oposta ao processo de ódio contra os portugueses e às tristes cenas da mortandade que ocorreram durante os anos de 1820 até 1840. O processo colonizador – em que pesem as dificuldades e explorações múltiplas existentes e a ele inerentes – levou muito mais a uma integração militar e política, mesmo estratificada e hierarquizada. Florescia localmente um sentimento de atrelamento ao mundo lusitano e de fraterno amor à figura do príncipe regente e depois rei D. João VI. Talvez todo esse processo nos ajude a perceber a dimensão exata da enorme mudança que

foi a separação de Portugal para os paraenses que viviam mais ao norte da América lusitana. Para se ter uma dimensão do problema, recupero aqui, para conclusão, uma fala de um paraense liberal, estudante de direito em Coimbra, em 05 de setembro de 1817, quando escreveu essas palavras a seu amigo, Salvador Rodrigues do Couto: "Amigo, estou em Lisboa; tenho visto terras diferentes, outras gentes, outros costumes, e é por isso que concebo o projeto de recordar-vos os interesses das viagens"[70].

Ele continua recordando que os irmãos Aranhas e João Antonio Martins já estavam mais longe do que ele, Patroni, nas viagens. Martins, por exemplo, seria o "primeiro filho do Pará, que tem subido ao mais eminente grau de elevação. Viajou pela América portuguesa, e francesa; esteve em Portugal, e hoje vê-se condecorado com o Posto de Brigadeiro, e Comenda da Ordem de Cristo". E o autor dá mais exemplos. Quanto a Francisco Ricardo de Sousa Leal, "ofereceu-se para a Conquista de Caiena, e estribado em seu merecimento foi marchando em Posto, e hoje é Capitão de Linha, e Ajudante de Ordens do Estado". O irmão do mesmo Leal, Germano Máximo de Sousa Leal Aranha, serviu como capelão na Catedral, até que foi para Lisboa, onde ficou acolhido por José Bonifácio de Andrada, que havia feito "rápidos progressos" na elaboração de uma carta ou mapa com Francisco Ricardo. O mesmo "Germano Aranha, logo que completou o curso Matemático na Academia de Marinha desta Cidade, foi promovido a segundo comandante desta embarcação de guerra; foi a Argel, desembarcou no Algarve, teve no mar um combate com os Espanhóis insurgentes, e voltou a Lisboa, onde chegou a 29 do mês passado, tendo 17 mil réis de soldos mensais, e uma ração diária". Lembra ainda que Joaquim Manoel Pereira Pinto "no tempo do imortal Coutinho, foi à Costa de Caiena, onde apresou algumas embarcações aos Franceses: achou-se na Conquista desta Colônia; correu a América Portuguesa; e com a mesma brevidade com que foi elevado a Brigadeiro, morreu no começo de sua virilidade"[71].

Todos esses exemplos serviram para que Patroni – e creio que não fosse só ele – percebesse que as viagens e os estudos, juntamente com a disposição para servir ao rei em qualquer parte do Império do Ultramar, faziam a mente brilhar (ou ilustrar-se) e traziam o reconhecimento e a riqueza. Nesse sentido,

70. Patroni, *Jornal de Coimbra*, n. LX, parte II, 1817, p. 376.
71. Patroni, *Jornal de Coimbra,* n. LX, parte II, 1817. pp. 376-377.

Patroni e seus amigos letrados sentiam-se, então, mais membros da antiga tradição identitária lusitana ultramarina do que nunca. Para eles, em 1817 – desde que se continuassem as práticas de estudos, o heroísmo da guerra e os movimentos de viagens exploratórias de fronteiras e suas conquistas –, o Pará iria prosperar e os paraenses continuariam atrelados a Portugal, cingidos à sua gente e história monárquica e nobiliárquica. O suposto "atraso" da capitania se devia "ao horror que tiveram sempre os Paraenses a deixar sair seus filhos do seu seio". Segundo Patroni, seria esse o "sistema adotado pelos avós" dos paraenses e que causava aos moradores locais "tão terríveis efeitos". Portanto, a educação e a reforma dos governadores Sousa Coutinho e Conde dos Arcos teriam marcado uma ruptura nessa tradição nefasta.

O problema desse cenário promissor foi ter durado menos do que o esperado. A guerra com os franceses acabou em 1817 e, depois de toda a luta de defesa e da invasão de Caiena pelas tropas organizadas no Pará, resultou nula quando Caiena voltou para as mãos francesas. Em contrapartida, ficaram no Pará muitos homens com ideias liberais e afrancesadas, como reclamara o bispo D. Manoel.

Em 1820, os homens de letras da cidade do Porto se levantaram em uma revolução liberal e ganharam as ruas debates constitucionalistas e liberais. Depois desses acontecimentos, nada foi como antes. No entanto, essa é outra parte dessa história. Por ora, basta perceber que o sentimento "pátrio" luso-paraense entre 1790 e 1817 fortaleceu-se e ganhou laços com variados povos indígenas e mestiços. Simultaneamente, ele também se mesclou com ideias libertárias e até revolucionárias vindas dos inimigos franceses ou mesmo dos ilustrados homens de letras do Pará. O certo é que essas novas ideias e alianças tinham aspectos ímpares e que precisam ser mais conhecidos e estudados. Elas são um provável nascedouro para ideias ainda mais radicais que verteram no Pará cabano de 1835 e 1840.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Manuel. Portugal e as guerras da revolução, de 1793 a 1801: do Rossilhão ao Alentejo. *In*: CONGRESSO GUERRA PENINSULAR: da Europa dividida à União Europeia, 28-30 nov. 2002. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2002. Disponível em: http://www.arqnet.pt/exercito/rossilhao.html#n00. Acesso em: 15 ado. 2017.

AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise*: a conquista espiritual do padroado da Bahia. São Paulo: Ática, 1978.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Pará: Tipografia Santos e Santos Menor, 1838.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*: irmandades leigas e a política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

CARVALHO, D. Manuel de Almeida (Bispo do Pará). *Pastoral do Bispo do Pará*. Lisboa: [*s. n.*], 1815.

COLBERT, Carlos Joaquim. *Instrucções geraes em forma de catecismo nas quaes se explicão em compêndio pela Sagrada Escritura, e tradição a história, e os dogmas da religião, a moral christã, os sacramentos, as orações, as ceremonias, e os usos da Igreja:* com dous catecismos abbreviados para o exercício dos meninos. Terceira parte (cont.). Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1770.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte:* investigação sobre a sociologia da realiza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares:* D. Rodrigo Domingos Antonio de Sousa Coutinho. Lisboa: Tipografia Bayard, 1908.

KUHNEN, Alceu. *As origens da Igreja no Brasil:* 1500 a 1552. Bauru: Edusc, 2005.

LIMA, Manoel de Oliveira. *D. João* VI *no Brasil:* 1808-1821. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1908. 2 v.

PAIVA, José Pedro; MARCOCCI, Giuseppe. *História da Inquisição portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

PALOMO, Federico. *A Contrarreforma em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

PINTO, Albano da Silveira. *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*. v. 1. Lisboa: F. A. da Silva, 1883.

PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. O bispado do Pará. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, Belém: Instituto Lauro Sodré, tomo V, p. 5-191, 1906.

SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra*: discurso, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de São Paulo, **São Paulo**, 2007.

SEIXAS, D. Romualdo Antonio de. *Oração fúnebre recitada pelo cônego Romualdo Antonio de Seixas, cavaleiro professo na Ordem de Cristo nas exéquias do Exmo. e Revmo. Sr. Dom Manoel de Almeida de Carvalho, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima e bispo desta Província do Pará, que celebrou o reverendíssimo cabido na respectiva Catedral*. Lisboa: Oficina de J. F. M. de Campos, 1819.

SILVA, Innocencio Francisco da. Dicionario bibliographico portuguez. t. III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

SILVA, Innocencio Francisco da. Dicionario bibliographico portuguez. t. V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Unesp, 2017.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Esboço de um dicionário jurídico, teorético, e prático, remissivo às leis compiladas, e extravagantes*. Tomo primeiro. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1825.

TENGARRINHA, José (org.). *A historiografia portuguesa hoje*. **São Paulo:** Hucitec, 1999.
TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco; MESQUITA, Manoel de Castro Pereira e. *Resenha das famílias titulares do reino de Portugal:* acompanhada das notícias biographicas de alguns indivíduos das mesmas famílias. Lisboa: Imprensa Nacional, 1838.
VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Biographia dos brasileiros distinctos por lettras, armas, virtudes, etc.: D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo segundo, p. 388-92, 1840.

4 MIGRAÇÃO PORTUGUESA, ATIVIDADES MERCANTIS E ESCRAVIDÃO: A TRAJETÓRIA DE UM NEGOCIANTE DE GROSSO TRATO NO GRÃO-PARÁ OITOCENTISTA

Daniel Souza Barroso[1]
Mábia Aline Freitas Sales[2]

Uma historiografia econômica tradicional convencionou explicar a formação histórica da Amazônia – do período colonial ao tempo presente – como uma permanente sucessão de ciclos econômicos extrativistas. Enquanto os dois primeiros séculos de colonização da região (XVII-XVIII) foram caracterizados, nos termos dessa historiografia, pelos ciclos das "drogas do sertão" e do cacau, a virada do Oitocentos para o século XX foi caracterizada pelo ciclo da borracha. Grosso modo, no âmbito da formação econômica da região amazônica, lida e interpretada por uma historiografia tradicional, a primeira metade do Oitocentos constituiria um ponto fora da curva, não apenas por não ter destacada relevância no "extrativismo multissecular" que particularizou a Amazônia nos quadros da formação econômica do Brasil[3], mas também pelo impacto causado na estrutura econômica regional pelas agitações políticas ocorridas naquele contexto, como o processo que levou à adesão do Pará à Independência do Brasil e à Cabanagem.

Em linhas gerais, aquelas bases explicativas se mantiveram mesmo na nova historiografia econômica da Amazônia trazida à luz nas décadas de

1. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA).
2. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA, *campus* Santarém).
3. F. de A. Costa, *A Brief Economic History of the Amazon (1720-1970)*.

1970 e 1980. Se, por um lado, essa produção historiográfica, na esteira de uma reorientação na historiografia econômica brasileira, superou a noção de "ciclos econômicos"[4], por outro, persistiu na leitura de decadência da economia amazônica na primeira metade do século XIX. Esse entendimento veio a ser relativizado somente por estudos revisionistas, levados a efeito nos últimos anos, que puseram em xeque tanto o quadro de decadência econômica atinente ao limiar do Oitocentos quanto a dimensão do impacto da Cabanagem na estrutura econômica da região, destacando a continuidade da importância do comércio e dos sistemas agroextrativistas na Amazônia, bem como o início de um movimento de interiorização da economia regional[5].

No esforço de matizarmos a compreensão acerca da economia paraense no período, examinamos, neste texto, a trajetória do negociante português de grosso trato Joaquim Antônio da Silva. Nascido em Lisboa em 1785[6] e aportado em Belém, nos anos iniciais do Dezenove, Joaquim foi um dos mais importantes comerciantes da praça mercantil da capital paraense na primeira metade do século XIX. Detentor de uma fortuna calculada em mais de 100 contos de réis, um dos maiores plantéis (157 cativos) identificados pela historiografia regional, extensas posses de terras nos interiores, diversos imóveis urbanos em Belém e avultada quantia de dinheiro em espécie no ano de seu inventário[7], o negociante foi também um destacado agente político na defesa dos interesses dos comerciantes lusitanos, em um contexto caracterizado por intensos conflitos entre portugueses e brasileiros. A sua trajetória é analisada não como um fim de si mesma, mas como um lócus de observação privilegiado das diversas transformações operadas na economia do Pará na primeira metade do Oitocentos.

4. A. da S. Mota, *As Famílias Principais*: *Redes de Poder no Maranhão Colonial*, p. 128.
5. Sobre as explicações proporcionadas por uma historiografia tradicional e uma historiografia revisionista acerca da economia da Amazônia no século XIX, ver especialmente D. S. Barroso, *O Cativeiro à Sombra: Estrutura da Posse de Cativos e Família Escrava no Grão-Pará (1810-1888)*, pp. 73-93.
6. ANTT, *Paroquiais do Distrito de Castelo Branco*.., Livro 5, fl. 104v.
7. CMA, *Inventário post-mortem de Joaquim Antônio da Silva*, 1862.

DE LISBOA A BELÉM DO PARÁ: MIGRAÇÃO, REDES MERCANTIS E COMÉRCIO COLONIAL

O primeiro registro encontrado da presença de Joaquim Antônio da Silva na Amazônia não é o de sua chegada, mas o de sua partida. No mês de julho de 1806, em requerimento encaminhado ao príncipe regente D. João, Joaquim solicitava aviso régio com autorização para que pudesse retornar de São Luís do Maranhão ao reino, na companhia de sua esposa e filhos – todos, exceto o próprio Joaquim, naturais dessa capitania[8]. O requerimento não especificava o motivo do retorno. Não seria de todo irrazoável, entretanto, considerarmos que o interesse em regressar a Portugal fosse motivado por desavenças entre Joaquim e membros da sociedade maranhense, na qual, provavelmente, tivera a sua inserção facilitada pelo casamento. Em agosto do mesmo ano, Joaquim remeteu outro requerimento ao príncipe regente, dessa vez solicitando intervenção perante a Casa de Suplicação, para que lhe fosse concedida a possibilidade de fiança. Àquela altura, Joaquim Antônio da Silva se encontrava preso em São Luís, sob a acusação de crime[9].

A narrativa imprecisa desse requerimento não nos permite tipificar o crime do qual Joaquim era acusado, embora saibamos que o português havia sido preso pela "culpa" de ter proferido uma bofetada em Geraldo Pereira de Abreu, filho da viúva D. Maria de Sousa. Muito mais do que a culpa em si, uma informação presente nesse requerimento pode ser sugestiva das atividades desenvolvidas por Joaquim em terras maranhenses. A ordem de prisão expedida em desfavor do português foi decretada pelo juiz de direito de Ribeira do Mearim, em vez do responsável pela capital. Mearim era não somente uma das mais antigas regiões de colonização do Maranhão, como também uma fronteira aberta da rizicultura e da cotonicultura na capitania, cuja produção se encontrava em expansão no início do século[10]. As principais unidades produtoras de arroz e algodão se

8. AHU, Brasil-Avulsos, cx. 38, doc. 3075.
9. AHU, Maranhão-Avulsos, cx. 148, doc. 10713.
10. W. Hawthorne, *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600--1830*, p. 149.

situavam nos vales dos rios Itapecuru e Mearim, sendo caracterizadas pela expressiva presença de mão de obra cativa[11] e pelo absenteísmo dos seus proprietários[12].

Ao que tudo indica, o requerimento de fiança alcançou êxito. A documentação analisada não nos possibilita precisar se Joaquim, esposa e filhos retornaram a Portugal, mas nos permite assegurar que o português conseguiu a liberdade. Em 30 de novembro de 1807, já residente no Pará, Joaquim subscreveu, com outros 14 negociantes da praça de Belém, uma representação endereçada ao desembargador-geral Joaquim Clemente da Silva Pombo, na qual se recusavam a remeter gêneros a Lisboa em virtude das notícias nada alentadoras que chegavam sobre o reino[13]. Em meados de novembro do mesmo ano, o que parecia extemporaneamente iminente nos relatos recebidos pelos negociantes, já havia, inclusive, se concretizado: as tropas comandadas pelo general Junot, com o apoio inicial do Exército espanhol, realizaram a primeira das três invasões da Grande Armée francesa ao reino de Portugal, determinadas por Napoleão Bonaparte, como forma de garantir a efetivação do Bloqueio Continental (1806).

Tal medida, que tinha como objetivo atingir a Inglaterra, não deixaria de ter ressonância além do próprio reino, em diferentes partes do Império Português. Os relatos que prenunciavam a ocupação de Portugal por tropas francesas e levariam à elaboração da representação ao desembargador-geral haviam sido remetidos aos negociantes da praça de Belém, não de Lisboa, por sócios estabelecidos em São Luís, que, efetivamente, receberam as "notícias vindas daquela Metrópole"[14]. O fluxo das informações sobre o "estado de risco, perturbação e perplexidade" existente no reino é revelador, não apenas das relações existentes entre as praças mercantis de Belém e São Luís, nas quais evidentemente Joaquim estava inserido, como também de um conjunto complexo de teias comerciais que interligavam diferentes regiões da colônia à metrópole, no limiar do Oitocentos, sem

11. A. da S. Mota e D. S. Barroso, "Economia e Demografia da Escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma Análise Comparativa da Estrutura da Posse de Cativos".
12. A. da S. Mota, *As Famílias Principais*: *Redes de Poder no Maranhão Colonial*.
13. APEP, *Autos de Devassa*…
14. *Idem*.

haver necessariamente uma relação de dependência com a praça do Rio de Janeiro[15] – centro da elite mercantil brasileira no contexto em questão[16].

A ocupação francesa – decisiva para a partida da família real ao Brasil e para o surgimento de um justificável ambiente de instabilidade no reino e no Império Ultramarino Português, como um todo – não representou, na prática, um obstáculo intransponível para o trânsito de pessoas entre diversas regiões do império. Deslocamentos, como a possível nova migração de Joaquim, estiveram longe de ser exceção. Entre 1800 e 1833, foram identificados pelo menos 470 requerimentos de emissão de passaportes e licenças para embarque de Portugal ao Pará, concentrados principalmente nas duas primeiras décadas do século[17]. Desse conjunto de requerimentos, 259 (55,1%) ocorreram durante a permanência da família real portuguesa no Brasil, período marcado pela intermitente ocupação francesa no reino (1808-1814), com uma média anual (17,5) de concessões de passaportes e licenças para embarque levemente inferior à média (19,8) dos anos de pacificação da Península Ibérica[18].

Parece-nos evidente que o número de portugueses que se deslocaram do reino ao Grão-Pará nas primeiras décadas do século XIX foi maior que os apresentados acima. Em primeiro lugar, não podemos perder de vista que o contexto de instabilidade política no reino de Portugal, possivelmente, potencializou a existência de sub-registros nos requerimentos analisados pelos autores. Em segundo lugar, não podemos perder de vista as próprias características da documentação analisada: as solicitações de passaportes e licenças para embarque não eram necessariamente individuais, muitas vezes abarcavam parentes e agregados dos requerentes. O pedido feito por Joaquim Antônio da Silva para autorizar o seu retorno a Lisboa, em julho de 1806, é um exemplo dessas últimas características. Ainda que o português trilhasse um caminho inverso (da colônia ao reino), em um contexto anterior

15. S. de N. Lopes, *As Rotas do Comércio do Grão-Pará: Negociantes e Relações Mercantis (c. 1790-c. 1830)*.
16. J. L. R. Fragoso, *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*
17. L. A. V. Guimarães, *De Chegadas e Partidas: Migrações Portuguesas no Pará (1800-1850)*, p. 19.
18. A. O. Vieira Junior e D. S. Barroso, "Histórias de 'Movimentos': Embarcações e População Portuguesas na Amazônia Joanina".

à primeira invasão da Grande Armée, o caso corrobora a presença de familiares inclusos nos requerimentos de viagem dentro do Império Português.

Os limites dos requerimentos de passaportes e licenças de embarque, enquanto fonte histórica para o estudo dos deslocamentos populacionais no âmbito do Império Português, evidenciam a manutenção do fluxo de pessoas entre Portugal e o Pará no limiar do século e, em última instância, iluminam outra questão importante para a compreensão dos primeiros anos de Joaquim na Amazônia: se o fluxo de pessoas entre ambas as regiões se manteve estável – somente em 1807 houve um quantitativo de requerimentos (12) inferior às médias anuais observadas para os anos de ocupação francesa e pacificação da Península Ibérica[19] –, nada parece sugerir que o trânsito de embarcações entre o porto de Belém e os portos metropolitanos tenha sido efetivamente interrompido, o que inviabilizaria, por conseguinte, as relações comerciais entre o Grão-Pará e o Reino.

Durante a ocupação francesa ao reino, não foram apenas os navios de guerra enviados ao Grão-Pará pelo príncipe regente com o objetivo de invadir Caiena – em um patente movimento de retaliação à primeira das invasões do exército napoleônico a Portugal – que circularam pelo porto de Belém. Entre 1808 e 1821, a barra dessa cidade registrou as saídas de 534 embarcações, com variados destinos na colônia, no reino e no estrangeiro. Mesmo com a abertura dos portos, em 1808, a intensificação dessas saídas (64% do total) ocorreu apenas a partir de 1816. Ao contrário do que poderíamos supor, o que motivou tal incremento não foi uma expectada normalização do fluxo de navios (paquetes, brigues, escunas, etc.); a maior parte (55,5%) das embarcações de origem portuguesa registradas deixou a barra de Belém nos anos de maior tensionamento entre Portugal e França (1808-1815), indicando que a ocupação francesa esteve longe de embaraçar as viagens marítimas entre Belém e os portos metropolitanos. O aumento do movimento no porto de Belém, após 1816, decorreu, em grande medida, do crescimento significativo de embarcações inglesas. Entre 1816 e 1821, metade das que saíram da barra de Belém era de origem britânica[20].

19. *Idem*, p. 201.
20. *Idem*.

A continuidade do fluxo de embarcações entre o Pará e o reino nesse período foi fundamental para o trabalho dos negociantes estabelecidos na praça de Belém. O capital acumulado nas atividades mercantis no Pará, entre 1813 e 1820, era investido mais em bens comerciais do que em propriedades urbanas ou rurais. A manutenção da relevância das relações mercantis entre a capitania, outras regiões do Brasil e o reino favoreceu a compra de embarcações por proeminentes negociantes locais[21]. Considerando, ainda, que grande parte do mercado náutico em Belém – a exemplo de outras destacadas praças mercantis do Brasil, como o Rio de Janeiro – possa ter se processado na informalidade[22], a concentração dos investimentos em bens comerciais e, acima de tudo, na aquisição de embarcações assinala um expressivo grau de endogenia na reprodução do capital acumulado em atividades mercantes no Pará, no limiar do Oitocentos. O comércio parecia continuar a ser uma boa aposta naqueles anos, principalmente para a elite mercantil estabelecida na praça de Belém.

Em 1816, Joaquim Antônio da Silva adquiriu, do também negociante Antônio Rosa Soares, o brigue Marquês de Wellington, pela quantia de 4:800$000 (quatro contos e oitocentos mil réis)[23]. Esse navio de dois mastros se juntava ao Aurora – outro brigue de "senhorio" do português e de seu sócio, Antônio da Silva Neves[24] – no intenso comércio com o reino promovido por Joaquim durante os anos de 1810. Por meio de um conjunto de ofícios expedidos por autoridades da capitania e do reino, podemos acompanhar o número de viagens do Marquês de Wellington e do Aurora entre Belém e Lisboa, nos primeiros anos do Oitocentos. Na segunda metade da década de 1810, foram seguidas viagens de ambos os brigues, com duração variando entre 58[25] e 71 dias[26]. Entretanto, mais do que acompanhar esses deslocamentos, é necessário observarmos os seus carregamentos.

A documentação consultada nos permite examiná-los em dois momentos: o primeiro, antes das partidas dos brigues de Belém para Lisboa ou no

21. S. de N. Lopes, *As Rotas do Comércio do Grão-Pará*: *Negociantes e Relações Mercantis (c. 1790-c. 1830)*, p. 110.
22. *Idem*, p. 111.
23. *Idem*, p. 110.
24. AHU, Pará-Avulsos, cx. 147, doc. 11219.
25. AHU, Pará-Avulsos, cx.147, doc. 11198.
26. AHU, Brasil-Avulsos, cx. 43, doc. 3477.

caminho inverso, em ofícios da Junta da Sucessão Provincial do Grão-Pará e da Real Junta de Comércio, Fábricas e Navegações do Reino, respectivamente, aos secretários da Marinha e Ultramar e dos Negócios Estrangeiros de Portugal; e o segundo momento, quando das chegadas a Lisboa, em ofícios dos juízes do Ouro para o Secretário de Governo do Reino. Tanto os registros das chegadas como os registros das saídas dessas embarcações são recorrentes em apontar a presença de variados tipos de madeira a bordo, a serem comercializados em Portugal. A título de exemplificação, em julho de 1817, o Marquês de Wellington zarpou para a capital do reino carregado com madeiras variadas produzidas nas "fábricas" do Grão-Pará, durante o ano anterior[27]. Não dispomos de elementos que possibilitem determinar o tempo de deslocamento do brigue até Lisboa nessa viagem específica, embora saibamos que permaneceu ancorado em Portugal até, pelo menos, janeiro de 1818. Em uma certificação do dia 21, o lotador dos navios pela Real Junta de Comércio, Fábricas e Navegação do Reino, Rodrigo José Franco, assinou um documento certificando que o brigue retornaria a Belém naquele mês, "lotado em duzentas e setenta e uma caixas de açúcar"[28]. Tal certificação remonta a uma grande lacuna existente na historiografia econômica da Amazônia colonial em geral, sobretudo na dedicada aos primeiros anos do século XIX: as importações do reino. Se, por um lado, é evidente que as embarcações enviadas ao reino não retornariam vazias por diversos motivos (custo de deslocamento, possibilidade de lucro, necessidade de carga para o lastro das embarcações etc.), por outro lado, seria irrazoável imaginarmos que as teias mercantis existentes entre os negociantes das praças de Belém e de Lisboa não considerassem, nas relações desenvolvidas desde o comércio colonial, as distintas ofertas e demandas de gêneros e produtos existentes em ambas as regiões (Pará e reino).

No primeiro quartel do século XIX, a economia paraense se organizava como um complexo econômico agroextrativista, com importantes produções de arroz, café, algodão, "drogas do sertão" (salsa, cravo, urucu etc.) e, sobretudo, cacau – o principal gênero de exportação da região, produzido tanto através da agricultura (cacau "manso") quanto do extrativismo (cacau

27. AHU, Pará-Avulsos, cx.148, doc. 11 344.
28. AHU, Pará-Avulsos, cx. 148, doc. 11 376.

"bravo"). Naquele início do Oitocentos, com o declínio das exportações venezuelanas – motivado pelos conflitos que marcavam as independências das antigas colônias espanholas –, houve um aumento significativo na demanda internacional pelo cacau paraense. Não à toa, "o volume de cacau exportado pelo porto de Belém, entre 1810 e 1818, foi, em média anual, 68,8% superior ao exportado entre 1773 e 1808"[29]. Por outro lado, o Pará produzia uma quantidade de açúcar possivelmente insuficiente para atender o seu consumo interno, não havia, inclusive, dados disponíveis sobre a exportação desse gênero nas décadas iniciais do século XIX[30].

As observações feitas acerca da economia amazônica no contexto analisado não somente nos ajudam a compreender o porquê de o açúcar ter sido o carregamento da viagem de retorno do Marquês de Wellington a Belém em 1818, como também um carregamento específico do Aurora, em direção a Portugal, ocorrido no ano anterior. Em agosto de 1817, o Aurora partiu para o reino carregado com alguns dos principais gêneros e produtos exportados por Belém aos portos metropolitanos nesse período[31]. Em ofício remetido ao secretário de Governo do reino, o juiz do ouro Pedro Duarte da Silva encaminhou um mapa descrevendo a carga desse brigue da seguinte maneira: 802 sacas de cacau, 805 sacas de arroz, 99 paneiros (cestos de vime) compridos de salsa, 18 pacotes de cravo, 12 embrulhos de urucu e couro atanado, além de "paus", tábuas e madeiras diversos[32].

Embora o testamento de Joaquim mencione um cacaual no Baixo Amazonas, distante em dias de viagem de Belém[33], provavelmente esse carregamento específico do Aurora levava ao reino não somente gêneros produzidos nas propriedades do português, mas também aqueles produzidos nos interiores da capitania, transportados à capital por comerciantes paraenses. Apesar do aparente êxito nas atividades mercantis que mantinha com o reino, o envolvimento de Joaquim no transporte direto de gêneros na rota Belém-Lisboa-Belém parece ter se limitado à década de 1810. Em novembro de 1818, o Marquês de Wellington realizou a última viagem, identificada

29. D. S. Barroso e L. C. Laurindo Junior, "À Margem da Segunda Escravidão? A Dinâmica da Escravidão no Vale Amazônico nos Quadros da Economia-Mundo Capitalista", p. 574).
30. *Idem*, pp. 575-576.
31. J. J. de A. Arruda, *O Brasil no Comércio Colonial*, p. 247.
32. AHU, Pará-Avulsos, cx.147, doc. 11198.
33. CMA, *Inventário post-mortem de Joaquim Antônio da Silva*.

na documentação, de embarcações do "senhorio" de Joaquim Antônio da Silva a Lisboa, com um carregamento de madeiras produzidas nas fábricas paraenses nesse mesmo ano[34]. Em 1820, o português revendeu o brigue pela quantia de 4:000$000 (quatro contos de réis)[35] a Antônio José Meirelles, o segundo maior negociante da praça de São Luís no limiar do século[36].

A venda dos brigues – ao que tudo indica, acompanhada do afastamento de Joaquim Antônio da Silva do transporte direto de gêneros e produtos – esteve longe de implicar o apartamento do português das atividades comerciais e da elite mercantil estabelecida na praça paraense, bem como das "redes imperiais" de negociantes de grosso trato[37], com as quais tanto Joaquim quanto a praça de Belém não deixavam de se relacionar. No caso dele e de outros importantes comerciantes portugueses de Belém, as atividades mercantis representaram, além de uma perspectiva de enriquecimento e acumulação de fortuna, talvez acima de tudo, a garantia de um lugar social privilegiado. Não fortuitamente, Joaquim foi vogal na terceira Junta Governativa Provisória da província do Pará, empossada em 1º de março de 1823.

A presença de Joaquim na composição dessa junta e, anteriormente, na Junta de Reforma e Melhoramento da Província[38], deixa claro o seu posicionamento inicialmente refratário à independência do Brasil e a sua associação a um grupo político formado por destacados negociantes e proprietários de terras e escravos da região que, alinhados em volta de Felipe Patroni – delegado brasileiro nas cortes e ator mais proeminente do Vintismo no Pará –, fizeram com que a província fosse a primeira a aderir à Revolução Constitucionalista do Porto e a última à Independência. Com a entrada do Pará no novo império do Brasil, a terceira Junta Governativa foi dissolvida e vários de seus membros sofreram retaliações, não por conta de um nativismo em germinação, mas como uma tentativa de marginalizar certos grupos políticos regionais no novo Estado que, então, ganhava forma[39]. Nesse processo,

34. AHU, Pará-Avulsos, cx.149, doc. 11444.
35. S. de N. Lopes, *As Rotas do Comércio do Grão-Pará: Negociantes e Relações Mercantis (c. 1790-c. 1830)*, pp. 110-111.
36. A. da S. Mota, *As Famílias Principais*: *Redes de Poder no Maranhão Colonial*, pp. 126-127.
37. M. F. Bicalho, "Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas", 2010.
38. AHU, Pará-Avulsos, cx. 151, doc. 11653.
39. A. R. de A. Machado, *A Quebra da Mola Real das Sociedades: a Crise Política do Antigo Regime Português na Província do Grão-Pará (1821-25)*, p. 195.

Joaquim foi enviado a um sítio de sua propriedade no entorno de Belém[40]: um exílio tácito que, na prática, em nada dirimiu a sua trajetória de ascensão social e econômica.

NEGOCIANTE DE GROSSO TRATO: ATIVIDADES MERCANTIS, INVESTIMENTOS E PROPRIEDADE DE TERRAS E ESCRAVOS

Joaquim Antônio da Silva faleceu na cidade de Lisboa, aos 77 anos de idade, em sua casa no bairro de Alcântara, no dia 13 de julho de 1862[41]. Viúvo e sem filhos vivos, deixou todas as propriedades da sua "casa do Pará" ao irmão Januário Antônio da Silva[42], 12 anos mais jovem[43] e que já administrava os negócios de Joaquim em Belém desde 1834, quando este retornou definitivamente a Portugal[44]. Em 1862, ano do inventário, a fortuna de Joaquim foi calculada em 114:392$480 réis (cento e quatorze contos, trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta réis)[45], valor que o alçava à condição de um dos mais ricos negociantes do Grão-Pará nos meados do Oitocentos[46]. Se parece-nos evidente, pelo exposto, que grande parte da fortuna amealhada por Joaquim tenha se constituído a partir da acumulação e da reprodução de um capital mercantil proveniente da importante atuação do negociante português na praça comercial de Belém, é verdade também que parte significativa da sua fortuna se constituiu por meio de investimen-

40. D. A. Raiol, *Motins Políticos*, p. 38.
41. ANTT, *Paroquiais do Distrito de Castelo Branco..*, livro 4, fl. 264v, reg. n. 59.
42. CMA, *Inventário post-mortem de Joaquim Antônio da Silva*.
43. ANTT, *Paroquiais do Distrito de Castelo Branco...*, Livro 6, fl. 64.
44. CMA, *Inventário post-mortem de Joaquim Antônio da Silva*.
45. *Idem*.
46. M. A. F. Sales, *Negócios e Negociantes Lusitanos*: *o Comércio dos Portugueses em Belém dos Meados do Oitocentos*, p. 201. A fortuna de Joaquim Antônio da Silva era expressiva para o contexto brasileiro como um todo naqueles meados de século. Em uma análise pioneira sobre a praça mercantil do Rio de Janeiro, João Fragoso observou que as fortunas dos oito maiores negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro, nos anos de 1820, 1825 e 1840, giravam em torno de 230 contos de réis, variando entre 146 e 307 contos de réis (J. L. R. Fragoso, *Homens de Grossa Aventura*: *Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*). Não obstante os diferentes contextos econômicos das praças de Belém e do Rio de Janeiro e o impacto da inflação na moeda brasileira, ocorrido entre os anos analisados por Fragoso e a data do inventário *post-mortem* de Joaquim, fica clara a expressividade da fortuna do comerciante português.

tos em imóveis urbanos, propriedades rurais e cativos – seguramente menos lucrativos, porém mais avessos ao risco que as atividades mercantis.

A diversificação nos investimentos levada a cabo por Joaquim Antônio da Silva – e não apenas a seu envolvimento no comércio de longo curso – foi fundamental para caracterizá-lo, no contexto, como negociante de grosso trato. Por definição, por mais que o comércio à longa distância, sobretudo o tráfego ultramarino, fosse um identificador primário dessa categoria de negociantes[47], o que melhor demarcava as suas atividades era, com efeito, a pluralidade dos seus variados empreendimentos: "havia os que elegiam um certo tipo de tráfego, um produto, uma região, uma forma de investimento, mas, mesmo nesses casos, a preferência não dava lugar a uma verdadeira especialização"[48]. Para Joaquim, portanto, associar as suas atividades mercantis a empreendimentos menos lucrativos, porém mais estáveis, consistia numa forma de consolidar o seu próprio capital simbólico como negociante de grosso trato.

A documentação consultada leva a crer que poucos anos após Joaquim Antônio da Silva consolidar o seu lugar de relevo na praça mercantil de Belém, o negociante português deu início à diversificação dos investimentos. Em uma passagem do seu testamento, especificou que o engenho Bom Intento, o qual, "com toda a certeza", desde 1812 "principiou a render", era o seu "único amparo"[49]. Embora saibamos que o engenho esteve longe de representar o "único amparo" de Joaquim no Pará, a referência à propriedade situada em Bujaru, às margens do rio Guamá, adquirida em um contexto em que a legislação agrária luso-brasileira se mostrava tão imprecisa quanto sobreposta[50], parece-nos consubstanciar justamente o momento de inflexão nos investimentos econômicos de Joaquim no Pará – antes somente mercantis e a partir de, pelo menos, 1812, mais diversificados.

47. J. M. V. Pedreira, *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755--1822)*: *Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*, p. 50.
48. J. M. V. Pedreira, "Negócio e Capitalismo, Riqueza e Acumulação: os Negociantes de Lisboa (1750-1820)", p. 46.
49. CMA, *Inventário post-mortem de Joaquim Antônio da Si*.
50. M. M. Motta, *Direito à terra no Brasil*: *a Gestação do Conflito (1795-1824)*. Não encontramos documentos notariais que informem como ocorreu a aquisição do engenho Bom Intento. Em seu testamento, Joaquim Antônio da Silva especifica apenas não possuir escritura que formalizasse tal propriedade.

A tirar por sua descrição feita em 1862, o Bom Intento não era uma propriedade qualquer. Possuía casa de varanda, ranchos (cabanas rústicas produzidas com material leve, como palha ou ramos de árvores) dedicados aos cativos, engenho de moer cana e plantações de cana-de-açúcar e arroz. Além da sua aparente grande extensão e das benfeitorias descritas no inventário *post-mortem*, a propriedade também contava, naquele ano, com uma mão de obra formada por 157 cativos. Trata-se de um dos maiores plantéis de escravos identificados pela historiografia paraense. A título de comparação, entre 1851 e 1871, as escravarias do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina – principal cinturão agroextrativista do Grão-Pará oitocentista, onde se situava o engenho – possuíam cerca de 15 cativos, em média[51].

As características demográficas da escravaria dessa propriedade – a exemplo do elevado peso relativo de cativas em idade reprodutiva (havia uma proporção de duas escravas para cada homem cativo na faixa dos 15 aos 49 anos) e de escravos jovens (um de cada três cativos do plantel tinha menos de 15 anos) – apontam para a importância da reprodução endógena na manutenção e na ampliação do contingente escravo do engenho Bom Intento[52]. Contudo, é evidente que, dada a dimensão da escravaria, Joaquim realizou um significativo movimento de aquisição de cativos nas primeiras décadas do século XIX. O capital acumulado a partir das atividades mercantis foi, seguramente, determinante para o sucesso dessa empreitada, mas não somente ele, as redes sociais nas quais o negociante português se inseriu através das mesmas atividades foram de igualmente decisivas para que Joaquim

51. D. S. Barroso, *O Cativeiro à Sombra*: *Estrutura da Posse de Cativos e Família Escrava no Grão-Pará (1810-1888)*, p. 234.

52. D. S. Barroso, "Múltiplos do Cativeiro: Casamento, Compadrio e Experiência Comunitária numa Propriedade Escrava no Grão-Pará (1840-1870)", pp. 100-3. Estudos recentes (cf. D. S. Barroso, *O Cativeiro à Sombra*; A. da S. Mota e D. S. Barroso, "Economia e Demografia da Escravidão no Maranhão e no Grão-Pará"; D. S. Barroso e L. C. Laurindo Junior, "À Margem da Segunda Escravidão?") têm evidenciado a grande importância da reprodução endógena na manutenção da escravidão no Pará oitocentista. Na região do engenho Bom Intento, o valor da razão crianças-mulheres – variável *proxy* da fecundidade – atingiu, entre 1851 e 1871, um patamar semelhante ao do Sul dos Estados Unidos, maior exemplo existente na historiografia de realidade em que a reprodução endógena propiciou um efetivo crescimento natural da população cativa (D. S. Barroso, *O Cativeiro à Sombra*, p. 281).

tenha conseguido adquirir tantos escravos em um contexto de desaceleração e enfraquecimento do tráfico atlântico de cativos para o Grão-Pará[53].

Dois indícios são reveladores nesse sentido. Em primeiro lugar, a já referida relação que Joaquim Antônio da Silva mantinha com Antônio José Meirelles, um dos principais traficantes de cativos do Maranhão, no limiar do Oitocentos[54]. Em segundo lugar, um imbróglio citado no testamento de Joaquim Antônio da Silva e que envolveu um "carregamento" de 500 escravos, organizado por Ambrósio Henriques e Feliciano José Gonçalves. Em meio a diversas outras disposições testamentárias que envolviam, sob diferentes perspectivas, a escravidão – Joaquim ordenou, por exemplo, a alforria de 15 cativos do engenho Bom Intento –, o negociante português, ao se remeter ao perdão das dívidas ativas que tinha a seu favor, ao de sua esposa e ao de seu irmão Januário, fez a seguinte ressalva:

> Não tendo o falecido Ambrósio Henriques dado conta da negociação do Navio Francesinha [sic] importou no Pará uns quinhentos escravos, e em cuja negociação foi interessado por metade o meu antecessor Feliciano José Gonçalves, e para o qual havia entrado com vinte e sete contos de réis que tinha em Lisboa em poder do negociante João Teixeira de Barros, que foi quem por comissão aprontou a dita negociação, mandara o dito meu antecessor por sua conta entregar pelo mencionado Ambrósio Henriques quarenta escravos a Francisco José de Faria, depois do falecimento do supradito meu antecessor [ilegível] créditos o seu casal pela respectiva importância dos referidos quarenta escravos, negando o [ilegível] de sua importância, que lhe havia sido debitada, exigência que foi posteriormente repetida por seu herdeiro Lourenço Ricardini, cujas declarações aqui faço para quando por terceira

53. Como demonstra vasta historiografia, o tráfico de cativos para o Grão-Pará, antes pouco expressivo, mudou de patamar a partir dos meados do século XVIII, sob a égide das chamadas "políticas pombalinas", com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755). Estudos mais recentes têm indicado que, mesmo após o fim do monopólio dessa Companhia (1778), o tráfico de escravos para a Amazônia se manteve intenso, vindo a desacelerar e enfraquecer nas primeiras décadas do Oitocentos. Estimativas dão conta de que entre 1751 e 1787 (ano do encerramento das atividades da Companhia, já sem o monopólio) ingressaram 22481 escravos no Grão-Pará; entre 1788 e 1815, 17702; e entre 1815 e 1841, 4310 cativos (W. Hawthorne, *From Africa to Brazil*, p. 52). Acerca do tráfico de escravos no restante do século e da historiografia produzida em torno do tema, cf. L. C. Laurindo Junior e J. M. Bezerra Neto, "Alguns Vêm de Lá, Outros de Cá".

54. A. da S. Mota, *As Famílias Principais*: *Redes de Poder no Maranhão Colonial*, pp. 126-127.

vez aparecer uma tal tentativa se fique sabendo que a minha casa nada deve aos herdeiros de Faria[55].

A nota não deixa claro o seu real grau de envolvimento nesse "carregamento" de escravos. De qualquer forma, a inserção de Joaquim nas principais redes mercantis estabelecidas na praça de Belém provavelmente facilitou a aquisição de uma grande quantidade de cativos em um contexto que, como vimos anteriormente, não se mostrava favorável para tal. De uma forma ou de outra, a implicação dos negociantes de grosso trato de Belém no tráfico negreiro não passou despercebida, pelo contrário, evidencia uma atividade muito mais intensa do que o caso em tela pode sugerir. Em 1847, 25 traficantes de escravos da praça mercantil do Rio de Janeiro enviaram um requerimento ao imperador D. Pedro II para reclamar do envolvimento de negociantes de grosso trato do Grão-Pará no tráfico de cativos à capital do império, todavia a reclamação recebeu resposta negativa da Câmara Municipal da Corte[56].

Considerando que o último documento encontrado sobre Feliciano José Gonçalves data de 1801[57], é possível que o seu falecimento tenha ocorrido nos primeiros anos do século XIX. Se essa hipótese estiver correta, muito provavelmente Joaquim Antônio da Silva o sucedeu no negócio – ou, quiçá, na sociedade – com Ambrósio Henriques em um contexto muito próximo ao da aquisição do Bom Intento (1812). Ademais, não podemos deixar de considerar que poucos anos após a incorporação dessa propriedade ao seu patrimônio, Joaquim realizou, em 1820, a venda do brigue Marquês de Wellington a Antônio José Meirelles. Longe de serem fortuitas, as evidências de uma atuação mercantil multifacetada, que conduziu Joaquim à diversificação dos seus investimentos e empreendimentos, ao longo das primeiras décadas do Oitocentos, deixam claro o esforço do português em se consolidar como negociante de grosso trato na praça mercantil de Belém.

55. CMA, *Inventário post-mortem de Joaquim Antônio da Silva*.
56. M. A. F. Sales, *Negócios e Negociantes Lusitanos: o Comércio dos Portugueses em Belém dos Meados do Oitocentos*, pp. 203-203.
57. AHU, Pará-Avulsos, cx. 120, doc. 9.228.

Não obstante essa consolidação, a – por assim dizermos – "trajetória econômica" de Joaquim no Pará não pode ser dissociada de um evidente esforço de ascensão social e de concretização de um lugar de prestígio na sociedade paraense. Em economias pré-industriais como o Grão-Pará oitocentista, "os bens materiais não têm valores especificamente econômicos, o que torna os processos de produção e de circulação relacionados a determinados interesses sociais, tais como, por exemplo, o prestígio social e a subsistência"[58]. Assim sendo, tanto a diversificação dos investimentos em direção a signos de riqueza tradicionais – como a posse de terras e escravos – quanto o engajamento em práticas filantrópicas e, igualmente, em ações em prol do desenvolvimento agrícola e dos interesses dos comerciantes portugueses da província visavam, mais do que ao lucro ou à estabilidade econômica, à manutenção de um prestígio social, que de alguma forma poderia ter sido abalado pelo seu envolvimento nos eventos que marcaram a adesão do Pará à Independência.

Nesse sentido, a atuação de Joaquim em iniciativas de "filantropia e caridade" – como o socorro à província do Ceará, acometida por uma grande seca, em 1826[59], a doação anual de 600 mil réis ao Recolhimento das Educandas no dia do Natal[60] e o auxílio à vila de Chaves (Marajó), em 1855, arrasada por uma epidemia de cólera[61] – deve ser lida nos termos do seu esforço de ascensão e, mais tarde, de manutenção do seu lugar social. A essa atuação somavam-se ações articuladas à praça mercantil de Belém. Em 1821, Joaquim esteve à frente de uma iniciativa de comerciantes do Pará, que tinha como propósito arrecadar fundos para a desobstrução do "canal de Igarapé-Miri"[62], um dos principais redutos escravistas do estado. Em 1829, fez parte de um grupo de proeminentes negociantes da praça de Belém, que elaborou e submeteu a Paulo José da Silva Gama, barão de Bagé e ministro do imperador D. Pedro I, o projeto de criação da Sociedade de Agricultura, Comércio, Colonização e Indústria Paraense[63].

58. L. M. Batista, *Muito Além dos Seringais*: *Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-c. 1870*, p. 19.
59. L. A. V. Guimarães, *De Chegadas e Partidas*: *Migrações Portuguesas no Pará (1800-1850)*, p. 172.
60. CMA, *Inventário post-mortem de Joaquim Antônio da Silva*.
61. *Treze de Maio*, n. 835, 12 de setembro de 1856, p. 3.
62. L. A. V. Guimarães, *op. cit.*, p. 172.
63. *Idem*, p. 188.

O engajamento de Joaquim em pautas em defesa da elite mercantil portuguesa do Grão-Pará, a exemplo do projeto encaminhado ao Barão de Bagé, ao mesmo tempo em que reforçava o seu lugar social, demarcava, também, o seu lado nos embates políticos travados no Pará e no Brasil naquele período, acirrados, sobretudo na década de 1830, por um crescente clima de animosidade existente entre brasileiros e portugueses que moravam no país, pelo menos desde a Independência. A participação de Joaquim ao lado de "caramurus" e "moderados" no Golpe de 1831, que levou à deposição do Visconde de Goiânia da presidência da província, parece ter aproximado do fim a presença permanente do negociante português na Amazônia. Coincidentemente ou não, em 1834, ano da morte de D. Pedro e da extinção do Partido Restaurador, ao qual estava vinculado[64], Joaquim partiu em definitivo para Portugal, retornando apenas esporadicamente à Amazônia – região na qual fez fortuna nas primeiras décadas do Oitocentos.

"AMIGO DO AMAZONAS": CONSIDERAÇÕES QUASE QUE FINAIS

Na obra *Amazônia*, publicada pelo memorialista português Lino de Macedo em 1906, Joaquim Antônio da Silva é representado postumamente como "amigo do Amazonas". A partir de um excerto do testamento do negociante, no qual Joaquim determinava o cultivo de 40 mil pés de seringueira em duas de suas propriedades rurais, Lino de Macedo argumenta que "este benemérito, verdadeiro amigo do Amazonas, adivinhou a riqueza que adviria da cultura da seringueira para o Pará e com este legado lhe quis provar a gratidão"[65]. Se é certo que Joaquim teria feito novamente uma boa aposta ao investir na produção de borracha já na década de 1860, é verdade também que representações como a feita por Lino de Macedo devem ser evitadas. Mesmo sem o rompante laudatório de Lino de Macedo, a trajetória de Joaquim Antônio da Silva se revelou um lócus de observação privilegiado das transformações operadas na economia amazônica na primeira metade do século, e um convite para futuros estudos de trajetórias de portugueses na Amazônia oitocentista.

64. Sobre o Golpe de 1831 no Pará e os seus desencadeamentos, ver principalmente A. R. de A. Machado, "O Fiel da Balança o Papel do Parlamento Brasileiro nos Desdobramentos do Golpe de 1831 no Grão-Pará".
65. L. de. Macedo, *Amazônia: Repositório Alphabetico de Termos, Descripções de Localidades, Homens Notáveis, Animais, Aves, Peixes, Lendas*..., p. 10.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Brasil-avulsos*, cx. 38, doc. 3.075. 1806.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Brasil-avulsos*, cx. 43, doc. 3.477. 1819

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Maranhão-avulsos*, cx. 148, doc. 10.713. 1806.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-avulsos, cx. 120, doc. 9.228. 1801.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pará-avulsos, cx.147, doc. 11.198. 1815

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Pará-avulsos*, cx. 147, doc. 11.219. 1815.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Pará-avulsos*, cx.148, doc. 11.344. 1817.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Pará-avulsos*, cx. 148, doc. 11.376. 1818.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Pará-avulsos*, cx.149, doc. 11.444. 1818.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Pará-avulsos*, cx. 151, doc. 11.653. 1821.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Paroquiais do Distrito de Castelo Branco, Freguesia do Castelo, Sertã, Baptismos, Livro 5, fl. 104v.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Paroquiais do Distrito de Castelo Branco, Freguesia do Castelo, Sertã, Baptismos, Livro 6, fl. 64

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Paroquiais do Distrito de Lisboa, Freguesia de Nossa Senhora da Lapa, Alcântara, Óbitos, Livro 4, fl. 264(v), Reg. nº. 59.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). Documentação notarial. Juízo Ordinário da Capital. *Autos de Devassa*. Autuação da representação que dirigiram os negociantes desta praça ao Ilmo. Sr. Desembargador-Geral da Capitania do Grão-Pará. 1807.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980. (Ensaios, 64).

BARROSO, Daniel Souza. Múltiplos do cativeiro: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 50, p. 93-128, 2014.

BARROSO, Daniel Souza. *O cativeiro à sombra*: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888). 2017. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROSO, Daniel Souza; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no Vale Amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 568-88, set./dez. 2017.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais*: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BICALHO, Maria Fernanda. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia. *In*: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (org.). *Optma Pars:* elites ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 73-98.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA). Cartório Fabiliano Lobato (11ª Vara Cível). *Inventários post-mortem*: Inventário post-mortem de Joaquim Antônio da Silva, 1862.

COSTA, Francisco de Assis. *A Brief Economic History of the Amazon (1720-1970)*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2019.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. *De chegadas e partidas*: migrações portuguesas no Pará (1800-1850). 2016. Tese (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil*: culture, identity, and an Atlantic slave trade, 1600-1830. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. (African Studies).

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; BEZERRA NETO, José Maia. *Alguns vêm de lá, outros de cá*: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX). *História*, São Paulo, v. 37, p. 1-30, 2018.

LOPES, Siméia de Nazaré. *As rotas do comércio do Grão-Pará*: negociantes e relações mercantis (c. 1790 a c. 1830). 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MACEDO, Lino de. *Amazônia*: repositório alphabetico de termos, descripções de localidades, homens notáveis, animais, aves, peixes, lendas… Lisboa: Typographia Adolpho Mendonça, 1906.

MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades*: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25). 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MACHADO, André Roberto de Arruda. O fiel da balança: o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará. *Revista de História* (USP), São Paulo, n. 164, p. 195-241, 2011.

MOTA, Antonia da Silva. *As famílias principais*: redes de poder no Maranhão colonial. São Luís: Editora da UFMA, 2012.

MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. *Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará*: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos. *Revista de História* (USP), São Paulo, n. 176, p. 1-41, 2017.

MOTTA, José Flávio. *Agonia ou robustez*?: reflexões acerca da historiografia econômica brasileira. *Revista de Economia da* PUC-SP, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 117-38, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. *Direito à terra no Brasil*: a gestação do conflito (1795-1824). 2. ed. São Paulo: Alameda, 2012.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*: diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação*: os negociantes de Lisboa (1750-1820). *Tempo*, v. 8, n. 15, p. 37-69, 2003.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1865.

SALES, Mábia Aline Freitas. *Negócios e negociantes lusitanos*: o comércio dos portugueses em

Belém dos meados do Oitocentos. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. *Histórias de "movimentos"*: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 193-210, 2010.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. "Histórias de 'Movimentos': Embarcações e População Portuguesas na Amazônia Joanina". *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, Pp. 193-210, 2010.

5 DA RIA AO RIO: TRABALHADORES AVEIRENSES NOS RIOS DO PARÁ (1882-1918)

Anndrea Caroliny da Costa Tavares[1]

Três dias após chegar a Belém, o murtoseiro Augusto Carlos Leite escreveu à sua esposa Emília, que ficara em Aveiro, as seguintes notas:

> Minha querida Emília,
>
> Venho a dizer-te que cheguei a esta cidade no dia 23 do corrente pelas 2 horas da manhã em companhia de 140 companheiros, que muito bem me trataram apesar de termos uma viagem desgraçada [...]. O clima é bom e a cidade uma coisa encantadora, para mim é mais linda que o Porto [...]. A minha demora fez com que hoje não estivesse sócio de uma casa dividida para duas, mas creio que cedo o serei em outra, reza e pede a nosso Deus e nossos filhos que me dê saúde.
>
> Pará, 26 de fevereiro de 1896[2].

Dispersão familiar, volume expressivo de emigrados, viagens turbulentas e precárias, bem como encantamento com a nova pátria são alguns dos aspectos característicos da emigração portuguesa ao Brasil vivenciados por Augusto, como descreve à esposa. Ele parecia alimentar seu encantamento por Belém com as promessas de fortuna que chegavam à sua aldeia, provenientes do setor terciário da economia – e nele o comércio –, principal propulsor dos acúmulos de capitais por particulares e instituições públicas.

1. Doutoranda em História Social da Amazônia, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPGHIST), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
2. Trecho retirado da carta enviada por Augusto Carlos Leite à esposa logo de sua chegada a Belém. A cópia digitalizada da epístola foi gentilmente concedida por seu bisneto, Augusto Leite, residente em Estarreja, no distrito de Aveiro, Portugal.

Desgraçada ou não, a travessia atlântica era talvez o primeiro desafio a ser vencido pelos emigrados, muitos lançados à sorte ou a uma oportunidade previamente acertada de trabalho, que buscavam "fazer na América" a fortuna que suas vilas não lhes davam. Eles viam no setor comercial brasileiro a possibilidade de concretização dos desejos de prosperidade, haja vista que o Sudeste – no eixo São Paulo e Rio de Janeiro – vivia às voltas com as exportações de café, e mais ao norte, no Pará, vivia-se o auge da economia extrativa do látex, ambas fomentando a modernização dos espaços de vivenda, com novos instrumentos de capitais, ampliação da rede comercial, incremento nos transportes, liquidez econômica e reformulação dos símbolos de riqueza.

Certamente Augusto deve ter procurado providenciar logo a sua chegada a Belém, possivelmente instigado pela próspera trajetória dos primos Joaquim, Ângelo e João Antônio Leite, irmãos, naturais de Aveiro e sócios na Leite & Company, firma comercial voltada para extração, transporte e negociação de borracha e mercadorias derivadas, com sede no Pará e representações em Manaus, Acre e Estados Unidos. Os irmãos Leite mantinham viagens frequentes à terra natal, onde ostentavam a riqueza alcançada no Pará – construção de palacetes, compra de automóveis, financiamento de reformas e festas paroquiais, e outras movimentações que materializavam o mito do "brasileiro"[3] de torna viagem nas pequenas vilas e aldeias portuguesas, e instigava a imaginação de inúmeros candidatos à migração. Infelizmente, Augusto não realizaria suas aspirações no Pará, pois falecera entre o final do mês de fevereiro e abril de 1896, pouco tempo depois de enviar a missiva à esposa[4].

Augusto e seus 140 companheiros de viagem chegam em uma Belém que respirava modernidade, com ruas arborizadas e calçadas em paralelepípedo, rede de esgoto e água, coleta de lixo e drenagem nos pântanos. Conectada

3. Brasileiro é o emigrante português retornado, cuja trajetória da migração é marcada pelo sucesso, a qual se agregam símbolos de poder e riqueza. Devido a várias dessas histórias de sucesso, que encobriam outras dezenas de histórias fracassadas, muitos portugueses saíram de suas aldeias em busca também de fazer fortuna além-mar. "Brasileiros" cujas histórias e ficções foram retratadas em diferentes obras literárias portuguesas, como *Os Diamantes do Brasileiro* (1890) e *A Brasileira de Prazins* (1882), ambas de autoria de Camilo Castelo Branco.
4. A previsão sobre a data de óbito de Augusto foi repassada pelo bisneto de Augusto, Augusto Leite, que não dispõe de certidão ou qualquer outro documento de óbito do bisavô, falecido logo da chegada ao Pará.

com diferentes partes do mundo pelas linhas submarinas da Western & Brazilian Telegraph Company e da Compagnie Française des Câbles Télégraphiques, além das vias térreas do Telegrapho Nacional. Nos boulevards estavam os cafés, como o Café da Paz e o Café Rique, importantes centros das elites. Belém também foi pioneira na instalação de bondes elétricos, sob responsabilidade da firma inglesa Pará Electric Railways and Lighting Company[5]. Melhoramentos todos financiados pelos rendimentos advindos do extrativismo da borracha, que, em 1882, ocupava o terceiro lugar no quadro de exportações do Império, atrás somente do café e do açúcar[6]. A borracha atraiu à região amazônica contingentes demográficos expressivos, que demandavam serviços diversos, como moradia e subsistência, e colocavam a rede comercial em destaque como o meio mais rápido de inserção no mercado de trabalho e promissora fonte de rendimentos.

Diferentes estudos reafirmam a significativa colaboração dos portugueses na formação e diversificação do setor de serviços na capital[7], afinal eram inegáveis as conveniências que esse setor oferecia aos lusitanos chegados a Belém ao longo dos séculos. No entanto, neste estudo buscamos uma nova mirada sobre os imigrantes, desviando o olhar do português caixeiro, comerciante ou aviador, para aqueles ocupados em atividades primárias, especialmente no ofício de pescador, ou trabalhando como marítimos e em atividades paralelas, que, embora não enquadrados nos ofícios primários, compartilhavam com os pescadores o mesmo ambiente de trabalho.

Nossos homens das águas são naturais do distrito[8] litorâneo de Aveiro e o conhecimento de seus arranjos familiares e profissionais só foi possível

5. K. G. Soares, *Formas de Morar na Belém da Belle Époque (1870-19010)*, pp. 46-62.
6. E. Cruz, *História de Belém*, pp. 310-311.
7. C. D. Cancela e D. S. Barroso, "Imigração Portuguesa e Casamento: um Olhar a Partir do Gênero, da Geração e da Atividade (Belém, 1908-1920)?"; M. A. de Carvalho, *Bebendo Açaí Comendo Bacalhau: Perfil e Práticas da Sociabilidade lusa em Belém do Pará entre Finais do Século* XIX *e Início do* XX; M. F. Emmi, *Um Século de Migrações Internacionais na Amazônia Brasileira (1850-1950)*; E. Fontes, *Preferem-se Português (as): Trabalho, Cultura e Movimento Social em Belém do Pará (1885-1914)*; L. A. V. Guimarães, *De Chegadas e Partidas: Migrações Portuguesas no Pará (1800-1850)*; A. C. da C. Tavares, *Em busca das "Patacas": Patrimônio de Portugueses na Economia da Borracha (Belém, 1840-1930)*.
8. A divisão administrativa de Portugal são os distritos, que agrupam um certo número de concelhos, e têm à frente um representante do governo com funções de caráter executivo.

graças aos registros de pedidos de passaporte ao Pará emitidos pelo Governo Civil do Distrito e guardados em seu Arquivo Distrital[9]. Entre os anos de 1882 e 1918, foram registrados 13 680 pedidos de passaporte, entre primeiras entradas e remigrações[10], quantitativo que reafirma a extensa e complexa movimentação migratória de aveirenses ao Pará. O rastreamento dos indivíduos ao longo da pesquisa se desenvolveu em função do registro nominal e dos metadados (entre filiação, cônjuges ou descendentes), que nos permitiram localizar e diferenciar os emigrados, pois a repetição nominal, em função do volume de informações que dispomos, era inevitável.

O DISTRITO E SEUS EMIGRANTES

Aveiro divide-se entre o Norte e o Centro de Portugal. De localização privilegiada, o distrito se aproximava dos principais portos de emigração do país: o de Lisboa e os da cidade do Porto – a Barra do Douro e Leixões; e mantinha-se entre os locais de maior saída de portugueses que elegiam o Pará como destino[11], o que estimulou ainda mais sua escolha como nosso espaço de análise. As populações emigradas sustentaram uma sólida e ampla teia de relações entre os dois territórios: o Pará foi levado a Aveiro pelas notícias publicadas nos periódicos e nas histórias dos retornados; e Aveiro fixou-se

Os concelhos são formados pelas freguesias. No período trabalhado neste estudo, o distrito de Aveiro contava com 17 concelhos, a saber: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Feira, Ílhavo, Macieira de Cambra, Mealhada, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos. Sobre a organização administrativa portuguesa, cf. F. de Sousa e R. Rocha, *O Distrito de Bragança (1835-2011)*.

9. A escolha por estudar o distrito de Aveiro se faz frente à intima relação deste com as terras do Pará. Ao longo do século XIX e XX, uma gama de sujeitos de toda a extensão distrital rumaram em direção às terras paraenses, apoiados pelas redes familiares e de vizinhança já estabelecidas no além-mar e que perduravam ao longo de diferentes gerações. Ainda hoje se percebe a estreita ligação entre as duas terras, classificadas como de "afinidades litorais", o que lhes garantiu o título de "cidades geminadas" em 1970.

10. O total de pedidos corresponde apenas aos titulares do documento de viagem, não abrangendo seus acompanhantes. A classificação socioprofissional não se aplica, sobretudo, aos menores de 14 anos, descritos como "sem ocupação" no registro, embora pudessem desenvolver diferentes atividades.

11. E. Fontes, *Preferem-se Português (as): Trabalho, Cultura e Movimento Social em Belém do Pará (1885-1914)*; M. A. de Carvalho, *Bebendo Açaí Comendo Bacalhau: Perfil e Práticas da Sociabilidade lusa em Belém do Pará entre Finais do Século XIX e Início do XX*; A. C. da C. Tavares, *op. cit.*.

no Pará pela tradição de suas gentes marítimas, seus ofícios e instituições preocupadas em reafirmar sua identidade étnica.

Os pedidos de passaporte registram a saída de populações com incidência etária, sobretudo, entre os 10 e os 44 anos (92,7%), masculina (96,8%) e casada (50,88%)[12]. De cariz rural, escolhiam o Brasil como trajetória habitual no Oitocentos, especialmente Rio de janeiro (destino de sempre), Pará (a cidade de afinidades litorais) e, logo depois em ordem de importância, São Paulo (pela crescente economia do café) e Rio Grande do Sul (com ampla produção agrícola e incentivo à defesa dos limites nacionais)[13]. Surgida habitualmente na esfera familiar, a decisão pela emigração resultava de um projeto que costumava envolver todos os membros da casa. Da mesma forma que essa articulação familiar era importante, as redes sociais previamente estabelecidas eram fundamentais ao êxito do movimento, pois eram elas que articulavam os contatos, ainda em Portugal, e os projetavam aos destinos pretendidos, podendo agregar familiares, conterrâneos e desconhecidos – um conjunto de agentes esforçados em consolidar e expandir a emigração de portugueses para diferentes destinos, especialmente à América[14].

No Brasil, findado o ciclo da mineração no século XVIII, o próximo século daria à emigração contemporânea lusitana o encargo de auxiliar o enquadramento dos locais de acolhimento nos sistemas socioeconômicos e administrativos mundiais, por meio da circulação de pessoas e ideias. Em terras brasileiras, o estancamento do tráfico negreiro a partir de 1850 e, mais tarde, a suspensão da escravatura foram eventos que inseriram a ex-colô-

12. Arquivo Distrital de Aveiro (ADAVR), *Livros de Registro de Pedido de Passaportes ao Pará*, 1882 a 1918.
13. M. Lopes, *A Emigração Legal do Distrito de Aveiro, 1882-1894*, p. 215.
14. Outro espaço para o qual muitos estudiosos lançaram seus olhares quanto ao fluxo de emigrados portugueses foi o continente africano, às antigas possessões coloniais. No entanto, mesmo com uma série de facilidades legais concedidas pelo governo português – como a suspenção do uso do passaporte em 1907 –, as ex-colônias eram vistas como territórios abandonados, onde o controle político, demográfico e econômico da metrópole era precário e, ao contrário do cenário americano, não havia garantia alguma de enriquecimento e prosperidade. O desagrado em ocupar as colônias portuguesas na África se reflete no quantitativo irrisório de pedidos de passaporte antes da suspensão de seu uso, em 1907: entre 1882 e 1906 constam somente 1 231 solicitações de passaportes para diferentes possessões lusitanas, entre elas Angola, Moçambique e São Tomé, que representam menos de 4% (3,94%) do total de pedidos para as demais localidades, exceto o Pará, que totalizam 31 167 registros.

nia portuguesa nas modernas demandas por braços laboriosos, período em que a emigração europeia em direção ao continente americano cresce em grande escala. Os portugueses no Brasil mudam seu status de força colonizadora atrelada a um projeto do antigo regime para de uma "nova peça" na engrenagem dos estados nacionais[15], os quais transformam suas antigas estruturas socioeconômicas e materializam novos símbolos de poder como estados independentes.

Em grande medida, o fluxo emigratório de Aveiro esteve atrelado tanto aos desarranjos na estrutura econômica distrital quanto às redes sociais, que agregavam pessoas ligadas por parentesco, laços de amizade e experiência de trabalho; e unia migrantes e não migrantes em uma complexa rede de papéis sociais complementares e relações interpessoais mantidas, informalmente, por expectativas mútuas[16]. As saídas eram impulsionadas pelas propagandas acerca da prosperidade do Brasil, disseminadas pelos mesmos círculos pessoais ou por agentes especializados em arregimentar potenciais trabalhadores às diferentes atividades econômicas para atuarem, sobretudo, na agricultura.

A economia do distrito se equilibrava sobre a produção agrícola e pesqueira. No tocante à agricultura, ainda na primeira metade do século XIX, a principal atividade era o cultivo das vinhas, que já na década de 1820 ocupavam as áreas onde outrora se cultivavam trigo e milho. Seguindo os anos, introduziu-se a cultura do arroz e a criação de gado[17]. A atividade piscatória se fazia ampla e expressiva desde o século XIII nas lagunas do distrito, voltando-se ao litoral no século XVII, onde permaneceria de forma expressiva nos séculos seguintes. A ampla faixa litoral do distrito facilitava as atividades, especialmente ao longo das costas do concelho de Ovar e da freguesia da Murtosa (nesse período, pertencente ao concelho de Estarreja).

Assim como ocorreu na agricultura, com a introdução de maquinários, e na produção de adubos, com o uso da química moderna – o que substituirá

15. C. M. Almeida *et al.* "A 'nação navio': Apontamento sobre a Emigração Portuguesa e a Questão da Identidade Nacional" p. 16.
16. J. A. L. Fernandes e L. E. A. Vaca, "'Uma Casa Portuguesa com Certeza': um Estudo sobre a Influência do Grêmio Literário e Recreativo Português na Inserção Produtiva de Migrantes Portugueses em Belém-PA", p. 9.
17. H. A. Fonseca, "A Ocupação da Terra", p. 93.

em parte o uso de agentes naturais à fertilização do solo, como o moliço[18] –, a pesca também sofreria intervenção direta da mecanização moderna, principalmente com o desenvolvimento de companhias pesqueiras que tornavam o trabalho do pescador tradicional rudimentar e insipiente; indústrias portuguesas e estrangeiras que, pela ampla exploração do litoral português, "ameaçavam em um curto prazo destruir as espécies comestíveis que eram abundantes"[19]. Os periódicos aveirenses proliferavam diferentes críticas a esse processo, destacando a miséria entre os trabalhadores ligados ao mar, que também sofriam com o defeso das espécies e estavam sendo forçados a ocuparem-se nos setores urbanos temporariamente ou, como fez a expressiva maioria, recorrendo à migração sazonal, dentro do território português, bem como à transatlântica, especialmente a regiões litorâneas, como o Pará.

os passaportes e a composição dos fluxos

Diferentes estudos contribuíram – intencionalmente ou não – à formação de uma "identidade laboral"[20] dos portugueses, enquadrando-os, sobretudo, como agentes das atividades comerciais[21]. No entanto, esses estudos foram elaborados a partir de documentação produzida tempos depois da chegada deles ao Pará. Os inventários *post mortem*, por exemplo, são um retrato do fim da vida do indivíduo, potencialmente marcada por diversas mudanças no intervalo entre a chegada e a feitura do processo judicial de inventário.

Ao mirarmos os registros de pedidos de passaportes, porém, observamos um comportamento diferente nas profissões, com indivíduos ocupados expressivamente em atividades primárias, comportamento comum também dos emigrados das cidades do Porto e de Fafe, em função das flutuações na agricultura, crises de produção, mecanização e mudanças sociojurídicas no

18. Moliço corresponde a um conjunto de plantas aquáticas usadas na agricultura como fertilizante natural, pois fazem, dos solos arenosos, solos de grande produtividade.
19. *Progresso de Aveiro*, 15 de junho de 1905, p. 1.
20. O. Truzzi, "Redes em Processos Migratório".
21. C. D. Cancela e D. S. Barroso, "Imigração Portuguesa e Casamento: um Olhar a Partir do Gênero, da Geração e da Atividade (Belém, 1908-1920)?"; M. A. de Carvalho, *Bebendo Açaí Comendo Bacalhau: Perfil e Práticas da Sociabilidade lusa em Belém do Pará entre Finais do Século* XIX *e Início do* XX; E. Fontes, *Preferem-se Português (as): Trabalho, Cultura e Movimento Social em Belém do Pará (1885-1914)*; A. C. da C. Tavares, *Em busca das "Patacas": Patrimônio de Portugueses na Economia da Borracha (Belém, 1840-1930)*).

trato, distribuição e posse da terra[22]. Os aveirenses ocupados na agricultura e na pesca aparecem em 5 813 registros de passaportes (42%), seguidos pelos 5 100 registros (37%) de trabalhadores terciários e, por fim, os secundários, com 2073 passaportes (15%). Quantitativos que trazem mais precisão sobre quem eram os portugueses recém-chegados ao Pará e como, de fato, estavam dispostos profissionalmente, o que nos faz ponderar as classificações produzidas por uma historiografia tradicional que define a emigração de portugueses ao Brasil como uma "migração de caixeiros"[23], especialmente dos naturais do Norte.

Esse desequilíbrio entre o que dizem os passaportes – feitos no instante quase exato de saída do país – e os documentos posteriores à chegada é importante por romper com engessamentos produzidos ao longo dos anos, que colocaram os portugueses emigrados como uma força de trabalho que, pela norma, atuaria amplamente no setor terciário da economia, delegando aos trabalhadores de outros setores o status de exceção, quando, na verdade, sempre houve diversidade e complexidade das relações desenvolvidas nos espaços de trabalho e moradia. Essencialmente, as relações estabelecidas pelos sujeitos em um novo ambiente e as estruturas da sociedade em que se inserem tendem a alocá-los em uma nova realidade, com novas dinâmicas e regras, que fogem à ideia de exceção e consolidam a noção de pluralidade. Portanto, tão relevante quanto as histórias dos grandes personagens enriquecidos com a liquidez econômica da borracha amazônica na rede comercial do Pará – entre comerciantes, seringalistas, barões e viscondes –, são também as tramas vividas por outra expressiva parcela de imigrantes comumente ausentes dos periódicos, revistas, colunas sociais e discursos de autoridades; entretanto, com suas experiências, eles colaboraram com a diversidade e complexidade das relações sociais locais ao longo dos séculos – em especial, aqueles que se aventuravam ao longo dos rios na Amazônia.

22. J. F. Alves, *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*; M. Monteiro, *Migrante, Emigrantes e "Brasileiros": Territórios, Itinerários, Trajectórias (1834-1926)*.
23. H. Klein, "A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Portugueses no Brasil nos Finais do Século XIX e no Século XX".

A pesca em Aveiro, praticada ao longo da extensão da Ria[24] e outras áreas lagunares menores, caracterizava a freguesia da Murtosa[25], do concelho de Estarreja. Uma das mais populosas do distrito, sua proximidade do centro da grande laguna conferia-lhe um perfil marítimo e atraía diversos trabalhadores, entre peixeiros, marítimos e condutores de diferentes embarcações para o transporte de pessoas e mercadorias[26]. As demandas da pesca nessa região – que incluem as variações climáticas, a reprodução de espécies, as ofertas de mercado, a inserção das grandes empresas pesqueiras e a mecanização – foram importantes propulsores da emigração de murtoseiros ao Pará: dos 5 403 emigrantes de Estarreja (concelho com maior êxodo), 2 937 saíram dessa freguesia, ou seja, mais da metade (54%) dos emigrados.

A atividade piscatória na Murtosa começou a ser afetada ao findar do século XVII, quando sua comunicação com o mar começou a dar sinais de assoreamento, até encerrar-se definitivamente no século XVIII. A alternativa à manutenção das famílias foi o direcionamento da pesca às águas do mar, entre os meses quentes, na costa da Torreira. Nos meses de inverno, quando o pescado se tornava escasso para a alimentação e comércio, a estratégia de sobrevivência foi a migração, fosse ela interna, para áreas do rio Tejo, fosse transatlântica[27],

24. A ria de Aveiro, ou somente Ria, corresponde a uma laguna que se prolonga desde Vagos, alcançando sua maior extensão e densidade entre os concelhos de Aveiro e Estarreja, até Ovar. Ocupa grande parte da área que pertencia à freguesia da Murtosa. Mais da metade da Ria é composta por água e navegável, o restante é constituído por sapais e antigas marinhas de sal. A Ria garante o sustento de grande parte dos concelhos próximos a ela, por garantir atividades piscatórias, transporte de pessoas e cargas, além da agricultura irrigada por suas pequenas lagunas. Qualquer desequilíbrio nessa estrutura fomenta a emigração – não à toa os maiores fluxos migratórios são das localidades circunvizinhas.
25. A Murtosa, até 1899, pertencia ao concelho de Estarreja. Em 1926, ela e a antiga freguesia de São João da Madeira foram elevadas à categoria de concelho.
26. O moliceiro talvez seja a embarcação mais tradicional do distrito de Aveiro, uma espécie de barca utilizada pelos pescadores do moliço (também chamados moliceiros) (M. Monteiro, *Migrante, Emigrantes e "Brasileiros": Territórios, Itinerários, Trajectórias (1834-1926)*, p. 170). Em função da química moderna e da produção de fertilizantes químicos a pesca dessa planta aquática foi reduzida, o que levou muitos condutores da embarcação a oferecer o transporte de pessoas em maior escala. Hoje, ao longo das pequenas lagunas e do litoral atlântico, os moliceiros carregam turistas – encantados pelas cores e desenhos estampados na proa e na ré, que retratam o cotidiano dos homens do mar – e um número pequeno de trabalhadores preocupados em manter o primitivo propósito das embarcações tradicionais.
27. M. Pereira, *Breve História do Concelho da Murtosa*, p. 28.

muitas vezes pensada como temporária, sazonal, especialmente para pescadores e marítimos, que têm, na essência de suas ocupações, a mobilidade.

O deslocamento de grupos familiares da Murtosa ao Pará, saídos da pesca e atividades paralelas, foi amplo. O caso mais expressivo foi da família Fernandes Rendeiro, de quem foram encontrados em 120 registros de passaportes entre os anos de1882 e 1918, alternando entre primeira viagem e remigrações. As diferentes ramificações da família apresentaram uma divisão bem definida das ocupações: enquanto uns operavam na pesca e no transporte em embarcações tradicionais – moliceiros e mercantéis[28] –, outros dedicavam-se ao ambicioso comércio.

Entre aqueles ocupados nas águas e em constante movimento entre o território português e o Pará, o pioneiro foi José Maria Fernandes Rendeiro, emigrado em novembro de 1894, aos 26 anos, casado, moliceiro[29]. Na segunda solicitação de passaporte, em dezembro de 1895, José Maria se apresenta como pescador[30]. As viagens seguintes de José Maria seguiram um padrão de deslocamento, com intervalos de aproximadamente um ano, como atestam os pedidos de passaporte dele, feitos nos anos de 1897 e1899, continuando em 1902, 1904, 1906, e 1907, seu último pedido registrado (de acordo com as pesquisas realizadas até o momento) – deslocamentos anuais tipicamente circulares, pois permanecia no Pará por um determinado período, e logo retornava a Portugal[31]. Em 1907, com 37 anos e ainda no ofício de pescador, José Maria traria ao Pará seu filho João Maria Fernandes Rendeiro, de 13 anos[32], que depois não mais apareceu nos registros de viagem. Para evitar a proletarização e empobrecimento da unidade familiar, a emigração de mais de um membro da família com um único passaporte tornou-se comum na medida em que se buscava reduzir ao máximo os custos com documentos e licenças; por isso, os agregados costumavam ser inseridos nas atividades profissionais dos titulares, sobretudo nas relações de filiação.

28. Mercantel também corresponde a uma embarcação usada para navegação na Ria, especialmente para o comércio da sardinha.
29. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de José Maria Fernandes Rendeiro*, 1894, livro 18, p. 195, registro 1351.
30. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de José Maria Fernandes Rendeiro*, 1895, livro 20, p. 44, registro 259.
31. O. Truzzi, "Redes em Processos Migratório", p. 200.
32. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de José Maria Fernandes Rendeiro*, 1907, livro 29, p. 152, registro 909.

Embora João Maria não reapareça nos registros de passaportes ao Pará remigrando como o pai, em 1912, no jornal *Estado do Pará*, a nota "Uma Abordagem – Indivíduos que atacam e saqueam. Quatro portuguezes espancados. As victimas em Belém" traz um João Maria Fernandes Rendeiro como uma das vítimas atacadas e saqueadas. João, o português Américo Maria e outros dois compatriotas (os irmãos José e Guilherme Rodrigues) pescavam na ilha Tatuoca, próxima a Mosqueiro, quando foram atacados por dez homens armados com "terçados e cacetes", que os espancaram e os mantiveram presos até o amanhecer do dia seguinte. Libertos, os quatro portugueses seguiram para Belém, onde prestaram queixa na polícia e foram socorridos[33]. Não há como precisar que este João Maria seja o mesmo filho de José Maria Rendeiro, por não haver informações adicionais sobre o agredido. Porém, na ausência de registros de saída e reingresso do jovem, é provável que tenha se fixado em Belém, o que faria do filho de José Maria Rendeiro uma das vítimas do ataque noticiado.

João Maria e Américo[34] são naturais da mesma freguesia, a Murtosa, e dividem o mesmo ofício de pescador, firmando uma relação de proximidade que perpassa pela origem e pela profissão, e possivelmente pelos mesmos contextos anteriores à emigração. Além disso, ambos se mantêm no mesmo ofício de chegada ao Pará: no caso de Américo, o murtoseiro emigra duas vezes e em ambos os registros se nomeia pescador. Os dois aveirenses, juntos aos outros dois portugueses, demonstravam ter uma rede de afinidades profissionais e pessoais que rompia o isolamento étnico e figurava o êxito do processo migratório como algo possível.

Semelhante aos Fernandes Rendeiro, os irmãos Pereira também viajariam ao Pará frequentemente na companhia de familiares. O pescador Miguel José Pereira – também da Murtosa – registra 22 pedidos de passaportes ao Pará, o último em 1907, sempre na condição de casado[35]. No intervalo entre 1882 e 1918, o primeiro pedido de passaporte ao Pará que foi encontrado de Miguel é somente de 1888, já casado com Ana Felizarda; no entanto, pela

33. *Estado do Pará*, 20 de março de 1912, p. 2.
34. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de Américo Maria da Silva*, 1906, livro 27, p. 226v, registro 1349. Américo remigra ao Pará em 1909, agora com 24 anos, registrado no livro 33, p. 212, registro 1266.
35. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de Miguel José Pereira*, 1905, livro 29, p. 171v, registro 1025.

indicação do último pedido (de 1907), em 1888, ele já teria feito ao menos cinco viagens ao estado. As viagens de Miguel seguem a mesma lógica anual de José Maria, possivelmente em função das intempéries sazonais do ofício. Entre os anos de 1898 e 1902, a exemplo de José, Miguel traria seu filho, Manoel Luís Pereira, como acompanhante – condição em que o garoto viaja dos 13 aos 16 anos, provavelmente inserido pelo pai nas atividades laboriosas locais.

Somente em 1904, com 19 anos (por cumprir), Manoel Luís Pereira reaparece, agora como titular de passaporte, solteiro e declarando ser um proprietário, nessa que seria sua 5ª viagem ao Pará[36]. Em 1908, em sua 9ª travessia[37], o jovem solicita novo passaporte, alterando sua ocupação para a de negociante. Durante a guerra, quando a vinda de portugueses ao Brasil decresce em função das limitações impostas pelo conflito, Manoel Luís embarca em Lisboa rumo ao Pará, reaparecendo nos registros somente em 14 de março de 1918, quando solicita ao Órgão Consular Português em Belém sua habilitação[38]. No registro consular, Manoel disse estar com 32 anos e ter chegado ao Pará em 7 de outubro de 1914, saindo de Lisboa no vapor inglês Augustine, na condição de casado e profissão de marítimo, residente em Manaus, na travessa Demétrio Ribeiro n. 8[39]. Esse é o último registro dele localizado até o momento.

36. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Luís Pereira*, 1904, livro 26, p. 141, registro 840.
37. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Luís Pereira*, 1908, livro 30, p. 229, registro 1368.
38. As habilitações consulares constituem-se em livros de registros de súditos portugueses mantidos pelo consulado de cada localidade, tendo sido criados como forma de controle desses nacionais. A manutenção dos registros era responsabilidade do consulado. Trata-se de uma documentação com diversos dados do imigrante: nome, apelido, naturalidade, data de nascimento, estado, profissão, última residência no reino, residência no distrito consular, data de chegada, data de matrícula e a forma pela qual justificou a sua nacionalidade (Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Documentos apresentados às Cortes", *Regulamento Consular Português*, Decreto de 20 de março de 1855, p. 259). Servia como instrumento da política de monitoramento e controle do Estado Português a relação a seus nacionais (C. D. Cancela e J. S. R. Cosme, "Entre Fluxos, Fontes e Trajetórias: Imigração Portuguesa para uma Capital da Amazônia, 1850-1920", p. 237).
39. Centro de Memória da Amazônia (CMA), *Habilitação Consular de Manoel Luís Pereira*. Arquivo do Grêmio Literário Português, Banco de dados do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA), Código da habilitação: 7169, Registro 2778, Imagem: P1070283.

A trajetória de Manoel Luís pode traduzir a ambição de outros emigrados que, vindos sem ofício definido ou como trabalhadores submetidos a terceiros, se tornaram independentes e assumiram as rédeas de sua força de trabalho. Certamente, ao vir na companhia do pai, o jovem estava a serviço dele, mas, ao se tornar negociante e, finalmente, marítimo, deve ter passado a trabalhar em embarcações próprias, já que havia se intitulado "proprietário" e, portanto, deveria dispor de um bem que lhe provesse o sustento. Uma história de ascensão – mesmo que não agregasse os símbolos da elite tradicional, como a ocupação de altos cargos políticos e possuir distintas relações profissionais e pessoais – que enchia os olhos dos que ainda permaneciam em terras portuguesas.

Seu tio, Gonçalo Antônio Pereira, apelidado de "Água Lusa", realizou 17 viagens ao Pará; nas três primeiras, como trabalhador e, logo após, como marítimo. Embora se nomeasse trabalhador em 1888, uma designação genérica que pode incluir operários rurais e outras profissões ligadas ao setor primário e sem especialização profissional, Gonçalo já tinha tatuado no braço direito, à "tinta azul", um símbolo comum aos homens do mar: um Cruzeiro do Sul[40]. No primeiro registro de viagem, de 1888, o português estava casado com Ana Rosa e embarcara ao Pará por Lisboa; contudo, essa não deveria ser sua primeira travessia ao Pará, pois, em 1897, de acordo com seu pedido de passaporte, ele faria a sua 12ª viagem. Ao longo das 17 viagens, Gonçalo seguiu a mesma lógica do irmão Miguel, corroborando a ideia de um fluxo sazonal. Em 1895, viaja na companhia do filho Manoel José Pereira, com 18 anos, que também trazia um Cruzeiro do Sul tatuado no braço direito, como o pai[41], dando pistas de seu ofício. Percebemos que a inserção dos filhos, alguns ainda menores, nas travessias transatlânticas, e certamente na profissão, era uma prática comum entre os pescadores, os quais, desse modo, tutelavam suas emigrações frente à constante aparição de engajadores com contratos de trabalho confusos e mentirosos.

40. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de Gonçalo Antônio Pereira*, 1888, livro 13, p. 14, registro 76.

41. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de Gonçalo Antônio Pereira*, 1895, livro 19, p. 243, registro 1458.

Gonçalo Pereira aparece nos registros de passaportes pela última vez em 1907, naquela que deveria ser sua 17ª viagem, já com 51 anos[42]. Três anos depois, o filho Manoel José pediria passaporte ao Pará, aos 33 anos, na mesma ocupação do pai: marítimo[43]. Tanto ele quanto o pai, o Água Lusa, não se apresentaram ao Registro Consular para se habilitarem, por desinteresse ou falta de recursos para custear o registro, demonstrando a fragilidade do órgão português em controlar a circulação de seus nacionais, o que era uma de suas funções.

Das mesmas terras da Murtosa, Manoel Fernandes de Oliveira pediria passaporte ao Pará em 1906, declarando-se calafate, solteiro e com 21 anos[44]. Ele remigra em 1912, ainda no mesmo ofício, mas agora casado[45]. O hiato que se segue na história de Manoel entre os anos de 1912 a 1918 se finda quando seu nome é estampado na primeira página do jornal *Estado do Pará,* na edição de 04 de setembro de 1918. Na notícia de capa "O grave problema dos transportes: no Pará já se constroem grandes navios", o periodista descreve a crise que a praça comercial do Pará sofria pela ausência de transportes para os produtos locais, uma vez que os arranjos da I Guerra no Velho Continente afastaram, quase por completo, a navegação estrangeira no porto da capital, e o governo central havia confiscado todos os navios de origem alemã. O comércio com a Europa passara a resumir-se a pequenas trocas com a Inglaterra, que negociava mais mercadorias nos portos do Maranhão e do Ceará, e também com Portugal, de onde "muito raramente" vinham veleiros trazendo, no máximo, 800 toneladas de mercadorias, mesma quantidade que daqui levavam[46].

Mas, graças à iniciativa de "um pobre, mas inteligente português carpinteiro naval", o cenário de crise no Pará seria amenizado. O então calafate Manoel Fernandes de Oliveira era o responsável pela fabricação de uma

42. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de Gonçalo Antônio Pereira*, 1907, livro 29, p. 14v, registro 82.
43. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel José Pereira*, 1910, livro 35, p. 43, registro 254.
44. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Fernandes de Oliveira*, 1906, livro 27, p. 404, registro 2414.
45. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Fernandes de Oliveira*, 1912, livro 37, p. 352, registro 2100.
46. *Estado do Pará*, Belém, 4 de setembro de 1918, p. 1.

nova embarcação no estaleiro Ferro, subsidiado pela construtora Manoel Pedro & Cia. Na entrevista, Manoel de Oliveira conta que, antes de vir para o Pará, trabalhava na fabricação de barcos para a pesca em sua terra natal, a Murtosa. Aqui começara a trabalhar na construção de cascos para motores movidos a gasolina, mas há dois anos tinha a ideia de construir um grande veleiro, por ele mesmo desenhado, e do qual se responsabilizaria pela execução, mas faltavam-lhe os recursos. Quando a Manoel Pedro & Cia assina a parceria com o português, a construção do grande veleiro se inicia, projetado com 48 m de comprimento, 10 m de largura e 7 m de pontal, fabricado com uso de pau de arco, piquiá, itauba, freijó, andiroba, cedro e bacuri, descritas pelo construtor como madeiras "potentes". Com 3 mastros, a embarcação poderia carregar até 1 200 toneladas, 400 a mais que os poucos veleiros portugueses que atracavam em Belém. Auxiliado por oito trabalhadores no estaleiro, Manoel Fernandes elaborava os desenhos, produzia os moldes, e encaminhava às oficinas para a produção final. O tempo de fabricação da embarcação foi calculado em 6 meses, tendo iniciado em 1º de julho daquele ano de 1918. Ao final da entrevista, o calafate, ou construtor naval, afirma o desejo de fabricar embarcações ainda maiores.

Em relação aos trabalhadores terciários, responsáveis por 37% do total de passaportes solicitados, os quantitativos apontam que o agrupamento "comércio", com 1 490 trabalhadores, não representava o de maior inserção dos portugueses, mas sim a categoria "transporte", com 1 832 registros, 36% do total do setor. Fracionando a mesma categoria, se vê que 1 781 indivíduos atuavam no transporte aquático, entre barqueiros, catraieiros, fragateiros, moliceiros, mercantéis e marítimos, só esses três últimos correspondem a 1 130 registros, 63,4% do total da categoria. Fluxo motivado, possivelmente, pelos desequilíbrios no uso da ria de Aveiro, aliados a uma demanda local por essas ocupações, tanto na capital quanto nos interiores, potencialmente articulada por outros imigrantes experientes e previamente estabelecidos na região.

Na sessão "Carta do Pará"[47], o *Jornal de Estarreja*[48] transcreve a má sorte que o murtoseiro Manoel da Sila Lopes tivera durante o trabalho nos rios. Dizia a nota:

De bordo da geleira *Progresso,* que se achava fundeada na Praia Grande, no distrito de Marapanim, as 5 horas da tarde do dia 20 saíram os tripulantes Manoel da Silva Lopes e Marcos de tal, em uma pequena montaria, afim de irem buscar um barril d'agua. Ao chegar a uma das margens a pequena embarcação, o primeiro que saltou em terra foi Marcos, a quem Lopes entregou uma arma de calibre 16, que levara consigo. Logo que Marcos recebeu a arma, Lopes dispôs-se a amarrar a pequena embarcação, para também desembarcar. Marcos, porém, ignorava que a arma estivesse carregada e, sem as precauções devidas, pôs-se a mexer do gatilho, tendo o cano voltado para o lado do seu companheiro. Num dado momento a espingarda disparou-se, indo a carga, que era de chumbo, alojar-se no terço superior da perna esquerda de Lopes. [...] por não haver ali onde o ferido recebesse os devidos curativos, fizeram-se de vela para esta cidade, onde chegaram no dia 21 de manhã, recolhendo o ferido ao hospital D. Luiz I, onde ocupou o leito nº 49 da enfermaria Bocage. [...] Segundo ouvi, são da freguesia da Murtosa e a *Progresso* é propriedade dos srs. Vaz & Cia e fora a Marapanim afim de comprar peixe[49].

Outro marítimo e proprietário de embarcações usadas na venda de pescado, que teve o nome estampado negativamente nos jornais, foi Manoel Tumbelas, também natural da Murtosa.

Na edição de 14 de abril de 1917 do jornal *Estado do Pará*, Manoel é acusado de assassinar, com um golpe na cabeça, seu empregado Manoel da Costa após se desentenderem dentro da embarcação. Manoel Tumbelas, que era dono de "várias canoas geleiras", havia saído em viagem em uma delas para a região do Salgado, a fim de buscar pescado para o mercado em Belém,

47. Sessão fixa no jornal português que levava às comunidades de Estarreja e entornos informações das mais diversas sobre a movimentação dos patrícios e suas atividades políticas, sociais e beneméritas no Pará. Também são encontrados apontamentos sobre a economia, cartas com opiniões pessoais de conterrâneos sobre as diferentes situações vividas na Amazônia, felicitações de aniversário, reclamações, obituários, notas de chegada, notas sobre companhias teatrais em Belém, entre outras informações.
48. Periódico do concelho de mesmo nome, que mantinha estreita ligação com o Pará. Além da sessão de notícias da província, o jornal mantinha um correspondente especial em Belém, responsável por assinaturas, cartas e negociações afins.
49. *Jornal d'Estarreja,* 15 de junho de 1907, p. 1.

na companhia de vários tripulantes, entre eles a vítima, que discutiu com Tumbelas por "motivos fúteis" e recebeu uma forte pancada na cabeça com a cana do leme da embarcação, que lhe causou profunda hemorragia. Atracando a embarcação em Curuçá, o ferido foi levado pelos outros tripulantes para o socorro em uma farmácia, mas logo veio a óbito. Manoel Tumbelas, vendo a gravidade dos fatos, abandonou a embarcação, os empregados e fugiu para Belém, de onde seguiu para Soure, foragido. Embora a autoridade policial tenha aberto inquérito para investigar o crime e localizar o fugitivo, ficamos sem saber o desfecho da fuga[50].

Relações harmoniosas e conflituosas que configuram um espaço diverso e dinâmico. E ainda que compartilhassem da mesma origem étnica e ocupação, os sujeitos estavam em constantes tensões, as quais estabelecem um limite ao historiador ao tentar reunir os emigrantes em grupos coesos, o que, na realidade, não existia. Relações matizadas por interesses profissionais e pessoais, como a briga que levara José Manoel Reis a óbito após oito anos de residência no Pará. Chegado a Belém em 1905, o jovem de 21 anos, natural também da freguesia da Murtosa, declarou trabalhar como pescador[51]. Em 1914, José Manoel, proprietário da canoa geleira Vaz e Sobrinho foi assassinado por seu companheiro de trabalho, o também português Manoel Maria Henrique Valente, de 24 anos. Ambos saíram à noite do botequim Minerva, na doca do Ver-o-Peso, bêbados, desentendidos, em direção a suas embarcações. No calor da discussão, Manoel Maria, adentrando a canoa Vamos a Ver, voltou armado com uma pistola, que prontamente apontou para José Manoel e disparou, levando o companheiro a óbito. No furor dos fatos, Manoel tentou fugir, mas logo foi capturado e encaminhado ao presídio de São José. As testemunhas desde o botequim afirmavam que a discussão fora causada por "questões amorosas"[52].

Apesar de suas afinidades serem oscilantes, determinados agrupamentos buscavam se articular em associações, a fim de amenizar o isolamento dos recém-chegados, auxiliando na articulação de redes de solidariedade entre os agentes sociais, com interesses previamente estabelecidos. Objetivo com-

50. *Estado do Pará*, Belém, 16 de abril de 1917, p. 3.
51. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de José Manoel Reis*, 1905, livro 27, p. 97, registro 578.
52. *Estado do Pará*, Belém, 10 de abril de 1914, p. 2.

partilhado também pelos pescadores e marítimos de Aveiro ao fundarem suas próprias comunidades no Pará.

TRABALHO, IDENTIDADE E MUTUALISMO

Envolvida por diversos sentimentos, a emigração é encabeçada pela coragem seguida pelo desejo de mudança. Romper o isolamento dos recém-chegados não decorria somente da desenvoltura do indivíduo, contava também com estruturas receptoras, cujas estratégias de interação estivessem consolidadas. No Pará, quanto aos portugueses, uma dezena de entidades foram idealizadas com o objetivo de acolher, auxiliar e promover seus membros, entre elas o Grêmio Literário e Recreativo Português, a Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Pará, a Tuna Luso Caixeiral, a Associação Vasco da Gama, a Liga Portuguesa de Repatriação, o Grêmio Lusitano, entre outras instituições que, embora buscassem a reafirmação e manutenção da identidade portuguesa na sociedade receptora, podem ser interpretadas como uma compensação à falta de assistência das autoridades consulares ao expressivo quantitativo de emigrados. Cabia, então, às ações particulares nesses espaços a função de assistir seus associados, e manter as trocas culturais entre os territórios.

A presença de numerosos imigrantes da Murtosa em Belém se faria notar de distintas formas, talvez a mais emblemática tenha sido a fundação da União Protetora do Povo da Murtosa (em algumas referências aparece como União Protetora dos Pescadores da Murtosa), em 10 de janeiro de 1914. Segundo a notícia publicada pelo jornal português *O Povo da Murtosa*,

> [...] A festa esteve concorridíssima assistindo toda a nossa colônia sendo a mesa constituída pelos srs. Francisco Soares, presidente; Antônio Soares Belo[53] e Antônio Matos, secretários. Congratulamo-nos ao sabermos que mesmo longe da sua pátria os filhos da Murtosa, embora moirejando com sacrifício o pão cotidiano, se constituem em associações de beneficência para socorrer aqueles conterrâneos a quem a felicidade não protege[54].

53. Os Soares Belo, nos registros de passaporte, correspondem a diferentes indivíduos naturais da Murtosa, que se distribuem entre pescadores, mercantéis, proprietários e comerciantes – à semelhança das diferentes ramificações dos Fernandes Rendeiro, também da Murtosa.
54. *O Povo da Murtosa*, 20 de fevereiro de 1915, n. 492, p. 2.

Participaria da associação somente o "povo da Murtosa" e, assim como em outras associações, os membros deveriam ajudar-se, em um mutualismo que reforçava – ou que deveria reforçar – a identidade portuguesa e, mais ainda, murtoseira. Se as condições de integração à sociedade local não eram homogêneas, mostrava-se importante garantir a integridade e reciprocidade entre um grupo já fragilizado pelas estruturas na terra natal e ainda afastado, além-mar, de regalias e, possivelmente, da assistência do órgão consular, que exercia um restrito controle sobre a população portuguesa local, em função das habilitações consulares[55].

Meses após a fundação, o presidente da União Protetora, David José Rendeiro, envia um diploma à redação d'*O Povo da Murtosa*, conferindo ao periódico a qualidade de "sócio honorário". Em nota publicada em setembro de 1915, o redator descreve com detalhes a composição do quadro recebido:

> À esquerda, em cima, veem-se dois remos cruzando sobre a água, e a direita um pescador conduzindo à cabeça um cabaz de peixe, embaixo, a um dos cantos a alegoria da caridade acarinhando os filhos, e no outro Netuno de pernas aladas sentado junto ao mar coalhado de embarcações, no meio, ao fundo, e admiravelmente enquadrado na moldura do diploma, vê-se um grupo de pescadores recolhendo na água as redes, em que saltam peixes[56].

Das poucas aparições em periódicos, a associação, em 1914, era listada junto de outras entidades e particulares em apoio financeiro à Campanha da Cruz Vermelha Portuguesa, a quem destinava seus "auxílios pecuniários"[57]. Em 1917, a União voltaria a apoiar as ações da Cruz Vermelha, como também a Cruzada das Mulheres Portuguesas, com a doação de 500$000 (quinhentos mil) réis[58].

Outra instituição ligada a naturais da Murtosa era a Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores no Pará, fundada em 21 de setembro de 1916, em Belém, por Manoel Fernandes Rendeiro, que também organizara

55. A origem, função, potencialidades e limites desse corpo documental foram analisados em C. D. Cancela e J. S. R. Cosme, "Entre Fluxos, Fontes e Trajetórias: Imigração Portuguesa para uma Capital da Amazônia (1850-1920)".
56. *O Povo da Murtosa*, 11 de setembro de 1915, n. 521, p. 1.
57. *Estado do Pará*, Belém, 14 de dezembro de 1914, n. 1341, p. 2.
58. *Estado do Pará*, Belém, 12 de dezembro de 1917, n. 2408, p. 2.

seu estatuto[59]. Manoel chegara ao Pará com passaporte emitido em 1911, aos 26 anos, vindo da Murtosa como seus outros familiares[60]. A associação organizada por ele objetivava ações comuns já praticadas por outras entidades de socorro mútuo, a saber: assistência aos associados enfermos – exceto por "moléstias venéreas" –, socorros médicos e farmacêuticos, fornecimento de passagens aos que precisassem retirar-se da capital, participação em funerais e ampliação de uma escola onde se ensinasse a língua portuguesa. Era vedada toda e qualquer manifestação política ou religiosa dentro da instituição, a fim de se manter "inalterados o respeito e interesses comuns".

Embora organizada por um português, a associação não estabelecia um padrão étnico aos membros, acionando relações flexíveis e compatíveis ao contexto amazônico internacionalizado. Ao contrário da companhia proposta por José Maria Urbano de Figueiredo, que, em outubro de 1884, solicitou em petição[61] à Assembleia Provincial uma subvenção de 60 contos de réis para o estabelecimento, próximo à capital, de uma "companhia de pescadores portugueses"[62] – pescadores de profissão, que seriam trazidos de Póvoa de Varzim, distrito do Porto, fronteiriço a Aveiro. Segundo o defensor da proposta, a indústria pesqueira existente era "insignificante"[63] às demandas demográficas da província. O pedido, embora bem avaliado por diferentes membros da Assembleia Provincial, é negado; o Governo justifica a recusa à existência de uma companhia de pesca particular responsável pelo abastecimento da capital e proximidades. Uma das diferentes recusas do governo é divulgada na edição 44 do periódico *Diário de Belém*, em 1889[64].

Tendo cada entidade suas peculiaridades, a prática associativa se tornou importante instrumento de manutenção e elaboração de "práticas rituais na busca por reconstruir identidades"[65] e capacitar os sujeitos a habitarem e arti-

59. Centro de Memória Da Amazônia, Acervo Cível, série de Estatutos, *Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores no Pará*, caixa 1-A, estante I.2.
60. ADAVR, *Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Fernandes Rendeiro*, 1911, livro 36, p. 358, registro 1972.
61. Embora a nota não mencione em que José Maria Urbano se ocupava, podemos identificá-lo como sendo de "agências", na rua Conselheiro João Alfredo, em uma nota com a listagem dos "eleitores qualificados" no (*O Pará*, Belém, 3 de julho de 1898, n. 177, p. 3).
62. *A Constituição*, 22 de outubro de 1884, edição n. 240, p. 3.
63. *Diário de Notícias*, Lisboa, 21 de janeiro de 1883, edição n. 16, p. 2.
64. *Diário de Belém*, 22 de fevereiro de 1889, edição nº 44, p. 3.
65. M. B. Rocha-Trindade, *Das migrações às interculturalidades*.

cularem as duas identidades: a deixada na pátria e a construída no novo destino. Essas estruturas também desafiaram a habilidade em articular os divergentes interesses de seus membros, pois é sabido que essas instituições, além de serem um espaço mutualístico, eram ambientes de conformação de uma elite, que geralmente ocupava postos de direção e obedecia a uma dupla agenda: ora em defesa dos interesses do grupo, ora em prol de anseios pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo destas páginas, foi demonstrada uma pequena parcela da riqueza e complexidade que envolve o processo imigratório de portugueses ao Pará, especialmente os naturais do distrito de Aveiro, pouco conhecidos da literatura local. Foi mostrado também como as nuances desse evento se apresentam em um conjunto de fontes pouco utilizado no estado para o estudo da imigração portuguesa: os registros de pedidos de passaportes.

Destacou-se uma nova percepção ocupacional dos imigrantes, para além das esferas do comércio diretamente ligado à borracha, principal item de exportação da Amazônia à época do estudo. A própria sociedade forjada pelo látex foi, na verdade, sustentada por uma diversidade de relações socioprofissionais mais discretas, na base da economia, especialmente ao longo dos rios amazônicos, caminhos característicos da região.

Trabalhadores das águas imersos em uma complexa teia de relacionamentos, que ultrapassava as origens étnicas e ocupacionais, singravam por arranjos familiares e socorros mútuos em torno de redes especificamente estabelecidas. Solidariedades e animosidades que marcam toda a história da imigração e reforçam a pluralidade nas relações interétnicas entre brasileiros e portugueses na região amazônica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristina Matos; LOPES, José Carvalho; JERÔNIMO, Helena Mateus; ROVISCO, Maria Luís. A "nação-navio": apontamento sobre a emigração portuguesa e a questão da identidade nacional. In. GARCIA, José Luís (org.). *Portugal Migrante*: emigrantes e emigrados, dois estudos introdutórios. Oeiras: Celta, 2000.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os "brasileiros"*: emigração e retorno no Porto oitocentista.

1993. Dissertação (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1993.

CANCELA, Cristina Donza; BARROSO, Daniel Souza. Imigração portuguesa e Casamento: um olhar a partir do gênero, da geração e da atividade (Belém, 1908-1920). *In*: SARGES, Maria de Nazaré et al (org.). *Entre Mares*: o Brasil dos portugueses. Belém: Paka-Tatu, 2010.

CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-54, jan./abr. 2016.

CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açaí, comendo bacalhau:* perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX. 2011. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

EMMI, Marilia Ferreira. *Um século de migrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: Naea, 2013.

FERNANDES, José Augusto Lacerda; VACA, Luís Eduardo Aragón. "Uma casa portuguesa com certeza": um estudo sobre a influência do Grêmio Literário e Recreativo Português na inserção produtiva de migrantes portugueses em Belém, PA. *Papers do* Naea, Belém, n. 336, dez. 2014.

FONSECA, Helder Adegar. A ocupação da terra. In. LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (org.). *História económica de Portugal: 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. 3 v.

FONTES, Edilza. "*Preferem-se português(as)*": trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). 2002. 363 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

GUIMARÃES, Luís Antônio Valente. *De chegadas e partidas*: migrações portuguesas no Pará (1800-1850). 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

KLEIN, Herbert. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. *Análise Social*, Lisboa, v. 28, n. 121, p. 235-65, 1993.

LOPES, Maria Teresa Braga Soares. *Emigração legal portuguesa no distrito de Aveiro (1882-1894)*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1993.

MONTEIRO, Miguel. *Migrante, emigrantes e "brasileiros" de Fafe (1834-1926)*: territórios, itinerários, trajectórias. Fafe: Edição do autor, 2000.

PEREIRA, Marco. *Breve história do Concelho da Murtosa*. Murtosa: Câmara Municipal da Murtosa, 2016.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Das migrações às interculturalidades*. Porto: Edições Afrontamento, 2014.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*: sondagem histórica. Lisboa: Livros Horizonte, 1974. (Coleção Horizonte, 12).

SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da belle-*époque *(1870-19010)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUSA, Fernando de. A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950). *In*: HECKER, Alexandre; MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de (org.). *Deslocamentos e histórias*: os portugueses. Bauru (SP): Edusc, 2008. (Coleção Ciências Sociais).

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. "Para onde foram as 'Patacas': patrimônio de portugueses na Amazônia (Belém, 1840-1909). *Resgate:* Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 25, p. 145-65, 2017.

TRUZZI, Oswaldo. *Italianidade no interior paulista*: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). São Paulo: Editora Unesp, 2016.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

6 "SETE COUSAS PRECISAS PARA VIAJAR NA AMÉRICA": EDUCAÇÃO, CIVILIZAÇÃO E HISTÓRIA EM CARTAS DE ANTONIO LOPES MENDES (1882-1883)

Franciane Gama Lacerda[1]

Em 28 de setembro de 1882, a bordo do vapor Gallicia, partia de Lisboa, com destino à baía da Guanabara, no Brasil, Antonio Lopes Mendes (1835-1894), veterinário, agrônomo e desenhista português, membro da Sociedade de Geografia de Lisboa (doravante SGL). A viagem, feita às "expensas" do próprio Lopes Mendes, resultou em um "diário" composto de 52 cartas, publicadas a partir de 1893 pela SGL. Nesse trabalho, intitulado *America Austral: Cartas Escriptas da America nos Annos de 1882 a 1883*, o viajante narra as suas impressões sobre o Brasil.

Com relação a esses escritos, o que chega até nós não é a exatidão do material produzido, uma vez que "algumas cartas" haviam "se extraviado no correio"[2]. De acordo com Mendes, foi a própria SGL, em 1882, que havia solicitado que ele "desse informações do que observasse na viagem". Ainda sobre as cartas, alguns "trechos e esbocetos" foram publicados durante a visita ao Brasil no Occidente de Lisboa, e também "em vários jornais do Novo Mundo e no jornal Le Brésil, de Paris". No entanto, somente dez anos depois, em 1892, quando a SGL comemorava a "descoberta da América", foi que Antonio Lopes Mendes entregou, como "dívida de gratidão", seus

1. Doutora. Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA).

2. A. L. Mendes, *America Austral: Cartas escriptas da America nos annos de 1882 a 1883*, terceira parte, carta XLIV, Maranhão, a bordo do Macapá 6 de agosto de 1883, p. 511.

"Diários com 52 largas cartas". Sobre as quais ele afirmou: "escrevi e ilustrei com mapas e centenas de desenhos[3] comprovativos"[4].

Por meio de tais cartas, pode-se dizer que Mendes constrói, para os leitores das publicações da SGL, uma história do Brasil e, o que nos interessa mais especificamente aqui, uma história do Pará, a partir de suas percepções. Falando de si e dos outros, compreendemos que, para Antonio Lopes Mendes, essa viagem, ao mesmo tempo em que se inseria num esforço quase que patriótico de conhecer espaços ocupados pelos portugueses, também se enquadrava num esforço pessoal voltado para a sua própria formação intelectual. Ao ler seus textos, observamos que o autor considerava insuficiente a "leitura de livros" para satisfazer os anseios de quem desejava conhecer outro país. Para ele, somente as viagens responderiam a tal interesse. Dessa forma, como "filho dileto de Portugal", ligado por "poderosas tradições", o Brasil deveria ser a primeira nação americana a ser conhecida, considerando as relações históricas estabelecidas entre essas duas nações[5].

O interesse por registros escritos ou iconográficos produzidos por viajantes estrangeiros que passaram pelo território brasileiro desde os tempos da colonização não é recente, e pode ser percebido para além de trabalhos acadêmicos. De fato, já em 1952, era inaugurada no Rio de Janeiro a exposição "O Brasil Visto por Viajantes Estrangeiros", com material de viajantes que, conforme informava o catálogo da exposição, "procuraram perpetuar as suas impressões da terra e da gente do Brasil"[6]. Anos mais tarde, em 1994, é realizada a exposição "O Brasil dos Viajantes", no Museu de Arte de São Paulo (MASP). Na ocasião, as repercussões sobre o evento foram muitas. Meses antes da inauguração, que seria em outubro de 1994, o jornal *Folha de São Paulo* já anunciava que, diante da exposição, o país teria um "encontro marcado com os fantasmas de sua identidade"[7]. Em 2010, a Pinacoteca do Estado de São Paulo apresentava "François Auguste Biard: O Indígena

3. Sobre a questão dos desenhos, ver: M. I. Turazzi, "Os Estudos Comparativos e os Desenhos 'Imparciais e Singelos' de Antonio Lopes Mendes no Brasil (1882-1883)".
4. A. L. Mendes, *O Oriente e a América – Apontamentos sobre os Usos e Costumes dos Povos da Índia Portugueza Comparados com o do Brasil*, p. 229.
5. *Idem*, p. 231.
6. Ministério da Educação e Saúde, *Exposição "O Brasil Visto por Viajantes Estrangeiros"*.
7. Ver: M. Leite, "Exposição Convida País para Viagem no tempo", *Folha de São Paulo*, 15 de agosto de 1994, disponível em www1.folha.uol.com.br, acessado em 20 de setembro de 2019.

e o Olhar Romântico". A exposição, com cerca de 50 obras, trouxe para o público pinturas, aquarelas e desenhos feitos entre 1820 e 1860 por François Biard e outros artistas viajantes[8]. Mais recentemente, em março de 2019, a Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin abria ao público a exposição itinerante "Viagem de Spix e Martius pelo Brasil"[9].

Se, para o grande público, essas produções são alvo de interesse em função das possibilidades de se ir ao encontro das representações de um Brasil do passado, não é diferente para os historiadores. Com efeito, por meio dessa literatura é possível uma aproximação com a história do Brasil, pois esses textos trazem à tona "um Brasil pensado por outros", permitindo "nos vermos pelos olhos deles"[10].

A literatura de viagem produzida por naturalistas, botânicos ou por um "simples viajante", como se autodenominou Antonio Lopes Mendes, pode ser utilizada a partir de variadas perspectivas. Este texto, para além das possibilidades de entendimento da província do Pará do início da década de 1880, período narrado por Mendes, objetiva a reflexão sobre as perspectivas que o viajante dava para a formação intelectual das pessoas no século XIX, a partir da urbanidade, no sentido de civilidade, e do ensino escolar na província do Pará desse contexto, por meio das pistas deixadas nas cartas de Antonio Lopes Mendes que, embora públicas, têm um viés pessoal, muito individual, em certa medida, quase íntimo.

Nesse sentido, conforme aponta Turazzi em artigo sobre o próprio Antonio Lopes Mendes:

> As descrições textuais e visuais dos homens de ciência do século XIX, com notória sensibilidade para a expressão visual, têm, portanto, muito a nos dizer sobre a interdisciplinaridade do conhecimento, a circulação de inovações técnicas, os processos de apropriação e difusão de uma cultura artística pela ciência e vice-versa, amplamente demonstrável pela documentação iconográfica das viagens do período, hoje um patrimônio que, continuamente, alimenta e renova as trocas culturais entre indivíduos e comunidades[11].

8. Sobre essa exposição, conferir www.pinacoteca.org.br/programacao/francois-auguste-biard/
9. Para mais informações sobre essa exposição, acessar www.bbm.usp.br/node/428.
10. A. M. Belluzzo, "A Propósito do Brasil dos Viajantes", p. 10.
11. M. I. Turazzi, "Os Estudos Comparativos e os Desenhos 'Imparciais e Singelos' de Antonio Lopes Mendes no Brasil (1882-1883)", p. 378.

O GOSTO PELAS VIAGENS

Antonio Lopes Mendes nasceu em 30 de janeiro de 1835, em Villa Real, Trás-os-Montes, e faleceu em 1894. "Dotado de pronunciada vocação artística", foi enviado pela família para a Academia Polytechnica do Porto em 1853. Posteriormente, já em Lisboa, matriculou-se no primeiro curso aberto no Instituto Geral d'Agricultura, tornando-se, posteriormente, "professor auxiliar, isto antes de completar seus estudos"[12].

A leitura de alguns dados biográficos de Lopes Mendes permite situá-lo como um homem preocupado com o reconhecimento de espaços pouco conhecidos, por acreditar que a formação das pessoas se dava também por meio das viagens. Talvez por isso tenha sido descrito como alguém que, segundo o seu biógrafo e amigo Augusto Cezar da Silva Mattos, acreditava que "não podia ficar a ciência no campo da teoria; era mister passar da especulação à prática" e sempre tenha associado sua formação acadêmica, na década de 1850, a viagens. Podemos citar como exemplo a excursão que fez para investigar uma praga de "laranjeiras que então grassava nos pomares de Setúbal". Seu incrível interesse por regiões pouco conhecidas o levou a realizar várias viagens, talvez a mais ousadas delas tenha sido à Índia, em meados da década de 1860, onde ficou por cerca de nove anos[13].

Posteriormente, é possível encontrá-lo, no ano de 1881, antes de vir ao Brasil, na Expedição Scientífica à Serra da Estrella, que naquele momento era uma região pouco conhecida de Portugal. Mendes participou como agrônomo da "Secção de Agronomia e Sylvicultura" da expedição, que fora organizada pela SGL[14].

Embora muito do que saibamos sobre esse viajante seja a partir da Sociedade de Geografia de Lisboa, mesmo considerando a importância dessa sociedade para a divulgação das atividades de Lopes Mendes, sua experiência científica inicia-se antes da fundação da SGL, em 1875. De acordo com informações do *site* da própria instituição, a Sociedade está ligada "nas suas origens e nas suas finalidades" à situação da Europa daquele contexto, em função da "problemática" posição portuguesa em relação à África. No início, a SGL foi uma

12. *Diário de Notícias*, Lisboa, 20 de julho de 1883, p. 2.
13. *Idem*.
14. Sociedade de Geografia de Lisboa, *Expedição Scientífica à Serra da Estrella em 1881*.

instituição "interessada e integrada num problema dominante da vida política portuguesa na segunda metade do século XIX [...]: a posse, a governação e o fomento dos territórios africanos e também dos asiáticos"[15].

Antonio Lopes Mendes chega a Belém a bordo do paquete nacional Pará, em 16 de julho de 1883[16]. Fica na capital paraense por poucos dias, seguindo para Manaus no dia 20 de julho de 1883[17]. Pode-se dizer que, nesse contexto, as viagens eram alvo de interesse por parte da população, que tomava conhecimento desses empreendimentos. Paulo de Assunção destaca que, "a partir de 1860, na Europa, houve um maior estímulo para as práticas de viagem". Segundo o autor, "o dinamismo da sociedade, com avanços técnicos, criou as primeiras estruturas para o turismo. A viagem passou a ser mais acessível e para um público maior". Desse modo, ainda de acordo com Assunção, o "novo momento inspirou uma nova ideia de viagem valorizando o conhecimento e as interações culturais"[18].

Percebe-se um pouco disso nos comentários que eram divulgados na imprensa. De fato, antes mesmo da chegada de Antonio Lopes Mendes à província do Pará, a viagem já era anunciada, a exemplo de uma notinha no jornal paraense *Diário de Belém*, na coluna "Exterior", que versava sobre pequenas notícias de Portugal[19]. O *Liberal do Pará*, também em de novembro 1882, notificava seus leitores acerca de uma "Exploração ao Amazonas" que seria feita por Mendes.

A mesma nota, por meio do jornal *Diário da Manhã*, de Maceió, informava que Mendes iria primeiro ao Rio de Janeiro assistir a uma "exposição etnográfica" que ali acontecia. Na ocasião, também cumprimentaria uma comissão da SGL que se achava na capital do império e, igualmente, o próprio imperador do Brasil. O periódico ainda fazia questão de enfatizar que Lopes Mendes iria a "sua custa empreender a exploração"[20]. Dias

15. Sociedade de Geografia de Lisboa, "História".
16. *Diário de Notícias*, Lisboa, 17 de julho de 1883, p. 2.
17. *Diário de Notícias*, Lisboa, 20 de julho de 1883, p. 2.
18. P. de. Assunção, *História do Turismo no Brasil entre os Séculos* XVI *e* XX*: Viagens, Espaço e Cultura*, p. 21.
19. *Diário de Belém*, 1 de novembro de 1882, p. 2.
20. *O Liberal do Pará*, Belém, 7 de novembro de 1882, p. 2.

depois, com o mesmo teor, o jornal paraense *Diário de Notícias* publica uma pequena informação sobre a viagem[21].

Essas notificações, ainda que pequenas, acabavam por legitimar o empreendimento de Antonio Lopes Mendes, uma vez que ele próprio financiava as viagens, o que sugeria o seu interesse pessoal em conhecer o Brasil e, consequentemente, o Pará. Sobre tal questão, Coelho e Sarges apontam que a "Sociedade de Geografia de Lisboa apoiou explorações realizadas nas viagens de âmbito comercial ou científico", as quais tinham "apoio financeiro da Associação Comercial de Lisboa e do Banco Nacional"[22]. Mendes, no entanto, fazia questão de registrar que pagava as próprias despesas. Quando já estava em Belém, por exemplo, ele escreve ter passado pelo London Brazilian Bank para sacar "o dinheiro preciso para despender a viagem através da Amazônia e da república do Peru"[23].

Ao lado disso, os cumprimentos ao imperador sugerem a relação desse homem das ciências com as autoridades brasileiras, inclusive com o próprio D. Pedro II. O monarca construía de si mesmo a imagem de um homem moderno, amante das artes e das ciências[24].

Em julho de 1883, no contexto da chegada do viajante à província do Pará, o *Diário de Notícias* publicava uns apontamentos biográficos para "tornar conhecido o nome de Antonio Lopes Mendes, o ilustre explorador"[25]. A justificativa para tal, segundo registrou o redator do periódico, era o fato de o explorador prestar "relevantíssimos serviços à ciência". Além disso, julgava "agradar aqueles que se interessavam pela prosperidade de Portu-

21. *Diário de Notícias*, Lisboa, 15 de novembro de 1882, p. 2.
22. A. C. de A. Coelho e M. de N. Sarges, "A Sociedade de Geografia de Lisboa e o Programa de Emigração: os Reflexos no Pará", p. 117.
23. A. L. Mendes, *America Austral: Cartas escriptas da America nos annos de 1882 a 1883,* p. 528.
24. Sobre a imagem que o imperador construíra de si mesmo, Lilia Schwarcz enfatiza que ele desejava ser visto "Como um mecenas das artes", como um governante que "era dado a novidades, gostava de estudar línguas e ciências exóticas, e a palavra progresso, para ele, vinculava-se à ciência e ao intelecto. [...] Poliglota, assíduo correspondente e sócio de várias instituições internacionais [...], mesmo antes de sair do país, D. Pedro II tinha junto ao trono uma biblioteca, um museu, além de um laboratório e seu famoso observatório astronômico" (L. M. Schwarcz, *As Barbas do Imperador*: *D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*, p. 234).
25. *Diário de Notícias*, Lisboa, 19 de julho de 1883, p. 2; e 20 de julho de 1883, p.2.

gal e do Brasil". O texto intitulava-se "Movimento Geográfico em Portugal e Antonio Lopes Mendes: Apontamentos Biographicos", assinado por Augusto Cezar da Silva Mattos, juiz de segunda classe. Na verdade, essa biografia chegava às páginas do periódico pelo redator Manoel Cantuária, que a recebera do próprio Antonio Mendes quando da "viagem do Ceará" para o Pará.

O *Diário de Notícias* compilava, assim, o texto do juiz português Augusto Cezar, feito, segundo o próprio juiz, "como lembrança no momento da despedida para longas ausências". O relato sugere que a troca de presentes entre Antonio e ele, nos momentos de viagem, era um costume que marcara suas vidas. Não à toa, o juiz guardava na memória uma "endiabrada bengala que tão depressa estava na mão, como guardada no bolso", que Antonio Lopes Mendes havia trazido como presente de uma viagem a Londres. Expressões como "meu caro", "último abraço", "meu amigo", ou "Amigo do coração", encontradas nos apontamentos biográficos, davam a tônica do que ainda representava essa travessia do Atlântico, saindo de Portugal rumo ao Brasil, no século XIX. Possivelmente, nos momentos de despedida, parecia haver uma incerteza sobre a volta daquele que cruzava o oceano, daí porque ser tão significativo, no dizer do juiz, "o velho costume de bons amigos [...] trocarem uns objetos quaisquer que nos represente com frequência a pessoa, de que nos provieram"[26].

Ainda que Antonio Lopes Menezes não fosse um imigrante português que buscava construir uma nova vida na América, mas sim um "explorador" como a imprensa o designava, com interesses pessoais e científicos de conhecer o Brasil, um certo medo do desconhecido e da novidade não devem ter deixado de pairar sobre ele. Conforme destaca Lená de Menezes, as histórias de vida dos portugueses constituem-se "em exemplos emblemáticos da epopeia dramática em que sempre se constituiu o ato de abandonar o conhecido e o familiar em prol do desconhecido e da solidão do além-mar"[27]. Tal especulação acerca do medo do desconhecido ou do que estava por vir nessas viagens não deixou de ser asseverada pelo amigo juiz de Mendes, que registrou em seus apontamentos o "assombro" que teve ao ouvir de Mendes:

26. *Diário de Notícias*, Lisboa, 19 de julho de 1883, p. 2.
27. L. M. de. Menezes, "Jovens Portugueses: Histórias de Trabalho, Histórias de Sucessos, Histórias de Fracassos", p. 166.

"vou para o Amazonas". Diante da surpresa, e talvez sabendo que seu texto poderia ser lido em paragens distantes das "comarcas remotas [...] entre o mar e serra do Bussaco" em que trabalhava, o juiz Mattos justificava-se:

> Não é que a América esteja tão longe de nós, que não ouça dizer todos os dias: vou para o Brasil... Quando estive na Bahia... Volto para o Pará... Venho d'Ouro Preto... Dizem-me da Providência... Tive carta de Manaus... Vou mandar para Petrópolis.[28]

As viagens para a América àquela altura já eram bastante conhecidas e a província do Pará era um dos destinos mais escolhidos. Cristina Cancela e João Cosme, a partir dos registros de passaporte portugueses, enfatizam que "o fluxo imigratório para o Pará se intensifica no final do século XIX e início do XX". Segundo os autores, esse "aumento da migração portuguesa" coincide com o processo de consolidação e auge da economia da borracha[29].

Entretanto, pairava sobre essa empreitada ainda o temor do que isso representava. De fato, conforme escreveu o juiz Mattos, a "febre da emigração" tornava a ida para a América uma "ideia" que era "familiar, cotidiana e prática". No entanto, para ele, a situação de Antonio Lopes Mendes era diferente, pois não viria como "encarregado de negócios" ou "cônsul", "como adido de alguma embaixada" ou em busca, talvez, de um comércio qualquer. Segundo Mattos, Antonio teria dito que não era "nada disso", pelo contrário: "vou para o Amazonas, como fui para a Índia; vou trabalhar, como tenho por costume; agora porém com vantagem, porque levo comigo maior cabedal de experiência". É justamente o interesse individual, o anseio por conhecer lugares diferentes, exóticos para alguns, como eram a Índia e o Brasil, que tornavam as expedições de Antonio Lopes Mendes alvo de interesse dos jornais. Afinal, essa viagem para conhecer o Amazonas era, segundo Mattos, "paradoxal", pois, "quando parecia" que Mendes "estava resignado a uma vida pacatamente burguesa", ele resolve vir para a Amazônia[30].

Desse modo, os leitores do *Diário de Notícias* – em meio a informações das experiências com o balão Victória, trazido por Júlio Cezar, de Paris, em exposição na Igreja da Sé; e em meio às "tristes cenas da escravidão" que o periódico abolicionista denunciava em Belém – tomavam conhecimento

28. *Diário de Notícias*, Lisboa, 19 de julho de 1883, p. 2.
29. C. D. Cancela e J. S. R. Cosme, "Entre Fluxos, Fontes e Trajetórias: Imigração Portuguesa para uma Capital da Amazônia (1850-1920)", pp. 242-243.
30. *Diário de Notícias*, Lisboa, 19 de julho de 1883, p. 2.

da vida do pesquisador português. Descrito nos apontamentos biográficos como um explorador que desejava conhecer o Amazonas.

Embora Mendes já tivesse viajado por outras regiões do mundo, como a Índia[31], sabia que uma viagem à "América austral" não era uma empreitada das mais fáceis. De fato, já na própria capital paraense, ainda que bem recebido pelo presidente da província e por vários homens "considerados no comércio" da capital, teve grande dificuldade de encontrar um hotel para se hospedar. Assim ele escreve que juntamente com um outro conhecido percorreu "todos os hotéis da cidade, sem neles acharmos um quarto em que nos alojássemos". Na verdade, até mesmo o presidente da província, o Barão de Maracaju, havia lhe ofertado hospedagem, entretanto Mendes afirmava não ter aceitado "por causa da pouca demora" que teria em Belém e por "conhecer o valor da independência". Talvez o fato de ficar na casa do barão o colocasse à mercê de programações e passeios que não eram fruto de sua escolha. Não à toa, ele registrou em seu diário "sete cousas" necessárias para se viajar à América. Segundo o viajante, "a experiência, mestra da vida prática" ensinava que era necessário:

1ª) Ser vigoroso para poder superar todas as dificuldades materiais;

2ª) Ser bem-educado para com todos sem distinção de classe e condição fazendo aos outros o que desejássemos que nos fizessem;

3ª) Ter instrução bem orientada para tratar com grandes e pequenos, com pobres e ricos, com tolos e avisados, [...] mostrando sempre que sabe menos que as outras pessoas [...] para não se tornar antipático [...]; não esquecendo os deveres cívicos impostos pelo trabalho e a honra da pátria;

4ª) Possuir bem de fortuna [...] para obter tudo o que se vende, sendo certo que, o que se compra com dinheiro é o que fica mais barato;

5ª) Ter sempre o maior cuidado de não pedir dinheiro, nem cousa que o valha para não se sujeitar a ninguém;

6ª) Sendo a mulher quem tudo promove e dirige n'este mundo é de suma conveniência que o viajante faça por lhe ser respeitosamente agradável para obter os bons ofícios dos homens;

7ª) Ter olhos e não ver, ter ouvidos e não ouvir, ter boca e não falar na casa em que se hospedar[32].

31. A. L. Mendes, *Apontamentos sobre a Província de Saraty do Estado da Índia Portugueza*; e *A Índia Portugueza: Breve Descripção das Possessões Portuguezas na Ásia*.
32. A. L. Mendes, *America Austral*. Cartas escriptas da America nos annos de 1882 a 1883, pp. 529-530.

Essas "sete" recomendações evidenciam práticas de civilidade para um estrangeiro bem viver em outro país. Ao mesmo tempo, sugerem também as muitas relações travadas nesse tipo de empreitada, que envolviam pessoas de grupos sociais distintos e que, sem dúvida, demarcavam os comportamentos diante do outro e do diferente. Na sua trajetória rumo à Amazônia, Antonio Lopes Mendes parece ter feito valer essas recomendações. Um bom exemplo aconteceu quando a bordo do vapor no qual viajava para o Pará, especialmente suas impressões de algumas das passageiras: ao passar pelo porto de Fortaleza, ele se reporta a duas "escravas fugitivas", uma "mulatinha" chamada Zulmira e a uma "simpática tapuia" chamada Moema, como "enigmáticas criaturas" capazes de "fornecer assunto para meia dúzia de romances e vários poemas heroico-cômicos". Suas afirmações eram resultado das observações que ele fazia dessas mulheres, que fugindo da escravidão e pouco afeitas a um traquejo social de maneiras mais polidas, não deixaram de chamar sua atenção por falarem alto. Ao mesmo tempo, as práticas culturais dos escravos pareciam não ser as mais civilizadas para o viajante, daí porque sugere que elas, somente por meio da sua "liberdade", estariam no "convívio de povos civilizados"[33].

Mesmo que o viajante se referisse, nessa situação, à escravidão como uma prática não civilizada, ainda assim, em sua fala, o encontro com a civilização só se daria por meio das relações estabelecidas por essas mulheres com outras pessoas que não os próprios escravos. Portanto, a civilização para ele parecia se constituir a partir da pátria portuguesa. Por outro lado, conforme já asseverado em outro trabalho, por mais sensível que parecesse com relação à escravidão negra, quando de sua chegada ao Pará, Antonio Lopes Mendes, contraditoriamente, parece ter construído bons laços de amizade com o Barão de Santo Elias, conhecido senhor de escravos da cidade de Belém[34]. Na verdade, se considerarmos as recomendações sobre como proceder em país estrangeiro, relacionar-se bem, com urbanidade, com todas as pessoas era uma das prerrogativas para se viver sem muitos problemas.

A contradição de Mendes não é de se estranhar, pois no Brasil desse período, conforme lembra Lilia Schwarcz, não existiam "posições unitárias"

33. *Idem*, p. 504.
34. F. G. Lacerda, *"Sou livre"': Narrativas e Representações sobre Mulheres em Belém do Pará (Séculos* XIX *e* XX*)*, p. 26.

em torno da questão da escravidão. De acordo com a autora, "as regiões do Norte tinham poucas razões para defender a escravidão [...], em contraposição, as zonas cafeeiras do Sul seriam o baluarte da reação pró-escravidão"[35]. Nesse contexto, crescia o movimento abolicionista ao mesmo tempo em que as elites se deparavam com um discurso científico que procuraria dar "conta também da condição negra" e começava a colocar em evidência ideias de hierarquização das raças e da superioridade da raça branca[36].

Do mesmo vapor, gravou-se na memória de Antonio Lopes Mendes uma certa Maria Laufer, vestida com "gosto e elegância". Para além da aparência, o que pareceu chamar a sua atenção e a de outros passageiros também foi o fato de Maria comportar-se de forma diferente do que se esperava de uma mulher em 1883. Ora, ela viajava sozinha e, como se não bastasse, "quando pegava o violão", cantava versos em que afirmava ser "livre", dizendo "matar os pesares" da vida com os sons de seu instrumento. Embora o respeito às mulheres estivesse presente nas recomendações de Antonio acerca da conduta na América, não resta dúvida de que o comportamento de Maria tenha chamado a sua atenção, ao ponto de ele fazer referência à beleza e ao corpo dela, descrita como uma "sedutora mocinha" de 22 anos, que tinha uma "cintura de vespa". O que sugere, por parte do viajante, um olhar demarcado inicialmente pelo corpo e pela ideia de que essa era uma mulher sedutora[37].

Na literatura produzida por viajantes, o olhar em torno das mulheres parece ter sido uma constante, como fica claro no trabalho de Mirian Moreira Leite. Ao selecionar "documentação sobre mulheres, no Rio de Janeiro", de 1801 a 1900, a autora organiza uma antologia de textos de viajantes com o objetivo de "extrair e examinar os testemunhos a respeito das mulheres"[38]. Ainda sobre o tema, outro trabalho é o de Tânia Quintaneiro, publicado em 1995, voltado para o cotidiano feminino visto a partir do olhar dos viajantes. Desse modo, a autora se preocupou em compor, com

35. L. M. Schwarcz, *Retrato em Branco e Negro: Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do Século* XIX, pp. 35-36.
36. *Idem*, p. 39.
37. A. L. Mendes, *America Austral*. Cartas escriptas da America nos annos de 1882 a 1883, p. 52; F. G. Lacerda, *"Sou livre"': Narrativas e Representações sobre Mulheres em Belém do Pará (Séculos* XIX *e* XX*)*, p. 27.
38. M. M. Leite (org.), *A Condição Feminina no Rio de Janeiro Século* XIX*: Antologia de Textos de Viajantes Estrangeiros*, pp. 11-17.

base nesses relatos, "um quadro da condição da mulher brasileira no século XIX"[39], discutindo questões como família, sociabilidade, feminilidade, vestimentas, o corpo feminino, entre outros.

Do mesmo modo que a temática das mulheres e da vida cotidiana, estudos sobre a escravidão negra no Brasil não deixaram de se utilizar de relatos de viajantes estrangeiros. Um bom exemplo é o ponto de partida do trabalho sobre família escrava, de Robert Slenes, em que o autor se refere às afirmações do viajante europeu Charles Ribeyrolles, que dissera jamais ter visto uma "flor" nas habitações dos escravos pelo fato de, nesses espaços, não existirem "nem esperanças nem recordações", negando assim "a existência da família cativa"[40]. Em sentido inverso, Slenes aponta justamente a formação e os sentidos dados à família escrava e sugere novos rumos para a discussão.

Ilka Boaventura Leite também discute a escravidão negra, no caso, em Minas Gerais, no século XIX. Valendo-se de relatos de viagem, a autora enfatiza a importância dessa documentação por se tratarem de fontes que "permitem leituras inesgotáveis"[41]. Para além dos usos desses relatos sobre a temática proposta, a autora refere-se a um aspecto instigante desse tipo de fonte, que é algo que consideramos importante quando nos voltamos para os escritos de Antonio Lopes Mendes: trata-se do *status* que essas obras teriam no "mercado editorial sobretudo europeu", justamente por não serem uma literatura ficcional, mas fruto das experiências do viajante[42]. Talvez isso explique parte do interesse da SGL em publicar as cartas de Mendes mais de dez anos depois de sua viagem ao Brasil em 1893. Ainda que possam ter episódios construídos pelos interesses e entendimentos do autor, e terem sido publicadas muito tempo depois de escritas – podendo, portanto, terem sido modificadas – essas cartas tinham a intenção de revelar para a Europa não um território fictício, mas sim um Brasil visto e vivido por seu autor.

39. T. Quintaneiro, *Retratos de Mulher: a Brasileira Vista por Viageiros Ingleses e Norte-americanos Durante o Século* XIX, p. 21.
40. R. Slenes, *Na Senzala uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava no Brasil Sudeste, Século* XIX, p. 13.
41. I. B. Leite, *Antropologia da Viagem: Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século* XIX, p. 13.
42. *Idem*, p. 38.

O QUE ANTONIO LOPES MENDES VIU

Pelo que pudemos apurar, Antonio Lopes Mendes ficou na capital paraense por somente quatro dias, estando de passagem para o Amazonas. Antes, porém, de desembarcar no cais, conta que desenhou "de bordo o panorama da cidade". Chegou em um julho quente, e observou que o porto, segundo o registro em uma de suas cartas, tinha intenso "movimento comercial", superado somente pelo do Rio de Janeiro. Chamou-lhe a atenção "as embarcações de todo gênero" ancoradas na baía do Guajará, além das ruas e o cais também cheios de gente, apesar da "elevada temperatura que se nota em toda parte"[43].

Como parte das suas "setes cousas" para se bem viver na América, Mendes dirige-se ao Palácio da Presidência, onde foi recebido pelo presidente da província do Pará, o Barão de Maracaju, descrito por Mendes como um "militar brioso, cavalheiro muito inteligente". Em julho de 1883, quando da passagem do viajante português pela cidade, as atenções do barão se voltavam para a construção da Estrada de Ferro de Bragança, pensada por ele como um evento que colocaria o Pará nas sendas do desenvolvimento e para ser um dos "marcos do progresso e da civilização"[44]. Como homem de seu tempo, e pelo seu empenho para a implementação da primeira ferrovia paraense, é possível pensarmos no Barão de Maracaju como um homem, em certa medida, moderno. Moderno dentro das contradições que lhe eram possíveis em uma província com a presença da escravidão, mas, ao mesmo tempo, com ideais de progresso construídos pelas vias férreas e pela vinda de imigrantes estrangeiros.

Desse modo, não é descabido pensar que o Barão de Maracaju deva ter entabulado boa conversa com o visitante. Mendes era explorador viajado – conhecia bem a Europa e, até mesmo, a Ásia, por ter vivido nove anos na Índia –, chegado da Corte no Rio de Janeiro, depois de passar por outros lugares. Em um tempo em que as comunicações eram difíceis, é de supor-se que teriam muito para conversar.

43. A. L. Mendes, *America Austral: Cartas Escriptas da America nos Annos de 1882 a 1883*, p. 531.
44. *O Liberal do Pará*, Belém, 26 de junho de 1883, p. 1.

A cidade de Belém, conforme escreveu o próprio Antonio Lopes Mendes, contava àquela altura com cerca de 40 mil habitantes[45]. Era uma capital com muita gente circulando pelas ruas, em virtude de os negócios da borracha, a cada dia, ganharem maior importância: provavelmente, disso decorre a dificuldade de encontrar hospedagem. Em busca de um quarto, ele encontrou pela rua um conhecido seu, que o cumprimentou "alegremente" com o "enternecimento de um bom português que encontra com outro conterrâneo em país estrangeiro". Foi em "sua casa de rapaz solteiro, na Travessa das Mercês" que o recém-chegado ficou hospedado em Belém[46]. Tais relatos sugerem as redes de solidariedade e sociabilidade tecidas entre esses "patrícios" que tinham posição de destaque em Belém.

Observador arguto, Mendes optou por não falar muito da movimentação das pessoas pelas ruas, dando pequena ênfase aos homens de negócios da capital com quem manteve contato, dos quais sempre destacava a inteligência, educação, amabilidade, seguindo as suas próprias recomendações para se bem viver em país estrangeiro. No entanto, se tomarmos como referência a imprensa local em 1883, a quantidade de "gentes" que circulava pelas ruas da capital paraense sugere uma cidade multifacetada e marcada pelas desigualdades sociais. Ilustrativos desse contraste, os mesmos jornais que traziam a biografia de Antonio Lopes Mendes e anunciavam a sua chegada, apontavam, por exemplo, a circulação de escravos. A respeito da presença de escravos na Belém do século XIX, José Maia Bezerra Neto enfatiza que "os próprios escravos urbanos, quando fugiam, muitas vezes acabavam ficando na cidade de Belém, que também lhes pertencia, ainda que sob o peso das políticas de controle impostas pelos seus senhores". Ainda segundo o autor, "não só os escravos ao ganho detinham espaços de circulação pelo mundo urbano", mas, pelas ruas da capital, os "cativos alugados também dominavam o viver em cidades, usufruindo destas experiências em seu favor, particularmente quando de suas evasões"[47].

45. A. L. Mendes, *America Austral: Cartas Escriptas da America nos Annos de 1882 a 1883*, p. 531.
46. *Idem*, p. 529.
47. J. M. Bezerra Neto, "A Belém dos Escravos. Meados do Século XVIII aos Últimos Anos da Década de 1880", pp. 172-173.

Além dos escravos, eram constantes nas ruas da capital migrantes cearenses, seringueiros, e uns "turcos mendigos", os quais, segundo o *Diário de Notícias*, andavam pelas ruas "turcamente trajados, esmolando a caridade". Contra esses forasteiros que não tinham onde morar, o mesmo jornal denunciava, inclusive, a construção de um "cortiço" que "naturalmente" estava destinado "à gente de má vida"[48]. Portanto, a cidade vista por Mendes era marcada por contradições que certamente ele viu, mas que, de acordo com seus preceitos, preferiu não registrar. Vemos, assim, uma cidade com pessoas ocupando lugares distintos nas ruas e consequentemente nas páginas dos jornais.

Se Antonio Lopes Mendes falou pouco dos moradores, ele não deixou de referir-se – certamente por lhe terem contado, ou pelas leituras que realizou, e pelo passeio que fez – às tradições e a uma memória do passado da cidade. Desse modo, comentou sobre o "pitoresco arrabalde Nossa Senhora de Nazareth, cujo santuário é lugar de festivas romagens em certa época do ano"[49]. Igualmente, de sua pena, além de uma pequena história do Pará colonial, e de menções à abertura à navegação estrangeira do Amazonas, sobressaem umas linhas sobre a Cabanagem (ainda que ele sequer use esse nome). Ele descreve a revolta popular como "cenas de verdadeira selvageria, acobertadas sob o manto da política", e afirma que a entrada da província "n'uma fase de progresso sempre crescente" se devia "à energia do general Andréa"[50]. Justifica afirmando que, para a província do Pará viver "n'uma paz tranquila" e atingir "as ideias modernas", seria fundamental a "instrução", que levaria, por assim dizer, "a riqueza e a felicidade em todas as classes sociais, quando ministrada por pessoas de tino e boas intenções"[51].

INSTRUÇÃO PARA A CIVILIDADE

Em 1882, a caminho do Brasil, já abordo do vapor Gallicia, Antonio Lopes Mendes escrevia para seu filho, Alberto, informando sobre alguma de suas motivações para a ida à América. Dizia ao menino que a viagem era também para que ele ficasse "sabendo" sobre os "países e climas" então "percorri-

48. *Diário de Notícias*, Lisboa, 17 de julho de 1883, p. 2.
49. A. L. Mendes, *America Austral: Cartas Escriptas da America nos Annos de 1882 a 1883*, p. 529.
50. *Idem*, pp. 534-535.
51. *Idem*, p. 535.

dos" pelo pai. Num misto de carinho pelo filho e saudades da família e dos amigos, o viajante chega mesmo a afirmar que se encontrava "saudoso e profundamente triste" à medida que o vapor partia e que Lisboa e os amigos ficavam distantes[52]. Marcado, talvez, por essa tristeza, ele deixa registrado para o filho algumas recomendações de como se portar. Entre as recomendações de respeito à família, de amor à mãe e aos parentes, estava a de se instruir, "porque a instrução, devidamente orientada, vigora o corpo, robustece o espírito e torna-nos aptos para resistir mais eficazmente às vicissitudes".

Conforme se pode entrever, a instrução era considerada por Antonio Lopes Mendes fundamental para que uma pessoa tivesse condição de resolver as dificuldades da vida. Ao mesmo tempo, outra recomendação, que também parece ser voltada à instrução, era para o filho, quando adulto, não fazer negócios com pessoa que somente tivesse lido "um livro" e pelo qual regulasse "todos os atos da sua vida"[53]. Embora não fique muito claro o que quisesse dizer com isso, parece ser possível pensar na importância de uma perseverante leitura para a formação do caráter.

Voltando para a província do Pará, Antonio Lopes Mendes considerou que esta não produzia aquilo que era necessário para a "alimentação diária". Por essa razão, aconselhava os pais a "educar seus filhos de forma a torná-los, o quanto possível, independentes da proteção estranha, apercebendo-os com todos os instrumentos de trabalho e de riqueza para vencerem as contingências da vida"[54]. Semelhante ao que indica ao seu filho, aqui também a instrução recebe caráter de caminho para a resolução das adversidades e, no caso mais específico, para encaminhar os paraenses rumo ao trabalho e à disciplina, que levariam à exploração do solo e da natureza. Na verdade, o amanho da terra e a disciplina para o trabalho foram elementos constantemente evocados por parte dos poderes públicos e da imprensa paraense no século XIX-XX, com relação às atividades exercidas pelas populações que viviam no interior do Pará. Essas atividades eram consideradas fundamentais para a constituição da ordem e da civilidade na província[55].

52. *Idem*, p. 233.
53. *Idem*, p. 235.
54. *Idem*, p. 532.
55. F. Nunes, *Benevides: uma Experiência de Colonização na Amazônia no Século* XIX.

No Pará, tomando como referência o relatório de 1882, do presidente da província Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, a instrução pública se dividia em primária, secundária e profissional, e atendia uma parcela muito pequena da população. De fato, dos aproximadamente 300 mil habitantes, somente cerca de 4,2% recebia algum tipo de instrução em escolas públicas ou particulares[56].

Em julho de 1883, quando Antonio aportava em Belém, o número de indígenas era "desconhecido e muito considerável". A população escrava era constituída, de acordo com seus dados, por "22 372 escravos e 9 267 ingênuos". Segundo ele, existiam "206 escolas para ambos os sexos", voltadas para a instrução primária[57].

Considerando esses números aproximados, uma vez que essas contagens careciam de melhor sistematização, e os próprios sentidos dados à instrução nesse contexto, não é de estranhar-se que o ensino formal ministrado nas escolas fizesse parte apenas de uma pequena parcela da população. Apesar disso, o presidente da província, Barão de Maracaju, considerava já naquele momento a necessidade de se criar uma escola no Marco da Légua, uma vez que a população dessa parte da cidade havia "aumentado muito nestes últimos tempos"[58]. Como se trata de 1883, esse aumento populacional era resultado do crescimento que a cidade começava a experimentar em virtude das migrações e da exportação da borracha. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que essa era uma área bastante distante da parte central e portuária da cidade e, portanto, menos movimentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando às "sete cousas necessárias para se viajar na América", pode-se dizer que essas recomendações não deixam de ser uma prova de que Anto-

56. M. P. de S. Dantas Filho, *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente, Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da Província ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente, Dr. José da Gama Malcher*, p. 63.
57. A. L. Mendes, *America Austral: Cartas Escriptas da America nos Annos de 1882 a 1883*, p. 533.
58. Visconde de Maracaju, *Falla com que o Exm. Sr. General Visconde de Maracajú Presidente da Província do Pará, pretendia abrir a sessão extraordinária da respectiva Assembléa no dia 7 de janeiro de 1884*, p.46.

nio Lopes Mendes, de fato, esteve no "novo mundo", na medida em que, por sua experiência, sabia dizer como deveria ser o comportamento de quem desejasse conhecer a América. Percebe-se também que esses conselhos se inseriam na forma como ele compreendia as normas de conduta que deveriam fazer parte da vida de qualquer pessoa, especialmente quando partiam em viagem para lugares pouco conhecidos. Para o viajante, a ilustração de uma pessoa passava por viajar, visando o conhecimento de novas terras; em seu caso específico, talvez visasse a valorização da nação de origem, marcada por vasta tradição de viagens marítimas. Essa mesma formação civilizada passava também por normas bastante claras de sociabilidade, que incluíam, em certa medida, a aceitação das diferenças e, acima de tudo, uma vivência construída com base na cordialidade.

Essa perspectiva parece um caminho para o entendimento de parte da história da Amazônia e do Brasil dos primeiros anos da década de 1880. Por meio dos registros escritos de Antonio Lopes Mendes sobre a província do Pará e das conexões dessas "cartas" com os espaços pelos quais ele passou, discutimos menos as grandes conexões feita pelo autor com esses espaços, e mais aquelas pequenas, cotidianas, construídas pelo viajante não com seus pares da Sociedade de Geografia de Lisboa, mas com seu filho, com as mulheres pobres e simples que passaram pelo seu caminho. Falando de si e dos outros, podemos entender um pouco dos ideais de civilidade e educação que permeavam as vivências desse viajante na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Paulo de. *História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX:* viagens, espaço e cultura. Barueri (SP): Manole, 2012.

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito do Brasil dos viajantes. *Revista da* USP, São Paulo, n. 30, jun./ago. 1996.

BEZERRA NETO, José Maia. A Belém dos escravos: meados do século XVIII aos últimos anos da década de 1880. *In*: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (org.). *Belém do Pará:* história, cultura e cidade: para além dos 400 anos. 2. ed. rev. ampl. Belém: Açaí, 2016. p. 165-82.

CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-54, jan./abr. 2016.

COELHO, Anna Carolina de Abreu; SARGES, Maria de Nazaré. A Sociedade de Geografia de Lisboa e o Programa de Emigração: os reflexos no Pará. *Revista de História Regional*, v. 23, p. 115-33, 2018.

DANTAS FILHO, Manuel Pinto de Souza. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho passou a administração da província ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Dr. José da Gama Malcher*. Belém: Typ. do Liberal do Pará, 1882.

LACERDA, Franciane Gama. "Sou livre": narrativas e representações sobre mulheres em Belém do Pará (século XIX). *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 7-12, p. 25-33, jul./dez. 2017.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem:* escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, Mirian Moreira (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX:* antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

MENDES, Antonio Lopes. *A Índia portugueza:* breve descripção das possessões portuguezas na Ásia. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886. 2 v.

MENDES, Antonio Lopes. *America Austral*: cartas escriptas da America nos annos de 1882 a 1883. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, Lisboa: SGL, 1893; 1894.

MENDES, Antonio Lopes. *Apontamentos sobre a província de Saraty do estado da Índia portugueza*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1864.

MENEZES, Lená Medeiros de. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos. *In*: GOMES, Angela de Castro (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 164-82.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Exposição "O Brasil Visto por Viajantes Estrangeiros"*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

NUNES, Francivaldo. *Benevides*: uma experiência de colonização na Amazônia no século XIX. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de mulher*: a brasileira vista por viageiros ingleses e norte-americanos durante o século XIX. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro*: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava no Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOCIEDADE de Geographia de Lisboa (SGL). *Expedição Scientifica à Serra da Estrella em 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.

TURAZZI, Maria Inez. Os estudos comparativos e os desenhos "imparciais e singelos" de Antonio Lopes Mendes no Brasil (1882-1883). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*: Ciências Humanas, Belém, v. 9, n. 2, p. 361-82, maio/ago. 2014.

VISCONDE DE MARACAJU. *Falla com que o Exm. Sr. General Visconde de Maracajú Presidente da Província do Pará, pretendia abrir a sessão extraordinária da respectiva Assembléa no dia 7 de Janeiro de 1884*. Belém: Typ. Diário de Noticias, 1884.

7 DE IMIGRANTE A REI DA BORRACHA: NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DE JOÃO CAETANO GONÇALVES VIANA, O BARÃO DE GONDORIZ[1]

Anna Carolina de Abreu Coelho[2]
Maria de Nazaré Sarges[3]

Do chamado Antigo Regime ao século XIX, ocorreram profundas modificações no perfil da nobreza lusitana. De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, uma dessas mudanças foi a gradativa perda de influência política das antigas casas titulares, além disso "todos os indicadores conhecidos sugerem que o declínio muito rápido da maior parte das velhas casas da aristocracia titular constitui um traço característico do advento do liberalismo em Portugal [...]"[4].

Para Ronald Raminelli[5], durante o início do século XIX, decretos e leis indicavam que a riqueza se tornava um caminho cada vez mais recorrente para a obtenção de título nobiliárquico: a linhagem importava menos do que a fortuna e "a disposição da monarquia de elevar a honra dos grandes comerciantes ficava

1. Este artigo faz parte das pesquisas relacionadas ao projeto Nobrezas da Terra no Pará Oitocentista: Memória e Política, que busca analisar trajetórias de nobres brasileiros e portugueses da elite paraense nos oitocentos e o processo de construção de uma memória para além do círculo provinciano, partindo de sua atuação política e/ou intelectual.
2. Doutora em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora adjunta da do Instituto de Estudos do Trópico Úmido (IETU) e do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).
3. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com pós-doutorado pela Universitat de Barcelona. Professora titular da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA). É diretora da Cátedra João Lúcio de Azevedo (Camões, I. P./UFPA).
4. N. G. M. Monteiro, "Os Rendimentos da Aristocracia Portuguesa na Crise do Antigo Regime", p. 384.
5. R. Raminelli, "Nobreza e Riqueza no Antigo Regime Ibérico Setecentista", p. 102.

ainda mais evidente quando o príncipe regente concedeu aos negociantes de grosso trato títulos de nobreza".

Nesse contexto, é possível perceber a trajetória de vários nobres portugueses que receberam titulação durante o século XIX ou no início do XX. Para Luís Alves de Fraga, essa nova nobreza constituída em Portugal a partir de 1834 era produto da fusão da burguesia, na forma de conseguir fortuna, com a nobreza antiga, aquela dedicada à caça, a eventos da Corte, literatura, teatro e ópera. Entre os "ricos brasileiros" estavam portugueses que faziam fortuna no Brasil, "broncos que compram o verniz para cobrir as botas de carneira e sebo afeitas ao pé de trabalhador"[6]. Alguns deles eram imigrantes que fizeram fortuna na Amazônia, como o Visconde de São Domingos, o Barão de Monte Córdova e o Barão de Gondoriz.

O aumento da exportação do látex, o estímulo da atração de imigrantes por meio da propaganda oficial, a abertura dos rios amazônicos para a navegação, a tecnologia das linhas de transporte entre Brasil e Portugal e as mudanças nas relações de trabalho em Portugal, foram algumas das motivações que levaram diversos indivíduos a migrarem ao Pará[7].

O projeto de abertura dos rios amazônicos à navegação e a narrativa de exaltação das potencialidades locais podem ser visibilizados exemplarmente em uma discussão parlamentar ocorrida no ano de 1867. Nesse debate, foi ordem do dia a proposta de governo que incluía a força naval no orçamento dos anos 1868 e 1869. Essa foi a primeira sessão em que o deputado José Coelho da Gama e Abreu tomou a palavra, iniciando um longo discurso bastante aplaudido em seu término. Em sua fala, fez uma descrição das condições da marinha brasileira até chegar ao objetivo do discurso, ou seja, requerer recursos para a navegabilidade na província do Pará:

> Peço ao Sr. Ministro da marinha alguns momentos da atenção, sobre providencias que são necessárias para a minha província.
>
> S. Ex. sabe que o decreto de 7 de dezembro abriu o Amazonas à navegação de todas as bandeiras, abriu esse vasto território, que promete tantas riquezas ao Brasil e ao mundo.
>
> O sr. Martinho Campos: - Abriu realmente?

6. L. A. Fraga, *Reflexão Sobre Classes Médias e Elites em Portugal nos séculos* XIX *e* XX, p. 2.
7. C. D. Cancela, "Redes, Gerações e Negócios: uma Família de Imigrantes Portugueses na Amazônia", 2016.

O sr. Gama e Abreu: - Sim, abriu realmente. Creio que o nobre deputado leu um folheto que apareceu em Paris, concernente a este assunto, escrito por agentes paraguaios, e no qual se emite essa ideia que eu não compartilho.

O Sr. Martinho de Campos dá um aparte

O Sr. Gama e Abreu: É opinião de V. Ex.; guarde-a que eu fico com a minha.

Continuando, Sr. Presidente, direi que este país, embora rico, embora possua a par do cacau de Caracas as especiarias do Oriente, o algodão da Índia e os produtos de outros pontos do globo, embora apresente toda a qualidade de terrenos, planos e montanhosos, cheios de uberdade, ainda está muito longe do porvir que lhe traçou o autor da natureza.[8]

Como podemos perceber nesse discurso de Gama e Abreu, a Amazônia foi descrita como o "país" que possuía um "solo cheio de uberdade", produtor do "cacau de Caracas", das "especiarias do Oriente" e do "algodão da Índia". A opulência natural do vale amazônico foi um tema discutido em diversos estudos específicos durante a primeira metade do século XIX, tais como *Corografia Brasílica*, escrito pelo padre Manuel Aires de Casal; *Corografia Paraense*, por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva; e *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, por Antônio Ladislau Monteiro Baena[9]. As potencialidades da natureza amazônica eram divulgadas em obras voltadas à atração de investidores e trabalhadores de outras regiões durante o século XIX, como *O País das Amazonas* (1885) de Santa-Anna Nery.

A divulgação dessas riquezas se insere no contexto da vinda de imigrantes para a Amazônia, período que pode ser descrito como belle époque amazônica, referente às modernizações urbanas ocorridas no auge da economia gomífera.

Entrada e avançada a década de 1880, em movimento definido operou-se a construção da rede de espaços que construíam e faziam movimentar os comportamentos mundanos. O grande cenário em que seriam representadas as ações do sujeito social do Progresso e da Civilização estava montado, condições para que ganhassem forma as linguagens da sociabilidade urbana da Belém da borracha.[10]

8. Brasil, *Annaes do Parlamento Brazileiro: sessão de 1867*, p. 302.
9. M. R. M. de Barros, *"Germes de Grandeza": Antonio Ladislau Baena e a Descrição de uma Província do Norte Durante a Formação do Império Brasileiro (1823-1850)*
10. G. M. Coelho, "Na Belém da *Belle Époque* da Borracha (1890-1910): Dirigindo os Olhares", p. 158.

Essa Belém em processo de modernização foi o lugar onde um jovem imigrante português chamado João Caetano Gonçalves Viana fez fortuna e conquistou um título de nobreza. O lusitano trabalhou no comércio da cidade e tornou-se um empresário respeitado, tendo recebido, em Portugal, o título nobiliárquico de Barão de Gondoriz, mas ficou conhecido como o Rei da Borracha.

A escolha de João Caetano pelo comércio como atividade foi semelhante à feita por diversos imigrantes portugueses que chegaram a Belém na segunda metade do século XIX; muitos deles conquistaram grandes fortunas e ajudaram a consolidar a rede comercial da cidade[11].

Este texto pretende analisar a trajetória do Barão de Gondoriz, bem como a memória sobre o português, aproximando-se de estudos que compreendem a imigração portuguesa por meio de histórias individuais[12]. Além do percurso individual, buscaremos analisar também as imagens com as quais Gondoriz foi representado em obras com teor biográfico, como o Álbum da Colônia Portuguesa *no Brasil* (1929) e do *Comércio e Indústria: Galeria Biográfica Contemporânea Luso-Brasileira 1880-84*.

A TRAJETÓRIA DE UM IMIGRANTE: O BARÃO DE GONDORIZ

Curiosamente, em uma das cenas do recente filme intitulado *The Lost City of Z*[13], livremente inspirado nas viagens do explorador inglês Percy Fawcett, o Barão de Gondoriz aparece como personagem. Os exploradores pretendiam fazer o mapeamento das regiões fronteiriças entre Brasil e Bolívia, e chegam à fictícia Fazenda Jacobina, que estaria localizada no Acre. Essa fazenda seria de propriedade do barão, interpretado pelo ator italiano Franco Nero.

A cena inicia de forma surpreendente com a recepção dos viajantes em uma "grande casa de ópera", situada no interior da propriedade, em um imenso barracão da borracha. A produção do filme faz uma metáfora do Teatro Amazonas a partir do contraste observado em um espetáculo de ópera realizado no meio de um barracão, para lembrar que o luxo das elites

11. A. C. da C. Tavares, "Descobrindo Fortunas, Contando Histórias: Panorama Patrimonial dos Portugueses no Brasil (Belém, 1870-1909)", p. 58.
12. M. I. Matos, *Portugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidianos*; É. Sarmiento, "Trajetórias Femininas, Invisíveis: as Mulheres Galegas no Além-Mar"; C. D. Cancela, "Redes, Gerações e Negócios: uma Família de Imigrantes Portugueses na Amazônia".
13. *Z: A Cidade Perdida*, Direção James Gray, 2017.

se fundava no trabalho dos seringueiros, os quais, na obra, são índios escravizados. Um barão da borracha grosseiro e escravocrata, apenas voltado para o seu lucro, é dessa forma que Gondoriz surge em cena, tendo, inclusive, aspecto sujo e desleixado. Essa é a memória mais recente sobre Gondoriz. Estaria essa representação conectada a textos biográficos mais antigos?

Para pensar nessa questão, vamos tentar entender um pouco na trajetória do barão. João Caetano Gonçalves Viana era filho de João Manoel Gonçalves Viana e de Rosa Maria Gonçalves Viana, e nasceu em 4 de fevereiro de 1850, em Gondoriz, freguesia pertencente a Arcos do Valdevez, em Portugal. O título de barão foi concedido por D. Luiz I, em decreto de 23 de março e em carta de 13 de abril de 1882. O Barão de Gondoriz foi descrito na obra *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal* (1890) como um negociante de grosso trato, que possuía propriedades em Lisboa[14].

FIGURA 1: Barão de Gondoriz

FONTE: T. Carinhas, *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, p. 622.

João Caetano chegou a Belém do Pará aos 13 anos, quando começou a trabalhar no comércio. Algum tempo depois, ingressou na firma Victor R. de Oliveira & Cª do Pará. Em 1872 já havia se tornado sócio e, com a alta da borracha, a sua participação suprimiu a dos outros dois sócios, que se retiraram da empresa em 1880, mesmo ano em que esta foi substituída pela importadora João Caetano Gonçalves Viana & Cª.

14. O título foi registrado no arquivo da Torre do Tombo, *Mercês de D. Luiz I*, livro 39 a f. 40.

Posteriormente, João Caetano foi um dos organizadores da Empreza Industrial do Gram-Pará, depois transformada na Companhia Mercantil, que oferecia crédito aos aviadores. Segundo o *Diário do Maranhão*, entre os membros da companhia estavam José Paes de Carvalho (presidente da diretoria), Antonio Teixeira Belford Roxo (membro do conselho fiscal) e o conselheiro Samuel Uchôa[15].

É interessante notar a atuação, como presidente, de Paes de Carvalho em uma empresa voltada diretamente ao comércio da borracha, tanto por sua representatividade política (por ter ocupado importantes cargos políticos, como governador e senador do estado, por exemplo) quanto por suas relações de proximidade com os portugueses.

Paes de Carvalho[16] foi um dos colaboradores da revista *Brasil-Portugal*, que circulava em Portugal, no Brasil e em outros países de língua portuguesa, como Angola e Moçambique. Nos espaços destinados à propaganda é possível encontrar anúncios de diversos estabelecimentos comerciais dos estados do Pará e do Amazonas, destacando-se a Garantia da Amazônia, a Torre de Mallakof, e a Casa Pekin.

Gondoriz era um homem que procurava ampliar notavelmente a sua rede de relações, participando de eventos de grande relevância para os paraenses. Em artigo publicado no jornal *Diário de Notícias*, datado de 4 de abril de 1891, encontramos referência a um banquete público oferecido pelo diretório do Partido Republicano ao dr. Lauro Sodré, homenageado por Paes de Carvalho, que discursou "sob aplausos dos homens de bem" e afirmou que Lauro Sodré "consubstanciava todos os princípios republicanos pelo qual aquele partido batalha". Mesmo em um evento republicano havia vários convidados com título nobiliárquico. Além do Barão de Gondoriz, estavam presentes o Barão de Cametá (sogro de Gondoriz), o Barão de Marajó (à época intendente de Belém) e o Barão de Igarapé Miri, entre

15. *Diário do Maranhão,* 18 de fevereiro de 1891, p. 2.
16. Paes de Carvalho, inclusive, teve a sua biografia publicada na revista, sob a pena de Luís Feliciano Marrecas Ferreira, que destacou, como qualidades do então governador do Pará, a inteligência, a dedicação à medicina e o apoio à Sociedade Philomática. Marrecas Ferreira enfatizava as relações de amizade de Paes com os portugueses, iniciada no período de sua formação em medicina: "conhecido de todo o Brasil, querido de todo o Pará, sempre amigo de Portugal em que deixou uma parte de seu coração e que nunca poderá esquecer assim como nunca será aqui esquecido" (L. F. M. Ferreira, "Brasil-Portugal", p. 8).

outros convidados ilustres da elite paraense, que desfrutavam do luxo de um jantar ao estilo francês:

> O salão principal da Assembleia, onde teve lugar o banquete, estava elegantemente ornado de luzes e flores, primando pela claridade de um luar de estio, quatro focos elétricos, presos ao teto do salão.
>
> N'uma das paredes laterais estava colocado o retrato do dr. Lauro Sodré.
>
> Ocuparam os topos da mesa: de um lado o capitão-tenente Duarte Huet, digno governador do Estado, tendo a sua direita o capitão de mar e guerra Bernardino de Queiroz, inspetor do arsenal da marinha, e a esquerda o brigadeiro Magalhães, e de outro, o dr. Lauro Sodré, tendo a sua direita o coronel Bento Fernandes, comandante das armas e a esquerda o major A. Drumond, diretor do arsenal de guerra.[17]

O menu, preparado pelo chef do restaurante Coelho, ofereceu uma proposta com os pratos mais tradicionais da culinária francesa, como *côtelettes de mouton braisées* à *la purée de marrons* e *filet* à *la jardiniere,* que poderiam ser encontrados em obras como *Gastronomic Regenerator: a Simplified and Entirely New System of Cookery* (1846), escrita por Alexis Soyer, e *Le Cuisinier Impérial, ou L'Art de Faire la Cuisine et la Pâtisserie pour Toutes les Fortunes* (1812), escrita por André Viard. De propriedade do português J. F. Vieira de Magalhães, o restaurante Coelho era um dos mais importantes restaurantes da região Norte nos fins do século XIX e início do XX – além de servir almoços e jantares, fornecia serviços de banquete e de hotelaria. Era um lugar frequentado por pessoas com maior poder aquisitivo, e ficou em funcionamento até a década de 1950. Nesse período estava sob outra gestão e sem o glamour dos tempos da *belle* époque amazônica[18].

Além de suas boas relações com a elite local, o Barão de Gondoriz era conhecido no comércio internacional, como pode ser constatado no jornal *The Rio News*. Voltado para notícias de negócios, o periódico comentou sobre as negociatas do barão e criticou a iniciativa protecionista dele à frente do mercado da borracha, como organizador de um "sindicato" que buscava manter o preço da exportação elevado, algo já tentado por ele em 1883. A notícia afirmava que, provavelmente, a iniciativa de Gondoriz no ano de 1891 falharia como no passado:

17. *Diário de Notícias*, Lisboa, 4 de abril de 1891, p. 2.
18. S. da C. F. de Macêdo, "A Cidade e Seus Lugares de Comer: Contextos da Alimentação em Belém", pp. 318-319.

According to our New York exchanges, another rubber syndicate has been organized by the Barão de Gondoriz, of Pará, and prices are being rapidly forced upward. A similar undertaking by the same man in 1883 resulted most disastrously. Late advices indicate a failure in this scheme also.[19]

A oposição do mercado internacional era apenas um dos problemas enfrentados por Gondoriz, uma vez que a Companhia Mercantil foi acusada pela Promotoria Pública por "fatos delituosos". O Barão de Gondoriz foi excluído da denúncia pelo juiz substituto da 2ª vara, dr. Ovídio Ferreira Filho, por não se achar no cargo de administrador à época da imputação do processo[20].

O comércio da borracha estava ligado ao sistema de aviamento, uma rede de empréstimos cuja base estava no trabalho dos seringueiros vinculados aos donos dos seringais. Os seringalistas pediam empréstimos e produtos para as casas aviadoras existentes em Manaus ou em Belém – essas casas negociavam com as casas exportadoras que financiavam todo o sistema produtivo[21].

A Empreza Industrial do Gram-Pará poderia ser classificada como uma casa exportadora, logo, podemos inferir que a fortuna do barão era significativa; mesmo assim, alianças matrimoniais ampliariam suas "boas" relações e riqueza. Consequentemente, em 1886, "casou-se na capital o sr. Barão de Gondoriz com a exma. Julia Dias de Mello[22], filha do comendador Antonio Bento Dias de Melo"[23].

O comendador Antonio Bento Dias de Melo, que também era português, receberia, em 1889, o título de Barão de Cametá[24]. O casamento sugere, portanto, a busca de uma rede de conterraneidade, semelhante àquela feita pelo

19. *The Rio News*, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1891, p. 4. Tradução das autoras: "De acordo com informações de Nova York, outro sindicato da borracha foi organizado pelo Barão de Gondoriz, do Pará, e os preços estão sendo rapidamente aumentados. Uma iniciativa semelhante do mesmo homem, em 1883, resultou desastrosa. As últimas notícias indicam fracasso desse esquema também".
20. *Diário do Maranhão*, São Luíz, 8 de março de 1892, p. 2.
21. D da S. Klein, "Historiografia Amazônica em Perspectiva: Aspectos de um Processo de Abertura Metodológica", p. 9.
22. Julia de Melo acompanhava o esposo em suas constantes viagens internacionais, como uma feita aos Estados Unidos em 1887 (*O Liberal do Pará*, Belém, 19 e junho de 1887, p. 1).
23. *A Pacotilha*, São Luíz, 9 de dezembro de 1886. p. 2.
24. *Diário do Maranhão*, São Luíz, 9 de dezembro de 1886, p. 1.

Barão de Monte Córdova, que era muito próximo do comerciante Joaquim Maria Leite e do Visconde de São Domingos[25].

Os negócios de Gondoriz não se limitavam apenas a representações em terras paraenses. Em 1882, abriu em Le Havre, cidade localizada na região da Normandia, na França, a casa importadora de gêneros do Pará "Viana Frères", fechada em 1893, quando foi estabelecer em Londres a empresa Viana & C. (comissões e consignações).

O Barão de Gondoriz afastou-se dos negócios em 1901, devido a um ataque de hemiplegia[26]; faleceu em Lisboa, em 22 de outubro de 1907.

Retornando às memórias sobre Gondoriz, é possível notar que, em um contexto mais próximo de sua época, ele foi representado como um homem que, devido as suas qualidades pessoais, tornou-se um negociante bem-sucedido, como mostram dois textos biográficos presentes no Álbum da Colônia Portuguesa *no Brasil* (1929) e na *Galeria Biográfica Contemporânea Luso-Brasileira 1880-84* (1884).

O Álbum, em sua apresentação, destaca a motivação patriótica por trás da exposição da síntese da vida social dos portugueses no Brasil, nos âmbitos do comércio, da indústria, das letras e das artes, e para assim demonstrar o grande valor da colônia no Brasil:

> Não alimentamos a veleidade de supor que efetuamos uma obra completa. Nem a estreiteza do tempo nem a debilidade do nosso engenho o permitiram, sobrelevando ainda que as altivas magnificências do esforço lusitano no Brasil exijam tela mais larga e pincel mais primoroso.
>
> Mas, assim como em pequeno espelho se pode refletir a formosura radiante, neste álbum reflete-se e refulge a imponência e a relevância da colônia portuguesa no Brasil.[27]

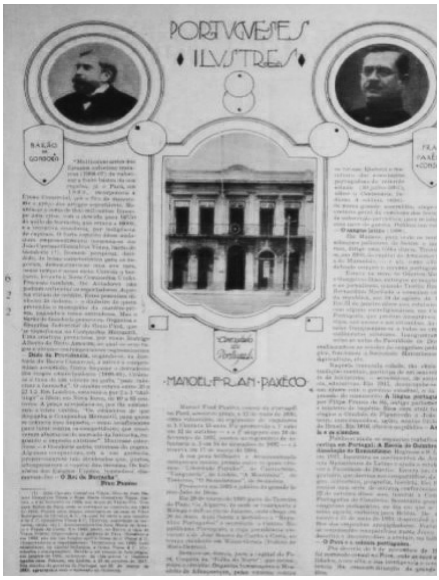
Em suas páginas, o Álbum ressalta a importância da cidade de Belém como um dos lugares onde mais "se acentuaram o caráter e a qualidade dos portugueses, a sua atividade e valor de colonizadores". Entre os temas destacados acerca do Pará estão: a fundação da cidade de Belém, partindo da atuação dos portugueses na colonização; a Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, com destaque para as fotografias dos membros da diretoria;

25. C. D. Cancela, "Redes, Gerações e Negócios: uma Família de Imigrantes Portugueses na Amazônia", p. 141.
26. Hemiplegia é uma paralisia em metade do corpo.
27. T. Carinhas, *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, s/p.

os portugueses ilustres; o Grêmio Literário Português; a Tuna Luso Comercial; uma matéria sobre o salvamento dos pilotos do avião Argos; os periódicos portugueses publicados no Pará; e propagandas de negócios portugueses, como as fábricas Guaraná-Simões, Perseverança, a Fábrica de Cerveja Paraense, entre outros.

No capítulo intitulado "Portugueses Ilustres", destacam-se apenas dois nomes, o Barão de Gondoriz e Fran Paxêco, cujas efígies estão ligadas a uma imagem do consulado de Portugal. Gondoriz é retratado como o Rei da Borracha, um negociante sagaz e de sucesso; Fran Paxêco, jornalista e cônsul de Portugal, é descrito como um brilhante letrado, autor de *O Sangue Latino*, *Angola e os Alemães*, *A Cortiça em Portugal*, *A Escola de Coimbra e a Dissolução do Romantismo*, e *O Pará e a Colônia Portuguesa*.

FIGURA 2: Portugueses Ilustres.



FONTE: T. Carinhas, *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, p. 622.

O barão foi apresentado como precursor da valorização das riquezas naturais do Brasil, pois, enquanto os estados cafeeiros só teriam se preocupado com os preços no mercado internacional, a partir de 1906 e 1907, João Caetano teria sido, em 1884, um dos responsáveis pela União Comercial, que pretendia manter os preços da borracha estáveis e evitar perdas para os nego-

ciantes com a queda do preço de 4$000 (quatro mil réis) para 1$750 (mil e setecentos e cinquenta réis).

Gondoriz, no texto, representava "o forte espírito desse audacioso empreendimento", sendo ousado, enfrentando os riscos e os fracassos de suas iniciativas no mercado internacional. É apresentado como um grande negociante, decidido e ousado, sendo conhecido como o Rei da Borracha entre comerciantes e investidores dos Estados Unidos:

> Homem perspicaz, decidido, de bossa [notável] característica para os negócios, demonstrava-se uma ave rara, nesse tempo e nesse meio. Corrida a borrasca [passada a tempestade], levanta a Nova Companhia União. Fracassa também. Os Aviadores não podiam enfrentar os esportadores. Aqueles viviam de crédito. Estes possuíam dinheiro às ordens – o dinheiro de quem pretendia o monopólio da matéria-prima, pagando-a como entendesse. Mas, o barão de Gondoriz persevera. Organisa a Emprêsa Industrial do Gram-Pará, que se transforma na Companhia Mercantil.[28]

O texto cita Rodrigo Alberto de Brito Amorim como opositor aos propósitos do barão, porque, estando no cargo de diretor do Banco Comercial, negou-se a solver o compromisso assumido com a Companhia Mercantil, que, por essa razão, não conseguiu competir no mercado da borracha. Rodrigo Amorim é exposto no livro de forma muito negativa, acusado de ser uma "criatura perniciosa", embora fosse admirado por alguns contemporâneos, tendo sido apelidado de Dedo da Providência. Interessante mencionar que ele teve considerável relevância na comunidade luso-brasileira no Pará quando esteve à frente do Grêmio Literário e Recreativo Português, entre 1891 a 1894[29].

Ao contrário do Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil, voltado para as ações de Gondoriz como importante negociante, o texto biográfico da *Galeria Luso-Brasileira* é mais longo e laudatório[30]. Inicia justificando a procedência do título de barão, que lhe teria sido conferido "como galardão dos

28. *Idem*, p. 622.
29. M. A. de Carvalho, "Associativo Luso nas Terras das Mangueiras: o Grêmio Literário Português e a Tuna Luso Caixeiral", p. 345.
30. O *Comércio e Indústria: Galeria Biográfica Contemporânea Luso-Brasileira 1884-86* é um jornal encadernado com fotografias. Cada número era dedicado a homenagear uma pessoa cujas atuações fossem consideradas notáveis no campo do comércio e/ou na indústria, contendo uma fotografia e a biografia do homenageado. A parte referente ao Barão de

distintos merecimentos que o exortam, e dos relevantes serviços prestados a muitos de seus compatriotas residentes em terras do império brasileiro"[31].

A prática do comércio é apresentada como a sua "natural tendência", demonstrada desde os 13 anos, quando partiu de Portugal para a América do Sul, tendo dedicado poucos anos à instrução formal e, portanto, a experiência da emigração teria sido uma "excelente escola". As qualidades do Barão de Gondoriz são destacadas por diversos adjetivos, tais como "enérgico", "ativo", "inteligente", "incansável", "vigilante", além da "bondade nativa de seu caráter" e de ser um homem "aprestado sempre para a luta", com "poderosas faculdades", "largueza de ânimo" e "ilimitada longanimidade". Em meio às dificuldades do comércio da borracha, foi-lhe previsto um futuro comparado ao do Barão Rothschild:

> A vida comercial de João Caetano Gonçalves Viana, primeiro barão de Gondoriz, tem sido cortada de inúmeros episódios, todos os quais demonstram igualmente quanto vale a sua vontade indomável e sua vigorosa inteligência e plenamente justificam a atitude gigante que chegou a tomar no mercado do Pará, um dos principais do riquíssimo império do Brasil. Se o seu futuro corresponder ao seu passado, não é temeridade supô-lo, o barão de Gondoriz poderá vir a ser, como o barão de Rothschild, uma potência monetária de primeira ordem.[32]

A comparação com o Barão Rothschild é bastante significativa dada a fortuna de Nathan Mayer Rothschild (1777-1836), um pioneiro em finanças internacionais, membro da famosa dinastia de banqueiros, que atuou como intermediário nas compras para diversos países europeus, socorrendo bancos centrais e financiando projetos de infraestrutura. O valor pessoal de Gondoriz está representado, no texto, por sua natureza inteligente voltada para os negócios, tal como a família Rothschild.

O texto discorre ainda sobre o trabalho de Gondoriz como exportador da borracha desde 1872, quando se associou à firma Victor R. de Oliveira e, depois, participou do estabelecimento da firma comercial Vianna Frères. Em 1883, a luta acirrada para não permitir a queda do preço do látex tratava-se, para a biógrafa, de "dificuldades superáveis, e de nenhum modo um infortú-

Gondoriz foi transcrita e disponibilizada pelo site do Museu da Emigração e Comunidades (L. Queiroz, "João Caetano Gonçalves Viana").

31. L. Queiroz, *op. cit.*
32. *Idem.*

nio deplorável", que o barão saberia vencer, bem como todos os obstáculos, a despeito das invejas e das insídias.

De acordo com François Hartog[33], a história *magistra vitae* (cuja concepção é grega, datada entre os séculos IV e V a. C, com formulação latina do orador Cícero) possuía uma exemplaridade que vinculava o passado ao futuro, apresentando modelos para a inspiração do leitor. Nesse sentido, a publicação de biografias valida o preceito da história *magistra*, tendo sido bastante usual no Brasil durante o século XIX, utilizada no intuito de fixar valores políticos e morais da nação e representar, de forma fidedigna, o passado do povo[34]. A publicação de textos biográficos em Portugal, como a *Galeria Biográfica Contemporânea Luso-Brasileira*, compartilha dessa tendência, e o Álbum da Colônia Portuguesa *no Brasil*, mesmo sendo publicado no século XX, demonstra a continuidade da valorização dos modelos de vidas exemplares.

Os textos biográficos analisados expõem a vida do Barão de Gondoriz como um exemplo a ser seguido, de um rapaz jovem que se tornou rico e muito bem-sucedido nos negócios, graças à sua astúcia e ao seu tino comercial. Essa imagem laudatória de homens como João Caetano é totalmente oposta à representação literária dos migrantes em Portugal, conhecidos como "brasileiros" ou "torna-viagens", que se tornaram personagens nas obras de Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz e Júlio Dinis. Na obra *Onde Está A Felicidade*? (1856), Camilo Castelo Branco apresenta um diálogo no qual um dos personagens afirma que "o Brasil é em toda a parte. Tenha ele cabeça [...] para o negócio, que o mais em toda a parte se arranja dinheiro"[35]. Esses literatos plasmaram uma imagem dos brasileiros como ricos, gananciosos, usurários, brutos, exóticos, "famintos por comendas e nobilitação"; e o Brasil surgia como a "árvore das patacas", um lugar de possibilidades de ascensão social[36].

Ao retornar para o filme *The Lost City of Z* (2017), percebemos que a imagem mais recente sobre o Barão de Gondoriz é a de um homem poderoso, "um rei da borracha" bruto e exótico, que dialoga mais com os textos

33. F. Hartog, "Tempo, História e a Escrita da História: a Ordem do Tempo"
34. M. da G. de Oliveira, *Escrever Vidas, Narrar a História: a Biografia Como Problema Historiográfico no Brasil Oitocentista*, p. 172.
35. C. Castelo Branco, *Onde está a felicidade?*, p. 5.
36. I. J. de R. Machado, "O 'Brasileiro de Torna-Viagens' e o Lugar do Brasil em Portugal", p .48.

de literatos portugueses a respeito dos "brasileiros" do que com os textos biográficos que foram publicados no intuito de divulgar uma imagem positiva desses imigrantes portugueses. O documento fílmico sugere a permanência do estereótipo da rudeza do negociante que ascende socialmente em um lugar exótico e de possibilidades como o Brasil, em especial a Amazônia[37]:

> [...] os estereótipos produzidos em Portugal sobre os brasileiros de torna-viagens não foram muito diferentes dos que se criaram no Brasil sobre a mesma população. As acusações de enriquecimento ilícito e desonesto tinham íntima relação com o uso da fatia de mercado que eles dominavam no Brasil[38].

PALAVRAS (QUASE) FINAIS

O português João Caetano Viana, Barão de Gondoriz, construiu uma trajetória, de certa forma, semelhante à de outros nobres portugueses que receberam título nobiliárquico durante o século XIX ou início do XX. Nesse período, a fortuna era bastante relevante para a inserção na nobreza, como aconteceu com João Lúcio de Azevedo, imigrante português que também recebeu a comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo, concedida por D. Luiz I, após prosperar no Grão-Pará.

Embora o Brasil fosse visto como um lugar favorável ao enriquecimento, apesar de exótico, alguns dos imigrantes passaram a ser conhecidos pejorativamente em Portugal como "brasileiros", alcunha que representava a riqueza, a vulgaridade e a ganância ilimitada. Essa representação soma-se a uma imagética da opulência natural do vale amazônico, bastante divulgada em obras voltadas para a imigração e em estudos corográficos.

João Caetano Viana veio muito jovem ao Pará, onde iniciou uma carreira próspera em empresas exportadoras de látex e conquistou título de nobreza em Portugal, além de lugar cativo na elite paraense e de destaque entre os membros da colônia portuguesa. Várias vezes representou as elites regionais ao defender a alta do preço do látex, opondo-se aos interesses do

37. A respeito das visões sobre a Amazônia paradisíaca ver A. Ugarte, *Sertões de Bárbaros: o Mundo Natural e as Sociedades Indígenas da Amazônia na Visão dos Cronistas Ibéricos (séculos* XVI-XVII*)*; e *A. Pizarro*, *Amazônia*: *as Vozes do Rio: Imaginário e Modernização*.
38. I. J. de R. Machado, "O 'Brasileiro de Torna-Viagens' e o Lugar do Brasil em Portugal", p. 60.

mercado internacional, atitude que, por um lado, causou-lhe algumas perdas e, por outro, a fama de Rei da Borracha.

Ser um exportador de borracha de notável relevância na segunda metade do século XIX, em uma região conhecida como a "terra prometida" para muitos migrantes ibéricos, fez com que a memória biográfica de João Caetano apresentasse facetas positivas (inteligência e audácia) e negativas (ganância e brutalidade), o que decerto ajuda a pensar o papel e o percurso do imigrante português em um lugar que necessitava muito mais de mão de obra para o seringal e para a lavoura, do que para o trabalho no comércio. Entretanto, foi nesse exato contexto que João Caetano Viana, o respeitável homem de negócios, que ficou conhecido como o Rei da Borracha, na Amazônia, e recebeu o título de Barão de Gondoriz, em Portugal.

REFERÊNCIAS

BARROS, Michelle Rose Meneses de. *"Germes de grandeza"*: Antonio Ladislau Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do império brasileiro (1823-1850). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Pará, Belém, 2006.

BRASIL. Câmara dos Srs. Deputados. *Annaes do Parlamento Brazileiro*: sessão de 1867. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1867.

CANCELA, Cristina Donza. Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia. *Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 136-56, 2016.

CARINHAS, Teófilo (org.). *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Oficinas Gráficas dos Carinhas, 1929.

CARVALHO, Marco António de. Associativo luso nas terras das mangueiras: o Grêmio Literário Português e a Tuna Luso Caixeiral. *In*: ARRUDA, José Jobson de Andrade et al (org.). *De colonos a imigrantes:* i(e)migração portuguesa para o Brasil. São Paulo: Alameda, 2013.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Onde está a felicidade?* [s.l.]: Luso Livros, 2012. Disponível em: https://www.luso-livros.net/Livro/onde-esta-a-felicidade. Acesso em: 8 abril 2019.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da *belle époque* da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. *Escritos*, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 5, p. 141-68, 2011.

FERREIRA, Luís Feliciano Marrecas. Dr. José Paes de Carvalho: governador do estado do Pará. *Brasil-Portugal*, Lisboa, ano 1, n. 1, p. 8, 1º fev. 1899.

FRAGA, Luís Alves de. Reflexão sobre classes médias e elites em Portugal nos séculos XIX e XX. *Camões*: Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, p.

1-13, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/11144/476. Acesso em: 7 mar. 2019.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. Tradução de Francisco Murari Pires. *Revista de História* (USP), São Paulo, v. 148, n. 1, p. 9-34, 2003.

KLEIN, Daniel da Silva. Historiografia amazônica em perspectiva: aspectos de um processo de abertura metodológica (1950-2000). *Revista de Hist*ória da UEG, Anápolis, v. 2, n. 2, p. 1-17, 2013.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. A cidade e seus lugares de comer: contextos da alimentação em Belém. *In*: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (org.). *Belém do Pará*: história, cultura e cidade – para além dos 400 anos. 2. ed. rev. e ampl. Belém: Açaí, 2016. p. 318-9.

MACHADO, Igor José de Renó. O "brasileiro de torna-viagens" e o lugar do Brasil em Portugal. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 35, p. 47-67, 2005.

MATOS, Maria Izilda. *Portugueses*: deslocamentos, experiências e cotidianos. Bauru: Edusc, 2013.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime. *Análise Social*, Lisboa, v. 26, n.111, p. 361-84, 1991.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PINTO, Albano da Silveira; SANCHES DE BAENA, Visconde de. *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*. Tomo II. Lisboa: Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, 1890.

PINTO, João d'Almeida. Galeria biographico-contemporanea luso-brazileira (1884-86). *Commercio e Industria*: sciências, artes e lettras (folha ilustrada), Lisboa: Almeida Pinto & Co, v. 2, 1886.

QUEIROZ, Lorena. Documento: João Caetano Gonçalves Viana. *In*: PINTO, João d'Almeida. Galeria biographico-contemporanea luso-brazileira (1884-86). *Commercio e Industria*: sciências, artes e lettras (folha ilustrada), Lisboa: Almeida Pinto & Co, v. 2, 1886. Disponível em: http://epl.di.uminho.pt/~ritafaria/MEC/instanciaConceito.php?conc=-Documento&id=210. Acesso em: 22 fev. 2019.

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista. *Revista de História,* São Paulo, n. 169, p. 83-110, jul./dez. 2013.

SARMIENTO, Érica. Trajetórias femininas, invisíveis: as mulheres galegas no além-mar. *In*: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (org.). *Brasil-Portugal:* pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: Uerj, 2017. p. 147-62.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. Descobrindo fortunas, contando histórias: panorama patrimonial dos portugueses no Brasil (Belém, 1870-1909). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, n. 48, p. 39-59, 2017.

8 DEVOÇÃO E SACRIFÍCIO: A SOBREVIVÊNCIA DE PINTURAS SETECENTISTAS PORTUGUESAS NA SÉ DE BELÉM DO PARÁ

Silvio Ferreira Rodrigues[1]

Manifestações artísticas e conflitos sociais andam de mãos dadas na história. Como sugere Castelnuovo, "a história das obras de arte não é uma história idílica, mas uma história de contrastes, de conflitos, de hegemonia, de espoliações, de imposições, de ocultamentos e periferizações como todas as histórias do homem"[2]. Portanto, as obras que chegaram até nós sobreviveram a uma série de vicissitudes ao longo do tempo. Nesse processo, foram separadas dentro de critérios classificatórios, que estabeleceram seu estatuto de "obra de arte", e apresentadas em uma hierarquia dos objetos artísticos que determinou quais seriam mais arte que outros[3]. No final da década de 1860, Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, ao procurar substituir as antigas telas setecentistas portuguesas por pinturas italianas na Catedral da Sé de Belém, não hesitou em chamá-las de "pobres crostas", "fealdades" que deveriam ceder lugar a uma nova estética[4].

Nesse tempo, o bispo voltava sua atenção contra o catolicismo tradicional, de cunho popular, a fim de discipliná-lo. Ainda em março de 1873, quando as tensões entre Estado e Igreja no Brasil entravam em seu momento crítico, o jornal *O Pelicano* aproveitou para fustigar Dom Macedo Costa. Na ocasião, a gazeta reprovou sua atitude por, entre outras coisas, ter con-

1. Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Escola de Aplicação da UFPA (EAUFPA).
2. E. Castelnuovo, *Retrato e Sociedade na Arte Italiana*, p. 155.
3. J. Coli, *O Que É Arte*, p. 15.
4. A. M. de Figueiredo e S. F. Rodrigues, "Um Altar Romano na Baía do Guajará: Programa Iconológico e Reforma Católica na Catedral da Sé de Belém do Pará (1867-1892)".

denado a livre circulação de pensamento em três jornais que o criticavam; suspender *ex-informata* padres que não se dobravam à sua autoridade; "tornar prisioneira a imagem de Bom Jesus dos Navegantes", por seus devotos não terem cedido a capela para nela montar uma tipografia; e retirar do altar da igreja o símbolo do Espirito Santo, substituindo-o pelo retrato de Pio IX[5]. Numa espécie de "guerra das imagens", para retomar a fórmula de Gruzinski[6], o bispo promovia uma assepsia da arte sacra na Amazônia. Visando aproximar o programa iconográfico dos templos da região àquele proposto pelo pontífice Pio IX, a partir de Roma, Dom Macedo Costa implementou uma severa intervenção nas decorações internas de igrejas e capelas[7]. Desse modo, contribuiu para fazer desaparecer boa parte das pinturas portuguesas setecentistas que ornavam conventos e igrejas no Pará, em especial a Catedral da Sé. Mas é importante dizer que nem tudo sucumbiu ao implacável intervencionismo do bispo. Algumas pinturas sobrevivem até hoje e falam de uma cultura visual que a Amazônia compartilhou com Portugal na segunda metade do Setecentos.

Meu objetivo aqui é contar um pouco da história da sobrevivência dessas obras no momento em que eram questionadas, bem como falar daquelas que desapareceram. Afinal, a história da Arte, como afirma Serrão, "não se faz apenas de *obras vivas*". Por isso, deve-se considerar que "as obras que não sobreviveram à incúria do tempo, às alterações sofridas, às calamidades cíclicas e ao vandalismo dos homens, fazem parte deste campo de sondagens abrangentes e de percepções sensoriais que caracterizam a disciplina".[8]

5. D. Antonio e D. Frei Vidal, *O Pelicano*, Rio de Janeiro, 20 de março de 1873, p. 2.
6. S. Gruzinski, *A Guerra das Imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*.
7. S. F. Rodrigues, *Todos os Caminhos Partem de Roma: Arte Italiana e Romanização Entre o Império e a República em Belém do Pará (1867-1892)*.
8. V. Serrão, *A Cripto-História da Arte: Análise de Obras de Arte Inexistentes,* p. 11. Para esse tipo investigação, Serrão cunhou o conceito de "cripto-história" e definiu seus objetivos do seguinte modo: "Assim, aquilo que designo por Cripto-História poderá ser um dos ramos transversais da Hisória da Arte. Atenta no papel que as obras já desaparecidas na voragem dos séculos possam ter assumido em determinadas circunstâncias e em termos históricos, iconológicos, políticos ideológicos e, sempre, estéticos. Contribui para dar vida a tais espécimes que diversas vicissitudes fizeram dasaparecer do patrimônio do presente. Ajuda a iluminar, a partir desse estudo, comportamentos específicos de estilos de artista, conflito de gosto, preconceitos de mercados ou grupos sociais na circunstância influentes. Clarifica tendências, opções de encomenda e linhas de programação estética. Alarga a nossa percepção sobre o perfil biográfico de um mestre ou sobre as tendências que influenciaram o per-

A leitura que o século XIX fez da arte do século XVIII no Pará, em certos casos, não foi nada lisonjeira. Exemplo disso talvez sejam as poucas informações que legamos desse passado sobre os artistas que produziam para a Amazônia, em um tempo em que o trabalho deles unia culturalmente essas duas pontas do então vasto império português. Falar das pinturas setecentistas que sobreviveram ou das que desapareceram da Catedral da Sé de Belém pode servir para iluminar o conflito de gosto na época de Dom Antônio de Macedo Costa, gosto esse que "é um filtro com implicações morais e cognitivas, além das estéticas"[9].

REMINISCÊNCIAS DE UMA CATEDRAL SETECENTISTA

No último quartel do século XIX, o bispo Dom Antônio de Macedo Costa deu início a uma ampla reforma do interior da Catedral da Sé, de Belém do Pará. As intervenções no antigo templo estavam intimamente ligadas às diretrizes provenientes de Roma. O papa Pio IX (1792-1878), por meio da encíclica *Quanta Cura*, de 8 de dezembro de 1864, defendia uma intensificação do poder espiritual da Igreja e um ataque aos setores mais autônomos e desregrados da sociedade[10]. O bispo, comprometido com os ideais conservadores do pontífice, imprimiu uma severa reforma das liturgias, iconografias dos santos e práticas religiosas na Amazônia. Tudo isso fez parte de um fenômeno histórico de caráter global, conhecido pela historiografia como "romanização"[11], e que, como sabemos, teve ampla implicação no campo das artes no mundo católico[12].

curso de uma oficina, esclarecendo as "zonas escuras" da sua atividade. Explicita melhor, enfim, as condicionantes programáticas de uma encomenda artística, seja de arquitectura, escultura, pintura, talha, ourivesaria, azulejo, brutesco, cerâmica, ferragem, paramentária, iluminura ou outra modalidade ornamental"(*idem*, *ibidem*).

9. C. Ginzburg, *O Fio e o Rastro: Verdadeiro, Falso e Fictíci*, p. 69.
10. N. Saldanha, "O Rei Ergueu-se, de Pedro Alexandrino – a Pintura do Altar-Mor da Igreja da Memória", p. 5.
11. R. H. Maués, "As Atribulações de um Doutor Eclesiástico na Amazônia na Passagem do Século XIX ou Como a Política Mexe com a Igreja Católica"; F. A. de F. Neves, Solidariedade e Conflito: Estado Liberal e Nação Católica no Pará Sob o Pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889).
12. G. Capitelli, "Il Mercato Globale dell'Arte Sacra Romana".

Nessa época, as igrejas amazônicas passaram a apresentar paramentos litúrgicos, esculturas de devoção e pinturas importadas de Roma, capital da arte sacra, de onde saíam obras e artistas para decorar templos católicos em várias partes do mundo, como em Santiago do Chile, por exemplo. Segundo Capitelli, no início da década de 1870, no canteiro da igreja de Santo Ignacio de Loyola, em Santiago, foi envolvida uma representação do amplo grupo de pintores que haviam sido empregados em projetos de decoração da Roma de Pio IX, os quais faziam parte da corte de artistas que a historiografia denominou, em nome da forte relação que os ligava aos mais altos cargos da hierarquia eclesiástica, "os pintores de Pio IX"[13].

Em paralelo às obras de construção e decoração das igrejas chilenas da segunda metade do século XIX, no Pará, Dom Macedo Costa recorria praticamente aos mesmos artistas protegidos de Pio IX para reformar a Catedral de Belém. Entende-se, desse modo, como a decoração do templo paraense pôde contar com obras desses renomados artistas ligados ao papa, como o arquiteto Luca Carimini, os pintores Pietro Gagliardi, Silverio Capparoni, Melchior Paul von Deschwanden, Domenico De Angelis e outros[14]. Na defesa da soberania da Igreja diante do processo de secularização, a arte a serviço da religião exerceria seu papel nos recantos mais longínquos do mundo, ecoando nas margens da baía do Guajará[15].

No entanto, a Catedral de Belém, antes da modernização de sua decoração interna, tinha uma vasta história pregressa. A Sé do Pará foi a primeira igreja construída de toda a Amazônia brasileira, levantada provisoriamente dentro do Forte do Presépio, em 1616, no ano da fundação de Belém, e dedicada à Nossa Senhora da Graça. Poucos anos depois, foi transferida para o atual Largo da Sé, numa modesta construção de taipa de pilão. No século XVIII, em 1719, quando a diocese do Maranhão foi desmembrada a pedido de Dom João V e a capital do Pará passou a sediar a sua própria diocese, a matriz ganhou direito e honras de sé episcopal[16]. As obras da atual edifica-

13. G. Capitelli, "I Gesuiti e le Arti nell'Ottocento: I 'Pittore di Pio IX' nella Chiesa di Sant'Ignazio a Santiago del Cile", p. 94.
14. S. F. Rodrigues, Todos os Caminhos Partem de Roma: Arte Italiana e Romanização Entre o Império e a República em Belém do Pará (1867-1892).
15. A. M. de Figueiredo e S. F. Rodrigues, "Um Altar Romano na Baía do Guajará: Programa Iconológico e Reforma Católica na Catedral da Sé de Belém do Pará (1867-1892)", p. 978.
16. A. R. de A. Pinto, "O Bispado do Pará", p. 25.

ção, construída no mesmo local da primeira igreja seiscentista, tiveram início no ano de 1748. Data dessa época a planta geral da igreja que podemos apreciar nos dias de hoje, além dos níveis inferiores da fachada, incluindo o portal principal, de feição barroca e estilo pombalino. Após algumas interrupções, a direção das obras foi assumida, em 1755, pelo arquiteto bolonhês Giuseppe Antonio Landi (1713-1791), chegado a Belém em 1753, e responsável por grande parte do traço de algumas das mais antigas igrejas da capital do Pará. Landi terminou a fachada, acrescentando as duas torres e o frontão, sendo a construção totalmente concluída no ano de 1782[17].

Desse modo, podemos afirmar que a história da construção desse imponente templo vincula-se à história da própria cidade e à história mais ampla e conectada entre Amazônia e Portugal. Quando em 1755 um terremoto de grandes proporções devastou Lisboa, o templo amazônico estava em plena construção. Na década de 1750, Portugal vivia um período de escassez das riquezas coloniais e, ao mesmo tempo, experimentava os novos ventos iluministas, que obrigavam o Estado absoluto a passar por reformulações para se reconstruir. Nesse momento emergiu a poderosa figura de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal. Como primeiro-ministro de Dom José I, ele foi responsável pelo projeto de reconstrução de Lisboa. Seu período ficou marcado por um conjunto de medidas, que passava por um inovador modelo urbano para a capital portuguesa, pelas reformas nas estruturas econômicas, educativas e científicas do reino, pela expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias, em 1759, e pela ruptura com o Vaticano, em 1760. Na reorganização administrativa do império português, figurava ainda a exploração racional das colônias, como foi o caso, por exemplo, de seus domínios na Amazônia[18]. Em 1777, com a morte de

17. J. Derenji, "Desenhos Setecentistas na Sé de Belém".

18. K. Maxwell, Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo. Palco de lutas entre colonos e religiosos pelo controle da mão de obra indígena, a Amazônia setecentista sentiu o peso das reformas (J. L. de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará, suas Missões e a Colonização*). Sob as ordens de Pombal, em 1757 foi instituído o Diretório dos Índios, estatuto que confirmava uma série de normas para a colônia, como a liberdade dos índios, a transformação dos aldeamentos em comunidades civis, o confisco dos bens das ordens religiosas e o incentivo à miscigenação (A. Domingues, "Quando os Índios Eram Vassalos: Colonização e Relações de Poder no Norte do Brasil na Segunda Metade do Século XVIII"p. 72). No plano econômico, em 1755 foi criada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão para fomentar o comércio local, em substituição às companhias de navegação estrangeiras, e

Dom José, ascenderam ao trono Dona Maria I, a Piedosa, e seu tio e marido, Dom Pedro III (1717-1786), desafetos de Pombal, o que resultou na demissão do marquês. Porém, a era pombalina deixara seu legado: o comércio e a indústria haviam prosperado e as letras, as artes e as ciências haviam encontrado espaço para florescer[19]. Dona Maria I reinou até 1816, sendo que, desde 1792, quando começou a apresentar os prmeiros ataques de loucura, que lhe impossibilitaram de governar, seu filho herdeiro, o futuro Dom João I, assumiu o poder em seu nome.

Foi, portanto, durante praticamente todo o período pombalino e os primeiros anos do reinado de Dona Maria I que a Catedral da Sé foi construída e decorada. Se procurarmos informações sobre a sua aparência externa dessa época, certamente encontraremos muitos testemunhos escritos e visuais produzidos por viajantes de passagem pela região. Já sobre a sua aparência interna, que é o que nos interessa aqui, o repertório é bem mais escasso. A melhor descrição de como era o interior do templo antes da reforma empreendida pelo bispo Dom Macedo Costa ainda são as anotações feitas por Baena em seu *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, escrito em 1839. Sem desconsiderar o filtro cultural pelo qual Baena nos dá a conhecer a aparência do interior da igreja, cabe dizer que ele nos fornece informações preciosas, utilizadas amplamente por quem estuda a arquitetura colonial de Belém. Entre capelas e igrejas da cidade, Baena não titubeia sobre qual templo mais se destaca:

> A Catedral é a primeira das construções notáveis: ela é de abóbada, cuja altura tem nove braças na vertical do seu fecho; o prospecto é simples mas elegante pelas suas proporções, pelo retábulo do nicho em que está a imagem da Senhora de Belém, e pelas torres de dezoito braças e meia de estatura e coroadas de um zimbório e lanterna fingida; tem 30 braças e seis palmos entre o limiar da portaria e o retábulo do altar-mor; na largura da nave principal seis braças; na do presbitério cinco braças e um palmo; no comprimento do mesmo presbitério treze braças e meia [...].[20]

atuar no circuito mercantil do Atlântico Sul (M. N. Dias, *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*.

19. A. H. de O. Marques, *História de Portugal (Do Renascimento às Revoluções Liberais)*, p. 357.
20. A. L. M. Baena, *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, p. 186.

Baena faz uma acurada descrição do interior do templo, revenlando que, entre o vestíbulo e as grades do cruzeiro, havia cinco altares de cada lado. Os retábulos de praticamente todos os altares eram de talha aperolada e dourada, menos os dois do cruzeiro: em honra à Nossa Senhora de Belém, que tinha imagens, e ao Sacramento, que só tinha o trono fechado em uma cortina, ambos "ornados de grandes e bons painéis". A cornija era de cor de pedra lioz e corria por cima de capitéis dourados, que coroavam as pilastras dos intervalos dos altares. Havia no presbitério dois coretos, um defronte do outro, para os músicos, e outro no vestíbulo. As sacristias do bispo e do cabido ficavam, respectivamente, à direita e à esquerda da capela-mor. Ambas eram amplas e claras. O teto da primeira era de volta de sarapenal, e o da segunda havia sido de estuque, mas na época da descrição de Baena já era de madeira. Paralelos às paredes da nave principal havia dois corredores largos que terminavam no cruzeiro, junto aos altares que o compunham. No da esquerda estavam "as casas chamadas das Capas" e uma escada, que conduzia à "Casa do capítulo dos Cônegos e do seu Arquivo". No corredor da direita estava a sacristia do cura e uma escada que levava a uma casa onde o subchantre dava "lições de Psalmódia e à outra casa do consistório dos Irmãos do Sacramento". Cinco portas davam entrada para a igreja: a primeira no frontispício, a segunda por baixo da torre da direita, a terceira do mesmo modo colocada por baixo da outra torre, a quarta junto à sacristia do bispo, e a quinta perto da sacristia do cabido[21]. Pela descrição de Baena, percebemos claramente, no interior do templo, um conjunto de retábulos, imagens de santo, painéis, altares de talha aperolada e dourada, uma rica decoração capaz de impressionar visitantes e fiéis. Certamente a catedral amazônica projetada por Antonio Landi apresentava um aspecto monumental. Baena avalia o templo como "elegante, aprazível e amplo" para "o culto da piedade católica. Nele o cabido conspícuo no exercício da religião" desempenhava "com dignidade, fervor e zelo o alto ministério de suas funções sagradas conforme os ritos e celebridades eclesiásticas da Basílica de Santa Maria de Lisboa". E, em acréscimo, conclui: "Os vasos sagrados e alfaias são ricos; as vestimentas e mais peças tocantes ao culto da

21. *Idem*, pp.186-187.

religião e adorno dos altares estão em parte carecendo de uma substituição conveniente à pompa e uso dos sacramentos"[22].

Não será exatamente assim que Dom Macedo Costa perceberá a velha catedral. A maioria dos painéis seria substituída por modernas pinturas e o velho altar-mor daria lugar ao suntuoso altar de mármore romano. Poucas das antigas telas portuguesas seriam poupadas pelo bispo: um São Domingos e uma Santa Bárbara que, segundo Tocantins (1963), seriam de Joaquim Manoel da Rocha (1727-1786) e, na área do batistério, um Batismo de Cristo, datado de 1784 e assinado pelo pintor Joaquim Marques (1755-1822). Na verdade, na reforma empreendida por Dom Macedo Costa, quase nada restaria do antigo aspecto interno da igreja. Altares, púlpitos, piso, pinturas, capelas e mesmo órgão seriam reformados ou substituídos. Hoje, para divisar o antigo retábulo da capela-mor projetado por Landi, é preciso recorrer ao conjunto de seus desenhos preservados nos arquivos da Biblioteca Nacional, ou às ilustrações reunidas por Alexandre Rodrigues Ferreiras, no segundo volume de seu Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792[23]. Mas é ainda Baena, numa nota de rodapé, em Compêndio das Eras da Provincia do Pará, publicado pela primeira vez em 1838, que nos fala um pouco mais dos antigos ornamentos. Segundo seu testemunho, o retábulo do altar-mor era obra de talha aperolada com florões, vasos, grinaldas e com as espirais dos fustes das colunas torcidas, métopas, capiteis, bases, cornijas e seus dentilhões. Tudo dourado. Os acrotérios com alabastro, os retábulos dos altares do Sacramento e da Senhora de Belém eram igualmente de talha da mesma cor do altar-mor, com adornos dourados. Encimando ao retábulo do altar-mor, informa Baena, havia "um grande painel da Senhora da Graça, obra do ínclito engenho de Pedro Alexandrino de Carvalho". Nos dez altares da nave da igreja, ele lembra os painéis que teriam sido colocados no princípio do ano de 1779[24]. Tudo, porém, seria posto a baixo pelo prelado em nome de uma nova estética e outros mártires. O mármore, material por excelência, dominaria a decoração, deixando atrás de si apenas as lembranças dos antigos ornamen-

22. *Idem*, p. 187.
23. J. Derenji, "Desenhos Setecentistas na Sé de Belém".
24. A. L. M. Baena, *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 186.

tos em madeira. Nos tempos de Dom Macedo Costa, os ensinamentos cristãos seguiriam o Syllabus e os novos dogmas da fé católica reivindicariam lugar na escultura e na pintura[25].

PINTORES PORTUGUESES DA CATEDRAL DA SÉ DE BELÉM DO PARÁ

No século XVIII, durante o reinado de Dom João V (1707-1750), houve um grande investimento em arte e um estreitamento das relações artísticas ente Portugal e Itália, configurado, entre outras coisas, no patrocínio de artistas italianos e no envio de artistas portugueses para se aperfeiçoar em Roma. Essa relação continuou frutífera durante os reinados de Dom José I e Dona Maria I (1750-1799). Significativa é a decoração da Basílica da Estrela, em

25. Como ocorria na Catedral da Sé de Belém, na segunda metade do Setecentos também se destacava a bela decoração da igreja de São João Batista, no Largo de São João. Em 1774, três anos antes da inauguração, ali chegaram três telas com pinturas alusivas ao santo. Uma representa João Batista pregando às margens do rio Jordão; outra representa a cena de sua decapitação na prisão. Uma terceira tela, que ficava no altar-mor, não existe mais. As outras duas que ainda existem estão assinadas por Francisco de Figueiredo e datadas de 1774 (M. A. Leal, *História de uma Igreja e Cercanias*, p. 19). Porém, nem sempre a autoria dessas obras foi atribuída a ele. Por muito tempo se acreditou que as referidas telas eram de Pedro Alexandrino. Em 1877, um articulista do jornal *Diário de Belém*, ao fazer um balanço histórico da construção do templo, dizia que os quadros que ornavam os três altares eram "dos pinceis do insigne pintor português Pedro Alexandrino, que floresceu com grande admiração pelo meado do século passado, e ainda hoje mostram o primor d'arte do mestre". E completava em seguida: "Estão bem conservados; melhor poderiam estar ainda, se mais cuidado houvesse com eles" ("*Commemorações*", *Diario de Belém*, sábado, 23 de junho de 1877, p. 1). Francisco de Figueiredo era natural da cidade do Porto. Em Évora, pintou vários painéis no convento de Santo Eloi. Seguiu depois para Lisboa, onde fez amizade com Francisco Setubal, que retocou à têmpera os painéis da igreja de São João de Praça, que ele havia pintado a fresco. Machado ressalta o grande talento desse artista e o compara a figuras de relevo da pintura italiana. Desse modo, competia na perícia "com Padre Pozzo, na figura com Corregio, e no ornato com Albertoli, porque em todos estes gêneros nos deixou obras" (C. V. Machado, *Collecção de Memorias Relativas às Vidas dos Pintores e Escultores, Architetos, e Gravadores Potuguezes, e dos Estrageiros que Estiverão em Portugal*, p. 213). Outro templo de grande importância era a igreja de Nossa Senhora de Santana, uma das mais belas de Belém. São admiráveis os quadros pintados por Pedro Alexandrino para figurar em dois altares laterais: São Miguel Libertando as Almas do Purgatório e Visão do Bispo de Alexandria no Cárcere. As telas estão assinadas e datadas de 1778 e teriam sido encomendadas ao pintor por Antonio Landi, construtor do edifício e devoto de Santa Ana (R. M. L. Arraes, *Pintura Colonial em Belém do Pará: as Iconografias Religiosas de Pedro Alexandrino de Carvalho (1729-1810) na Igreja de Santana*, p. 47).

Lisboa, encomendada a Pompeo Batoni, em 1784. Ainda sob Dona Maria I, foram fundadas importantes instituições em Portugal, como a Aula Pública de Debuxo e Deseno do Porto, em 1779, a Academia do Nu, em 1780, e a Aula Régia do Desenho, de Figura e Arquitetura Civil, em 1781[26]. Vários artistas portugueses que produziram para a Amazônia tiveram contato com a pintura italiana e também atuaram em instituições artísticas de Portugal nesse período. Entre os mais famosos estavam aqueles que executaram painéis para a Catedral da Sé de Belém, como Joaquim Manoel da Rocha, Joaquim Marques e Pedro Alexandrino de Carvalho. Vale a pena fazer um breve percurso pela biografia desses pintores para entender a importância de suas obras.

Joaquim Manoel da Rocha nasceu em Lisboa, na freguesia de Santa Catariana, a 18 de janeiro de 1727, filho do brancaraense Manuel Francisco da Quinta e Maria Leonor, uma castelhana de Plasencia (Cáceres). Sua formação inicial teria tido lugar na oficina de Antônio Gonçalves (1685-1762), e depois foi discípulo de Domingos Nunes, um dos primeiros enviados pelo rei Dom João V a Roma, para a recém-formada Academia Portuguesa. Com a cegueira de Nunes, Rocha veio a ocupar o lugar do mestre na escola. De André Gonçalves teria, sobretudo, herdado, mais que o estilo, o método da cópia de estampas e o usufruto da grandiosa coleção de gravuras e desenhos. Quanto a Domingo Nunes, desse mestre Rocha teria aperfeiçoado a sua formação na área do desenho e da pintura, e a iniciação para o Classicismo tardobarroco, patentes em algumas obras de maior dimensão[27]. Embora não tenha sido discípulo de Francisco Vieira de Mattos (1699-1783), dito Vieira Lusitano, Rocha receberia desse artista a maior influência em sua obra. Vieira Lusitano havia viajado ainda jovem para Roma, onde foi discípulo de Benedetto Luti e Francesco Travisani. De volta a Portugal, em 1719, executou várias obras sob encomenda do rei Dom João V. Seus trabalhos foram reconhecidos na Espanha, na Corte de Filipe V, em Roma e em Portugal, onde recebeu o convite para ser pintor régio. Já com a avançada idade de oitenta anos, foi convidado para ser professor de desenho da Academia do Nu[28].

26. A. Tavares, "Displaying the Traslatio Imperii: Roman Art and Iconography Between Portugal and Portuguese Amarica in Late 18th Century", p. 324.
27. N. Saldanha, "Joaquim Manuel da Rocha: A Pintura da Capela-Mor na Igreja de S. Paulo", pp. 145-147.
28. L. C. Arruda, *Francisco Vieira Lusitano (1600-1783): uma Época de Desenho*.

Para além dos contatos pessoais e profissionais, que muito contribuíram para a sua formação e a influência da escola romana, Rocha foi também um "admirador entusiasta, e imitador", copiando quantos desenhos pôde de Vieira[29]. Rocha trabalhou ainda como ajudante do pintor genovês Peregrino Parodi (1705-1785), que desenvolveu atividade em Portugal por longos anos. De Parodi, informa Saldanha, Rocha parece ter herdado uma nova tendência estilística, que marcaria a segunda fase de sua pintura, menos clássica, em que os valores tonais se sobrepõem aos valores cromáticos, mais preocupado com os efeitos de claro-escuro, próprio de um grande desenhador[30].

A obra de Joaquim Manoel da Rocha se reveste de uma grande diversidade temática, que vai desde retábulos de teatro às grandes e pequenas naturezas-mortas, passando pelos retratos, incêndios e pintura de gênero[31]. Cyrillo Volkmar Machado, pintor e biógrafo, dá-nos um depoimento substancial das realizações de Rocha, de quem era contemporâneo, em Portugal. Pelo ano de 1760, Rocha teria pintado o pano de boca do Teatro do Bairro Alto, onde "representou Apolo com as Musas, e um belíssimo Tejo"[32]. Depois disso, não quis pintar mais à têmpera. Por também não querer ir pintar em lugar algum fora de sua casa, achava-se às vezes sem encomendas. Nesse intervalo, pintava fogos, búzios, conchas e outros objetos da natureza-morta, "tudo com a maior verdade, ótima composição, e toque magistral"[33]. Também gravou muito à água-forte e fez muitos quadros para igrejas, como testemunham vários templos de Portugal. Tinha costume de pintar de manhã e passear de tarde, coisa que mudou após ser admitido como lente na Aula Régia de Desenho, passando a empregar as tardes nas lições da sua escola. Aliás, essa foi uma atividade a que Rocha muito se dedicou, cujas aulas foram frequentadas por um considerável número de alunos, incluindo seus filhos João Francisco e Joaquim Leonardo da Rocha. Entre os discentes estavam nomes conhecidos da pintura portuguesa, como Arcângelo Fusquini,

29. N. Saldanha, "Joaquim Manuel da Rocha: a Pintura da Capela-Mor na Igreja de S. Paulo", p. 147; C. V. Machado, *Collecção de Memorias Relativas às Vidas dos Pintores e Escultores, Architetos, e Gravadores Potuguezes, e dos Estrageiros que Estiverão em Portugal*, p. 116.
30. N. Saldanha, "Joaquim Manuel da Rocha...", p. 148.
31. *Idem* p. 144.
32. C. V. Machado, *op. cit.*, p. 117.
33. *Idem*, *ibidem*.

Bartolomeu Calisto, Cipriano Nunes, Domingos António de Sequeira, Henrique José da Silva, Joaquim Gregório Rato, José da Cunha Tabosa, José Teixeira Barreto, Miguel Rodrigues del Cusco, Ricardo José Lobo, Roque Vicente Gomes, entre outros[34]. Em 1780, Manoel da Rocha foi contratado para lecionar na Academia do Nu, instalada nos espaços do palácio São José, e em outubro de 1782, entrou para a Irmandade de São Lucas[35]. Nesses ambientes, tinha contato com outros importantes pintores, como Pedro Alexandrino, que, segundo Machado, disse que o colega "desenhava bem, mas que em seus nus usava muito das linhas retas ou quase retas; cousa que conduz ao estilo magro". Rocha faleceu com 59 anos, em sua residência à Rua Larga de São Roque, em 28 de dezembro de 1786[36].

Não há muita informação sobre Joaquim Marques, mas sabemos que nasceu em Lisboa, pelo tempo do terremoto de 1755, e foi sepultado na mesma cidade em 1822, na igreja de São José. Depois dos primeiros estudos nas aulas (a régia e a pública), aplicou-se à pintura na fábrica de caixas (de cartão, acharoadas ou envernizadas, e pintadas à mão, com paisagens e flores, com bandejas de folha de ferro), ramo que tinha como diretor José Francisco del Cusco, napolitano que, depois de ter trabalhado em esmalte, em Madri, para Carlos III da Espanha, fixou-se em Lisboa. Ao fim de cinco anos de aprendizagem, Marques ainda teria ficado mais dez ali, até 1784, empregando-se "como ajudante para pintar seges, bandejas, &c"[37]. Por aquele tempo, achava-se em Lisboa, já em sua terceira viagem, o pintor francês Jean-Baptiste Pillement (1728-1808), dono de uma vasta produção artística, que incluía vistas, marinhas e paisagens. De acordo com Machado, Marques teria estabelecido laços de amizade com Pillement e, assim, teria também passado a imitá-lo "nas paisagens, e naqueles agradáveis caprichos, a que ele chamava a sua botânica imaginária, porque se compunham de flores, e plantas ideais". Desse modo, Marques teria sabido "imitar tão bem aquelas galantarias, que todos quiseram ter alguma cousa da sua mão, ou fosse em tetos, ou em paredes, ou em painéis, ou em carruagens"[38]. Mais tarde, Marques teria colaborado nas

34. N. Saldanha, "Joaquim Manuel da Rocha...", p. 150.
35. *Idem*, *ibidem*; C. V. Machado, *op. cit.*, p. 118.
36. N. Saldanha, "Joaquim Manuel da Rocha...", p. 149.
37. C. V. Machado, *op. cit.*, p. 231.
38. *Idem*, pp. 231-2.

obras do Palácio de Queluz, onde exercia a função de vice-inspetor. Em 1839, o semanário *Archivo Popular*, ao fazer um breve balanço da pintura em Portugal, lembrava que "em paisagens Joaquim Marques, discípulo de Pillement, foi singular; e as suas obras são muito estimadas"[39].

Sem dúvida, Pedro Alexandrino de Carvalho foi o mais afamado entre eles, ultrapassando os limites de Portugal. Nasceu em Lisboa, em 27 de novembro de 1729, e faleceu aos 80 anos, na mesma cidade, em 27 janeiro de 1810, deixando para trás uma vastíssima obra que ainda hoje podemos contemplar, seja ornando altares de grande parte das igrejas portuguesas, seja nas coleções de museus, ou nos interiores de palácios e casas particulares[40]. Cyrillo Machado afirma ele teve "o talento de agradar ao público, de sorte que não só tinha a encomenda de quase todos os painéis de igrejas, que se faziam de novo; mas tiravam-se muitos mais antigos dos lugares para se colocarem os dele"[41]. Teria começado a estudar com João de Mesquita, pintor de ornatos, depois passado à escola de Bernardo Pereira Pegado, "que sem ser bom pintor, gozava de uma certa reputação em virtude da qual fez os painéis de Santo Estevão d'Alfama, e outros"[42]. Pedro Alexandrino teve grande desejo de ir a Roma, mas não conseguiu. Sendo vizinho e amigo de André Gonçalves, pode-se dizer "que deveu a ele, e ao seu natural engenho os progressos que fez"[43]. Seu repertório técnico e temático era bastante variado, sendo capaz de pintar com admirável facilidade a óleo e a têmpera. Fez muitos painéis em carruagens ricas, com gênios, deuses e deusas da fábula. Pintou, com igual graça, panos de ornar casas, e estátuas, e quadros nos teatros. Até um certo tempo, "julgava-se que os seus talentos eram limitados a objetos de galantaria; e para os painéis grandes lhes preferiam Ignacio de Oliveira, o Negreiros, o Roque, o Rocha, e o Bruno". Mas quando, em 1778, "fez o grandíssimo quadro do Salvador do Mundo", para a Sé de Lisboa, "tudo o mais ficou de parte"[44]. Esse célebre *Cristo Salvador do Mundo*, segundo nos informa Saldanha, é a obra que marca uma crucial

39. *Archivo Popular: Leituras de Instrucção e Recreio – Semanario pitoresco*, p. 34.
40. N. Saldanha, "O Rei Ergueu-se, de Pedro Alexandrino – a Pintura do Altar-Mor da Igreja da Memória", p. 43; C. V. Machado, *op. cit.*, p. 123.
41. C. V. Machado, *op. cit.*, p. 120.
42. *Idem*, *ibidem*.
43. *Idem*, *ibidem*.
44. *Idem*, p. 121.

virada na carreira de Pedro Alexandrino, "dado estar na origem do início do seu sucesso como grande pintor retabular"[45]. A intensa produção e a habilidade técnica ficariam eternizadas nas palavras elogiosas de Machado, que delas foi testemunha ocular:

> Nós o vimos começar hum grandissimo quadro no tecto de huma Igreja, pela pequena cabecinha de hum Serafim, e proseguilo até o fim, sem precisar tornar atrás para correcção, affinação, ou accordo; cousa verdadeiramente rara; mas que foi causa de que o seu colorido muitas vezes desmaiasse com o tempo por pouco empastado.
>
> Iriamos muito, e muito longe mesmo se quizessemos indicar todos os quadros que fez, e só observaremos que assim como não ha Igreja antiga aonde senão ache alguma cousa de Bento Coelho, assim não ha Templo, ou Convento moderno aonde senão encontre muitas cousas de Pedro Alexandrino. Por divertimento, para adorno da sua casa, pintou alguns lindissimos e preciosos quadros de flores, e fructos. Foi hum dos directores da Academia do nu na rua dos Camillos.[46]

Assim, ficam evidentes alguns dos motivos de ter sido ele o artista português mais requisitado no último quartel do século XVIII, tanto em Portugal quanto no exterior. Como mostra a historiografia da arte portuguesa, seu nome alcançou prestígio até a virada para o século XIX[47]. Não é para menos que Pedro Alexandrino tenha sido considerado a grande figura desse período. Como sugere Reis, são dele a maioria dos tetos pintados nas dezenas de igrejas construídas ou reparadas em Lisboa após o terremoto de 1755, assim como a esmagadora maioria das telas que decoram altares e capelas[48]. Reis afirma ainda que, por ser capaz de oferecer "versatilidade de concepção, qualidade média assinalável, rapidez de execução, adaptabilidade às diferentes condicionantes arquitectónicas e aos diversos suportes e dimensões, sintonia com o gosto da sua época e baixo preço", Pedro Alexandrino teria sido "a pessoa certa no momento histórico certo". Nesse sentido, ele é compreendido pelo historiador português como o expoente máximo da geração de pintores que, sendo ainda novos no momento

45. N. Saldanha, "O Rei Ergueu-se, de Pedro Alexandrino...", p. 43.
46. C. V. Machado, *op. cit.*, pp. 121-122.
47. N. Saldanha, "A Cópia na Pintura do Século XVIII – O Gosto do Encomendador Como Forma de Poder na Representação"; F. Vasconcelos, *A Arte em Portugal*; M. C. Cambota, *Arte Portuguesa*; V. M. G. dos Reis, *O Rapto do Observador: Invenção, Representação e Recepção do Espaço Celestial na Pintura do Tecto em Portugal no Século XVII*.
48. V. M. G. dos Reis, *op. cit.*, p. 152.

do terremoto, só afirmariam plenamente a sua autonomia e autoridade a partir da década de 1770, quando "a sua presença se revela necessária nos trabalhos de acabamento decorativo dos grandes edifícios que vão fervilhando por toda a cidade"[49]. Se as dez telas e o grande painel de Pedro Alexandrino, representando Nossa Senhora da Graça, que existiam na Catedral da Sé, chegaram ao Pará no final da década de setenta do século XVIII, podemos inferir que ainda se vivia nessa espécie de idade de ouro dos pintores decoradores portugueses.

DOM ANTÔNIO DE MACEDO COSTA E OS PAINÉIS PORTUGUESES DA SÉ DE BELÉM

Ainda não é possível afirmar com segurança os motivos que levaram Dom Macedo Costa a preservar algumas telas setecentistas portuguesas na Catedral da Sé de Belém após a reforma, mas podemos levantar algumas hipóteses. "Imagens têm sido utilizadas com frequência como um meio de doutrinação, como objetos de cultos, como estímulos à meditação e como armas em controvérsias"[50]. Ao longo dos séculos, a Igreja católica lançou mão desse expediente para comunicar sua doutrina. Um exemplo clássico está nas palavras do papa Gregório Magno (540-604), que acreditava que as imagens contribuiriam para o melhor entendimento das passagens bíblicas entre os iletrados sem acesso às Escrituras. Também trariam à memória a lembrança da vida dos santos mártires e de Cristo, assim como suscitariam a humildade e o arrependimento da alma que se descobrisse pecadora[51].

Na segunda metade do século XIX, uma das mais potentes e eficazes ofensivas visuais colocada em campo pelo papa Pio IX, no âmbito da produção do imaginário sacro, foi aquela relacionada ao culto da Imaculada Conceição. A partir da proclamação do dogma, ocorrida em 18 de dezembro de 1854, o tema da Imaculada foi replicado nas formas mais diversas[52]. Outro interessante exemplo do uso das imagens é aquele que narra os eventos dramáticos da biografia do papa Pio VII (1742-1823), que viveu os anos difíceis da Revolução Francesa e do império napoleônico. Eles foram eternizados em duas séries de incisões

49. *Idem*, *ibidem*.
50. P. Burke, *Testemunha Ocular*, p. 58.
51. A. Besançon, *A Imagem Proibida: uma História Intelectual da Iconoclastia*, pp. 243-244.
52. G. Capitelli, "La Pittura Religisa", pp. 51-52.

assinadas por Bartolomeu Pinelli, em que o artista procura ilustrar a prisão do pontífice nos anos de 1808 a 1814. A figura do papa exilado é implicitamente justaposta à figura de Cristo, numa espécie *Via Crucis* de Roma à França e depois de volta a Roma em 1814, quando fez uma entrada triunfal que lembra a entrada de Jesus em Jerusalém[53]. Semelhante estratégia foi adotada por Dom Macedo Costa em 1876, ao retornar a Belém após cumprir pena no Rio de Janeiro durante a Questão Religiosa. Numa entrada triunfal, as imagens de Dom Macedo Costa, de Dom Vidal de Oliveira e do papa Pio IX foram celebradas ao lado das figuras de São Pedro, São Paulo e de São Miguel Arcanjo. A associação entre os novos e antigos mártires cristãos deveria ficar evidente aos olhos do público[54].

Vale salientar que, ao lado dos mártires, como foi dito, figurava a poderosa presença de São Miguel Arcanjo (Figura 1), anjo da mais alta hierarquia celeste, vestido à maneira de centurião romano. A imagem fazia uma clara referência ao arcanjo citado em Apocalipse 12:7-9, quando lidera os exércitos de Deus contra as forças de Satã e seus anjos e os derrota durante a guerra no céu. Foi dessa forma belicosa que o arcanjo foi representado no frontispício da Catedral de Belém, onde aparecia "calcando aos pés o Dragão infernal"[55].

Por sinal, ainda em 1869, o bispo havia começado a investir na substituição das antigas telas portuguesas ao adquirir, na Itália, um grande painel representando São Miguel Arcanjo. A obra é uma excelente cópia da tela original de Guido Reni que figura no acervo da igreja de Santa Maria da Conceição dos Capuchinhos, em Roma. A encomenda guarda um propósito bem definido: o uso de Dom Macedo Costa da iconografia dos santos combatentes, como São Sebastião e São Miguel Arcanjo, tem um significado histórico relacionado à política ultramontana, atualizado na luta contra os inimigos da fé e da Igreja, numa espécie de imagem-combate, eivada de anacronismos, no sentido atribuído por Didi-Huberman[56].

53. D. Vasta, *La Pittura Sacra in Italia nell'Ottocento: Dal Neoclassicismo al Simbolismo*, p. 17.
54. S. F. Rodrigues, T*odos os Caminhos Partem de Roma: Arte Italiana e Romanização Entre o Império e a República em Belém do Pará (1867-1892)*, p. 159.
55. "Collaboração: Festejos a Chegada do Diocesano", *Diario de Belém*, terça-feira, 25 de janeiro de 1876, p. 1.
56. G. Didi-Huberman, *Diante do Tempo: História da Arte e Anacronismo das Imagens*, p. 183.

FIGURA 1: São Miguel Arcanjo, 1868.

FONTE: Autor desconhecido. Óleo sobre tela (3,20 x 1,93 cm). Cópia do original de Guido Reni. Acervo da Catedral da Sé de Belém do Pará.
Fotografia: Silvio F. Rodrigues, 2015.

A opção de Dom Macedo Costa em preservar a imagem de São Domingos de Gusmão, no painel de Joaquim Manuel da Rocha (Figura 2), provavelmente obedecia aos mesmos princípios que norteavam seu programa iconográfico, moralista e religioso no contexto da romanização. São Domingos de Gusmão, fundador da ordem dominicana no início do século XIII, foi uma figura importante nas missões de pregação e combate às religiões consideradas heréticas na Espanha, França e Itália. Segundo a tradição, por meio de ardorosas pregações, São Domingos teria tentado reconduzir ao seio da Igreja aqueles que se desviaram de seus caminhos para seguir a seita dos cátaros ou albigenses, que defendiam ideias contrárias às doutrinas da Santa Sé. Mas os esforços de São Domingos teriam sido infrutíferos. Certo dia, porém, retirou-se para uma floresta nas proximidades de Toulouse, na França, onde se entregou à oração e à penitência. Após três dias de súplicas, teria aparecido a ele a Virgem Maria, que o aconselhou a rezar o rosário. São Domingos então se dirigiu à

catedral para fazer uma pregação. Assim que começou a falar, nuvens espessas teriam coberto o céu, fazendo cair uma terrível tempestade, acompanhada por um tremor de terra. Houve ainda um grande pavor quando uma imagem de Nossa Senhora levantou os braços três vezes para pedir a Deus vingança contra aqueles que não se convertessem e pedissem a proteção da Santíssima Mãe. Na ocasião, São Domingos teria implorado a misericórdia de Deus, e a tempestade teria cessado. Assim, os "hereges" arrependeram-se de seus pecados e passaram a rezar o rosário. Em consequência, houve profundas mudanças nos costumes da cidade[57].

A imagem de São Domingos, no painel de Joaquim Manoel da Rocha, faz referência bastante direta ao papel combativo do santo, ao guardião da Igreja, semelhante a São Miguel. Entre seus atributos, traz à mão direita, entrelaçada pelo rosário, uma cruz de dois braços (a cruz patriarcal), símbolo da ordem que fundou. A pureza do santo é representa pelo lírio, enquanto a alusão ao pregador aparece na imagem da Bíblia, ambos colocados nos braços de um pequeno anjo no seu lado esquerdo. Próximo ao anjo está um cão preto e branco, que traz uma tocha acesa à boca, a qual, segundo um presságio que teve a mãe do santo antes de ele nascer, irradia luz sobre o mundo. Ao lado direito, um outro anjo traz o escudo das armas dos dominicanos e aponta para a figura esmagada sob os pés de São Domingos, que parece ser uma alegoria da heresia cátara. Ao fundo, aparece a Basílica Laterana de Roma, que, conforme a tradição corrente, seria impedida de ser derrubada por meio da ação das ordens franciscana e dominicana, tidas como colunas de salvação da Igreja católica[58].

57. L. Canetti, "Da san Domenico alle Vitae Fratrum..."; T. de A. Porto, *As Diferentes Instâncias de Reconhecimento Institucional da Santidade na Idade Média...*; M. J. B. Martín, "Escena de la Vida de San Domingos de Guzmán".
58. H. Schenone, *Iconografia del Arte Colonial*, pp. 262-284.

FIGURA 2: São Domingos, século XVIII

FONTE: Óleo sobre tela (320 x 1,93 cm) de Joaquim Manoel da Rocha. Acervo da Catedral da Sé de Belém do Pará. Fotografia: Silvio F. Rodrigues, 2015.

É bem provável que Dom Macedo Costa e aqueles que lutavam contra o avanço das ideias e crenças que questionavam a autoridade da Igreja na Europa e no Brasil, como o liberalismo e o protestantismo, pudessem se identificar com o santo que combateu as heresias na Idade Média. Não foi por outro motivo que, em 1872, o bispo proibiu os fiéis de lerem os jornais *Liberal do Pará*, *Tribuna* e *Santo Officio*, alegando "combater as tentativas do erro e da heresia que esses jornais" intentavam "propagar entre um povo sempre fiel às doutrinas ensinadas por seus legítimos Pastores"[59]. Basta folhear o jornal da diocese para ver condenação similar na reprodução dos discursos do pontífice Pio IX, que naquele ano, após a capitulação de Roma, comparava sua prisão a de São João Batista. O papa alertava para a necessidade de "guardar as crianças e a mocidade de frequentar as escolas" que tinham se "multiplicado de toda espécie de ensino falso e errôneo, protestante, incrédulo, atheu, immoral", e haveria quem oferecesse dinheiro aos pobres para que mandassem "as

59. Pe. João Simplício das Neves Pinto Souza. "Adhesão do Revd. Vigario de Bujarú", *A Boa Nova*, quarta-feira, 31 janeiro de 1872, p. 3.

crianças às lições do erro e da heresia, ou da incredulidade"[60]. Portanto, livrar o catolicismo dos "erros" e das "heresias" do mundo moderno era a palavra de ordem nos altos círculos da hierarquia da Igreja.

Apesar das diferenças formais, na nave da catedral o painel barroco de Joaquim Manoel da Rocha podia coerentemente compor uma narrativa iconográfica com aquele de *Nossa Senhora do Rosário com São Domingos*, pintado em estilo purista por Deschwanden (Figura 3). No painel do pintor suíço, o santo está representado no momento em que a Virgem aparece na floresta e entrega-lhe o rosário. São Domingos está diretamente relacionado às devoções marianas, tão cultivadas nesse momento da história da Igreja. Segundo uma importante tradição medieval, a Igreja católica recebeu o rosário, em sua forma atual, em 1206, quando a Virgem apareceu a São Domingos e entregou aquela que seria uma arma poderosa na conversão dos hereges e outros "desviados" da cristandade. A própria hagiografia dominicana identificou o santo como o "apóstolo do Rosário"[61]. Além disso, o passado de Dom Macedo Costa em São Suplício liga-o ao cultivo da imagem de São Domingos como o grande inimigo dos hereges.

FIGURA 3: Nossa Senhora do Rosário com São Domingos, 1873

FONTE: Óleo sobre tela (320 x 1,93 cm) de Melchior Paul von Deschwanden. Acervo da Catedral da Sé de Belém do Pará. Fotografia: Silvio F. Rodrigues, 2015.

60. A. R. Saraiva, "Correspondencia da Boa Nova", *A Boa Nova*, quarta-feira, 21 de fevereiro de 1872, p. 3.
61. J. Wilms, *As the Morning Star: the life of St. Dominic*; L. von Matt, *St. Dominic: a Pictorial Biography*.

Se São Domingos poderia ser pensado como um aguerrido defensor da Igreja, não menos importante seria Santa Bárbara, virgem mártir do século III, que morreu em nome da fé. A vida exemplar da santa deveria estimular os fiéis à devoção e ao sacrifício no cumprimento dos deveres cristãos. Santa Bárbara é invocada comumente como protetora em ocasiões de tempestades, raios e trovões. Segundo a tradição, teria vivido na Ásia Menor, em Nicomédia, nos tempos de Maximiano. Era filha do rico mercador pagão Dioscorus, que, para protegê-la de indesejáveis pretendentes e da conversão ao cristianismo, que crescia à margem do Império Romano, mandou-a encerrar numa torre, onde passou anos confinada. Inteligente e culta, ao tomar contato com livros cristãos, Bárbara começou a recusar a existência dos deuses de seus antepassados e a procurar a identidade de um único e verdadeiro Deus criador. Fortalecida pelos ensinamentos de Orígenes, em parte trazidos pelo mensageiro Valentim, converteu-se ao cristianismo, foi batizada e ateve-se ao ministério da Santíssima Trindade. Essa foi a razão pela qual, na ausência do pai, que havia efetuado uma viagem, mandou construir uma terceira janela na torre onde estava confinada. Ao saber da conversão de Bárbara e sua recusa em renunciar à nova fé, Dioscorus teria ficado furioso. Pensando em maior desonra para a filha, o "mau" pai a entregou a Marcianus, prefeito da cidade, que a torturou. Após passar por terríveis humilhações e não renunciar à fé, Bárbara foi sentenciada à morte por decapitação, sentença essa executada pelo próprio pai, que, segundo atradição, teria sido fulminado por um raio enquanto retornava à sua casa[62].

No painel de Joaquim Manuel da Rocha (Figura 4), em um dos altares laterais da catedral, a santa aparece na figura de uma bela jovem, que olha diretamente para o observador. Na mão direita, segura um cálice, símbolo da conversão ao cristianismo. Na mão esquerda, enquanto apoia o manto vermelho de suas vestes, traz uma folha de palma, símbolo dos mártires. Sobre a cabeça, aparecem, entre nuvens, anjos e querubins. Um dos anjos oferece-lhe uma coroa de louro, símbolo da vitória. À sua frente, em primeiro plano, encostada a uma rocha, encontra-se a espada com a qual foi decapitada pelo pai. Ao fundo, divisa-se a estrutura da torre onde foi encerrada, com as três janelas simbolizando a Santíssima Trindade.

62. M. I. Rodrigues, "Hagiografia em Cena: os Martírios de Santa Bárbara", p. 138.

Mais adiante, aparece a imagem do raio que atingiu Dioscorus e que consistiu no motivo de ela ser invocada para proteção contra as trovoadas[63].

O culto a Santa Bárbara no Brasil assenta raízes em tradições portuguesas de longa data. Em Portugal, esse culto conheceu uma grande expansão entre o final do século XV e o começo do XVI. Devido ao sincretismo pelo qual passou o catolicismo em território brasileiro, as imagens dos santos muitas vezes foram associadas aos orixás, nos cultos de matriz africana[64]: Santa Bárbara, por exemplo, é associada a Xangô[65]. É claro que, para Dom Macedo Costa, os fiéis deveriam tomar a imagem da santa como exemplo de devoção cristã. Assim, pretendia alcançar um catolicismo "puro", sem as "máculas" da religiosidade popular. Para isso, as telas setecentistas de Joaquim Manoel da Rocha pareciam ainda de boa utilidade. As imagens pedagógicas de SÃO DOMINGOS e Santa Bárbara nos altares da catedral poderiam complementar os sermões proferidos do púlpito do templo. O mesmo vale para o *Batismo de Cristo,* de Joaquim Marques, na área do batistério, um explícito apelo à valorização dos sacramentos diante de um mundo que então se secularizava rapidamente.

FIGURA 4: *Santa Bárbara,* século XVIII

FONTE: Óleo sobre tela ((320 × 1,93 cm) de Joaquim Manuel da Rocha. Acervo da Catedral da Sé de Belém do Pará. Fotografia: Silvio F. Rodrigues, 2015.

63. S. Solero, *Santa Barbara: Cenni Storici Sul suo Culto nel Mondo Cristiano e in Torino*; G. Rosa, *Santi*; I. Barbensi (a cura di), *Tutti i Santi: Incone di Santa Barbara.*
64. S. F. Ferretti, *Repensando o Sincretismo: Estudo Sobre a Casa das Minas.*
65. R. Prandi, *Herdeiras do Axé: Sociologia das Religiões Afro-Brasileiras.*

Não tiveram a mesma sorte outros objetos de arte e painéis setecentistas que acompanhavam os de Joaquim Manuel da Rocha nos demais altares laterais da catedral. Em 1879, Dom Macedo Costa vinha se desentendendo com a cúpula do Partido Liberal no Pará, principalmente com o presidente da província Gama e Abreu, o Barão de Marajó. No desdobramento da Questão Religiosa, seguia-se a Questão Nazarena que, entre outras coisas, envolvia o interesse do bispo em colocar a festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré sob sua autoridade. Por conta disso, Gama e Abreu teria vetado a verba necessária para as obras de assentamento do novo altar da catedral. O bispo, então, fez uma queixa formal ao ministro do império daquilo que considerou uma retaliação a ele por parte de Gama e Abreu. O confronto entre os dois acabou por repercutir no parlarmento nacional. Na ocasião, o deputado paraense José de Araújo Roso Danin (1829-1895) saiu em defesa do presidente da província com a seguinte indagação: como poderia Gama e Abreu "dar 12:000$ para colocação de um altar na catedral, onde aliás existem magníficos altares?". Em seguida, acrescentou que o bispo, "apesar de sua doutrina, do *res nullius*", não estava autorizado, "sem licença do governo, a destruir o altar-mor da catedral da província do Pará", que era um dos melhores que ele conhecia. Além disso, a Sé do Pará era propriedade nacional, assim como eram propriedade do governo todas "as igrejas feitas à custa das províncias"[66]. Nessa queda de braços, o bispo não conseguiu o dinheiro do governo para assentar o altar. Por outro lado, também não se dobrou às autoridades liberais. No início de 1880, ele fez uma grande campanha em meio aos fiéis e arrecadou a quantia necessária para a obra. O que havia de arte setecentista no templo foi quase totalmente substituído, incluindo os altares que Roso Danin considerava "magníficos" e o painel representando Nossa Senhora da Graça, de Pedro Alexandrino de Carvalho. Se algumas pinturas portuguesas foram preservadas, é porque provavelmente ainda respondiam ao programa iconográfico do bispo. Já outras, não. Talvez, por seus critérios, fizessem parte daquelas obras classificadas nas categorias de "pobres crostas" e "fealdades".

66. "Parlamento Nacional: Câmara dos Deputados", *O Liberal do Pará*, Belém, 5 de novembro de 1879, p. 1 e 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atitudes de Dom Macedo Costa em relação aos objetos artísticos e telas setecentistas portuguesas na Catedral da Sé revelam um pouco das concepções sobre arte em voga na Igreja católica da segunda metade do século XIX. Para alguns, o bispo exagerava ao demolir e trocar altares e pinturas barrocas por uma nova decoração. Para o prelado, isso não causava nenhum problema de consciência. Um Pedro Alexandrino e um Antonio Landi poderiam ser substituídos se não atendessem aos princípios morais, estéticos e religiosos defendidos por Dom Macedo Costa.

Quase um século depois, uma nova hierarquia na valorização dos objetos artísticos praticamente inverteria os critérios usados pelo bispo para classificar a mesma arte setecentista. Foi o que se viu, por exemplo, no projeto de restauração da igreja de São João Batista. Em 1966, o arquiteto Donato Mello Júnior (1915-1995) esteve em Belém para ministrar um curso de sua especialidade na Universidade Federal do Pará. Segundo o monsenhor Américo Leal, ele "muito se interessou pela igreja de São João Batista". Sobre essa igreja, fizeram um trabalho descritivo e analítico os seus alunos Armindo Osório de Mendonça, Luiz Fernando Alencar, Maria Lucia Moreira, Jorge Vale, Paulo Sérgio Rodrigues Cal, Paulo Roberto Chaves Fernandes, Paulo Geraldo Melo e Silva. Mestres e alunos foram do parecer que, para restaurar a igreja, deveriam ser removidos dela os três altares de estilo gótico, púlpito e coro, tudo em madeira, colocados ali "condenavelmente em época que não há memória, discordando da linha neoclássica do projeto". Opinaram também pela retirada da pintura a óleo da capela-mor e pela afixação de uma placa na porta de acesso à torre do sino, informando que a construção não constava do projeto original de Landi. Em maio de 1968, teria sido "removido o coro com satisfação geral" dos que frequentavam a igreja e que agora a viam mais ampla e "desentulhada da construção grosseira que mutilava as linhas arquitetônicas do famoso edifício"[67]

As intervenções feitas por Mello Júnior e seus discípulos, assim como as palavras de aprovação do monsenhor Américo Leal, ecoam para além de meras opções estilísticas. Sob o véu de uma pretensa "pureza" do "projeto original" de Landi, operavam concepções ideológicas que redimensionavam o valor do patrimônio artístico. Entre as décadas de 1960 e 1970, em plena

67. M. A. Leal, *História de uma Igreja e Cercanias: Belém-Pará*, p. 20.

ditadura militar, memorialistas, historiadores e sociólogos, com certa ligação ao regime, procuram "recuperar" o passado de uma Belém urbana. A atenção deles se voltava para um idealizado passado colonial, fixando-se na arquitetura monumental desse tempo. Assim, embarcaram no projeto intelectuais como Donato Mello Júnior, Augusto Meira Filho, Leandro Tocantins e o próprio monsenhor Américo Leal[68]. Nessa nova interpretação da história, emergiu uma figura singular: Giuseppe Antonio Landi, uma espécie de "gênio esquecido"[69], logo convertido em "arquiteto de Belém"[70].

Não seria exagero dizer que, a partir daí, tudo que o arquiteto bolonhês supostamente tocou ganharia um estatuto positivo. Atribuir-lhe a autoria de uma obra, pelo menos em teoria, é assinar sua carta de preservação. Mal comparando, esse fenômeno está próximo daquele que sacralizou Rembrandt, cujo nome se tornou sinônimo notório de valor em si[71]. A razão para Mello Júnior incluir a Catedral da Sé de Belém e sua arte na biografia do arquiteto fica bem evidente nas anotações: "Nosso interesse pelo arquiteto de Belém, Antônio José Landi, levou-nos também a pesquisar sobre a Sé belenense no seu projeto e nas alterações havidas no século XIX"[72].

A arte setecentista, colocada em segundo plano por Dom Macedo Costa, ganhava agora um novo valor na hierarquia dos objetos artísticos. Aquilo, porém, que destoasse dos pressupostos classificatórios dos cultores de Landi, tido como precursor da arquitetura neoclássica no Brasil, poderia não ser bem visto. Por essas e outras, nessa história de conflito, hegemonia e periferização, a permanência das pinturas setecentistas portugueses na Catedral da Sé continua a nos desafiar a um constante exercício de reinterpretação.

REFERÊNCIAS

ALPERS, Svetlana. *O Projeto Rembrandt*: o ateliê e o mercado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

68. W. Kettle e M. Alves, "Em Busca da Paternidade: Landi e a Invenção da Cidade Histórica".
69. A. Meira Filho, *Landi, Esse Desconhecido*.
70. D. Mello Júnior, *Antonio José Landi: Arquiteto de Belém, Percussor da Arquitetura Neo-Clássica no Brasil*.
71. S. Alpers, *O Projeto Rembrandt: o Ateliê e o Mercado*.
72. D. Mello Júnior, *op. cit.*, p. 11.

ARCHIVO POPULAR: leituras de instrucção e recreio (semanario pitoresco). v. 3. Lisboa: Typographia de A. C. da Cruz, 1839.

ARRAES, Rosa Maria Lourenço. *Pintura colonial em Belém do Pará*: as iconografias religiosas de Pedro Alexandrino de Carvalho (1729-1810) na Igreja de Santana. 2008. Monografia (Especialização em Preservação do Patrimônio Artístico e Histórico) – Programa de Pós-graduação em Preservação do Patrimônio Cultural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

ARRUDA, Luísa Capucho. *Francisco Vieira Lusitano (1600-1783)*: uma época de desenho. 1999. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará, suas missões e a colonização*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004. v. 30.

BARBENSI, Irene (ed.). *Tutti i santi:* icone di Santa Barbara. Pisa: Museo di Icone Russe "F. Bigazzi", 2009.

BESANÇON, Alain. *A imagem proibida*: uma história intelectual da iconoclastia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. Bauru: Edusc, 2004.

CAPITELLI, Giovanna. I Gesuiti e le arti nell'Ottocento: I 'pittore di Pio IX' nella chiesa di Sant'Ignazio a Santiago del Cile. *In*: CAPITELLI, Giovanna *et al*. *Arte en la iglesia de San Ignacio*. Santiago de Chile: Ril editores, 2017. p. 91-111.

CAPITELLI, Giovanna. Il mercato globale dell'arte sacra nell'Ottocento. *In*: CAPITELLI, Giovanna. GRANDESSO, Stefano; MAZZARELLI, Carla (org.). *Roma Fuori di Roma*: L'esportazione dell'arte moderna da Pio VI all'Unità. Roma: Campisanto Editore, 2012. p. 389-417.

CAPITELLI, Giovanna. La pittura religisa. *In* SICI, Carlo (org.). *L'Ottocento in Italia*: le arti sorelle, Il Romanticismo (1815-1848). Milano: Electa, 2007. pp. 50-65

CAMBOTA, Manuela Cernadas. *Arte portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2006.

CANETTI, Luigi. Da San Domenico alle Vitae Fratrum: pubblicistica agiografica ed ecclesiologia nell'Ordo Praedicatorum alla metà del XIII secolo. *Mélanges de l'Ecole française de Rome:* Moyen-Age, Roma, t. 108, n. 1, p. 165-219, 1996.

CASTELNUOVO, Enrico. *Retrato e sociedade na arte italiana*: ensaios de história social da arte. São Paul: Companhia das Letras, 2006.

COLI, Jorge. *O que é arte?* São Paulo: Brasiliense, 1995.

DERENJI, Jussara. Desenhos setecentistas na Sé de Belém. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 107-27, 2011.

DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. v. 1.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo*: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. *Repensando o sincretismo*: estudo sobre a Casa das Minas. São Paulo: Edusp; São Luís: Fapema, 1995.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; RODRIGUES, Silvio Ferreira. Um altar romano na baía do Guajará: programa iconológico e reforma católica na Catedral da Sé de Belém do Pará (1867-1892). *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 14, n. 43, p. 975-1011, jul./set. 2016.

GINZBURG, Carlo. *O fio e o rastro*: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens*: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KETTLE, Wesley; ALVES, Moema. Em busca da paternidade: Landi e a invenção da cidade histórica. *Estudos Amazônicos*, Belém, v. 3, n. 2, p. 27-39, 2008.

LEAL, Monsenhor Américo. *História de uma igreja e cercanias*: Belém-Pará: Falângola, 1969.

MACHADO, Cyrillo Vollkmar. *Collecção de memorias relativas* às *vidas dos pintores e escultores, architetos, e gravadores potuguezes, e dos estrageiros que estiverão em Portugal*. Lisboa: Imp. de Victorino Rodrigues da Silva, 1823.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*: do Renascimento às revoluções liberais. Lisboa: Palas, 1984. v. 2.

MARTÍN, María Jesús Baquero. Escenas de la vida de Santo Domingo de Guzmán. *Estudios de Historia de España*, Buenos Aires, n. 14, p. 135-60, 2012.

MATT, Leonard von. *St. Dominic*: a pictorial biography. Chicago: Regnery, 1957.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. As atribulações de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem do século XIX ou Como a política mexe com a Igreja Católica. *Revista de Cultura do Pará*, Belém, v. 12, n. 1, p. 61-79, 1991.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRA FILHO, Augusto. *Landi, esse desconhecido*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976.

MELLO JÚNIOR, Donato. *Antonio José Landi*: arquiteto de Belém, precursor da arquitetura neoclássica no Brasil. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. *Solidariedade e conflito*: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889). 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. O Bispado do Pará. *Annaes da Bibliotheca e Archivo* Público do Pará, Belém, t. 5, p. 5-191, 1906.

PORTO, Thiago de Azevedo. *As diferentes instâncias de reconhecimento institucional da santidade na Idade Média:* um estudo comparativo dos casos de Domingo de Silos e Domingo de Gusmão. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PRANDI, Reginaldo. *Herdeiras do axé*: sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 1996.

REIS, Vítor Manuel Guerra dos. *O rapto do observador*: invenção, representação e recepção do espaço celestial na pintura do tecto em Portugal no século XVII. 2006. Tese (Doutorado em Belas-Artes) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

RODRIGUES, Maria Idalina. Hagiografia em cena: os martírios de Santa Bárbara. *Via Spiritus*, Porto, n. 15, p. 137-60, 2008.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Todos os caminhos partem de Roma*: arte italiana e roma-

nização entre o Império e a República em Belém do Pará (1867-1892). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ROSA, Giorgi. *Santi*. Milano: Mondadori Electa, 2002.

SALDANHA, Nuno. A cópia na pintura do século XVIII: o gosto do encomendador como forma de poder na representação. *In*: CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA DO ESTADO, 1., 1988. Actas [...]. Lisboa: FLUL, 1988. p.763–776.

SALDANHA, Nuno. O rei ergueu-se, de Pedro Alexandrino: a pintura do altar-mor da Igreja da Memória. *Invenire*: *Revista de Bens Culturais da Igreja*, Lisboa, n. 5, p. 43-8, jul./dez. 2012.

SALDANHA, Nuno. Joaquim Manuel da Rocha: a pintura da capela-mor na igreja de S. Paulo de Salvaterra de Magos. *Revista de Cultura do Concelho de Salvaterra de Magos*, Salvaterra de Magos, n. 3, p. 143-65, 2016.

SERRÃO, Vitor. *A cripto-história da arte:* análise de obras de arte inexistentes. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SCHENONE, Héctor. *Iconografia del arte colonial*. Buenos Aires: Fundación Tarea, 1992. v. 2.

SOLERO, Silvio. *Santa Barbara*: cenni storici sul suo culto nel mondo cristiano e in Torino. Torino: Tipografia Subalpina, 1956.

TAVARES, André. Displaying the Traslatio Imperii: Roman Art and Iconography between Portugal and Portuguese America in late 18th Century. *In*: CAPITELLI, Giovanna. GRANDESSO, Stefano; MAZZARELLI, Carla (org.). *Roma fuori di Roma*: L'esportazione dell'arte moderna da Pio VI all'Unità. Roma: Campisanto Editore, 2012. p. 323-333.

TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

VASCONCELOS, Flórido. *A arte em Portugal*. Cacém: Verbo Juvenil, 1984. v. 2.

VASTA, Daniela. *La pittura sacra in Italia nell'Ottocento*: dal Neoclassicismo al Simbolismo. Roma: Gangemi Editore, 2012.

WILMS, Jerome. *As the morning star*: the life of St. Dominic. Milwaukee (EUA): Bruce Publitions, 1956.

9 LAÇOS LITERÁRIOS D'ALÉM-MAR: PARÁ E PORTUGAL NO OITOCENTOS

Maria Lucilena Gonzaga Costa[1]
Germana Araújo Sales[2]

> *O que faz as pessoas de uma cultura sentirem-se atraídas por outra é, muitas vezes, a ideia de uma prática análoga à sua própria e, assim, familiar e estranha ao mesmo tempo. Seguindo essa atração, as ideias ou práticas das duas culturas passam a se parecer mais umas com as outras.*
>
> P. Burke, *O Que é História Cultural*?

A CHEGADA DOS PORTUGUESES EM TERRAS PARAENSES

O Grão-Pará, no Oitocentos, esteve entre as províncias que mais atraíam imigrantes portugueses: de cada dez estrangeiros chegados à região, oito vinham de Portugal, mormente do norte do país, região do Minho. Chegados a essa província, cultivavam costumes trazidos do antigo reino e mantinham a cultura e a tradição característicos. Contudo, os que vinham para cá passavam por inúmeras provações de resistência, a começar pela viagem, regada a sacrifícios como fome e doenças.

1. Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora Associado IV da Faculdade de Letras, do Instituto de Letras e Comunicação (ILC), da Universidade do Federal do Pará. Atualmente exerce a função de Diretora de pesquisa, na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp) da UFPA, Presidente da Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa (Abraplip) e Coordenadora da área de Linguística e Literatura da Capes e membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic).
2. Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará. Professora Adjunta de Literatura Portuguesa na Universidade Federal do Pará, Campus de Cametá. Coordena o Projeto de Pesquisa intitulado "Portugal no Jornal: Produções Portuguesas na Imprensa Cametaense" e o Projeto de Extensão "Letramento Literário nas séries iniciais do ensino fundamental I da EMEF Prof.ª Maria de Nazaré Peres". É membro da Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa – Abraplip (2018/2020).

Os engajadores, que lucravam com a mão de obra branca, aliciavam os jovens portugueses com promessas de fortuna fácil no Brasil. Sobre esse fato, o escritor português Francisco Gomes de Amorim, que migrou para o Pará com menos de dez anos, reportou em seu livro *Cantos Matutinos*:

> Foi então que os engajadores, espalhando notícias exaggeradas, ou falsas, acerca das enormes riquezas do Brasil, e da facilidade com que ellas se obtinham, conseguiram desvairar um grande número de rapazes da minha aldeia. Meu irmão Manuel foi uma das victimas, se não engajada, enganada pelos alliciadores. Para o acompanharmos ao *bota-fóra*, eu e a minha família fizemos a jornada do Porto. Alli nos demorámos até quase à saída do navio que devia conduzil-o, e como eu ia a bordo todos os dias, os agentes procuravam seduzir-me para que fosse também para o Brasil, promettendo levar-me quasi *de graça*. Incitaram-me tanto, e tão saudoso eu me sentia do irmão, que era o meu braço direito nas brigas escolares, que por fim pedi a minha mãe que me deixasse seguir o meu destino.[3]

Assim como os irmãos Manuel e Francisco Gomes de Amorim, outros jovens portugueses viajavam para o Brasil antes mesmo de completar quatorze anos, idade em que eram recrutados pelo serviço militar português. Muitos desses imigrantes vinham para a província com a expectativa de conseguir um trabalho e guardar economias para retornarem a sua terra natal. Esses eram os portugueses de torna-viagem, mas nem todos retornavam, ou por falta de boa capitalização dos recursos próprios, ou por estabelecerem relação familiar por aqui.

Como muitos deles já vinham alfabetizados e dominavam a aritmética, conseguiam colocação de caixeiros ou em tipografias que se expandiam na região. Para além dos estabelecimentos profissionais, os laços afetivos contribuíram para fixar os portugueses na província, pois alguns casavam com as filhas de comerciantes locais ou dos donos de seringais, e gratamente firmavam domicílio.

A manutenção da aliança com Portugal era oportuna, já que, econômica, geográfica e politicamente, os laços eram mais viáveis com os lusitanos, como também culturalmente a província lograva maior representatividade, pois muitos paraenses cruzavam o oceano para estudar em Coimbra

3. F. G. Amorim, *Cantos Matutinos*, pp. v-vi.

ou Lisboa e retornavam de lá com novas perspectivas para a região. O trânsito para este fim pode ser verificado nas publicações dos jornais da época, como o *Treze de Maio*:

CORRESPONDENCIA

Senr. Redactor

Em carta que vi de Portugal de 4 de julho, soube que o nosso compatriota o Senr. José Coelho da Gama e Abreu, fizera um brilhante acto em Mathematicas, na Universidade de Coimbra, tomou o grau de Bacharel e se lhe passarão as suas cartas muito honrozas.

Sabemos mais que foi sempre considerado n'aquella Universidade, um Estudante distincto, não só na frequencia das Mathematicas, como também na faculdade de Philosophia, na qual elle se acha já também Bacharel formado, desde o anno passado; tendo durante os annos que esteve nos estudos adequirido os maiores premios das duas faculdades, a que se dedicou.

Queira Senr. Redactor ter a bondade de publicar no seu Jornal o Treze de Maio, o que levo dicto, a fim de que a mocidade estudiosa Paraense, sigão com animo os seus estudos, pois que os seus patrícios nas diversas nações donde se achão estudando, dão provas de que os Brazileiros, são talentozos e muito estudiosos.

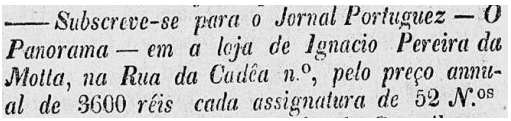
Sou Senr. Redactor.
S. C. 6 de setembro de 1854

L. Y. D. J. A[4]

Conforme demonstra a publicação, era comum os estudantes paraenses concluírem seus estudos em universidades portuguesas. De lá para cá, voltavam não somente com o conhecimento, mas também aglutinavam comportamentos e costumes que ditavam novos hábitos na província. Em conta disso, os redatores paraenses publicavam, quase diariamente, informações daquele país, além de divulgarem aos leitores a disponibilidade de assinaturas para jornais portugueses, como constatamos nos anúncios dos jornais *Treze de Maio* e *Diário de Belém*:

4. *Treze de Maio*, Belém, n. 381, 9 de setembro de 1854, p. 4.

Quem quiser ser assignante[5] do novo Periodico de Lisboa, intitulado – Universo Pitoresco – muito bem acreditado no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, queirão dirigir-se a Luiz Francisco Colares para lhe mandar vir de Lisboa as coleções.[6]


—— Subscreve-se para o Jornal Portuguez — O Panorama — em a loja de Ignacio Pereira da Motta, na Rua da Cadêa n.º, pelo preço annual de 3600 réis cada assignatura de 52 N.os [7]

Os Snrs. assignantes do Jornal – O Panorama – podem mandar receber os números ultimamente vindos de Lisboa.[8]

O BRAZIL

Redactores: M. Pinheiro Chagas (director politico) e Antonio de Castilho

Pelo Jerome vieram os n. 60 e 61 d'este jornal

SEMMANARIO. "Os imigrantes portuguezes no Brazil". "Uma theoria ultramontana de philosophia da historia portuguesa". "Ao Cearense". "Guilherme Braga". Artigos do sr. Pinheiro Chagas. Festejos em Lisboa nos dias 23 e 24 de julho. Actos officiaes. Revista de Lisboa, Porto, Provincias, Estrangeiras e Commerciaes. Folhetim. "A Guerra do Paraguay". Pelo sr. Pinheiro Chagas.[9]

Ainda que o periódico intitulado *Universo Pitoresco* tivesse correspondentes no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, o primeiro anúncio faz referência a Luiz Francisco Colares, o responsável pelas edições oriundas de Lisboa e pelas assinaturas no Pará, o que denota a relação direta desta província com Portugal.

Os anúncios do jornal *O Panorama* (segundo e terceiro acima) reiteram a assertiva dessa afinidade entre os países, visto que o de novembro de 1846 oferece as subscrições para as assinaturas do jornal português, já o publicado no início do ano seguinte comunica aos assinantes a chegada das edições do referido periódico, vindas de Lisboa.

5. Mantivemos a ortografia, as abreviações e a pontuação conforme constavam nos jornais, a fim de preservar o valor histórico e linguístico das publicações.
6. *Treze de Maio*, Belém, n. 64, 30 de dezembro de 1840, p. 4.
7. *Treze de Maio*, Belém, n. 653, 14 de novembro de 1846, p. 4.
8. *Treze de Maio*, Belém, n. 667, 3 de janeiro de 1847, p. 4.
9. *Diário de Belém*, n. 201, 30 de agosto de 1874, p.4.

Sobre o semanário *O Brazil*, de responsabilidade dos escritores portugueses Pinheiro Chagas e Antonio de Castilho, chama a atenção pelo título, pois ainda que o próprio nome do periódico sugerisse o país para o qual se destinava, esse tinha uma referência quase exclusiva às informações de/para um público de Portugal.

Observamos, ainda, que há uma distância de mais de três décadas entre o primeiro e o último anúncio, o que implica dizer que os laços entre os países, sobretudo, entre a província do Pará e Portugal, permaneciam atados, principalmente por meio dos jornais de proprietários portugueses.

A ATUAÇÃO DOS PORTUGUESES NA IMPRENSA PARAENSE

A atividade dos portugueses radicados na província foi diversificada e chama atenção o envolvimento desses patrícios na prosperidade da imprensa paraense. Motivados por essa profusão, muitos portugueses investiram na criação dos seus próprios jornais. Entre os mais importantes, citamos: *Diário do Gram-Pará* (1853-1893), *Gazeta Official* (1858-1866), *Diário de Belém* (1868-1892) e *O Liberal do Pará* (1869-1889), todos com grande influência na província.

O primeiro jornal diário de Belém, o *Diário do Gram-Pará*, foi inaugurado em 1853 e permaneceu ativo por quatro décadas, encerrando sua produção em 1893. Sobre esse importante suporte de comunicação, Clóvis Meira[10] afirmou que "O jornal *Diário do Gram-Pará,* matutino, noticioso e político, possibilitou a divulgação de trabalhos produzidos pelos jovens e que não chegaram a ser coletados em livros". Ressaltamos a importância não apenas desse periódico, mas da maioria dos jornais que serviram de veículo aos paraenses, especialmente no que se refere à relação luso-paraense.

A expansão da imprensa no Pará tornara-se um negócio lucrativo, conforme constatamos na seção "Avizos Diversos" do *Diário do Gram-Pará*, que anunciava vagas de emprego para entregadores do jornal, o que denota o aumento das publicações e assinaturas, como demonstra o aviso a seguir:

> AVIZOS DIVERSOS
>
> – Nesta typ. precisa-se de destribuidores para o jornal, paga-se bem.[11]

10. C. Meira, *Introdução à Literatura no Pará*, p. 71.
11. *Diário do Gram-Pará*, n. 296, sábado, 19 de dezembro de 1857, p. 4.

Se o referido jornal anunciava emprego aos entregadores e advertia "paga-se bem", podemos aventar a rentabilidade do negócio. Em outra notícia, de cobrança das assinaturas, observamos que os devedores recebiam os jornais sem pagar, e não ocorria a suspenção das assinaturas. A data da publicação é de 19 de dezembro de 1857 e a cobrança era publicada na primeira página.

ATTENÇÃO!

Roga-se aos srs. assignantes deste jornal, que estão atrazados em seos pagamentos, hajão de satisfizer os seus debitos até ao fim do anno, pois do contrario não se poderá continuar a fazer-lhes a entrega do mesmo.[12]

Pelo anúncio é fácil supor que os proprietários do jornal, os portugueses Antônio José Rabello Guimarães e José Joaquim Mendes Cavalleiro, dispunham de capital para manter as assinaturas sem interrupção aos seus assinantes, mesmo os inadimplentes.

O Planeta (1849-1853) também teve sua importância. Esse periódico, lançado no final da década de 1840, publicou no anúncio abaixo a existência do jornal *Grão-Pará*, que já existia desde 1851, com duas publicações semanais, mas que só dois anos depois tornou-se "diário", como afirma Carlos Rocque[13]. Além disso, o anúncio demonstra o excesso de trabalho e as moléstias que acometiam os "compositores":

AOS SNRS. ASSIGNANTES

A nossa folha soffreo uma interrupção de 19 dias depois da sahida do numero 141, devida à moléstias que sobreveio em dois dos nossos melhores compositores; tanto que achando-se este numero 142 compaginado, não foi possível imprimir-se, porque mal podíamos vencer o trabalho do periódico Grão-Pará que nos obrigamos a dar dois números semanais: algumas publicações nos forão pedidas nesse período, as quaes agora pouco ou nada podem interessar, mas como não nos foi igualmente pedida a suspensão delas, julgamos prudente dar-lhe publicidade.[14]

A partir desse anúncio, podemos aventar que nem sempre a interrupção de determinado jornal era uma "jogada de marketing" e que a mão de obra de editores e redatores era insuficiente, o que ocasionava, além da falha

12. *Diário do Gram-Pará*, Belém, n. 296, sábado, 19 de dezembro de 1857, p. 1.
13. C. Roque, *História Geral de Belém Grão-Pará*.
14. *O Planeta*, n. 142, quarta, 19 de novembro de 1851, p.1.

na publicação periódica dos jornais, a procura por auxiliares de tipógrafos entre os jovens, como valida a seguinte publicação:

ANNUNCIOS

– Nesta typographia recebe-se meninos de 10 a 14 annos para se dedicarem a arte typographica, fazendo-se logo no segundo mez um pequeno ordenado aos que lerem correctamente o manuscripto em portuguez.[15]

Com efeito, era comum a escassez de trabalhadores para a produção de jornais nas províncias brasileiras. Contudo, a chegada dos portugueses no Pará, mormente os meninos adolescentes que sabiam ler e escrever, muito contribuiu para o crescente número de periódicos que circularam na província durante o século XIX.

Ainda ao que se refere à relação luso-paraense, convém citar a contribuição cultural deixada na província pelos portugueses e mencionar o Gabinete Português de Leitura do Pará, inaugurado em 1857, e, posteriormente, o Grêmio Literário e Recreativo Português de Belém, fundado em 1867 e ainda em funcionamento, onde existe um vasto e importante acervo de livros, revistas e jornais disponibilizado aos pesquisadores. Desse modo fica registrado o investimento cultural lusitano dado ao Pará e que ainda resta como herança.

FIGURA 1: Caza Luzitana, térreo do prédio do Grêmio Literário Português, Belém-PA.

FONTE: imagem disponível em www.facebook.com/belemdopassado/photos.

15. *O Planeta*, n. 161, terça, 17 de agosto de 1852, p.4.

A CONTRIBUIÇÃO DOS PORTUGUESES PARA A PROSA FICCIONAL NO PARÁ

A contribuição cultural promovida pelos portugueses contou também com a expansão da circulação da prosa de ficção na província, ampliação essa comprovada em variados anúncios de vendas de livros publicados com frequência em boa parte dos jornais do Oitocentos, mais efetivamente em jornais de proprietários portugueses:

> LIVROS MUITO BARATOS
>
> – Na loja de Godinho Tavares & C. no Ver-o-pezo, achão-se a venda, chegados ultimamente de Lisboa os seguintes livros: Misterios de Lisboa, por Camillo C. Branco, ditos de Pariz por E. Sue, Eugenio romance marítimo por F. M. Bordalo, Tres mosqueteiros por A. Dumas, vinte annos depois com lindas estampas litographadas, pelo dito, Maria espanhola, Marqueza de Bella-Flor com estampas, Ascanio ou o reinado de Francisco 1º por A. Dumas, Constantino e Joaniha ou os Jacobinos Polacos romance histórico, Cabana do Tio Tomaz, Escravo Branco, Rainha Margot por A. Dumas, Os quarente e cinco pelo dito, Filho do diabo por Feval, Guerra das mulheres por Dumas, Miss Mary por E. Sue, Nodoa de sangue pelo visconde de Arlincourt, Alfageme de Santarem por Garret, Albina por A. Dumas, A Pomba pelo dito, Pedreiro por Lamartine, Cortezão de Paris, Filhos de minha mulher por Roch, Eulalia ou o amor filhial, Recordações d'uma viagem, Marqueza de Camba, Rainha aventureira, Irmãos da Costa, Roza de Castro, Roda da Fortuna, A voz da verdade, Funeral de Napoleão, Lusiadas de Camões edicção riquíssima augmentada com a vida do poeta, uma noticia acerca de Vasco da Gama, Discripção histórica do Brazil, Arte poética de Horacio Flacco, Diccionario francez-portuguez e portuguez-francez, dito portuguez portátil, Secretario universal ou methodo de escrever toda a espécie de cartas, Codigo do bom tom, Poesias de Campello, Fables de la Fontaine, além de destas obras há outras muitas que se vendem por preços muito baratos.[16]

O anúncio exibe uma variedade de livros procedentes de Lisboa, ou seja, que atravessaram o Atlântico para serem comercializados em Belém, prova de que havia um público leitor que formava uma cultura letrada no Pará e o mais interessante: os livros chegavam diretamente de Portugal, sem passar por qualquer outro porto brasileiro, uma vez que nessa província residiam livreiros portugueses que facilitavam o trânsito das obras – como Manuel Gomes de Amorim, irmão de Francisco Gomes de Amorim, já mencionados

16. *Diário do Gram-Pará*, n. 173, 05 de agosto 1857, p. 4.

anteriormente –, o que denota a permanência dos laços com o antigo reino e a grande consumidora livresca que a província demonstrava ser.

Vale destacar que, entre as obras listadas na divulgação, não constam livros nacionais, mesmo em época de crescente publicação de poemas e romances de autores brasileiros, como a famosa *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicada em folhetim em 1843, e lida em quase todo o país. Márcia Abreu[17] enfatiza a necessidade de atentarmos para a influência de obras estrangeiras, que constituiu não só a formação de nossos escritores, mas também a preferência dos leitores. Segundo ela, isso "traz indícios de que parece necessário repensar o *corpus* de textos com o qual críticos e historiadores literários têm trabalhado, no sentido de alargar o conjunto de obras consideradas e o campo de interrogações".

Ainda sob a perspectiva do crescimento de leitura literária na província do Pará, propiciada pelos jornais, encontramos a divulgação de "Edições baratíssimas dos melhores livros de Literatura antiga e moderna", com distribuição gratuita de prospectos que serviam de incentivo aos interessados pelas obras, como no anúncio a seguir:

> LIVRARIA POPULAR E HISTÓRICA
>
> Edições baratíssimas dos melhores livros de Literatura antiga e moderna: Assina-se na nova Loja de Godinho, Tavares & C.ª ao Ver-o-Pezo, onde se distribuem grátis prospectos a quem o exigir.
>
> A Empresa da Livraria Popular e Historica, actualmente está publicando a Biblia Sagrada, contendo o velho e o novo Testamento, segunda edição, ornada de estampas, publicada debaixo dos auspícios do Eminentíssimo Snr. Cardial Patriarcha. A Empresa previne o publico que não confunda esta edição com uma outra da Bíblia que está publicando a empresa intitulada Biblioteca Economica, a qual está içada dos erros de que se faz especial menção no principio do caderno n. 1.º.
>
> Na loja acima acha-se à venda o n. 1 a 5 da Bíblia, com as competentes estampas, e bem assim os Romances, Filho do Diabo, S. Clair, e Cego da Fonte de Santa Catharina.[18]

Conforme constatamos, a concorrência entre as tipografias que editavam essas produções era tanta, a ponto de elas apelarem para as incorreções dos impressos, como na advertência desse anúncio, que menciona a "empresa

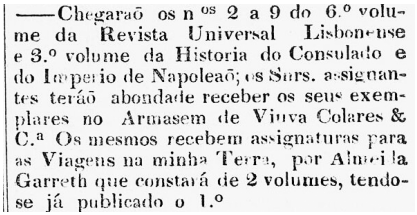
17. M. Abreu, *Os Caminhos dos Livros*, p. 137.
18. *Treze de Maio*, n. 339, 03 de junho 1854, p. 4.

intitulada Biblioteca Econômica" como concorrente da "Livraria Popular e Histórica", alertando o público a respeito dos erros.

Atentemos também para a quantidade dos volumes ou tomos publicados e o uso de estampas, o que faria aumentar ainda mais o número de páginas e o valor arrecadado pela venda das obras. Ressaltamos a divulgação dos romances *Filho do Diabo*, *S. Clair*, e *Cego da Fonte de Santa Catharina*, que já se encontravam à disposição do público.

A efervescência cultural propiciada pela expansão da leitura na província fez com que não apenas as tipografias lucrassem com a venda dos livros, mas também aqueles que serviam de correspondentes para as assinaturas de jornais e livros estrangeiros.

FIGURA 2: Anúncio de remessa de revista


—Chegaraõ os n.os 2 a 9 do 6.º volume da Revista Universal Lisbonense e 3.º volume da Historia do Consulado e do Imperio de Napoleaõ; os Snrs. assignantes teráõ abondade receber os seus exemplares no Armasem de Viuva Colares & C.ª Os mesmos recebem assignaturas para as Viagens na minha Terra, por Almeida Garreth que constará de 2 volumes, tendo-se já publicado o 1.º

FONTE: *Treze de Maio*, n. 642, 3 de outubro de 1846, p. 4..

A divulgação se refere à chegada dos números de "2 a 9 do 6.º volume da Revista Universal Lisbonense", confirmando o que já mencionamos a respeito da quantidade de volumes e tomos postos à venda. Outra informação importante é a assinatura para a obra "Viagens na minha Terra, por Almeida Garrett", que foi oferecida em "2 volumes, tendo-se já publicado o 1.º", o que comprova que o Pará recebia quase simultaneamente as publicações das obras lançadas em Portugal. O fato de ter sido a *Revista Universal Lisbonense* a primeira a disponibilizar esse livro (entre 1845 e 1846) a seus assinantes, fez com que muitos paraenses conhecessem a obra em primeira mão por meio do anúncio datado de 1846, ano da primeira publicação. E mais, antes desse, outro anúncio sobre as *Viagens na Minha Terra* foi publicado, em 02/05/1846, pelo *Treze de Maio*, numa extensa propaganda sobre a obra, a qual ocupou a metade da segunda coluna da página 5 e toda a página 6 do jornal e, certamente, custou bem caro para o divulgador, pois, mesmo se fosse assinante, este só teria direito a dez linhas gratuitas do jornal.

A propaganda mencionava ser a obra uma "Bela Edição correta e nítida, revista, aumentada e ilustrada pelo autor", o que credenciava ainda mais a sua recepção pelos leitores e justificava que "Os proprietários editores da REVISTA" perceberam a extraordinária popularidade alcançada por meio das publicações em folhetim e decidiram "fazer um serviço às letras e à gloria de seu país, imprimindo-a agora reunida em um livro"[19].

O anúncio não poupa elogios ao autor, comparando-o com Homero, Dante, Platão, Rousseau, Xenofonte, Horácio, Lamartine, Machiavel, Chateaubriand, Shakespeare, Eurípedes, Camões, Calderón, Goethe, Virgílio, Schiller, Sá-de-Miranda, Sterne, Cervantes, Fénelon, Vieira, Rabelais, Gil Vicente, Kant, Voltaire, entre outros, com os "Enciclopedistas" e com os "Santos-Padres". Enfim, o autor está à altura das grandes constelações filosóficas e literárias da antiga e da moderna idade.

Quanto à obra, o anúncio diz ser "um daqueles livros raros" escritos por Garrett, "o auctor de Camões e de Catão, de D. Branca e do Portugal na Balança da Europa, do Auto de Gil Vicente e do Tractado da Educação, do Alfazeme e do Fr. Luiz de Souza, do Arco de Sanct'Anna e da História Litterária de Portugal, de Adozinda e das Leituras Históricas e de tantas producções de tão variado gênero"[20]. Ao elencar as obras do autor, a propaganda demonstra não se tratar de uma pessoa qualquer, mas de um escritor já consagrado pelo público e pela crítica portugueses, o que fazia valer o investimento na aquisição do livro no Pará.

Ainda sobre a obra, é advertido que "o auctor prestou-se a dirigi-la elle mesmo, corrigiu-a, editou-a, alterou-a em muitas partes, e a ilustrou com as notas mais indispensáveis para a geral intelligencia do texto: de modo que sahirá melhorada do que primeiro se imprimira"[21], o que significa dizer e constatar que havia todo um cuidado do autor com a edição de sua obra quando esta fosse publicada em forma de livro, como foi o caso.

Quanto à assinatura, era cobrado o valor de 480 réis para os assinantes, que poderiam fazê-la em Lisboa, no Porto, em Coimbra, em Faro, em Braga e em outro lugar que não coube no restante da página 6 do jornal *Treze de Maio*, mas presumimos que seria no Pará, pelo "Armazém de Viúva Colares

19. *Treze de Maio*, n. 600, 2 de maio de 1846, pp. 5 e 6.
20. *Idem*, *ibidem*.
21. *Idem*, *ibidem*.

& C.ª", que divulgava, nesse jornal, as assinaturas para as *Viagens na Minha Terra*, conforme demonstramos anteriormente.

A importância desse anúncio não se restringe ao valor pago para ser divulgada a obra do famoso escritor português Almeida Garrett, mas, especialmente, por notarmos que o jornal *Treze de Maio* tinha os portugueses, residentes na província, como principal destinatário dessa publicação, ou seja, o investimento na propaganda livresca era válido pelo fato de haver um público específico para a aquisição da obra.

Não há dúvida de que a província do Pará era alvo comercial dos livreiros portugueses, pois a relação acontecia de forma direta, ou seja, sem mediação da Corte brasileira. Assim sendo, pensavam os portugueses, "Se exportarem em grande número para o Brasil, e para o ultramar, se tiverem bons correspondentes, deve ser uma empresa lucrativa, e que prestará bons serviços aqueles para quem mandar os seus produtos"[22], especialmente para essa província, importante mercado livresco para eles.

Por meio do anúncio, os lusitanos contavam com a exportação de livros para o Brasil e com a atuação dos seus correspondentes, que chegavam a viajar para a província a fim de estreitar laços comerciais com os jornais e tipografias locais; eles acreditavam também que a exportação de livros, além de ser um negócio lucrativo, era um benefício prestado para a região. Não por acaso, o empreendimento era localizado em Portugal e a empresa "representada em Lisboa por F. Gonçalves Lopes e a correspondência dirigir-se-lhe à rua da Cruz de Pau n. 15, primeiro e segundo andar"[23], mas divulgado nesta província.

Embora existissem inúmeras empresas com sede em Portugal, o Pará também dispunha de tipografias que imprimiam obras importantes no que diz respeito aos laços luso-brasileiros, prova disso é a coleção denominada Ilustração Luso-Brasileira, anunciada pelo *Diário do Gram-Pará*, no ano de 1860:

> – Chegou a conclusão do 3.º volume da – Illustração Luso-Brasileiro – que se vende na loja de Godinho, Tavares & C.ª, onde se achão os 3 volumes completos.[24]

22. *Diário do Gram-Pará*, Belém, n. 13, 17 de janeiro de 1860, p. 2
23. *Idem, ibidem.*
24. *Diário do Gram-Pará*, Belém, n. 59, 13 de março de1860, p. 4.

Conforme cita o anúncio, a loja de Godinho Tavares & C.ª foi uma importante livraria responsável por comercializar os mais diversos impressos do Brasil e do exterior, e que muito contribuiu para o acesso e expansão de livros na província, incluindo obras traduzidas de outras línguas, notadamente do francês. No caso da Ilustração Luso-Brasileira, oferecida em três volumes completos, certamente era uma publicação portuguesa para ser vendida nos dois países, com a confiança de uma venda avultada, se considerarmos os laços mencionados no próprio título da obra.

Importa darmos atenção à significativa quantidade de títulos de obras, jornais, estabelecimentos comerciais, entre outras coisas, em que o adjetivo "luso-brasileiro" é constante nas informações encontradas, como o Guia Luso-Brasileiro, que bem ilustra o uso desse atributo:

> GUIA LUSO-BRASILEIRO
>
> DO VIAJANTE da Europa por Ignacio Manoel de Lemos, dr. em medicina, pela faculdade de Giessen, membro do consultório homeopático portuense, membro fundador e secretario do consultório homeopático lisbonense, &c., &c.; contendo conselho ao viajante, introdução, viagem do Brazil a Lisboa, descripção da Europa, a saber:
>
> 1.º – O melhor meio de viajar em cada paiz, segundo seu estado de progresso e civilização; embarques e desembarques, passaportes, formalidades consulares e de policia, moedas, vehiculos, de transporte, postas, caminhos de ferro, e barcos de vapor;
>
> 2.º – Hoteis recommendáveis, preços e despezas de viagem, usos e costumes de cada paiz, descripção de todas as cidades que offerecem interesse ao viajante; estatísticas dos estados;
>
> 3.º – Descripção de todos os monumentos antigos e modernos, museus de pinturas, estatuas e antiguidades; collecções scientificas, bibliothecas, hospitaes, avisos, &c.
>
> Esta obra acha-se à venda nas lojas seguintes: – rua das Flores, de José Gonçalves Aranha; rua dos Mercadores, de Silva & Irmãos; e de Antonio da Costa Novaes.
>
> Preço ---------- 3$000 réis.[25]

Em meio a tantas viagens feitas por brasileiros, portugueses e demais estrangeiros, nada mais útil e oportuno do que a publicação do *Guia Luso-Brasileiro do Viajante Europeu*. Pela descrição, tratava-se de um importante manual de sobrevivência, em virtude dos riscos das viagens e da necessidade

25. *Diário do Gram-Pará*, Belém, n. 77, 3 de abril de 1860, p. 4.

de saber qual "o melhor meio de viajar em cada país, segundo seu estado de progresso e civilização", e outras informações. Contudo, vale a ressalva de que o preço de 3$000 (três mil) réis era destinado para aqueles que, assim como dispunham de dinheiro para as viagens, tinham condições financeiras para adquirir a obra.

Nesse sentido, aventamos que a obra devia ter boa aceitação na província, uma vez que estava disponível em três endereços, "nas lojas seguintes: – rua das Flores, de José Gonçalves Aranha; rua dos Mercadores, de Silva & Irmãos; e de Antonio da Costa Novaes", além de sabermos, por outras informações, que o porto de Belém recebia frequentemente navios de várias partes do mundo, principalmente do continente europeu.

Pelo segundo ponto ressaltado no anúncio, "Hotéis recomendáveis, preços e despesas de viagem, usos e costumes de cada país", compreendemos porque Belém tinha tantos hotéis com nomes relacionados ao Velho Mundo: Hotel Luso-Brasileiro, Hotel Europa, Hotel União (o qual apontava 'um bom cozinheiro de Lisboa'), entre outros estabelecimentos cujo propósito era ambientar o estrangeiro recém-chegado e inserir, culturalmente, o paraense aos hábitos europeus.

Variados anúncios de vendas de livros e gabinetes de leitura disponibilizavam as edições para seus associados, mas os periódicos tiveram participação fundamental nesse cenário de expansão da leitura, como o *Diário do Gram-Pará*, que publicou, a partir de 1863, romances-folhetins do escritor português Camilo Castelo Branco, entre os quais citamos: *Coisas Espantosas*, *A Neta do Arcediago*, *O Arrependimento*, *A Gratidão*, *O Monge Negro*, *O Bem e o Mal*, *A Filha do Doutor Negro*. Essa informação demonstra a preferência aos romances portugueses, o que nos faz compreender a existência de um público leitor dessas obras no referido jornal, de propriedade também de portugueses.

No *Diário do Gram-Pará*, foi localizado, na seção "variedade" do dia 09 de março de 1858, a prosa de ficção intitulada *O Ciúme de uma Mulher do Fim do Mundo*, publicação de autoria portuguesa, pertencente ao lisboeta Antonio Feliciano Marques Pereira (1839-1881), importante escritor em Portugal, jornalista profissional, que publicou em seu país vários romances em folhetins, além de traduções.

Em 12 de abril de 1858, o *Diário do Gram-Pará* dava a lume a prosa de ficção intitulada *Proezas de Mr. Hume, no Porto, em 13 de Junho de 1857*. Essa narrativa difere das demais por integrar o fantástico na literatura, o que não era comum entre as histórias publicadas nos jornais paraenses daquele período.

No *Diário de Belém* localizamos produções de autores consagrados pela crítica contemporânea, tais como Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco (*Os Brilhantes do Brasileiro*) e Almeida Garrett (*Miragaia*), e outros não consagrados, como Ramalho Ortigão (*Os Japoneses no Circo Price – Diário de Notícias*), Bulhão Pato (*Paisagens*), Theófilo Braga ("A Voz", poema), entre outros. Contudo, o que nos chamou a atenção foi o número significativo de escritores portugueses presentes na província do Pará e que ficaram esquecidos nas páginas dos jornais.

A CELEBRAÇÃO NO PARÁ AO DIA DE PORTUGAL

A presença portuguesa nas províncias brasileiras certamente ficou marcada por meio das manifestações culturais trazidas por esse povo colonizador. Décadas após a independência do Brasil, período pelo qual os brasileiros tentaram manter distância de Portugal, restaram ainda, em algumas regiões, laços que se conservaram atados para além do idioma, entre os quais podemos citar as agremiações portuguesas, como o Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro; o Gabinete Português de Leitura, em Pernambuco; e o Grêmio Literário Português, no Pará.

Essas agremiações foram responsáveis pela manutenção da cultura lusitana entre nós, pois, além de preservarem as bibliotecas com rico acervo disponível à população, mantiveram algumas comemorações referentes a Portugal, como O Dia de Portugal, ou Dia de Camões, comemorado em 10 de junho. No Pará, o ano de 1880, em especial, foi notabilizado pelo tricentenário de morte do autor de *Os Lusíadas* e a província não se isentou dessas homenagens ao "grande épico português", Luís Vaz de Camões.

Na província paraense, a data de 10 de junho de 1880 foi celebrada pelo público, tendo à frente as agremiações literárias e a imprensa; esta, em especial, acompanhou desde as primeiras reuniões organizadas para a comemoração do evento até o grande dia, que foi noticiado nas diversas páginas dedicadas ao "vate português".

Nesse sentido, ainda que algumas províncias brasileiras tenham deixado passar despercebida essa data tão importante para os falantes da língua portuguesa, o Pará, província com grande número de imigrantes vindos de Portugal para a colonização do Norte do Brasil, demonstrou que, em plena década de 1880, persistia com os laços atados ao antigo reino, pois parte da imprensa local era de proprietários portugueses e, também por isso, os jornais dessa província acompanharam atentos os detalhes da festa comemorativa do terceiro centenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância e contribuição da presença dos portugueses para a província do Pará serviu-nos de fonte de pesquisa a fim de constatar o quanto a região ainda dispõe de traços deixados pelos antigos colonizadores e imigrantes. Essas marcas perduram até hoje na cultura paraense, entre as quais apontamos para a imprensa. Nesse sentido, por meio dos jornais antigos, em especial os do século XIX, podemos (re)descobrir um contexto importante da/na história da nação brasileira, arraigado não à exploração lusitana, mas a um investimento cultural imensurável.

As informações contidas nos periódicos indicam o quanto ainda podemos desvendar a respeito dessa província, bem como a importância desses jornais paraenses como fontes ricas de informação de conteúdo literário. Ademais, o que relatamos até aqui foi apenas uma amostra do que pode ser encontrado na "densa floresta que permanece adormecida nas páginas dos jornais"[26].

Havemos de mobilizarmo-nos para que a história positiva da relação luso-paraense não fique esquecida e restrita às páginas dos periódicos de séculos passados, por isso assinalamos a necessidade de estudos e pesquisas referentes a esse assunto, por percebermos o quanto é possível reconstituir a relação entre o Brasil e Portugal, mormente na província paraense.

26. C. Meira, *Introdução à Literatura no Pará*, p. 126.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras; ABL, 2012.

AMORIM, Francisco Gomes de. *Cantos matutinos*. 2. ed. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1866.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MEIRA, Clóvis. *Introdução à Literatura no Pará*. Belém: Cejup, 1990.

ROCQUE, Carlos. *História geral de Belém e do Grão-Pará*. Atualização de textos: Antônio José Soares. Belém: Distribel, 2001.

10 VIVÊNCIAS LUSITANAS NA CIDADE DA BORRACHA: MANAUS, 1893-1923

Maria Luiza Ugarte Pinheiro[1]

A história social da Amazônia, quando relacionada ao final do século XIX e início do século XX, tem registrado, com bastante ênfase, o fenômeno dos deslocamentos populacionais que, oriundos de diversos cantos do mundo, passaram a demandar a região em busca das oportunidades que então se abriam com o desenvolvimento da economia de exportação da borracha. A dinâmica desses deslocamentos obviamente não se processou de forma unívoca, sinalizando, antes, para contextos de recepção bastante diferenciados, como foram os seringais encrustados na floresta, que se estruturaram como as unidades produtivas por excelência, e os espaços citadinos, que se urbanizavam visando, basicamente, a ancoragem do processo gerencial e comercial do produto.

O recorte temporal proposto para este artigo é, *grosso modo,* o período de expansão e crise da economia da borracha, pelo tanto que ela impactou e suscitou processos de deslocamentos humanos para a Amazônia. Trata-se de um momento de grandes mudanças e transformações marcantes, sobre as quais a historiografia regional deixou um conjunto importante de trabalhos. Este é também o período sobre o qual temos concentrado nossa atuação no campo da pesquisa arquivística, o que igualmente nos possibilita caminhar com maior segurança pela seara documental dos arquivos e seus acervos locais – Biblioteca Pública do estado do Amazonas, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Arquivo Público do estado do Amazonas, Labora-

1. Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professora Associada do Departamento de História da Universidade do Amazonas (UFAM). Bolsista produtividade do CNPq.

tório de História da Imprensa no Amazonas, entre outros – e nacionais (em especial o arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Outro ponto de relevo é que este período permite acompanhar a composição, os dilemas e a dinâmica própria da e/imigração portuguesa em Manaus, em três conjunturas socioeconômicas diferenciadas: o início da arrancada extrativista (fins do século XIX), seu apogeu (1910-11) e acelerada decadência (de 1912 até a década de 1920). Ele também permite um diálogo maior com o periodismo português que se produziu na cidade e, por essa razão, utilizamos as datas basilares de 1893 e 1923. Ambas referenciam momentos – inicial e final – dessa experiência lusitana no campo das letras e do jornalismo amazonense. Assim, *A Caridade*, primeiro jornal produzido por integrantes da colônia portuguesa na capital amazonense, surgiu em 1893, acompanhando as primeiras ondas da imigração estrangeira para a cidade. Já *O Ranzinza*, que iniciou sua publicação em 1921 e encerrou dois anos depois (1923), foi a última experiência dos portugueses da colônia amazonense no campo do periodismo.

De início, cabe salientar que o período que vai do final do século XIX às décadas iniciais do século XX constitui momento rico para o estudo da imigração no Brasil, pois a dinâmica socioeconômica do país, marcada pela crise do modelo escravista e pela dinamização econômica pautada numa nova divisão internacional do trabalho, propiciou a entrada massiva de imigrantes estrangeiros, tendo despontado nesse movimento italianos, portugueses e espanhóis, em meio a uma dezena de etnias[2]. Embora os dados estatísticos do período sejam deficientes, e por vezes contraditórios, parece certo afirmar que algo em torno de 31 milhões de pessoas deslocaram-se para o continente americano, sendo que, destes, 2,9 milhões teriam vindo para o Brasil, radicando-se, em sua maioria, no estado de São Paulo[3].

Como salientam alguns estudiosos do tema, dadas as dimensões e a importância assumidas, a imigração estrangeira no período transformou-se em um grande comércio, que logo estabeleceu "rede de negócios" nas duas pontas do processo migratório, e estimulou, dessa forma,

2. I. L. Martins, "Italianos, Espanhóis e Portugueses no Quadro da Grande Imigração no Brasil", pp. 385-95.
3. L. L. de Oliveira, *O Brasil dos Imigrantes*, p. 24.

A especialização das atividades de recrutamento, transporte e distribuição de emigrantes. Negócio próspero que contou com a participação de diversas empresas – companhias de navegação a vapor, companhias ferroviárias, companhias de colonização, armadores, agenciadores, além de serviços públicos nos países de origem e chegada – e colocou em evidência a primeira contribuição desses trabalhadores migrantes ao processo de acumulação capitalista, mesmo antes do trabalho nas terras e nas fábricas a que se destinavam[4].

Com intensidades diferenciadas, esse fenômeno de atração de imigrantes atingiu também outras áreas do Brasil que estavam sendo dinamizadas pela expansão capitalista. Nesse contexto, a Amazônia emergiu como nova fronteira para o capital, em especial pela emergência da borracha, que passa então a despontar como um importante componente para a produção industrial. Com efeito, essa arrancada já era perceptível no início da década de 1880, momento em que o produto havia se transformado no segundo mais importante na pauta de exportações brasileiras, perdendo apenas para o café. Tal arrancada produziu, de imediato, uma transferência dos interesses do capital em direção à região, visando tanto o acesso ao produto quanto o controle gerencial do processo produtivo[5].

Nesse sentido, é possível afirmar que a emergência da economia de exportação da borracha potencializou a região Amazônica como área de destino para diversas comunidades diaspóricas[6], que então se punham em movimento. Tanto nacionais quanto estrangeiros aportaram na região em busca de oportunidades de trabalho e de enriquecimento, que eram alardeadas por meio de propagandas financiadas pelos governos dos estados do

4. P. C. Gonçalves, *Mercadores de Braços: Riqueza e Acumulação na Organização Europeia para o Novo Mundo, p. 25*.
5. A literatura sobre o tema é grande e diversificada. Entre outros títulos, cabe destacar: M. L. Prado e M. H. Capelato, "A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República", em B. Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira*, v. 8, São Paulo, Difel, 1985; R. Santos, *História Econômica da Amazônia, 1800-1920,* São Paulo, T. A. Queiroz, 1980; Weinstein, *A Borracha da Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920),* São Paulo, Hucitec, Edusp, 1993.
6. O termo "diáspora" consagrou-se nos estudos sobre e/imigração a partir dos estudos de Stuart Hall (*Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*) e é aqui empregado metaforicamente, no sentido proposto por Bela Feldman-Bianco, ou seja, "para descrever, de forma genérica, pertencimento e identificação além-fronteiras nacionais" (B. Feldman-Bianco org., *Nações e Diásporas: Estudos Comparativos Entre Brasil e Portugal*).

Norte, notadamente Pará e Amazonas, e pela iniciativa privada. Esse propagandismo se fez pelas mais diferentes formas, sendo uma delas a publicação de obras de exaltação à Amazônia e à modernidade de suas cidades capitais. Nesse sentido, um clássico exemplo foi a publicação do livro *No Paiz das Amazonas*, de autoria do Barão de Santa-Anna Nery. Tanto o livro – que saiu em edição bilíngue e foi lançado em diferentes cidades da Europa – quanto seu autor receberam significativas subvenções dos cofres públicos da província do Amazonas[7].

Logo, tem sido possível constatar, em especial para os anos de implantação e expansão da produção da borracha – basicamente as duas últimas décadas do século XIX –, uma certa divisão espacial do trabalho entre as populações que aportaram na região, já que preponderantemente – e, portanto, não exclusivamente! – o processo produtivo no âmbito dos seringais absorveu parte significativa da migração originária do Nordeste do país, em especial de estados como Ceará e Rio Grande do Norte. Inversamente, a ampla maioria de imigrantes estrangeiros, vindos de países da Europa Ocidental – Portugal, Espanha, Itália e Inglaterra – e do Oriente Médio – Líbano, Síria e Turquia –, tendeu a se estabelecer nas áreas urbanas em expansão, principalmente nas capitais Belém e Manaus.

Se a Amazônia se abria como local de destino, é preciso argumentar que, na outra ponta do processo, a emigração era favorecida por mudanças estruturais que alienavam do trabalho parcelas enormes da população de diversos país europeus e asiáticos. Como argumenta Paulo Cesar Gonçalves, na Europa, local dos países de origem da grande maioria dos contingentes que se deslocaram para o Brasil – e para a Amazônia –, a emigração foi favorecida por uma série de fatores, como a concentração de terras nas mãos de poucos, o endividamento do pequeno proprietário e sua transformação em força de trabalho, o crescimento demográfico, o avanço tecnológico, que substituiu parcialmente o trabalho humano pela máquina, e a melhoria dos transportes. O autor ressalta ainda que, deixando sem terra e trabalho milhares de camponeses e trabalhadores que não conseguiam, de outra

7. B. de S.-A. Nery, *No Paiz das Amazonas*. A 1ª edição do livro de Santa-Anna Nery é de 1883. Dois anos depois, uma edição francesa foi lançada em Paris. Sobre o autor, conferir J. A. Carneiro, *O Último Propagandista do Império: o barão de Santa-Anna Nery (1848-1901)*, tese Doutorado em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2014.

forma, serem assumidos pelo novo sistema, essa massa humana findava por gerar medo nos governos europeus[8]; ou, como sustenta Zuleika Alvim,

> Emigrar foi a solução ideal encontrada, uma vez que esse panorama geral harmonizava-se perfeitamente com as necessidades dos novos países – Estados Unidos, Argentina, Brasil –, que por motivos variados iniciaram um grande movimento de atração de imigrantes para suas terras.[9]

Como sustenta Hobsbawm, embora a situação em seus países de origem fosse desanimadora e imagens poderosas de oportunidades de empregos e de fartura eram "oferecidas" além-mar, o que a maioria desses imigrantes almejava era enriquecer o suficiente e retornar para comprar "uma propriedade ou uma casa" e ser respeitado em sua aldeia ou comunidade. No entanto, poucos retornaram, já que "a maioria permaneceu, perfazendo turmas de construção, das minas, das siderúrgicas e realizando outras atividades do mundo urbano e industrial, que necessitava de trabalho duro e de pouco mais. Suas filhas e noivas ingressavam nos serviços domésticos"[10].

O texto de Hobsbawm nos mostra que, além de sofrerem o estigma da diferença, tão comum para os que passam a viver em terra estrangeira, a assimilação nos locais de destino quase sempre se fez por meio da ocupação de empregos considerados degradantes e mal remunerados, o que significava a incorporação de um novo estigma a tencionar as relações dos que emigravam com as populações dos locais de acolhimento. E se é verdade, como sustenta o autor, o fato de a maioria dos emigrados ter se fixado nas localidades de destino, é igualmente verdadeiro o fato de, para muitos dos que conseguiram trilhar o caminho de volta, independente de terem ou não acumulado algum pecúlio, o retorno poder significar também o enfrentamento de novos estigmas, fazendo, muitas vezes, o reintegrado se sentir, em seu próprio país, como se estivesse em terra estrangeira[11].

8. Paulo Cesar Gonçalves afirma que "o processo de erosão da base de sustentação do modo de vida camponês [...] não ocorreu sem a resistência da população rural – o próprio êxodo pode ser entendido como forma de resistência à proletarização" (*Mercadores de Braços: Riqueza e Acumulação na Organização Europeia para o Novo Mundo*, p. 21).
9. Z. Alvim, "Imigrantes: a Vida Privada dos Pobres do Campo", p. 220.
10. E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios, 1875-1914*, p. 184.
11. Notadamente sobre os estudos acerca da emigração portuguesa para o Brasil, vale a pena mencionar J. F. Alves, *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos, 1994

É importante levantar tais questões, pois nosso entendimento parte do pressuposto de que devemos compreender integralmente os deslocamentos de portugueses que se dirigiram para Manaus e, por isso, investigar as duas pontas do processo, ou seja, procurando refletir sobre o lugar de origem e também o de acolhimento, para assim poder compreender as "construções de redes de sociabilidade e pertencimento que viabilizaram o ato imigratório"[12]. Como argumenta Abdelmalek Sayad:

> Na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo, mas igualmente necessidade de ordem epistemológica, pois o que chamamos de imigração, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de emigração; como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal [...].[13]

Pensado numa articulação campo/cidade, os deslocamentos para a Amazônia acabaram por produzir, desde sua origem, imagens e representações bastante diferenciadas – se não antagônicas – no pensamento social, com sensível assimilação na produção historiográfica. Assim, seguindo abordagens como as propostas por Euclides da Cunha[14], toda uma geração de estudos amazônicos passou a registrar e enfatizar a saga do seringueiro nordestino: humilde, maltrapilho e selvagemente explorado por uma estrutura produtiva que o imobilizava pelas dívidas contraídas no barracão – espaço comercial e gerencial estabelecido no centro dos seringais[15].

Inversamente, deslocando o olhar para o contexto citadino, essa mesma historiografia tendeu a enfatizar os processos de urbanização modernizadora que transformavam, de forma frenética, as capitais da região, Belém e Manaus. Nelas, o cosmopolitismo era sempre asseverado como marca destacada desse processo modernizador, que buscava inspiração nos projetos

12. A. L D. Lanna, "Aquém e Além-Mar: Imigrantes e Cidades", p. 871.
13. A. Sayad, *A Imigração: ou os Paradoxos da Alteridade,* p. 14.
14. E. da Cunha, *Um Paraíso Perdido*.
15. Para uma discussão aprofundada sobre o "sistema de aviamento" e o papel do "barracão" como ordenadores das relações de produção no âmbito dos seringais, conferir: R. Santos, *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1980, pp. 155-75

urbanísticos em voga no cenário europeu – em especial as transformações operadas em Paris pelo Barão Haussmann –, bem como nos referenciais estéticos que consagraram o período como uma *belle époque*[16]. Nesse sentido, tanto em Belém quanto em Manaus, a presença marcante de estrangeiros, sobretudo os de origem europeia, passou a ser destacada como marca distintiva desse cosmopolitismo, por apartar, talvez, aqueles centros urbanos do universo amazônico que os circunscrevia e do qual as elites regionais buscaram afastar-se, já que identificavam nele as marcas de um "passado" de arcaísmo e barbárie, a ser suplantado pelo processo civilizador.

Diante desse quadro, uma historiografia mais recente tem se colocado com pertinência, seja rompendo com aquelas representações binárias, especialmente pelo que nelas se encerra de simplificações e esquematismos, seja propondo novos temas, abordagens e metodologias para o estudo dos processos de deslocamentos humanos para a Amazônia, asseverando sua diversidade e complexidade[17]. É no bojo de tais preocupações que temos proposto o enfrentamento do tema da presença portuguesa na capital amazonense naquele que tem sido apontado como um dos momentos de grande dinamicidade da história regional, por ser repleto de transformações impactantes.

Seja como for, e em que pesem os estudos já realizados sobre portugueses na Amazônia[18], as vivências deles no circuito manauara ainda carecem de atenção por parte da historiografia, que pode enfrentar o tema se propuser novas perspectivas e angulações. Nesse sentido, o interesse da pesquisa é compreender as nuances das ações e atividades que estruturaram o processo

16. Para uma crítica a tais aportes, ver: E. M. Dias, *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920,* Manaus, Valer, 1999; M. de N. Sarges. *Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912),* 3. ed., Belém, Paka-Tatu, 2010; M. Pinheiro, *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus, 1899-1925*; D. Costa, *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: Trabalhadores de Manaus, 1890-1915*, Manaus, Valer, Fapeam, 2014
17. C. D. Cancela, *A Emigração Portuguesa no Pará*; M. F. Emmi, *Um Século de Imigrações na Amazônia Brasileira (1850-1950),* Belém, Naea, 2013; G. Pinheiro, *Imprensa, Política e Etnicidade: Portugueses Letrados na Amazônia (1885-1936)*; M. Pinheiro (org.), "Migração, Trabalho e Etnicidade: Portugueses e Ingleses no Porto de Manaus, 1880-1920", *Vária História,* Belo Horizonte, v. 30, pp. 807-826, 2014, são alguns exemplos dessa nova historiografia.
18. Os estudos sobre o tema têm se ampliado sensivelmente nos últimos anos, como atestam, por exemplo, os vários trabalhos que compõem a primeira parte da obra coletiva *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*, toda ela dedicada à presença portuguesa na Amazônia (M. de N. Sarges *et al.,* orgs., *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*).

de interação, integração e assimilação da comunidade lusitana no interior da sociedade amazonense, investigando, sobretudo, a forma pelas quais os portugueses buscaram se relacionar com os habitantes e a cidade que os acolhia.

Tem nos interessado também, inquirir a respeito das formas pelas quais buscaram fortalecer suas identidades étnicas, organizando a comunidade por meio de diversificado processo associativo – que incluía desde sociedades de socorro mútuo até agremiações recreativas e carnavalescas – e como traduziram seus dilemas, anseios e expectativas em jornais que a própria comunidade fez circular na cidade. Por fim, mas não menos importante, tem sido nossa intenção compreender a presença e atuação dos portugueses no árduo, complexo e competitivo universo do trabalho manauara, com destaque não apenas para as tensões e animosidades com os trabalhadores locais, mas também às contribuições deles para a organização e atuação da classe operária em processo de formação na cidade.

Com efeito, convém registrar que a presença de portugueses na capital amazonense, assim como em toda a Amazônia, sempre foi destacada desde o período colonial, e já naquele contexto resultou também de processos dirigidos de imigração, como os patrocinados por Lobo d'Almada[19], em fins do século XVIII, quando então chegaram à antiga capitania de São José do Rio Negro 340 famílias portuguesas, em um total de 1022 pessoas[20]. No entanto, na virada do século XIX para o XX[21], o deslocamento de portugueses

19. Manuel da Gama Lobo d'Almada (17??-1799), geógrafo e militar português, foi presidente da capitania de São José do Rio Negro, origem da comarca do Alto Amazonas e, após 1850, da província do Amazonas. Descrito como administrador competente e dinâmico, foi o responsável pela transferência da sede da capitania de Barcelos, no Rio Negro, para a Vila da Barra do Rio Negro, posteriormente cidade de Manaus. (A. Bittencourt, *Dicionário Amazonense de Biografias*, pp. 325-329).
20. Esses dados, levantados originalmente por Arthur Cezar Ferreira Reis, foram aqui coletados de A. V. de Araújo, *Sociologia de Manaus: Aspectos de sua Aculturação*, p. 85.
21. Não se trata de um fenômeno isolado ou regional. Antes, do ponto de vista demográfico, o período – por muitos autores identificado como o da Grande Imigração – foi caracterizado por grandes deslocamentos populacionais, numa escala planetária. Se tomarmos por base o Brasil, constata-se, como enfatizou Ismênia Martins, que entre 1872 e 1920 "houve considerável aumento da população estrangeira", que oscilaram, entre uma data e outra, de 382 041 para 1 279 063 ("A Capital Federal e os Imigrantes em Registros Literários: Rio de Janeiro, 1890-1920", pp. 15-16).

para a Amazônia sofreu novo e significativo impulso[22], não apenas constituindo comunidades numericamente expressivas nas principais cidades da região, mas também as impactando sensivelmente no plano social e cultural.

Em relação a Manaus, os números são expressivos, já que, no período de abrangência deste artigo, a comunidade portuguesa ali radicada chegou a constituir de 10% a 15% da população total, como bem demonstram os registros de época. Em 1895, Lourenço da Fonseca registrou a predominância portuguesa na cidade: de uma população de 25 mil habitantes, possivelmente um terço dela era composta por estrangeiros, dos quais a maioria era oriunda de Portugal[23]. Alguns anos mais tarde, o médico sanitarista Hermenegildo de Campos, com base em estatísticas oficiais, referendava as informações de Fonseca, afirmando que "quanto à nacionalidade da população na capital [Manaus] podemos calcular perto de 10000 estrangeiros para 50000 brasileiros. A maior colônia é a dos portugueses, avaliada por competentes em 5000"[24].

A presença portuguesa na Amazônia, assim como em outros locais do Brasil, se beneficiou do passado colonial, que articulou – de forma assimétrica – as duas nações. Embora fruto de construção específica e singular, a sociedade brasileira se estruturou no pós-independência mediante a incorporação de traços significativos da cultura e da sociedade lusitana, para não falar da língua em comum. E se tais elementos não demonstravam possuir força suficiente para dirimir tensões e ressentimentos ocasionais[25], nem por

22. Trabalhos recentes, notadamente em Portugal, têm buscado relativizar essa segmentação, argumentando no sentido de uma continuidade entre as emigrações para o Brasil nesses dois momentos. Desse modo, para Fernando de Sousa, "a emigração portuguesa para o Brasil não deixou de crescer ao longo de todo o século XIX e primeira parte do XX" ("Os Portugueses: de Colonos a Imigrantes", pp. 32-33).
23. L. Fonseca, *No Amazonas*, p. 85.
24. H. L. de Campos, *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*, p. 101.
25. Em diversas ocasiões, especialmente ao longo do século XIX, as relações entre brasileiros e portugueses radicados no país chegou a produzir conflitos de maior gravidade, como os denominados "mata-galegos". Sobre esses movimentos, conferir G. S. Ribeiro, *Mata-Galegos,* São Paulo: Brasiliense, 1990. Bem mais comuns foram os discursos ressentidos que, todavia, embora ganhassem continuamente as páginas da imprensa nos dois lados do Atlântico, não resultaram em entraves significativos para que muitos portugueses escolhessem o Brasil como local de destino. Nesse sentido, tem razão Fernando de Sousa quando argumenta que, para essas pessoas, "o inferno do Brasil, apesar de tudo, era mais atraente que o céu de Portugal" (*op.cit.*, p. 33).

isso deixaram de atribuir aos portugueses no Brasil um ar de proximidade e "naturalidade", que certamente contribuiu para sua assimilação em território brasileiro.

Outro elemento que funcionou como facilitador desse processo foi a força com que se firmavam à época as ideias de eugenia e pureza racial, em especial no seio das elites dirigentes amazonenses. Para elas, assim como para as autoridades do estado, a recepção de imigrantes (europeus, de forma geral, e portugueses, de forma mais específica) criava a possibilidade de "melhorar a qualidade" da população amazônica. Por esses motivos, não foram poucos os discursos, veiculados à época, que postulavam o incentivo à colonização europeia, preferencialmente à imigração ibérica – enfatizavam ainda o caráter empreendedor dos portugueses e salientavam a "pujança" da colônia portuguesa já radicada na Amazônia[26].

Ao buscar oportunizar semelhantes posicionamentos, Veiga Simões, cônsul de Portugal no Amazonas, tratou de enfatizar para a sociedade amazonense e suas autoridades os motivos pelos quais deveriam levar o Amazonas a dar preferência à imigração portuguesa. Ressaltava a importância da participação desse imigrante na construção da estrada Madeira-Mamoré e lembrava ainda o investimento contínuo dessa comunidade em diversos pontos do estado.

> Os grandes empreendimentos do imenso vale têm sido levados a cabo à custa do sangue português. Olhe-se a linha Madeira-Mamoré: toda ela assente sobre cadáveres de portugueses que tombaram aos milhares [...]. Ainda agora, muitos dos grandes comerciantes portugueses de Manaus trabalharam em seringais no interior, lá foram buscar a rude aprendizagem para os seus negócios. É a colônia portuguesa que possui mais da metade da propriedade urbana, que rende anualmente a Portugal cerca de três mil contos fortes. Porque o português é o único colono do norte do Brasil que aqui emprega seus capitais e para a sua terra remete apenas os rendimentos [...]. Onde estão as construções citadinas, as grandes propriedades do interior, a navegação, o carinhoso interesse dos outros colonos? Quem viu aí os imigrantes ingleses, italianos, alemães construírem quarteirões inteiros em Manaus ou no Pará?[27]

26. A. X. Villeroy, "Como se Deve Povoar o Solo Amazônico", p. 21.
27. V. Simões, *Daquém & Dalém Mar, p. 120*.

O discurso de Veiga Simões fazia eco entre a elite amazonense e seus dirigentes políticos. Um de seus mais diletos representantes, Agnelo Bittencourt, parece corroborar com esse pensamento, quando exalta a figura do comerciante português J. G. Araújo: "ao contrário de outros negociantes, que empregavam seus lucros fora do Amazonas e do Brasil, J. G. (assim também o chamavam) fazia-o onde a fortuna tinha sido ganha"[28].

Em paralelo à exaltação dos portugueses, a argumentação do cônsul voltava-se para a desqualificação de outros imigrantes estrangeiros, como os italianos, ou mesmo dos nacionais, em especial os cearenses, que chegavam em número cada vez maior no porto de Manaus. Sobre os cearenses, Veiga Simões, externando perceptíveis preconceitos de classe e de raça, argumentava:

> O cearense que é, decerto, um rude trabalhador, é mau colono. Com raríssimas exceções, não se adapta à Amazônia. Vê-se no interior um barracão maltratado, coberto de paxiúba, sujo: é de cearense. Um barracão de madeira, coberto de telha com boas plantações em redor é em regra de português. Compreende-se. [...] Se [o cearense] fica para trabalhar, enquanto trabalha, tudo espera do patrão. Aqui mesmo, em Manaus, se verifica a inadaptabilidade do cearense. As habitações mal instaladas nos bairros pobres da Cachoeirinha, dos Tócos, do Mocó, Flores, com a sua pobreza suja, são em regra de cearenses.[29]

Seja como for, já em fins do século XIX, a comunidade portuguesa era, de longe, a mais numerosa e importante comunidade estrangeira, não apenas em Manaus, mas em toda a Amazônia. Nesse novo momento, seus integrantes passaram a assimilar muitas das funções novas que se lhes afiguravam, a partir da expansão da economia de exportação da borracha; no entanto, não deixaram também de reforçar antigas tradições, seguindo os passos dos patrícios que lhes antecederam nesta vivência amazônica. Assim, se de longa data os portugueses controlavam boa parte do comércio lojista, das padarias e mercearias na cidade de Manaus, no início do século XX essa atuação parece ter sido não apenas mantida, como até mesmo ampliada. A tomar-se como verdadeira a afirmação do cônsul português em Manaus, "a maior parte do trabalhador dirigente do comercio a retalho e do grande comercio

28. A. V. de Araújo, *Sociologia de Manaus: Aspectos de sua Aculturação*, p. 87.
29. V. Simões, *Daquém & Dalém Mar, p. 118*.

é portuguesa", o que resultava em remessas significativas, as quais rendiam "anualmente a Portugal cerca de mil contos fortes"[30].

Convém, todavia, evitar generalizações apressadas. A leitura sobre a documentação compulsada tem apontado para o fato de a comunidade portuguesa radicada à época na capital amazonense mostrar-se bastante segmentada quanto às condições sociais e econômicas, o que significava poder encontrar na cidade desde portugueses abastados dirigindo empresas comerciais de grande porte, até trabalhadores da estiva no porto de Manaus. Essa diversidade não foi, propriamente, uma característica local, sendo percebida também em outros locais de recepção[31].

Cabe salientar que o sucesso e o fracasso na aventura ultramarina portuguesa podiam derivar da confluência de vários fatores, inclusive de condições preexistentes aos deslocamentos, pois, conforme argumenta Sousa, "quem emigra sabendo ler e escrever tem condições de sucesso. O mesmo acontece com os emigrantes que têm profissão bem definida, quer contratados, quer não"[32]. Apesar de facilitadoras, essas condições não eram, todavia, determinantes do sucesso[33], como bem demonstra a trajetória de J. G. de Araújo, o mais rico e destacado português radicado no Amazonas. De acordo com Agnelo Bittencourt, J. G. era filho de lavradores em Póvoa do Varzim; deixou sua terra com apenas 11 anos de idade e chegou a Manaus em 1871, já atraído pelas informações positivas que ouvia sobre as terras do Amazonas. Trabalhando no comércio, em pouco tempo fez fortuna e passou a investir no financiamento (aviamento) dos seringais. No início do século XX, quando o capital inglês imperava na praça, a firma J. G. Araújo era a única portuguesa a figurar no rol das dez maiores casas aviadoras da região[34].

Outro traço de interesse para nós na trajetória de J. G. Araújo é o fato de ele ter incentivado – e em alguns casos, patrocinado – o deslocamento

30. *Idem*, pp. 120 e 19.
31. M. I. S. de Matos, P*ortugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano em São Paulo (Séculos XIX e* XX); L. M. de Menezes, "Imigração europeia no Brasil: Discursos, Práticas e Representações (1870-1930)"; C. D. Cancela, *A Emigração Portuguesa no Pará*.
32. "Os Portugueses: de Colonos a Imigrantes", p. 32.
33. Neste sentido, e lembrando Thompson, nunca é demais reafirmar a capacidade da agência humana de sublimar e transcender pressões estruturais de diversas ordens. Ver, a esse respeito, Thompson, "O Termo Ausente: Experiência", pp. 180-201.
34. A. V. de Araújo, *Sociologia de Manaus: Aspectos de sua Aculturação*, p. 84.

de diversos de seus familiares e amigos portugueses para Manaus, proporcionando "redes sociais e familiares" que, em boa medida, se configuraram como prática corrente no fluxo dos processos diaspóricos. No âmbito dos deslocamentos humanos, Douglas Massey emprega o termo "redes migratórias", cuja definição é: "complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade"[35].

Outro ponto relevante a ser apontado remete para o processo de construção e/ou afirmação de identidades no âmbito das comunidades portuguesas que se formavam no além-mar. Se, por um lado, temos asseverado que os portugueses deslocados para o Amazonas tentaram estabelecer laços com a sociedade manauara, buscando sua incorporação e assimilação; por outro, trataram também de estabelecer laços de solidariedade e sociabilidade internos à comunidade. Ao assim proceder, reafirmavam sua "portugalidade" e, com ela, suas "diferenças" diante da sociedade que os recebia. Trata-se, portanto, de tema complexo, pois, segundo Stuart Hall, "a identidade não é tão transparente ou tão sem problemas" e tampouco é algo dado *a priori* e deslocado das práticas e experienciações próprias de cada indivíduo e/ou grupo, em um momento dado de sua existência. Bem ao contrário, Hall sustenta que

> ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez como uma "produção" que nunca se completa, que está sempre em processo, e é sempre constituída interna e não externamente à representação.[36]

Nesse processo de construção, reafirmação e reconfiguração de suas identidades, os portugueses de Manaus fizeram circular na cidade gama rica e variada de periódicos[37], onde buscaram não só informar, mas também dia-

35. O. Truzzi, "Redes em Processos Migratórios", p. 203.
36. S. Hall, "Identidade Cultural e Diáspora", p. 68.
37. Inúmeros jornais portugueses foram publicados no período de 1893 a 1921 e configuram-se um rico filão a ser utilizado pelo pesquisador. Dessa produção, destacam-se: *A Caridade* (1893); *O Luzitano* (1900); *O Luso* (1904); *Loriga Literária*, (1905); *O Loriguense* (1906); *A Voz de Loriga* (1909); *O Lusitano* (1913-1920); *O Povo de Loriga* (1910); *Alma Portuguesa* (1915); *O Poveiro* (1915-1917); *Pátria Portuguesa* (1920); *O Ranzinza* (1921-1923); *União Portuguesa* (1918); *República Portuguesa* (1919).

logar e uniformizar o pensamento da comunidade em torno de questões atinentes aos interesses mais específicos, num contexto marcado por adversidades e tensões. Nessa imprensa de imigrantes, o lugar de origem, uma vila ou comuna, por menor que fosse, passava a ser, muitas vezes, a referência aglutinadora, no mesmo instante em que segmentava e matizava o recorte mais amplo da nacionalidade. Nela sobressaíam poveiros e loriguenses, justamente duas das localidades que mais forneceram imigrantes para o Amazonas.

Estudioso do tema, Geraldo Sá Peixoto Pinheiro ressalta a importância de se estudar o etnoperiodismo português no Amazonas e lamenta o fato de ainda ter sido pouco explorado pela historiografia. Pinheiro defende a ideia de que ele é fundamental para os estudos dos processos de e/imigração dos portugueses para a Amazônia, em especial por nos permitir conhecer e ouvir as muitas vozes – por vezes dissonantes – daqueles que se expressavam pelos jornais.

Na polifonia dessas vozes, participaram mais de uma centena de jornalistas, na sua grande maioria autores improvisados que o falar da e pela pátria lhes encorajava, lhes estimulava e lhes soltava-a-pena. São vozes que realmente gritam, cantam, choram, exclamam, perguntam, inquirem, inquietam, murmuram, dizem, redizem e predizem a pátria distante. Vozes carregadas por um politeísmo de valores que reinventam a cada instante a condição social de protagonistas ou antagonistas de suas próprias histórias em contextos sociais que lhes eram adversos. Vozes que também se mesclam com silêncios, com ruídos de insatisfação, gemidos das agruras, gritos de liberdade ou soberba. Vozes que metaforicamente não deixam de exprimir sussurros no botequim do "Manoel", ranzizices de mesquinharias do calote e do fiado na mercearia do "Joaquim", os ruídos distantes dos amuos da "Maria", na lida doméstica da vassoura, do tacho ou da tina, e o tom festivo do fausto e da opulência do "Comendador". Vozes que carregam a entoação de tensões latentes entre a condição degredada e o próprio degredo. Vozes de homens e mulheres; de escritores consagrados ou amadores; de poetas de pequenas e grandes letras; de operários e de comerciantes de pequeno ou grosso calibre; de monarquistas assumidos, dissimulados e saudosistas; de bairristas arraigados e provincianos vários; de cosmopolitas de inspirações múltiplas; de republicanos de todos os naipes, democratas radicais ou não; de socialistas; de anarquistas; de maçons, de intelectuais traduzidos, por opção ou pela força avassaladora da aculturação; de utópicos e visionários, dentre tantos outros mais. Todos, aos seus modos, se transformam nos artesãos dos necessários ajustamentos, em verdadeiros artífices de uma portugalidade multifacetada, de uma identidade por-

tuguesa não menos complexa, fluída e extraordinariamente plural, que, em geral, e paradoxalmente, se retroalimentava de tensões e conflitos.[38]

Conforme argumenta o autor, seria um equívoco pensar que essa imprensa produzida pelos portugueses estabelecidos em Manaus era destinada exclusivamente aos membros da colônia, uma vez que, a exemplo de *O Poveiro*, esses periódicos eram remetidos com regularidade para outras colônias portuguesas no Brasil e para diversas localidades em Portugal e mesmo na Espanha[39]. Ainda de acordo com Pinheiro, esse processo era, na verdade, de mão dupla: notícias diversas sobre a colônia portuguesa em Manaus foram veiculadas pela imprensa em Portugal, desde os grandes jornais produzidos em Lisboa e no Porto, até as pequenas folhas, como *A Comarca de Arganil*[40].

Os interesses portugueses não se faziam notar apenas na imprensa por eles produzida em Manaus, ganhavam também, com bastante regularidade, as páginas da grande (e pequena) imprensa nativa. O mais importante jornal amazonense do período, o *Jornal do Comércio*[41], atuou, quase sempre, em consonância com os interesses da comunidade lusitana no Amazonas, um vínculo materializado mais claramente em colunas especiais como "Portugal pelo telégrafo" e "Cartas de Portugal", esta última assinada por João Grave e editada a partir de correspondências enviadas de Lisboa, com as últimas notícias da vida política e cultural lusitana.

Tão importante quanto a imprensa, e, como ela, também se constituindo em redes sociais de grande impacto, foi o processo associativo levado a cabo pelos portugueses na capital amazonense. De variado matiz, exerceu um

38. G. Pinheiro, *Imprensa, Política e Etnicidade*, pp. 358-359.
39. Segundo G. Pinheiro, "a tiragem do jornal *O Poveiro* era de 500 exemplares, com distribuição gratuita e distribuída através dos seguintes critérios: Portugal (100), Brasil, excluindo Manaus (100), Manaus (235), Espanha (20), Assinantes e arquivo (45)" ("A Imprensa Poveira e os Seus 'Apóstolos Fanáticos': O Poveiro (25/11/1915 – 25/11/1917)", p. 87).
40. O periódico, fundado em 1º de janeiro de 1901, foi recentemente republicado em edição fac-similada R. Anacleto (coord.), *A Comarca de Arganil: 100 Anos da Memória de um Jornal*.
41. De propriedade de um comerciante português, o *Jornal do Comércio* foi fundado em janeiro de 1904 e ainda hoje se mantêm ativo no jornalismo amazonense, sendo a mais longeva folha periódica do estado.

importante papel no processo de interação com a sociedade manauara[42] e de integração interna da comunidade, buscando tanto o seu fortalecimento diante das agruras que a vivência amazônica podia ensejar, quanto a constituição e fortalecimento dos laços de sociabilidade entre seus associados. Se, no primeiro caso, despontavam as associações beneficentes e de socorro mútuo, no segundo, estavam as agremiações festivas e recreativas[43].

Por meio das referidas associações, a comunidade portuguesa passava a dialogar mais pontualmente com o universo do trabalho urbano e suas tensões, que continuamente afligiam suas bases populares e proletárias. Essa atuação demonstrou-se mais significativa no final da primeira década do século XX, momento em que ocorreu o colapso da economia de exportação da borracha, com o consequente fechamento de inúmeros postos de trabalho e a correlata ampliação do desemprego e da miséria, correspondendo também ao momento em que se formam na cidade as associações filantrópicas e repatriadoras – a mais importante delas foi a Lusitânia Repatriadora, fundada em 1908 –, encarregadas de acolher indigentes e desvalidos, bem como de custear passagens de retorno a Portugal ou o fomento a um novo deslocamento, promovendo o processo de "reimigração", bastante comum ao longo de todo o período.

Como argumenta Érica Sarmiento, a partir de reflexões acerca do associativismo espanhol no Rio de Janeiro[44], as associações filantrópicas podiam funcionar também como importantes espaços para a aquisição e reafirmação de poder e de prestígio. Portugueses mais abastados e que tinham interesse em obter maior projeção social envolviam-se na criação e na diretoria dessas instituições, para angariar o apoio da comunidade e projetar-se para fora

42. Nesse particular, cabe salientar que os portugueses foram os fundadores de um dos mais importantes centros de saúde da cidade, a *Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas*, criada no ano de 1873. Era uma instituição com fins caritativos e que tinha como meta atender, além dos seus associados, pessoas da comunidade local, independente de nacionalidade.
43. Podemos citar, como exemplos, a Sociedade Portugueza Beneficente, Sociedade Luzitania Repatriadora, União Sportiva Portugueza, Luso Sporting Club, Ideal Club, Comissão Patriótica Portugueza, Centro Republicano Portuguez de Manaos, Grupo Recreativo Portuguez, Grupo Dramatico Luiz de Camões, Grupo Benemerencia Mattosinhos-Leça, Grupo Pró-Povoa, Sociedade Musical Portugueza, entre outros.
44. E. Sarmiento, "Associativismo Espanhol/Galego no Rio de Janeiro: Conflitos, Visibilidade e Lideranças Étnicas", p. 570.

dela, em especial para as elites econômicas e políticas da cidade e também para os países de origem, como legítimos representantes de seus patrícios.

Como tradicionalmente ocorre no âmbito das pesquisas em história social, as fontes disponíveis tendem a variar em quantidade e qualidade conforme os historiadores se interessem por processos que se relacionam com as elites ou com a história das "pessoas comuns do povo", para usar uma expressão cara a Eric Hobsbawm[45]. Assim, para reconstituir a vivência dos segmentos mais abastados da comunidade portuguesa em Manaus, existe considerável conjunto de fontes, como atas e documentos da Associação Comercial, biografias e livros de memória, cartas e documentos consulares. Tem sido mais difícil acompanhar a vida dos portugueses que, em Manaus, pertenciam aos segmentos populares e à classe trabalhadora. Com efeito, há pouca visibilidade acerca de suas experiências no trabalho, em suas organizações sindicais e, menos ainda, sobre suas sociabilidades e vivências fora do ambiente de trabalho, o que nos leva a recorrer, por vezes, a fontes que os flagram, frequentemente, em atitudes consideradas, por parte das autoridades locais, transgressões à norma. Para nós, esse viés é importante, pois nosso interesse tem recaído, de forma significativa, sobre esse segmento popular que compunha a base social da colônia portuguesa em Manaus.

Nossos estudos nesse campo da história social do trabalho têm sinalizado para o fato de, com a emergência da economia de exportação da borracha, a dinâmica urbana manauara ter ficado complexa ao incorporar novos ofícios e atividades, que alcançavam prioritariamente as camadas populares: sapateiros, padeiros, pedreiros, carregadores, cocheiros, gráficos, alfaiates, catraieiros, estivadores, vendedores ambulantes, caixeiros, etc.[46] Há registros de que os caixeiros de Manaus, por exemplo, semelhante a outras regiões do país[47], eram, em grande medida, de procedência portuguesa, como podemos depreender dos inúmeros anúncios de emprego publicados nos diários de Manaus, como o seguinte: "Caixeiro – Na Mercearia Alfacinha precisa-se de um, de 12 a 15 anos; prefere-se português"[48].

45. "A História de Baixo para Cima", pp. 216-31.
46. L. Pinheiro e M. Pinheiro, *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha*.
47. F. Popinigis, *Proletários de Casaca: Trabalhadores do Comércio Carioca, 1850-1911*.
48. *Comércio do Amazonas*, Manaus, 14 de fevereiro de 1899.

Como já apontado em estudo anterior, a área portuária de Manaus foi um espaço de trabalho que abrigou grande concentração de portugueses, fenômeno que não aconteceu de forma isolada, pois esteve presente em quase todos os portos do Brasil e do mundo. Com efeito, a pesquisa de Marli Albuquerque nos mostra que, desde finais do século XIII, Portugal havia se tornado um centro de comércio marítimo ativo, o que o fez desenvolver e consolidar profissões ligadas às atividades portuárias. Já naquele momento, diz a autora, a presença de marítimos (pilotos, taifeiros, etc.) e estivadores portugueses nos portos do mundo inteiro tornou-se frequente[49].

Em muitos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores portuários aparecem referências diretas à composição lusitana de parte desses quadros, como na greve que os estivadores manauaras realizaram em 1923, quando, em abaixo-assinado dirigido à Associação Comercial do Amazonas, as lideranças do movimento assumiram explicitamente esse viés, ao afirmar que pretendiam implantar com "todo o ardor as 08:00 horas; horário este, adotado e respeitado em todo o território brasileiro. Portanto, *brasileiros e portugueses*, em ação conjunta, resolvem definitivamente fazer valer nesta capital o horário acima referido"[50]. Em outro momento, referindo-se ao êxito de uma de suas manifestações políticas, que conseguira reunir na Praça do Comércio mais de dois mil trabalhadores, o presidente da Associação Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas, o português Manoel Rufino Correia da Silva, enfatizava que "o dia de ontem era para os estivadores, como o 15 de novembro foi para os brasileiros e o 5 de outubro para os portugueses"[51].

À semelhança dos estivadores, os catraieiros contavam em sua composição com um número considerável de portugueses. Em 1895, temos uma referência explícita a essa questão, trazida pela fala de um cronista português quando de sua chegada à Manaus:

> Quando aí fundeou o nosso Imperatriz Thereza a ele encostou uma dúzia de botes, vistosamente pintados. Eram todos de catraieiros portugueses. Os nomes estampados à popa em caracteres de fantasia, bem atestavam quanto o patriotismo lusitano não decresce com o auxílio em longes terras e por dilatado tempo. Bem

49. M. B. de Albuquerque, *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro*, p. 66.
50. M. Pinheiro, *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus, 1899-1925*, p. 101, itálico acrescentado.
51. *Idem*, *ibidem*.

hajam. Recorda-nos que entre esses bateis havia um *Vasco da Gama, um Avenida da Liberdade, um Minho, um Torre de Belém e um Luiz de Camões. E os costumes são tão portugueses que mais de uma vez se nos tem afigurado estarmos na pátria do cantor dos Lusíadas.*[52]

O deslocamento do olhar historiográfico para os segmentos populares incorporou, desde as décadas iniciais do século passado, ganhos significativos à pesquisa historiográfica, lastreando produções que, indo inicialmente dos *Annales* à história social inglesa, generalizaram-se, a partir de então, numa escala verdadeiramente planetária[53]. Em contrapartida, outras dimensões da existência humana, embora igualmente relevantes, demoraram um pouco mais para fazer parte da linguagem comum dos historiadores. Esse é o caso das questões de gênero[54], enfim consolidadas desde as últimas três décadas do século XX, consistindo hoje um dos campos de maior dinamicidade no âmbito dos estudos históricos em todo o país.

Em nossas pesquisas nesta área, foi possível constatar o quanto tem sido árdua e complexa a tarefa de rastrear a presença e a atuação feminina[55]. Articulá-las ao tema da imigração torna a tarefa ainda mais complexa e difícil, como têm demonstrado os emergentes estudos nesse campo[56]. No entanto, não é uma tarefa impossível. Ela exige somente um olhar para fontes alternativas, como as crônicas e os registros de viagens, as obras literárias, as recordações dos memorialistas e também a crônica jornalística cotidiana, com sua capacidade de não apenas "retratar" a condição feminina de uma época, mas também de "modelar" a mulher, ditando-lhe receitas, regras, normas e padrões de comportamento.

Embora no Amazonas – assim como ocorreu em Belém e diversas outras localidades do país – o elemento masculino fosse predominante no processo imigratório, e poucas fossem as famílias[57] e mulheres que desembarcavam no porto de Manaus, a presença feminina não deixou de ser importante. A

52. L. Fonseca, *No Amazonas,* p. 85.
53. J. Sharp, "A História Vista de Baixo", pp. 39-62; P. Poirrier (ed.), *La Historia Cultural*: ¿un giro historiográfico mundial?.
54. M. Perrot, *As Mulheres Ou os Silêncios da História*; N. Z. Davis, *Pasión por la Historia*: *Entrevista com Denis Crouzet*).
55. M. Pinheiro (org.), *Gênero & Imprensa na História do Amazonas*, 2014.
56. L. M. de Menezes e M. I. S. de Matos, *Gênero e Imigração*.
57. S. Benchimol, *Amazônia: Formação Social e Cultural*, p. 278.

partir das estatísticas do movimento portuário, o sanitarista Hermenegildo de Campos informava que, dos imigrantes chegados a Manaus em 1907, 13 929 eram homens e 2 510 mulheres, uma relação de 1 000 homens para 180 mulheres[58]. Em 1920, as estatísticas censitárias registraram a presença no Amazonas de 8 376 portugueses: 6 103 eram homens e 2 273 mulheres. Samuel Benchimol destaca que essa predominância masculina foi um elemento facilitador do processo de "integração e miscigenação" de portugueses com mulheres da região[59]. Tais cifras reforçam a ideia mais comum de uma migração que atraia prioritariamente homens, com as mulheres sendo chamadas posteriormente, geralmente depois de seus maridos e parentes terem se firmado em algum emprego.

Mergulhar na documentação tem nos permitido observar que o trabalho feminino em Manaus apresentou interferências derivadas da origem étnica, opondo de forma hierarquizadora mulheres estrangeiras à força de trabalho nacional e local. Esse viés pode ser observado no setor manufatureiro: em 1913, a Fábrica de Roupas Amazonense[60], de portugueses, chegou a empregar 60 mulheres, cuja maioria era de nacionalidade portuguesa.

As portuguesas também marcaram presença nos serviços domésticos, cujas ocupações eram tradicionalmente femininas, como cozinheiras, passadeiras, arrumadeiras e lavadeiras. Passaram a ser contratadas não só por particulares, mas também por proprietários de bares, restaurantes, pensões e hotéis da cidade, que tendiam a anunciar pelos jornais sua preferência pela contratação de moças de origem portuguesa[61].

Por fim, como já argumentamos em trabalhos anteriores, entre os estrangeiros radicados em Manaus, a comunidade portuguesa foi aquela que melhor conseguiu integrar-se na cidade, tendo sido, em boa medida, assimilada em todas as esferas da sociedade manauara. Na cidade da borracha, os portugueses tiveram uma atuação bastante diversificada, abrindo empreendimen-

58. H. L. de Campos, *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*, p. 29. Conforme Benchimol, apenas os judeus desenvolveram uma "migração familiar, acompanhada de mulher e filhos, o que já denunciava o desejo permanente de ficar" (*op. cit.*, p. 278).
59. S. Benchimol, *op. cit.*, p. 70.
60. Em 14 de novembro de 1912, há registro de que 56 trabalhadoras dessa empresa se declararam em greve, em apoio à demissão do gerente do estabelecimento, que sofria constantes maus tratos por parte de um dos sócios da fábrica (*Jornal do Comércio*, Manaus, 25 de março de 1913).
61. M. Pinheiro. "Mulheres Portuguesas na Belle Époque Manauara, 1880-1920" pp. 137-46.

tos comerciais ou assumindo postos de trabalho, desde os cargos de chefia, gerenciamento e direção, até o trabalho braçal da estiva ou na condução das catraias que transitavam levando passageiros e cargas do porto aos navios de grande calado. Esse espraiamento e assimilação não excluíram, obviamente, a existência de tensões e animosidades, notadamente no período da decadência da borracha, quando as disputas por empregos tornaram mais acirradas as relações entre trabalhadores nativos e os de origem estrangeira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marli Brito de. *Trabalho e conflito no porto do Rio de Janeiro*. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. *In*: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil* – República: da *belle époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

ANACLETO, Regina (coord.). *A Comarca de Arganil*: 100 anos da memória de um jornal. Arganil (Portugal): A Comarca de Arganil, 2005.

ARAÚJO, André Vidal de. *Sociologia de Manaus*: aspectos de sua aculturação. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1974.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia*: formação social e cultural. Manaus: Valer, 1999.

BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias*: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. *Climatologia médica do estado do Amazonas*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1988.

CANCELA, Cristina Donza. *A imigração portuguesa no Pará*. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. *Pasión por la Historia*: entrevista com Denis Crouzet. Valência: Universitat de València; Universidad de Granada, 2006.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Nações e diásporas*: estudos comparativos entre Brasil e Portugal. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

FONSECA, Lourenço da. *No Amazonas*. Lisboa: Companhia Geral Typographica Editora, 1895.

GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de braços*: riqueza e acumulação na organização europeia para o Novo Mundo. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do* IPHAN, Rio de Janeiro, n. 24, p. 68-75, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios:* 1875-1914. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBSBAWM, Eric. A História de baixo para cima. *In*: HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-31.

LANNA, Ana Lucia Duarte. Aquém e além-mar: imigrantes e cidades. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 871-87, 2012.

MARTINS, Ismênia Lima. A capital federal e os imigrantes em registros literários: Rio de Janeiro, 1890-1920. *In*: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (org.). *Brasil-Portugal:* pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017. p. 15-16.

MARTINS, Ismênia de Lima. Italianos, espanhóis e portugueses no quadro da grande imigração no Brasil. *In*: ARRUDA, José Jobson; FERLINI, Vera; MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de (org.). *De colonos a imigrantes*: i(e)migração portuguesa para o Brasil. São Paulo: Alameda, 2013. p. 385-95.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Portugueses*: deslocamentos, experiências e cotidiano em São Paulo (séculos XIX e XX). Bauru: Edusc, 2013.

MENEZES, Lená Medeiros de. Imigração europeia no Brasil: discursos, práticas e representações (1870-1930). *Latinidade*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 73-84, 2014.

MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e imigração*: mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX). São Paulo: E-Manuscrito, 2017.

NERY, Barão de Santa-Anna. *No paiz das Amazonas*. São Paulo: Edusp 1979.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.

PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. A imprensa poveira e os seus "apóstolos fanáticos": *O Poveiro* (25/11/1915 – 25/11/1917). *Póvoa de Varzim Boletim Cultural*, Póvoa de Varzim, v. 49, p. 83-118, 2017.

PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. *Imprensa, política e etnicidade*: portugueses letrados na Amazônia (1885-1936). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, 2012.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha*: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1980-1930). Itajaí (SP): Paco Editorial, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros*: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925. 3. ed. Manaus: Edua, 2015.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.). *Gênero & Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: Edua, 2014.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mulheres portuguesas na belle époque manauara, 1880-1920. *In*. MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (org.). *Brasil-Portugal*: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017. p. 137-46.

POIRRIER, Philippe (ed.). *La Historia Cultural*: ?un giro historiográfico mundial? Valência: PUV, 2012.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca*: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SARGES, Maria de Nazaré *et al* (org.). *Entre Mares*: o Brasil dos portugueses. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARMIENTO, Érica. Associativismo espanhol/galego no Rio de Janeiro: conflitos, visibilidade e lideranças étnicas. *In*: SOUSA, Fernando de *et al*. *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto: Cepese, 2014. p. 560-76.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração:* ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

SHARP, Jim. A História vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 39-62;

SIMÕES, Veiga. *Daquém & dalém mar*. Manaus: Tipografia da Livraria Palais Royal, 1916.

SOUSA, Fernando de. Os portugueses: de colonos a imigrantes. *In*: ARRUDA, José Jobson; FERLINI, Vera; MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de (org.). *De colonos a imigrantes:* i(e)migração portuguesa para o Brasil. São Paulo: Alameda, 2013. p. 21-36.

THOMPSON, Edward Palmer. O termo ausente: experiência. *In*: THOMPSON, Edward Palmer. *Miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 180-201.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

VILLEROY, Augusto Ximeno. Como se deve povoar o solo amazônico. *In*: MIRANDA, Bertino de (org.). *Annaes do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola*. Manaus: Palais Royal, 1911.

II TENSÕES, DISPUTAS E CONFLITOS ÉTNICOS NA FORMAÇÃO DO PROLETARIADO AMAZONENSE: O CASO DOS PORTUGUESES (1890-1930)

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro[1]

A produção historiográfica *da* e *sobre* a Amazônia tem enfatizado as significativas mudanças operadas no cenário regional pela emergência da economia de exportação da borracha entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, momento em que a região gozava da primazia na oferta do produto a um mercado mundial em expansão. Em especial, duas dessas modificações têm sido enfatizadas, sendo a primeira relacionada mais diretamente ao processo extrativo no interior dos seringais. Nessa abordagem, destaca-se a crueza das relações de trabalho e a exploração do extrator, identificado mais pontualmente como o migrante nacional de origem nordestina. A segunda ênfase naqueles estudos tem versado sobre os processos de modernização urbanística ocorrido nas cidades capitais da região, Belém e Manaus, então transformadas nos principais entrepostos comerciais do produto.

Voltando os olhos para o contexto amazonense, tem sido possível perceber que os estudos vinculados a essa segunda abordagem convergem, de forma lenta e gradual, de uma perspectiva mais claramente preocupada com a expansão do sítio urbano e com a elaboração e implantação de projetos urbanísticos modernizadores, suas principais edificações e seus estilos

1. Doutor em História pela PUC-SP (1998) e professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

arquitetônicos[2], para uma abordagem mais recente e claramente ancorada pelas preocupações da história social, cuja ênfase tem recaído na percepção da multiplicidade de vivências citadinas, suas interações e conflitos[3]. Como um desdobramento dessa abordagem, emergiram estudos que passaram, nos últimos anos, a tematizar mais pontualmente o universo do trabalho urbano, notadamente na capital amazonense, perscrutando-o quanto a dimensões de classe, gênero, geração e etnia[4].

Buscando contribuir para o debate, este artigo tem por objetivo identificar e problematizar as tensões, disputas e conflitos entre trabalhadores nacionais e estrangeiros – com ênfase para os de origem portuguesa – no interior do processo formativo do proletariado amazonense do período demarcado pela expansão e decadência da economia de exportação da borracha.

Seria desnecessário dizer que tal período coincide, em grande medida, com o da chamada "grande imigração", que alcançou não apenas a Amazônia e o Brasil, mas o conjunto do continente americano[5]. Dessa forma, se a rápida expansão do extrativismo da borracha serviu como elemento central da atração de força de trabalho para o cenário amazônico nas décadas finais do século XIX, os processos de expulsão de populações "excedentes", em marcha do outro lado do Atlântico, complementam a equação que resultará na chegada, em solo amazônico, de sistemáticas levas de imigrantes estrangeiros, europeus em sua maioria, e, entre estes, um elevado número de portugueses[6].

Para o contexto amazonense aqui abordado, portugueses, espanhóis e italianos formavam a imensa maioria – quase 80% – dos estrangeiros entrados na capital amazonense até 1910. No conjunto, a totalidade desses imigrantes, no mesmo período, chegava a superar a marca de 20% dos habitan-

2. M. Y. Monteiro, *Fundação de Manaus;* L. de M. Correa, *Roteiro Histórico e Sentimental da Cidade do Rio Negro;* O. M. de Mesquita, *Manaus: História e Arquitetura, 1852-1910.*
3. E. M. Dias, *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920;* M. L. U. Pinheiro, *A Cidade sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus, 1899-1925;* D. Costa, *Quando o Viver Ameaça a Ordem Urbana: Trabalhadores de Manaus (1890-1915)*
4. L. B. S. P. Pinheiro e M. L. U. Pinheiro, *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, Lideranças, Associações e Greves Operárias em Manaus, 1870-1930.*
5. H. Klein, "Migração Internacional na História das Américas", pp. 13-31.
6. M. F. Emmi, *Um Século de Imigrações Internacionais na Amazônia Brasileira (1850-1950);* M. de N. Sarges *et al.* (orgs), *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses.*

tes de Manaus, ou seja, cerca de 10, 12 mil imigrantes para uma população total na casa dos 50 mil[7].

Em que pese o fato do extrativismo da borracha ter sido o mote para a atração de força de trabalho para a Amazônia, convém asseverar que a imigração estrangeira acabou, majoritariamente, se concentrando nos núcleos urbanos, oportunizando as ofertas de trabalho, que se davam em maior escala no âmbito do comércio e dos serviços urbanos.

Com efeito, a recusa ao trabalho extrativo da borracha e ao inóspito sertão amazônico tinha motivações variadas. De um lado, desde cedo a preocupação dos governos europeus com relação à insalubridade do vale amazônico funcionou como um freio ao propagandismo que tentou orientar os processos migratórios para as atividades de extração da borracha nos seringais. O governo italiano, por exemplo, chegou a proibir imigrações para a região até que comissões parlamentares aportassem no Amazonas para verificar *in loco as condições da oferta de trabalho*[8]. Os governos estaduais reconheciam a resistência estrangeira e, por vezes, levantaram suspeitas sobre a eficácia do fomento oficial à imigração europeia. Era, por exemplo, o que defendia José Cardoso Ramalho Júnior, que, na condição de vice-governador, lamentava:

> O estrangeiro não aclimatado não suporta esse clima, repugna-lhe ir por essas florestas adentro buscar com risco de vida as riquezas que encerram no seio.
>
> Prefere as profissões que se exerce nas cidades, vilas e povoados, e, quando enfastiado desse clima do Norte do Brasil, trata de se transportar ao Sul, onde a cultura do café, simples e sem dificuldades, lhes acena com fáceis meios de vida em clima mais temperado.
>
> O nosso Estado, para a maioria dos colonos que nos vêm da Europa, é um ponto de escala e nada mais; transportam-se para aqui já com a intenção reservada de seguir para o Sul da República.[9]

De forma inversa, a imensa maioria dos migrantes nacionais, viessem do Ceará, de outros estados do Nordeste e mesmo de outras regiões do país,

7. H. de. Campos, *Climatologia Médica do Estado do Amazonas,* p. 101; A. da Matta, *Geografia e Topografia Médica de Manaus.*
8. *Commercio do Amazonas*, 11 de junho de 1899, p. 1.
9. J. C. Ramalho Junior, *Mensagem do Exmo. Sr. José Cardoso Ramalho Júnior Vice-Governador do Estado..., p. 14.*

tomou o rumo dos seringais em meio à floresta. Os elementos definidores dessa segmentação espacial nunca aparecem claramente evidenciados nas fontes do período, fossem elas de origem oficial ou não, mas é possível inferir, com alguma margem de segurança, que as teorias raciais então em voga e assimiladas fortemente pelas elites regionais jogaram ali um peso importante, privilegiando o imigrante europeu nas disputas pelos postos de trabalho[10].

Esse é um ponto importante exatamente porque a imensa maioria dos imigrantes chegados ao Amazonas veio com parcos ou mesmo sem quaisquer recursos capazes de bancar a sobrevivência deles sem depender do trabalho[11]. Aquela priorização foi claramente verificada em relação aos trabalhadores portugueses, que acabaram por se concentrar em determinadas profissões e ofícios[12]. Como se viu em todo o país, eram eles que formavam o grosso do segmento caixeiral, atuando nas lojas e firmas comerciais como contadores, guarda livros, balconistas, representantes comerciais e mesmo como simples ajudantes ou aprendizes, quando ainda em tenra idade. Eram majoritários também entre os portuários. Como demonstrou Maria Luiza Ugarte Pinheiro[13], em 1911, em um universo de aproximadamente setecentos trabalhadores contratados pela firma inglesa concessionária dos serviços portuários na capital amazonense, a Manáos Harbour Limited, a grande maioria era de nacionalidade portuguesa. Na construção civil, os portugueses também predominavam, como observou Cursino Gama, uma importante liderança operária amazonense: "Quatro Artes [da Construção Civil], *composta quase na sua totalidade de elementos lusos*, muito tem feito pelo socia-

10. Em resposta à pergunta "como se deve povoar o solo amazônico", do concurso aberto pela Associação Comercial do Amazonas, em 1910, o estudo premiado de Augusto Ximeno Vileroy defendia o investimento na imigração ibérica, e em especial de portugueses, sustentando a tese de que não apenas a língua comum, mas também a grande adaptabilidade demonstrada pelos portugueses ao longo do período colonial asseguraria sucesso ao empreendimento (A. X. Vileroy, "Como se Deve Povoar o Solo Amazônico", pp. 19-26).
11. Na verdade, como sustenta Abdelmalek Sayad, é o próprio trabalho que estrutura a condição de imigrante (*A Imigração: ou os Paradoxos da Alteridade,* pp. 45-52).
12. Ainda na mensagem assinada por Ramalho Júnior, é possível perceber essa característica: "A colônia portuguesa no Brasil é numerosíssima, concorre para a prosperidade pública, vê-se-a em todos os misteres, indústrias e profissões, e a imigração do português não é promovida artificialmente, apenas determinada por sua afinidade de raça, religião, língua e costumes" (*op. cit.*, p. 15).
13. *A Cidade sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus, 1899-1925,* p. 68.

lismo. São os nossos irmãos de além-mar que mais nos alenta, unidos sempre a tudo que diz respeito ao progresso da humanidade"[14].

Entre os empregos ditos femininos, as portuguesas prevaleciam nos serviços domésticos, como asseveram os recorrentes anúncios de jornais ofertando empregos para "creadas portuguesas", denominação indistinta que podia abranger copeiras, cozinheiras, passadeiras, arrumadeiras e até amas de leite. Requisitadas para o trabalho tanto em "casas de família" quanto em pensões, hospedarias, hotéis e restaurantes, além do viés da nacionalidade portuguesa, as trabalhadoras tinham que ter "bons costumes"[15]. Em ambos os casos, trabalhadores e trabalhadoras portuguesas também apareciam na imprensa local ofertando seus serviços e destacando suas habilidades[16].

A força dessa presença também se espelhará, desde cedo, no processo de organização dos trabalhadores manauaras. Em fevereiro de 1905, durante uma solenidade do recém-criado Centro Operário em Manaus, os discursos proferidos pelas lideranças exaltavam não apenas as figuras de Karl Marx e Piotr Kropotkin como expoentes da luta pela emancipação operária, mas também o marceneiro socialista português Viterbo de Campos; enquanto, sobre a tribula dos oradores, estavam afixados três jornais operários, sendo um deles *A Voz da Oficina*, de Vizeu, Portugal[17].

No mesmo ano de 1905, durante as comemorações do 1º de Maio, o *Jornal do Commercio* reproduz em sua primeira página uma gravura (Figura 1), em que a alegoria alusiva ao trabalho – a imagem centralizada de um trabalhador com seu martelo e uma bigorna apoiando uma roda dentada, referência tradicional à indústria – é ladeada por retratos de lideranças socialistas e anarquistas de diversos países, enquanto, no canto superior esquerdo, uma alegoria feminina alada representa o desejo de liberdade e emancipa-

14. L. B. S. P. Pinheiro, *Vozes Operária: Fontes para a História do Proletariado Amazonense,* p. 185, itálico acrescentado.
15. *Jornal do Commercio*, Manaus, 8 de abril de 1905, p. 3
16. "Aos proprietários – oferece-se um operário português, com habilitações para construir prédios, reformar bons e maus serviços. Desde já agradece. Rua Demétrio Ribeiro, nº 29, hotel" (*Jornal do Commercio*, Manaus, 2 de abril de 1911, p. 1); "Aos Pais de Família – Na rua 24 de Maio, indica-se uma excelente criada portuguesa que deseja alugar-se em casa de família" (*Amazonas,* Manaus, 23 de julho de 1892, p. 5).
17. L. B. S. P. Pinheiro *Vozes Operária: Fontes para a História do Proletariado Amazonense,* pp. 109-110.

ção. Entre as lideranças homenageadas na gravura, aparecem Victor Prosper Considerant (1808-1893) e Jules Guesde (1845-1922), socialistas franceses; Friedrich Engels (1820-1895), filósofo alemão fundador, com Marx, do chamado socialismo científico; Pablo Iglesias Posse (1850 – 1925), líder do movimento socialista espanhol; Eleanor Marx (1855-1898), ativista política inglesa, filha de Karl Marx; e Amilcare Cipriani (1843-1918), um importante anarquista italiano. Portugal também está ali representado, na figura de José Fontana (1840-1876), um dos mais destacados líderes do partido socialista daquele país.

FIGURA 1: Homenagem do *Jornal do Comércio* ao 1º de Maio

FONTE: *Jornal do Commercio,* Manaus, 3 de maio de 1905.

É evidente que a sensível valorização dos trabalhadores portugueses não deixaria de provocar descontentamentos e protestos por parte dos nacionais, um fenômeno comum já observado no conjunto da classe operária

brasileira, onde quer que ela tenha se desenvolvido. Dessa forma, trabalhos como o de Sheldon Maram (1979) têm sido bastante ilustrativos das consequências negativas que tais tensões causavam ao próprio processo formativo da classe operária. Maram aponta que os conflitos étnicos foram frequentes, uma vez que

> [...] o operariado brasileiro, marginalizado nas profissões subalternas e não qualificadas, não possuía uma tradição de classe na qual pudesse basear-se. Ressentia-se do sentido de superioridade cultural e até mesmo racial que o imigrante ostentava sobre ele. Por sua vez, os imigrantes militantes ressentiam-se dos brasileiros por estarem prestes a melhorar de vida substituindo-os durante as greves[18].

Em Manaus, esses conflitos étnicos, latentes na maior parte das vezes, mostraram-se alvo das preocupações das lideranças operárias de ambos os lados do espectro social e estas, sempre que possível, faziam apelos pela atenuação das contradições e a favor de processos de efetiva integração do operariado. É nesse contexto que avulta o papel desempenhado por Joaquim Azpilicueta, o mais destacado líder socialista espanhol atuando na capital amazonense, especialmente na defesa de que ali não se levasse a termo a proposta de criação de um Centro Socialista de Espanhóis. Movia-o a convicção no internacionalismo da causa operária, sempre na mira dos discursos proletários[19].

O mesmo princípio moveu a atuação de Tércio Miranda, a mais destacada liderança operária portuguesa que atuou na cidade. Chegado a Manaus em dezembro de 1912, como artista gráfico, Miranda foi imediatamente contratado pelo Jornal do Commercio, então o maior e mais importante diário da capital amazonense. Era responsável pela montagem de um laboratório fotográfico e pela introdução da fotogravura no jornal, muitas vezes colhendo nas ruas da cidade instantâneos de cenas do cotidiano. Politicamente articulado ao anarquismo em sua terra natal – era natural de Amarante, no distrito do Porto –, Tércio foi o principal propagandista do sindicalismo revolucionário no Amazonas, sendo ainda o idealizador e diretor do *A Luta Social*, jornal

18. S. L. Maram, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*, p. 30.
19. L. B. S. P. Pinheiro, "Lideranças Estrangeiras entre os Trabalhadores Manauaras (1910-1930)", p. 91.

que fez editar na cidade em 1914 e que se mostrava vinculado a linha política defendida pela Confederação Operária Brasileira (COB).

Miranda, cujo prestígio com os portugueses era inequívoco, também se fez respeitado pelos trabalhadores nacionais em função de sua incisiva defesa do internacionalismo operário. Sua atuação também marcou o movimento operário amazonense pelo combate sem tréguas contra as associações de caráter beneficente, para ele o verdadeiro cancro a assolar o processo associativo dos trabalhadores amazonenses. Em que pese ter se afastado cedo da cidade, em 1915, sua atuação ainda reverberaria no interior do movimento até meados da década seguinte[20].

Seja como for, esses exemplos de interação entre trabalhadores estrangeiros e nacionais, no contexto amazonense, não podem ser tomados como tendo sido capazes de obstaculizar as tensões no interior do proletariado em formação, uma vez que, como tem sustentado Marcel van der Linden, "a solidariedade que atravessa as fronteiras nacionais pode parecer lógica, mas não o é na prática"[21]. Portanto, é preciso reconhecer que tanto os processos de interação e colaboração quanto os de afastamento e oposição entre trabalhadores nacionais e estrangeiros marcaram a história operária amazonense do período. De modo geral, os termos dessa relação variaram em função de diversos fatores, destacando-se aqueles que estavam associados mais pontualmente ao contexto econômico regional e implicavam uma maior ou menor oferta de empregos na cidade. Assim, enquanto a conjuntura de franca expansão econômica possibilitou o acolhimento da força de trabalho estrangeira sem provocar grandes deslocamentos nos postos já ocupados pelos nacionais, as tensões mantiveram-se arrefecidas. Inversamente, a conjuntura de decadência socioeconômica desencadeada com a crise dos preços da borracha, inaugurada em meados da primeira década do século XX e agudizada na década seguinte, não apenas pela franca derrocada do produto nativo em um mercado mundial que já se mostrava saturado, mas também pela retração geral das exportações causada pela Grande Guerra, tendeu a dar vazão aos conflitos étnicos.

20. *Idem,* pp. 93-99.
21. *apud* L. B. S. P. Pinheiro, "*Lideranças Estrangeiras entre os Trabalhadores Manauaras (1910-1930)*", p. 82.

Desde finais do século XIX era perceptível a existência de um forte ranço contra os portugueses, de forma geral, e contra os portugueses pobres, em particular, frequentemente referenciados como ignorantes e brutos. Se até o último quartel do século XIX as adjetivações depreciativas aos portugueses incluíam termos como "pé-de-chumbo"[22], dali em diante o termo mais comumente empregado para o mesmo fim passou a ser "galego". O epíteto foi largamente utilizado não apenas para identificar os imigrantes espanhóis provenientes da região da Galícia, como também para se referenciar jocosamente aos portugueses, o que incomodava bastante as colônias lusitanas estabelecidas nas principais localidades da Amazônia[23].

O termo, impregnado de ressentimento, basicamente expressava o conflito e o inconformismo de pessoas e grupos da sociedade amazônica frente ao poder e às funções de mando assumidas por portugueses, o que, dessa forma, subordinava e hierarquizava a população local. Ocasionalmente, as contradições se intensificavam e o confronto transformava-se em violência. Como ocorreu em 1874, em Itacoatiara – então a segunda maior cidade do estado – quando moradores locais atacaram e mataram dois comerciantes portugueses, motivados por um movimento "fora galego", que deixou sequelas e acarretou veementes protestos por parte das autoridades consulares portuguesas e de membros destacados da colônia radicada no Amazonas[24].

No mundo do trabalho, o apodo também foi largamente empregado para confrontar a autoridade patronal assumida por portugueses. Um claro exemplo dessa exploração do viés da nacionalidade como um elemento da luta política e sindical aparece formulada em longa matéria dos editores do *Chicote*, um hebdomadário que se apresentava como "crítico e noticioso". Em edição de 1913, o alvo de suas críticas alcança o gerente português da Fábrica de Roupas Amazonense e as práticas autoritárias dele frente às operárias:

22. *Jornal do Amazonas*, Manaus, 3 de março de 1876, p. 3.
23. De acordo com Geraldo Pinheiro, os jornais de Portugal repercutiam os conflitos ocorridos na Amazônia, ressaltando que "os portugueses são maltratados pelos nativos de lá, que os alcunham de galegos" (G. P. S. P. Pinheiro, *Imprensa, Política e Etnicidade: Portugueses Letrados na Amazônia (1885-1936)*, p. 203).
24. I. M. Vaquinhas, "Fora Galego: um Caso de Antilusitanismo no Pará na Década de Setenta do Século XIX", pp. 80-91.

No dia 5 de outubro, por ser aniversário da proclamação da república portuguesa, abriu a fábrica de roupas, as suas portas para quem quisesse visitá-la.

Lá fui e penetrei nas oficinas, naquele santuário do trabalho, tantas vezes profanado, onde o mar de pobres moças, naquele dia de festa cessou de jorrar, porque cessou ali também o trabalho enfadonho e mal pago. Assim quis o galego-gerente, que estas criaturas, passassem um dia sem serem atormentadas pelos seus gritos e livre de sua mochinga.

Este galego, que a primeira letra de seu nome é Tenreiro, é o mais terrível parasita, que vegeta aqui, fazendo careta para o sol que ilumina a terra banhada pelo rei dos rios, resiste ao mais causticante calor sem procurar água, porque é inimigo de tudo quanto é limpo, vive do meio e só procura a lama.

Na rua este português agirafado, de focinho satânico, anda sempre a mostrar a dentusca, veja ou não capim, muito ao contrário do que dá-se na fábrica, onde ele é o feitor rancoroso para estas infelizes moças desprotegidas da fortuna e arrastadas pelas misérias que vivem ali a moirejar improficuamente, debaixo da estupidez desse galego, que além de maltrata-las, não lhes paga corretamente os seus mesquinhos salários.

Finalmente faz das moças todo o instrumento; ordena greve, exibições e palhaçadas pelas ruas, e até faz das nossas patrícias, bonecos de reclames, para a desacreditada fabrica, como já se deu diversas vezes e ainda agora domingo foram repetidas estas palhaçadas, e depois ainda, correr as despesas dessas bandalheiras por conta das infelizes, que além de seus ordenados serem diminutos, têm de dar a metade para as exibições do agirafado Tenreiro.[25]

A matéria do *Chicote* terminava por sugerir que se dessem "sopapos no galego". No polo oposto da escala social, os trabalhadores portugueses também se viam alvo de chacotas e desqualificações grosseiras, como se pode ver a partir de um simples passar de olhos pela imprensa manauara do período e em especial naquela que se apresentava como de "humor" e de crítica de costumes. Vejamos alguns exemplos:

O galego da loja Leão de Ouro com um "flirt" animado com uma senhorita da Avenida Canacary.

Fora galego!

[...]

[Rua] Lima Bacury – Certo galego namora da mercearia "Beira Alta" uma criadinha portuguesa.[26]

25. *O Chicote*, Manaus, 11 de outubro de 1913, p. 1.
26. *A Encrenca*, 16 de janeiro de 1916, pp. 3-4.

Ainda na ponte Cabral, um português muito réles, comedor de cebolas, afronta a sociedade indo todas as tardes encontrar a namorada naquelas imediações.

Sae galego, pouco higiênico![27]

No entanto, em que pesem os trabalhadores portugueses partilharem com os nacionais as mesmas agruras e opressões, seja na forma de salários baixos e aviltantes, seja nas longas jornadas que lhes eram impostas, os imigrantes portugueses podiam contar com um importante ponto de apoio nas diversas instituições (associações e órgãos de imprensa) criadas pela colônia lusa na cidade. Embora essas associações, assim como os jornais das colônias estrangeiras, não se estruturassem como "operárias ou sindicais", mas como instituições voltadas para a filantropia e benemerência, foi comum elas buscarem se posicionar em apoio aos seus conterrâneos sempre que tensões oriundas das relações de trabalho os ameaçassem seriamente.

Enquanto os jornais que se apresentavam como operários foram poucos e tiveram invariavelmente vida efêmera no contexto manauara, muitos periódicos das colônias estrangeiras permaneceram ativos por décadas e abrigaram, em suas páginas, as demandas da base popular e operária de suas respectivas colônias.

No caso específico da colônia portuguesa em Manaus, convém mencionar que ela não era expressiva em termos numéricos apenas, mas também era fortemente representada nas esferas do poder político e econômico. Desde o período provincial (1852-1889), e mesmo antes dele, os portugueses controlavam o comércio varejista da capital amazonense e não poucos fizeram fortuna, enveredando pelo ramo empresarial e ali investindo seu capital na montagem de oficinas e fábricas, na abertura de casas comerciais de importação e exportação e em casas aviadoras, cujo destaque maior no período em questão coube à firma J. G. de Araújo[28]. Fortalecidos em poder econômico e prestígio social, muitos comendadores portugueses projetaram-se, por meio das associações[29] que passaram a dirigir, como vozes autorizadas da colônia lusitana da cidade, angariando internamente poder e prestígio, ao mesmo tempo em que, exter-

27. *O Pimpão*, 24 de setembro de 1911, p. 3.
28. S. Benchimol, *Manáos do Amazonas: Memória Empresarial,* pp. 7-14.
29. Entre as mais expressivas estavam a Sociedade Beneficente Portuguesa, União Esportiva Portuguesa, Grêmio Recreativo Português, Grupo Pró-Póvoa e Sociedade Lusitânia Repatriadora.

namente, aproximavam-se dos mandatários locais oferecendo apoios que não podiam ser desprezados, em especial nos momentos eleitorais.

Com forte presença e influência na poderosa Associação Comercial do Amazonas, o segmento empresarial português atuou, diversas vezes, em favor dos trabalhadores, especialmente quando, entre eles, havia membros da colônia a quem interessava proteger, embora assim o fizessem apenas quando as demandas operárias não representavam ameaça a seus interesses específicos. Inversamente, quando as tensões operárias ocorriam no interior de firmas estrangeiras, cuja atuação frequentemente impactava negativamente o setor comercial da cidade, a Associação, em mais de uma oportunidade, assumia o papel de mediadora dos conflitos e buscava alguma compensação ou o acolhimento das reivindicações dos trabalhadores: como nos momentos em que a luta das categorias portuárias – entre elas os estivadores, que, como vimos, concentrava elevado número de portugueses – confrontava a Manáos Harbour, entidade patronal responsável, também, pela cobrança das taxas de armazenamento, carga e descarga dos produtos que entravam e saiam da cidade[30].

O setor comercial, que sempre se queixava da qualidade do serviço portuário, em especial dos atrasos nos processos de carga e descarga dos navios, também reclamava das taxas elevadas, que oneravam as mercadorias. Essa realidade os impulsionava, vez por outra, a uma atitude de velada adesão às demandas dos trabalhadores, notadamente os portugueses.

Se, de um lado, as associações de recorte étnico se estruturavam com certa facilidade e se mantinham ativas por longos anos; de outro, o proletariado amazonense em formação tinha imensa dificuldade para criar suas associações de classe e, uma vez criadas, para mantê-las. Ao fazer um balanço das associações operárias da cidade, um jornal operário amazonense não deixou de externar suas preocupações e desencantos:

> O operariado amazonense tem descurado muito de suas organizações, as existentes lutam com a sua apatia e indiferentismo de seus associados que pouco ou nada se preocupam com o seu próprio bem-estar, não preocupando-se com o preparo da luta que deve manter todo trabalhador contra o capitalismo seu opressor.[31]

30. M. L. U. Pinheiro, *A Cidade sobre os Ombros*.
31. *Correio da Tarde*, Manaus, 10 de maio de 1911, p. 1.

Seja como for, a segunda década do século xx, marcada tanto pela decadência da borracha quanto pela retração econômica imposta pela Grande Guerra (1914-1918), impôs ao universo operário um conjunto de enormes provações, que iam do fechamento dos postos de trabalho à redução dos salários, passando pelos sistemáticos aumentos da jornada diária. Vitórias, grandes ou pequenas, alcançadas pela luta operária, acabavam refluindo para posições anteriores à luta e, dessa forma, os acordos firmados com o patronato tornavam-se letra morta.

A fragilização da classe trabalhadora na correlação de forças com um patronato que se ancorava na decadência da borracha para reforçar sua dominação, por meio de discursos que alegavam ser impossível o acatamento das demandas dos trabalhadores, impunha às lideranças operárias pensar na adoção de medidas e estratégias de luta e de sobrevivência. Mas, na base, a reação quase imediata foi a adoção de posturas individualistas e fragmentadoras da já frágil unidade operária. Entre outras ações, destacam-se a aceitação de salários menores em troca da manutenção de empregos e a recusa à participação em movimentos de contestação articulados pelas associações, ou até mesmo a abstenção em participar delas.

Em paralelo, o avanço do nacionalismo fazia eclodir frequentes animosidades contra os estrangeiros e propostas xenófobas não tardaram a surgir no interior do movimento operário. Do dia para a noite, criavam-se factoides cujo único objetivo era mobilizar a população local a investir contra os imigrantes. O movimento "fora galego" parecia revigorar-se, ameaçando, inclusive, a integridade física dos membros da colônia portuguesa no Amazonas. O mais emblemático desses factoides ficou conhecido como "o caso da bandeira" e repercutiu fortemente nos dois lados do Atlântico.

Em 15 de julho de 1914, o jornal *O Amazonas*, um diário de grande circulação na capital amazonense, destacou um telegrama recebido de Lisboa dando conta que "carbonários portugueses haviam espatifado a bandeira brasileira e insultado o nosso país, em termos os mais soezes"[32]. Ainda segundo o jornal, o ocorrido teria levado o ministro do Exterior brasileiro a cobrar satisfação de Portugal contra tal afronta. O episódio, de fato, não aconteceu e o telegrama havia sido forjado pelo jornal, mas o boato já tinha

32. *O Amazonas*, 15 de julho de 1914, p. 1.

se alastrado como fogo em palha. A comunidade portuguesa da cidade, ameaçada pelos brios nacionalistas exaltados de muitos moradores, ficou acuada e impotente ante os ataques.

No dia seguinte, jornais da imprensa local trataram de negar o episódio e acusaram *O Amazonas* de intenções inconfessadas e irresponsáveis. Do outro lado do Atlântico, o caso escandalizou os portugueses, e a imprensa lusitana se mostrou estarrecida e preocupada com a sorte dos integrantes da colônia em Manaus. De Lisboa, o periódico *O Mundo* comentou o assunto:

> Acabamos de receber alguns jornais de Manaus e, com eles numerosas cartas de compatriotas nossos, bem como algumas de brasileiros, narrando-nos os lamentáveis sucessos que ali sucederam em 15 de julho. Um periódico de Manaus, "Amazonas", forjou uma miserável e estúpida notícia, publicando-a como um telegrama enviado de... Lisboa. Este telegrama informava que o povo de Lisboa hostilizara a embaixada e a bandeira brasileira. Que fim tinha a calúnia? Parece que consistia em criar um estado de revolta em Manaus para se depor violentamente o governo do estado [...].[33]

O periódico português continuava a matéria informando os ataques sofridos pelo consulado português e por comerciantes daquele país nas ruas de Manaus. No mesmo diapasão, João Grave, renomado romancista e jornalista português, que atuava como correspondente especial de diversos jornais brasileiros em Portugal, também externou sua perplexidade. Correspondente contratado desde 1910 pelo *Jornal do Commercio* amazonense, para o qual enviava de Lisboa colunas semanais, João Grave era a mais importante voz de Portugal a se fazer ecoar no interior da colônia portuguesa amazonense, e suas colunas, de página inteira, eram frequentemente comentadas pelas ruas e reverberadas por outros jornais da cidade. Sobre o assunto, escreveu:

> Ao que leio no *Jornal do Commercio,* parece que aí em Manaus se vulgarizou o boato de que o pavilhão brasileiro havia sofrido enxovalhos em Portugal. Tal boato é absolutamente malévolo e falso. A minha nação tem pela gloriosa nacionalidade brasileira, o maior afeto – um afeto como só pode existir entre povos irmãos. As relações íntimas que unem o Brasil e Portugal mais se tem estreitado nos últimos anos; e, se alguns de meus compatriotas ousasse, entre nós, melindrar o Brasil seria

33. *O Mundo*, 7 de agosto de 1914, p.1.

imediatamente punido pela própria população. Como é que atoardas dessa natureza podem circular, encontrando espíritos de boa-fé que as acreditem?[34]

Em que pese o fato de jornais operários da cidade, como o *A União*, terem se manifestado peremptoriamente para que cessassem as divisões entre portugueses e brasileiros, a repercussão do conflito no mundo do trabalho manauara também havia se alastrado. No decorrer da Primeira Guerra Mundial, lideranças da classe trabalhadora aproveitaram-se da disseminação dos ânimos nacionalistas para cobrar posicionamento dos patrões, acusando-os de impatriotas por priorizarem estrangeiros na contratação de pessoal.

Nas vésperas da Grande Guerra (e ainda sob forte influência das posições do sindicalismo revolucionário defendido por Tércio Miranda e pelo Sindicato dos Trabalhadores Gráficos, ao qual Miranda pertencia), a proposição, em maio de 1914, de uma federação amazonense que articulasse todas as associações operárias estabelecidas no estado apontava a união e o congraçamento dos trabalhadores, "sem distinção de nacionalidade", como a única estratégia viável[35]. No final daquele mesmo ano, a proposta dos gráficos amazonense ainda não havia sucumbido à tentação fragmentária, como atesta o próprio título do periódico que puseram a circular: *A União*.

Quatro anos mais tarde, foi criado o Centro Operário do Amazonas, uma das mais importantes federações operárias do estado, animado por uma plêiade de lideranças nacionais de grande prestígio entre o operariado local – Cursino Gama, por exemplo, cuja atuação se fará presente até o final da década de 1920. O Centro trazia, de forma explícita, em seus estatutos, uma forte segmentação motivada pelo viés da nacionalidade, já que estabelecia, como primeira condição para se tornar um associado, "ser brasileiro nato de ambos os sexos, artista ou operário em qualquer ramo da atividade humana"[36]. Assim estruturado, o Centro entabulou diversas demandas ao longo dos anos 1920, que tenderam a incluir propostas de limitação do número de estrangeiros a serem contratados por firmas e empresas na cidade[37]. Um exemplo de ação desse tipo emergiu durante a proposta de uma "greve parcial", em 1921, quando lideranças oriundas do Centro Operário, que conduziam o movimento, tentaram impor às firmas e empresas do setor da construção

34. *A União*, 10 outubro de 1914, p. 3.
35. L. Pinheiro *Vozes Operária: Fontes para a História do Proletariado Amazonense,* p. 333.
36. *Idem, p. 346.*
37. *Idem, p. 159).*

civil – exatamente aquele em que o operariado português era amplamente majoritário – um "regulamento", com cláusulas que limitavam o trabalho de estrangeiros. Com efeito, uma das cláusulas do regulamento estabelecia que patrões e mestres deveriam, obrigatoriamente, admitir cinquenta por cento de "operários artistas brasileiros, o mesmo acontecendo com os serventes"[38]. Em uma base em que a presença de estrangeiros era ainda importante, a cláusula ignorava o sempre presente discurso do internacionalismo operário e acabou contribuindo muito mais para o dissenso do que para o avanço efetivo da luta dos trabalhadores e, dessa forma, o movimento se viu fragilizado tanto pela base operária quanto pela ação patronal, o que fez a greve chegar ao fim sem agregar ganhos aos grevistas.

É importante frisar que, desde o final da Primeira Guerra, as tensões étnicas no interior do movimento operário amazonense haviam praticamente ficado restritas aos confrontos entre trabalhadores nacionais e portugueses. O fenômeno se explica pelo fato de o fluxo imigratório, iniciado no final do século XIX, ter chegado a termo ao fim da segunda década do XX. A decadência do comércio da borracha, que gerou falências e o consequente fechamento de milhares de postos de trabalho, assim como a conjuntura de depressão ampliada pela guerra levaram parte significativa do proletariado amazonense à miséria e indigência. Essa situação dramática contribuiu também para que os impactos do surto da gripe, cujo ápice aconteceu em 1918, fossem devastadores entre eles.

Nesse momento as redes protetivas das associações filantrópicas e beneficentes estruturadas pelas respectivas colônias entraram em cena e estabeleceram a repatriação de seus integrantes como necessária e urgente. Por conseguinte, especialmente após 1918, o processo de remigração de estrangeiros (o retorno a seus países de origem) em Manaus alcançou dimensões tão elevadas que praticamente pôs termo à trajetória desses imigrantes pela capital amazonense. Esse foi o caso da colônia espanhola, a segunda maior colônia estrangeira na cidade: dos quase 3 mil espanhóis que migraram no início do século XIX, não mais que duas centenas permaneceram na cidade durante a década de 1920.

A colônia portuguesa, em maior número e melhor adaptada ao contexto local, em virtude das redes de apoio e solidariedade que ali formaram desde

38. *Jornal do Commercio*, 7 de abril de 1921, p. 1.

o período provincial, foi seguramente a que se manteve mais expressiva, muito embora também tivesse tomado parte no processo de remigração. Por tudo isso, não deixam de ser significativos os dados disponíveis acerca da composição étnica de parcela do proletariado amazonense, que se via engajado em associações sindicais daquela época de crise. Como é possível perceber na tabela abaixo, os registros de associados da União Operária Amazonense (criada em 1918), embora parciais e fragmentários, indicam com clareza a retração da participação estrangeira entre o proletariado amazonense nos anos iniciais da década de 1920.

TABELA 1: Nacionalidade dos associados da União Operária Amazonense (1918-1926)

NACIONALIDADE	#
Brasileiros	895
Portugueses	80
Peruanos	9
Italianos	8
Espanhóis	7
Ingleses	4
Alemães	3
Austríacos	1
Franceses	1
Russos	1
Sírio-Libaneses	1
TOTAL	1010

FONTE: Livro de Registros da associação União Operária Amazonense. Acervo: CEMEJ.

Ao avançar o decênio, as tensões éticas entre portugueses e brasileiros no interior do mercado de trabalho amazonense tenderam ao arrefecimento, assim como a própria mobilização operária ficou sensivelmente reduzida pelas limitações estruturais que o contexto regional passou a apresentar. É pouco provável, no entanto, que as animosidades e ressentimentos contra os portugueses – no mundo do trabalho e fora dele – tenham desaparecido

de todo entre a população do Amazonas, sendo plausível pensar que essas tensões tenham apenas permanecido latentes e silenciadas, aguardando uma oportunidade para vir à tona, o que, ao fim e ao cabo, não ocorreu mais ao longo do período aqui analisado.

REFERÊNCIAS

A Encrenca, Manaus, 16/01/1916, p. 3 e 4.

Amazonas, Manaus, 23/07/1892, p. 5.

A União, Manaus, 01/10/1914, p. 3.

BENCHIMOL, Samuel. *Manáos do Amazonas*: *Memória Empresarial*. Manaus: Ed. Gov. do Estado do Amazonas/EDUA/ACA, 1994.

CAMPOS, Hermenegildo de. *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*. 2ª ed. Manaus: A.C.A., 1988. (1ª ed. 1908).

Commercio do Amazonas, Manaus, 11/06/1899, p. 1.

CORREA, Luiz de Miranda. *Roteiro Histórico e Sentimental da Cidade do Rio Negro*. Manaus: Artenova, 1969.

COSTA, Deusa. *Quando o Viver Ameaça a Ordem Urbana*: *Trabalhadores de Manaus* (1890-1915). Manaus: Valer, 2015.

DIAS, Ednea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*: *Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

EMMI, Marília Ferreira. *Um Século de Imigrações Internacionais na Amazônia Brasileira (1850-1950)*. Belém: NAEA, 2013.

Jornal do Amazonas, Manaus, 3/3/1876, p. 1.

Jornal do Commercio, Manaus, 08/04/1905, p. 3.

Jornal do Commercio, Manaus, 03/05/1905, p. 3.

Jornal do Commercio, Manaus, 02/04/1911, p. 1.

Jornal do Commercio, Manaus, 07/04/1921, p. 1.

KLEIN, Herbert. "Migração Internacional na História das Américas". In: FAUSTO, Boris (Org). *Fazer a América*: *a Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, pp. 13-31.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATTA, Alfredo da. *Geografia e Topografia Médica de Manaus*: Manaus: Typ. Renaud, 1916.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura, 1852-1910*. Manaus: EDUA, 1997.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. 3ª ed. aumentada. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

O Amazonas, Manaus, 15/07/1914, p. 1.

O Chicote, Manaus, 11/10/1913, p. 1

O Mundo, Lisboa, 07/08/1914, p.1.

O Pimpão, Manaus, 24/09/1911, p. 3.

PINHEIRO, Geraldo Pantaleão Sá Peixoto. *Imprensa, Política e Etnicidade: Portugueses Letrados na Amazônia (1885 – 1936)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto. Porto (Portugal), 2012.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operária*: *fontes para a história do proletariado amazonense*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017 (a).

_____. "Lideranças Estrangeiras entre os Trabalhadores Manauaras (1910-1930)". *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 9, nº 17, p. 79-100, janeiro-julho de 2017 (b).

_____; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha*: *trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus, 1870-1930*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus, 1899-1925*. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015.

RAMALHO JUNIOR, José Cardoso. *Mensagem do Exmo. Sr. José Cardoso Ramalho Júnior Vice-Governador do Estado Lida Perante o Congresso dos Representantes, por Ocasião da Abertura da Primeira Sessão Ordinária da Terceira Legislatura, em 10 de julho de 1898*. Manaus: Imprensa Oficial, 1898.

SARGES, Maria de Nazaré *et al*. (Orgs). *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração: ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

VAQUINHAS, Irene Maria. "Fora Galego: um Caso de Antilusitanismo no Pará na Década de Setenta do Século XIX". In: ALVES, Jorge Fernandes. *Os "Brasileiros" da Emigração*. Vila Nova de Famalicão (Portugal): Edições Imparciais, 1999, p. 80-91.

VILEROY, Augusto Ximeno. "Como se Deve Povoar o Solo Amazônico". In: MIRANDA, Bertino de (Org). *Annaes do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola*. Manaus: Palais Royal, 1911, pp. 19-26.

12 O PARÁ NOS JORNAIS DO PORTO: ENTRE ANÚNCIOS, ECONOMIA, EXOTISMO E OUTRAS AMBIGUIDADES[1]

Cristina Donza Cancela[2]

O Estado do Pará, na primeira década do século XX, figura entre os principais destinos dos portugueses que vieram para o Brasil. Em grande medida, a economia da borracha contribuiu para esse quadro de deslocamentos. A década de 1870, particularmente a partir do ano de 1876, marca a elevação do valor e venda da borracha no mercado internacional e na exportação nacional, o que irá manter-se até o ano de 1910. Esse crescimento econômico se refletiu nos deslocamentos dos portugueses para o estado. Quando tomamos como referência as saídas de indivíduos ocorridas a partir do distrito do Porto, de onde migrou a maior parte dos portugueses para o Pará, e mesmo para o Brasil, vemos que o estado se tornou o segundo maior destino desses indivíduos, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro[3]. Para se ter uma noção desse processo de ascensão, o estado do Pará recebeu cerca de 6% do total de imigrantes portugueses que vieram para o Brasil no ano de 1889,

1. Este texto foi originalmente publicado na revista da UFMT, *Territórios e Fronteiras* (v. 12, n. 01, 2019). A pesquisa é resultado do projeto Imigração Portuguesa: Fluxos, Características e Trajetórias (Pará-Belém/1850-1930), financiado pelo CNPq. Agradeço aos bolsistas de iniciação científica Paulo Henrique Souza dos Santos, Luana Karina Franca Queiroz e Júlio Ferro Silva da Cunha Nascimento, que realizaram o trabalho com os passaportes.

2. Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP); professora da Faculdade de História, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Pará (UFPA). É investigadora integrada da Universidade de Lisboa e pesquisadora CNPq.

3. J. F. Alves, *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, p. 124.

percentual que pulou para 17%, dez anos depois, em 1899, mantendo-se, nos dois casos, como o segundo destino mais procurado[4].

Como assinalei, a economia da borracha deve ser elencada como um importante motivo de aumento dessa imigração. Contudo, para além das questões de atração que a possibilidade de riqueza do ouro negro encerra, há também que se agregar outros motivos importantes para se entender esses deslocamentos, como, por exemplo, os fatores internos ao distrito do Porto, particularmente se considerarmos a epidemia de peste bubônica que assolou as freguesias da região no ano de 1899[5].

A estes eventos contingentes, somam-se as dificuldades econômicas estruturais vividas não apenas no Porto, mas também nos demais distritos do norte do país. Como nos lembra Miriam Halpern Pereira, a migração foi resultado das distorções do capitalismo dependente português, que, juntamente com o aumento demográfico, geraram o deslocamento dos lavradores, semiempregados ou sem emprego, para as cidades, que não possuíam elasticidade no mercado de trabalho e não absorviam essa mão de obra. A miséria e a falta de capital dos lavradores foram fatores que alimentaram a migração, vista como uma possibilidade de enriquecimento e futuro retorno para o local de origem[6]. Some-se a isto a crise financeira que vinha assolando Portugal desde o ano de 1891, em função do endividamento do Estado, da inflação do crédito bancário e da queda na exportação de vinho[7].

O conjunto das condições anteriormente levantadas nos ajuda a entender o fluxo migratório para o Pará, mas uma última questão importante deve ser observada aqui. Alguns trabalhos vêm mostrando as ligações estreitas existentes entre o estado do Pará e Portugal, que passavam não apenas pelas questões de caráter econômico, mas também pelas redes de sociabilidade, parentela e conterrâneidade, que foram sendo montadas num longo trânsito de deslocamentos constantes de portugueses em solo paraense. Essas redes construíram memórias, trajetórias e viagens que tornavam os deslocamentos para o estado algo comum para diversas gerações de indivíduos e famílias

4. *Idem*, p. 125.
5. D. Pontes, *O Cerco da Peste no Porto: Cidade, Imprensa e Saúde Pública na Crise Sanitária de 1899*.
6. M. H. Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, p. 19.
7. L. A. Santos, "A Crise Financeira de 1891: uma Tentativa de Explicação".

portuenses[8]. Desse modo, a economia da borracha foi um importante gatilho para o aumento desses deslocamentos, mas as redes sociais, atualizadas a partir de várias gerações de migrantes portugueses no estado, ajudaram a minimizar as incertezas e potencializar a decisão de migrar, pelo menos entre aqueles que vinham inseridos em redes já existentes.

Contudo, nem sempre essas redes eram formadas por parentes e conhecidos. As décadas finais do século XIX e a primeira do século XX viram um movimento de população em massa que passava não apenas pelas redes familiares e de conterrâneidade anteriormente fomentadas, mas também pela rede mais movediça e porosa de agências de viagem, engajadores, propaganda e informação, que contribuíram para fazer com que essa população, assolada pelas dificuldades internas de suas freguesias, elegesse o Pará da borracha como destino, mesmo sem possuir relações sociais anteriormente forjadas no estado.

Que informações chegavam a essas pessoas das diversas freguesias do Porto sobre o Pará? É difícil ter acesso às notícias trazidas aos parentes, vizinhos e conterrâneos por aqueles que retornavam, ou mesmo as informações enviadas através de cartas e paquetes que cruzaram o Atlântico. Entretanto, de algum modo, podemos acompanhar essas informações a partir dos jornais portuenses. Que notícias do Pará eram vinculadas nos jornais do distrito do Porto? Em que medida o maior número de pessoas se deslocando para o estado se refletiu em um volume maior de notícias e informações sobre ele nos periódicos? Como o Pará era, afinal, representado nas *folhas* do norte de Portugal?

Para discutir essas questões, elegi dois dos principais periódicos de circulação no distrito do Porto como fonte: *O Commércio do Porto* e o *Jornal de Notícias*, no período relativo aos anos de 1900 a 1910, momento de auge da economia gomífera, que também compreende a chamada migração moderna de massa[9].

8. C. D. Cancela, "Redes, Gerações e Negócios: uma Família de Imigrantes Portugueses na Amazônia"; E. Fontes, *Preferem-se portugues(as): Trabalho, Cultura e Movimento Social em Belém do Pará (1885-1914)*; M. A. Carvalho, *Bebendo Açaí aoendo Bacalhau: Perfil e Práticas da Sociabilidade Lusa em Belém do Pará Entre Finais do Século* XIX *e Início do* XX. 2011).
9. M. H. Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*.

O JORNAL DE NOTÍCIAS

No final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, os jornais modernizaram seu padrão gráfico, aumentaram a tiragem e passaram a ter um caráter mais noticioso, publicando folhetins, diminuindo o preço e ampliando os anúncios. A despeito do índice de analfabetismo do Porto rondar em torno de 35% no meio urbano e 60% na área rural, o jornal se mantinha como um veículo importante de comunicação de massa pela sua estrutura e forma noticiosa, com a divulgação de crimes e fatos diversos. Nesse período, cerca de 91 periódicos circulavam no Porto, muitos com vida efêmera, porém dois deles mantiveram-se por longa duração: *O Comércio do Porto* e o *Jornal de Notícias*[10]. Iniciei a pesquisa pelo *Jornal de Notícias*, uma folha de circulação diária, fundada em 1888, vinculada ao Partido Regenerador, e que se encontrava entre os periódicos de maior circulação no distrito do Porto. O jornal publicava matérias sobre acontecimentos, variedades, moda, folhetins e notícias internacionais, dentro da proposta de uma imprensa moderna que se propunha a ser mais informativa e ter um reduzido valor do exemplar, mantendo-se através de um número grande de anúncios[11].

Comecei o levantamento dos exemplares a partir do ano de 1889. Foi decepcionante perceber que, a despeito da imigração para o Pará já se mostrar significativa desde o início da década de oitenta, poucas foram as matérias encontradas sobre o estado veiculadas pelo periódico. O anúncio de paquetes com destino para o Pará e Manaus, na última página do jornal, era quase exclusivamente o que se lia sobre essas cidades do Norte do Brasil. Os anúncios saíam diariamente e informavam dia, nome e origem das barcas que iriam sair do porto de Leixões, no concelho do Porto, para o Pará e para Manaus[12]. Obidense, Anselm e Paraense eram alguns dos vapores que faziam a travessia, todos eles embarcações de origem inglesa[13]. Com o avançar dos anos, os anúncios de navio e suas saídas se ampliaram, e novos nomes apareceram como o do navio português Dona Amélia, e dos ingleses

10. Pontes, *O Cerco da Peste no Porto: Cidade, Imprensa e Saúde Pública na Crise Sanitária de 1899*, p. 39.
11. F. de Sousa, *Jornal de Notícias: a Memória de um Século (1888-1988)*.
12. *Jornal de Notícias,* Porto, 9 de julho de 1896.
13. *Jornal de Notícias,* Porto, 9 de julho de 1896.

Manauense, Lanfranc e Dunstan[14]. Já no ano de 1900, os anúncios cresceram em tamanho e mudaram de forma, sendo compostos por desenhos de paquetes antes da chamada, estampando em letras maiores os nomes Pará e Manaus. Os anúncios deste período trazem também o nome dos agentes e agências do Porto, com quem os passageiros interessados deveriam tratar para realizar a viagem. Algumas dessas agências ficavam em frente ao Governo Civil, local responsável pela emissão dos passaportes[15].

Com este novo perfil de anúncio, saímos das propagandas individuais das companhias marítimas, que informavam a saída de seus vapores, para os anúncios de agências de viagem, que divulgavam não apenas as datas das saídas das inúmeras embarcações, mas também o serviço de aquisição da documentação necessária ao deslocamento e a venda de passagem de várias companhias marítimas em todas as classes. Entre estas firmas, destaco a Agência Abreu, então administrada por Daniel Luiz Vieira d´Abreu, filho do fundador, Bernardo de Abreu, considerada a agência mais antiga ainda em funcionamento na Europa[16]. Segundo seu anúncio, "Esta agência encarrega-se de solicitar passaportes, e de obter no porto e nas Províncias, com a maior modicidade e rapidez, todos os documentos necessários para os mesmos.[17]

A empresa destacava que possuía agentes legalmente estabelecidos, um dado importante frente às constantes críticas que apareciam nos jornais, referentes às agências e indivíduos sem licença que se aproveitavam da situação dos que iam migrar. Uma dessas matérias foi publicada como um comunicado e intitulava-se "A colônia do Pará", seguida do subtítulo: "prevenção aos incautos". Tratava-se de um indivíduo que teria se tornado agente de viagem, sem ter licença para tal. A matéria denunciava a formação de uma "rede nova lançada aos dinheiros do estado e dos honrados brasileiros no Pará". Segue informando que é alguém conhecido das repartições públicas e policiais e que "está mettido em camisa de onze varas, sem ter gravatas

14. *Jornal de Notícias*, Porto, 8 de agosto de1896.
15. C. Leite, "O Transporte de Imigrantes: da Vela ao Vapor".
16. F. de Sousa e M. J. Ferraria, "A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)".
17. *Jornal de Notícias,* Porto, 17 de julho de 1902.

de tal alcance, ele é fraudulento, mentiroso e falso, como Judas!"[18]. Os descaminhos das agências em relação aos emigrantes eram denunciados pelos jornais da época ao mostrarem os abusos cometidos na promessa de facilitar a obtenção dos documentos e o desembarque no Brasil.

Para além dos anúncios de viagens, o *Jornal de Notícias* trazia, quase cotidianamente, informações sobre os diversos estados brasileiros, extraídas dos periódicos nacionais. A maior parte dessas notícias dizia respeito ao Rio de Janeiro. Contudo, de forma muito esparsa e escassa, encontrei matérias sobre o Pará. Na maioria das vezes, comunicados de dívida comercial, como a anunciada por José Custódio Ferreira. A nota informava, a quem pudesse interessar, que José Custódio abrira uma ação comercial de cobrança, no valor de quarenta contos de réis, contra Annibal Gomes Soeiro, natural de Candal, Villa Nova de Gaia. A nota alertava as pessoas a não realizarem negócio com o referido devedor, "relativamente aos bens situados em Portugal"[19]. No dia seguinte, na mesma folha e com o mesmo espaço, o devedor, Annibal Gomes Soeiro, retrucou a nota anterior em um novo comunicado intitulado "Pará", informando que o credor, José Custódio, não podia dispor dos seus bens, em Portugal, ou mesmo no Brasil, acusando-o de realizar o comunicado como meio de pressioná-lo à transação, e que ele iria aguardar a justiça dos tribunais. Reitera que a divulgação da nota na imprensa seria um "truc" já conhecido, que "se emprega sempre como desafogo de causas perdidas"[20].

Matérias como essa nos alertam para o fato de que comerciantes com negócios e firmas no Pará mantinham também bens e negócios no distrito do Porto. Não era incomum nos inventários abertos em Belém, capital do estado do Pará, a referência a bens existentes em Portugal, como imóveis e quintas, evidenciando um constante trânsito desses sujeitos, ao menos daqueles com renda e patrimônio, entre o Pará e o Porto[21]. Esses comerciantes faziam parte de um grupo seleto de imigrantes com recursos, que podiam transitar entre os dois lados do Atlântico, em viagens de negócio e/ou de

18. *Jornal de Notícias*, Porto, 21 de setembro de 1902.
19. *Jornal de Notícias*, Porto, 7 de novembro de 1901.
20. *Jornal de Notícias*, Porto, 8 de novembro de1901.
21. C. D. Cancela, "Redes, Gerações e Negócios: uma Família de Imigrantes Portugueses na Amazônia".

lazer. Esse dado mostra que, antes de ser um movimento único de partida e chegada, a migração de sujeitos abastados se atualizava em um movimento constante entre os portos, diferentemente da massa dos imigrantes pobres, que, frente às adversidades, muitas vezes ficava dependendo de instituições filantrópicas para retornar às suas freguesias portuguesas[22].

Voltando para os periódicos, encontramos um terceiro grupo de informações sobre o Pará no *Jornal de Notícias* referentes a chegada, viagem, ou mesmo falecimento de proprietários portugueses que fizeram fortuna com o negócio da borracha. Esse assunto ocupava a segunda maior parte das notícias que mencionavam o estado nesse periódico. Matérias como a do dia 18 de janeiro de 1907, estampada na folha 2 do jornal, na qual se via o desenho do comerciante português, que fez fortuna no Pará, José Antônio Martins, o Barão de Monte Córdova. A matéria comunicava a realização dos seus funerais na freguesia de Monte Córdova e publicava a biografia do comerciante, segundo a qual ele teria se mudado bem novo para o Pará, onde enriqueceu e mantinha vários bens arrolados em seu testamento, que se encontrava no estado brasileiro.

Notas como essa, em um jornal de grande circulação, sugerem o impacto local das notícias sobre a possibilidade de fortuna no Pará da borracha. Informações sobre indivíduos que enriqueceram, compraram títulos, realizaram ações beneméritas poderiam se tornar gatilhos importantes na decisão de migrar e ter prosperidade. Mas não se pode deixar de mencionar que essas matérias concorriam com aquelas em que a emigração para o Brasil era quase sempre retratada com conteúdo negativo, denunciando as condições de maus tratos, subjugação e quase escravidão em que os emigrantes portugueses viajavam e viviam. Essas matérias eram frequentemente encontradas e consideravam a emigração um mal a ser combatido.

Ao analisar essas tensões representacionais sobre a emigração portuguesa, Isilda Monteiro nos alerta que a imprensa regional oscilava entre a defesa da repressão da saída daqueles que abandonavam seu país em procura de melhores condições de vida, pelo impacto negativo causado a Portugal, e o reconhecimento de que o desenvolvimento local dependia, quase

22. A. T. Hidaka, "Os Infortúnios da Imigração Portuguesa: A Benemérita Liga Portuguesa de Repatriação (1908-1949)".

exclusivamente, das remessas dos emigrantes ou daqueles que, depois de uma vida de trabalho no exterior, retornavam à sua terra natal[23].

Essa tensão e ambiguidade estava presente em vários espaços da vida portuguesa, para além das folhas dos periódicos, como destaca Fernanda Maia, que examinou os discursos da Câmara dos Deputados e mostrou como estavam pautados na condenação da emigração para o Brasil, embora não criassem mecanismos eficazes para combatê-la. Afinal, a emigração era importante para os recursos financeiros portugueses, por conta das remessas, e para desafogar as tensões políticas e econômicas do campo, pela falta de trabalho[24].

Essa ambiguidade vai estar presente nas notas do *Jornal de Notícias*: ao mesmo tempo em que lançava matérias denunciando a emigração para o Brasil como uma forma de escravidão branca, publicava notas de pessoas e famílias que enriqueceram após a viagem. Ou seja, o mesmo jornal que veiculava os terrores da emigração, trazia informação, em destaque, de portugueses que fizeram fortuna em terras brasileiras, noticiando suas saídas e chegadas, a riqueza adquirida, os títulos conquistados, os cargos e funções assumidos.

A leitura e o conhecimento dessas notícias podiam reverberar na decisão daqueles que pretendiam migrar, trabalhar na terra, iniciar um novo negócio, ganhar dinheiro para retornar com recursos a Portugal. Se a dúvida dessa possibilidade podia ser trazida pelas matérias que condenavam o processo de emigração, a matização do revés podia ser atualizada pelas notícias de indivíduos que se transformaram em barões, negociantes de grosso trato, beneméritos importantes em suas freguesias de origem. Esse dado, aliado a gama de agentes, engajadores e à propaganda oficial disseminada pelos governos das cidades brasileiras, nos ajuda a pensar o quadro das informações transmitidas aos moradores do distrito do Porto e as representações sobre o Pará traduzidas nos jornais.

Contudo, como inicialmente pontuado, se as notícias sobre o Brasil e a emigração eram publicadas com regularidade no *Jornal de Notícias*, as matérias exclusivas sobre o Pará não eram frequentes, restringindo-se aos

23. I. Monteiro, "Os Passaportes: do Enquadramento Legal à Prática (1855-1926)"
24. F. P. S. Maia, "A Emigração para o Brasil no Discurso Parlamentar Oitocentista".

anúncios de companhias marítimas, agências de viagem, conflitos e dívidas de comerciantes, notas sobre portugueses de prestígio que fizeram fortuna no estado. Notícias esparsas que seguiam o fluxo de acontecimentos contingenciais. Diante disso, busquei um segundo jornal para perceber em que medida esse padrão de divulgação se mantinha em outras folhas.

JORNAL *O COMMERCIO DO PORTO*

O Commercio do Porto possuía grande circulação no distrito, tendo sido fundado em 1854, por Manuel Carqueja e Henrique de Miranda, em princípio com o nome *O Commercio*. Era um dos jornais mais importantes do Porto[25].

A linha editorial estava centrada em notícias sobre negócios, agricultura e indústria, que, segundo o programa do jornal, publicado no ano de seu jubileu, "constituíam-se nos três pilares das nações modernas"[26]. O jornal começou circulando três vezes por semana e passou a ser uma publicação diária ainda em 1854.

Por ser uma folha voltada às questões de produção e comércio, imaginei poder encontrar um volume maior de informações sobre o Pará, seus negócios e negociantes. E foi o que ocorreu. O jornal *O Commercio do Porto*, assim como o anterior, também trazia anúncios de companhias marítimas e agências de viagens, bem como matérias sobre portugueses ricos residentes no Pará. No entanto, diferentemente do *Jornal de Notícias*, *O Commercio do Porto* mantinha uma coluna regular denominada "Brazil", com o subtítulo "Cartas do Pará", que se propunha a ser publicada mensalmente, pelo menos nos primeiros anos do século XX. Por vezes, a coluna passava períodos longos sem ser editada, para logo voltar a ser, com o pedido de desculpas pela ausência por parte do correspondente do jornal que a editava. O autor da coluna assinava G. C., provavelmente as iniciais de Gregório Profino da Costa, comerciante português residente no Pará desde 1897, onde chegou em pleno auge da economia da borracha. Gregório veio para o Pará solteiro, com 31 anos, na condição de negociante, e logo assumiu cargos, como o de

25. D. Pontes, *O Cerco da Peste no Porto: Cidade, Imprensa e Saúde Pública na Crise Sanitária de 1899*.
26. *O Commercio do Porto*, 2 de junho de 1904.

membro do conselho fiscal do Banco do Pará[27]. Desse modo, não fazia parte da massa de lavradores, artesãos, pescadores e trabalhadores, que chegaram nesse período da imigração de massa, sem instrução e condição financeira.

Além do Pará, o jornal mantinha, nessa mesma coluna intitulada Brazil, cartas de outros estados do norte brasileiro, como "Cartas de Manaus", nas quais também, por vezes, encontravam-se notícias relativas ao Pará. Diferentemente do formato das colunas editadas por um correspondente, a coluna Brazil trazia também a reprodução de notícias extraídas de jornais brasileiros que chegavam ao Porto. Acontecimentos do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, bem como Pará e Manaus, eram publicados em notas soltas. A maior parte das notícias relativas ao Pará publicadas nessa coluna advinha do jornal *Folha do Norte*[28].

Essas colunas regulares, somadas às notícias sobre acontecimentos eventuais, viabilizaram o levantamento de um volume maior de informações sobre o estado no jornal *O Commercio do Porto* e permitiram um olhar mais denso das diversas formas pelas quais o Pará era representado nessa folha portuguesa. Por outro lado, a especificidade da linha editorial do jornal, voltada para questões relativas (não apenas, mas preferencialmente) à produção e ao comércio, me permitiu inferir a eventual importância que o estado passou a ter no Porto em função da economia da borracha. Os possíveis migrantes e, ainda, pessoas ligadas ao comércio podiam ficar informadas dos acontecimentos comerciais e políticos ocorridos em terras paraenses por meio dessa folha: comunicados importantes para os negócios e para as decisões que envolviam a migração, a abertura de uma firma, o trabalho com um parente ou conterrâneo, o reencontro com um cônjuge ou familiar, o trabalho na lavoura ou na extração da goma elástica.

27. *O Commercio do Porto*, 6 de janeiro de 1901.
28. A *Folha do Norte* era editada em Belém desde o ano de 1896 e seu proprietário, Enéas Martins, membro do Partido Republicano Federal, governou o estado de 1913 a 1917. Era um jornal de oposição ao então governador do Pará, Augusto Montenegro, do Partido Republicano, e ao intendente de Belém, Antônio Lemos, proprietário do jornal *A Província do Pará*. (Biblioteca Pública do Pará, *Jornais Paraoaras: Catálogo*).

os anúncios

Assim como o *Jornal de Notícias*, *O Commercio do Porto* continha inúmeros anúncios de paquetes e vapores para o Pará e Manaus, contudo as companhias divulgadas eram distintas nos dois jornais.

N'*O Commercio do Porto*, encontramos a companhia Hamburgueza, que anunciava a saída das linhas do Norte pelo porto de Lisboa, passando pelos estados do Pará, Maranhão, Ceará e "Parnahyba", a bordo do navio Rio Grande e do vapor Antonina[29].

A companhia Garland, Laidley & C.ª fazia viagens para o Pará e Manaus nos vapores Madeirense e Clement: o primeiro navio saía em 16 de janeiro de 1907, já o segundo, dez dias depois. Dessa mesma empresa eram também os vapores Maranhense, Paraense e Jerome, que faziam viagens para o Pará via porto de Leixões, sempre com saídas num intervalo de 10 a 12 dias entre eles[30]. A companhia alertava, no anúncio, que, uma vez chegando ao Pará, se responsabilizava pelo desembarque imediato dos seus passageiros[31].

Havia ainda os anúncios de barcas geralmente mais lentas e com viagens mais demoradas, como a Clara, de José Nogueira Pinto, comerciante no Porto[32], ou ainda paquetes, como o Paraguassú, da companhia Hamburg-Amerika Linie[33].

O aumento no volume de paquetes, barcas e vapores para o Pará, anunciados cotidianamente nos jornais portuenses, que saíam seja do porto de Lisboa, seja do porto de Leixões, evidencia o trânsito de passageiros e cargas entre essas localidades. De alguma forma, esse aumento de embarcações tem a ver com a ampliação do número de migrantes para o estado. De fato, embora ao longo dos primeiros anos do século XX, entre 1900 e 1910, tenha ocorrido uma variação no número de emissão de passaportes de portugueses

29. *O Commercio do Porto*, 13 de janeiro de 1907.
30. *O Commercio do Porto*, 1 de janeiro de 1901.
31. *O Commercio do Porto*, 9 de janeiro de 1907.
32. A maior parte das viagens era feita, inicialmente, nas barcas e veleiros, que dependiam da ação dos ventos e das correntes e acomodavam de 100 a 200 pessoas. Mais lentos e irregulares, podiam realizar a travessia em até dois meses. Com a chegada dos vapores, a partir do ano de 1860, as condições da viagem melhoram, diminuindo o tempo de travessia para até 18 dias e ampliando a capacidade de passageiros. (J. C. Leite, "O Transporte de Imigrantes: da Vela ao Vapor").
33. *O Commercio do Porto*, 1 de janeiro de 1901.

vindos do Porto para o Pará, o número de documentos emitidos manteve-se sempre acima de 250 indivíduos ao ano. O maior pico de emissão de passaportes ocorreu em 1900, com quase quinhentos documentos emitidos, o que pode estar associado à peste bubônica, que assolou o Porto no ano de 1899, gerando crise econômica e agitações políticas.[34]

TABELA 1: Emissão anual de Passaporte para o Pará (1900-1910)

ANOS	QUANTIDADE	%
1900	491	12
1901	272	6,7
1902	302	7,4
1903	262	6,4
1904	362	8,9
1905	393	9,6
1906	429	10,5
1907	461	11,3
1908	310	7,6
1909	349	8,5
1910	447	11

FONTE: Livro de Registro de Passaportes do Porto. Arquivo Distrital do Porto

Boa parte desses imigrantes veio a bordo das barcas, paquetes e vapores anunciados nos jornais, contudo há uma série bem ampla de navegações que não era anunciada e que frequentemente trazia portugueses do Porto para o Pará. Portanto, o trânsito de embarcações era mais intenso do que aquele que podemos conhecer a partir da leitura dos periódicos. Esse dado pode ser aferido nos registros feitos pelos imigrantes portugueses no consulado do Pará, em que constava a informação da embarcação que servira de transporte para atravessar o Atlântico. Parte dessas embarcações citadas nos registros consulares não aparecia nos anúncios dos jornais

34. D. Pontes, *O Cerco da Peste no Porto: Cidade, Imprensa e Saúde Pública na Crise Sanitária de 1899*.

do Porto, pelo menos não com frequência, como os vapores Hilary, Rio Negro, Hildebrand, Rio Pardo, Cyril e Rio Amazonas. Um universo de transportes, clandestinos ou não, de pessoas e mercadorias que movimentava a travessia atlântica de norte a norte, e que não deixava seu registro nas folhas periódicas.

Entretanto, é necessário ressaltar que os vapores Anselm, Augustine, Jerome, Antony, Lanfranc, Ambrose, Madeirense e Clement eram os mais citados entre as embarcações utilizadas por aqueles que fizeram o registro consular, justamente aquelas anunciadas com frequência na imprensa. Além de pessoas e cargas, essas embarcações traziam jornais que atualizavam os portuenses sobre a situação do Pará e do Brasil, embora com semanas de atraso, como a veiculada no dia 7 de julho de 1901, na primeira página do jornal, que dava detalhes da reunião sobre a falência da firma de aviamento de borracha Marques Braga e Cia, e apresentava a discussão sobre a hipoteca dos seringais e vapores da empresa – publicada a partir da reprodução de notícias de jornais paraenses datados de 22 de junho de 1901, que foram transportados a bordo do paquete inglês Clement[35].

ECONOMIA, CRISE DA BORRACHA E COMÉRCIO

Pela sua própria linha editorial, o Jornal *O Commercio do Porto* trazia uma série de matérias relativas à economia do Pará, por isso a crise da praça em função da queda dos valores da borracha ocupava boa parte das notícias veiculadas pelo periódico. Embora as décadas iniciais do século XX sejam consideradas de auge da economia gomífera, em alguns anos havia oscilação no preço do produto, gerando instabilidades contingenciais. Foi o que ocorreu em 1900, quando a cotação da borracha caiu significativamente até o ano de 1904, influenciada pela crise nos países capitalistas, o que gerou a queda da demanda da goma elástica e a baixa do seu valor em locais de compra importantes como Nova York. Paralelamente à queda do valor da cotação, ocorreu a reforma bancária, levada a efeito pelo Governo Federal brasileiro, que serviu de argumento para o fechamento de vários bancos paraenses[36].

35. *O Commercio do Porto*, 7 julho de 1901.
36. R. Santos, *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*.

Essa situação era noticiada na seção "Cartas do Pará", na qual se apresentava a situação de crise da praça. Em matéria publicada no ano de 1901, o correspondente do jornal em Belém informou, de maneira detalhada, as reuniões do Banco do Pará e a situação de negociação com os credores para não pedir moratória. O jornal publicou extensamente a íntegra dos resumos do demonstrativo ativo e passivo do banco, bem como o parecer do conselho fiscal, num detalhamento da situação da casa bancária e do comércio paraense[37]. De algum modo, essas notícias extensas, que ocupavam várias colunas da folha do jornal, nos fazem pensar que havia interesse dos leitores do Porto na economia do estado, muitos deles comerciantes com negócios e contas nos bancos locais. O mesmo correspondente afirmou que, frente "ao estado geral dos negócios da praça, tem chegado ultimamente uma grande parte de nossos compatriotas que residiam em Portugal, até mesmo alguns que há anos se achavam retirados da vida activa comercial"[38].

A situação de crise da praça paraense parece ter colocado o estado com mais frequência nas páginas d'*O Commercio do Porto*. Já em fevereiro de 1901, foi publicada uma carta de Joaquim Adrião da Rocha Primo, na qual se apresentava a situação dos bancos paraenses. Na carta, o correspondente anunciava que as situações do Banco do Pará, do Banco Commercial e do Banco do Norte, mesmo com a moratória, tinham perspectivas de recuperação, em função da injeção de capital feita pelo governo do estado. Continuava dando notícias sobre a crise financeira, afirmando que, embora as companhias de seguro e as casas aviadoras[39] estivessem entrando em moratória, esse fato sobrevinha "por precaução a fim de ficarem com fundos e poderem fornecer seus fregueses no fabrico de seus produtos vindouros"[40]. Dois dias depois, a sessão "Cartas do Pará" é novamente publicada e, mais uma vez, a situação dos bancos paraenses volta a ser noticiada na primeira

37. *O Commercio do Porto* de 6 de janeiro de 1901.
38. *Idem*.
39. Casas aviadoras eram firmas de comércio que abasteciam os seringais com mercadorias, como alimentos, roupas e utensílios. Recebiam, em troca, o pagamento em borracha. O dono da casa aviadora intermediava a venda da borracha para a casa exportadora, ou mesmo uma segunda casa de aviação, maior que a sua, da qual ele próprio era aviado. (A. C. F. Reis, *O Seringal e o Seringueiro: Documentário da Vida Rural*).
40. *O Commercio do Porto*, 19 de fevereiro de 1901

página do periódico, desta feita falando da situação e possibilidade de moratória do Banco do Norte do Brasil[41].

Além dos bancos, as notícias de falência de firmas de comércio de aviamento, com posse de seringais e vapores, também estavam entre os assuntos publicados. Notícias que saíam na primeira página do jornal, como a referente à massa falida de Marques Braga e Cia, que hipotecara o seringal Liberdade[42], ou mesmo a publicada em maio de 1901, replicada do jornal paraense *Folha do Norte*, que anunciava o fechamento de 117 firmas comerciais na praça do Pará.[43]

A crise da borracha seguia em destaque nos noticiários da primeira página. Uma delas denunciava que os exportadores estrangeiros "trabalhavam francamente para a baixa da borracha", a fim de comprar em baixa as safras vindouras. Vale lembrar que boa parte dessas firmas estrangeiras não era composta por proprietários portugueses, mas ingleses e estadunidenses, que compravam borracha dos comerciantes do Porto[44]. A matéria chamava a atenção para o fato de que essa estratégia dos exportadores estrangeiros causava prejuízo aos cofres do estado e do Governo Federal, e que deveriam ser inibidas com a intervenção do poder público[45].

No Pará, os portugueses estavam à frente de grande parte das casas de aviamento que vendiam borracha, assim como do comércio de retalho e de serviços. Essa presença se fazia sentir não apenas entre os proprietários, mas também entre os funcionários dessas firmas. A historiografia mostrou como homens ainda jovens, de diversas vilas portuguesas, migravam para vários estados brasileiros a fim de trabalhar como caixeiros[46]. Notícias sobre a situação desses empregados também ganhavam as páginas do jornal *O Commercio do Porto*, como a da manifestação encetada pelos empregados no comércio de Belém contra um imposto que deveria ser pago por esses profissionais. A informação sobre o imposto havia sido divulgada pela administração local, tendo sido feito um abaixo assinado pelos comerciários, que

41. *O Commercio do Porto*, 21 de fevereiro de 1901.
42. *O Commercio, Porto* de 7 de janeiro de 1901.
43. *O Commercio, Porto* de 31 de maio de 1901.
44. B. Weinstein, *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*.
45. *O Commercio do Porto*, 9 de novembro de 1909.
46. M. A. da S. Santos, *Casa e Balcão: Os Caixeiros de Salvador*.

o entregaram a Serzedelo Corrêa, com mais de duas mil assinaturas, para que o político interviesse na intendência de Belém pela não implementação da referida taxa[47]. Apesar de os empregados envolvidos no ato não serem todos de nacionalidade portuguesa, a presença importante deles justificava a divulgação destacada da manifestação nos periódicos portuenses.

A matéria sobre o conflito dos empregados com a administração pública saiu na primeira página do jornal, juntamente com uma segunda matéria relativa à demanda da Associação Comercial do Pará para a resolução do conflito entre os comerciantes paraenses e manauenses. Segundo a notícia, o governo do Amazonas impusera restrições à navegação e às mercadorias que saiam do estado em direção ao Pará[48].

Não é meu propósito aqui entrar nas questões que envolviam cada um desses acontecimentos trazidos à tona pelos periódicos. Eles estão aqui mencionados a fim de evidenciar que esse conjunto de matérias noticiadas nas primeiras folhas do jornal, tratando da crise da borracha, da falência de firmas comerciais, de manifestações de trabalhadores do comércio e dos conflitos comerciais entre Amazonas e Pará, nos dá uma noção da relação estreita que havia entre essas duas cidades do Norte. Os comerciantes residentes no Pará, portugueses ou descendentes de famílias portuguesas, mantinham negócios e bens no distrito do Porto. Comerciantes do Porto possuíam firmas e bens vinculados à Belém. Esse trânsito de negócios entre as duas cidades atualizavam um mercado cotidiano de notícias, pessoas e produtos, que faziam com que a economia do Pará, com suas tensões e conflitos, ganhasse destaque nas páginas do jornal português.

O PARÁ: UM LUGAR AINDA EXÓTICO E INSALUBRE

De algum modo, a despeito da proximidade comercial, as representações sobre o Pará estavam marcadas pela ambiguidade. Apesar da relação cada vez mais próxima entre o Pará e o Porto, que de algum modo os jornais ajudavam a estreitar, ainda havia muito medo e desconhecimento do que encontrar no estado. Mesmo com as necessidades materiais, as condições favoráveis (potencializadas pela existência de uma rede de conhecidos ou familiares residentes

47. *O Commercio do Porto,* 1 de março de 1901.
48. *O Commercio do Porto,* 1 de março de 1901.

na cidade de destino) e a inclinação individual ao deslocamento, a decisão de imigrar era algo complexo e dependia de múltiplos acertos domésticos, profissionais e burocráticos (aviamento de documentação). Até o embarque no navio, uma série de questões precisava ser resolvida e ponderada.

Notícias de febre amarela, histórias de envenenamento e sobre crianças que nasciam com escama de cobra poderiam dissuadir os futuros viajantes e alimentar os temores de quem nunca havia pisado no Pará, uma cidade do norte do Brasil, de grandes rios, florestas próximas e exotismos. Matérias como a publicada no dia 22 de outubro de 1902, em pleno auge da economia da borracha, que noticiava o fato de a "preta Antônia Maria do Espírito Santo, de 60 anos" haver envenenado 39 pessoas, entre elas um batalhão de policiais, após terem bebido seu "munguzá", um mingau feito à base de milho branco, que ela vendia em uma praça na área central da cidade[49]. Ou, a matéria de abril de 1904, na qual o correspondente d'*O Commercio do Porto* no Pará noticiava o protesto da colônia portuguesa de Belém contra o Ministério das Relações Exteriores de Portugal por não ter nomeado um cônsul de primeira classe para o estado, e sim um chanceler do consulado da Bahia, com a justificativa de que, por causa do "mau clima do Pará, nenhum consul quer ali permanecer". A matéria segue e pondera ser "bem sabido que as epidemias no Pará não são peores nem melhores do que as do Rio de Janeiro", mas elas seriam sempre uma ameaça no estado em função do clima quente[50]. Ainda nesse discurso acerca do clima e das epidemias, o jornal, alguns anos antes, em julho de 1902, falava no "empenho de collocar a cidade de Belém em situação de imunidade que lhe faça desaparecer a pecha de insalubre", realizando medidas de saneamento. Na sequência, o correspondente afirma que "um bando numeroso de ciganos infesta os arrabaldes de Belém alternando as suas exhibições de macacos e ursos amestrados, com a prática de crimes de roubo"[51]. Clima quente, epidemias, ursos e macacos se misturavam nas letras do jornal e imprimiam a imagem de uma cidade insalubre e perigosa, em plena expansão gomífera e modernização da capital paraense, evidenciando a ambiguidade e a antinomia nas representações sobre o estado.

49. *O Commercio do Porto,* 22 de outubro de 1902.
50. *O Commercio do Porto,* 3 de abril de 1904.
51. *O Commercio do Porto,* 1 de julho de 1902.

O jornal *Progresso de Aveiro*, embora não fosse um jornal do Porto, mas de um distrito bastante próximo, Aveiro, publicou no ano de 1908 a notícia de uma mulher que teria dado à luz uma cobra no Pará. A notícia fora extraída de um jornal paraense e o fato teria ocorrido não na capital, Belém, mas em uma cidade do interior do estado, Alenquer. Mulheres gerando monstros e bichos não eram novidade no imaginário português e, desde o período colonial, a crença de que as mulheres eram aliadas do diabo reforçava a ideia de elas serem capazes de gerar toda a sorte de monstruosidades[52]. A história da mulher que pariu uma criança com corpo de cobra não era considerada algo singular à sociedade local, pois encontrava eco nas representações da feminilidade da época. Contudo, essas estórias de crianças nascidas com escamas, pretas que envenenavam os alimentos, o clima insalubre e as epidemias reforçavam o imaginário europeu sobre o Novo Mundo e a Amazônia, pautado na excentricidade, na natureza selvagem, nas crendices e mitos selvagens[53].

Essas notícias concorriam com aquelas que ensejavam imagens de uma Belém moderna nos seus traços urbanos e costumes. Inúmeras companhias artísticas portuguesas tinham os teatros da cidade como palco, artistas portugueses passavam temporadas em Belém, jantares pomposos em palacetes eram oferecidos a escritores lusitanos que visitavam a cidade[54]. Praças e extensas avenidas iluminadas podiam ser encontradas nas ruas da cidade, porém, ainda assim a imagem da selva, da natureza, do clima quente e do fantástico por vezes ofuscavam as referências à economia próspera, ao traçado urbano da *belle époque* e ao cotidiano de uma metrópole civilizada. Um exemplo é a matéria sobre a festa religiosa do Círio de Nazaré, que acontecia em Belém, na "praça de Nazareth, onde se ergue a ermida da virgem, abundantemente iluminada a gaz e a electrecidade, apresentando um aspecto extraordinariamente bello". Ainda se referindo à festa do Círio, esclarecia que "era tal a sua importância que grangeou a fama de primeira entre as festas do norte do Brazil"[55].

52. M. Del Priore, "Magia e Medicina na Colônia: O Corpo Feminino"
53. A. S. Ugarte, "Margens Míticas: A Amazônia no Imaginário Europeu do Século XVI".
54. G. M. Coelho, *O Violino de Ingres: Leituras de História Cultural*; *O Commercio do Porto*, 30 de novembro de 1909.
55. *O Commercio do Porto*, 23 de novembro de 1902.

Desse modo, mesmo de forma fragmentada, frestas dos espaços da cidade e de seu cotidiano podiam ser capturados pelos leitores dos jornais portugueses, que mostravam uma cidade moderna, civilizada e artisticamente ativa, polvilhada por artistas e histórias de portugueses que enriqueceram com o ouro negro da borracha.

Ancorados no conjunto das notícias que apontavam para as ambiguidades de uma cidade representada como moderna e exótica, os imigrantes tinham que realizar seus deslocamentos. O mistério da preta que envenena os alimentos, as epidemias, a febre amarela, o clima insalubre, uma cidade de ciganos com macacos e ursos, a mulher que pare uma cobra! Essas imagens de alguma forma circulavam no imaginário portuense e acionavam estereótipos e receios de um lugar desconhecido, de fronteiras movediças.

ENTRE FESTAS E O ANTILUSITANISMO: A ANTINOMIA DAS REPRESENTAÇÕES

Embora a produção comercial e a crise da economia da borracha e as notícias sensacionalistas encerrassem o mote da maior parte das informações difundidas sobre o Pará nos jornais portugueses, em particular, n'*O Commercio do Porto,* um conjunto de matérias que davam conta de episódios envolvendo portugueses também circulava com informações sobre mortes, assassinatos e festas.

A relação nominal de portugueses que morreram no estado era divulgada no jornal, na coluna Cartas do Pará, atualizando familiares e conhecidos sobre tais ocorrências. Algumas dessas mortes, quando ocorriam de forma trágica, ganhavam maior destaque. Como o conflito envolvendo dois cunhados portugueses em função de um empréstimo não pago[56]. A querela resultou no assassinato de um deles e foi detalhada na coluna do jornal. Da mesma forma, mortes por acidente trágico recebiam algumas linhas a mais, como a de Maria da Conceição, de 17 anos, casada, que tinha embarcado no estado do Amazonas, a bordo do navio Clement, com destino à Europa e "fallleceu ao chegar ao Pará, sendo transportado para a terra o seu cadáver, bem como o de uma filhinha que a procedeu poucos momentos no caminho da eternidade"[57].

56. *O Commercio do Porto*, 27 de março de 1903.
57. *O Commercio do Porto*, 1 de julho de 1902.

Para além dos imigrantes com poucos recursos, cuja morte envolta em situação trágica fazia com que seus nomes ganhassem maior espaço nos jornais, havia notas mais extensas dando conta do falecimento de imigrantes que fizeram fortuna no Pará. No *Jornal de Notícias*, por exemplo, foi anunciada a morte do Barão de Monte Córdova, como já citado, e as homenagens realizadas em vista do seu falecimento, na freguesia de Santo Thyrso. Como se disse, a matéria trazia um desenho com os traços do rosto e uma biografia do barão[58].

As notas de falecimento de alguns comerciantes e altos funcionários, ou mesmo de seus parentes, recebiam uma frase a mais na relação de nomes dos obituários, indicando uma posição social de maior destaque: "Faleceu D. Anna Pereira de Oliveira, prezada consorte do senhor Serafim Ferreira de Oliveira e cunhada do snr. Bernardo Ferreira de Oliveira, digno presidente da directoria do Banco do Pará"[59]; "Faleceu João Maria da Silva, o conhecido proprietário do Café Chic, sócio da firma Arthur Miranda e Cia, actualmente falida"[60].

Outras mortes, entretanto, ganhavam destaque por estarem envoltas em situações que sugeriam o antilusitanismo ainda presente no estado e que se manifestava no cotidiano das relações sociais, nos insultos verbais, como "galegos" e "burro muito grande", proferidos em situações descontraídas ou de conflito explícito[61]. Vale destacar que situações envolvendo conflitos entre portugueses e brasileiros não eram restritas a esse período de migração em massa, mas acompanharam todo o século XIX, ganhando proporção no processo de adesão do Pará à independência e na revolta da Cabanagem, movimentos marcados fortemente pelo antilusitanismo[62]. Na primeira década do século XX, embora de forma mais esparsa e fora de um movimento político organizado, as tensões e animosidades pontuadas pela nacionalidade voltavam a ganhar espaço.

58. *O Commercio do Porto*, 18 de janeiro de 1907.
59. *O Commercio do Porto*, 25 de novembro de 1902.
60. *O Commercio do Porto*, 15 de agosto de 1902.
61. C. Almeida, *O Termo Insultuoso: Ofensas Verbais, Histórias e Sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*.
62. I. Vaquinhas, "'Fora Galego!' Um Caso de Antilusitanismo no Pará na Década de Setenta do Século XIX"; L. A. V. Guimarães, *De Chegadas e Partidas: Migrações Portuguesas no Pará (1800-1850)*.

Esses antagonismos adquiriam visibilidade, a ponto de o conselheiro Camello Lampreia, ministro de Portugal no Brasil, ter apresentado à Olhinto Magalhães, ministro das Relações Exteriores do Brasil, queixas das "repetidas aggressões de que estão sendo victimas os seus compatriotas no Pará"[63]. A queixa do conselheiro foi gerada em função do assassinato de um português no estado, o cozinheiro Pedro Fernandes, por um brasileiro, durante as comemorações oficiais de um distrito judiciário[64]. Na mesma coluna em que se denunciava esse assassinato, dava-se a notícia de um segundo, o do português Dr. Corrêa Mendes, por praças da polícia, em uma rua central da cidade de Belém[65]. Essas contendas e desacordos entre portugueses e brasileiros estampam as páginas dos jornais em todo o período analisado neste trabalho, e vão ser matéria de correspondência dos cônsules portugueses no Pará para o Ministério das Relações Exteriores de Lisboa. Em uma dessas correspondências, datada de 27 de junho de 1908, frente à morte de dois outros portugueses por soldados da polícia do estado, o cônsul Leopoldo de Oliveira afirmava que esses crimes eram

> frequentes nesta cidade, porque as autoridades, grande parte da população brasileira, e a policia em particular, não respeitam de nenhum modo as pessoas e bens dos portugueses, devido não só a um extranho odio que eu não sei a que atribuir, como a invejas mesquinhas por não poderem, em geral, os indígenas competir com eles em atividade, e em tudo mais que concorre nos portugueses e os torna superiores na lucta pela vida.[66]

O conteúdo da carta do Consul português nos ajuda a perceber que o conflito entre portugueses e brasileiros, insuflado pelo antilusitanismo, não era algo incomum no Pará e que as matérias de assassinatos acima referidas eram apenas algumas das situações que tinham ganhado visibilidade nos jornais portugueses. Mas, ao mesmo tempo, a carta do cônsul possui uma narrativa envolta por visões raciais eugênicas, associadas às teorias biossociais do período, que refletiam uma visão pessimista sobre um país atrasado em função de sua composição étnica mestiça. Nessa percepção de classificação

63. *O Commercio do Porto*, 10 de setembro de 1901.
64. *O Commercio do Porto*, 10 de setembro de 1901.
65. *O Commercio do Porto*, 10 de setembro de 1901.
66. Ministério das Relações Exteriores, caixa: Consulado do Pará, documento n. 1386. "Correspondência de 23 de maio de 1908".

racial assimétrica e hierarquizada, o português é o trabalhador disciplinado em contraposição ao indígena, o natural da terra, que não respeita os lusos e suas propriedades.

No entanto, se essas notícias sobre eventos e situações de antagonismo e antilusitanismo circulavam nos jornais portugueses e ganhavam eco nas mensagens consulares, outras tantas ajudavam a inibir as representações negativas do estado. Matérias a respeito da ocorrência de festas portuguesas, do crescimento das associações beneméritas, da presença de artistas e companhias lusas, de algum modo, serviam para contrabalancear as representações sobre o Pará e alargar a linha tênue da decisão de um indivíduo em migrar ou não.

Particularmente em relação às festas, essas notas eram importantes, pois, para além do evento em si, havia o reforço da existência de uma colônia portuguesa organizada no estado. As festas realizadas por associações revigoravam a identidade lusa, consolidavam laços, marcavam a sociabilidade em torno da origem, reavivavam a memória e os sinais diacríticos acionados para situar o lugar de pertença na sociedade de destino, ao mesmo tempo em que davam visibilidade à densidade da presença lusitana no Pará. Nessas festas, a bandeira portuguesa era hasteada, as famílias lusas se faziam presente, os escudos das províncias e cidades portuguesas podiam ser encontrados na decoração, o Hino da Carta, hino nacional de Portugal até o ano de 1910, era cantado. Foi assim na comemoração do 50º aniversário da Real Sociedade Portugueza Beneficente de Belém, ocorrido em novembro de 1904. A matéria sobre o evento, cuja manchete trazia "Festa de portugueses no Pará", dava visibilidade à presença lusa no estado e construía a ideia de colônia, ou mesmo de uma comunidade imaginada, atualizada e reforçada pelo evento, pelas cores e bandeiras, pelo hino e autoridades presentes e, finalmente, pela longevidade de uma associação beneficente que caminhou para seu quinquagésimo aniversário.

De um lado, a crise da borracha, tão alardeada nas matérias, em conjunto com o imaginário exótico do estado, o medo da insalubridade, as mortes trágicas e os conflitos com caráter antilusitano, potencializava a criação de imagens negativas sobre o Pará e criava receios à possibilidade de um possível deslocamento; do outro, as festas, os banquetes oferecidos, as associa-

ções beneméritas e as notícias de comerciantes enriquecidos após a migração forneciam representações mais promissoras aos que pretendiam migrar.

Os jornais do Porto funcionavam como uma ponte que estreitava a relação entre essas duas cidades nortistas, informando sobre a experiência e sociabilidade daqueles que viviam no estado, através da economia, das notas sociais, dos falecimentos, dos conflitos, e incentivavam, com os anúncios de embarcações, a travessia dos que ainda permaneciam em solo português. Atualizavam sobre a vida cotidiana, aproximando pessoas e famílias distanciadas por mares e navios. Com isso, os jornais, com os indivíduos que transitavam entre o Pará e as freguesias portuguesas, ajudaram a moldar as representações, expectativas e atitudes em relação ao estado brasileiro, informando as pessoas sobre o lugar em que estavam seus familiares e conhecidos, estimulando a imigração ou servindo de freio, ao potencializar os medos de um lugar desconhecido, representado pela tensão e ambiguidade da modernidade e do exotismo, do enriquecimento e do flagelo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *O termo insultuoso*: ofensas verbais, histórias e sensibilidades na Belém do Grão-Pará (1850-1900). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros*: emigração e retorno no Porto oitocentista. Porto: Gráficas Reunidas, 1994.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. *Jornais Paraoaras*: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

CANCELA, Cristina Donza. Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia. *Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 136-56, jan./jun. 2016.

CARVALHO, Marcos Antonio. *Bebendo açaí, comendo bacalhau*: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX. 2011. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011.

COELHO, Geraldo Mártires. *O violino de Ingres*: leituras de história cultural. Belém: Paka-Tatu, 2005.

FONTES, Edilza. *Preferem-se portugues(as)*: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

GUIMARÃES, Luis Antônio Valente. *De chegadas e partidas*: migrações e trajetórias de

vidas de portugueses no Pará (1800-1850). Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. Os infortúnios da imigração portuguesa: a Benemérita Liga Portuguesa de Repatriação (1908-1949). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LEITE, Joaquim da Costa. Emigração portuguesa: as leis e os números (1855-1914). *Análise Social*, Lisboa, v. 23, n. 97, p. 463-80, 1987.

LEITE, Joaquim da Costa. O transporte de imigrantes: da vela ao vapor. *Análise Social*, Lisboa, v. 26, n. 112-113, p. 741-52, 1991.

MAIA, Fernanda Paula Sousa. A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista. *In*. SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE; Rio de janeiro: FAPERJ, 2007. p. 51-68.

MONTEIRO, Isilda. Os passaportes: do enquadramento legal à prática (1855-1926). *In*: SOUSA, Fernando de *et al*. *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos; CEPESE, 2011. p. 117-36.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc; Lisboa: Instituto Camões, 2002.

PONTES, David. *O cerco da peste no porto*: cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2012.

PRIORE, Mary del. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. *In:* PRIORE, Mary del; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p.78-114.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1953.

SANTOS, Luís Aguiar. A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação. *Análise Social*, Lisboa, v. 36, n. 158-159, p. 185-207, 2001.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Casa e balcão*: os caixeiros de Salvador (1890-1930). Salvador: Edufba, 2009.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SOUSA, Fernando de. *Jornal de Notícias:* a memória de um século (1888-1988). Porto: Litografia Nacional, 1988.

SOUSA, Fernando de; FERRARIA, Maria José. A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840). *In:* SOUSA, Fernando de *et al* (org.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, 2009. p. 13-32.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. *In*: PRIORE, Mary del; GOMES, Flávio. *Os senhores dos rios*: Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 3-32.

VAQUINHAS, Irene. "Fora galego!": um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. *Estudos Amazônicos*, Belém, v. 10, n. 2, 2013.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia*: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, [1983]1993.

13 DIPLOMACIA NAS MIGRAÇÕES: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E REVOLTA POPULAR NAS CORRESPONDÊNCIAS CONSULARES DO PARÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Luiz Antonio Valente Guimarães[1]

As festas da passagem de 1910 para 1911 seriam realizadas, aparentemente, conforme a população de Belém já havia acostumado a ler nas páginas dos jornais daqueles tempos. O enredo da encenação pública saía em um dos principais jornais que circulavam na capital federal, o *Jornal do Comércio*, na edição do dia 2 de janeiro de 1911. Ali estava impressa uma das muitas solenidades públicas que o intendente de Belém Antonio Lemos participou desde o último dia 17 de novembro, data natalícia do oligarca que estava à frente da municipalidade havia 14 anos.

BELÉM, 1.

A sociedade recreativa dramatica de que o Senador Antonio Lemos é socio benemerito, festejou hontem a entrada do novo anno com uma festa em honra ao Intendente da cidade.

O Sr. Antonio Lemos, comparecendo nos salões, foi recebido por delirantes vivas pelos cavalheiros e senhoras. À meia-noite, após ser executado o Hymno Nacional, orou o Dr. Baptista Moreira, augurando felicidades aos presentes e especificando a pessoa do Sr. Antonio Lemos, a quem a população deve uma enorme somma de serviços.

O novo Consul portuguez saudou tambem o Sr. Lemos.

Cerca de uma hora da madrugada o Sr. Antonio Lemos retirou-se, sendo acompanhado até o portão por todos os socios.

1. Doutor em História Social da Amazônia (UFPA); professor (UFPA; Seduc; Semed); membro do Grupo de pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (Ruma/UFPA).

Na praça Nazareth, na occasião em que entrava numa carruagem coberta de flores, grande massa popular acclamou-o.

Durante trajecto, até a sua residência, foi acompanhado por varios carros e automoveis, repletos de amigos.

Em seu palacete uma nova massa popular recebeu-o sob estrondosas manifestações, tendo o Sr. Antonio Lemos agradecido.[2]

A notícia passava a impressão de que o carismático intendente estava colhendo, mais uma vez, parte da "grande dívida" que a população tinha com ele, que era, para muitos, o grande modernizador de Belém[3]. Antonio Lemos e a Belém da *belle époque* foram consagrados pela historiografia regional como símbolos de modernidade[4] e cosmopolitismo, uma vez que, graças aos ativos gerados pela economia da borracha[5], a capital do Pará havia se tornado o centro de exportação de um dos principais produtos da indústria moderna, a cobiçada *Pará Fine*, como era conhecido o produto elástico que chegava na Europa e nos Estado Unidos.[6]

Desse modo, aquela cidade nas portas do rio Amazonas conheceu uma efervescência de produtos e indivíduos de várias partes do mundo. Bancos ingleses, lojas de produtos franceses, comércios de portugueses e italianos não eram estranhos ao frenesi da capital paraense. Foi nesse contexto de euforia econômica que o intendente Antonio Lemos colocou em prática uma série de reformas urbanas que visavam higienizar e modernizar o aspecto da cidade. Foram feitas vias públicas largas inspiradas nos *boulevards* franceses, construídos asilo de alienados, houve a reorganização do comércio público com a edificação do mercado de carnes e peixes. Além dessas obras, o intendente promoveu a normatização e padronização do comércio varejista de pequeno porte com a instalação de quiosques nas ruas.

Por todos esses feitos do velho Lemos, não era surpreendente aquele cortejo da população ao benfeitor da cidade. Porém, guardadas as devidas

2. *Jornal do Comércio*, 2 de janeiro de 1911, p. 1.
3. M. de N. Sarges, *Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*.
4. A história do *fin-de-siècle* na Amazônia constitui uma das etapas produtivas na pesquisa acadêmica que se afirmaram pelo estudo da *belle époque*. Sobre esse tema, destacam-se: M. de N. Sarges, *Belém: Riquezas Produzindo...*; E. M. Dias, *A Ilusão do Fausto: Manaus (1890-1920)*.
5. C. D. Cancela e J. dos S. R. Cosme, "Entre Fluxos, Fontes e Trajetórias".
6. J. Jackson, *O Ladrão no Fim do Mundo*, p. 133.

proporções, os festejos de fim de ano em Belém lembravam muito as circunstâncias do Baile da Ilha Fiscal, que preparava a queda do regime monárquico brasileiro[7]. A encenação projetada na imprensa nacional parecia, de fato, camuflar uma realidade de tensões políticas e sociais que chegavam a um ponto insustentável naquele 1911.

Ao longo dos 14 anos em que o intendente Antonio Lemos e seus aliados permaneceram no poder político de Belém, houve grandes obras de urbanização, mas também fortes embates políticos. Desde o final do século XIX, a cidade era um campo minado onde se digladiavam os partidários de Lemos, do Partido Republicano Conservador, e seus opositores, do Partido Republicano Federal, também chamados de "lauristas", por sua relação com o senador Lauro Sodré.

A intensidade dessas disputas, que se aproximavam do sentido das *vendetas* italianas, extrapolava as fronteiras partidárias e se espraiava por vários órgãos e instituições da cidade. A imprensa era a mais evidente. Os "lemistas" tinham a seu favor *A Província do Pará*, enquanto a oposição se colocava no *front* de batalha nas páginas da *Folha do Norte*. Esse embate tendia a envolver e afastar indivíduos ou órgãos segundo o nível de tensão. Era muito difícil se manter imune, nos quadros da sociedade paraense no início do Novecentos, às disputas políticas.

É nesse contexto de acirradas fricções políticas e sociais que localizamos a atuação do Consulado de Portugal no Pará. A despeito de todas as recomendações e regras consulares que proibiam o envolvimento dos órgãos diplomáticos estrangeiros na política local, onde quer que estivessem instalados, veremos que essas contendas políticas não deixaram de envolver a comunidade lusitana residente no Pará. Apesar da relutância do cônsul José Soares em envolver o consulado nas divergências regionais, tentando fazer cumprir a isenção que a diplomacia pedia e preservar tão somente os interesses econômicos e a integridade da colônia lusitana em Belém, naquele turbilhão de animosidades, como iremos observar, não havia espaço para a neutralidade: no eixo em que gravitavam as disputas políticas paraense, também circulavam a dissenção entre os membros da colônia portuguesa e

7. L. M. Schwarcz, *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*, pp. 453-456.

a intolerância brasileira ao imigrante luso, revisitando, assim, os fantasmas do antilusitanismo.

A janela utilizada para essas observações é um conjunto de correspondências emitidas pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que está no Arquivo Diplomático e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa. Apesar da vida cada vez mais urgente que a modernidade novecentista apresentou, principalmente com o surgimento do telégrafo e do telefone[8], que subtraíram muitas informações antes enviadas de forma escrita, esse conjunto de cartas, modernamente datilografadas, assinalam a importância das notícias que vinham do Norte de Brasil.

O CÔNSUL PORTUGUÊS E SUAS PREOCUPAÇÕES NA BELÉM DE 1912

No dia 6 de fevereiro de 1912, o cônsul de Portugal no Pará, José Soares, se dirigia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, por meio de uma carta devidamente sinalizada como confidencial. Embora não estivesse descrito o nome do representante da diplomacia portuguesa a quem se endereçada tal missiva, possivelmente se destinasse ao dr. Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia, um destacado médico que havia se projetado como diplomata na Primeira República portuguesa e que, à época da carta, acumulava os cargos de ministro dos Negócios Estrangeiros e presidente do Ministério de Portugal (equivalente a primeiro-ministro).

José Soares escrevia diretamente ao ministro para queixar-se de um problema que parecia ser recorrente na ação dos funcionários consulares no Brasil. Lamentava-se da "frequente intervenção dos seus nacionais na política interna deste país". Embora essa fosse uma prática constante, alegava o diplomata que "por vezes tem assumido um caráter violento". Ressaltava ainda que tinha chegado ao seu conhecimento, por meio de "pessoas da maior respeitabilidade", o que o correra no mês de janeiro daquele ano, quando um grupo de cidadãos portugueses foi acusado de participar das

8. O telégrafo e depois o uso da telefonia nos serviços públicos e na vida doméstica, entre outras inovações do século XIX, haviam tornado a vida burguesa cada vez mais acelerada. Por outro lado, se constituem para o historiador como um limite no detalhamento da informação, já que a escrita mais longa passava a ser cada vez menos exigida.

manifestações contra o intendente de Belém. Ele temia que esses episódios "voltassem a repetir-se em breve, e talvez de uma maneira mais grave", e por isso relatava as razões de suas preocupações ao ministro.

Os motivos que deixavam o cônsul português em alerta foram assim descritos na sua exposição, onde relatava o seguinte:

> Foi durante largos anos Intendente municipal do Pará o senador Antonio José de Lemos que, em junho de 1911, uma revolta popular expulsou de seu cargo e do Estado, movimento em que é notório, *tomaram parte muitos portugueses*[9].

Enquanto o envolvimento político dos portugueses na deposição do intendente causava a apreensão do diplomata luso, para muitos historiadores o cenário daqueles acontecimentos tornou-se objeto de investigação de uma importante fase da história do Pará.

O governo do intendente Antonio José de Lemos (1897-1911) em Belém do Pará foi qualificado por uma historiografia clássica, por assim dizer, como a Era Lemos, dada a sua longevidade e particular atuação empreendedora na cidade[10]. Porém, a análise desse período não ficou restrita às grandes sínteses de pesquisas da memória políticas paraense. Alguns estudiosos têm dedicado atenção para as reformas urbanas e as moradias na *belle époque* da Belém lemista[11], outros laçaram olhar sobre a história das artes, a fotografia e a literatura que se desenvolveram na cidade paraense em processo de urbanização[12]. Não menos interessante são os estudos sobre o abastecimento urbano, as formas de casamento e sobre os empresários executores das reformas urbanísticas de Lemos, como a pesquisa biográfica sobre o arquiteto e engenheiro Francisco Bolonha[13]. No campo do estudo da mobili-

9. A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 6 de fevereiro de 1912, itálico acrescentado.
10. R. Borges, *O Pará Republicano, Ensaio Histórico 1824-1929*; C. Rocque, *Antônio Lemos e sua época: História Política do Pará*.
11. M. de N. Sarges, *Belém: Riquezas Produzindo...*; e *Memórias do Velho Intendente*; K. G. Soares, *As Formas de Morar na Belém da Belle-époque (1870-1910)*.
12. R. M. L, Arraes, *Paisagens de Belém: história, natureza e pintura na obra de Antônio Parreiras, 1895-1909*; R. C. C. Pereira, *Percepção Visual da Cidade: Iconografias da Natureza Urbana de Belém (1808-1908)*; A. M. Figueiredo, *A Cidade dos Encantados: Pajelanças, Feitiçarias e Religiões Afro-brasileiras na Amazônia 1870-1950*.
13. C. M. R. de Almeida, *As Águas e a Cidade de Belém do Pará: História, Natureza e Cultura Material no Século XIX*; C. D. Cancela, *Casamento e Família em uma Capital Amazônica*; A. M. Coimbra, *A Cidade Como Narrativa*.

dade humana, alguns autores lançaram olhar sobre a presença dos italianos e, particularmente, dos portugueses na cidade, trazidos pelo incremento da economia do látex na Amazônia[14].

Como podemos notar, o cenário político que o cônsul José Soares estava assistindo se desfazer remonta a uma época de grande visibilidade, com muitas facetas a serem reveladas pela pesquisa histórica. Nesse sentido, a narrativa consular que circulava entre Pará e Portugal constitui uma perspectiva singular de observação sobre aqueles acontecimentos. Ainda que o diplomata reproduza, por vezes, as notas que os jornalistas produziam, na maior parte revela suas próprias preocupações com os interesses econômicos portugueses no Pará e, particularmente, com a vida dos imigrantes lusitanos ali estabelecidos. Portanto, o olhar desse estrangeiro sobre o debacle de Lemos é mais uma contribuição para a história das migrações na Amazônia.

De volta à análise da carta do agente consular a respeito da intromissão dos portugueses na política local e sua preocupação com o fato de que essas ações poderiam resultar em "ataques violentos", surgem as perguntas: De onde vinham suas preocupações que tanto o atormentavam? O que tornava tão receoso o cônsul naquele momento?

As respostas para essas questões certamente não eram simples, na medida em que as rivalidades entre portugueses e brasileiros em Belém reativavam conflitos com marcas profundas e de difícil cicatrização na memória dos habitantes da cidade[15]. Porém, para que possamos percorrer os motivos

14. M. F. Emmi, *Italianos na Amazônia (1870-1950), Pioneirismo Econômico e Identidade* e *A Amazônia como Destino das Migrações Internacionais do Final do Século* XIX *ao Início do* XX; E. Fontes, *Preferem-se Portugues(as): Trabalho, Cultura e Movimento Social em Belém do Pará (1885-1914)*; C. D. Cancela, *Casamento e Família em uma Capital Amazônica (Belém, 1870-1920)* e *Imigração Portuguesa, Casamento e Riqueza em Belém (1891-1920)*; A. Hidaka, *Os Infortúnios da Imigração Portuguesa: a Benemérita Liga Portuguesa de Repatriação (1908-1949)*; A. C. Tavares, *Em Busca das "Patacas": Patrimônio de Portugueses na Economia da Borracha (Belém 1840-1930)*).

15. Os movimentos antilusitanos no Pará deixaram marcas profundas na memória dos habitantes de Belém. Embora estivessem vivendo o início do século XX, as lutas de independência paraense, que ocorreram em 1823, e o movimento cabano, principalmente, ainda não tinham sido esquecidos. Muitas famílias que viveram o começo dos Novecentos ainda guardavam rivalidades adormecidas das batalhas passadas. Além disso, não eram incomuns notícias de conflitos de interesses reaparecerem na cidade envolvendo lusitanos e brasileiros. Sobre esse tema, ler: L. Guimarães, *De Chagadas e Partidas: Migrações e Trajetórias de Portugueses no Pará (1800-1850),* Jundiaí/SP, Paco, 2018; I. Vaquinhas, "'Fora

que angustiavam o agente consular, é interessante observar como vivia a chamada comunidade lusitana no Pará naquele instante. Para isso, vejamos alguns números das migrações portuguesa no período em questão:

TABELA 1: Imigração estrangeira no quadriênio 1908-1911 para Belém

NACIONALIDADE	Nº IMIGRANTES	%
Portugueses	9008	46,3
Espanhóis	2809	14,4
Ingleses	1294	6,6
Turcos-árabes	974	5,0
Franceses e alemães	907	4,7
Italianos	830	4,3
Norte-americanos	564	2,9
Outros	3081	15,8
TOTAL	19467	100

FONTE: *Annuario Estatístico do Brasil*, 1º anno (1908- 1912), Typographia Estatística, Rio de Janeiro, 1916, tabela sobre Movimento Imigratório Internacional.

A tabela demonstra uma superioridade de imigrantes portugueses em relação às demais nacionalidades: os 9008 registros são três vezes maiores do que o segundo grupo mais frequente, os espanhóis, com 2809. Destaque-se ainda, sobre esse volume de portugueses, que, apesar das tentativas das migrações dirigidas ao trabalho em colônias agrícolas, geralmente frustradas e de pouca durabilidade[16], foram as migrações individuais e autofinanciadas que predominaram no estado[17].

Galego', um Caso de Antilusitanismo no Pará na Década de Setenta do Século XIX", em J. F. Alves, *Os "Brasileiros" da Imigração. Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 1999, pp. 80-91; 80-91.

16. Em 1886, por exemplo, 108 pessoas foram trazidas dos Açores para se estabeleceram na localidade de Americano; porém, ao se depararem com o que se encontrava no ponto final da viagem, negaram-se a desembarcar e voltaram à Belém (A. C. Tavares, *op. cit.*, p. 31). Não menos interessante foi a observação feita em 1900 sobre as colônias do interior do estado, que totalizavam algo em torno de 12860 pessoas, perfazendo 2314 famílias. Desse conjunto, apenas 27 indivíduos, ou 7 famílias, eram portugueses, o que reafirma a conclusão de que a maioria dos imigrantes lusos optava por viver nos centros urbanos (E. Fontes, *op. cit.*, p. 72)
17. R. Santos, *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*, p. 88.

Embora os números sejam silenciosos quanto às escolhas e aos destinos dos portugueses que chegavam a Belém no início do século XX, é possível, ao cruzar com outras fontes, perceber as formas de inserção social desses imigrantes na cidade. Ao analisar 561 inventários *post mortem* de lusitanos que tiveram seus bens registrados na capital entre 1840 a 1930, Anndrea Tavares observou que cerca de 43,1% eram naturais do norte de Portugal (Aveiro, Braga, Porto e Viana do Castelo). Entre os homens, havia uma preferência pela atuação no setor terciário, sendo que 276 portugueses se dedicavam a ocupações socioprofissionais que se estabeleciam na cidade[18].

Isabel Lustosa e Théo Piñeiro identificaram, no português que migrava para o Brasil, uma "alma de comerciante", uma ambição que orientava a sua jornada na terra de acolhimento[19]. É verdade também que desde meados do século XIX, no pós-independência, havia uma rede migratória destinada ao trabalho no comércio. Como o caso José Ferreira Alves de Souza, que, aos 13 anos, comparecia ao Consulado Português para se habilitar em 29 de janeiro de 1866. Na sua ficha, declarava vir do concelho de Paços de Ferreira, no Porto, para trabalhar como caixeiro na firma de seu tio, a Fortunato Alves de Souza e Cª, no largo das Mercês[20].

Contudo, no curso da virada do século, as "escolhas" de inserção ocupacional do imigrante português haviam se diversificado muito, particularmente após a abolição da escravidão. Assim, os muitos lusitanos que estabeleceram pequenos e grandes comércios, no rastro da riqueza da borracha, agora desenvolviam os mais diversificados serviços na cidade: carregadores, carroceiros, barbeiros, criados, domésticos. Essas ocupações, que eram consideradas degradantes na sua terra de origem, em Belém elas se tornaram uma forma de sobrevivência. Essa situação incomodava tanto o cônsul José Soares que, ao contemplar o cenário da crise econômica da borracha em

18. A. C. Tavares, *op. cit.*, pp. 76-77.
19. I. Lustosa e T. L. Piñeiro, *Pátria e Comércio: Negociantes Portugueses no Rio de Janeiro Joanin*.
20. No corpo geral dos livros de registros de habilitações consulares consultados, foram localizadas 222 pessoas que, embora tenham comparecido a partir de 1858, informaram terem chegado ao Pará antes de 1850. Desse total, nada menos do que 181 imigrantes declaram, como ocupação, atividades como caixeiro e comerciante, o que reforça a tendência do interesse pela inserção no setor terciário. Para o registro do caso mencionado, ver: Arquivo da Biblioteca do Grêmio Literário Português, *Habilitação de José Ferreira Alves de Souza nº 1863*, ano 1866, Livro de 1863-1867.

Belém e os impactos nas atividades desempenhadas pelos portugueses, assim anotou em seu relatório anual ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, remetido em 30 dezembro de 1912:

> Devido à crise da borracha, da qual resultou uma diminuição sensível dos negócios, pode afirmar-se que todas as casas comerciais do Pará têm atualmente pessoal demasiado, havendo ainda desempregados numerosos indivíduos que exercem essa profissão. Mas esse aspecto da questão não é ainda o mais grave. Como V. Ex[a]. sabe, a grande maioria da imigração portuguesa é constituída por homens do campo que a longos anos todos os paquetes despejam aqui às centenas. A princípio, esses indivíduos procuravam o gênero de trabalho a que estavam afeitos, e, assim, a breve trecho, as poucas hortas aqui existentes dispunham do pessoal necessário para o seu amanho. Os que se lhe seguiram tiveram já de procurar outro modo de vida – e lançaram-se na domesticidade, quer no regime patronal, quer exercida por conta própria: os serviços de fretes, carretos, recados, limpezas de casas, etc., que em Lisboa, por exemplo, são feitos por galegos, são aqui desempenhados por compatriotas nossos. O *moço de esquina*[21] é português. Mas tudo tem seu termo. Como a imigração de homens do campo aumentasse de paquete para paquete, em pouco tempo as esquinas de Belém viam-se repletas desses indivíduos, já em número superior à necessidade do meio[22].

Eis, portanto, as razões da preocupação que tanto atormentava o cônsul José Soares sobre o envolvimento político dos portugueses nas questões que envolveram a deposição de Antonio Lemos. Havia em Belém um número significativo de portugueses que migravam continuamente e a cidade não era capaz de absorver essa mão de obra como em outros tempos. Por outro lado, a degradação do trabalho urbano a que se sujeitavam os lusitanos arrastava muitos a uma condição de pobreza ou quase indigência. Motivo pelo qual fora criada, por um grupo de lusitanos, em 21 de julho de 1908, a Liga Portuguesa de Repatriação, cujo "objetivo principal

21. Moço de esquina, ou moço de fretes ou de corda (devido ao uso característico desse "acessório"), foi uma espécie de instituição de Lisboa. Esses homens, normalmente oriundos da Galiza (Espanha), embora entre eles se contasse cidadãos da região das Beiras, ficavam às esquinas das ruas para serem contratados a quase todo tipo de trabalho, geralmente como carregadores, contínuos ou para o transporte de cargas (frete). cf: <http://lisboadeantigamente.blogspot.com/2016/04/o-moco-de-fretes.html> Acesso em: 9 de jun. 2019.
22. Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa, Consulado de Portugal no Pará, 30 de dezembro de 1912, itálico acrescentado.

era custear o regresso à Pátria dos patrícios que tivessem a necessidade por motivo de doença ou desemprego".[23]

Some-se a isto o fato de as políticas de modernização e normatização da Belém, criadas no tempo de Lemos, passarem a controlar, de forma mais sistemática, o pequeno comércio e os serviços executados na cidade. As concessões, em forma de monopólios explorados por firmas particulares, constituíam um limite para o comércio tradicional, no qual os portugueses tinham ampla participação. Entre os adversários da nova ordem, destacam-se a arrematação da limpeza urbana, entregue à firma Pereira Pinto & Cª desde 1899, e, particularmente, a concessão feita pela intendência municipal, em 16 de dezembro de 1904, à firma do engenheiro Francisco Bolonha para construção e organização dos quiosques destinados aos pequenos comerciantes, cujo objetivo, segundo se estabelecia no contrato, era padronizar o comércio ambulante, alegando que a venda indiscriminada de produtos pela cidade contribuía para a proliferação de doenças e sujeira[24].

O PARÁ EM CONVULSÃO NOVAMENTE

Depois desse breve percurso, voltemos ao relatório de 6 de fevereiro de 1912, do cônsul José Soares ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Vejamos como se desdobrava em Belém do Pará os episódios que levaram à expulsão do intendente Antonio Lemos de seu cargo[25], quais eram, segundo o agente consular, os problemas decorrentes do envolvimento político dos portugueses nesse evento e, mais especificamente, o que o preocupava em relação à comunidade lusitana.

Como vimos anteriormente, José Soares reclamava ao ministério português do envolvimento dos seus nacionais na política local, quando das manifestações que levaram à deposição de Lemos. No entanto, é preciso retornar um pouco antes para situarmos a trajetória dos fatos que resultaram na participação dos portugueses e culminaram na destituição do intendente.

23. A. Hidaka, *op. cit.*, p. 77.
24. A. M. Coimbra, *A Cidade Como Narrativa*, p. 62.
25. Desgastado por acusações na imprensa oposicionista e seguidos levantes populares, Antonio Lemos foi forçado a renunciar ao seu mandato de intendente municipal em 12 de junho de 1911. No dia 7 daquele mesmo mês, a *Folha do Norte* prenunciava a decisão de

Nos mesmos dias em que participava dos festejos da passagem de ano na sociedade dramática, iniciava-se uma série de protestos que levariam à queda do governo de Antonio Lemos, com destacada participação dos portugueses. A desculpa para as manifestações eram as concessões feitas pela intendência municipal, para a exploração de espaços e serviços públicos da cidade, a empresas privadas. Na verdade, esse pretexto escondia interesses políticos subterrâneos, que vinham se arrastando por mais de uma década e colocavam, em polos opostos, lemistas e lauristas[26]. Ambos usavam sua força de influência na imprensa[27] para insuflar a população a defender as suas causas.

LIXEIROS, TABULEIROS E QUIOSQUES

No dia 30 de dezembro de 1910, segundo Carlos Rocque, "na travessa 7 de setembro, à beira das casas comerciais, estavam enfileiradas as latas de lixo, que os comerciantes repudiaram". Os protestos começaram quando um "garoto deu um pontapé em uma lata e gritos de aplausos acompanharam esse gesto"[28]. O que se viu após esse ato foram chutes e pontapés nas latas de lixos que se encontravam dispostas na zona comercial, até a chegada da polícia.

A reação da intendência veio por meio de uma nota publicada, a pedido da empresa particular (a Pereira Pinto & C[a]) responsável pela limpeza urbana.

Lemos, em editorial debochativo, como escreveu Carlos Rocque, sob o título "Vítima de si mesmo", no qual dizia que o intendente sucumbira a seus próprios erros, pois, por longos anos, não tivera outro empenho senão incutir no espírito dos seus amigos o medo do poder e o temor a represálias.

26. O estado do Pará no início dos Novecentos possuía duas forças políticas. De um lado, estava o Partido Republicano Paraense (PRP), liderado pelo intendente Antonio Lemos, que, em 1911, por conta de dissidências, deu origem ao Partido Republicano Conservador (PRC) do Pará, que acolheu os lemistas, enquanto o PRP passou a agrupar os "coelhistas", membros ligados ao governador do Estado João Coelho. Do outro lado, na oposição, estava o Partido Republicano Federal (PRF), formado pelos partidários do ex-governador Lauro Sodré (que viria a assumir o governo novamente em 1917), os chamados lauristas.
27. Essas forças, ao longo de mais de uma década, vinham se digladiando em ácidas batalhas, que começavam nas páginas dos jornais, mas também se expressava nas ruas. Antonio Lemos, sócio proprietário do jornal *A Província do Pará*, fazia desse periódico instrumento de defesa e propaganda dos feitos da intendência municipal. Do lado oposto, os lauristas, tinham as páginas da *Folha do Norte* como espaço de resistência à política do intendente.
28. C. Rocque, *Antônio Lemos e sua época: História Política do Pará*, p. 293.

A nota condenava os atos do dia anterior, atribuídos a "indivíduos sempre ávidos de encontrar os seus instintos de rebelião". Ressaltava as melhorias civilizatórias que aqueles recipientes traziam para Belém, já que a população estava "deixando de deitar [o lixo doméstico] em caixas velhas e outros vasilhames inomináveis, em frente às casas, prejudicando a sua saúde". Por outro lado, demonstrava a nota, "os turbulentos circunscreveram-se a um pequeno trecho do bairro comercial". Embora não fique explícito, nesse caso, quais foram os envolvidos, pelo fato de ter ocorrido no centro comercial, e possível inferir que, entre esses rebeldes, estivessem alguns lusitanos, pois havia significativo grupo de portugueses que se dedicavam às atividades ali praticadas.

Mesmo com toda a vigilância policial que sucederam os atos de do dia 30 de dezembro, novas manifestações ocorreram no dia seguinte. Neste último dia do ano, estava na doca do Ver-o-Peso um grupo de peixeiros portugueses a protestar contra "os tabuleiros que lhes eram fornecidos pela Empresa Americana de Veículos". De acordo com Rocque, "de tal forma foram *incitados*, que dentro em breve deram de arrebentar os referidos tabuleiros, arremessando à doca, por entre gritos e ovações" (itálico meu). Diferente do dia anterior, a quebra dos tabuleiros levou as manifestações a se espalharem pela cidade. Os protestos ocorreram na Praça da Liberdade (D. Pedro II) e pelas ruas 15 de Novembro e 7 de Setembro. Nas ruas do comércio, as casas comerciais e o mercado municipal fecharam suas portas. Porém, foi na vila Teta (av. Independência[29]) que a população se "encontrava revolucionada". Nesse local, "estavam peixeiros, fruteiros, bucheiros entre outros, armados de cacetes, praticando atos de desordens, inutilizando grande parte de veículos e tabuleiros"[30].

No ataque feito no depósito de veículos na travessa Benjamin Constant, significativa foi a participação dos comerciantes na destruição e incêndio dos objetos que ali se encontravam. Os incendiários receberam apoio do proprietário da mercearia Gil, Pedro Rodrigues Gil, possivelmente natural da Espanha, que forneceu gratuitamente o querosene usado pelos revoltosos. Parte dos envolvidos nessa ação acabou presa pelo subprefeito Ferreira e seus agentes, que

29. Vila Teta é uma passagem que fica em frente ao museu Emílio Goeldi e interliga a avenida Magalhães Barata com a avenida Governador José Malcher. Hoje essa via é conhecida como passagem Alberto Engelhard.
30. C. Rocque, *op. cit.*, p. 302.

capturaram o vendedor ambulante José Marques Seabra, o padeiro Francisco Martins e o quitandeiro José Lopes Faustino, além do comerciante Pedro Gil.

Como já dito anteriormente, era muito difícil manter a neutralidade nas disputas políticas que travadas em Belém nesse momento, ou se estava contra ou a favor do intendente. Os portugueses atuavam no comércio varejista e, por isso, eram alvo das taxas urbanas, tanto na compra e instalação das latas de lixo como na aquisição, no caso dos peixeiros, dos tabuleiros padronizados para exercerem suas atividades. Portanto, eles tinham motivos particulares para se envolverem nesses protestos. Porém, Carlos Rocque, assim como o cônsul José Soares, destaca que os envolvidos nos movimentos populares eram instigados ao protesto.

Nos processos eleitorais que ocorreram já no início de 1912, após o retorno de Antonio Lemos a Belém, escrevia o agente consular português que os opositores do ex-intendente, os lauristas e os coelhistas, apoiadores do governador João Coelho, utilizavam de diversos artifícios para incitar os ânimos da população. Em relação aos portugueses, informava que "começaram a circular manifestos incitando a colônia portuguesa a manifestar-se"[31].

FIGURA 1: Panfleto à comunidade portuguesa

BOLETIM

Ao povo da minha terra

Passam-se as horas; correm os dias e alevanta-se a alma patriotica dos heroes tombados!

Approxima-se a chegada do nefasto Velho; esse que sujou a nascente terra do Castanhal com o sangue puro de um luzitano honesto, morto por bala do capanga Marcellino á ordem de Antonio Lemos!

Essa colonia briosa que se liga a nós pelo sangue e pelo sentimento de altruismo ha de se erguer para, no cumprimento de um dever humano escorraçando o bandido, recebel-o a cacete!

Salvè, povo da minha terra!

Cerquemos esse padrão de glorias recebidas de Alem-Mar em defeza dos nossos brios!

FONTE: A.M.N.E, fevereiro de 1912.

31. A.M.N.E, fevereiro de 1912.

As provocações chegavam a tal ponto que, nos protestos que se seguiram, no mês de janeiro de 1911, antes da renúncia de Lemos, foi longamente explorada na imprensa laurista e lemista a memória da Cabanagem. A questão veio à tona logo após os protestos que resultaram no incêndio dos quiosques da cidade (tema abordado mais à frente). O chefe da polícia, Pires Reis, ligado ao intendente, teria declarado, depois de terem controlado os levantes e circularem as notícias de reconstrução dos quiosques destruídos, "que eram necessários não mais que dez soldados para abafar qualquer revolução no Pará"[32].

A fala, aparentemente subliminar, foi tomada como provocação pelos lauristas. Em resposta, a *Folha do Norte* destacou a bravura e resistência do povo paraense por meio da luta empreendida na Cabanagem. A questão era que aquele movimento reavivava histórias do antilusitanismo no Pará, o que afetava diretamente a imensa colônia portuguesa residente no estado. Logo *A Província do Pará*, a fim de trazer o apoio dos lusitanos para o seu lado, denunciava, na edição de 6 de janeiro de 1911, data que marcava o início dos ataques cabanos em Belém, que soubera "da breve circulação de um periódico que se denominará *O Cabano*"[33]. Tudo, aparentemente, para fazer crer aos portugueses que a *Folha do Norte* e os lauristas desejavam o retorno do movimento popular que tirou a vida de dezenas de patrícios.

O periódico laurista, entretanto, partiu para o contra-ataque e afirmou que, embora o intendente tendesse a provocar a "briosa colônia portuguesa", na verdade quem devia estar com medo da Cabanagem era ele mesmo. Isso porque, na perspectiva da *Folha do Norte*, o desfecho de uma possível invasão à cidade, caso houvesse de acontecer, a sorte do intendente não seria diferente da que teve Bernardo Lobo de Sousa, presidente da província do Pará em 1835, considerado pelos cabanos, como ilegítimo, tal qual o maranhense Antonio Lemos.

Não iremos nos aprofundar no debate sobre a Cabanagem, que se prolongou na imprensa por mais alguns dias, mas ele serve para ilustrar o clima de tensão em que se enredava a colônia portuguesa às vésperas da deposição do intendente e mesmo depois de sua queda. Esses conflitos nem sempre eram repelidos pelos lusitanos, mesmo quando não havia concordância das suas instituições, como o Consulado de Portugal.

32. A. M. Coimbra, *op. cit.*, p. 51.
33. *Idem*, p. 52.

Porém, os portugueses não se envolveram somente nos ataques contra as concessões dos lixeiros e os tabuleiros padronizados para o comércio do pescado e produtos diversos. Outra manifestação, ainda mais simbólica desse período, teve os lusos como atores de destaque: a destruição dos quiosques na cidade de Belém.

No dia 26 de agosto de 1912, José Soares remete uma carta, com a mesma designação de confidencial e que aparentemente já tinha sido enviada ao cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, dirigida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. O teor da missiva denunciava a reincidência dos acontecimentos que se lhes eram dados a conhecer: "Não é já, decerto desconhecido de V. Exª. que esse estado atravessa à meses uma grave crise política, e se tem exteriorizado em violentas manifestações de rua"[34].

O assunto tratado dessa vez eram as manifestações do dia 19 de maio. Tudo ocorreu, segundo José Soares, "após ser conhecido em Belém, o reconhecimento dos deputados que atualmente representam o Pará, na Câmara Federal". Esse resultado contrariava o interesse do partido estadual, sob o comando do governador João Coelho, já que mantinha, nas mesmas posições, políticos ligados a Antonio Lemos. Os episódios que se seguiram colocaram mais uma vez a cidade em clima de violentas tensões. Partidários do governo, escreveu o cônsul, "desde logo [favoreceram] uma atmosfera de sobressaltos", quando a cidade "foi absolutamente entregue a bandos de garotos, capitaneados por indivíduos da mais baixa esfera social, exercendo as maiores depredações e violências". E para decepção daquele observador estrangeiro, tudo aquilo se passava na frente dos policiais, sem que "nenhum deles fizesse o menor movimento de os deter". Durante três dias seguidos, afirma Soares, "a capital esteve assim, à mercê da mais desenfreada anarquia".

Foram os acontecimentos do primeiro dia, no entanto, que motivaram o cônsul a se dirigir ao ministério português, com a ressalva de que somente o fazia a pedido dos prejudicados, por envolverem "o nome de alguns de nossos compatriotas". Então, numa breve exposição, José Soares procurava demonstrar como os portugueses estavam implicados nos episódios do dia 19 de maio:

34. A.M.N.E. 26 de janeiro de 1912.

Há anos, a municipalidade ainda dirigida pelo senador Antonio Lemos, concedeu a uma empresa particular o exclusivo da construção em toda a cidade de quiosques, destinados às vendas de bebidas, gêneros alimentícios, tabacos e etc., quiosques que uma vez concluídos, a empresa concessionária arrendou a diversos indivíduos, (quase todos portugueses) que neles passaram a fazer aquele comércio. Pretendeu-se então que a concessão representava um escândalo municipal, e com esse fundamento muitos deles foram destruídos pela população em junho de 1911, por ocasião dos tumultos que assinalaram a queda daquele político[35].

Os primeiros ataques feitos contra os quiosques, em janeiro e junho de 1911, foram, como vimos anteriormente, abafados pela polícia e os concessionários assumiram a responsabilidade de reconstruir os pequenos comércios urbanos. No entanto, o que se viu naqueles dias foram protestos contra a política lemista descarregados contra os quiosques, cuja concessão de uso fora dada a Francisco Bolonha e ao filho de Lemos, Pindobossú Lemos. Os episódios foram assim descritos na carta do cônsul José Soares:

Como se obedecessem a um *mot d'ordre* especial, os bandos que acima me refiro, percorrendo as ruas em grande algazarra, por entre a qual se ouviam vivas aos políticos da situação e gritos d'ódio contra os deputados reconhecidos (que eram partidários do senador Lemos), atacavam na sua fúria verdadeiramente selvagem tudo quanto representasse vestígios da administração municipal daquele homem público. Em poucas horas todos os quiosques – menos um cujo arrendatário teve o expediente de colocar nele em sítio bem visível o retrato do Governador do Estado – foram destruídos e incendiados, com tudo quanto tinha dentro, calma e friamente, até mesmo

35. A.M.N.E., 26 de agosto de 1912. A concessão da construção e exploração comercial dos quiosques na cidade de Belém foi feita pela intendência de Antonio Lemos a Francisco Bolonha, destacado arquiteto que teve grande inserção durante a fase lemista, por meio de um contrato assinado no dia 31 de janeiro de 1905. De acordo com as cláusulas contratuais, especificamente a quarta, contradizendo a escrita do cônsul: "os kiosques serão para o comércio de a retalho de: cafés, charutaria, botequins, papelaria, livraria"; porém vedava a venda de gêneros alimentícios, como "charque, peixe seco ou salgado, banha e congêneres". Apesar de a concessão ser feita ao arquiteto Francisco Bolonha, na verdade ela escondia o nome do filho de Antonio Lemos, Pindobossú Lemos, como sócio na exploração do negócio – essa era uma das motivações dos quiosques serem tratados como alvo da revolta popular.

com um certo método, perante a multidão boquiaberta e a polícia de braços cruzados. Alguns destes fatos assisti eu, podendo, por isso, testemunhar a sua veracidade.[36]

Como uma testemunha ocular, José Soares retrata com minúcias o que diz ter assistido naquele dia. Bastante curiosa foi a estratégica atitude de um dos arrendatários dos quiosques em se utilizar do artifício de, mesmo estando dentro de uma construção que carregava o signo das obras de Lemos, se mostrar favorável aos revoltosos, por meio da fixação da imagem do governador João Coelho, a fim de preservar o seu patrimônio, o que foi levado em consideração pelos manifestantes, escapando às destruições. Esse jogo de "identidade negociada" se mostra muito presente na condição dos imigrantes portugueses desde os tempos da independência, como ensina Robert Rowland: "foram esses interesses e a sua estruturação, muito mais que a naturalidade portuguesa ou brasileira, que iriam determinar a atitude de cada um face à Independência"[37]. Portanto, assumir ou negar a sua nacionalidade, por vezes, constituía uma questão de preservação dos interesses econômicos e/ou posições sociais. No caso em questão, o cartaz do político foi o salvo-conduto dos pertences desse português, poupado dos ataques aos quiosques. Sorte ou estratégia que não coube aos demais, que foram destruídos.

FIGURA 2: Destruição dos quiosques na praça da República, em Belém.

FONTE: O Malho, 25 fev. 1911.

36. A.M.N.E., 26 de agosto de 1912.
37. R. Rowland, "Portugueses no Brasil Independente: Processos e Representações", p. 10.

Conforme declarou incialmente, o cônsul José Soares atendia ao pedido de seus patrícios, envolvidos nos acontecimentos. Informava ele, ainda relatando as providências tomadas pelo consulado em relação aos fatos, que "dos dezenove quiosques destruídos, dezessete estavam arrendados a cidadãos portugueses". Depois de alguns dias, os arrendatários prejudicados compareceram ao consulado e apresentaram suas devidas reclamações de perdas e danos, bem como solicitaram auxílio do cônsul a fim de conduzir a reparação de seus prejuízos.

TABELA 2: Nomes dos arrendatários portugueses e o valor das reclamações

	NOME	IMPORTÂNCIA RECLAMADA
1.	Salvador Oliveira	5:500$000
2.	Manoel de Jesus Descalço	6:000$000
3.	Antonio Souza	7:000$000
4.	Joaquim Farinha Clemente	4:000$000
5.	Francisco Pinto Monteiro	6:000$000
6.	Manuel Maria Valente	8:000$000
7.	Antonio Nunes Lopes	6:000$000
8.	José Maria Gonçalves	4:500$000
9.	Joaquim Simão Descalço	3:500$000
10.	Antonio da Costa Rodrigues	5:000$000
11.	Antonio da Silva	4:000$000
12.	Joaquim Luiz	6:000$000
13.	José Moreira	4:000$000
14.	Sebastião Augusto Amaral	4:000$000
15.	Joaquim Pedro e João Farinha Portela	10:000$000
16.	Augusto Manoel de Sá	12:000$000
17.		95:000$000

FONTE: A.M.N.E., 26 de agosto de 1912.

Mesmos reconhecendo a "absoluta razão de assistência aos reclamantes", o percurso das petições não tinha frutificado nas instituições paraenses, era por isso que Soares estava se dirigindo ao ministério português com o

intuito de reafirmar a defesa dos interesses dos patrícios portugueses. Informava o cônsul que havia recorrido, desde o 7 de junho, ao governador do estado com os requerimentos individuais e uma avaliação dos valores perdidos (que, segundo a Tabela 2, variavam de cinco contos e quinhentos mil a noventa e cinco contos de réis), porém sem resposta. Um mês depois, dirigiu ao secretário de Estado do Interior os mesmos pedidos. Este, por sua vez, informou que tais solicitações deveriam ser remetidas ao Governo Federal.

Não se sabe o porquê da indisposição do Governo estadual em reparar os danos causados naqueles dias, nem fica claro se os portugueses locatários dos quiosques talvez tivessem sido associados aos apoiadores de Lemos ou considerados, por algum motivo, inimigos. É certo, contudo, que o cônsul José Soares, por meio daquela carta, fazia chegar ao conhecimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa não somente os violentos acontecimentos no Pará, mas também o "pedido de nossos compatriotas para que V. Exª. interceda junto ao governo federal brasileiro a favor das suas pretensões".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade dos acontecimentos políticos que marcaram a primeira década do século XX no Pará são de uma tessitura difícil de penetrar. Constitui um campo minado definido por importantes atores sociais e cujas luzes incidem sobre os agentes políticos, sombreando a participação de outros personagens igualmente significativos para o desenrolar das ações daqueles tempos. Ao pontuar a história do debacle de Antonio Lemos em Belém, um dos políticos mais simbólicos da chamada *belle époque*, por meio de documentação ainda pouco conhecida, como são as cartas do Consulado Português no Pará, nos permite perceber dois aspectos interessantes: o quanto interessava para outras nações estrangeiras o andamento dos acontecimentos regionais; e a leitura da política paraense por meio do olhar estrangeiro.

Por outro, essa documentação apresenta, de forma mais significativa, a participação política de imigrantes portugueses nos acontecimentos intestinos, e demonstra que, apesar de não terem nacionalidade reconhecida, isso não limitava as estratégias de envolvimento deles nas manifestações de protestos locais.

Que tenha sido, essa janela, mais uma perspectiva sobre a Belém do início do século XX.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (A.M.N.E.). Consulado de Portugal no Pará, Caixa 529, 1898-1930, Correspondências de fevereiro a agosto de 1912. Arquivo Diplomático e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Lisboa, Portugal.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARRAES, Rosa Maria Lourenço. Paisagens de Belém: história, natureza e pintura na obra de Antônio Parreiras, 1895-1909. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BORGES, Ricardo. *O Pará republicano (1824-1929)*: ensaio histórico. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983. (Coleção História do Pará. Série Artur Vianna).

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920)*. Belém: Açaí, 2011.

CANCELA, Cristina Donza. Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1891-1920). *In:* SOUZA, Fernando; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda. *Nas duas margens*: os portugueses no Brasil. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-54, jan./abr. 2016.

COIMBRA, Adriana Modesto. *A cidade como narrativa*: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém (1897-1938). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, São Paulo, 2014.

EMMI, Marília Ferreira. *Italianos na Amazônia (1870-1950)*: pioneirismo econômico e identidade. Belém: Edufpa, 2008.

EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: o caso dos portugueses. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 20-24 set. 2010, Caxambú (MG). *Anais* [...]. *São* Paulo: ABEP, 2010.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados*: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia (1870-1950). Belém: Edufpa, 2009.

FONTES, Edilza. *Preferem-se portugues(as):* trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. *Os infortúnios da imigração portuguesa:* a benemérita liga portuguesa de repatriação (1908-1949). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

JACKSON, Joe. *O ladrão no fim do mundo*: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha. Tradução de Saulo Adriano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

LUSTOSA, Isabel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Pátria e comércio*: negociantes portugueses no Rio de Janeiro joanino. Rio de Janeiro: Ouro Sobre o Azul, 2008.

PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. *Percepção visual da cidade*: iconografias da natureza urbana de Belém (1808-1908). 2015. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época:* história política do Pará. 2. ed. Belém: Cejup, 1996.

ROWLAND, Robert. Portugueses no Brasil independente: processos e representações. *Oceanos*, n. 44: Portugueses no Brasil Independente, out./dez. 2000.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém*: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912). 2. ed. Belém; Paka-tatu, 2002.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente:* Antonio Lemos (1869/1973). Belém: Paka-tatu, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da belle-époque (1870-1910)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, 2008.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Em busca das "patacas"*: Patrimônio de Portugueses na Economia da Borracha (Belém 1840-1930). 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

14 UMA CASA DE FESTAS E VELÓRIOS: O PALACETE PINHO

Thaïs Zumero de Pinho Toscano[1]
Luis Augusto Barbosa Quaresma[2]

> *[...] que fabuloso mostruário da riqueza social da terra, que belo teatro de acontecimentos notáveis era então o importante Palacete.*[3]

O PALACETE, PASSADO E PRESENTE

O morar qualifica e dá personalidade a uma construção, porque significa um projeto de vida, a consubstanciação de mentalidades, expressa uma posição dentro de um determinado contexto social e ideológico. O Palacete Pinho foi, desde seu desenho, desde o momento da concepção arquitetônica, intencionalmente pensado como símbolo da modernidade e do prestígio social de seu proprietário, Antônio José de Pinho. As pesquisas sobre a vida do comendador Pinho e do palacete que lhe serviu de morada convergem para uma questão: como um prédio pode falar tanto de seu dono?

Ao contrário do que se pensa habitualmente, a arquitetura é provida, sim, de imaterialidade, de elementos fugazes e abstrações. Nos edifícios, para além da fisicidade, há o espírito. O Palace foi pleno, completo, nada era desnecessário, todos os seus elementos, tanto materiais como imateriais, concorriam e se alimentavam na narrativa desse belo enredo. A decoração

1. Arquiteta e Urbanista, graduada pela UFPA. Mestra em Patrimônio Histórico (PPGAU/UFPA) e doutoranda em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA).
2. Licenciado em História, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA)
3. C. Pinto, *O Governador, o Palácio e o Palacete*, p. 15.

de seus ambientes, com seus móveis suntuosos, quadros, tapeçarias, opalinas, muranos e cristais refletiam sua importância social, tendo nos banquetes, festas e saraus sua máxima expressão. Se antes fora um polo conversor da sociedade, hoje se apresenta envolto em um enorme vazio, que se mostra, diante das inúmeras tentativas de reabilitações malsucedidas, incapaz de ser preenchido. Restaura-se a matéria, mas não a alma.

Quem ousaria imaginar que, do apogeu da *belle époque*, o Palacete fosse se transformar num personagem mudo e taciturno, amargando um abandono paulatino e sofrido, sendo pouco notado pelas pessoas, que, imersas em suas rotinas diárias, passam pela rua Dr. Assis sem se dar conta do que aquele prédio significou no passado. O Palacete Pinho de hoje, diferentemente de outrora, transmite sentimentos nostálgicos ou mesmo indiferentes. A história desse prédio e seu teatro de acontecimentos devem ser restabelecidos, para, quem sabe, reacender a memória adormecida.

ANTÔNIO JOSÉ DE PINHO: DE IMIGRANTE A COMENDADOR

As condições de imigração de Antônio José de Pinho ainda são pouco conhecidas. A partir de relatos de seus familiares, sabe-se que era filho de Manuel Antônio e Margarida Francisca de Pinho e nasceu em 05 de dezembro de 1841, em Milheirós de Poiares, freguesia do concelho de Santa Maria da Feira, em Portugal. Ainda segundo relatos familiares, ele saíra de Portugal na companhia de seu pai e de seus irmãos, Teresa Joaquina, Manoel Antônio, José Antônio, Manoel José, Fulgêncio José e Joaquim Antônio, e chegara ao Pará em 1853, ainda rapazote.

Acredita-se que ele tenha sido um dos portugueses que, como elenca Guimarães[4], posteriormente a 1840, imigraram ou retornaram ao Pará em decorrência da reestruturação política e econômica, e do início da urbanização da província. Ressalta-se que esse período em que Antônio José de Pinho vive na capital é perpassado pela *belle époque* e, de acordo com Batista[5], é entre os anos de 1850 e 1870 que a acumulação, os lucros obti-

4. *De Chegadas e Partidas: Migrações e Trajetórias de Vidas de Portugueses no Pará (1800 – 1850*.
5. L. M. Batista, *Muito Além dos Seringais*: *elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870*.

dos em decorrência do comércio da borracha (látex), inicia-se. Assim, amealhar certa quantia e aos poucos inserir-se nos extratos mais abastados da elite tradicional, tornando-se um deles, foi a prática de muitos indivíduos na sociedade paraense.

Durante o período denominado *belle époque,* a cidade estabelece outras configurações, tanto espaciais e arquitetônicas, como sociais e culturais. Nesse contexto, entre o final do século XIX e o início do XX, são criadas inúmeras instituições, agremiações, clubes e associações literárias, que demostram a efervescência cultural da capital paraense[6]. Uma das possíveis estratégias de inserção do futuro comendador Antônio José de Pinho (Figura 1) na elite burguesa é a participação em associações literoculturais, como o Gabinete de Leitura, instituição criada em 1867 e que, em 1871, acolheu o morador da rua da Boavista[7], atual rua 15 de Novembro[8], como um de seus vogais.

FIGURA 1: Comendador Antônio José de Pinho

FONTE: *Álbum do Estado do Pará*, 1908

6. G. M. Coelho, "Na Belém da *Belle Époque* da Borracha (1890-1910): Dirigindo Olhares".
7. *Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial para o Anno de 1871*, p. 82
8. E. Cruz, *As Ruas de Belém: Significado Histórico e suas Denominações*, p. 37.

Como foi informado pelos descendentes do comendador, em 1872 ele se casa com Luíza Francisca de Araújo, nascida em 1856, provinda de família abastada de fazendeiros da região de Mocajuba. Vale mencionar que sua esposa, familiarmente conhecida como Mãe Lulu, haja vista sua grande longevidade, faleceu em 1956, tendo vivido um largo arco geracional. A mãe de Luíza Francisca, Severina, deixa-lhe como herança vultosos recursos; no entanto, no momento da morte da sogra, Antônio José já era um rico comerciante da capital paraense. Em 1880, segundo *O Jornal*, morre o pai do comendador, sr. Manuel Antônio.

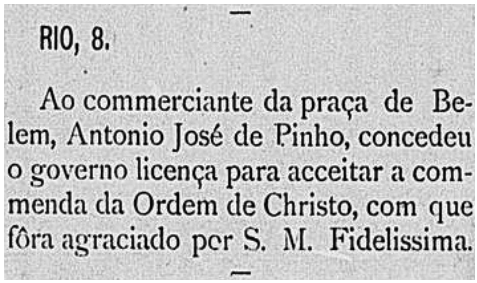
A partir da década de 1880, é perceptível uma mudança de *status* e condição financeira na vida do antigo comerciante. Suas relações comerciais e com outros indivíduos da capital paraense são mais visíveis. Como pondera Eliane Soares[9], as relações de compadrio nas mais diversas instâncias são elementos-chave para compreender inserções e ascensões sociais, estabelecendo relações de poder e afiliação. Assim, é possível encontrar Antônio José de Pinho e sua esposa, como padrinhos de inúmeros casamentos na capital paraense, entre eles o do farmacêutico Bruno de Moraes Bittencourt com D. Joanna L. da Rocha Brito[10] e do casal Antônio Ferreira de Azevedo e Maria de Souza e Abreu[11], o que explicita algumas das teias de relações construídas por eles na sociedade paraense.

Outra forma de inserção social utilizada por muitos imigrantes para conseguir destaque na nova sociedade em que estavam inseridos eram as ações filantrópicas e de benemerência. De acordo com Guimarães[12], essas ações geravam representações simbólicas, que, aliadas ao sucesso financeiro, acabavam por tornar-se a representação máxima de um imigrante bem-sucedido. Além dos convites a casamentos e das ações de caridade, o já luso-paraense ganhou distinções como juiz da Festa de Nazaré[13], irmão da Santa Casa de Misericórdia[14], mordomo do Colégio do Amparo[15], presidente da comissão em prol dos variolosos[16].

9. E. C. L. Soares, *Família, Compadrio e Relações de Poder no Marajó (séculos* XVIII *e* XIX*)*
10. *A Constituição: Orgão do Partido Conservador*, 08 de janeiro de 1881, p. 1
11. *A Constituição: Orgão do Partido Conservador*, 11 de junho de 1883, p. 2
12. *De Chegadas e Partidas: Migrações e Trajetórias de Vidas de Portugueses no Pará (1800 – 1850)*
13. *Almanak Paraense de Administração, Commercio, Industria e Estatistica Para o Anno de 1883*, p. 412.
14. *A Constituição: Orgão do Partido Conservador*, 09 de junho de 1886, p. 3
15. *O Democrata: Orgão do Partido Republicano Democratico*, 16 de fevereiro de 1890, p. 4
16. *Republica*, 08 de outubro de 1899, p. 1

Fato relevante é sua naturalização como brasileiro em 25 de março 1889, procedimento necessário, talvez, para desempenhar funções políticas, pois Antônio José de Pinho foi vereador de Belém, no final do Primero Reinado, e senador do estado, no início da Primeira República. Por outro lado, o clímax de sua ascensão social ocorreu em 1891, quando fora agraciado com a Comenda de Santo Christo[17] (Figura 2). A partir desse fato, constata-se que o agora comendador definitivamente entrara para o rol da elite.

FIGURA 2: Concessão da Ordem de Christo


RIO, 8.

Ao commerciante da praça de Belem, Antonio José de Pinho, concedeu o governo licença para acceitar a commenda da Ordem de Christo, com que fôra agraciado por S. M. Fidelissima.

FONTE: *A Republica*, 1891, p. 1

Ressalta-se aqui o caráter distintivo de ser um indivíduo agraciado com título de nobreza ou comenda, o que mostra o destaque do comendador Pinho em Portugal, com relação a suas atividades desenvolvidas no Pará para a colônia portuguesa, bem como para o próprio povo paraense.

A BELÉM DO COMENDADOR

Como já citado anteriormente, a cidade de Belém passava por um período de proeminência econômica, momento em que a cidade se tornou alvo de diversas transformações, sendo dotada de melhorias para satisfazer as necessidades das classes mais endinheiradas. É possível perceber, nas palavras de Sarges[18], que:

17. A Comenda da Ordem de Cristo, da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, foi criada no período medieval. Em 1910, a comenda foi extinta, porém, em 1918, foi reformulada e é conferida atualmente a pessoas que realizaram serviços relevantes, nacionais ou estrangeiros, prestados ao país (Portugal) ou à humanidade.
18. M. de N. dos S. Sarges, *Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912)*

O advento das ferrovias, dos bondes elétricos, além de representar uma das invenções da modernidade, surgiu em razão da necessidade de articulação do mercado mundial, e, no caso de Belém, essa invenção surgiu também como uma necessidade básica de uma cidade que se ampliava e dinamizava.

Portanto, especular com essas recém-surgidas tecnologias e ou instituições poderia ser maneira eficiente de ganhar dinheiro. Pinho não era uma pessoa alheia a essas transformações, por isso participou, como um dos principais acionistas, da Companhia de Bonds Paraense[19] e foi um dos maiores acionistas do mercado do ferro. Tornou-se, por conseguinte, investidor das modernizações que surgiram na Paris dos Trópicos entre os séculos XIX e XX.

As atividades financeiras decorrentes do comércio gomífero trouxeram significativas mudanças para a economia do estado. Surgem, nesse novo contexto, as casas aviadoras e exportadoras, bem como as companhias de crédito e seguradoras, empresas e instituições fundamentais para a dinamização e comercialização da borracha na Amazônia[20]. O então comendador Pinho tem sua história intimamente ligada a tais questões econômicas: era proprietário da casa aviadora Antônio José de Pinho & Cº, localizada na travessa Oriental do Mercado[21] e sócio na A. P. da Costa Pereira & Cº, na rua 15 de Novembro[22]. Participou também como diretor ou administrador de diversas instituições de crédito ou seguradoras, como o Banco Emissor do Norte[23], a Alliança, companhia de seguros terrestres e marítimos[24] e a Garantia da Amazônia[25].

Durante esse período do auge da borracha, várias conformações de moradia continuam se configurando pelos bairros da cidade, desde as palhoças e barracas das camadas mais populares aos solares e palacetes da elite vinculada ao comércio da borracha. É válido observar que as diversas formas de e onde

19. *O Liberal do Pará: Orgão do Partido Liberal*, 09 de novembro de 1882, p. 3
20. A. C. da C. Tavares, *Em Busca das "Patacas": patrimônio de Portugueses na economia da Borracha (Belém, 1840-1930)*.
21. F. Cardoso (ed.), *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e Indicador Para 1904 – 1905*, p. 642.
22. *Idem*, p. 686.
23. *Correio Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario*, 11 de janeiro de 1893, p. 3
24. F. Cardoso (ed.), *op. cit.*, p. 87.
25. *Folha do Norte*, 10 de março de 1897, p. 2

morar acabam por exprimir representações dos seus moradores na cidade, como propõe Karol Gillet Soares[26]:

> Se a casa, enquanto documento, nos leva a compreender um dado momento histórico, a sua localização pode implicar um questionamento ainda maior. Isto, se levarmos em consideração não o seu padrão de habitabilidade, mas a sua referida localização na estratificação social (*status*) da cidade. Assim, uma casa em determinada área pode adquirir, ou no caso, melhorar a própria representação ou condição social de seu morador perante a sociedade. Por outro lado, a moradia num bairro popular pode apresentar um significado mais simplório ou até mesmo degradante. Contudo, se dissermos que a mesma casa encontra-se localizada num bairro mais privilegiado, ou melhor, dizendo socialmente elevado, é certo que a situação social seja completamente interpretada de uma outra maneira, tornando-se bem vista para os demais moradores com localização menos privilegiada.

A residência do comendador Antônio José de Pinho é construída nessas novas perspectivas de se morar. Conhecida popularmente como Palacete Pinho, até os dias de hoje é uma edificação que se destaca na arquitetura de Belém. Soares[27], ao explicar a origem desse cognome, declara ainda que o mais preponderante nessa Belém moderna eram os palacetes, comumente nomeados a partir dos nomes ou sobrenomes de seus moradores, indivíduos esses construtores da Belém moderna, proposta pelos seus gestores, intelectuais e capitalistas.

Essa expressão edificada do poder, tanto simbólico como financeiro, do comendador Pinho ganha forma pelas mãos do engenheiro Camilo de Amorim, no ano de 1897. Uma particularidade dessa residência é o fato de ela ter sido construída na Cidade Velha, e não em um dos bairros símbolos da modernidade, como Batista Campos e Nazaré[28]. É possível que isso seja oriundo da posse prévia de terrenos nessa região pelo comendador e sua família, como destaca o jornal *O Democrata*, que indica a existência de uma cocheira e três carros de condução pertencentes a Pinho na rua Dr. Assis[29], e também pela propriedade de um suposto conjunto de casas na travessa

26. K. G. Soares, *As Formas de Morar na Belém da Belle époque: 1870 - 1910*, p. 73.
27. *Idem*.
28. *Idem*.
29. *O Democrata*, 1890, p. 4.

Alenquer, que lhe rendia aluguéis, demonstrando, novamente, a diversidade de empreendimentos do comendador.

O EDIFÍCIO EM SUA MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE

A própria contratação do engenheiro e arquiteto Camilo de Amorim já é um fato revelador da atenção dispensada ao edifício. Naquela época, apenas pessoas das classes mais abastadas contratavam profissionais de arquitetura, o que denota a vontade de Pinho em se adequar ao novo momento arquitetônico da capital. Os palacetes, como eram chamados esses casarões, traziam inovações tecnológicas, formais e estilísticas, além de desempenharem um grande poder simbólico na cidade da *belle époque*. Como propõe Karol Gillet Soares[30], o próprio governo flexibilizava, inclusive, o código de posturas para impulsionar a construção desses imóveis, exemplos de bom gosto e higiene.

Ao contrário da maioria dos palacetes que foram construídos nas áreas de expansão da cidade, Nazaré e Batista Campos, o Pinho (Figura 3) manteve-se na Cidade Velha, bairro de tipologia colonial. O edifício contrasta com a homogeneidade morfotipológica que o bairro apresenta. O terreno de grandes dimensões contrariava as heranças portuguesas de lotes estreitos e profundos. A implantação do edifício com recuo frontal, permitindo o ajardinamento, já estava em conformidade com o estilo eclético em voga, apoiado no conceito higienista e de privacidade.

FIGURA 3: Fachada do Palacete Pinho

FONTE: Janela Urbana, 2019

30. K. G. Soares, *op cit*.

O programa de necessidades, típico das casas ecléticas, contava com uma especialização das atividades, correspondendo a diversos setores e suas especificações. Sendo assim, o prédio é composto por quatro pavimentos. O térreo, com acesso direto ao nível da rua, era o local dos espaços de serviços, como lavanderia, alojamentos dos empregados, canil, áreas para a guarda das carruagens, depósitos e adega. O primeiro pavimento, ou *piano nobili*[31], era o mais importante, composto por várias saletas, todas com sua função e com *layout* apropriado: sala de banquetes, sala de música, biblioteca, sala de bilhar, capela. A cozinha localizava-se nesse pavimento e, bem ao modo da tipologia colonial, sua disposição longitudinal ladeava um corredor, que compreendia toda sua extensão, e se voltava lateralmente para o quintal. Pinto[32] faz uma breve descrição desses ambientes e seus mobiliários:

> De igual modo, como os salões de entrada, as demais dependências patenteavam o esmerado bom gosto e o luxo discreto dos donos da casa:
>
> A sala de música, regiamente instalada para as *soirées* dominicais e onde se fizeram ouvir tantos valores, em verdadeiras pugnas de arte.
>
> A sala da biblioteca, com suas majestosas estantes de carvalho e com suas lindas mesas embutidas de metal, sobre as quais se abriam os grandes livros esmaltados de preciosas gravuras.
>
> A sala de jogos, provida de tudo para o seu funcionamento.
>
> E finalmente a rica e acolhedora Capela iluminada.

No segundo pavimento estavam dispostos os quartos e as salas de banho, e no terceiro funcionava um pequeno mirante, que se restringia apenas ao corpo central do prédio. Segundo relatos da família, era nesse pavimento que o comendador acompanhava o ir e vir das embarcações com as quais possuía negócios, o que talvez explique sua insistência em permanecer na Cidade Velha.

A fachada do palacete até os dias de hoje é formada por três corpos volumétricos: dois laterais, que se projetam até a testada do lote, e um central, de maior dimensão, com recuo frontal, onde se desenvolve o jardim. Apesar deste recuo, o muro intercalado por gradis de meio-corpo e colunas, no alinhamento do lote, restabelece a morfologia colonial. O pavimento

31. Denomina-se *piano nobili* o pavimento mais importante dos *palazzi* italianos do Renascimento.
32. C. Pinto, *O Governador, o Palácio e o Palacete*, p. 16.

térreo tem acesso direto pelo nível da rua e é formado por vãos de arco pleno, vedados por gradis de ferro fundido. O acesso ao primeiro pavimento é indireto, por meio de três escadas, uma central e duas laterais (Figura 4). As escadas desembocam numa extensa sacada, que percorre todo o "U". Nesse pavimento, todas as portas em madeira de lei, com sacada entalada de ferro fundido, possuem vãos também em arcos plenos arrematados por molduras em massa.

FIGURA 4: Palacete Pinho

FONTE: Pinterest, 2019

O partido em "U" repete-se no segundo pavimento, sendo que a sacada se desenvolve apenas no corpo central. Essa sacada é sustentada por quatro pilares de ferro fundido e pelas paredes confinantes das duas alas laterais, que avançam à testada do lote. Nesse pavimento, os vãos das esquadrias são em verga reta, encimados ora por molduras triangulares, ora em arco abatido. A composição é finalizada pelo mirante, que se projeta no corpo frontal quase como um frontão. Estruturalmente, trata-se de uma edificação de alvenaria de tijolo, em que paredes, pisos e forro contribuem solidamente para a estabilização da estrutura. Apesar de não inspecionada, a fundação é provavelmente em pedra argamassada, assim como as espessas paredes do pavimento térreo. As paredes externas do primeiro, segundo e terceiro

pavimento (mirante) são de alvenaria de tijolo maciço, tendo algumas paredes divisórias em tabique[33]. Apesar da tradicionalidade do sistema, pode-se perceber algumas inovações, como as abobadilhas intercaladas por perfis de trilhos de trem, que sustentam a sacada do primeiro pavimento.

Quanto às artes decorativas, o Palacete é pleno de técnica e de materiais de alta qualidade. Nos pisos, observam-se ladrilhos hidráulicos (sacadas e áreas molhadas), parquetes em acapu e pau amarelo. Como revestimento da fachada, foi adotada a azulejaria[34], com função estética e também higienista. O ferro fundido está presente no portão de entrada, com o monograma do comendador (AJP), nas sacadas entaladas, nos pilares que apoiam as sacadas do primeiro e segundo pavimentos. Os forros no *piano nobili* eram de madeira, formando desenhos geométricos, e no pavimento do setor íntimo era de madeira tipo saia de camisa. As paredes eram pintadas com técnica estêncil e escaiolas.

Imaginar quantos saraus, jantares, concertos e bailes ocorreram no Palacete de Antônio José de Pinho, pensar nos *petit* comitês de senhoras com seus longos vestidos e reuniões do Partido Republicano[35] ou da Liga Humanitária[36], com seus membros trajando bengala e cartolas é algo inevitável. Nesse contexto "bellepoqueano", as comemorações, jantares e banquetes possuem caráter político e simbólico.

> Diferente das festas cívicas que ocorrem de forma cíclica, os banquetes são um acontecimento episódico, visto não terem data específica no calendário para seu acontecimento. [...] No interior dos salões de banquetes do poder eram feitos pedidos, implorações benevolências e realizadas as conversas mais íntimas sobre as questões centrais da pauta política do momento. Em outras palavras, eram reuniões políticas das quais participavam figuras influentes no cenário político, econômico e social paraense, que objetivavam intimamente, à primeira vista, congregar em um ambiente harmonioso, chefes políticos para decidir sobre questões pertinentes do

33. Tecnologia tradicional, geralmente aplicada em paredes divisórias, constituída por um engradado de madeira preenchido com barro.
34. Os azulejos presentes na fachada, tanto as cercaduras como o padrão, são de autoria da fábrica alemã Villeroy & Bosch Mosaik Fabrik e datam do fim do século XIX e início do XX.
35. *O Holophote: Noticioso, Critico, Litterario e Commercial.* Ano I, n. 7. Belém, 16 de maio de 1897, p. 2
36. *O Jornal,* 12 de outubro de 1900, p. 2

Estado, assim como exaltar a República, expressando todo o prestígio e a influência dos presentes perante a sociedade, ou seja, uma forma clara de ostentação do poder.[37]

De todos esses eventos que movimentaram a residência da família Pinho, como os tradicionais 5 de dezembro e 12 de outubro[38], optou-se por discorrer pormenorizadamente acerca de um jantar em homenagem aos tripulantes do navio português Adamastor. Isso se deve tanto pelo evento ter tido grande repercussão na imprensa paraense, como por ser representativo de um imigrante que oferece uma comemoração, em sua residência, aos seus compatriotas.

Aos últimos dias do mês de janeiro de 1899, chegou a Belém, vindo de Portugal, o cruzador Adamastor – os jornais relatam grandes festas de recepção para as pessoas da embarcação. O periódico *O Pará* noticiou os diversos festejos e banquetes oficiais realizados pelo governo do estado, pela marinha e diversos clubes como Sport Club Paraense e o Club Euterpe, em homenagem ao Adamastor. Uma recepção, entretanto, destoa um pouco das outras: a oferecida pela colônia portuguesa. Ela difere das demais pelo local em que ocorreu, uma residência particular, o Palacete Pinho, em vez de uma sede de clube ou o palácio do governo.

Como é relatado no jornal, seria oferecido um jantar, seguido de um sarau íntimo apenas para os convidados. Por ser um evento concorrido, fora pedido aos que não pudessem estar presentes para devolverem seus convites[39]. Compreende-se, assim, o local social do comendador Antônio José de Pinho na sociedade paraense: sua residência particular se torna um espaço "público" e eminentemente político, reafirmando seu prestígio e poder em relação às suas duas pátrias, a de nascimento e a de moradia. Anunciava, então, *O Pará* na tarde do dia do jantar:

A's 7 horas da noite de hoje deverá realisar-se, no palacete do sr, commendador Pinho, á rua Doutor Assis, o banquete que a commissão da colônia portugueza promotora dos festejos à officialidade do *Adamastor* offerece á sociedade paraense, em retribuição das provas de affecto e consideração que tem dispensado aos briosos

37. D. de A. Moura, *A República Paraense em Festa (1890-1911)*, pp. 77-78.
38. *Officina Litteraria*: *Orgão da Aggremiação "Officina Litteraria"* de 30 de novembro de 1899, p. 4; *O Jornal*, 12 de outubro de 1900, p. 1.
39. *O Pará*, 1899, p. 2.

representantes da marinha de guerra lusitana. Ao banquete, que é para 150 talheres comparecerão os srs. dr. Paes de Carvalho, conselheiro Ferreira do Amaral e seu estado-maior, senadores, deputados, cônsules extrangeiros, alto funccionalismo publico, representantes da imprensa, etc.[40]

A música ficaria a cargo do maestro Gama Malcher e da banda de música do Adamastor para animar a recepção dos convidados. Para além disso, são relatados os brindes que seriam feitos durante a cerimônia, um da colônia portuguesa à imprensa paraense, um da imprensa em retribuição, um do governador ao comandante da embarcação e um brinde de honra do conselheiro Ferreira do Amaral, comandante do Adamastor[41]. Podem parecer situações triviais ou comuns para um banquete da alta sociedade, porém tem um significado muito maior, a reafirmação dos laços políticos e das relações internacionais das duas nações representadas pela oficialidade do Adamastor e pela comunidade paraense.

É interessante perceber que a imprensa não trata o comendador Antônio José de Pinho como um brasileiro ou paraense, ainda que vivesse há muito tempo no Brasil e estivesse em grande medida inserido no cotidiano da capital. Para o jornalista que relatou o jantar na residência de Pinho, ele era um "sympathico e dedicado amigo do Brazil"[42]. O relato segue descrevendo como estava o Palacete para receber os convidados:

No pateo de entrada, cuidadosamente ajardinado, tres grandes focos electricos, dois de arco voltaico e um incandescente, misturando as suas irradiações luminosas aos jorros de luz que, do interior do edificio, despediam as numerosas lampadas electricas e bicos de gaz, davam á majestosa construcção um ar feérico, realçado pelos reflexos multicores das bandeiras que o adornavam e dos finos crystaes dos candelabros, lustres e serpentinas que por toda parte se viam. [...] viam-se no salão, desde o lado opposto da rua Dr. Assis, por sobre a extensa mesa em forma de U, ali armada, finos crystaes, ricas e luxuosas fructeiras, flores em profusão, lindos cardápios, etc. etc.[43]

40. *Ibidem*.
41. *Idem, ibidem*.
42. *Idem*, *ibidem*.
43. *Idem, ibidem*.

Talvez o grande investimento feito na decoração do Palacete quisesse demonstrar a posição social do comendador entre os paraenses para os portugueses que eram recepcionados. A despeito do que relatavam os jornalistas, a majestosa casa simbolizava que seu proprietário não era apenas um "amigo" do Brasil, mas sim um indivíduo emaranhado na cultura e sociedade local, e que havia prosperado.

Moura[44] descortina o olhar acerca das pessoas que compõem os bastidores dessas recepções e revela que, na maioria das vezes, indivíduos como copeiros, cozinheiros, fotógrafos ou músicos ficavam à margem da comemoração como um todo. No caso da recepção aos tripulantes do Adamastor, a quantidade de pessoas envolvidas e o trabalho exaustivo daquela noite podem ser vislumbrados pelo relato detalhado do cronista jornalístico presente na festa:

> A's 6 ½ horas, era grande ali a azafama: um verdadeiro exercito de creados e empregados do Restaurante Coelho, sob a direcção do activo sr. Magalhães, um dos proprietarios d'aquelle estabelecimento, que foi o fornecedor do magnifico serviço de mesa e *buffet*, movimentavam-se para todos os lados, em uma agitação crescente, ao passo que a cada instante paravam a porta numerosas carruagens, conduzindo os convidados.[45]

A presença do governador Paes de Carvalho e seu *staff* político, composto pelo dr. Ernesto Mattoso e pelo capitão Hohman, bem como a do conselheiro Ferreira do Amaral foram saudadas com palmas e música executada pela banda do navio português.

A etiqueta da disposição dos lugares à mesa também exprime uma forma simbólica de poder e prestígio, demonstra os locais sociais e a importância dos indivíduos naquele momento. No caso do banquete ao Adamastor, as posições de destaque da mesa estavam compostas da seguinte maneira:

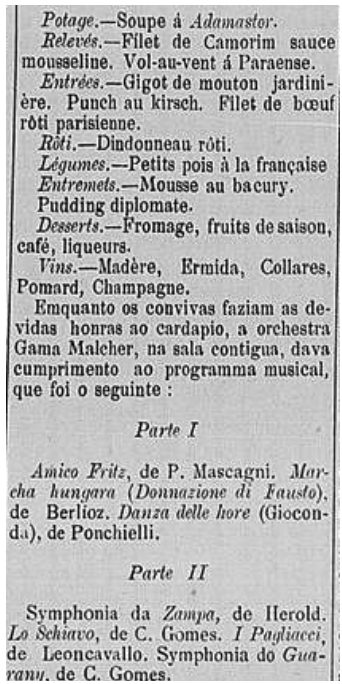
> Na curva externa do U, dando a dextra á parte exterior do edificio e a sinistra á interior, o sr. dr. Paes de Carvalho, governador do Estado, tendo a direita os srs.: conselheiro Ferreira do Amaral, commandante do *Adamastor*; commendador Antonio José de Pinho, tenente Henrique Metzner [...] e á esquerda os srs.: dr. Adelino das Neves e Mello, consul de S. M. Fidelissima; dr. Serzedello Corrêa, secretario do governo [...] Na curva

44. *A República Paraense em Festa (1890-1911)*.
45. *Idem, ibidem*.

interior, em frente ao sr. dr. Paes de Carvalho, sentou-se o sr. visconde de São Domingos, tendo á direita os srs. representantes do commando do regimento estadual e do Iº districto militar, o consul do Perú [...] e á esquerda o consul da Grã-Bretanha sr. Joaquim Castro, dr. Joaquim Freire Barata, João Gomes, Iº tenente Pina Junior [...].[46]

A essa hierarquia social simbólica foi servido um jantar de seis tempos, composto desde pratos que homenageavam a embarcação, como a *soupe* a Adamastor (Figura 5), a receitas elaboradas com peixes e frutas regionais, que poderiam ser acompanhados dos mais finos vinhos e champanhes. Ao saborear tais acepipes, os convidados também podiam se deleitar com as peças executadas pela orquestra do maestro Gama Malcher, entremeadas com as músicas tocadas pela charanga do cruzador português.

FIGURA 5: Cardápio e Programa Musical do Banquete do Adamastor



Potage.—Soupe á *Adamastor.*
Relevés.—Filet de Camorim sauce mousseline. Vol-au-vent á Paraense.
Entrées.—Gigot de mouton jardinière. Punch au kirsch. Filet de bœuf rôti parisienne.
Rôti.—Dindonneau rôti.
Légumes.—Petits pois à la française
Entremets.—Mousse au bacury.
Pudding diplomate.
Desserts.—Fromage, fruits de saison, café, liqueurs.
Vins.—Madère, Ermida, Collares, Pomard, Champagne.
Emquanto os convivas faziam as devidas honras ao cardapio, a orchestra Gama Malcher, na sala contigua, dava cumprimento ao programma musical, que foi o seguinte :

Parte I

Amico Fritz, de P. Mascagni. *Marcha hungara (Donnazione di Fausto)*, de Berlioz. *Danza delle hore* (Giocondà), de Ponchielli.

Parte II

Symphonia da *Zampa*, de Herold. *Lo Schiavo*, de C. Gomes. *I Pagliacci*, de Leoncavallo. Symphonia do *Guarany*, de C. Gomes.

FONTE: *O Pará*, 1899, p. 2

46. *Idem, ibidem.*

A consolidação da construção de laços luso-paraenses se expressa ao momento dos brindes realizados com taças de champanhe em mãos. O cônsul de Portugal Adelino Mello "brindou, phrases felizes [...] ao povo paraense, agradecendo-lhe, em nome do paiz que representa, as demonstrações de sympatia e affecto que tem sido feitas desde sua chegada a esta capital, aos ilustres commandante e officiaes do *Adamastor*"[47]. Estendendo assim suas saudações para o povo e imprensa paraense, outras autoridades se pronunciaram durante o banquete, dentre elas o doutor Paes de Carvalho. O governador, em sua fala, proclamou que as pessoas enviadas naquele navio possuíam a missão "[...] de estreitar ainda mais, se é possível, os laços que nos prendem [...]"[48].

Por sua vez, o conselheiro Ferreira do Amaral responde que "[...] o *Adamastor*, que tem a honra de commandar, não viera ao Brazil [...] ministrar o sacramento do baptismo da união e solidariedade entre brazileiros e portugueses [...] seria elle, orador, o sacerdote encarregado de ministrar a confirmação d'esse baptismo"[49]. Depois do grande jantar, seguiu-se um sarau com "numerosas senhoras e senhoritas da nossa primeira sociedade, dentre as quaes a exma. dona Angela Pinto de Carvalho, virtuosa esposa do chefe de Estado"[50]. É possível então compreender o caráter político daquela missão e do banquete realizado como consolidadores das relações diplomáticas internacionais, e que teve o Palacete Pinho como um dos lugares de seu acontecimento.

Vale perceber que as residências, até os dias de hoje, ganham vários significados para seus moradores. O Palacete Pinho não escaparia de tal premissa, tendo sido também local em que o próprio comendador, que era membro da Sociedade de Immigração[51], abrigou imigrantes, possivelmente amigos ou conhecidos, vindos de Portugal provavelmente em busca de uma nova vida na capital paraense. Exemplo disso é um indivíduo chamado

47. *O Pará*, 1899, p. 2.
48. *Idem, ibidem*.
49. *Idem, ibidem*.
50. *Idem*, p. 3.
51. *O Democrata*, 1890, p. 4.

Cesar de Araujo[52]: hospedado no Palacete havia poucos dias, vindo direto de Portugal, acabou sendo acometido de febre amarela e veio a óbito.

Atualmente é difícil pensar nas casas, pelo menos nos centros urbanos, como espaços em que também se realizam os rituais funerários, porém, nos séculos passados, era perceptível a espetacularização da morte. Como assegura Rodrigues[53], entre as famílias católicas, existia a presença de um religioso para realizar os ritos fúnebres, nos quais estavam familiares, amigos e até curiosos.

> Aos adultos, era certo que o corpo deveria ficar em exposição para as pessoas o verem, como uma forma de aceitação da morte e de se ter a certeza do óbito. Quanto mais importante o falecido, mais demorada sua exposição. [...] As procissões denotavam o grau de importância do morto. [...] os horários do entardecer e início da noite eram reservados àqueles que seriam levados ao seu último repouso com requintes das solenidades fúnebres, inspiradas no modelo lusitano de religiosidade barroca e exagerada. Era a pompa na morte, iluminadas por tochas e velas, bandas de músicas fúnebres e sinos que tocavam o dobre monótono dos finados a uma elite mais abastada. Por algum tempo, escravos carregavam os caixões dos ricos até o cemitério, mas a partir da "monumentalização" da morte, os esquifes passaram a ser transportados em carruagens fúnebres.[54]

Sendo assim, o ritual de morte do comendador e ex-senador[55] Antônio José de Pinho, como membro da elite política e econômica belenense, não poderia escapar dessa "monumentalização".

Em 28 de abril de 1915, jornais então anunciavam o convite para o velório e enterro do "conselheiro" Antônio José de Pinho, falecido no dia anterior. Portanto, o palacete muda, mesmo momentaneamente, sua função de moradia, torna-se, como é descrito nos jornais, uma câmara-ardente[56]:

> A' tarde de hontem verificaram-se os funeraes do sr. conselheiro Antonio Jose de Pinho, senador ao Congresso do Estado. Desde a hora em que se divulgou a triste nova do fallecimento do venerando cidadão, começou a affluir consideravel

52. *Folha do Norte*, 4 de abril de 1896, p. 3
53. *Duas Faces da Morte: o Corpo e a Alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA*
54. *Idem*, pp. 26-27.
55. A. Montenegro, *Mensagem Dirigida em 07 de Setembro de 1907 ao Congresso...*, p. 4.
56. Recinto onde se faz um velório ou onde se deixa o corpo até a hora do funeral.

numero de pessôas á residencia de sua familia, á rua Doutor Assis, parte das quaes passou a noite a velar-lhe o cadáver. A sala principal do prédio foi transformada em câmara ardente, sendo erigida sumptuosa [p]eça pelo armador, Lamarão[57]. Em rico ataúde repousava o corpo trajando casaca. Depois da encomendação do ritual catholico feita pelo revdmo. Padre Melibeu Lima, cura da Sé, organizou-se o cortejo fúnebre que foi longo e concorridíssimo. S. E. o sr. dr. Enéas Martins, governador do Estado, compareceu em pessôa, acompanhado de seu ajudante de ordens major Pedro Nolasco. O cadáver foi transportado no carro de 1ª classe da Santa Casa, conduzindo tambem as corôas o luxuoso coche da Beneficente Portugueza [...] no grandioso cortejo composto de 52 automoveis e carros de praça e 9 bonds.[58]

Perceber a teatralidade cerimonial desse velório e enterro é também perceber as relações de poder em jogo na sociedade paraense. Exemplo disso é a família chamar um decorador, Benjamin Lamarão, para realizar a composição do cenário no qual seria velado o corpo. Compreende-se também o *status* e o local social que o "apenas" ex-imigrante ocupava, tendo se tornado um dos capitalistas que fizeram parte da elite econômica da cidade da borracha.

Por fim, observando a trajetória de vida do comendador Antônio José de Pinho e de sua residência, pode-se compreender aspectos da vida de certos imigrantes que vieram para a capital paraense durante a chamada *belle époque*. Através do Palacete, reflete-se também sobre as novas formas de morar e demonstrar o poder simbólico da arquitetura e os rituais nela desenvolvidos. Extrapola-se, assim, a materialidade e explicitam-se formas de perceber o mundo que não se encaixariam nos moldes atuais.

Certamente o Palacete e o comendador são elementos que categoricamente remetem a uma narrativa da construção de um símbolo, de um momento em que, juntos, foram totais. Edifício e morador atrelados a uma ideia coesa de poder. Na atualidade, o Palacete, fechado e sem uso desde o fim da década de 80 do século passado, teima em sobreviver, ensimesmado em suas memórias.

57. O armador Benjamim Lamarão tinha sua loja de produtos fúnebres situada na rua Campos Salles nº 18. Era também dono da B. Lamarão & C.ª, loja de móveis nacionais (*O Pará*, 1899, p.1).
58. *Estado do Pará: Propriedade de uma Sociedade Anonyma*, 29 de março de 1915, p. 2

REFERÊNCIAS

CARDOSO, F. (ed.). *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e Indicador Para 1904-1905*. Ano 1. Belém: F. Cardoso & Cº., 1904.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais*: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870. Belém: Editora Açaí, 2014.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da *belle époque* da borracha (1890-1910): dirigindo olhares. *Escritos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 141-68, 2011.

CRUZ, Ernesto. *As ruas de Belém*: significado histórico e suas denominações. Belém: Conselho de Cultura, 1970.

GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. *De chegadas e partidas*: migrações e trajetórias de vidas de portugueses no Pará (1800-1850). Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem dirigida em 07 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1907.

MOURA, Daniella de Almeida. *A república paraense em festa (1890-1911)*. 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PARÁ. Governo do Estado. Álbum *do Estado do Pará*. Paris: Imprimiere Chaponet, 1908.

PINTO, Corrêa. *O governador, o palácio e o palacete*. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 1974.

RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. *Duas faces da morte*: o corpo e a alma do cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA. 2014. 364f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Jáneiro, 2014.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. *Belém*: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SOARES, Eliane Cristina Lopes. *Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)*. 2010. 204 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da belle époque:* 1870-1910. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Em busca das "patacas"*: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930). 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

15 APROXIMAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A AMAZÔNIA NAS PÁGINAS DA *ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA*

Moema Alves[1]

NOTÍCIAS FRESCAS DO PASSADO

Atualizarmo-nos dos acontecimentos, da moda, do mundo dos esportes ou das artes, conhecermos lugares, entrarmos na casa de pessoas que não conhecemos. Ao folhear revistas de atualidades e que trazem em suas páginas notícias cotidianas repletas de imagens, somos conduzidos por elas entre diferentes mundos, lugares e costumes. Esse hábito já nos é tão naturalizado que não mais imaginamos encontrar revistas que tratem de temas da ordem do dia sem que estes sejam acompanhados de fotografias. Lugar comum dizer que o corriqueiro para nós já foi novidade no passado e em como é sedutor, também, pensar no começo daquilo que nos é ordinário.

O século XIX é marcado pelo desenvolvimento da industrialização, da ampliação do mercado e dos aperfeiçoamentos tecnológicos que acabaram por gerar novas lógicas de sistemas de transporte e de comunicação. No que tange aos impressos, particularmente, o início da reprodução rotativa fez com que acelerassem os processos de impressão dos exemplares, permitindo maiores tiragens e a publicação de edições matutinas e vespertinas, bem como a invenção do telégrafo, que permitiu agilidade no repasse de informações, incluindo aí a propagação de dados internacionalmente. Todos

1. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); historiadora do Instituto Hercule Florence.

esses fatores, em conjunto, propiciaram maior circulação de pessoas, objetos e notícias nas cidades, entre elas e mesmo entre países.

Produto direto dessa cultura impressa que crescia a passos amplos e do processo que permitiu a inclusão de fotografias nas páginas dos periódicos, as revistas ilustradas começam a circular, ganham destaque e proliferam nas duas primeiras décadas do século XX[2]. Assim, essas revistas foram, em larga medida, responsáveis pela disseminação da imagem por meio da possibilidade de transporte, posto que o próprio suporte delas permitia não só a reprodução, mas também sua circulação em maior escala.

Fruto desse processo, temos, no Brasil – e particularmente na Amazônia brasileira, que aqui nos interessa mais enfaticamente – grande veiculação de notícias dos mais variados acontecimentos, de diversas partes do globo, assim como temos as notícias que gerávamos correndo o mundo, proporcionando trocas, consolidando ou ampliando relações.

Olhar hoje para as matérias ou mesmo para as propagandas veiculadas no passado, nos descortina um rico emaranhado de fatos que o tempo cuidou de encobrir. Ao folhear uma revista antiga, podemos ter a mesma sensação de novidade de quando lemos a atual revista da semana. E mais: temos a nosso favor a sequência dos acontecimentos, nos permitindo fazer uma leitura ampla e traçar conexões que a contemporaneidade nem sempre nos permite.

Nesse sentido, através das páginas da revista *Ilustração Portuguesa*, que começou a circular em Portugal no início do século passado, proponho nos atualizarmos de tendências e fatos que, de tão antigos, nos parecerão novos. Por meio de uma série ricamente ilustrada sobre o Brasil e publicada em vários números do ano de 1913, podemos adentrar lugares, conhecer hábitos e estabelecer redes. Se o intuito imediato era, através das matérias, apresentar aos compatriotas portugueses as curiosidades e progressos brasileiros, para nós esses registros se apresentam como verdadeiro manancial de fontes para analisar as mais diferentes questões. Proponho, então, um recorte: que nos atualizemos da forma como a Amazônia foi apresentada aos leitores da revista, pensando como essas matérias nos permitem conhecer mais um fio dessa grande teia de relações que proporcionavam a circulação transatlântica de informa-

2. H. Costa, "A Invenção da Revista Ilustrada", p. 303.

ções. Estão postos aí aspectos das relações entre Portugal e a Amazônia brasileira no início do século XX.

APROXIMAÇÕES EM REVISTA

A virada do século XIX para o XX foi um momento de transformação e fomentação de novos ideais e concepções de sociedade. Para a Amazônia brasileira, particularmente, a crescente industrialização levou à exploração do látex e proporcionou, desse modo, o desenvolvimento do comércio da borracha na região, cujo crescimento foi intensificado a partir da abertura do rio Amazonas à navegação internacional no ano de 1867, o que ampliou, também, o fluxo de trocas com outros centros internacionais[3].

Todo esse processo é vivenciado a partir dos paradigmas culturais europeus – o termo *belle époque*, pelo qual é conhecido o período, já demonstra o sentido europeizante presente nos meios culturais brasileiros da época, onde a França era o principal modelo de civilização. Mas se a França era um ideal a ser atingido e havia forte circulação entre o país e o Brasil, as relações com outros países da Europa, como Inglaterra, Portugal, Espanha ou Itália, não foram menos importantes para a história da região[4]. Afinal, não podemos esquecer que esse contexto acarretou forte atenção nacional e internacional para a região. A economia da borracha e a riqueza gerada por ela atraíam desde as pessoas que vinham em busca de melhores oportunidades para ascender socialmente por meio do trabalho nas lavouras ou seringais[5], ou em atividades comerciais, àquelas que, de passagem, vinham para explorar[6] a região.

No que diz respeito às artes, a Amazônia da virada desse período estava totalmente aberta e efervescia em acontecimentos. O dinheiro da borracha e o consequente desenvolvimento e investimento que ele gerou fez com que

3. G. M. Coelho, "Anteato da Belle Époque: Imagens e Imaginação de Paris na Amazônia de 1850", p. 200.
4. Estudos recentes salientam a importância desses intercâmbios para a constituição da realidade amazônica do período.
5. M. de N. Sarges e D. Barroso, "Ao Fim de uma Bela Época: Migração Ibérica, Trabalho e Redes Sociais em Belém no Limiar do Século XX", pp. 523-524).
6. O termo explorar foi aqui utilizado no sentido de percorrer, conhecer, e não no sentido de oprimir.

capitais como Belém e Manaus se tornassem também locais atrativos a artistas dos mais diferentes lugares do Brasil e do exterior[7]. O trânsito de artistas e intelectuais que iam e vinham de passagem para conhecer e/ou fazer negócio, ou mesmo para se estabelecer, suscitou grande fluxo de trocas e intercâmbios, que eram constantemente reproduzidos nas páginas dos periódicos dos mais diversos lugares, deixando a memória desses encontros para que possamos recuperá-las.

Já no que tange as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, o final do século XIX foi um período de afastamento entre ambos, muito influenciado pela expulsão da família real brasileira em 1889, pelos incidentes diplomáticos em decorrência da Revolta da Armada, além de fatores inerentes aos contextos internos de crises e mudanças de regime em curso. Mesmo com certo esforço para manter ativos os elos entre ambos, o diálogo e a cooperação eram pontuais e escassos[8]. Já no ano de 1910, ocorre a implantação da república em Portugal, ao que o Brasil, mesmo tendo relações cordiais com a monarquia deposta, reconhece de imediato, acendendo a chama por intensificar as relações entre os países e abrir caminho, gradualmente, para uma maior aproximação entre os países.

No caso da Amazônia brasileira, no entanto, a particularidade de ser o antigo Grão-Pará uma colônia portuguesa à parte na América, tendo se anexado ao Brasil apenas em 1823, quando do processo de independência, fazia com que houvesse, ainda ao longo do XIX, maior proximidade do estado com Portugal do que com as demais regiões do Brasil, o que manteve os laços lusos vívidos. Laços esses que podem ser evidenciados a partir da imprensa, que, como vimos, era o principal meio de circulação de informa-

7. Nas últimas décadas, muitos olhares têm se voltado para o desenvolvimento artístico e cultural da região Amazônica entre os séculos XIX e XX, com destaque para os trabalhos de M. de B. Alves, *Do Lyceu ao Foyer: Exposição de Arte e Gosto no Pará da Virada do Século* XIX *para o Século* XX; A. M. de. Figueiredo, *Eternos Modernos: uma História Social da Arte e da Literatura na Amazônia, 1908-1929*; M. de N. Sarges, *Memórias do Velho Intendente: Antonio Lemos (1869/1973)*; L. Páscoa, *As Artes Plásticas no Amazonas: o Clube da Madrugada*; S. F. Rodrigues, *Todos os Caminhos Partem de Roma: Arte Italiana e Romanização entre o império e a República em Belém do Pará (1867-1892)*; O. M. de. Mesquita, *La Belle Vitrine: Manaus entre Dois Tempos* (1890-1900).

8. A. C. de A. Coelho, "Propaganda e Representações Escritas e Visuais da Amazônia na Revista Brasil-Portugal (1899-1900)", p. 1; P. M. Santos e P. Amorim, "As Relações Portugal-Brasil na Primeira Metade do Século XX (1910-1945)", pp. 122-123.

ção e propaganda no período e, ao nascer no Brasil, bem como no Grão-Pará, estava intimamente ligada aos preceitos lusitanos[9].

Mesmo décadas depois da separação de Portugal e anexação ao Brasil, "era comum os paraenses assinarem jornais portugueses que vinham nos paquetes exclusivamente para seus assinantes"[10]. Ao mesmo tempo, a literatura consumida via folhetins publicados nos periódicos também tornava significativo o número de literatos portugueses sendo lidos nas bandas de cá[11], o que evidencia que a autonomia política alcançada não necessariamente se estendia ao âmbito cultural. Se havia, no campo da intelectualidade, um diálogo profícuo entre brasileiros e portugueses – e um dos locais onde bem se pode averiguar isso é a imprensa[12] – havia, ao mesmo tempo, certa disputa entre a propagação de ideais nacionalistas por parte dos portugueses e uma busca por reconhecimento por parte dos brasileiros[13].

Entendendo esse longo percurso de afinidades, relações e particularidades entre Brasil e Portugal, não é de se estranhar, por exemplo, a presença de tantos portugueses circulando por nossas terras e a constante veiculação e publicação de notícias de nossa vida cultural lá, bem como da vida cultural deles aqui. Uma das pessoas que exemplifica esse trânsito é José Simões Coelho, jornalista d'*O Século* e da *Ilustração Portuguesa*, que realizou diversas viagens para o país e visitou, por mais de uma vez, a Amazônia.

A *Ilustração Portuguesa* foi uma revista semanal criada em novembro de 1903 pela mesma empresa do jornal *O Século*, cujo proprietário era José Joaquim da Silva Graça (conhecido por J. J. da Silva Graça). Com o intuito

9. B. de C. L. Sant'anna, *Ilustração Brasileira (1854-1855) e a Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859)*; M. L. G. C. Tavares e G. Sales, "Entre laços: Permanência dos Laços Portugueses no Brasil do Século XIX"; S. F. Rodrigues, *Todos os Caminhos Partem de Roma: Arte Italiana e Romanização entre o império e a República em Belém do Pará (1867-1892)*.
10. M. L. G. C. Tavares e G. Sales, *op. cit.*, pp. 63-4.
11. Para o estado do Pará, particularmente, Germana Sales e Alan Silva fizeram um levantamento n'*A Província do Pará*, um dos jornais locais de maior circulação do século XIX, no qual identificaram considerável presença de prosa de ficção de autores portugueses (G. Sales e A. F. da S. Silva, "A Relação entre Periódicos e a História da Literatura: a Prosa de Ficção de Autoria Portuguesa n' A Província do Pará em Foco").
12. F. Muller, "As Relações Culturais e Literárias Luso-Brasileiras em Revista: a Importância de Carlos Malheiro Dias e a Sua Ilustração Portuguesa (1903-1930)".
13. A. C. de A. Coelho, "Propaganda e Representações Escritas e Visuais da Amazônia na Revista Brasil-Portugal (1899-1900)", p. 1.

de ser um complemento ao jornal, a "revista semanal dos acontecimentos da vida portuguesa: vida social, vida política, vida artística, vida literária, vida mundana, vida sportiva, doméstica", como dizia seu subtítulo, teria no uso de imagens sua marca de distinção e foi pensada para ser um "álbum das grandes festas e dos casos triviais"[14], documentando, por meio também da visualidade, informações e fatos da história social que ficariam registradas a diferentes gerações. Em 1906 tem início uma segunda série da revista, que passa a ser dirigida por Carlos Malheiro Dias (até 1912) e depois pelo próprio J. J. da Silva Graça (até 1921)[15], etapa marcada pelo protagonismo da fotografia, em detrimento do desenho, que ficou destinado à rica decoração das páginas e à criação daquilo que não era possível ser reproduzido por foto. Além de noticiar acontecimentos, suas páginas igualmente veiculavam crônicas, contos literários e críticas das exposições de arte[16].

É imperativo que se diga que a revista não circulava apenas em Portugal, mas em todo o chamado "mundo português" e também na Espanha. Assim, as colônias portuguesas, bem como as comunidades de imigrantes portugueses em diversos países, consumiam a revista. Não é difícil prever, então, que havia em suas seções espaços reservados para contemplar notícias da política e do cotidiano tanto das colônias quanto dos locais de expressiva comunidade portuguesa, como o Brasil. É de se destacar igualmente que, no Pará, havia um considerável número de leitores da revista[17].

Em março de 1913, José Simões Coelho, jornalista da *Ilustração Portuguesa* e também ator, veio para a Amazônia brasileira com a Companhia Portugueza de Opereta, contratada por uma empresa brasileira para apresentar o espetáculo *Casta Suzana*, cuja estreia aconteceria em Manaus[18]. Três meses depois, sob o título *Os Progressos no Brasil*, o número de 16 de

14. *Ilustração Portuguesa*, Primeiro Ano, n.º 1, 09 de novembro de 1903, p. 2.
15. A revista manteve-se em circulação até 1993, embora desde o ano de 1931 sua periodicidade fosse cada vez mais inconstante, saindo, em muitos casos, apenas um ou dois números ao ano e com poucas páginas, o que evidenciava esforço para que não se extinguisse o título (R.-S. G. Correia, *Ilustração Portuguesa*).
16. A. O. F. Duarte, *As Exposições de Arte na Ilustração Portuguesa 1914-1918*;S. A. Ferreira, verbetes Publicados no *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*; R.-S. G. Correia, *Ilustração Portuguesa*.
17. M. de N. Sarges, "A Árvore das Patacas Secou: o Comércio Português em Belém no Primeiro Quartel do Século XX", p. 80.
18. *Ilustração Portuguesa*, 17 de março de 1913, p. 344.

junho anuncia que se iniciava uma seção relativa ao Brasil na revista e que o correspondente Simões Coelho iria colocar os leitores a par "dos mais notáveis progressos e das mais belas iniciativas dos vários pontos da terra brasileira informando-os ao mesmo tempo das maravilhas desse país do trabalho e da luta prestes a conquistar a hegemonia da América do Sul"[19]. Para abrir a seção: os progressos do estado do Amazonas ricamente ilustrados com vistas, fotos de industriais, do próprio jornalista e várias do interior e exterior da fábrica *Schopp Amazonense*. Em nova matéria, agora de 30 de junho, outro aspecto de Manaus é apresentado aos leitores portugueses: a exuberância da natureza amazônica é descrita e representada em matéria de cinco páginas e 12 imagens.

Simões Coelho sai do Amazonas e desembarca na capital do Pará. Inaugurando a série de matérias sobre os progressos do estado, o ateliê do pintor Theodoro Braga! Para falar do progresso, a arte; para falar da arte em progresso, o espaço de trabalho de um artista. Afinal, para o contexto em questão e em meio a todos esses avanços tecnológicos e mudanças na forma de vivenciar o mundo, que vimos brevemente apresentados aqui, o estudo e apreciação das belas-artes passaram a ser entendidos como fundamentais para o progresso moral e econômico de um povo[20].

A imprensa, naturalmente, acompanhou essa mudança e passou, cada vez mais, a destinar um lugar às artes em suas páginas. Ao introduzir notícias sobre literatura, espetáculos teatrais e apresentações musicais, exposições e até críticas e impressões sobre obras e artistas, fazia-se um duplo movimento: o de contribuir na educação moral de seu público leitor e o de fornecer aos envolvidos no mundo das artes um espaço de propaganda e reconhecimento. Assim, uma forma de consumir arte passava também pelas notícias que saíam nos principais jornais e revistas sobre artistas e acontecimentos locais, nacionais ou internacionais. As reportagens sobre pinturas e pintores, museus e exposições circulavam ora com tom mais instrutivo, ora apenas informativo ou propagandístico[21].

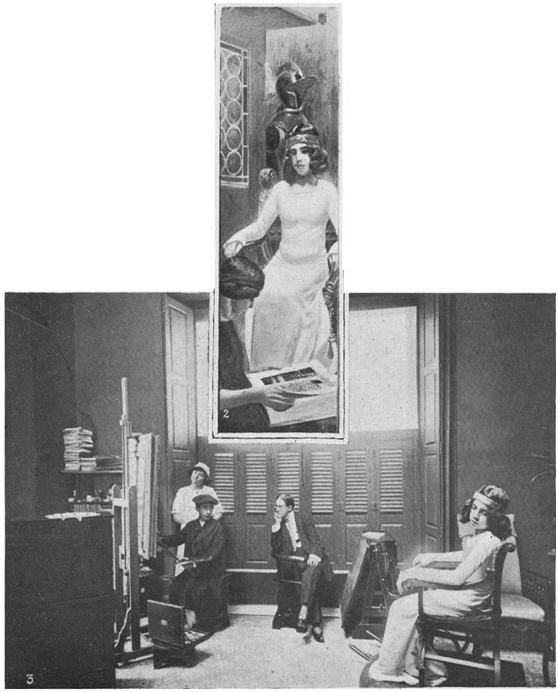
19. *Ilustração Portuguesa*, 16 de junho de 1913, p. 808.
20. J. D. Needell, *Belle Époque tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século*.
21. M. de B. Alves, *Do Lyceu ao Foyer: Exposição de Arte e Gosto no Pará da Virada do Século* XIX *para o Século* XX.

O pintor paraense Theodoro Braga (1872-1953) frequentou o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco – onde vivia para cursar a Faculdade de Direito do Recife – e as aulas de Telles Júnior. Em 1894, matriculou-se na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), no Rio de Janeiro e, em 1899, ganhou prêmio de viagem à França. Uma vez em Paris, tornou-se aluno da Académie Julian e de Jean-Paul Laurens. Voltou em 1905 e se estabeleceu em Belém, onde se dedicou ao ensino, seja em seu curso particular de pintura, seja no Instituto Lauro Sodré, do qual chegou a diretor. Tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e, na década de 1920, voltou a viver no Rio de Janeiro, passando a lecionar na ENBA. Em 1925, mudou-se mais uma vez, agora para a capital paulista, onde viveu até o fim de sua vida, após ter trabalhado como professor do Instituto de Engenharia Mackenzie e diretor da Escola de Belas Artes[22].

No número publicado em 1913, José Simões Coelho equipara o artista paraense a vários outros nomes da intelectualidade brasileira que se fizeram conhecer na Europa "à custa de seus próprios méritos". Entre nomes de políticos, artistas e literatos, Theodoro Braga é apresentado a partir de sua formação e da diversidade de sua atuação (tal qual o fiz no parágrafo anterior, mas de forma um pouco mais poética). Digna de nota e indicativo das relações travadas pelo jornalista quando de sua passagem pelo Pará, é a presença de uma fotografia de Alfredo Sousa, literato, jornalista e crítico de arte, referido como "o grande crítico paraense, português de nascimento". No entanto, há um intuito particular na matéria: mostrar a casa do pintor, o espaço onde vive e trabalha. Acompanhando a descrição com imagens do exterior e interior da residência, comentando e mostrando espaços de trabalho e de vivência doméstica, José Coelho discorre com encantamento sobre "a disposição rítmica de todos os elementos que contribuem para a confeição da obra de arte"[23].

22. A. M. de. Figueiredo, *Eternos Modernos: uma História Social da Arte e da Literatura na Amazônia, 1908-1929* e "Theodoro Braga e a História da Arte na Amazônia"; M. de B. Alves, *Do Lyceu ao Foyer: Exposição de Arte e Gosto no Pará da Virada do Século* XIX *para o Século* XX e *Quando os Artistas Saem em Viagem: Trânsito de Pintores e Pinturas no Brasil da Virada do Século* XIX *para o* XX; P. da S. Pascoal, *Além da Ilha: Theodoro Braga e a Cultura Marajoara nas Artes Visuais e na Arquitetura*. Tese; "Theodoro Braga e Maria Hirsch: Relações Artísticas, Pessoais e Políticas na Campanha Neomarajoara no Brasil".
23. *Ilustração Portuguesa*, 7 de julho de 1913, p. 20

FIGURA 1: Estúdio de trabalho de Theodoro Braga



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 07 de julho de 1913, p. 19-21.

Na imagem vemos não só a disposição dos objetos no espaço, mas o artista em plena função de sua atividade. A luz vinda da janela incide sobre a tela que está sendo trabalhada; a modelo posa para o artista; o próprio José Coelho, no que poderíamos chamar de uma observação participante; a esposa de Theodoro, dona Maria Hirsch da Silva Braga; toda a composição nos indica ser essa uma cena posada, construída, mas que apresenta os principais elementos do fazer cotidiano de um pintor: o espaço, os utensílios (a tela, a paleta, a mala de tintas), os gestos, as ações. Ressalto, ainda, o cuidado editorial em se montar uma imagem em que temos a fotografia da ação e a fotografia do fruto dessa mesma ação, ou melhor dizendo, da tela que se constrói no momento do registro.

Maria Braga, esposa do pintor, também era artista e é apresentada nas páginas da revista. Por elas, sabe-se que era alemã, que foi aluna no mesmo ateliê que seu marido em Paris e que ambos dividem um mesmo "ideal estéti-

co"[24]. Figura apenas brevemente mencionada pela historiografia da arte brasileira, Maria Hirsch da Silva Braga muito possivelmente veio com o pintor para o Brasil quando de seu retorno em 1905[25]. Nesse mesmo ano, a artista havia exposto no Salon de la Societé des Artistes Français, em Paris, e na Exposição Geral de Belas Artes, no Rio de Janeiro, na qual recebeu menção honrosa de primeiro grau por seus trabalhos em couro repuxado. Em Belém, participou de exposições coletivas, como a Primeira Exposição Paraense de Belas Artes, em 1909 – na qual apresentou dez trabalhos na seção de artes decorativas, sendo um deles "uma pequena sala completa, composta de um sofá, dois *fauteuiles*, dois tamboretes e duas mesinhas com cachepots"[26] – e o Segundo Salão de Belas Artes do Pará, em 1917. Ressalta-se, ainda, sua participação na Exposição Internacional de Turim, em 1911, da qual saiu premiada com medalha de ouro por um quadro do brasão de armas do estado do Pará feito em couro. Na década de 1920, com a mudança do casal, seus trabalhos ganharam maior visibilidade no circuito artístico nacional, chegando a ganhar outras premiações, como na seção de arte decorativa do Salão Oficial de Belas Artes de 1924 e 1927[27].

No entanto, é válido ressaltar que o casal, a essa altura, retornava à revista, pois no ano de 1911, o mesmo José Simões Coelho já havia dedicado algumas páginas e letras a ambos e aos seus espaços de produção. Seguindo a mesma linha de apresentação do artista, nessa primeira versão, digamos assim, há uma pormenorização de suas atribuições, bem como de sua esposa e dos ambientes de sua casa. Há, ainda, a descrição e reprodução fotográfica da tela *A Fundação da Cidade de Belém*, encomendada pelo então intendente Antonio José de Lemos e finalizada em 1908[28]. Antonio Lemos, referenciado aos portugueses como "o mais alto dignitário da província do Pará"[29], era grande incentivador das artes no estado e responsável por grande número de

24. *Ilustração Portuguesa*, 7 de julho de 1913, pp. 20-21.
25. P. da S. Pascoal, "Theodoro Braga e Maria Hirsch".
26. Primeira Exposição Paraense de Belas Artes – Catálogo. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo Theodoro Braga. IHGSP 432: Atividade Artística.
27. P. da S. Pascoal, "Theodoro Braga e Maria Hirsch"; A. Valle, "Nativismo e Identidade Visual Brasileira nos Artigos de Karl-August Herborthx para *O Jornal*, 1926-1927", p. 65.
28. A. M. de. Figueiredo, "Theodoro Braga e a História da Arte na Amazônia".
29. *Ilustração Portuguesa*, 6 de março de 1911, p. 300.

aquisições públicas para a Intendência, que hoje pertencem ao município de Belém[30]. Importante figura não só para a política como para as artes paraenses, foi também jornalista e proprietário de um dos periódicos de maior peso e circulação no estado, *A Província do Pará*.

FIGURA 2: Ateliê de Theodoro Braga

FONTE: *Ilustração Portuguesa*, 6 de março de 1911, p. 302.

Sobre o *ateliê*, particularmente, discorre:

O *ateliê* está cientificamente disposto. Na parte do fundo, três cartões de *vitraux* para as três janelas da Catedral do Pará, representando, o do centro, o estábulo onde está a Santa Família, o da direita os Reis Magos, e o da esquerda, a adoração dos pastores. Esses cartões são reduzidos a 1/4 do tamanho natural. No primeiro plano, à esquerda, a grande tela com o retrato do Exmº Sr. Senador Antonio Lemos; ao lado um desenho esboçado: Causa Victrix. É de uma alta concepção filosófica este futuro quadro, e algo atrevido para ser exposto em meios onde o conservantismo haja criado raízes. A figura do centro representa a mulher fecundante e fecundada. Da matriz progenitora, sai um clarão de luz.

30. M. de N. Sarges, *Memórias do Velho Intendente: Antonio Lemos (1869/1973)*; M. de B. Alves, *Do Lyceu ao Foyer* e *Quando os Artistas Saem em Viagem*; A. M. de. Figueiredo, *Quimera Amazônica: Arte, Mecenato e Colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910*.

É chama. É sol. É vida. Tão grande é o seu poder intensivo, que se ajoelham, reverentes, as duas forças humanizadas: a força física e a força intelectual. É ela a única causa vencedora. Sem ela a Natureza pareceria como viúva que não se resigna. À direita do pintor, também esboçada, uma tela enorme estuda uma das mais belas lendas do grandioso vale Amazônico. A lenda do muiraquitã[31].

"Cientificamente disposto". A disposição do cavalete, próximo à janela, que emana a luz natural do dia; o posicionamento das telas, arrumadas lado a lado e todas viradas para o fotógrafo e, no caso, o espectador; a forma de acondicionamentos das obras que não estão expostas e que vemos no canto inferior direito; a ausência de móveis ou de qualquer objeto de ornamentação na foto, tudo faz com que o foco seja unicamente as telas e nos passa um sentido de ordenação, ou seja, de exibição. Diferente do que será apresentado em 1913, temos algumas obras prontas e outros projetos em execução. Theodoro Braga trabalha em um canto da sala, pequeno perto de suas obras, mas novamente representado em plena atividade.

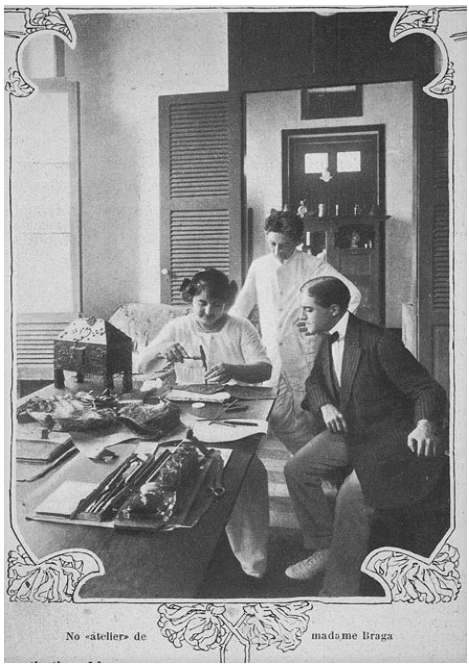
Há mais obras que podemos distinguir pela imagem que aquelas comentadas por José Coelho, no entanto, sua escolha muito nos diz. Uma obra de grande porte para a igreja mais importante do Pará, a catedral. Um retrato do intendente Antonio Lemos, de quem já havia se ocupado em falar, e que está estrategicamente disposto. O esboço de um quadro que merece detalhamento por parte do narrador e que evidencia a concepção filosófica do artista. Por fim, um tema da mitologia amazônica, a lenda do muiraquitã, que após terminada, segundo a própria matéria, seria apresentada ao

31. A revista publica ainda a lenda do Muiraquitã descrita por Ignácio Moura. Em resumo, segundo a lenda, havia uma nação de legendárias mulheres guerreiras, que os europeus chamaram de Amazonas. Eram as índias icamiabas, que viviam perto das nascentes do rio Nhamundá, onde havia um belo lago chamado Jacinará (espelho da Lua). Ali, uma vez ao ano, as icamiabas realizavam a festa de Jaci, divindade mãe do Muiraquitã. A festa durava oito dias e as índias recebiam em sua aldeia os índios guacaris visando a procriação. Se, dessa união, nascessem homens, entregavam-nos aos pais ou matavam-nos (persistem as duas versões). Se eram mulheres, ficavam com elas. Após terem tido relações com os guacaris, pouco antes da meia-noite e com as águas serenas e a lua refletida no lago, as índias mergulhavam até o fundo para receber de Jaci talismãs com a forma que desejavam. Elas presenteavam, então, os guacaris com os quais haviam mantido relações, para que talismã os preservasse de malefícios. Ainda hoje, o muiraquitã é considerado um amuleto de sorte e proteção, sendo o sapo sua forma conhecida e na cor verde, pois era comumente confeccionado em jade (*Ilustração Portuguesa*, 6 de março de 1911, pp. 304-305).

"Salon" – embora não diga qual. Podemos ver a diversidade do artista não só pelos temas das obras exibidas, mas também pelas técnicas: vitrais e pinturas; retratos e criações suas.

Mais um espaço merece maior atenção na descrição, o ateliê de Maria Braga, onde tudo se encaixava para a perfeita execução de seus trabalhos. Na imagem, mais uma vez, a atividade, o labor, a ordem e o jornalista. Agora, porém, é o marido quem a observa no momento em que "estava insuflando vida ao *cuir repoussé et martelé*"[32].

FIGURA 3: Atelier de Maria Braga



FONTE: *Ilustração Portuguesa*, 06 de março de 1911, p. 303.

Fazendo um pequeno parêntese, o espaço dado à produção de Maria Braga, na revista, ainda que pequeno, é um diferencial em meio a tantas lacunas a seu respeito. Em ambos os números, sua presença tanto em texto quanto em imagens é marcante. Seu ofício e sua arte estão demarcados e é por meio

32. *Ilustração Portuguesa*, 6 de março de 1911, p. 305.

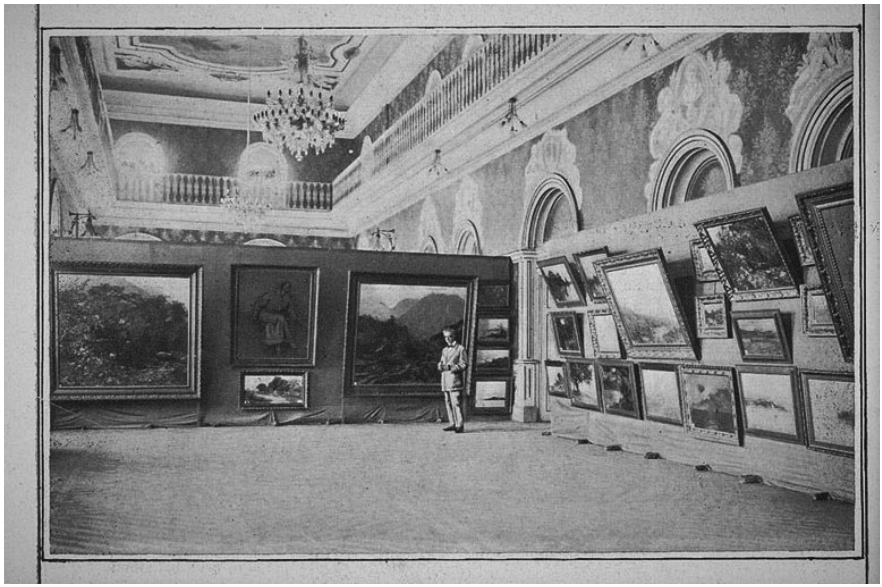
desses registros que hoje podemos conhecer trabalhos como os citados aqui: os móveis apresentados na exposição de 1909, em Belém, e reproduzidos no n. 263, de 1911, e o brasão de armas, premiado em Turim e reproduzido no n. 385, de 1913.

Em relação ao cenário socioeconômico da época, se já foi mencionada a efervescência cultural propiciada pela economia gomífera, é importante dizer que, particularmente no ano de 1913, já estava instalada uma crise na exportação da borracha[33]. Crise essa registrada nas notícias que atravessavam o Atlântico via imprensa e que, ao mesmo tempo, enfatizavam serem as indústrias de portugueses instalados em Belém os empreendimentos mais promissores[34]. Contudo, apesar de a queda na exportação ser uma realidade e arrochos por parte do governo já serem sentidos, não significa que tenha havido estagnação instantânea no estado e paralização dos acontecimentos artísticos na capital.

Em 14 de julho de 1913, chegava ao mundo português mais notícias do mundo das artes paraense[35]. De 05 a 11 de junho daquele ano, enquanto ainda estava no Pará o correspondente da *Ilustração Portuguesa*, ocorreu, no *foyer* do Theatro da Paz, local já consagrado àquela altura como principal salão de exibição da cidade, a exposição de 70 telas do pintor catalão Luis Graner. José Coelho então envia à revista não só sua crítica da exposição, comentando quadros e qualidades técnicas do pintor, mas, como não é de se estranhar, duas imagens de ângulos distintos do salão.

33. R. B. de. Moraes, "Riqueza e Demografia: Pará (1872-1920)".
34. M. de N. Sarges, "A Árvore das Patacas Secou: o Comércio Português em Belém no Primeiro Quartel do Século xx", p. 73.
35. H. Becker, *Mundos da Arte*.

FIGURA 4: Exposição Graner no Theatro da Paz



FONTE: *Ilustração Portuguesa*, 14 de julho de 1913, p. 50.

Na fotografia apresentada aqui, temos, além da disposição das telas no amplo salão e da visualização da forma de expor naquele momento, a presença do artista em meio às suas obras[36]. Pela imagem, ainda é possível identificar a riqueza da ornamentação do salão nobre do Theatro da Paz, assim como a tela que está ao fundo, no centro, e hoje pertencente ao Museu de Arte de Belém sob o título de *Andaluza*, mas que, nos revela a matéria, trata-se de *Carmem*, uma mulher andaluza de atitude descrita como provocante.

Essas imagens revelam que as fotografias dos ateliês, mesmo não sendo necessariamente de exposições, como a de Graner, igualmente veiculam, além de produções, ideais a um público tão diverso quanto distante, que de outro modo não teria acesso às inovações e acontecimentos da vida brasileira. Nesse sentido, podemos dizer que a *Ilustração Portuguesa* é um exemplo de publicação que pensava e promovia a interação e intercâmbio entre mundos e realidades.

36. M. de B. Alves, *Do Lyceu ao Foyer*, p. 104.

Para o caso específico da Amazônia, para além da apresentação da exuberância da natureza, do registro de progressos e daquilo que era exótico aos olhos europeus, podemos ainda identificar as relações entre pessoas, empreendimentos e interesses. Também nos valemos de registros caros ao período, como as fotografias do funcionamento de fábricas locais ou de pontos da cidade, e, no que tange às artes, foco do esforço dessas linhas, das formas de produção, exibição e circulação.

Se, como foi evidenciado antes, o propósito da série sobre o Brasil era apresentar os progressos e iniciativas em curso no país, nada mais interessante a uma revista de atualidades que noticiar e registrar, em imagens, os acontecimentos dos mundos das artes.

IMPRESSÕES E POSSIBILIDADES

Se está por findar esta breve apresentação das aproximações entre o Brasil, a Amazônia e Portugal pelas páginas da *Ilustração Portuguesa*, longe estava, em 1913, de findar o trânsito de José Simões Coelho pelo Brasil. Outras viagens e outros relatos se seguiram aos aqui expostos: em 1915, ao regresso de Coelho de mais uma temporada de viagens "de propaganda", a revista afirma que "para se avaliar bem dos progressos do Brasil, da vastidão e riqueza do seu solo, de todos os largos recursos que lhe reservam o futuro de uma das primeiras nações do mundo", era preciso "percorrê-lo em viagem demorada de estudo inteligente como a de Simões Coelho". Ele, que havia levado "tão belas impressões" de tão "hospitaleiro país", tinha a convicção de que os portugueses deveriam fazer todos os esforços para robustecer as "velhas relações de amizade e de comércio" com o Brasil[37]. Das experiências em terras brasileiras, além da larga produção na revista aqui abordada, José Simões Coelho publicou *O Brasil Contemporâneo* (1915), *Novas do Brasil e Mensagem do Brasil Contemporâneo* (1934) e *A Nossa Política Econômica no Brasil* (1917), fruto de conferências realizadas em Portugal.

Portanto, se não nos é possível, pelos limites das fontes aqui analisadas, pensar em como os diferentes públicos liam as matérias veiculadas sobre o Brasil e a Amazônia, ao menos nos é permitido interpretar o interesse na publicação dessas informações como meio de manter próximas as relações

37. *Ilustração Portuguesa*, 18 de janeiro de 1915, p. 71.

diplomáticas, culturais e comerciais com o país. Esse trânsito de migrantes e correspondentes, aqui exemplificado na figura do jornalista, não só proviam os portugueses de além-mar de impressões e avaliações sobre a situação econômica e social brasileira, mas também os portugueses que aqui estavam sobre os mesmos aspectos do lado lusitano.

Ao mesmo tempo, as possibilidades que se abriam a partir da cultura impressa eram tamanhas que irrompiam fronteiras e fomentavam imagens as mais diversas sobre os assuntos e lugares os mais distantes. Nesse sentido, as matérias sobre a produção, o espaço e cotidiano de trabalho de Theodoro e Maria Braga ou sobre a exposição de Graner em Belém denotam o esforço do jornalista em expor um cenário no qual aquilo que se definia como expressão maior do espírito da civilização, ou seja, a criação artística, se fazia presente no contexto amazônico.

Para os nossos olhos do presente, pensando nas mencionadas notícias frescas do passado, não deixa de ser curioso constatar que a região comumente associada pelo senso comum à natureza e à floresta tenha sido prioritariamente veiculada como lugar de progresso industrial e de interessante produção e expressão artística e intelectual. Cabe a nós, hoje, buscar nessas velhas novidades a riqueza de olhares e a diversidade de possibilidades que oferecem e nos atualizarmos ainda mais sobre antigas aproximações entre o Pará e a Amazônia com o resto do mundo português.

REFERÊNCIAS

ALVES, Moema de Bacelar. *Do Lyceu ao foyer*: exposição de arte e gosto no Pará da virada do século XIX para o século XX. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2013.

ALVES, Moema de Bacelar. *Quando os artistas saem em viagem*: trânsito de pintores e pinturas no Brasil da virada do século XIX para o XX. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, 2019.

BECKER, Howard. *Mundos da arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. Propaganda e representações escritas e visuais da Amazônia na revista Brasil-Portugal (1899-1900). *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: História e Parcerias, 18., 2018, Niterói (RJ). *Anais* [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2018. v. 1, p. 1-10.

COELHO, Geraldo Mártires. Anteato da belle époque: imagens e imaginação de Paris na Amazônia de 1850. *Revista de Cultura do Pará*, Belém, v. 16, n. 2, p. 199-215, jul./dez. 2005.

CORREIA, Rita. Ilustração Portuguesa. *In*: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. *Ficha Histórica da Ilustração Portuguesa (1903-1923)*. Lisboa, 16 dez. 2009. Disponível em: <hemeroteca-digital.cm.lisboa-pt/FichasHistoricas/IlustraçãoPortuguesa> Acesso em: 20 maio 2019.

COSTA, Helouise. A invenção da revista ilustrada. *In*: COSTA, Helouise; BURGI, Sérgio (org.). *As origens do fotojornalismo no Brasil*: um olhar sobre *O Cruzeiro* (1940/1960). Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2012. p. 302-23.

DUARTE, João Augusto Outeirinho Ferreira. *As exposições de arte na Ilustração Portuguesa 1914-1918*. 2017. Dissertação (Mestrado em História da Arte Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2017.

FERREIRA, Sara Afonso. Ilustração Portuguesa. *Modernismo:* Arquivo virtual da geração de Orpheu, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: https://modernismo.pt/index.php/i/608-ilustracao-portuguesa. Acesso: 20 maio 2019.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos*: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Unicamp, São Paulo, 2001.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia. *In*: ARRAES, Rosa (org.). *A fundação da cidade de Belém*. Belém: Museu de Arte de Belém, 2004. p. 31-87.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Quimera amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. *Clio*, Recife, v. 1, n. 28, p. 1-22, jan./jun. 2010.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *La belle vitrine*: Manaus entre dois tempos (1890-1900). Manaus: EDUA, 2009.

MORAES, Ruth Burlamaqui de. Riqueza e demografia: Pará (1872-1920). *In*: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema de Bacelar (org.). *Tesouros da memória*: história e patrimônio no Grão-Pará. Belém: Ministério da Fazenda; Museu de Arte de Belém, 2009. p. 175-6.

MULLER, Fernanda Suelly. As relações culturais e literárias luso-brasileiras em revista: a importância de Carlos Malheiro dias e a sua ilustração portuguesa (1903-1930). *Desassossego*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 58-69, 2009.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PÁSCOA, Luciane. *As artes plásticas no Amazonas*: o Clube da Madrugada. Manaus: Editora Valer, 2011.

PASCOAL, Paola da Silva. *Além da ilha*: Theodoro Braga e a cultura marajoara nas Artes Visuais e na Arquitetura. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014.

PASCOAL, Paola da Silva. Theodoro Braga e Maria Hirsch: relações artísticas, pessoais e políticas na campanha neomarajoara no Brasil. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: contra os preconceitos. História e democracia, 29., 2017, Brasília. *Anais* [...]. Brasília, 2017. p. 1-10.

RODRIGUES, Ernesto. Portugal-Brasil na imprensa portuguesa de Oitocentos. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, n. 32, jul./dez. 2014. Disponível em: http://rgplrc.libware.net/ojs/index.php/rcl/article/view/75. Acesso em: 20 de maio de 2019.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Todos os caminhos partem de Roma*: arte italiana e romani-

zação entre o império e a república em Belém do Pará (1867-1892). 2015. 425f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SALES, Germana; SILVA, Alan Flor da. A relação entre periódicos e a história da literatura: a prosa de ficção de autoria portuguesa n'*A Província do Pará* em foco. *Raído*, Dourados (MS), v. 10, n. 22, p. 10-20, 2016.

SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Ilustração Brasileira (1854-1855) e a Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859)*: uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Paula Marques dos; AMORIM, Paulo. As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945). *In*: SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula Marques dos; AMORIM, Paulo (coord.). *As relações Portugal-Brasil no século* XX. Porto: CEPESE, 2010. p. 121-40.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a *belle époque* (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente*: Antonio Lemos (1869/1973). Belém: Paka-Tatu, 2004.

SARGES, Maria de Nazaré. A árvore das patacas secou: o comércio português em Belém no primeiro quartel do século XX. *In*: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (org.). *Brasil-Portugal*: pontes sobre o Atlântico – múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. p. 73-80.

SARGES, Maria de Nazaré; BARROSO, Daniel. Ao fim de uma bela época: migração ibérica, trabalho e redes sociais em Belém no limiar do século XX. *In*: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de (org.). *De colonos a imigrantes:* I(e)migração portuguesa para o Brasil. São Paulo: Alameda, 2013. p. 523-36.

TAVARES, Maria Lucilena Gonzaga Costa; SALES, Germana. Entre laços: permanência dos laços portugueses no Brasil do século XIX. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 61-9, jul./dez. 2014.

VALLE, Arthur. Nativismo e identidade visual brasileira nos artigos de Karl-August Herborth para *O Jornal* (1926-1927). *Caiana*, Buenos Aires, n. 7, p. 55-68, 2015.

16 DA OCIDENTAL PRAIA: REPRESENTAÇÕES LUSITANAS EM *BELÉM DO GRÃO-PARÁ*, DE DALCÍDIO JURANDIR

Paulo Nunes[1]

> *Obra que revela a Portugal um grande escritor, obra de vasta e variada riqueza, explícita e implícita,* Belém do Grão-Pará *pertence, por isto mesmo, ao número de romances que devem ser lidos muito atentamente, para não se perder nenhuma das suas latas qualidades.*
>
> Ferreira de Castro
>
> *…Das velhas barcas de Portugal pulavam as marujadas*
>
> Dalcídio Jurandir, *Belém do Grão-Pará*

LÍNGUA PORTUGUESA: SOLO DE PERTENCIMENTOS, TENSÕES E RESSIGNIFICAÇÕES

Escrever e ler em língua portuguesa, ações que assentam em afetos, pertencimentos e identificações. Para nós, da América e da África lusófonas, que vivenciamos o processo colonial, a marca da língua do colonizador constituiu, muitas vezes, território de tensões, uma vez que provocou, entre outros, o apagamento de línguas ameríndias, resultado de violento processo

1. Doutor em Letras. Professor da graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (Unama); é um dos coordenadores dos projetos Academia do Peixe Frito e Narramazônia (Unama/UFPA). É curador do acervo Dalcídio Jurandir, resguardado no projeto Memorial do Livro Moronguetá (Fórum Landi).

de conquista, do qual a língua foi um demarcador[2]. Neste ensaio, estilístico-enunciativo[3], o que interessa, no entanto, é dizer dessa língua, (tras)passados tantos anos de inserção da literatura brasileira nos trânsitos da língua portuguesa, língua que se realinhou na escrita de um intelectual oriundo das classes populares, Dalcídio Jurandir (1909-1979). Paraense de Ponta de Pedras, o escritor fez do Norte do Brasil o seu *locus* de fala e, por isso, sofreu (sofre ainda) o insulamento próprio da região amazônica no contexto geopolítico brasileiro.

É nessa argamassa de escrita, a de Dalcídio, seletiva, a partir das margens da sociedade capitalista, produzida em uma língua singularizada, que me detenho. Peço licença a ele e a seus companheiros da Academia do Peixe Frito[4] e lanço mão de um passaporte para adentrar seu "chão d'escrita". Dalcídio Jurandir Ramos Pereira escolheu para si o nome literário de Dalcídio Jurandir. Embora pouco lido no Brasil fora do Pará, em Portugal (ele teve duas edições a circular no outro lado do Atlântico), o romancista foi laureado com um galardão quando seu romance *Belém do Grão-Pará*[5], editado por Lyon de Castro, da Europa-América[6], foi "preambulado" por Ferreira

2. Vale lembrar aqui que o Marquês de Pombal, de modo autoritário, visando atingir o poder dos jesuítas, suprimiu a rica diversidade linguistica do Grão-Pará e Maranhão ao assinar o Diretório dos Índios. Era o ano de 1757. Essa legislação impôs também o português como língua exclusiva, o que abalou a região conhecida hoje como Amazônia brasileira.
3. Este ensaio é, assim, fruto de meus estudos dalcidianos, que culminaram com o doutoramento na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em 2007, orientado pelo professor Audemaro Taranto Goulart.
4. A Academia do Peixe Frito foi uma associação lúdico-anarco-político-literária que reuniu intelectuais, literatos e jornalistas, quase todos pobres e negros, no entorno do Ver-o-Peso, para instituir novos modelos de cultura e estética, que enfatizassem a negritude e a indianidade. Foi liderada por Bruno de Menezes e composta também por Jacques Flores, Abguar Bastos, De Campos Ribeiro, Rodrigues Pinagé, Paulo Oliveira, Nunes Pereira, Dalcídio Jurandir, Vicente Salles, entre outros. Passou a ser tema de pesquisa a partir de 2016, na UNAMA, em grupo coordenado pelos professores Paulo Nunes e Vânia Torres; hoje o projeto caracteriza-se pela interinstitucionalidade, parceria da UNAMA (PPGCLC) com a UFPA (PPGCOM), para onde a professora transferiu-se. Dalcídio interagiu com o grupo e nele aprendeu a optar por uma escrita que priorizasse os excluídos pelo capitalismo: no caso de *Belém do Grão-Pará*, destacam-se Libânia, a que tem "boca que comeu cristão"; Antônio, o amarelinho; e Alfredo, o curioso e sensível menino que tudo observa e, desse modo, acaba por influenciar as opções do narrador do romance.
5. Utilizei para estudo a primeira edição, a de 1960, da Martins, São Paulo.
6. Verificar os anexos.

de Castro. Tal prefácio foi o último texto publicado do autor de *A Selva*, em vida, lançado sete dias antes de seu falecimento. Era o ano de 1974.

Quero acreditar que minha linha de investigação da língua literária utilizada por Dalcídio Jurandir em seus romances, já tão bem estudada por autores como Rosa Assis (que o faz na linha etimológica, lexical e semântica), para além de compreender a lusofonia, adequa-se mais como manifesto de lusografia[7]. Espécie de enunciação que mistura as modalidades literária, cabocla, africano-amazônica, sua linguagem leva em consideração argamassas de hibridações que os grandes autores de literatura sabem fazer com maestria.

Sigamos, então, rumo às aguas revoltas. A edição portuguesa de *Belém do Grão-Pará*, por mim então descoberta na Biblioteca Nacional de Lisboa, contém, como foi aqui antecipado, preâmbulo de Ferreira de Castro, que o apresenta para os leitores de Portugal e da África, onde a editora Europa-América tinha boa penetração. A edição portuguesa foi publicada em duas levas, 1974 e 1982, por Francisco Lyon de Castro[8], um dos mais importantes editores da Europa daquele momento.

Acredita-se que dez mil exemplares do livro devem ter chegado às mãos dos leitores europeus e africanos, embora eu não disponha objetivamente desse dado, pois não soube a editora, no período pós-Lyon de Castro, informar-me.

Quando folheava a edição em questão, veio-me de imediato a ideia de observar as referências lusitanas – tanto expressões vocabulares, no plano da linguagem textual, quanto as referências conteudísticas a tipos, personagens e cenas – contidas na obra do mais significativo romancista modernista que o Grão-Pará produzira até os dias de hoje.

Meu intento de investigar Dalcídio Jurandir é, entre outras razões, fruto da primazia deste romance urbano, que ressignifica a Belém dos anos 20 do século passado, instituindo uma espécie de fisiognomia[9] da cidade, na linha

7. Diferenciar lusofonia: aspecto colonialista; e lusografia: aspecto mais democrático.
8. Lyon de Castro foi apresentado a Dalcídio por Jorge Amado. Os três eram companheiros militantes do Partido Comunista. No anexo deste ensaio, ver uma correspondência entre a editora e o romancista da Amazônia.
9. A expressão "fisiognomia", cunhada por Walter Benjamin, refere-se à leitura especulativa da imagem, como possibilidade de "produção de conhecimento da história" (W. Bolle, *Fisiognomia da Metrópole Moderna*, p. 43), forma de adentrar os meandros do espaço urbano. O termo é grafado com um G para distinguir-se à palavra homófona "fisiono-

de Walter Benjamin, conforme a estuda Willi Bolle em seu *Fisiognomia da Metrópole Moderna*, publicado pela Edusp em 1992.

Dalcídio pinta com palavras instigantes uma espécie de *tableau* da capital do Pará, o que significa decodificarmos um painel multicultural, múltiplo, próprio da diversidade etnocultural do Norte do Brasil. Nesse painel, no plano do enunciado (sem esquecer-se da enunciação), ele não ignora algo do "modo lusitano de ser" neste romance, que constitui sua primeira obra ambientada na Amazônia urbana.

A relação dialética no uso entre os conceitos de lusofonia e lusografia, como fonte de reflexão acadêmica nos estudos literários, é um filão a ser explorado. Posso aqui optar por usar a lusografia como forma de leitura do texto do autor brasileiro, e creio que os meus motivos já estejam claros; mas posso também empregar a lusofonia, forma mais amplamente difundida entre os "lusoparlantes". Meu entendimento da lusofonia descarta qualquer ideia de hierarquização ou supremacia de um país sobre os demais.

É inaceitável, sobretudo em se tratando do autor multiculturalista que é Dalcídio Jurandir, a ideia de lusofonia como "recolonização cultural", ou algo similar. Afino-me com o que dizem Martinho da Vila e Elton Medeiros, na apresentação de *Lusofonia*, disco que fez mais sucesso entre nossos irmãos africanos que entre nós, brasileiros:

> Lusofonia não é somente a adoção do idioma português como linguagem de cultura. É a ação de *solidário intercâmbio cultural* entre os povos lusoparlantes e também a filosofia de interligação afetiva entre os lusófonos. Lusófono é quem está identificado com a lusofonia [...].[10]

Identificado com essa interligação afetiva, esse "solidário intercâmbio cultural" promovidos pelo nosso idioma, mostrarei que as marcas lusitanas presentes em *Belém do Grão-Pará* integram um projeto estético e político, que faz do autor do Ciclo do Extremo Norte um cultor das representações pluriétnicas da formação do povo brasileiro.

mia", que remete ao sentido de aparência. Vale lembrar que o primeiro termo abrange um conceito relacional, em que se interpenetram a obra, o autor e o lugar histórico; por isso, o conceito de fisionomia está contido no de fisiognomia.

10. M. Vila e E. Medeiros, *Lusofonia*, itálico acrescentado.

Em se tratando de Dalcídio Jurandir, nascido no arquipélago do Marajó (espaço de pertencimento e palco de ocupações, disputas e diásporas intensas), perceberemos a construção de uma literatura da multiculturalidade, que contempla o conjunto de etnias do Brasil. A partir desse ponto de vista, a cultura europeia, notadamente a portuguesa, parte fundamental dessa argamassa cultural, não poderia deixar de ser representada pelo autor de *Marajó*. Para Dalcídio, subtrair as marcas de qualquer uma das etnoculturas que constituem o Brasil seria incorrer em inadmissível lacuna.

A leitura de *Belém do Grão-Pará* evidencia, portanto, a hibridação constituinte da cultura paraense, amazônica, enfim, brasileira nos seus mais diversos tons e matizes. O importante é que, no escopo da criação literária de Dalcídio Jurandir, os confrontos de classe que atravessam a sociedade brasileira, não excluem a presença portuguesa na Amazônia.

* * *

BELÉM DO GRÃO-PARÁ: MELANCOLIA, AMAZONICIDADE, RASTROS LUSITANOS

Belém do Grão-Pará é o quarto volume do Ciclo do Extremo Norte, conjunto de livros amazônicos planejado e executado, disciplinadamente, por Dalcídio Jurandir. Trata-se de um livro marcado pela melancolia. A melancolia da migração, que faz Alfredo, personagem central da obra, deslocar-se de Cachoeira, no Marajó, até Belém, a capital do Pará, com a finalidade de aprimorar os estudos iniciados em sua terra natal. Esse traslado faz parte do sonho da mãe do rapazinho, dona Amélia, que não queria ver o potencial de seu filho desperdiçar-se entre vaqueiros e pescadores, uma mulher atravessada de uma sabedoria popular, apreendida no cotidiano, que desejava ver seu filho "virar doutor". Para realizar o sonho da mãe, migrar para a capital era o caminho que, então, se impunha. Em Belém[11], o menino instala-se, como agregado, na casa dos Alcântara. A cidade vive, quando da chegada do menino interiorano, o ostracismo político do intendente Antônio Lemos[12]

11. Observar o belo roteiro do Círio de Nazaré, escrito por Dalcídio e analisado por J. A. Fares, "Dos Campos de Cachoeira a Belém do Grão-Pará: Encontro de Vozes em Dalcídio Jurandir" em *Leitura: Teoria e Prática*, ano 23, n. 44, Campinas, Global, 2005.
12. Acerca desse período, é fundamental consultar M. de N. Sarges, *Memórias do Velho Intendente (1869/1973)*.

e a derrocada do Ciclo da Borracha, que levou à bancarrota os capitalistas atuantes na Amazônia.

A aquonarrativa[13], explorada brilhantemente nos livros de recorrência marajoaras (citem-se *Chove nos Campos de Cachoeira* e *Três Casas e Um Rio*), cede espaço, em *Belém do Grão-Pará*, a um estilo em que o autor forja, no plano da enunciação, uma transplantação das metáforas marajoaras ao convívio de Alfredo, ainda inadaptado à cidade que (se) insurgia, com um misto de fascinação e aspereza, próprios de quem sai de um pacato sítio interiorano para uma caótica cidade amazônica: Belém, a cidade ácida.

INTERMITÊNCIAS LUSITANAS EM DALCÍDIO JURANDIR

FIGURA 1: O "balé" dos portugueses carregadores de piano que fizeram história com sua força de trabalho.

FONTE: FAU, Laboratório Virtual (ITEC/UFPA), disponível em: https://fauufpa.org/2013/12/27/os-lendarios-portugueses-carregadores-de-pianos-1932, acesso em 30 de março de 2019.

Dos rastros lusitanos em *Belém do Grão-Pará*, um dos aspectos mais expressivos, pelo seu caráter de melancólica poetização, é a representação

13. Estilo de escrita dalcidiana que opta, por vezes, por uma indisciplina no uso das normas de pontuação gramatical, e opta ainda por uma "semântica do líquido", pelo estilo encharcado que imita os movimentos das águas dos rios amazônicos. O estilo marajoara de Dalcídio, a aquonarrativa, contrasta com a "sedenarrativa" de Graciliano Ramos, estilo que atravessa um livro como *Vidas Secas*, por exemplo. Enquanto a escrita marajoara de Dalcidio opta pela semântica das águas e pela indisciplina da pontuação normativa, a enunciação de *Vidas Secas* expressa-se por um estilo condensado, lacônico, demarcado por períodos curtos, que remetem à aridez do sertão nordestino. Ver J. Fares e P. Nunes, *Pedras de Encantaria*.

do bonde elétrico como meio de transporte de passageiros. O autor diegético, no decorrer do enredo, opta por enunciar diversas vezes o carro como o "elétrico" (Figura 2). O bonde, meio de transporte muito utilizado pela população de então, é descrito com expressividade na narrativa. A certa altura, em um dos mais significativos momentos da narrativa, flagramos a viagem de Alfredo e dona Amélia quando da chegada à cidade:

No bonde, Alfredo recolheu-se, sem mais aquela sensação de que *o elétrico*, com sua velocidade e rumor, quebrava a vidraça das janelas, impressão esta que levara de Belém quando pixote e sempre recordava em Cachoeira.

Até que o bonde ia vagaroso.

E meio sujo, seus passageiros afundavam-se num silêncio e apatia indefiníveis. Pareciam fartos de Belém enquanto o menino seguia com uma crescente gula da cidade. O bonde, cuspindo e engolindo gente, mergulhava nas saborosas entranhas de Belém, macias de mangueiras, quintais com bananeiras espiando por cima do muro, uma normalista, feixes de lenha à porta da taberna, a carrocinha dos cachorros que os levava para o fogo na Cremação, o moleque saltando no estribo e logo descendo como se fosse pago para aquilo, tabuleiros de pupunha que transpiravam ao sol, a bandeira mais roxa que vermelha de açaí, um menino de calça encarnada, o portão arriando ao peso de um jasmineiro em flor.

.....

Por que sua mãe não falava mais e ele mesmo não fazia perguntas?

Passaram pelo Largo de Nazaré, a Basílica em tijolos ainda, a antiga igreja ao lado. Cobrindo o Largo, mais monumentais que a Basílica, as velhas sumaumeiras. À esquina da Gentil com a Generalíssimo, saltaram.

A cidade balançava ainda. Ou estava tonto com os cheiros de Belém?

No balcão do botequim da esquina, postas de peixe frito sob as moscas mereciam-lhe um olhar de espantada curiosidade. Estava sempre atento a quem olhasse para ele, receoso de ser observado. Protegia a cabeça com o embrulho que a mãe lhe dera. Vez por outra, a mágoa crescia-lhe, ímpetos de acusar a mãe. Com o sol em cima, sentia a cabeça enorme [...].

Caminhavam na Gentil.

Alfredo parecia não ter viajado no bonde e sim no barco ainda. A rua era um rio ondulante. Viu a diferença entre as suas senhas da passagem do bonde, ditas de duzentos reis, picotadas, e as que lhe dava a siá Rosália, mãe de Lucíola, quando

voltava de Belém com o montepio. Senhas de uma cidade para sempre perdida (p. 41-2 – grifo meu).

O excerto desenha um retrato da cidade de Belém no início do século XX. A cidade, diversificada do ponto de vista cultural, sintetiza, num indicativo que aponta para a representação daquele momento, os anos de 1920, as contradições de um centro urbano de um país periférico do capitalismo. Os passageiros do bonde, apáticos, se entregavam à pasmaceira cotidiana. Mas o olhar do menino que chegara de Cachoeira fixa com perspicácia a cidade que a mãe ora lhe apresenta e que, para dona Amélia, uma negra que tem ascendência de escravos assentados em Muaná, no Marajó, representa para seu filho uma saída da estagnação social em que a família – major Alberto, dona Amélia e Alfredo estava submersa.

FIGURA 2: O elétrico nas ruas da Belém do passado.

Fonte: Desenho de José Fernandes, o Zoca. Disponível em: http://www.culturapara.art.br/literatura.htm, aceso em 31 de março de 2019.

A Belém ali representada configura-se com sua fisiognomia contraditória: ora é o que restara da metrópole moderna com ares europeus no pós-*belle époque* (singrada pelo elétrico, meio de transporte "de ponta" para o momento; dotada de sua ópera: o Theatro da Paz), ora é um reduto provinciano, onde bananeiras "espiam" por sobre os muros ou onde um portão arria ao peso de um jasmineiro em flor. Na verdade, a urbe que emerge das

páginas dalcidianas é a cidade cabocla, luso-indígena, multifacetada e pintada com ironia pelo narrador industriado por Dalcídio Jurandir, narrador que, tal qual o autor dos romances, desconfia das benesses do capitalismo, por isso o ironiza.

Chama a atenção, no excerto destacado, a enunciação da narrativa, marcada pelos recursos narrativo-descritivos empregados. Um dos aspectos mais comoventes do fragmento é a sua força comunicativa, que flagra as cenas retratadas por um narrador em terceira pessoa, que constrói um painel baudelairiano da decadente metrópole equatorial. Fascinante porque decadente, expõe aos olhos do leitor mais atento as fissuras do regime econômico e social excludente. É curioso perceber, ainda, a cumplicidade entre o ponto de vista do narrador e seu modo de aderir aos sentimentos de Alfredo, que bisbilhota tipos e cenas com curiosa ânsia de conhecer. O narrador empresta de Alfredo o teor investigativo e torna-se um narrador mirone.

Ainda no plano da enunciação, salta aos olhos a seleção de significantes que hoje integram o português europeu. O aqui já citado elétrico – embora naturalmente grafado com a escrita à brasileira – para designar o bonde, é um exemplo recorrente. Mas não se limita a ele, pois chama a atenção do leitor o emprego do significante 'fato', em enunciados como "[...] Até [Alfredo] vestir aquele *fato* novo, feito na loja, custou" (p. 30 – grifo meu). Essa forma nominativa, já em desuso no Brasil, ainda se emprega em Portugal[14].

Outras palavras emprestadas do português europeu integram o repertório da linguagem do romance, como "janelita" (p. 215) e "rapariga" (p. 69), esta em divergência com o uso brasileiro atual. Ao perceber-se essa estratégia de escrita, que se entrelaça nos usos das variantes culta, popular e literária (e que não descarta as formas lusitanas), pensamos na ideia premente de que a constituição do pensamento do humanista Dalcídio não se faz pela exclusão cultural; muito ao contrário, a visão de mundo de nosso autor inclui grande parte das variantes que fizeram o tronco cultural brasileiro, constituído de camadas entrelaçadas e justapostas de vozes e manifestações diversificadas.

Outro aspecto que demonstra a latente lusitanidade presente na narrativa é a descrição dos sobrados portugueses, fixada no capítulo 11 da pri-

14. Fato, ressalte-se, era uma forma linguística utilizada em casas de ancestralidade portuguesa em Belém do Pará até, mais ou menos, os meados da década de 60 do século XX. Em Portugal, significa roupa, uniforme ou a indumentária completa, geralmente paletó e calça.

meira edição brasileira: "E lá se ia Alfredo para o largo de Nazaré, namorar as casas de azulejos, íntimo de seus ornatos e figuras [...]" (p. 77). E mais adiante, em um momento singular em que o narrador se refere aos sobrados roxos, destruídos pela especulação imobiliária no centro da capital do Pará:

> Era um [sobrado] daqueles quatro, de azulejos roxos, ensombrados de mangueiras, na esquina da Conselheiro [...]. Alfredo foi passando a mão pela parede do sobrado roxo. Mas tão macia! E que silêncio naqueles azulejos de baixo [...] Não sabia se por causa das mangueiras ou por ficar embevecido nos azulejos de baixo, lhe parecia que as arroxeadas casas subiam céus adentro com aquele azul de cima e as nuvens por telhado (p. 78-9).

Esses sobrados, exemplares singularizados pela sofisticação arquitetônica, foram referidos, em tom queixoso, nas cartas de Dalcídio Jurandir à sua correspondente, Maria de Belém Menezes. Funcionária pública aposentada, Maria de Belém, enquanto viveu, foi guardiã da memória de seu pai, o poeta Bruno de Menezes, bem como da Academia do Peixe Frito. Ela noticia a demolição dos sobrados representados no romance, no artigo publicado na edição número quatro da revista *Asas da Palavra*:

> Certa vez [Dalcídio] me perguntou pelos sobrados roxos da Travessa Benjamin Constant; eu lhe disse que somente a capa de seu romance *Belém do Grão-Pará* eternizara este conjunto arquitetônico destruído. Ele respondeu: "Triste, Tristão, ao saber que os meus sobrados de azulejo roxos se acabaram. É a minha Belém que morre".[15]

Em verdade, notam aqueles que circulam por Belém que um dos sobrados referidos sobreviveu à sanha gananciosa, ainda na mesma travessa Benjamin Constant, na esquina com a avenida Braz de Aguiar, bairro de Nazaré. Vê-se aqui o tom de melancolia que atravessa essa correspondência[16] e está atrelada à denúncia de destruição do passado. Ao entrelaçar a memória pessoal de Dalcídio ao teor figurativo dos sobrados fixado no romance, estamos diante da caracterização do limiar entre realidade e ficção, em que uma ins-

15. Menezes apud C. Jacob (org.), *Asas da Palavra*, p. 20.
16. Em parceria entre o grupo de estudo Culturas e Memórias Amazônicas, CUMA (PPGED/UEPA), a Academia do Peixe Frito (PPGCLC/UNAMA) e o projeto Memorial do Livro Moronguetá (Fórum Landi/FAU-UFPA) está a se desenvolver o projeto de pesquisa interinstitucional Epístolas Poéticas, a Correspondência entre Dalcídio Jurandir e Maria de Belém Menezes, coordenado pelos professores doutores Josebel Akel Fares (UEPA) e Paulo Nunes

tância do presente (a da carta) parece apontar para a ideia de que os sobrados, do modo como são recordados pelo escritor e jornalista, no âmbito da ficção, ficaram como rastros fantasmagóricos do passado. De fato, apontava a missivista Maria de Belém que os sobrados restavam apenas na ficção. No entanto, um deles ainda resiste, neste século XXI, às pressões do mercado imobiliário, como se pode constatar numa das ruas ensombradas de mangueira na área central da cidade.

FIGURA 3: Capa da edição brasileira (Martins, 1960), em que se vê, ao fundo, um dos sobrados roxos.

FONTE: P. Nunes, *Útero de Areia, um Estudo do Romance "Belém Do Grão-Pará", de Dalcídio Jurandir*.

Entretanto, aquilo que mais fortemente parece anunciar ao leitor os caracteres lusitanos no romance é o modo como Dalcídio Jurandir expõe a estratificação social dos imigrantes portugueses que habitavam a Belém do início do

(UNAMA). O projeto tem suporte financeiro oriundo de verbas de emenda parlamentar federal do deputado Edmilson Rodrigues, sob o gerenciamento do professor Flávio Nassar, coordenador do Fórum Landi/UFPA.

século xx. Creio ser possível fazer um estudo específico sobre o tema se nos detivermos nas "pistas" deixadas pelo narrador do romance.

Os portugueses que migraram para a América do Sul ocupam diversas faixas econômicas da sociedade brasileira, situação que se reflete no arcabouço tratado por Dalcídio. Ali eles distribuem-se entre carregadores, pescadores, serventes encarregados, inclusive, de lavar as casas assoalhadas em madeira de lei (as duas cores, a preta e a amarela), como a que passaram a residir os Alcântara no final do enredo. Mas a parte superior da estratificação dos migrantes vai ser encontrada entre os proprietários de bens e serviços: imóveis, mercearias, vacarias.

Abaixo, o leitor flagra o momento em que Emília Alcântara, acompanhada de Isaura, sua prima, tenta convencer o "guarda-chaves", procurador do proprietário da casa portuguesa fechada, a alugar o imóvel de um patrício que retornara a Portugal. A cena demonstra, de um lado, a persistência da brasileira e, de outro, a fineza e relutância do luso, em contraste com o tratamento grosseiro dos taberneiros (que então dominavam o comércio na cidade). O procurador sabia que a casa a ser alugada estava em ruínas:

> Mal Emília lhe falou que queria alugar a casa, o negociante abriu foi a boca, olhou-olhou as mulheres:
>
> – Mas minha senhora, aquela casa? [...]
>
> O português, ainda não saído de sua estupefação, relutava. Afinal, tinha as finezas de um comerciante de vendas por atacado e não os coices de um taberneiro, não podia despachá-las a varejo. Ora, já se viu, aquelas duas morarem na Estrada de Nazaré, numas ruínas... [...].
>
> Isaura interveio, fez um preço, o português encrespou a testa, o beiço galhofeiro, abriu os braços dando a entender, um pouco impaciente, que ela estava dizendo apenas um absurdo. Emília acossou-o com fiador, emprego do pai na alfândega – repetia: na Alfândega, na Alfândega [...]. Para despedi-las, o comerciante deu um preço alto. [...]
>
> – O senhor sabe quem morou lá? a última família?
>
> O luso não respondeu atendendo a um freguês [...], tentando uma maneira de se desvencilhar das duas moças [...]. O negociante não queria assumir a responsabilidade daquele aluguel. Era um simples procurador ou, mais exatamente, um guardador da chave da velha casa que pedia que a demolissem (p. 171).

A cena narrada parece explicar-se a si própria e expõe os jogos de interesses dos dois lados: mais adiante, as brasileiras Emília e Isaura acabarão

por persuadir o procurador a lhes alugar o imóvel "em ruinas". Em conseguindo o seu intento, Emília tratará de dar prosseguimento à sua trama de, uma vez moradora da estrada de Nazaré, conseguir finalmente arranjar um casamento e salvar a família Alcântara da bancarrota.

Há uma passagem da narrativa, no capítulo 23, que informa a respeito da posição social dos migrantes portugueses na capital do Pará. Nela o narrador fixa o significante "galego" para denominar, de modo genérico, a forma como eram tratados os portugueses pela maioria da população brasileira de então. Trata-se de uma cena em que os subalternizados, tanto os de cá quanto os de lá, se encontram e negociam, sendo os trabalhadores portugueses contratados para limpar a recém-alugada casa da estrada de Nazaré:

> Graças à Isaura, contrataram dois portugueses para lavar a casa, tal qual como se fazia em Nazaré, na São Jerônimo, na Dr. Morais, na Vila Bolonha. Era num sábado. Toda Belém, principalmente no centro, se lavava, dava banho nos assoalhos. Nas casas ricas e arremediadas, eram portugueses que ensaboavam, esfrega, lava e enxuga as peças. [...] Isaura, depois dum regateio demorado, bem chorado, contratou com os galegos a primeira baldeação no 34 [da estrada de Nazaré]. (p. 189).

Estava também entre os costumes portugueses transplantados para os trópicos equatoriais, absorvidos pela híbrida sociedade brasileira, o de, em ocasiões especiais, saborear o vinho do Porto, algo de que a família Alcântara não abria mão, sobretudo nos áureos tempos em que eram apadrinhados por Antônio Lemos, o intendente de Belém na época das "vacas gordas".

No entanto, dos traços lusitanos que atravessam a escrita deste romance de Dalcídio Jurandir, aquele que ressoa em mim com maior força afetiva é o modo como o nome da capital é pronunciado na abertura do capítulo 3: "'B'lém, B'lém, Belém, Belém', repetia Alfredo baixinho, imitando Andreza em Cachoeira quando falava da cidade" (p. 30). Se por um lado a expressão pode sugerir o badalar de um sino que prenuncia, epifanicamente, algo a ocorrer, pode também referir-se à corruptela de como o significante Belém é "cantado" aos ouvidos de um brasileiro que visita pela primeira vez as terras de além-mar. Tal observação pode parecer um tanto arbitrária, mas demonstra que o narrador, embora não apareça explicitamente em cena, adere aos sentimentos das personagens. Ele, narrador, absorve, em diversas passagens, as rasuras dos traços portugueses que então perduravam na capital do Pará.

A releitura deste *Belém do Grão-Pará*, antes acomodada à ideia recorrente de linguajar caboclo, de expressão da literatura regional ou de expressão nacional do português brasileiro, agora é mostrada a partir de sua expressão lusográfica. A lusografia, para cá trazida, foi aqui pensada para superar, por meio da literatura, as marcas das relações de hierarquização entre culturas de países que viveram relações coloniais e as diversidades etnoculturais de cada país – é o que defende este ensaio. Se é verdade que não se pode ser nacional por subtração, o maior romancista da Amazônia brasileira, a considerar-se o Modernismo como referência, não estaria isento de escrever sem evidenciar traços de lusitanidade, tanto na enunciação quanto no enunciado do seu primeiro romance urbano.

MAPAS RESSIGNIFICADOS

A literatura deste romancista, disciplinada e fortemente contextual, oriunda das realidades amazônica e brasileira, primou por uma expressão da língua portuguesa até então inédita e singularizada. Nela é que me detive. Daí porque lancei mão, feito um leitor-pescador que atira a rede ao mar para capturar seus peixes, da maior autonomia possível e pus-me a adentrar o "chão da escrita" de Dalcídio Jurandir com cautela e emoção. Desembarco, piso, molho os pés, enfim, "vagareio" num mapa de significados da língua portuguesa que se chamuscou nas águas marajoaras, melou-se nos chãos de Belém. É quando o mapa da lusografia alinha-se, amplia-se, enfim, "ressemantiza-se" diante de mim. *Belém do Grão-Pará,* o romance, o que faço com ele? Folheio suas páginas. E ao fazê-lo, transformo-o em meu passaporte. Reinicio minha viagem.

ANEXOS

ANEXO I: Prefácio (ou preâmbulo) da edição portuguesa de *Belém do Grão-Pará*

Muitas vezes, dezenas de vezes, tenho declinado escrever prefácios. E, se algum dia legendei pórticos de livros alheios, aceitando o papel de intruso na casa de outrem, é porque a isso me solicitaram razões bastantes diferentes das normais.

Julgo que os prefácios podem carrear alguma utilidade quando se trata de instruir os eventuais leitores dum livro estrangeiro sobre o seu autor, até aí por eles ignorado. Ou quando são dos próprios autores, se tem algo a esclarecer que não puderam inserir, por incompatibilidade estética com o assunto e até com o estilo, nas suas novas construções literárias. Ou ainda se constituem aprofundados estudos à semelhança desses que antecedem, em edições críticas, os textos já clássicos.

Todos dos demais prefácios me parecem inúteis e, frequentemente, mesmo nocivos aos prefaciados. Privam o autor do livro de surgir de cabeça erguida, se não penachoso, pelo menos sem muleta a auxiliar-lhe falsamente os passos – e não exercem influência benéfica alguma. Não exercem porque o autor sempre pensará, antecipada e legitimamente, que neles, em vez de julgamento imparcial, se encontrará apenas um turíbulo lançando fumo ao ar. Nocivos, mesmo neste caso, porque há elogios que na aparência dizem *sim* e na essência dizem *não*, tão encolhidos, tão cautelosos e tão elaborados foram por um prefaciador que deseja apenas desobrigar-se do compromisso tomado contra a sua vontade. E que receia comprometer-se em afirmações que possam levar os outros a considerá-lo pouco inteligente e nada culto. A compreensível vaidade humana na maioria dos padrinhos literários só se pode comparar à ingenuidade da maioria dos afilhados.

Se a obra prefaciada obtém êxito, a nocividade será maior ainda. Todos os intoxicados pela inveja sussurrarão que o triunfo se deve ao nome do prefaciador e não ao trabalho do prefaciado, que assim vê assombrados os méritos próprios e ofendidas as longas horas de dúvidas e esperança, de inquietude, de tortura e renúncia a outras solicitações da vida, que a sua obra tantas vezes lhe custou. E então o patrocinado arrepende-se de haver solicitado o patrocínio e lá no fundo da sua alma, confusamente, involuntariamente, acaba por detestar o patrocinador. Ora da mesma maneira que não é um título que impõe um livro, a menos que sugira um trabalho pornográfico, também não há prefácio algum que faça, só por si, o êxito duma obra literária, se ela não tiver valor.

Escritores e poetas de todo o mundo, uni-vos contra os prefácios que tão esperançadamente solicitais!

Mas, pensando eu assim, porque acedi ao desejo de Lyon de Castro, meu velho amigo, e estou aqui a escrever um prefácio?

*

Apesar de celebrado, desde há anos, pelos maiores críticos literários do Brasil, como um dos mais importantes romancistas actuais do seu país, tão rico de ficcionistas, Dalcídio Jurandir era, até agora, desconhecido em Portugal. E perfeitamente se compreende que a sua obra, ao aparecer a primeira vez entre nós, carecesse de alguém, situado no átrio, a explicar quem é o seu glorioso autor.

É fácil a tarefa, sobretudo para mim, que conheço as características físicas e humanas da terra amada, onde ela se gerou.

Dalcídio Jurandir nasceu no Marajó. Nasceu numa grande ilha, de tal modo situada no delta do Amazonas que lembra, se a virmos no mapa ou de avião, uma gigantesca presa verde na boca aberta de incomensurável serpente cor de barro.

Se algum dia a literatura teve ali uma episódica florescência, jamais a brisa da glória expandiu o seu perfume, longe e demoradamente no tempo e no espaço.

A ilha possuía, contudo, um privilégio. De todas aquelas vastas paragens, vizinhas do Atlântico, só ela encerrava nas entranhas um valioso espólio arqueológico, as famosas "marajoaras", cerâmicas velhas de séculos, hoje a prestigiarem vários museus do mundo. Cerâmicas muito quietinhas e silenciosas no subsolo e milhares de manadas de bovinos pastanto[17] na superfície era a síntese que se fazia do Marajó. Do espírito dos artistas remotos só haviam ficado, além do mistério, aqueles magníficos vasos, alguns simbolicamente partidos. Mas a ilha moderna, de vaqueiros, de fazendeiros e de bois, parecia não ter alma. Certamente que alguns poetas, no país onde fulguraram sempre muitos, lha terão pressentido ou emprestado a sua. Não guarneceriam, porém, a história literária.

Esse condão reservava-o a ilha para Dalcídio Jurandir. Ele foi o redescobridor e o intérprete do Marajó. Ele foi, não só para o Marajó, mas para o Estado do Pará, o que Jorge Amado, Lins do Rego, Raquel de Queirós e outros grandes romancistas tinham sido, nos anos 30 para os Estados do Nordeste brasileiro.

Dalcídio Jurandir não esquece a singular natureza de sua terra, mas ocupa-se principalmente dos habitantes. Após haver analisado figuras do interior do Pará, ei-lo

17. Erro: a grafia correta é "pastando" e não "pastanto", como apresenta o texto deste prefácio.

a examinar, neste romance, algumas da capital. E as possibilidades de seu talento são tão grandes e tão diversas que dir-se-á ter ele sido sempre um romancista urbano.

Residi cinco anos em Belém do Pará, nessa idade em que a memória concorre com o bronze guardando para o futuro tudo o quanto nela se grava. Dalcídio Jurandir não descreve em vastas panorâmicas a bela cidade, a que frondosas mangueiras dão tanto carácter. Mas a sua arte é tão eficaz que por simples alusões a pormenores e breves imagens, de que são exemplo as do mercado do Ver-o-Peso, ele a constrói como quem aglutina um *puzzle* e acaba por no-la apresentar tão exacta e colorida que eu, ao lê-lo, tive a sensação de haver regressado ali ao cabo de muitos anos.

Essa virtude constitui, por sua vez, também um pormenor apenas do bloco, de méritos literários que rutilam neste romance duma família paraense. Grande psicólogo e observador, Dalcídio Jurandir é, consequentemente, um grande criador de personagens. A família Alcântara, eixo da história, com suas ambições, suas frustrações, vaidades e mediocridades, está viva e muito viva continua, mesmo se alguma flecha irônica do autor a traspassa ou um outro traço caricatural a castiga. Em volta destes planetas centrais movem-se alguns pequenos satélites, sobretudo a "caboclita Libânia" e o "menino Alfredo", ambos no alvorecer da experiência humana, ambos agraciados por uma discreta e poética ternura, tendo ao último o autor concedido e adaptado, bem provavelmente, trechos de sua própria vida.

Obra que revela a Portugal um grande escritor, obra de vasta e variada riqueza, explícita e implícita, *Belém do Grão Pará* pertence, por isto mesmo, ao número de romances que devem ser lidos muito atentamente, para não se perder nenhuma das suas latas qualidades.[18]

Ferreira de Castro, maio de 1974

18. Este prefácio foi um dos últimos, se não o último, dos textos literários que Ferreira de Castro escreveu. Poucos dias depois de entregue ao coordenador desta série de obras de autores brasileiros contemporâneos, prostrou-o irreparavelmente, em 5 de junho de 1974, o colapso cardiovascular que o levou à morte no dia 29 do mesmo mês. Simbolicamente, estas páginas finais da carreira de Ferreira de Castro como escritor são ainda um testemunho do seu entranhado amor de toda a vida pelo Brasil e pelos brasileiros. Foi mantida a grafia lusitana.

ANEXO II: Correspondência de Lyon de Castro a Dalcídio Jurandir, em que o editor europeu noticia a publicação de *Belém do Grão-Pará* em Portugal

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA, L.DA

POR AVIÃO

Direcção

Exmº. Senhor
DALCIDIO JURANDIR
Rua das Laranjeiras, 210 - Ap. 1504
RIO DE JANEIRO
BRASIL

Mira Sintra, 28 de Janeiro de 1974

Meu prezado amigo:

Saiu o primeiro volume da série de autores brasileiros cuja publicação projectei há já tempo e a qual será enriquecida também com o seu belo romance "Belém do Grão Pará".

O primeiro volume é Quarup de Antônio Callado, de que lhe envio um exemplar por via marítima. O seu romance sairá dentro do 1º. semestre deste ano.

Junto à presente encontrará você um cheque de US $188,97, correspondente aos Esc. 5,000$00, no nosso contrato.

Peço-lhe que assine o recibo junto a esta carta e que o devolva quando puder.

Quando a capa do seu livro estiver pronta, envio-lhe um exemplar.

O Jorge deu-me notícias do Prémio que lhe foi conferido. Parabéns.

Envie-me uma ou duas fotos suas para a publicidade e para os nossos arquivos.

Saudações amigas do

(Francisco Lyon de Castro)

FONTE: Acervo Dalcídio Jurandir,
Memorial do Livro Moronguetá/Fórum Landi.

REFERÊNCIAS

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CASTRO, Ferreira de. Preâmbulo. *In*: JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. 2. ed. Póvoa de Varzim: Europa-América, 1982.

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. São Paulo: Martins, 1960.

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. 2. ed. Póvoa de Varzim: Europa-América, 1982.

JACOB, Célia (org.). *Asas da Palavra*, Belém: Edunama, n. 4, 1996.

NUNES, Paulo. Útero *de areia, um estudo do romance 'Belém do Grão-Pará', de Dalcídio Jurandir*. 2007. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://www.dalcidiojurandir.com.br/pdf/estudos-academicos/utero-de-areia-um-estudo-do-romance--belem-do-grao-para-dalcidio-jurandir.pdf

VILA, Martinho; MEDEIROS, Elton. *Lusofonia*. São Paulo: Columbia; Sony Music, 2000. 1 CD.

17 UM BAR, UMA REPÚBLICA E UMA GUERRA: FESTAS REPUBLICANAS PORTUGUESAS EM BELÉM DO PARÁ

Maria de Nazaré Sarges[1]
João Arnaldo Gomes[2]

A festa começou nas primeiras horas da noite de sexta-feira, no dia 5 de outubro de 1917, nas proximidades da praça Justo Chermont, em Belém. Ali de perto, a nova Igreja de Nazaré, ainda em construção, observava o fluxo da multidão que se aproximava da entrada de um suntuoso bar construído em terreno antes ocupado pela Associação Dramática Recreativa e Beneficente, no arraial da festividade do bairro de Nazaré. Era a inauguração do Bar Portugal. Ainda envolto por uma penumbra, esperava para revelar sua imponente estrutura, que se levantava sob uma planta de dimensões atípicas para construções desse gênero à época: 7 m de altura, 29 m de comprimento e 19 m de largura. No seu interior, erguia-se um pavilhão para concertos medindo 10 m de frente por 8 m de comprimento, em curva, e 4,5 m de altura. Um botequim, de 9 m de largura por 6 m de comprimento e 4,5 m de altura, destacava-se também como um dos compartimentos interiores[3].

A cinco metros do portão de entrada, completando o aspecto de imponência, um majestoso arco de 8 m de largura, que se erguia a 10 m, ansiava

1. Maria de Nazaré Sarges é doutora em História pela Unicamp, com Pós-doutorado pela Universitat de Barcelona; Professora Titular da Universidade Federal do Pará, vinculada à Faculdade de História e ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia; e diretora da Cátedra João Lúcio de Azevedo (Instituto Camões, I.P./ UFPA).
2. João Arnaldo Gomes é doutorando do Programa de História Social da Amazônia (UFPA).
3. Essas medidas devem ser consideradas aproximadas, sopesando a versão de cada fonte consultada.

por revelar sua caprichada decoração artística pelo resplendor das luzes de 300 lâmpadas que estavam por serem acesas. Ao lado, uma grande tabuleta de madeira encoberta por um véu também esperava para ser descoberta. Como seria contemplado aquele prédio ao acenderem as mais de 1 600 lâmpadas multicores? O visitante que se aproximava, mesmo com a escuridão que envolvia o Bar, já podia ter uma ideia de sua beleza externa. Podia-se entrever, na lateral que dava para o passeio, um conjunto de grandes janelas com arcos adornados na parte superior e divididas ao meio por colunas com capitéis[4] igualmente decorados com os mesmos motivos que adornavam a parte superior da cornija.[5] Um conhecedor da história de Portugal, logo suspeitaria que, pelo aspecto arquitetônico, tratava-se de uma obra de estilo manuelino, que reproduzia o pátio térreo do Mosteiro dos Jerônimos, localizado em outra Belém, a de Portugal, que fora encomendado pelo rei D. Manoel I, em 1502, pouco depois de Vasco da Gama ter regressado da Índia.

Construído para funcionar por apenas quinze dias, o Bar Portugal surgiu de iniciativa da Comissão Patriótica Portuguesa de Belém, em apoio à Obra de Proteção aos Órfãos de Guerra, uma instituição fundada por portugueses no Rio de Janeiro, mas que foi assumida pelas colônias portuguesas residentes em várias capitais brasileiras. Tendo a Obra a função de apoiar empreendimentos por meio dos quais se pudesse manifestar sentimentos filantrópicos e cívicos nos portugueses, a fim de mantê-los em unidade, nada mais oportuno que, na ocasião da inauguração do Bar, fosse proferido, pelo secretário da Comissão, Alberto Garcia, um breve, porém inflamado, discurso ufanista, dividido sob o critério dos dois significados que a construção do Bar representava: o patriótico e o humanitário; o primeiro, pela oportunidade de reacender no espírito luso da colônia residente em Belém o sentimento nacionalista próprio do regime republicano, que naquele dia estava a completar o seu sétimo ano de implantação no país; o segundo, pelo fato de os resultados das vendas nele obtidas se somarem às subscrições nacionais arrecadadas, as quais seriam enviadas ao governo português, na Europa, para ajudar crianças órfãs, filhas dos soldados portugueses mortos em combate durante a Primeira Guerra Mundial.

4. Capitéis: ornamentos da parte superior da coluna.
5. Cornija: na arquitetura, moldura saliente que serve de arremate superior à fachada de um edifício, ocultando o telhado e impedindo que as águas da chuva escorram pela parede.

Conhecido por seus arrebatadores discursos de singular eloquência, Garcia já havia se pronunciado em outras ocasiões, como na reunião de convocação aos portugueses residentes em Belém para o apoio à entrada de Portugal na Guerra[6] e na homenagem aos reservistas, sócios da Tuna Luso Comercial, que estavam a partir para Portugal para se juntarem à fileira dos soldados portugueses[7]. Revestidos de clara exaltação aos ideais republicanos e ao cultivo de sentimentos patrióticos, esses discursos não se diferenciaram muito, em conteúdo, daquele que pronunciaria na ocasião da inauguração do Bar Portugal, quando destacaria, com mais ênfase, os benefícios adquiridos com o novo regime, descrito como as luzes que haviam anulado "uma noite de privilégios" e feito raiar "uma aurora de liberdade e garantias" para a jovem república. Atribuindo ao regime a honrosa missão de guardiã da herança do passado português, Garcia elogiou a escolha do dia para a inauguração do Bar Portugal, que para ele se constituía num "monumento", o qual representava o "esforço da colônia portuguesa no Pará" e cujo significado, que só poderia ser explicada pelos trabalhadores que o planejaram, arquitetaram e construíram, seria unicamente "o amor à terra distante"[8].

Na sequência de seu discurso, voltando-se para o aspecto arquitetônico do Bar, centrando-se no estilo e nos motivos que considerou "bem portugueses", Garcia reportava-se ao majestoso Mosteiro dos Jerônimos em Portugal, que, construído próximo ao rio Tejo, servia para manter vivo na lembrança dos lusos o glorioso feito da descoberta do caminho das Índias, empreendida por Vasco da Gama, em 1498. E, assim, como a obra manuelina representava para os portugueses um capítulo da história grandiosa de Portugal, o Bar representaria o mesmo sentimento para a colônia portuguesa no Pará. Tratava-se de uma história de "coragens indômitas e infinitas" que se podia enxergar, naquele momento crucial da história da nação lusitana, expresso na coragem de seus determinados combatentes em ação nos confrontos da guerra.

Daí o segundo sentido da existência do Bar, definido por Garcia como um "traço de energia cívica". Servindo como meio de manifestação de amor nacionalista, os portugueses que haviam colaborado para a sua construção

6. *Estado* do *Pará*, 15 de março de 1917, p. 1.
7. *Estado* do *Pará*, 3 de abril de 1917, p. 1.
8. *Estado* do *Pará*, 8 de outubro de 1917, p.1.

e os que se ofereceram como apoio para os dias de funcionamento, bem como os colaboradores e arrecadadores de donativos, estariam, da mesma forma, combatendo em conjunto com o exército português. A esses benfeitores, Garcia dedicava a honra de prestação ao serviço de amparo e proteção daqueles órfãos que, no futuro, honrariam as tradições de heroísmo e bravura de seus pais. Assim, o Bar surgia naquele momento como símbolo de um passado glorioso que se desejava transportar, por meio de um monumento, para a construção da memória de um presente que se queria fazer heroico. Esse evento leva-nos a refletir sobre a memória coletiva cuja positividade pode ser observada, pois, segundo Halbwachs[9], funciona como reforço de uma coesão social e pela adesão afetiva ao grupo, afinal os lusitanos eram "desterrados" que teimavam em manter o pertencimento à terra além-mar.

Desse modo, falando diretamente aos "céticos" e "descrentes", aos quais se referiu como "velhos do Restelos"[10], no caso os monarquistas que por ali provavelmente estivessem presentes, Garcia aproveitou o momento para atingir-lhes os ressentimentos por se expressarem contra o regime republicano, desprestigiarem as homenagens realizadas em comemoração a sua instauração em Portugal e possivelmente esperarem por um mal resultado das finalidades do empreendimento. Seria esse o sentido duplo da existência do Bar expresso por Garcia no início de seu discurso.

Recordemos os festejos republicanos do dia 5 de outubro, em Belém.

Já era tradição a realização de festejos em comemoração ao aniversário da proclamação da República portuguesa pela colônia residente na capital paraense. Muitos portugueses, principalmente comerciantes e intelectuais ligados a alguma agremiação política, celebravam o dia do aniversário republicano português com várias homenagens oficiais e expressões de civismo que davam o tom aos espetáculos de música, encenação e poesia realizados

9. M. Halbwachs, *La mémoire collective*.
10. Referência ao personagem criado por Luís de Camões no canto IV de *Os Lusíadas* (estrofes de 94 a 104). O velho simboliza todos aqueles que duvidavam da importância, propósito e necessidade das navegações portuguesas: "Oh, maldito o primeiro que, no mundo, / Nas ondas vela pôs em seco lenho! / Digno da eterna pena do Profundo, / Se é justa a justa Lei que sigo e tenho!/ Nunca juízo algum, alto e profundo, / Nem cítara sonora ou vivo engenho/ Te dê por isso fama nem memória, / Mas contigo se acabe o nome e glória!" (L. de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, estrofe 102).

durante a noite no Theatro da Paz e nas sessões solenes que eram realizadas nas sedes de suas agremiações, em particular a do Centro Republicano Português. Nesta, enquanto, do lado de dentro, se reuniam famílias de comerciantes e políticos a entoar os hinos nacionais de Portugal e do Brasil; do lado de fora, aglomerava-se uma multidão de simpatizantes do regime e curiosos que, animados por bandas de música, erguiam vivas a Portugal e aos vultos proeminentes do regime.

Pela parte da manhã, era o cônsul português que oferecia recepções oficiais na sede do consulado, onde recebia congratulações de representantes das autoridades, dos corpos consulares de outros países, da imprensa, dos corpos administrativos das agremiações portuguesas e dos membros da colônia portuguesa. Por ocasião do quarto aniversário de implantação do regime, uma comissão da Tuna Luso Caixeiral também saiu a percorrer as ruas em automóveis, acompanhada de seu grupo musical, terminou com uma visita à redação da *Folha do Norte*, em agradecimento ao concurso desse jornal em relação aos festejos que se realizavam[11].

No decorrer dos anos, além das homenagens oficialmente protocolares, como a recepção pelo cônsul português de vários cônsules de outros países, que vinham parabenizá-lo pelo aniversário cívico, é importante registrar os imponentes e muito concorridos espetáculos, quase sempre com ingresso gratuito, realizados no Theatro da Paz e registrados com ênfase nos jornais *Folha do Norte*, *A Província do Pará* e *Estado do Pará*. Nesses periódicos eram publicados extensos textos em colunas dedicadas a exaltar o regime republicano e a República Portuguesa, rememorando os feitos do dia da instauração, a luta de seus principais líderes nos momentos que a antecederam e os esforços deles no processo de consolidação do novo regime.

Ao relembrar o 5 de outubro do ano de 1910, um autor anônimo do *Estado do Pará*, em 1920, saudava a chegada da república em Portugal como "um acontecimento que despertou todas as energias adormecidas de um povo para as lutas da vida moderna"[12]. Colocaria outro autor anônimo, agora de *A Província do Pará*[13], aquela data entre as memoráveis para Portugal, "a que mais eloquentemente falava aos corações dos seus filhos, por

11. *Folha do Norte*, 6 de outubro de 1914, p.1.
12. *Estado do Pará*, 5 de outubro de 1920, p. 1.
13. *A Província do Pará*, 6 de outubro de 1920, p. 1.

associar a [...] constituição da nova era democrática". Antes, em 1911, um texto de teor mais triunfante de outro articulista do mesmo jornal ilustrava, por meio de sua escrita, que o ressurgimento daquela nova pátria portuguesa havia de se regozijar, porque "o sangue dos heróis conquistadores do passado [agora] treme nas veias dos bravos do 5 de outubro"[14]. De tal ideia compartilharia, de modo igualmente enfático, o articulista da *Folha do Norte*, em 1913, que relegava ao novo regime a capacidade "de trazer à terra dos Gamas a felicidade, a pujança e a fortaleza que em outras épocas foram seu máximo brasão"[15]. No ano seguinte, o mesmo articulista exaltaria o regime implantado como "uma conquista de ideais avançados" e que, "por muitos séculos, a humanidade já vinha trabalhando para a realização de um estado social"[16].

Iniciado no dia 2 de outubro de 1910, o movimento de implantação da república portuguesa ocorreu em meio a um contexto de instabilidade política que culminou com o assassinato do republicano Miguel Bombarda[17], no dia 3, desencadeando uma insurreição violenta entre os republicanos, que terminou vitoriosa na madrugada do dia 5 de outubro de 1910 com a deposição do rei D. Manuel II e a destituição da monarquia constitucional[18]. Espalhando-se com relativa rapidez pelo resto do mundo, as notícias da implantação da república em Portugal chegaram a Belém por telegramas de procedências diversas, que foram afixados à porta do edifício onde funcionava o escritório do jornal *Folha do Norte*, para conhecimento público, antes mesmo da sua divulgação; do Rio de Janeiro, informavam-se os tumultos que haviam tomado conta de Lisboa; de Londres, soube-se que a maioria do Exército e da marinha apoiava a causa republicana; de Madri, contava-se que D. Manoel II havia sido capturado pelas tropas de

14. *A Província do Pará*, 5 de outubro de 1911, p. 1.
15. *Folha do Norte*, 6 de outubro de 1913, p. 1.
16. *Folha do Norte*, 3 de outubro de 1914, p. 1.
17. Miguel Augusto Bombarda (1851-1910), presidente da Liga Liberal Portuguesa, nasceu no Rio de Janeiro e foi um médico especialista em doenças neurológicas que, no ramo da psiquiatria, desenvolveu uma atividade acadêmica intensa, tanto a nível nacional como internacional. Eleito deputado em 1908, membro do Partido Republicano Português, foi assassinado por um paciente na véspera da implantação da república.
18. P. Pires, "As Letras de uma Revolução: a Implantação da República em Portugal a 5 de Outubro de 1910", p. 344.

guarnição; e de Paris, dizia-se que o governo republicano acabara de constituir-se, tendo como presidente Joaquim Teófilo Braga[19].

Havia em Belém, localizado na rua 13 de Maio, o Centro Republicano Português, inaugurado no dia 16 de julho de 1908. Na manhã do dia da divulgação da notícia da instauração da república, a associação se encontrava de luto por causa da morte de Bombarda. Mas tão logo as notícias começaram a circular pela cidade, a sede do Centro viu-se invadida por pessoas que para lá acorreram em busca de informações. E mesmo estando o seu presidente, José Torres Corrêa de Almeida, sentindo-se ameaçado de agressão por parte de alguns adversários monarquistas, em virtude dos últimos acontecimentos, rapidamente o clima de luto foi substituído pelo de festa, permanecendo, à noite, iluminada a fachada do prédio em saudação à instauração do regime republicano em Portugal[20].

Pouco se conhece, até agora, sobre a função precisa desta agremiação. Sabe-se, no entanto, que ela servia de núcleo centrípeto dos simpatizantes do regime republicano em Belém. Na ocasião das reuniões para a organização das festas em comemoração ao primeiro ano de instalação do regime, as comissões de todas as outras associações portuguesas instaladas em Belém foram convidadas a comparecer[21]. Inclusive a data de aniversário da proclamação da República no Brasil era comemorada com sessão solene na sede do Centro[22], assim como o dia 31 de janeiro, considerado pelos republicanos indicador, desde 1891, do início do processo revolucionário, merecia, anualmente, uma sessão especial para a qual eram convidados todos os consócios do estabelecimento e os simpatizantes democratas[23].

Durante as comemorações de 1911, a imprensa local, desde o primeiro dia de outubro, já anunciava o crescimento cada vez maior do entusiasmo com que muitos portugueses, em suas diversas associações, estavam preparando os festejos do primeiro aniversário da instauração do regime republicano. Ao amanhecer do dia 5, queimaram-se girândolas para salvas de morteiros. À noite, um grande festival realizado no Theatro da Paz, que se achava

19. *Folha do Norte*, 6 de outubro de 1910, p. 1.
20. *Folha do Norte*, 6 de outubro de 1910, p. 2.
21. *Estado do Pará*, 17 de agosto de 1911, p. 1.
22. *Estado do Pará*, 13 de novembro de 1911, p. 3.
23. *Estado do Pará*, 31 de janeiro de 1912, p. 3.

bastante ornamentado e iluminado, interna e externamente, por lâmpadas multicores, contou com a presença de membros de várias agremiações belenenses. Foi um espetáculo tão concorrido que às 8h da noite já se achava difícil o acesso ao teatro, mesmo às autoridades civis e militares, membros de comissões de associações, famílias e cavalheiros, que chegavam em seus automóveis. Os que já haviam conseguido entrar deslumbravam-se com as esmeradas decorações dos camarotes, em especial com a daquele destinado à Associação Dramática, Recreativa e Beneficente, onde viam, ornamentado por um conjunto de flores em sua parte superior, uma placa luminosa na qual se lia: "Viva a República Portuguesa!"[24].

Manifestações particulares também se observaram em vários pontos da cidade com a iluminação de várias casas comerciais e associações e hasteamento das bandeiras brasileira e portuguesa em numerosos edifícios, notadamente nos da rua Marquês de Pombal e no trecho da rua de Bragança entre a avenida 16 de Novembro e travessa São Pedro. Um baile promovido pela Tuna Luso Caixeiral, que se estendeu até tarde da noite, teve grande concorrência, principalmente de muitas famílias portuguesas. Outro, promovido pelos operários das oficinas Manuel Pedro e C[a], à rua de Bragança, foi animado por músicas executadas pela banda Luís de Camões, que tocou das 4h da tarde até às 9 da noite. Na esquina dessa rua com a travessa São Francisco, foi erguido um monumento de aproximadamente três metros de altura, encoberto em parte com a bandeira portuguesa e iluminado por um conjunto de lâmpadas que lhe dava realce e, ao alto, tinha escudos com as armas da República Portuguesa e, nos lados, outros escudos com as inscrições: "5 de Outubro de 1910" e "15 de Novembro de 1889"[25]. Em uma relação de séculos, marcada por subjugação, independência e itinerários políticos diversos, Portugal e Brasil se reencontravam agora sob a égide de um mesmo regime de governo, reconhecido e expresso nos textos jornalísticos, na forma de tratamento que os articulistas passaram a se reportar à então mais nova república europeia, como "nação irmã", "país irmão", "povo irmão", "nação amiga" e "irmãos d'Além-Mar".

24. *Folha do Norte*, 1 de outubro de 1911, p. 1.
25. *Estado do Pará*, 6 de outubro de 1911, p. 1.

Em 1916, entretanto, o entusiasmo dos festejos esmoreceria um pouco, comprometido principalmente pela divisão de opinião, no interior da colônia, quanto ao envolvimento de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Pressionado pela Inglaterra, o governo português resolveu intervir nos combates contra os alemães. Inconformados com a decisão do presidente português, a qual consideraram arbitrária, muitos portugueses se recusaram a festejar a data nesse ano. Esse fato levou um certo C. R., que se declarou português, a escrever, em uma coluna da *Folha do Norte*, uma carta de repúdio à indiferença de seus compatriotas, convocando-os a congregar-se, em nome da pátria, na comemoração de suas datas festivas e a deixar que o governo, em Portugal, exercesse "o dever de discernir, pela força ou pela opinião, aquilo que mais lhe convir"[26].

C. R. talvez quisesse explicar que a entrada de Portugal na guerra não havia ocorrido por meio de uma decisão interna e voluntária. Havia certa pressão do governo inglês para que Portugal se decidisse logo por sair de seu estado de neutralidade e de luta apenas em defesa das fronteiras de suas colônias na África. Assim, em fevereiro de 1916, a Inglaterra, acionando o Tratado de Windsor, a mais antiga aliança militar do mundo, pediu ao Estado português que capturasse os navios alemães ancorados em portos portugueses, para ajudar no esforço de guerra. A resposta alemã não se fez demorar e, a 9 de março desse mesmo ano, a declaração oficial de guerra a Portugal era entregue, em Lisboa, pelo embaixador alemão.

Apesar de Portugal já possuir um corpo de expedicionários, que se encontrava em combate em território africano, nas fronteiras de Angola e Moçambique, desde 1914, apenas em 22 de julho de 1916 se criaria oficialmente o Corpo Expedicionário Português (CEP), preparado para a guerra em Flandres, na França. Muito embora o fato tenha causado feroz reação em parte da ala monárquica, que produziu uma série de artigos publicada na imprensa contra a decisão do governo[27], do lado republicano também se observariam manifestações anti-intervencionistas, como a do final desse ano, quando um movimento contrário ao envio de soldados para a frente europeia ganharia força sob a liderança de Antônio Maria de Azevedo Machado

26. *Folha do Norte*, 5 de outubro de 1915. p. 1.
27. M. A. Santos, dos. *José Ferreira de Lacerda, o Sacerdote Jornalista: a Crónica sobre a Grande Guerra no Jornalismo Leiriense*, p. 22.

Santos, um republicano que, além de militar e político, havia lutado pela implantação da república em 1910[28].

Essa posição unia adversários políticos em Portugal, enfraquecendo ainda mais a validade das decisões do governo republicano referentes à guerra. Posicionamento que se fez sentir por lá e produziu reflexos por aqui. Esse clima nos faz entender o porquê de, em 1916, os festejos em homenagem à instauração da república estarem comprometidos em Belém. Afinal, não eram apenas membros da ala monarquista que se declaravam insatisfeitos com as decisões do governo português, muito republicanos também não viam com bons olhos os embarques de tropas portuguesas para a França. Talvez porque soubessem que Portugal não estaria em situação favorável, em comparação aos outros países beligerantes, pois tinha menos armamento e logística inferior, indispensável para a mobilização das suas tropas[29].

Enquanto isso, em Belém, no mês de junho desse ano, um protótipo mais modesto do Bar havia sido levantado em forma de barraca, no parque João Coelho, por ocasião de uma quermesse realizada pela Cruz Vermelha de Portugal com o objetivo de angariar fundos para a ajuda humanitária em prol dos soldados que possivelmente saíssem feridos dos confrontos em que o país lusitano se encontrava[30]. Mas a ideia de novamente reerguê-lo, e de modo mais suntuoso, só viria tomar forma no ano seguinte, depois de concretizada a entrada de Portugal nos confrontos, em janeiro de 1917, quando finalmente assinou com a Inglaterra a convenção militar que iria reger a participação portuguesa na frente europeia.

Nesse mesmo mês partiram as primeiras tropas, seguidas, pouco depois, por um novo contingente, de forma que foi possível constituir duas divisões conforme proposto pela Inglaterra[31]. Um momento tenso para as famílias de reservistas residentes no Brasil. Não somente pelo fato de, possivelmente, receberem a notícia da morte trágica de algum parente ou amigo convocado, entre os habitantes de Portugal, como membro do Corpo Expedicionário enviado

28. D. Castaño, *A Grande Guerra e as Relações Internacionais de Portugal. Da Monarquia à República*, p. 75.
29. J. M. A. Santos, dos. *José Ferreira de Lacerda, o Sacerdote Jornalista: a Crónica sobre a Grande Guerra no Jornalismo Leiriense*, p. 20.
30. *Estado do Pará*, 22 de junho de 1916, p. 2.
31. D. Castaño, *A Grande Guerra e as Relações Internacionais de Portugal. Da Monarquia à República*, p. 75.

para o *front,* mas também por sentirem a ameaça de ver seus filhos, parentes ou amigos daqui serem chamados para a Europa, afinal havia rumores de uma possível convocação de reservistas domiciliados em outros continentes.

Em 20 de março, dias depois da declaração oficial de guerra da Alemanha contra Portugal, o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou um informe do governo português que justificava, por meio das diversas providências tomadas, as razões pelas quais estava a preparar um Corpo Expedicionário, principalmente por acreditar já existir um contingente suficiente de reservistas em Portugal, de modo que não via a emergência de convocar os que morassem no estrangeiro[32]. Em Belém, o jornal *Estado do Pará* reproduziria um informe, de modo mais específico, recebido por meio de telegrama da agência de *O Século* na capital, afirmando que "Nada por ora está resolvido quanto a chamada dos reservistas portugueses no Brasil"[33]. Quem sabe quanto alívio esta notícia trouxe para muitas mães e pais de reservistas residentes em Belém?

As notícias chegadas da Europa, entretanto, não eram animadoras. As tropas enviadas para Flandres começaram a contar as primeiras baixas, o que deve ter provocado a preparação, às pressas, de um primeiro grupo de reservistas em Belém, formado por jovens da associação Tuna Luso Comercial, que partiu no início de abril daquele ano. Não sabemos ao certo se seria uma convocação do governo português ou se foi uma decisão individual dos próprios reservistas, incitados pelas autoridades políticas ou membros das comissões patrióticas aqui existentes. Mas observamos que havia uma dúvida pairando sobre muitos portugueses acerca da decisão do envio de reservistas do Brasil pela autoridade portuguesa.

Havia uma grande desorientação dos jovens da colônia, em idade de recrutamento, que residiam no Rio de Janeiro por não saberem qual seria a decisão definitiva do governo português quanto ao seu dever de partir, visto haver notícias de outras capitais em que alguns grupos já haviam partido, como de Belém, São Luís e Recife. Caso fossem obrigados ao engajamento, havia a dúvida: seria individual, por própria conta, ou coletivamente, sob a fiscalização das autoridades portuguesas?[34] Em todo caso, o que sabemos

32. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de março de 1916, p. 1.
33. *Estado do Pará*, 22 de março de 1916, p. 2.
34. *O País,* Rio de Janeiro, 20 de março de 1917, p. 5.

é que, no ano anterior, vários jornais no Brasil noticiavam um desconto de 25% sobre o preço das passagens para os reservistas que se encontravam no Brasil. Era uma decisão tomada pelas diretorias das empresas de navegação que trafegavam pela América do Sul e avisada ao governo brasileiro[35].

A informação dessa redução nas passagens, que, decerto, facilitaria o acesso ao embarque dos jovens, levou-nos a supor que eram os próprios reservistas, ou suas famílias, que deveriam arcar com as despesas da viagem, caso decidissem por partir. Uma suposição que talvez encontre fundamento no constrangimento sofrido por um grupo de reservistas de Manaus: em 1917, o grupo teve alguns problemas com a compra das passagens para Portugal, no vapor Manco, visto não mais se encontrar em vigor o abatimento de 25% no preço. Diante desse entrave, enquanto alguns se viram obrigados a desistir da viagem por não poder pagar o valor da passagem integralmente, outros entraram em contato com o governo do Amazonas, a fim de resolver o problema[36]. Dias depois, o Manco partiria da capital amazonense, na primeira semana de julho, com um pequeno grupo de jovens portugueses, passando por Belém, São Luís e Tutoia, no Maranhão, cidades de onde partiriam outros grupos, seguindo depois ao seu destino final, o porto de Leixões, em Portugal[37].

O grupo de reservistas de Belém que embarcara no "Manco", entretanto, não foi o primeiro que partiu da capital paraense. Nem o maior. Também não foi o mais festejado na despedida. Na verdade, tampouco a notícia de festejos de despedida se viu publicada nos jornais nessa ocasião, apenas os nomes deles constavam numa pequena lista divulgada pelo jornal *Estado do Pará*[38]. Bem diferente da despedida do primeiro grupo, ocorrida três meses antes, quando foi observada uma esfuziante comoção patriótica suscitada na comunidade lusa belenense.

No dia 5 de abril de 1917, foi observada uma esfuziante comoção patriótica suscitada na comunidade lusa por ocasião da partida do primeiro grupo de reservistas portugueses. Preparados por sessões de discursos nacionalistas, previamente proclamados, inclusive por Alberto Garcia, que muito

35. *O Imparcial,* 8 de abril de 1916, p. 7; *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 8 de abril de 1916, p.1; *O País,* Rio de Janeiro, 8 de abril de 1916, p.3; *O Jornal,* São Luís, 8 de abril de 1916, p.1; *A Província,* Recife, 9 de abril de 1916, p. 1.
36. *Jornal do Comércio*, Manaus, 3 de maio de 1917, p. 1.
37. *Estado do Pará*, 11 de julho de 1917, p. 1.
38. Estado do Pará, 11 de julho de 1917, p. 1.

provavelmente deve ter agido da mesma maneira na partida do segundo grupo, em julho desse mesmo ano, os reservistas de abril saíram em marcha, da frente do consulado português, na rua 13 de Maio, e desceram pela travessa Frutuoso Guimarães, acompanhados por uma multidão, até o porto da *Port of Pará*, ao som do hino nacional de Portugal e de salvas de "Viva Portugal!"[39].

Era a construção de todo um ambiente de encorajamento para a partida e a despedida, fundamentado por um amor à pátria que deveria ser defendida por todos os braços possíveis, de modo especial pelos filhos encontrados em terra distante. O amor dos que partiam deveria ser fortalecido e auxiliado pelo amor dos que ficavam, tanto que não deixamos de notar uma equivalência expressa no jornal *Estado do Pará*, que publicou, na mesma edição e na mesma seção das Notas Portuguesas, as informações sobre os resultados da reunião que tratou da construção do Bar e um soneto, cuja autoria foi atribuída a um reservista de nome Álvaro de Souza. Em um misto de sentimentos, de saudades da família e dever para com a pátria, despedia-se tristemente, no *Adeus* que intitula seu poema, de sua mãe e irmãs:

> Adeus! Vou para a guerra! Adeus! minha querida
> E inesquecível mãe! – Minhas irmãs, adeus!
> Preciso defender a minha terra, os meus,
> Enquanto resistir, enquanto tiver vida!
>
> Não se esqueçam de mim... Eu voltarei da lida
> Se Deus me proteger, se me proteger Deus...
> – Acabam-se os vilões, acabam-se os judeus
> Dessa Alemanha vil, dessa nação perdida!
>
> Adeus! Já vou partir... Vou embarcar agora...
> – Ó minha santa mãe: de si quero um abraço
> E também a bênção... doce e consoladora...
>
> Mais uma vez... adeus! Terei sempre em lembrança
> Aquele laço verde. Aquele verde laço,
> Aquele laço verde, o verde da Esperança![40]

39. *Estado do Pará*, 6 de abril de 1917, pp. 1-2.
40. *Estado do Pará*, 23 de julho de 1917, p. 1.

Voltando ao Bar, o projeto de sua construção, idealizado por Marcelino Fonseca, vice-presidente da Comissão Patriótica Portuguesa, ganharia força com a adesão de grande parte da comunidade lusa, na qual se encontravam arquitetos, mestres de obras, proprietários de casas de edificação, operários de construção e muitas senhoras, todos presentes em uma reunião realizada no dia 10 de julho de 1917, no salão da Sociedade Portuguesa Beneficente, na qual, além da apresentação do projeto, cogitava-se logo discutir a melhor forma de se levar a efeito a sua execução. Decidiu-se, então, o nome, o espaço a ser ocupado pelo estabelecimento e a data de inauguração, o dia 5 de outubro, estrategicamente escolhido por ser a data da comemoração da proclamação da República portuguesa, mas também por se encontrar a pouco mais de uma semana do início da quadra nazarena, período em que Belém recebia (e ainda recebe) grande número de romeiros que vêm participar das festas do Círio de Nazaré e, portanto, momento oportuno para explorar as potencialidades de um bar.

Assim, ficou acordado também o comprometimento de serviços gratuitos na execução da planta pelos artistas e operários, ofertas de gêneros e materiais de construção pelos comerciantes de madeira, dos trabalhos oferecidos pelas senhoras e dos serviços ou donativos que pudessem precisar. A intenção era a de elevar a obra com o auxílio de doação de recursos materiais e humanos, utilizando o mínimo possível de dispêndios para captar o máximo de receita. Uma iniciativa que pareceu ter partido de membros de associações patrióticas residentes no Brasil e que foi abraçada pela comissão de Belém, com o fim de servir ainda como termômetro do ânimo cívico entre os portugueses aqui residentes, dada a divisão de opiniões, no interior da colônia, em torno das decisões do governo português.

O passo seguinte à reunião foi contatar possíveis fornecedores de materiais de construção, portugueses primeiramente, ao que foram indicadas as empresas de marcenaria Manoel Pedro e C.ª, J. S. de Freitas e C.ª, Salvador Mesquita e C.ª e A. R. Salvador e C.ª. Registrou-se, logo de início, rápida adesão também de outros proprietários comerciantes: ofertas de metros de areia branca doados por Almeida e Seixas; impressos por Antônio G. Moreira e C.ª; serviços de eletricistas por Guilherme Pedro, João Oliveira e

José Amaral[41]. A construção do Bar começou no início da noite do dia 8 de agosto de 1917[42].

Como os trabalhos só poderiam ser realizados durante a noite, em serões que se estenderiam do anoitecer até por volta das dez horas, havia a necessidade de uma iluminação suficiente para o bom andamento da obra. Para isso, foram acionados os serviços da empresa de distribuição de energia elétrica em Belém, a *Pará Eletric*, que, por meio de seu gerente, Walter Binns, e de seu contador, Francisco Strawn, colocou à disposição da obra o engenheiro da companhia, além de estabelecer que a iluminação para as noites de construção, bem como o consumo das mais de mil lâmpadas que seriam utilizadas durantes os quinze dias de funcionamento do Bar custariam a simbólica importância de 1$000, ou seja, apenas mil réis[43].

Em seguida, foi feita a convocação aos operários e artistas portugueses que pudessem comparecer à noite ou aos domingos para prestar gratuitamente seus serviços. Primeiramente, foram convocados carpinas, marceneiros, eletricistas, pedreiros, pintores, carregadores e cenógrafos. O chamado surtiu efeito e compareceram voluntários em batalhões durante as noites, sendo assistidos por alguns senhores, como o ourives Abílio Teixeira, que comparecia às obras com sua esposa e filhas, para servir gratuitamente café e bolo aos trabalhadores após as horas de trabalho[44]. Também durante os turnos diurnos, que aconteciam aos domingos, era comum o comparecimento de grupos de operários disponibilizados pelos seus patrões, proprietários de marcenarias ou casas de construção.

Nos dias que se seguiram, as ofertas de materiais de construção aumentaram, entre tábuas, ripas, caibros, sarrafos e moldes recortados, que eram transportados gratuitamente por carroceiros dos estabelecimentos doadores até ao Bar. Também levavam prego, arame, grampos, cola, grosas de linha, cera para moldes, torneiras, lâmpadas, porta lâmpadas de louça, fios elétricos, sacas e muitos metros de areia branca. À medida que as ofertas se tornavam expressivas, aumentava também o número de trabalhadores que aderiam ao projeto, chegando a alcançar, em algumas noites, até 60 operá-

41. *Estado do Pará*, 2 de agosto de 1917, p. 2.
42. *Estado do Pará*, 8 de agosto de 1917, p. 1.
43. *Estado do Pará*, 5 de agosto de 1917, p.1.
44. *Estado do Pará*, 15 de agosto de 1917, p. 1.

rios, que diminuía para 20 em algumas vezes, quando eventualmente chovia demasiado ou reduzia a quantidade de material. Entretanto, mesmo em número menor, os trabalhos continuavam em ritmo constante, intenso e acelerado, com o apoio de grupos de portugueses, na maioria, mas com a presença de muitos brasileiros, italianos e espanhóis.

O frenesi parecia ser tão grande que o articulista do *Estado do Pará*, ao visitar o canteiro em uma das primeiras noites de trabalho, comparou-o a uma grande colmeia, dado o expressivo número de operários e a organização com que os trabalhos se realizavam. Arriscou até em afirmar que eram motivados pelos sentimentos que os reportavam à lembrança dos patrícios em combate em terras distantes[45]. Talvez estivesse certo, pelo menos em parte, ou, quem sabe, poderiam estar a trabalhar até por um pouco de vaidade, quando olhavam as últimas notícias nos jornais sobre o andamento da construção, já que ali constava o nome deles na lista dos que haviam trabalhado na noite anterior.

Estando a estrutura do prédio em estado adiantado, foi a vez de outros grupos de profissionais entrarem em ação com seus trabalhos de acabamento, como o mestre de carpintaria italiano Freitas Dias, responsável pelos operários da bancada de carpintaria das Grandes Fábricas Freitas, e Anselmo Figueiredo, encarregado de dirigir o grupo de operários que construiriam o pavilhão de concertos musicais. Enquanto os eletricistas Benjamin Santos e Manuel Silva cuidavam da instalação elétrica e o arquiteto Alípio Lemos se ocupava com o direcionamento da execução do projeto, o cenógrafo Armando Peixoto de Magalhães encarregava-se da retratação detalhada do cenário, para que o público pudesse reconhecer, em cada canto da construção, um pormenor do pátio térreo do mosteiro manuelino de Portugal. Armando era auxiliado pelos trabalhos do talhador José Augusto Fernandes, dos estucadores[46] Joaquim Rijão, Antônio Gonçalves e Manuel Assunção, e do modelador Joaquim Pereira da Costa, responsável por modelar no barro os ornatos dos capitéis e cornijas que seriam fundidas em gesso e aplicadas às arcarias e colunas do Bar[47].

45. *Estado do Pará*, 15 de agosto de 1917, p. 3.
46. Estucador: que manuseia o estuque, tipo de argamassa geralmente feita de pó de mármore, cal fina, gesso e areia, e com a qual se cobrem paredes, tetos e/ou se fazem ornamentos.
47. *Estado do Pará*, 1 de setembro de 1917, p. 1.

Pelas ruas da cidade, o frêmito das pessoas responsáveis pela arrecadação de donativos em dinheiro, por meio de subscrições e de artigos para o abastecimento e consumo do botequim e do pavilhão de gelados, não era menos intenso. No caso das bebidas, era um grupo de membros da própria Associação Patriótica que se encarregou de arrecadá-las, recebendo muitas ofertas de representantes das cervejarias cariocas Antártica e Brahma, da Fábrica de Cerveja Amazonense e da local Fábrica de Cerveja Paraense. De outros comerciantes da praça, o estoque foi abastecido pelas doações de um grande sortimento de caixas de vinhos, champagne champanhe, vermute, licor, whisky, conhaque, bitter, ginges-ales, oldton gin, genebra, guaraná, refrigerante, água mineral e leite. Além disso, em um compartimento para manutenção de frios mandado instalar pela gerência do Grande Hotel, podia-se encontrar fiambre, queijo e sorvete[48].

Em suas casas, as senhoras trabalhavam na confecção de peças de roupa ou procuravam entre os seus pertences algum objeto que pudessem doar para ser vendido ou leiloado durante os dias de funcionamento do Bar. Assim vinham sendo registrados, entre os donativos destinados à venda, várias peças de roupas para crianças, avental bordado, toalhas e guardanapos de linho para chá, um centro para mesa e dois naperons[49] de étamine bordado a fitas de cores. As senhoras ficaram responsáveis também pelo fornecimento de iguarias para consumo, como pastéis, empadas, croquetes, casquinhos, doces, cavaquinhas, tortinhas, queques de pão de ló, tofes, bolinhos e cocadinhas[50].

Ulisses Nobre, um jovem musicista paraense, escreveria ao jornal *Estado do Pará*, na ocasião em que a movimentação da construção do Bar alcançava seu auge, para parabenizar o grande esforço da comunidade lusa na execução e preparativos para o seu funcionamento. Ele também evocava a Virgem de Nazaré, à qual rendia votos para que abençoasse principalmente as senhoras mães dos reservistas que haviam partido para a Europa, e afirmava que, em sua opinião, a quadra nazarena daquele ano estava por ser ainda mais aprazível aos visitantes com a presença do Bar, que seria, entre

48. *Estado do Pará*, 13 de outubro de 1917, p. 2.
49. Naperon: pano de renda ou bordado colocado em cima da mesa para proteger ou decorar.
50. *Estado do Pará*, 2 de setembro de 1917, p. 1.

as celebrações profanas, a que mais se destacaria, não somente pelo seu fim, mas também por sua beleza e imponência[51].

Ulisses e sua irmã, a também musicista Helena Nobre, acostumados a eventos pela colônia portuguesa em Belém, seriam presença constante nas apresentações que se realizariam no pavilhão de concertos do Bar, nas noites que sucederam a da inauguração. Antes disso, já haviam participado de vários outros, como o realizado em prol da sociedade da Cruz Vermelha de Portugal, no Palace Teatro, em 13 de maio de 1916. Por causa desse e de outros espetáculos que fizeram em favor da comunidade lusa, os irmãos conseguiram conquistar a simpatia dos portugueses, tanto do Pará quanto do Maranhão, o que rendeu à Helena o convite de aclamar o primeiro grupo de reservistas que se despediu de Belém no início de abril, cantando "A Portuguesa", o hino nacional português[52].

Era manhã de sexta-feira, o 5 de outubro de 1917. Pelas ruas da cidade, enquanto os trabalhadores se dirigiam aos seus postos para mais um dia de trabalho, muitos meninos jornaleiros apregoavam pelas esquinas as principais notícias divulgadas nos jornais do dia. Como de costume naqueles seis últimos 5 de outubro, as folhas apresentavam extensos textos em suas colunas parabenizando e exaltando o regime republicano em Portugal. Enquanto, na *Folha do Norte*, o articulista apenas se ocupava com a renarração do itinerário dos "heróis" do regime rumo à "apoteose do triunfo"[53], o *Estado do Pará* ilustrava sua página de abertura com fotografias dos principais líderes republicanos que lutaram pela implantação do regime, em meio a dos atuais governantes, como o então presidente da República, Bernardino Machado, e o presidente do ministério, Afonso Costa[54].

Sobre as realizações de eventos comemorativos à proclamação da República portuguesa, os jornais se limitaram em divulgar, além de uma sessão oficial com palestras cívicas, programada no Clube Luso Brasileiro, que aconteceria durante o dia, apenas um espetáculo a ser realizado no Theatro da Paz e a inauguração do Bar Portugal, planejados para iniciarem às 20h30. Nem a costumeira recepção promovida pelo consulado português teve lugar,

51. *Estado do Pará*, 3 de setembro de 1917, p. 2.
52. *Pacotilha*, São Luís, 23 de junho de 1919, p. 2.
53. *Folha do Norte*, 5 de outubro de 1917, p.1.
54. *Estado do Pará*, 5 de outubro de 1917, p. 1.

o que revelava que a empolgação das comemorações do 5 de outubro em Belém, que já havia perdido bastante o brilhantismo em 1916, seria ainda mais eclipsada em 1917, em decorrência de Portugal se encontrar em estado de guerra e, ainda mais, pelo fato de seu exército vir sofrendo algumas derrotas em campo de batalha. Havia ainda as sequelas causadas pelas divisões de opiniões dentro da colônia em relação ao envio das tropas portuguesas aos campos de guerra na Europa.

O espetáculo do Theatro da Paz, organizado pela Associação de Imprensa do Pará em conjunto com alguns portugueses, despertou na plateia alguma empolgação cívica, embalada pela proclamação de vários discursos patrióticos, entremeados de concertos de compositores estrangeiros e nacionais. Entretanto, o grosso do entusiasmo naquela noite de festa para a colônia portuguesa ficou mesmo por conta da inauguração do Bar Portugal, para onde partiram o governador Lauro Sodré e Cândido Mariano Rondon, depois que saíram do Theatro, lá chegando por volta das 22h30. Um pouco atrasados, visto já haver sido realizada a primeira parte do programa de inauguração[55].

Dirigido por Emílio do Amaral, presidente da Comissão Patriótica Portuguesa, o Secretário-Geral do Estado, Eládio Lima, descerrou o acortinado que cobria a tabuleta, que apresentava, no centro, em letras vazadas, o nome do bar, tendo uma nau com a frase de Camões: "Por mares nunca d'antes navegados", de um lado, e uma esfera com a inscrição "Se mais mundo houvera, lá chegaria", do outro. Depois disso, foram acesas as lâmpadas que revelaram toda a beleza do prédio. Uma salva de 21 tiros de morteiro, acompanhada da execução do hino nacional português, indicou que o Bar se achava inaugurado, ao que se sucederam apresentações do Orfeão Português, proclamação de versos e poesias, e execução de cantos populares portugueses.

Alberto Garcia discursou na segunda parte do programa. Lauro Sodré e Cândido Rondon chegaram a tempo de ouvi-lo, assim como assistiram a mais uma rodada de cânticos populares, poesias, marchas e outras tantas execuções do hino nacional português, tocados por diversas bandas, como a do 47º Batalhão de Caçadores, a da Tuna Luso Comercial, a Luís de Camões e a da Brigada Militar do Estado. Enquanto isso, os frequentadores tomavam seus lugares entre os cento e cinquenta conjuntos de mesas com cadeiras de ferros,

55. *Folha do Norte*, 6 de outubro de 1917, p. 1.

atendidos por jovens da classe caixeiral que se disponibilizaram a servir, juntamente com algumas senhoras e moças responsáveis pela venda de iguarias.

E assim seguiriam animadas as festas no Bar nos próximos dias, estendendo-se até tarde da noite, ultrapassando os previstos quinze dias de funcionamento. Depois disso, haveria ainda outros usos, como o da festa realizada pela Comissão Patriótica Portuguesa em homenagem à data da Restauração Portuguesa, no dia 1 de dezembro de 1917[56], e outros com o fim de arrecadação de donativos. Em 19 de abril de 1918, um convite convocava os membros da colônia e as senhoras a se reunirem no campo da praça Justo Chermont, onde havia funcionado o Bar Portugal, para tratarem de medidas a serem tomadas para ajudar o grande número de soldados portugueses feridos nos combates em campos da França. Era uma das últimas referências relacionadas ao Bar que se publicava na imprensa em Belém[57].

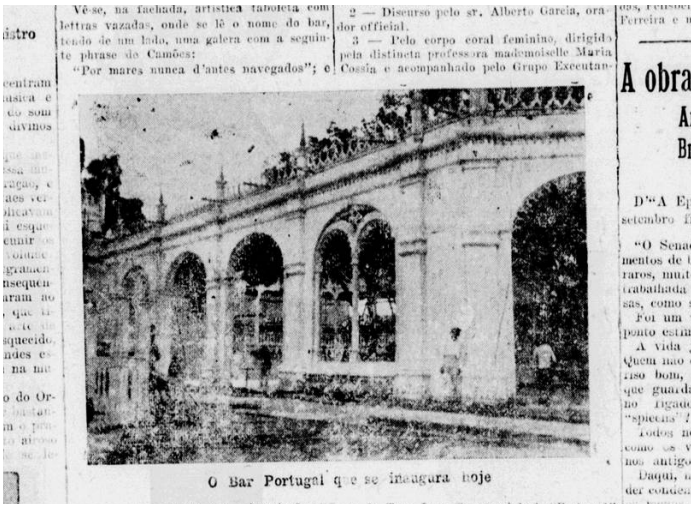
Nos meses seguintes, a guerra continuaria em decurso na Europa, e Portugal sofreria uma violenta derrota militar com a quase completa dizimação de seu Corpo Expedicionário nos campos de Lys, na França. Dos reservistas que partiram, não temos notícias se algum regressou. Somente a memória do Bar e a trajetória de sua construção nos fez lembrar desse momento na história dos imigrantes portugueses em Belém. Era a memória de um estado monárquico que, ao retratar o símbolo de um passado de glória, coragem e determinação, reavivou nos seus contemporâneos um sentimento de nacionalismo por uma república que encontrava necessidade de consolidação. E onde parecia haver um inevitável conflito de ideologias extratemporâneas, o que se viu, apesar da conjuntura, foi um harmonioso ajuste de ideias.

A construção do Bar Portugal seria mais uma memória de pertencimento que deveria ser "guardada e solidificada nas pedras [...], integrada nos próprios sentimentos de filiação e de origem [...]"[58]. Conforme o pensador francês Pierre Nora, os indivíduos precisam desses espaços onde "[...] se identificam, se unificam e se reconhecem agentes de seu tempo"[59]. Desse modo, o Bar Portugal foi mais uma vez a evocação de um passado ressignificado, que

56. *Estado do Pará*, 7 de dezembro de 1917, p. 2.
57. *Estado do Pará*, 19 de abril de 1918, p. 3.
58. M. Pollak, "Memória, Esquecimento, Silêncio", p. 9.
59. P. Nora, "Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares", p. 17.

vinha em auxílio de uma nova significação para o presente lusitano fragilizado por uma guerra.

FIGURA 1: Bar Portugal


Vê-se, na fachada, artistica tabuleta com lettras vazadas, onde se lê o nome do bar, tendo de um lado, uma galera com a seguinte phrase de Camões:
"Por mares nunca d'antes navegados"; e
2 — Discurso pelo sr. Alberto Garcia, orador official.
3 — Pelo corpo coral feminino, dirigido pela distincta professora mademoiselle Maria Cossia e acompanhado pelo Grupo Executan-
O Bar Portugal que se inaugura hoje

FONTE: Estado do Pará. Belém, 5 de outubro de 1917. p. 2

REFERÊNCIAS

CASTAÑO, David. *A Grande Guerra e as rela*ções internacionais de Portugal: da Monarquia à República. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 42, p. 63-77, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PIRES, Ana Paula. As letras de uma revolução: a implantação da república em Portugal a 5 de outubro de 1910. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 331-54, maio/ago. 2017.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Joaquim Manuel Alves dos. *José Ferreira de Lacerda, o sacerdote jornalista*: a crónica sobre a Grande Guerra no jornalismo leiriense. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Jornalismo) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.CASTAÑO, David. *A Grande Guerra e as rela*ções internacionais de Portugal: da Monarquia à República. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 42, p. 63-77, 2014.

IMAGEM DA CAPA E DA FALSA FOLHA DE ROSTO: D. Gutiérrez e H. Cock, *Uma Descrição Moderna e Bastante Precisa da América (ou a Quarta Parte do Mundo)*, 1562, Biblioteca do Congresso (EUA), Coleção Lessing J. Rosenwald, mapa 83 × 86 cm, em folha de 100 × 102 cm.

Título	*O Imenso Portugal: Estudos Luso-amazônicos*
Organizadores	Maria de Nazaré Sarges Aldrin Moura de Figueiredo Maria Adelina Amorin
Projeto Gráfico, capa e editoração eletrônica	Alexandre Souza
Revisão de texto	Allyson Allen
Formato	16 x 23 cm
Tipologia	Sabon LTC Pro 10/14,5pt
Papel da capa	Duo Design 250 g/m²
Papel do miolo	Polén soft 80 g/m²
Número de páginas	400
Tiragem	500
Impressão e acabamento	Sagrada Família